

Adriano Scatolin

**A invenção no *Do orador* de Cícero:
um estudo à luz de *Ad Familiares* I, 9, 23**

Tese apresentada ao Programa de Letras Clássicas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas.

Orientador: Profa. Dra. Zélia L. V. de Almeida Cardoso

São Paulo

2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS CLÁSSICAS

**A invenção no *Do orador* de Cícero:
um estudo à luz de *Ad Familiares* I, 9, 23**

Adriano Scatolin

Tese apresentada ao Programa de Letras Clássicas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas.

Orientador: Profa. Dra. Zélia L. V. de Almeida Cardoso

São Paulo

2009

Resumo

Esta tese investiga, em sua primeira parte, a invenção retórica apresentada no *Do orador*, de Marco Túlio Cícero, tendo como ponto de partida comentário do próprio autor, em *Ad Familiares* I, 9, 23, de que os *libri De oratore* “afastam-se dos preceitos comuns e contemplam toda a doutrina oratória dos antigos, tanto a de Aristóteles como a de Isócrates”. Para tal, compara-se a exposição de Antônio, protagonista do diálogo, em II, 99-216 aos tratamentos dados nas *artes* anteriores ao diálogo e na *Retórica* de Aristóteles. A segunda parte consiste na primeira tradução completa do *Do orador* em língua portuguesa.

Palavras-Chave:

Cícero, Aristóteles, retórica, invenção, *artes*.

Abstract

The present thesis investigates, in its first part, rhetorical *inventio* as presented in Marcus Tullius Cicero's *On the orator*. Its starting point is Cicero's own comments in *Ad Familiares* I, 9, 23 that the *libri De oratore* “shun the regular precepts and comprise the whole oratorical doctrine of the ancients, both the Aristotelian and the Isocratic ones”. In order to achieve such goal, Antonius's presentation (2.99-216) is compared to both the treatment given to the same issue in the *artes*, which predate the dialogue, and that of Aristotle's *Rhetoric*. The second part presents *De oratore*'s first complete translation into Portuguese.

Keywords:

Cicero, Aristotle, rhetoric, *inventio*, *artes*.

Agradecimentos

À Profa. Dra. Zélia L. V. de Almeida Cardoso, pela orientação e pela confiança desde os tempos de Iniciação Científica.

Ao Prof. Dr. Marcos Martinho dos Santos e ao Prof. Dr. José Eduardo dos Santos Lohner, que compuseram a banca de qualificação desta tese, enriquecendo-a com seus comentários, questionamentos e observações.

A Marcelo da Rocha Carvalho, *il meglio consigliere*.

A Marly de Bari Matos, que assumiu as funções de coordenadora de área em meu lugar no período decisivo do trabalho.

A Sidney Calheiros de Lima, pelos diversos artigos cedidos.

A Izabella Lombardi Garbellini, pelo livro fundamental de Calboli Montefusco.

A Don Marco, Don Giuseppe, Don Sergio, Don Ricardo, Don Evanilson, Donna Mary, Donna Ingrid e às Anas, do *Academicus*, bem como a Ana Paula Bianchini, pelo humor.

E, *last but not least*, a meus pais, José Carlos Scatolin e Maria Lúcia Ceccon Scatolin, bem como a meu irmão, Eduardo Scatolin, por tudo.

Sumário

Introdução	1
Parte I	
Capítulo 1	6
Capítulo 2	63
Capítulo 3	103
Conclusão	134
Bibliografia	139
Parte II	
Tradução	147

Introdução

I

O presente trabalho divide-se em duas partes: apresentam-se, num primeiro momento, os resultados de nossa investigação acerca da invenção retórica no *Do orador*, de Marco Túlio Cícero, tendo como ponto de partida os comentários acerca da obra feitos pelo próprio autor em carta a Lêntulo Espinter, depois de sua “publicação”, em 55 a.C.; e oferece-se, em seguida, a primeira tradução completa da obra em língua portuguesa.

A primeira parte, que constitui, em rigor, nossa tese propriamente dita, propõe uma investigação a respeito do comentário de Cícero, em *Ad familiares* I, 9, 23, carta datada de 54 a.C., de que os livros *Do orador* “afastam-se dos preceitos comuns e contemplam toda a doutrina oratória dos antigos, tanto a de Aristóteles como a de Isócrates”, fazendo-se uso, como *corpus* de trabalho, da apresentação da invenção retórica feita por Antônio, um dos protagonistas da obra, em *Do orador* II, 99-216, e empregando-se, como metodologia, a comparação deste tratamento com os temas correspondentes nos manuais de retórica supérstites anteriores ao *Do orador* (nomeadamente, a *Retórica a Alexandre*, a *Retórica a Herênio* e o *Da invenção*) e com a *Retórica* de Aristóteles.

A segunda parte, não constituindo uma investigação em sentido estrito e, em conseqüência, tese tampouco, é pilar fundamental, contudo, para esta. De fato, no contexto dos estudos de letras clássicas no Brasil, a tradução de obras gregas e latinas ainda inéditas em língua portuguesa tem-se mostrado *conditio sine qua non* para a adequada recepção dos estudos que se têm feito: desnecessário mencionar a dificuldade, para não dizer inviabilidade, de os recém-formados em grego/latim haverem-se unicamente com o texto original como base dos estudos que realizam e daqueles que consultam. Some-se a isso o fato de que tais traduções, tomadas em conjunto, contribuem para que os estudantes que se iniciam nas letras clássicas tomem contato com um *corpus* cada vez mais amplo de textos em cada gênero, o que tem contribuído, e sem dúvida contribuirá cada vez mais, para uma elevação qualitativa das pesquisas e investigações de tais estudiosos. É com tal objetivo, então, e tendo tal público específico em mente, que elaboramos esta segunda parte de nosso trabalho.

II

Nossa investigação insere-se, ademais, numa dupla vertente contemporânea: em primeiro lugar, a obra filosófica e retórica de Cícero tem sido reabilitada desde as últimas décadas do século

XX, quando se pôde observar a constatação de que a *Quellenforschung*, que via Cícero antes como fonte para o estudo de filósofos helenísticos cujas obras se perderam do que como um filósofo e pensador propriamente dito, era redutora e anacrônica, no que concerne à primeira, bem como a revalorização da retórica, em geral, e a percepção de que o estudo dos sistemas retóricos antigos era fundamental para a compreensão de como se dava a produção e recepção dos textos latinos, no que diz respeito à segunda; considerando mais especificamente o contexto brasileiro, em segundo lugar, a revalorização das obras retórica e filosófica de Cícero tem levado à conseqüente dedicação dos estudiosos a seu estudo e tradução, por muito tempo abandonados em detrimento das obras oratórias. Assim, nos últimos anos, tivemos apresentados, em dissertações de mestrado ou teses de doutorado, os seguintes estudos acompanhados de traduções: *Dos deveres e Partições oratórias*, de Angélica Chiappetta (1997); *Tópicos*, de Baltazar de Oliveira Alves (2001); os exórdios dos diálogos de Cícero, de Bernardeth Oliver Guandaligni (2005); a segunda metade do *Orador*, de Carlos Renato Rosário de Jesus (2008); *Dos limites do bem e do mal*, de Sidney Calheiro de Lima (2009), sem contar o *Da invenção*, atualmente em preparação, de Ilunga Kabengele.

No que concerne aos pressupostos teóricos envolvidos na elaboração desta tese, partimos da premissa de que é preciso, antes de tudo, atentar à preceituação retórica de cada gênero estudado, procurando levar em conta não apenas a elaboração de caráter teórico que encontramos nos manuais de retórica e textos afins, mas também os pressupostos e leis que estão implícitos e espalhados por outros gêneros - no caso de Cícero, como se verá no Capítulo 1, temos o privilégio de contar com tais formulações não só nas obras retóricas e filosóficas, como também, e principalmente, no amplo epistolário do Arpinate. É a tais obras que tomaremos critérios fundamentais que guiarão nossa leitura nos Capítulos 2 e 3, principalmente o *decorum* e a *auctoritas*, elementos decisivos para muitas das soluções adotadas por Cícero no *Do orador*.

Por outro lado, como estudiosos de letras clássicas, temos interesses históricos provavelmente alheios ao próprio Cícero, como nossa preocupação em demarcar, dentro da história da retórica antiga, as origens de cada conceito estudado e o caminho pelo qual teriam chegado a Cícero, a despeito do que este desejasse que acreditássemos. Nossas análises buscarão contemplar um e outro ponto de vista.

III

A primeira parte de nosso trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, de caráter mais geral, faz-se uma apresentação dos conceitos e critérios que teriam guiado, de um lado, a produção do gênero dialógico romano, em geral, e o *Do orador*, em específico, e, de outro, a recepção de tal gênero

pelo público leitor a que a obra se teria originalmente destinado. Para tal, são analisados passos da obra do próprio Cícero, mais exatamente as cartas em que o Arpinate comenta, implícita ou explicitamente, aspectos do gênero dialógico e passos dos próprios diálogos em que aborda a questão. O primeiro capítulo também contempla a apresentação e análise das passagens do *Do orador* em que os manuais de retórica são criticados pelos dois protagonistas da obra.

Os dois capítulos restantes são mais técnicos e específicos do que o primeiro. No Capítulo 2, analisam-se as passagens dos próprios manuais que polemizam com a tradição, as quais constituem, em última instância, precedente para as próprias críticas que o *Do orador* faz contra as *artes*. Em seguida, entrando já no tratamento da invenção feito por Antônio, analisam-se as doutrinas do *status quaestionis* e dos tópicos da argumentação, por contraposição à exposição das mesmas doutrinas nos manuais de retórica e em Aristóteles.

O Capítulo 3 analisa o tratamento dos elementos não racionais do discurso, a dizer, o *ethos* e o *pathos*, que no *Do orador* recebem nome diverso (principalmente *conciliare* e *incitare*), na mesma chave de contraposição do capítulo anterior.

Encerra o trabalho uma conclusão, em que se apresenta um balanço geral das análises e conclusões parciais apresentadas ao longo dos três capítulos e se responde à questão que move todo o trabalho, a dizer, qual a validade e o sentido das afirmações que Cícero fizera na carta a Lêntulo Espínter a respeito do *Do orador*¹.

IV

Para a tradução, adotamos o texto estabelecido por K. F. Kumaniecki para a coleção Teubner, publicado em 1969 e reeditado na edição italiana a que tivemos acesso, da Biblioteca Universitaria Rizzoli (2006). Como critério de tradução, buscamos verter Cícero à maneira de Cícero, ou seja, tal como o próprio Arpinate aponta no *De optimo genere oratorum*, traduzir não *verbum pro verbo*, mas a *vis* do original². Ademais, tivemos sempre em mente o gênero em que a obra se insere (o *genus sermonum*), que cuida de forjar um discurso descuidado, a fim de buscar aquilo que consideramos seu equivalente em língua portuguesa³. Assim, por exemplo, mantivemos os anacolutos e as constante repetições do

¹ Cf. Seção I.

² Cf. Cícero, *De opt.* V, 14.

³ Cf. Santos (1999), pp. 45-93 e, particularmente, p. 70: “O *sermo* articula as partes de uma arte geral, pelo que é como o discurso sobreornado, mas dissimula as articulações, *pelo que aparenta um discurso abjeto*, de maneira que a arte dialógica se revela, ao fim e ao cabo, uma arte de dissimular a arte.”; e pp. 72-3: “A arte dialógica, na medida em que é arte, premedita um discurso, na medida em que é dialógica, premedita um gênero de discurso que é o da conversa. Ora, uma conversa é cheia de caminhos e descaminhos, pelo que é mais fácil e espontânea que elaborada ou premeditada. Logo, o que a arte dialógica nos propõe, ao fim e ao cabo, é a *elaboração e premeditação de um discurso vizinho ao não-elaborado e improvisado*.” [itálico nosso]

mesmo termo, ainda quando próximos, a despeito do que possam recomendar nossos manuais de redação e estilo. Tivemos particular cuidado, além disso, em não utilizar o vocabulário técnico próprios das *artes rhetoricae*, sistematicamente evitado por Cícero ao longo dos três livros, conforme explicaremos e apontaremos ao longo dos três capítulos desta tese.

O presente trabalho não leva em consideração a reforma ortográfica que passa a vigorar neste ano de 2009.

Parte I

A invenção no *Do orador* de Cícero:
um estudo à luz de *Ad Familiares* I, 9, 23

Capítulo 1

I

Em carta a Lêntulo Espínter datada de 54 a.C., Cícero, comentando sua produção naquele momento, faz uma observação crucial para o entendimento de seu livro *Do orador*, ao colocá-lo à parte, de um lado, da preceituação mais comum, própria dos manuais de retórica, e atrelá-lo, de outro, às doutrinas de Aristóteles e Isócrates:

scripsi igitur Aristotelio more, quem ad modum quidem volui, tris libros in disputatione ac dialogo 'de Oratore', quos arbitror Lentulo tuo fore non inutilis. abhorrent enim a communibus praeceptis atque omnem antiquorum et Aristoteliam et Isocratiam rationem oratoriam complectuntur.

Escrevi, então, à maneira aristotélica – pelo menos tal foi minha intenção – três livros *Do orador* em forma de discussão dialógica. Creio que eles não serão inúteis a [teu filho] Lêntulo, pois afastam-se dos preceitos comuns e contemplam toda a doutrina oratória dos antigos, tanto a de Aristóteles como a de Isócrates⁴.

Este trabalho é uma investigação sobre a validade dessa afirmação: procuraremos estabelecer de que maneira, no *Do orador*, Cícero dialoga com a tradição dos manuais de retórica, retomando-os, criticando-os, corrigindo-os (ou aparentando fazê-lo), e como se efetua a retomada das doutrinas de Aristóteles e Isócrates, se de fato ocorre, delimitando como *corpus* de pesquisa o tratamento da invenção na obra. Como critérios de comparação, usaremos a apresentação da doutrina do *status quaestionis*, dos tópicos argumentativos e do binômio *ethos/pathos* no *Do orador*. Antes disso, porém, como introdução a nossas reflexões, analisaremos, neste primeiro capítulo, as passagens da obra que criticam explicitamente os manuais de retórica e os retores, as quais servirão, em grande parte, como balizas, por assim dizer, das análises mais técnicas que serão feitas a partir do segundo capítulo. Nosso trabalho, dessa forma, espelhará a estrutura mesma do *Do orador*, que é constituído, como veremos, de uma primeira parte, o livro I, de caráter mais geral e introdutório, e de uma segunda, os dois livros restantes, de teor mais técnico, por isso denominada τεχνολογία pelo próprio Cícero, em carta a Ático⁵.

⁴ Cícero, *Ad Fam.* I, 9, 23.

⁵ Cícero, *Ad Att.* IV, 16, 3.

II

A crítica aos manuais de retórica, no *Do orador*, começa como uma espécie de auto-crítica: no prefácio ao primeiro livro, dirigindo-se a seu irmão Quinto, Cícero contrapõe o *Da invenção*, sua primeira obra, escrita quando ainda bastante jovem e fruto de suas anotações de aprendiz, ao *Do orador*, obra de um consular com vasta experiência como orador e senador:

vis enim ut mihi saepe dixisti, quoniam quae pueris aut adulescentulis nobis ex commentariolis nostris inchoata ac rudia exciderunt vix haec aetate digna et hoc usu quem ex causis quas diximus tot tantisque consecuti sumus, aliquid isdem de rebus politius a nobis perfectiusque proferri [...].

De fato, como me disseste várias vezes, pretendes, pelo fato de os escritos que escaparam incompletos e grosseiros de nossos apontamentos, quando éramos meninos ou adolescentes, mal serem dignos desta nossa idade e desta experiência que granjeamos em tantas e tão importantes causas defendidas, que publiquemos algo mais refinado e completo acerca do mesmo tema [...]⁶.

Os “escritos grosseiros” dizem respeito ao *Da invenção*, mas, indiretamente, valem também, pela similaridade, para a tradição dos retores que antecede a escrita do *Do orador*, em que aquele se insere. Embora se trate de uma tradição de vários séculos, que remonta ao século V a.C., para nós, para efeito de comparação, restam poucos textos: o próprio *Da invenção*, evidentemente, a *Retórica a Herênio*, texto da mesma época, segundo se crê, e que guarda não poucas relações com o primeiro, e, entre os gregos, a chamada *Retórica a Alexandre*, atribuída a Anaxímenes; à parte isso, apenas fragmentos provenientes de citações, cujos primeiros exemplos se encontram no *Fedro* de Platão.

A inadequação do *Da invenção*, por sua vez, diz respeito à autoridade, à dignidade, ao prestígio e à experiência adquiridos por Cícero ao longo de quase trinta anos de dedicação às causas - em outras palavras, trata-se de uma questão de *decoro*. Essa é uma característica fundamental do *Do orador*, e que perpassa toda a obra: se no prefácio a adequação à idade e à experiência diz respeito à figura do autor, na ficção do diálogo esse decoro é transferido para as personagens, que desempenham o papel de autoridades no domínio da oratória. Consulares como Cícero, e oradores de vasta experiência nas causas na época em que o diálogo é encenado (91 a.C.), Crasso e Antônio, os dois protagonistas da

⁶ Cícero, *De or.* I, 5. Todas as citações do *Do orador*, neste trabalho, são tomadas ao texto estabelecido por K. F. Kumaniecki para a coleção teubneriana, reproduzido na edição B.U.R. (2006).

obra, são as figuras ideais para empreender a crítica da doutrina dos manuais retóricos e mudar o seu foco do discurso para o orador, para ficarmos com a formulação de May e Wisse⁷.

III

O decoro é tratado em várias obras de Cícero: observamos o seu comentário e teorização nos tratados retóricos e filosóficos, seu emprego como modo de leitura e recepção numa passagem do começo do *Da república*, e o comentário de seu uso nas cartas. Considerando-o, no *Orador*, o elemento mais difícil de se atingir tanto na vida como no discurso⁸, no *Dos deveres* Cícero mostra, com exemplos tomados à poesia, como concebe o decoro no que diz respeito à elaboração de personagens - tanto suas ações como suas palavras devem ser dignas delas:

Sed tum servare illud poetas, quod deceat, dicimus, cum id quod quaque persona dignum est, et fit et dicitur, ut si Aecus aut Minos diceret:
oderint, dum metuant,
aut:
natis sepulchro ipse est parens,
indecorum videretur, quod eos fuisse iustos accepimus; at Atreo dicente plausus excitantur, est enim digna persona oratio [...].

Dizemos que os poetas respeitam as conveniências quando as palavras e ações são dignas de cada personagem. Se Éaco ou Minos dissesse:

Que me odeiem, contanto que me temam,

ou

O próprio pai é sepulcro dos filhos,

essas falas pareceriam indecorosas, pois para nós Éaco e Minos foram homens justos.

Entretanto, se Atreu as proferisse, suscitaria aplausos, porquanto o discurso seria digno da personagem⁹.

Essa adequação da fala das personagens é discutida numa série de cartas endereçadas a Ático em que Cícero comenta sua indecisão quanto à escolha dos interlocutores ideais para a escrita das *Acadêmicas*: num primeiro momento, escolhera Cátulo, Luculo e Hortênsio; insatisfeito com os

⁷ Cf. May & Wisse (2001), p. 10: "In an important sense [...] Cicero's approach is not 'rhetorical', but 'oratorical'. His view of the process of composition centers not on rules, but on the personal skills and activities of the orator. This is one reason why the work is not called *On the Art of Speaking*, as many handbooks were, but *On the (ideal) orator*."

⁸ Cícero, *Or. 70*: *Vt enim in uita sic in oratione nihil est difficilius quam quid deceat uidere. Πρέπων appellant hoc Graeci, nos dicamus sane decorum.* "De fato, nada mais difícil, tanto na vida como no discurso, do que perceber o que convém. Os gregos o denominam *prépon*; quanto a nós, chamemo-lo decoro."

⁹ Cícero, *De off. I*, 97 (tradução de Angélica Chiappetta, em Cícero (1999), p. 49).

resultados (e esse é o cerne da questão: a inadequação viria da conhecida falta de experiência, por parte das pessoas a quem as personagens se referem, das doutrinas tratadas no livro), mudara-os para Catão e Bruto e, num terceiro momento, que acabou por se tornar a solução definitiva, acolheu a sugestão de Ático, que lhe apontara Varrão como defensor adequado da doutrina de Antíoco de Ascalão. O critério do decoro é explicitamente citado na seguinte passagem:

Illam Ἀκαδημικὴν σύνταξιν totam ad Varronem traduximus. primo fuit Catuli, Luculli, Hortensi; deinde quia παρὰ τὸ πρέπον videbatur, quod erat hominibus nota non illa quidem ἀπαιδευσία sed in iis rebus ἀτριψία, simul ac veni ad villam, eosdem illos sermones ad Catonem Brutumque transtuli. ecce tuae litterae de Varrone. nemini visa est aptior Antiochia ratio.

Passamos aquele tratado Acadêmico inteiramente para Varrão. Num primeiro momento estava atribuído a Cátulo, Luculo, Hortênsio; depois, por parecer fugir ao decoro – porque era de conhecimento geral, não sua ignorância, mas inexperiência em tais assuntos –, transferi aqueles mesmos diálogos para Catão e Bruto assim que cheguei a minha vila. Eis que chega tua carta sobre Varrão. A ninguém me pareceu mais adequada a doutrina de Antíoco¹⁰.

Infelizmente para Cícero, as Acadêmicas chegaram a nossos dias não apenas em estado fragmentário, mas em duas versões. Na primeira delas, que, como vimos na passagem acima, o próprio autor considerava inadequada pelo uso das personagens, podemos observar os esforços de Cícero para contornar as possíveis críticas de seu público leitor e impedir que a obra perdesse credibilidade por faltar ao decoro, quando atribui, àqueles que negam que as personagens do livro tinham conhecimento do que ali discutiam, inveja não apenas dos vivos, mas também dos mortos:

Sunt etiam, qui negent in is qui <in> nostris libris disputent fuisse earum rerum de quibus disputatur scientiam. qui mihi videntur non solum vivis sed etiam mortuis invidere.

Há também quem afirme que as personagens que discutem nestes nossos livros não tinham conhecimento dos assuntos discutidos. Tais pessoas parecem-me invejar não apenas os vivos, mas também os mortos¹¹.

Assim, é de desconfiar que em outras passagens semelhantes dos diálogos de Cícero a mesma motivação esteja em jogo. Isso acontece, por exemplo, no *Da velhice*: embora não tenhamos o apoio

¹⁰ Cícero, *Ad Att.* XIII, 16, 1 (o itálico, na tradução, aponta os termos gregos usados pelo autor). Cf. também *Ad Att.* XIII, 12-25, em que se acompanha a evolução da escrita das diferentes versões das *Acadêmicas*.

¹¹ Cícero, *Luc.* II,2,7.

das cartas neste caso, podemos supor que Cícero tinha a mesma preocupação em relação à escolha da personagem principal, Catão, o Velho. Tratava-se de um difícil equilíbrio: de um lado, Catão era uma escolha adequada por ter tido uma velhice prolongada e por se ter sobressaído entre os demais em sua velhice, como o autor aponta no prefácio do *Da amizade*¹²; de outro, pareceria evidente, ao público leitor, que o conhecimento atribuído à personagem de Catão não correspondia ao de sua pessoa, como poderiam depreender de seus escritos, mas ao de Cícero. No prefácio da obra, endereçado a Ático, o autor vê-se obrigado a apresentar uma espécie de justificativa - Catão se teria dedicado às letras gregas exatamente em sua velhice:

qui si eruditius videbitur disputare, quam consuevit ipse in suis libris, attribuito litteris Graecis, quarum constat eum perstudiosum fuisse in senectute.

Caso ele [sc. Catão] pareça discutir de maneira mais erudita do que costumava fazer em seus livros, atribui-o às letras gregas, das quais sabe-se ter sido um grande estudioso na velhice¹³.

Também no *Do orador*, no prefácio ao terceiro livro, parece estar em ação uma estratégica semelhante: Cícero afirma que, embora não estivesse presente à discussão representada no diálogo e Cota lhe houvesse relatado apenas os tópicos da conversa, teria tentado adotar, ao longo da escrita do diálogo, o mesmo gênero de discurso que Crasso e Antônio empregavam quando discursavam. Receoso por conhecer a reputação que estes tinham em sua época (exatamente como acontece no caso da primeira versão das *Acadêmicas*), o autor aponta que os leitores que julgarem que as coisas se davam de maneira diferente da retratada no diálogo devem ser recriminados, seja por nunca terem ouvido os dois oradores pessoalmente, seja por incapacidade de julgamento:

quod si quis erit, qui ductus opinione vulgi aut Antonium ieiuniorum aut Crassum pleniorum fuisse putet, quam quomodo a nobis uterque inductus est, is erit ex iis, qui aut illos non audierit aut

¹² Cícero, *De am.* 4: *Catonem induxi senem disputantem, quia nulla videbatur aptior persona, quae de illa aetate loqueretur, quam eius, qui et diutissime senex fuisset et in ipsa senectute praeter ceteros florisset* (“Representei uma discussão de Catão, o Velho, porque nenhuma personagem parecia mais apta a falar daquela idade do que ele, que fora velho por muito tempo e florescera acima dos demais em sua própria velhice” [itálico nosso]).

¹³ Cícero, *De sen.* 3. Powell [in: Cícero (2004), p. 19], na introdução de sua edição do *Da velhice*, comenta a escusa de Cícero, concluindo que este teria descurado a *ethopoia* ao se deixar levar pelo fluxo de seu pensamento: “Cicero himself apologises [...] for making Cato talk with more erudition than the real Cato displayed in his books, as he had similarly needed to apologise for Crassus and Antonius in the *De oratore* and for Lucullus in the *Academica Priora*. Nevertheless, Cicero does seem to have made some effort to make the Greek literary references fit the character of Cato. It was not unrealistic, for example, to make Cato quote Xenophon with approval [...]. On the other hand, it is not safe (in the absence of other evidence) to argue from the appearance in the dialogue of an allusion to a Greek author that the real Cato knew that author, or even that Cicero thought he did; doubtless Cicero neglected ἠθοποιία when carried away by his own train of thought [...]”.

iudicare non possit. nam fuit uterque [...] cum studio et ingenio et doctrina praestans omnibus, tum in suo genere perfectus, ut neque Antonio deesset hic ornatus orationis neque in Crasso redundaret.

E se houver alguém que, levado pela opinião do vulgo, considere que Antônio era mais árido, ou que Crasso era mais intenso do que como ambos foram representados por nós, essa pessoa estará no número daqueles que não os ouviram ou que não são capazes de fazer um julgamento, pois ambos [...] não apenas superavam a todos pela dedicação, engenho e formação teórica, mas também eram perfeitos no gênero que adotavam, de modo que esse ornato do discurso não faltava a Antônio nem sobrava em Crasso¹⁴.

No *Bruto*, escrito quase uma década depois, há mais de um aceno à idéia de que a representação de Crasso, Cévola e Antônio ali feita seria exagerada em virtude das necessidades do autor. Assim, em 149, depois de uma ornada *σύγκρισις* dos dois primeiros, rica em paralelismos e quiasmos, Cícero antecipa a crítica:

Licet omnia hoc modo; sed vereor ne fingi videantur haec, ut dicantur a me quodam modo; res se tamen sic habet.

É possível apresentar assim todo o resto, mas receio que isso pareça forjado, a fim de que possa apresentá-los de determinada maneira. No entanto, as coisas se passavam dessa forma¹⁵.

De maneira mais expressiva, e aproveitando-se da forma dialógica da obra, Cícero usa a personagem de seu grande amigo e erudito Ático para atenuar o teor exagerado de quase tudo o que se diz na obra, fazendo-a, no começo do livro, observar que é lícito aos retores mentir em seus relatos a fim de apresentar seus temas de maneira mais expressiva¹⁶, e discorrer longamente, ao fim do relato de Cícero acerca da história dos oradores em Roma, acerca da ironia à maneira socrática que o Arpinate teria o tempo todo usado. Nesta segunda fala, dentre vários outros oradores, Ático refere-se à apresentação que Cícero faz de Crasso e Antônio:

venio ad eos in quibus iam perfectam putas esse eloquentiam, quos ego audiui, sine controversia magnos oratores, Crassum et Antonium. De horum laudibus tibi prorsus assentior, sed tamen non

¹⁴ Cícero, *De or.* III, 16.

¹⁵ Cícero, *Br.* 149.

¹⁶ Cícero, *Br.* 42: [...] *concessum est rhetoribus ementiri in historiis, ut aliquid dicere possint argutius* (“é permitido aos retores mentir em seus relatos históricos, a fim de que possam dizer algo de maneira mais expressiva”). A personagem de Ático é particularmente adequada para esse tipo de observação, uma vez que, depois de publicar o seu *Liber Annalis*, é apresentada como uma das fontes do próprio *Bruto* e como autoridade em questões históricas (cf. a caracterização do próprio Ático, em *Br.* 44, como *rerum Romanarum auctor religiosissimus*, “escrupulosíssimo historiador romano”).

isto modo: ut Polycliti Doryphorum sibi Lysippus aiebat, sic tu suasionem legis Serviliae tibi magistram fuisse. Haec germana ironia est.

Passo àqueles em quem consideras haver já a eloquência perfeita, os quais eu ouvi, grandes oradores, sem discussão, Crasso e Antônio. Concordo inteiramente com os elogios feitos a eles, mas não dessa maneira: tal como Lisipo dizia do Doríforo de Policlito, tu dizias que o discurso em favor da lei servília fora um mestre para ti. Isso é uma verdadeira ironia¹⁷.

Atenuando, porém, tal crítica de Ático, e adotando, como é próprio da Academia a que se filia, a estratégia da *disputatio in utramque partem*, a personagem do próprio Cícero relativiza a crítica:

Nam de Crassi oratione sic existimo, ipsum fortasse melius potuisse scribere, alium, ut arbitror, neminem. Nec in hoc ἑίρωνια me duxeris esse, quod eam orationem mihi magistram fuisse dixerim. Nam etsi tute melius existimare videris de ea, si quam nunc habemus, facultate, tamen adulescentes quid in Latinis potius imitemur non habebamus.

De fato, quanto ao discurso de Crasso, penso o seguinte: talvez ele pudesse ter escrito melhor, mas nenhum outro o faria, na minha opinião. Nem poderias me considerar irônico por ter afirmado que aquele discurso fora meu mestre. De fato, embora possas fazer um melhor juízo de minha capacidade, se é que agora tenho alguma, quando jovens não tínhamos um modelo a imitar de preferência a ele¹⁸.

E se o critério de decoro e, por extensão, verossimilhança é válido como regra de construção, também o é como modo de leitura do gênero dialógico, conforme uma passagem do início do *Da república* parece indicar. Ali, vemos as personagens de Tuberão e Cipião a discutir a relação entre a pessoa de Sócrates, histórica, e a personagem de Sócrates, fictícia, tal como representada nos diálogos de Platão. Diz-se que o Sócrates histórico era adepto exclusivamente da filosofia moral; porém, em Platão, argumenta Tuberão, vemos Sócrates a debater questões como números, geometria e harmonia, à maneira pitagórica. Cipião explica que Platão teria feito uma combinação de elementos socráticos e pitagóricos na personagem de Sócrates, e que isso se deve ao apreço que tinha pelo mestre:

Dein Tuberō: 'nescio Africane cur ita memoriae proditum sit, Socratem omnem istam disputationem reiecisse, et tantum de vita et de moribus solitum esse quaerere. quem enim auctorem de illo

¹⁷ Cícero, Br. 296. O discurso referido era de autoria de Crasso.

¹⁸ Cícero, Br. 298.

locupletiore Platone laudare possumus? cuius in libris multis locis ita loquitur Socrates, ut etiam cum de moribus de virtutibus denique de re publica disputet, numeros tamen et geometriam et harmoniam studeat Pythagorae more coniungere.' tum Scipio: 'sunt ista ut dicis; sed audisse te credo Tubero, Platonem Socrate mortuo primum in Aegyptum discendi causa, post in Italiam et in Siciliam contendisse, ut Pythagorae inventa perdisceret, eumque et cum Archyta Tarentino et cum Timaeo Locro multum fuisse et Philolai commentarios esse nactum, cumque eo tempore in his locis Pythagorae nomen vigeret, illum se et hominibus Pythagoreis et studiis illis dedisse. itaque cum Socratem unice dilexisset, eique omnia tribuere voluisset, leporem Socraticum subtilitatemque sermonis cum obscuritate Pythagorae et cum illa plurimarum artium gravitate contexuit.'

Disse Tuberão, em seguida: - Desconheço, Africano, o motivo de a tradição afirmar que Sócrates rejeitava todo esse tipo de discussão e que costumava pesquisar apenas a respeito da vida e dos costumes. Que autor mais rico podemos citar a esse respeito do que Platão, em cujos livros, em diversas passagens, Sócrates fala de tal maneira que, mesmo quando discute acerca dos costumes, das virtudes, da república, em suma, deseja unir a isso os números, a geometria e a harmonia, à maneira de Pitágoras?

Respondeu então Cipião: - É como dizes. Creio, porém, ter ouvido de ti, Tuberão, que, depois da morte de Sócrates, Platão se teria dirigido primeiramente para o Egito, a fim de estudar, depois para a Itália e a Sicília, para aprender a fundo as descobertas de Pitágoras, bem como que teria estado durante muito tempo na companhia de Arquitas de Tarento e de Timeu de Locros e adquirido os comentários de Filolau, e como naquele tempo estava em voga o nome de Pitágoras, se teria dedicado aos pitagóricos e àqueles seus estudos. Dessa forma, por estimar Sócrates de uma maneira singular e desejar atribuir-lhe todos os elementos, uniu o encanto de Sócrates e a sutileza de sua conversa à obscuridade de Pitágoras e àquela seriedade característica de numerosas artes¹⁹.

Intimamente ligada ao decoro está a questão da *auctoritas* das personagens, ou seja, em que medida, dentro da ficção do diálogo, a escolha desta ou daquela personagem, mais ou menos adequada e de maior ou menor autoridade, influencia a maneira como sua fala é recebida pelas demais, dentro do texto, e pelos leitores, fora dele. Uma carta de Cícero a seu irmão Quinto, datada de outubro ou novembro de 54 a.C., oferece-nos um vislumbre de como se efetivava a recepção de um diálogo na época. Aparentemente, Quinto perguntara, numa carta anterior, a respeito do andamento da escrita do *Da república* de Cícero. Este, depois de lhe responder que tem já completados dois dos nove livros previstos, distribuídos em nove dias feriados, no consulado de Tuditano e Aquílio (129 a.C.); que as personagens são o Africano, Lélcio, Filo, Manílio, P. Rutílio, Q. Tuberão, Fânio e Cévola, e que seu tema é a melhor constituição e o melhor cidadão, faz

¹⁹ Cícero, *De rep.* I, 16.

menção, com desapontamento, aos comentários que certo Salústio fizera à obra depois de ouvir sua leitura na vila de Cícero, em Túsculo:

Sane texebatur opus luculente hominumque dignitas aliquantum orationi ponderis adferebat. ii libri cum in Tusculano mihi legerentur audiente Sallustio, admonitus sum ab illo multo maiore auctoritate illis de rebus dici posse si ipse loquerer de re publica, praesertim cum essem non Heraclides Ponticus sed consularis et is qui in maximis versatus in re publica rebus essem; quae tam antiquis hominibus attribuerem, ea visum iri ficta esse; oratorum sermonem in illis nostris libris, qui essent de ratione dicendi, belle a me removisse, ad eos tamen rettulisse quos ipse vidissem; Aristotelem denique quae de re publica et praestanti viro scribat ipsum loqui.

Commovi me, et eo magis quod maximos motus nostrae civitatis attingere non poteram, quod erant inferiores quam illorum aetas qui loquebantur. ego autem id ipsum tum eram secutus, ne in nostra tempora incurrens offenderem quempiam.

A escrita da obra prosseguia esplendidamente, e a dignidade desses homens conferia algum peso ao discurso. Quando esses livros foram lidos para mim na vila de Túsculo na presença de Salústio, que acompanhava a leitura, fui advertido por ele de que era possível tratar aqueles temas com uma autoridade muito maior se eu mesmo falasse da república, sobretudo porque eu não era Heráclides do Ponto, mas um consular, e que me havia ocupado das questões mais importantes da república; o que eu atribuísse a homens tão antigos pareceria fictício; eu afastara corretamente de mim o diálogo dos oradores naqueles nossos livros que tratam da doutrina do discurso, pois os referira, apesar disso, a homens que vira pessoalmente; Aristóteles, enfim, quando escreve sobre a república e o homem eminente, fala em sua própria pessoa.

Isso me abalou, e tanto mais porque não podia abordar as agitações mais importantes de nossa cidade por serem posteriores à geração dos que falavam. Mas eu buscara exatamente isso, a fim de não ofender alguém ao incorrer em nosso tempo²⁰.

O relato de Cícero mostra que a *auctoritas* das personagens era um critério de produção e recepção do gênero dialógico: já o vimos, por exemplo, na reformulação que o autor fez das *Acadêmicas*, por considerar inadequado o uso de Cátulo, Hortênsio e Luculo como porta-vozes de correntes filosóficas que desconheciam quando vivos. A inadequação ali apontada refere-se exatamente à questão da *auctoritas* das personagens. Para Salústio, o fato de Cícero ser um consular com vasta experiência nos assuntos públicos credencia-o como o mais apto a tratar do assunto em própria pessoa, tal como Aristóteles fizera, independentemente do fato de as personagens escolhidas por Cícero estarem encenando opiniões do próprio autor. A Cícero, em contrapartida, a *dignitas*

²⁰ *Ad Q. fr. III, 5.*

dessas personagens do passado parecia conferir peso suficiente a sua obra, donde o desapontamento pela crítica a sua escolha.

Exatamente o mesmo critério aparece nos prefácios do *Da velhice* e do *Da amizade*. No primeiro, o Arpinate aponta que, ao contrário de um de seus antecedentes no gênero, Áristo de Ceos (ou de Quios), preferiu não fazer uso da personagem de Titono porque haveria *pouca autoridade* num mito, escolhendo atribuir a fala principal do diálogo a Catão, o Censor, exatamente para que o discurso tivesse *maior autoridade*²¹; no segundo, generaliza a idéia de que o gênero dialógico se apóia na autoridade de homens do passado:

Genus autem hoc sermonum positum in hominum veterum auctoritate, et eorum inlustrium, plus nescio quo pacto videtur habere gravitatis; itaque ipse mea legens sic adficio interdum, ut Catonem, non me loqui existimem.

Este gênero dos diálogos tem alicerce na autoridade dos antigos, e a dos ilustres, não sei de que modo, parece ter mais gravidade; assim, eu mesmo, quando leio minhas próprias palavras, sou de tal modo afetado, que julgo que é Catão, não eu, quem está a falar²².

Na carta a Quinto, porém, o fato de Cícero fazer uso de personagens do passado é apresentado como tendo uma motivação diferente: não causar ofensa a algum de seus contemporâneos. O autor trata dessa mesma questão, ainda que de passagem, numa carta de junho de 45 a.C. (*Ad Att.* XIII, 19), apontando que, até a escrita das *Acadêmicas*, havia decidido não incluir nenhuma personagem viva em seus diálogos²³; no caso da distribuição das personagens do *Dos limites do bem e do mal*, afirma que acreditara não estar causando inveja a ninguém ao atribuir o papel do epicurista a L. Torquato, do estóico a M. Catão e do peripatético a M. Pisão, uma vez que tais pessoas não estavam mais vivas²⁴.

Já a crítica feita por Salústio ao fato de que o diálogo de personagens de um passado distante, tal como Cícero empreendera fazer no *Da república*, pareceria fictício evoca novamente o preceito da verossimilhança: o problema apontado não é, como poderia parecer a nossos ouvidos modernos, que o diálogo pareça fictício no sentido de ser falso, não verdadeiro – ou seja, não está em questão o fato de que o diálogo representado efetivamente nunca ocorreu²⁵. O que importa para Salústio é a

²¹ Cícero, *De sen.* 3. A redundância no uso do termo está no original.

²² Cícero, *De Am.* 4.

²³ Cícero, *Ad Att.* XIII, 19, 3.

²⁴ Cícero, *Ad Att.* XIII, 19, 4.

²⁵ Confronte-se, a esse respeito, a carta de Cícero a Varrão (*Ad Fam.* IX, 8, 1), quando da publicação das *Acadêmicas*, em que o autor, comentando o fato de representar ali uma conversa fictícia, aponta que isso faz parte da tradição do gênero dialógico: *Feci igitur sermonem inter nos habitum in Cumano, cum esset una Pomponius; tibi dedi partes Antiochinas, quas a te*

verossimilhança do diálogo, que é comprometida, a seu ver, pela distância das personagens representadas em relação ao autor. Essa interpretação é corroborada pelo que se segue na carta: Cícero aponta que a crítica de Salústio não vale para o *Do orador*, que é igualmente constituído por personagens do passado, porque Cícero as conheceu pessoalmente, convivera com elas, fora discípulo de Crasso no *tirocinium fori*: ou seja, nenhum dos dois diálogos aconteceu na realidade, mas, para Salústio, a escolha das personagens funciona no *Do orador* mas não no *Da república*, porque inverossímil neste e verossímil naquele. Não é feita menção ao fato de que, no *Do orador*, Cícero não apresenta a conversa dos três livros como se tivesse estado presente a elas, mas como relatadas por C. Aurélio Cota.

IV

Seguindo, então, os critérios de decoro, verossimilhança e autoridade apontados na obra de Cícero, podemos nos perguntar de que maneira o autor os emprega na construção do *Do orador* a fim de conferir a maior credibilidade possível a seu diálogo. De um lado, temos o já mencionado fato de que os dois protagonistas, Antônio e Crasso, tinham, tal como Cícero, ampla experiência nas causas e eram, segundo o autor quer nos fazer crer, os dois maiores oradores de sua época – generalizando a formulação de Quintiliano, Cícero soma a seu juízo a autoridade das personagens²⁶; de outro, se acreditarmos no que o próprio Cícero afirma, no *Bruto*, a respeito das duas personagens principais, sobretudo pelo modo como distribuiu as tarefas que cabia a cada uma das personagens tratar: o primeiro dedica-se, no livro II, aos tratamentos da invenção, da disposição e da memória; o segundo, por sua vez, aos da elocução e da atuação. Ora, de acordo com o *Bruto*, a invenção, a disposição e a memória eram os pontos mais fortes da oratória de Antônio, enquanto Crasso era um orador perfeito, que combinava a seriedade à graça e à urbanidade e, o que mais nos interessa aqui, dotado de uma linguagem refinada, exata e elegante, sem afetação. Diz Cícero do primeiro:

probari intellexisse mihi uidebar, mihi sumpsi Philonis. Puto fore ut cum legeris mirere nos id locutos esse inter nos quod numquam locuti sumus; sed nosti morem dialogorum [“Compus, então, uma conversa que tivemos em minha vila de Cumas, quando Pompônio estava conosco; atribuí a ti as partes referentes a Antíoco, as quais julgava ter notado serem de tua aprovação; tomei a meu cargo as relativas a Filo. Julgo que, ao lê-la, te espantarás por termos uma conversa que nunca tivemos; mas conheces a tradição dos diálogos”].

²⁶ Em *Inst. or.* X, 3, 1, Quintiliano refere a escrita (*stilus*) como o recurso que mais traz benefícios ao orador, apoiando-se na autoridade de Cícero, no *Do orador*, de que comenta o uso da personagem de Crasso e de sua *auctoritas*: *Nec inmerito M. Tullius hunc [sc. stilum] “optimum effectorem ac magistrum dicendi” uocat, cui sententiae personam L. Crassi in disputationibus quae sunt de oratore adsignando iudicium suum cum illius auctoritate coniunxit* [“E não é sem motivo que Cícero a chama [sc. à escrita] de melhor realizadora e mestra do discurso”. Ao atribuir, nas discussões que tratam do orador, a personagem de L. Crasso a tal pensamento, juntou seu juízo à autoridade deste”]. Repare-se, por sinal, a precisão da formulação de Quintiliano: de fato, não afirma que Cícero atribui tal pensamento a Crasso, como pretendem alguns tradutores, mas que atribui a personagem de Crasso a tal pensamento, o que está mais de acordo com o *modus operandi* do diálogo.

Omnia ueniebant Antonio in mentem; eaque suo quaeque loco, ubi plurimum proficere et ualere possent, ut ab imperatore equites pedites leuis armatura, sic ab illo in maxime opportunis orationis partibus conlocabantur. Erat memoria summa, nulla meditationis suspicio [...].

Tudo ocorria a Antônio, e cada ponto no exato lugar onde pudesse ter mais proveito e força: tal como um general dispõe os cavaleiros, a infantaria, as tropas ligeiras, assim ele fazia nas partes mais oportunas do discurso. Tinha uma memória excelente, sem qualquer suspeita de premeditação [...]²⁷.

Por outro lado, sua linguagem não era muito apurada:

Verba ipsa non illa quidem elegantissimo sermone, itaque diligenter loquendi laude caruit [...].

Suas palavras propriamente ditas não eram a da linguagem mais apurada e, assim, ele carecia do mérito da fala cuidadosa [...]²⁸.

Já de Crasso, diz:

Equidem quamquam Antonio tantum tribuo quantum supra dixi, tamen Crasso nihil statuo fieri potuisse perfectius. erat summa gravitas, erat cum gravitate iunctus facetiarum et urbanitatis oratorius, non scurrilis lepos, Latine loquendi accurata et sine molestia diligens elegancia [...].

Quanto a mim, embora atribua a Antônio tudo o que disse acima, afirmo que nada podia haver de mais perfeito do que Crasso. Havia nele extrema seriedade, havia, junto com a seriedade, uma humor oratório, não bufonesco, próprio dos gracejos e da urbanidade, uma elegância, no falar latim, precisa e cuidadosa, mas sem afetação [...]²⁹.

V

Além da passagem do prefácio ao primeiro livro do *Do orador* citada acima, em que Cícero contrapõe o maior refinamento e perfeição da obra que se lerá ao *Da invenção*, em mais dois passos desse primeiro prefácio o autor acena para a questão da insuficiência dos preceitos dos manuais de retórica para que os jovens aprendizes atinjam a eloquência.

²⁷ Cícero, Br. 139.

²⁸ *Idem*, 140. Utilizamos, para o texto latino, a pontuação de Hendrickson, em Cícero (1988), p. 122.

²⁹ Cícero, Br. 143.

Na primeira (que faz lembrar a carta a Lântulo Espínter, na qual, como vimos, Cícero recomenda a obra para a leitura de seu filho Lântulo, exatamente pelo fato de se afastar dos preceitos repisados dos manuais), essa insuficiência é contraposta ao conhecimento das demais artes, indispensável para que não se atinja uma elocução vazia e pueril. Temos apresentado, então, um dos temas mais recorrentes ao longo do *Do orador*, e que será examinado numa *disputatio in utramque partem* no primeiro livro, a necessidade de um conhecimento geral por parte do orador:

quam ob rem mirari desinamus quae causa sit eloquentium paucitatis, cum ex illis rebus universis eloquentia constet quibus in singulis elaborare permagnum est, hortemurque potius liberos nostros ceterosque quorum gloria nobis et dignitas cara est, ut animo rei magnitudinem complectantur neque eis aut praeceptis aut magistris aut exercitationibus quibus utuntur omnes, sed aliis quibusdam se id quod expetunt consequi posse confidant. ac mea quidem sententia nemo poterit esse omni laude cumulatus orator, nisi erit omnium rerum magnarum atque artium scientiam consecutus. etenim ex rerum cognitione efflorescat et redundet oportet oratio; quae nisi subest res ab oratore percepta et cognita, inanem quandam habet elocutionem et paene puerilem.

Deixemos de nos perguntar o motivo da escassez de oradores eloqüentes, uma vez que a eloqüência é constituída de todos aqueles elementos em que é grandioso aperfeiçoar-se isoladamente, e exortemos, antes, nossos filhos e os demais cuja glória e dignidade nos é cara, a se dedicarem vivamente à grandeza da eloqüência, e a não confiarem na possibilidade de atingir o que esperam *por meio dos preceitos, mestres ou exercícios de que todos se servem, mas por meio de outros fatores*. Segundo penso, nenhum orador poderá ser cumulado de toda a glória se não atingir o conhecimento de todos os grandes temas e artes. E, de fato, é preciso que o discurso floresça e fique exuberante devido ao conhecimento dos temas. A não ser que, sob a superfície, esteja o entendimento e conhecimento do tema por parte do orador, ele terá uma elocução vazia e quase pueril³⁰.

Esse “por meio de outros fatores” (*aliis quibusdam*) define, de certa forma, o *Do orador*: o leitor da época, acostumado aos manuais de retórica, certamente deve ter-se espantado ao se deparar com a defesa que Crasso faz do conhecimento do direito, por exemplo, ou do conhecimento das três partes da filosofia (ou, pelo menos, da ética) por parte do orador, bem como com a reduzidíssima apresentação da doutrina do *status quaestionis* e com a retomada da tripartição *logos/ethos/pathos*, proposta pela primeira vez por Aristóteles, na *Retórica*.

A segunda passagem contrapõe explicitamente a autoridade das personagens que Cícero empregará na obra à doutrina pueril dos retores gregos. Vemos ali a delimitação do âmbito da discussão, que será, em grande medida, tomada à tradição, mas não se reduzirá à preceituação

³⁰ Cícero, *De or.* I, 19-20.

comum dos manuais; além disso, o autor, tal como fará por meio das personagens de Crasso e Antônio ao longo da obra, aponta que não despreza os escritores e mestres gregos de oratória, mas que não faria sentido oferecer uma tradução do grego, já que os manuais estão ao acesso de todos e não podem ser melhorados pelo ornato ou pela clareza:

sed quia non dubito quin hoc plerisque inmensum infinitumque videatur, et quod Graecos homines non solum ingenio et doctrina sed etiam otio studioque abundantis partitionem iam quandam artium fecisse video neque in universo genere singulos elaborasse, sed seposuisse a ceteris dictionibus eam partem dicendi quae in forensibus disceptationibus iudiciorum aut deliberationum versaretur et id unum genus oratori reliquisse, non complectar in his libris amplius quod huic generi re quaesita et multum disputata summorum hominum prope consensu est tributum, repetamque non ab incunabulis nostrae veteris puerilisque doctrinae quendam ordinem praeceptorum, sed ea quae quondam accepi in nostrorum hominum eloquentissimorum et omni dignitate principum disputatione esse versata. non quo illa contemnam quae Graeci dicendi artifices et doctores reliquerunt, sed cum illa pateant in promptuque sint omnibusque neque ea interpretatione mea aut ornatius explicari aut planius exprimi possint, dabis hanc veniam, mi frater, ut opinor, ut eorum quibus summa dicendi laus a nostris hominibus concessa est auctoritatem Graecis anteponam.

Mas, por não duvidar que à maioria isso possa parecer uma tarefa gigantesca e infinita, e percebendo que os gregos, ricos não apenas em engenho e em saber, mas também em ócio e estudo, já realizaram uma partição das artes e não se dedicaram, cada um deles, a todos os gêneros, mas separaram, das demais formas de discurso, aquela parte da oratória que diria respeito aos debates públicos dos julgamentos ou das deliberações e deixaram ao orador apenas esse gênero, nestes livros não irei, dado que o tema é objeto de estudo e muita discussão, além do que lhe foi atribuído praticamente pelo consenso dos mais elevados homens, e retomarei, não determinada ordem dos preceitos tomada aos elementos de nossa antiga e pueril doutrina, mas aquilo que, soube outrora, foi examinado numa discussão de nossos conterrâneos mais eloqüentes e primeiros em toda dignidade; não que eu despreze o que os escritores e mestres de oratória gregos nos legaram, mas, como tais escritos são acessíveis e estão ao alcance de todos, e não podem, por meio de minha tradução, ser explicados com maior ornato ou expressos com maior clareza, concederás a licença, meu irmão, segundo penso, de antepor aos gregos a autoridade daqueles a quem os latinos concederam a suma glória na oratória³¹.

De fato, a estrutura seguida no *Do orador* guarda diferenças significativas em relação àquela que encontramos na *Retórica a Herênio*, o único exemplar completo, em latim, da tradição dos manuais de retórica anterior à obra a chegar até nós. A própria adoção da forma dialógica, antes de

³¹ Cícero, *De or.* I, 23.

mais nada, já abre uma gama de possibilidades inacessíveis ao formato de tratado daquela: em *Do orador* I, por exemplo, vemos a questão da necessidade do conhecimento de direito e de filosofia, por parte do orador, ser defendida por Crasso e refutada em parte por Cévola, totalmente por Antônio, ainda que haja uma espécie de retratação da parte deste no começo do livro II. Além disso, observamos, no *Do orador*, o tratamento do uso do *ethos* e do *pathos* pelo orador inserido no tratamento da invenção, algo que certamente causaria estranheza ao leitor contemporâneo de Cícero e que está, de certa forma, previsto na fala de Cátulo em que interrompe Antônio quando está para começar a discorrer sobre o *ethos* e o *pathos*, alegando que aquele seria o momento de começar a investigar a disposição³². Ora, parece evidente que Cícero está aqui encenando a surpresa que o leitor da época, acostumado à seqüência dos manuais, deve ter sentido: nestes, o tratamento do *ethos* e do *pathos* praticamente se limitava às passagens concernentes ao exórdio e à peroração; ainda em *Do orador* II há outra inovação: o chamado excursus sobre o riso, na fala de Júlio César Estrabão, baseado, crê-se, no perdido Περὶ γελοίου de Teofrasto e ausente da tradição dos manuais de retórica; em *Do orador* III há também significativas diferenças em relação a esta: no tratamento da elocução, por exemplo, em lugar da enumeração de tropos e figuras seguida de exemplificação, vemos uma rápida citação deles, de maneira bastante abreviada e sem exemplos; Crasso, além disso, interrompe sua fala sobre as quatro virtudes do discurso, que são ali chamadas de luzes, para falar da estreita união entre eloqüência e filosofia e de como as duas estavam ligadas até que Sócrates e seus seguidores as dividissem.

VI

A primeira menção aos manuais no diálogo propriamente dito insere-se na segunda fala de Crasso, a réplica à objeção de Cévola de que o orador não possui conhecimento do direito. Crasso concede a seu sogro que há um domínio próprio do orador que é quase sempre circunscrito aos pareceres no senado e às causas no fórum; porém, mesmo dentro desse domínio restrito, que criticará, posteriormente, em diversas passagens do *Do orador*, há elementos *relativos ao orador* que os retores desconhecem ou não dominam. Na verdade, como já dissemos acima com base em May e Wisse, uma das grandes inovações do *Do orador* é a mudança de seu foco do discurso para o orador, conforme seu próprio título explicita. A tradição dos manuais de retórica tivera início tendo em vista facilitar a produção de um discurso em seu contexto ateniense, em que o litigante era obrigado a empreender sua própria defesa. Assim, em sua forma primitiva, os passos ou, como são tecnicamente

³² Cícero, *De or.* II, 179.

chamados, as partes do discurso (exórdio, narração, prova e peroração em sua versão mais simples) deram forma aos manuais. Posteriormente, começando por Aristóteles, entrou em funcionamento um sistema concomitante, o das etapas ou partes da retórica (invenção, disposição, elocução, memória e atuação). Cícero, no *Do orador*, fará uso de ambos (já vimos como o tratamento das partes é dividido entre os dois protagonistas; dentro da fala de Antônio, no livro II, há a menção e a crítica rigorosa ao sistema das partes do discurso), mas o que está primordialmente em jogo é o orador (daí a ênfase no segundo sistema) e, mais precisamente, o orador perfeito, conforme várias passagens que analisaremos mais adiante mostrarão. Eis a fala de Crasso:

nam si quis erit qui hoc dicat, esse quasdam oratorum proprias sententias atque causas et certarum rerum forensibus cancellis circumscriptam scientiam, fatebor equidem in iis magis adsidue versari hanc nostram dictionem; sed tamen in iis ipsis rebus permulta sunt, quae isti magistri qui rhetorici vocantur nec tradunt nec tenent. quis enim nescit maxime vim existere oratoris in hominum mentibus vel ad iram aut ad odium aut dolorem incitandis vel ab hisce isdem permotionibus ad lenitatem misericordiamque revocandis? quae nisi qui naturas hominum vimque omnem humanitatis causasque eas quibus mentes aut incitantur aut reflectuntur penitus perspexerit, dicendo quod volet perficere non poterit.

De fato, se houver alguém que afirme que há certos pareceres e causas próprios dos oradores, bem como um conhecimento de determinadas questões circunscrito aos limites do fórum, eu admitirei que nosso discurso versa com maior frequência sobre elas; no entanto, dentre tais questões, há inúmeras que os próprios mestres que são denominados de retores não ensinam nem dominam. Com efeito, quem desconhece que o poder do orador manifesta-se sobretudo quando incita as mentes dos homens à ira, ao ódio ou à indignação, ou quando as reconduz de tais paixões à brandura e à misericórdia? Por isso, a não ser que tenha um conhecimento completo dos temperamentos dos homens, bem como de toda a natureza humana e das causas pelas quais se incitam ou apaziguam as mentes, não será capaz de realizar o que quiser pelo discurso³³.

Não sem motivo, o primeiro quesito levado em conta por Crasso é justamente o uso das paixões por parte do orador, uma das inovações na tradição retórica, como vimos acima, que aparece pela primeira vez em Aristóteles e é retomada, pelo menos nos textos supérstites, apenas em Cícero, sendo considerada em diversas passagens do *Do orador* um dos aspectos mais importantes, senão o mais importante, para que o orador seja capaz de conduzir as mentes dos homens para onde quiser e obter êxito em seu discurso. Há nessa fala de Crasso, porém, um detalhe fundamental: no tratamento das paixões feito por Antônio, no livro II, não ocorre uma exposição completa dos

³³ Cícero, *De or.* I, 52-53.

temperamentos dos homens, como Crasso parece exigir aqui, nem um estudo das causas das paixões. Na verdade, isso é o que Aristóteles pretende fazer no livro II de sua *Retórica*. Sabedor disso ou não, Cícero aponta, na seqüência dessa fala de Crasso, que tal conhecimento pertence ao domínio dos filósofos:

atqui totus hic locus philosophorum proprius videtur, neque orator me auctore umquam repugnabit; sed cum illis cognitionem rerum concesserit, quod in ea solum illi voluerint elaborare, tractationem orationis, quae sine illa scientia nulla est, sibi adsumet; hoc enim est proprium oratoris quod saepe iam dixi: oratio gravis et ornata et hominum sensibus ac mentibus accommodata.

Todo este terreno parece domínio dos filósofos, e jamais consentirei que um orador se oponha a isso; mas, concedendo-lhes embora o conhecimento das coisas, por pretenderem dedicar-se apenas a ele, tomará para si o trato do discurso, o qual, sem aquele conhecimento, não existe. De fato, é próprio do orador, como já disse muitas vezes, um discurso grave, ornado e adequado às concepções e às mentes dos homens³⁴.

Como parte da *disputatio in utramque partem* do livro I, Antônio refutará essa necessidade de um conhecimento completo dos temperamentos dos homens exigida por Crasso, advogando que basta um conhecimento superficial do caráter dos homens para se atingir o objetivo de conduzir suas mentes para onde se quiser e apontando que o tratamento dado pelos filósofos é inadequado para o uso no fórum:

quorum ego copiam magnitudinemque cognitionis atque artis non modo non contemno, sed etiam vehementer admiror; nobis tamen, qui in hoc populo foroque versamur, satis est de moribus hominum et scire et dicere, quae non abhorrent ab hominum moribus. quis enim umquam orator magni et gravis, cum iratum adversario iudicem facere vellet, haesitavit ob eam causam quod nesciret quid esset iracundia, fervore mentis an cupiditas poeniendi doloris? quis, cum ceteros animorum motus aut iudicibus aut populo dicendo miscere atque agitare vellet, ea dixit quae a philosophis dici solent?

Não apenas não desprezo a riqueza e a grandeza de conhecimento e arte desses homens, mas também muito as admiro; para nós, no entanto, que nos ocupamos deste povo aqui e do fórum, basta saber e dizer, a respeito do caráter dos homens, o que não se afasta de tal caráter. De fato, que orador grandioso e sério, quando pretendia provocar a ira do juiz contra o adversário, alguma vez hesitou por não saber o que é a cólera, se um fervor da mente ou o desejo de vingar uma ofensa? Quem, quando queria produzir e provocar

³⁴ Cícero, *De or.* I, 54.

outras paixões nos juizes ou no povo pelo discurso, disse o que os filósofos costumam dizer?³⁵

Ora, se Cícero leu a *Retórica* de Aristóteles, questão controversa que discutiremos adiante, essa fala de Antônio mostra que não estava satisfeito com o tratamento ali conferido às paixões, o qual, como sabemos, parte da definição de cada uma delas³⁶, precisamente o elemento que Antônio, na fala acima, considera mais irrelevante para a atuação do orador. A inadequação de tal método para o uso por parte do orador é notada, por exemplo, por seu tradutor e comentador George A. Kennedy, que chega a especular que toda essa passagem do livro II seria um estudo à parte que depois foi combinado com o restante da obra para formar a *Retórica* que conhecemos³⁷. De qualquer forma, neste caso a opinião de Cícero parece pender para o lado de Antônio, uma vez que cabe a este o tratamento das paixões, em *Do orador* II, e que não vemos ali uma abordagem teórica tal como exigida por Crasso e como se vê em Aristóteles, conforme teremos a oportunidade de analisar no Capítulo 3.

VI

Em *Do orador* I, 80-95 vemos Cícero colocar em ação uma estratégia recorrente ao longo deste e de outros diálogos, teorizada num artigo de G. L. Hendrickson publicado no começo do século XX:

The Ciceronian dialogue, reminiscent of the origins of this literary form in a metropolis of talkers, and at a time before the general diffusion of books, still aims to maintain the fiction that spoken discourse is the normal medium for the communication and

³⁵ Cícero, *De or.* I, 219-220.

³⁶ Assim Solmsen sintetiza o método de Aristóteles para o tratamento dos *páthe*: “His [sc. Aristotle’s] treatment of these [sc. the *páthe*] begins with a definition. He then proceeds to elaborate the implications of his definition and to describe the circumstances under which such *πάθη* are likely to arise and the types of men in whom they are likely to arise and the types of men in whom they are likely to be aroused and against whom they may be directed. *Throughout these chapters Aristotle is anxious to base every assertion either on the definition itself, on one of its component parts, or on something previously deduced from the definition.*” In: Solmsen (1938), p. 393 (itálico nosso).

³⁷ Cf. os comentários introdutórios do estudioso a *Retórica* II, 2-11: “These famous chapters on the emotions, the earliest systematic discussion of human psychology, seem to have originated in some other context and have been only partially adapted to the specific needs of a speaker. With a few exceptions (e.g., 2.3.13 and 6.20, 24) the examples given are not drawn from rhetorical situations; and some (e.g., 2.2.10-11) do not at all fit a deliberative, judicial, or epideictic audience. The primary rhetorical functions of the account is apparently to provide a speaker with an ability to arouse these emotions in an audience and thus to facilitate the judgment sought (see 1.2.5, 2.1.4, 2.2.27, 2.3.17, 2.4.32, 2.5.15, 2.9.6, and 2.10.11). But some of the emotions (e.g., shamelessness, unkindliness or envy) are not ones a speaker is likely to want to arouse toward himself, and a secondary purpose emerges in 2.4.32 and 2.7.5-6: how to arouse emotion against an opponent and how to refute an opponent’s claims to the sympathy of an audience. *All these passages seem to be afterthoughts, tacked on to the discussion to adapt them to their present context*; chapters 6, 7, 8, and 11 lack any adaptation.” Kennedy in Aristotle (1991), p. 122 (itálico nosso).

transmission of thought. In large measure therefore, though by no means consistently, it ignores books and avoids allusions to them, referring a knowledge of the statements or opinions of others to communication with the speakers of the dialogue by word of mouth, either directly or through intermediaries. Upon this fiction is based the whole framework of composition, as when dialogues like *De oratore* or *De re publica*, which are, in fact, learned treatises drawn from the technical literature of rhetoric or philosophy, are represented as having been reported to the author by some one who heard the actual discussion which the dialogue reproduces. It should be, and in Cicero's best work is, an essential part of the dialogue setting, to indicate clearly the channels of such transmission³⁸.

Na mencionada passagem, Antônio relata um episódio que teria acontecido em sua estada em Atenas, quando, a caminho da província da Cilícia, que governaria na qualidade de procônsul, teria sido obrigado a deter-se em virtude de dificuldades de navegação. Ali, teria presenciado a discussão de eminentes filósofos – Mnesarco, Cármas, Menedemo – acerca do ofício e da natureza do orador. Ora, aplicando a teoria de Hendrickson, podemos formular uma primeira hipótese, a de termos aqui uma discussão presente em uma ou mais fontes filosóficas gregas, hoje perdidas, a que Cícero alude obliquamente, por meio do relato das diversas posições desses filósofos perante Antônio; e de o arpinate ter feito uso de uma situação real, a administração da província da Cilícia por parte de Antônio, para adequá-la a seus interesses dentro da ficção do diálogo³⁹, como parece fazer em outros passos e com outras personagens.

Essa estratégia também está relacionada ao decoro e à dignidade das personagens, e a vemos já na própria ambientação da obra: os interesses primordiais de Crasso, Antônio, Cévola e os demais

³⁸ Hendrickson (1906), p. 184.

³⁹ Rawson (1972), p. 41, baseando-se nas evidências apresentadas nas cartas de Cícero a Ático, exemplifica e resume bem o cuidado de Cícero na escolha de detalhes históricos e de antiquário para os diálogos situados no século II a.C., que são a maioria: “[...] I would stress the extreme variety of sources which Cicero draws on for his picture of the late second century, when most of these dialogues are set; oral tradition and family material, as the letters to Atticus checking up on examples of children dying before their father show; official documents, like the *senatus consulta* for 146 looked up by one of Atticus' staff; the writings of any character appearing, especially those of Cato; the poets, especially Ennius and possibly Lucilius – these were treated with due caution, as the discussion in the *Brutus* of Ennius' reference to the eloquence of Cethegus shows; the man was a contemporary, but dead when Ennius wrote, so flattery was out of the question; and Cicero was well aware of the difference between history and historical poetry, as the proem to the *De legibus* and other passages show. Further, Cicero has an eye for the incidental historical information in a philosophical source – Clitomachus' dedication of his work to his countrymen, the Carthaginians enslaved in 146, or an anecdote about Scipio Aemilianus recounted by Panaetius. He can use a monument, like Atilius Calatinus' elogium, mentioned in the *De senectute*. And of course he does not neglect the historians who wrote in and of his beloved century.” Já May & Wisse (2001), p. 17, em sua introdução ao *Do orador*, afirmam que, em se tratando de questões de pano de fundo histórico, devemos considerá-las históricas: “When we are dealing with matters of general background, not with aspects touching the subject matter of the work, we must assume them to be historical. Whenever one of the numerous references to historical events that Cicero has incorporated into the work (to people, magistracies, etc.) can be checked against other sources, it turns out to be accurate, apart from a few apparent mistakes. His letters from 45-44 BC, when he was writing his philosophical works, also show him constantly hunting out historical information, such as the dates of events he wanted to mention. Cicero clearly aimed at historical plausibility.”

são sempre relacionados à política e à república, enquanto as questões que dizem respeito à arte oratória ou a qualquer discussão de cunho mais teórico estão a elas subordinadas. Assim, ao fim do prefácio do livro I, Cícero aponta que, segundo o relato de Cota, que teria estado presente às conversações apresentadas na obra, Crasso e seus convidados retiraram-se para sua vila em Túsculo durante os jogos latinos e, ao chegarem ali, discutiram, durante o primeiro dia, acerca de política e da situação geral da república, *tendo sido esse o motivo de sua ida para lá*. Evidentemente, Cícero está levando em conta a questão do decoro das personagens – não caberia a autoridades de dignidade consular retirar-se de Roma a fim de tratar de questões técnicas sobre retórica e oratória:

hi primo die de temporibus deque universa re publica, quam ob causam venerant, multum inter se usque ad extremum tempus diei collocuti sunt. quo quidem in sermone multa divinitus a tribus illis consularibus Cotta deplorata et commemorata narrabat, ut nihil incidisset postea civitati mali quod non inpendere illi tanto ante vidissent. eo autem omni sermone confecto tantam in Crasso humanitatem fuisse, ut cum lauti accubuissent, tolleretur omnis illa superioris tristitia sermonis eaque esset in homine iucunditas et tantus in loquendo lepos, ut dies inter eos curiae fuisse videretur, convivium Tusculani.

No primeiro dia, eles conversaram durante muito tempo, até anoitecer, acerca das circunstâncias e de política em geral, *motivo de haverem ido para lá*. Cota narrava muitas queixas e recordações daqueles três antigos cônsules, tão proféticas que mal algum poderia sobrevir à cidade que há muito já não houvessem percebido pairar sobre ela. Relatava também que, terminada essa conversa, tamanha era a gentileza de Crasso que, depois de se banharem e deitarem, dissipara toda a tristeza daquela primeira conversa, e tal era a alegria daquele homem, e tamanha a sua graça ao falar, que *o dia em meio a eles parecia digno do senado*, o banquete, da vila de Túsculo⁴⁰.

Cícero, por sinal, em carta a Ático, aponta explicitamente o decoro como motivo de haver retirado a personagem de Cévola da discussão mais técnica que tem início no livro II:

Quod in iis libris quos laudas personam desideras Scaevolae, non eam temere dimovi sed feci idem quod in πολιτεία deus ille noster Plato. Cum in Piraeum Socrates venisset ad Cephalum, locupletem et festivum senem, quoad primus ille sermo habetur, adest in disputando senex, deinde cum ipse quoque commodissime locutus esset, ad rem divinam dicit se velle discedere neque postea revertitur. credo Platonem vix putasse satis consonum fore si hominem id aetatis in tam longo sermone diutius retinisset. multo ego magis hoc mihi cavendum putavi in Scaevola, qui et aetate et valetudine erat ea qua eum esse meministi et iis honoribus ut vix satis decorum videretur eum pluri

⁴⁰ Cícero, *De or.* I, 26.

dies esse in Crassi Tusculano. et erat primi libri sermo non alienus a Scaevolae studiis, reliqui libri τεχνολογίαν habent, ut scis. huic ioculatorem senem illum, ut noras, interesse sane nolui.

Quanto ao fato de sentires falta da personagem de Cévola nos livros que elogias, eu não a removi por acaso, mas fiz o mesmo que Platão, nosso célebre deus, em sua *República*. Tendo Sócrates ido ao Pireu para encontrar-se com Céfalo, velho rico e festivo a quem dirige sua primeira fala, o velho permanece para a discussão; em seguida, depois de falar de maneira bastante decorosa, diz pretender sair para um ritual divino, não voltando posteriormente. Creio que Platão julgou que dificilmente seria adequado se retivesse um homem de idade por mais tempo num diálogo tão longo. Julguei que deveria ter muito mais cuidado em relação a Cévola, que apresentava tal idade e estado de saúde, como te lembrás que ele tinha, e tais honrarias, *que quase não pareceria decoroso que passasse vários dias na vila de Crasso em Túsculo*. E o diálogo do primeiro livro não era alheio aos estudos de Cévola; os demais livros apresentam uma *technologia*, como sabes. Simplesmente não quis que aquele velho brincalhão que conhecias participasse dela⁴¹.

A mesma estratégia usada para a personagem de Antônio é aplicada também às personagens de Cévola e Crasso: no caso do primeiro, Cícero o representa, em *Do orador* I, 75, dirigindo-se a Rodes na qualidade de pretor e conversando com Apolônio a respeito do que aprendera com Panécio, ou seja, é possível que uma obra deste tenha sido uma das fontes do *Do orador* para essa passagem; já no caso do segundo, em *Do orador* I, 45, Crasso relata que, na qualidade de questor, indo da Macedônia para Atenas, teve a oportunidade de ouvir vários filósofos de importância⁴².

Tornando à fala de Antônio, então, e a nosso principal interesse nela, a crítica aos retores e aos manuais de retórica, a passagem faz referência à posição de Cármas, filósofo acadêmico, que parece particularmente próxima da adotada por Cícero, também ele um acadêmico, no *Do orador*:

Charmadas vero multo uberius isdem de rebus loquebatur, non quo aperiret sententiam suam – hic enim mos erat patrius Academiae adversari semper omnibus in disputando –; sed cum maxime tamen hoc significabat eos, qui rhetores nominarentur et qui dicendi praecepta traderent, nihil plane tenere neque posse quemquam facultatem adsequi dicendi, nisi qui philosophorum inventa didicisset.

⁴¹ Cícero, *Ad Att.* IV, 16, 3.

⁴² As passagens são: I, 45 (fala de Crasso): “De fato, tive a oportunidade de ouvir importantes homens ao ir, quando questor, da Macedônia para Atenas no auge da Academia, segundo se pensava na época, quando esta era dirigida por Cármas, Clitômaco e Ésquines. Havia ainda Metrodoro, que, juntamente com eles, fora zeloso discípulo do ilustre Carnéades, o mais penetrante, segundo diziam, e fértil de todos os homens na oratória, e estavam em voga Mnesarco, discípulo de teu amigo Panécio, e Diodoro, do peripatético Critolau”; e I, 75 (fala de Cévola): “Quando me dirigi a Rodes, como pretor, e conversei com o excelente mestre dessa disciplina, Apolônio, sobre o que aprendera com Panécio, ele ridicularizou, como de costume, a filosofia e a condenou, fazendo diversas observações tão sérias quanto jocosas; o teu discurso foi à sua maneira, de modo não a desprezares qualquer arte ou doutrina, mas a afirmares que todas elas são companheiras e servidoras do orador”. Passagem semelhantes ocorrem em II, 360, II, 365 e III, 75.

Cármadas, por sua vez, falava muito mais demoradamente acerca dos mesmos assuntos, porém, não para revelar o que realmente pensava, pois era um costume tradicional da Academia opor-se sempre a todos nas discussões. Mas, particularmente naquele momento, dava a entender que aqueles que são chamados de retores e que ensinam os preceitos da oratória não têm perfeito domínio de nada, nem podem alcançar qualquer habilidade oratória se não se familiarizarem com as descobertas dos filósofos⁴³.

Ora, esses dois elementos, a falta de domínio do assunto por parte dos retores e a necessidade de tomar contato com os ensinamentos dos filósofos, são exatamente os pontos levantados por Crasso em sua primeira crítica aos escritores de manuais, como vimos acima, na seção V. Temos nisso uma primeira confirmação da hipótese que fizemos a partir da análise de Hendrickson, a dizer, que Cícero estaria, nesta passagem, apontando para uma das fontes escritas de que se serviu – no caso, uma obra hoje perdida do filósofo acadêmico Cármadas. Essa hipótese ganha maior força quando vemos um dos critérios que este usa para diferenciar o conhecimento do retor e o do filósofo, o uso do *ethos* e do *pathos* por parte do orador:

ipsa vero praecepta sic includere solebat, ut ostenderet non modo eos illius expertes esse prudentiae quam sibi adsciscerent, sed ne hanc quidem ipsam dicendi rationem ac viam nosse. caput enim esse arbitrabatur oratoris, ut et ipsis apud quos ageret talis qualem se ipse optaret videretur; id fieri vitae dignitate, de qua nihil rhetorici isti doctores in praeceptis suis reliquissent; et uti ei qui audirent sic adficerent animis, ut eos adfici vellet orator; quod item fieri nullo modo posse, nisi cognosset is qui diceret quot modis hominum mentes et quibus et quo genere orationis in quamque partem moverentur; haec autem esse penitus in media philosophia retrusa atque abdita, quae isti rhetores ne primoribus quidem labris attigissent.

Costumava zombar [sc. Cármadas] dos próprios preceitos, mostrando, assim, que tais mestres não apenas eram desprovidos daquela ciência que reclamavam para si, mas sequer conheciam esta doutrina e método oratórios: julgava que o principal, num orador, *era parecer, àqueles perante os quais atuava, tal como desejasse*, e que isso se dava devido a sua reputação, acerca da qual esses mestres de retórica nada haviam transmitido em seus preceitos, e *influenciar os ânimos dos ouvintes segundo sua vontade* – o que, do mesmo modo, de forma alguma poderia acontecer, se o orador não soubesse por quantos e quais modos, bem como com que gênero de discurso, se movem as mentes dos homens em todas as direções. Tais conhecimentos estariam totalmente encobertos e ocultos no cerne da

⁴³ Cícero, *De or.* I, 84.

filosofia, sem que os retores houvessem tomado contato com eles mesmo superficialmente⁴⁴.

O uso do *ethos* e do *pathos* por parte de Cícero no *Do orador*, como dissemos, remonta, em última instância, ao tratamento que deles faz Aristóteles em sua *Retórica*. Porém, como observaremos em detalhe no Capítulo 3, as semelhanças entre os dois são bastante superficiais: Aristóteles, por exemplo, prescreve explicitamente que o *ethos* do orador deve ser fruto apenas de seu discurso⁴⁵, enquanto Antônio, em *Do orador* II, revela que o *ethos* é baseado na vida, na reputação, no caráter do orador⁴⁶. Percebemos aqui a coincidência com a posição de Cármadas citada acima, que aponta a reputação (*vitae dignitas*) como o fator decisivo para que o orador se apresente diante de seu auditório da maneira que desejar. No caso do *pathos*, também observamos uma semelhança da exposição de Antônio, no livro II, com a exigência de Cármadas aqui exposta, e de que maneira estas se contrapõem à abordagem de Aristóteles: vimos que o Estagirita, tal como Crasso demandava em sua primeira crítica aos tecnógrafos, pesquisava a definição das paixões e baseava praticamente toda a sua argumentação em cima de tal definição, e que essa abordagem foi criticada por Antônio em sua refutação a Crasso, na *disputatio in utramque partem* encenada no livro I. Ora, apesar da brevidade da menção feita por Antônio, Cármadas parece ter em mente uma maneira mais prática de o orador dominar as paixões que desejar inculcar em seus ouvintes: a enumeração dos modos (*quot modis et quibus*) pelos quais se atingem tais fins. Além disso, o elemento seguinte da fala do acadêmico, o conhecimento, por parte do orador, do gênero de discurso adequado para tal, é também uma novidade no que diz respeito a Aristóteles⁴⁷.

Outra hipótese que pode ser feita é a de que Cícero estaria, na verdade, relatando os ensinamentos que ouvira de Filo de Larissa, mas atribuindo-os a Cármadas em virtude da impossibilidade cronológica de citar o primeiro na época em que a conversa mencionada por Antônio teria ocorrido, uma vez que Filo chegara a Roma em 88 a.C., três anos, portanto, depois da data

⁴⁴ Cícero, *De or.* I, 87.

⁴⁵ Aristóteles, *Rhet.* I, 2 (1356a): δει δὲ καὶ τοῦτο συμβαίνειν διὰ τοῦ λόγου, ἀλλὰ μὴ διὰ τοῦ προδεδοξάσθαι ποιόν τινα εἶναι τὸν λέγοντα [“É, porém, preciso que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador”] (tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Todas as traduções da *Retórica* de Aristóteles, neste trabalho, serão tomadas a esta edição).

⁴⁶ Cícero, *De or.* II, 182: *Valet igitur multum ad vincendum probari mores et instituta et facta et vita et eorum, qui agent causas, et eorum, pro quibus [...]. Conciliantur autem animi dignitate hominis, rebus gestis, existimatione vitae.* [“Tem muita força, então, para que se vençam as causas, que se aprovelem o caráter, os costumes, os feitos e a vida dos que defendem as causas e daqueles em favor de quem as defendem [...]. Cativam-se os ânimos pela dignidade do homem, por seus feitos, por sua reputação”].

⁴⁷ Calboli-Montefusco (1990), p. 246, aponta essa novidade de Cícero em relação a Aristóteles, mas no que concerne ao tratamento do *ethos*: “Terza differenza è poi l’assenza in Aristotele di qualsiasi indicazione stilistica relativa alla trattazione dell’*ethos*, di contro al costante collegamento operato da Cicerone tra la *captatio benevolentiae* e una certa mitezza di stile e di comportamento da parte dell’oratore. Questo ultimo elemento rende dunque più complessa la natura dell’*ethos* ciceroniano rispetto a quello aristotelico.”

fictícia do diálogo, e que Cícero, como apontamos acima, é extremamente cuidadoso no que diz respeito à plausibilidade histórica de seus diálogos. Duas passagens da obra de Cícero, uma das *Tusculanas*, outra do *Orador*, parecem apontar nessa direção⁴⁸. Na primeira, o Arpinate afirma que os ensinamentos de Filo, de quem fora discípulo, estavam divididos em preceitos retóricos e preceitos filosóficos:

nostra autem memoria Philo, quem nos frequenter audivimus, instituit alio tempore rhetorum praecepta tradere, alio philosophorum.

Em nossa época, Filo, a quem ouvimos com regularidade, decidiu ensinar preceitos retóricos num momento, filosóficos em outro⁴⁹.

Na segunda, que é bastante importante para a compreensão do *Do orador* como um todo, Cícero aponta que a sua proeminência na oratória é devida a sua filiação à Academia, não aos ensinamentos dos retores:

[...] et fateor me oratorem [...] non ex rhetorum officinis, sed ex Academiae spatiis exstitisse.

[...] e confesso que me sobressaí como orador não com base nas oficinas dos retores, mas nos passeios pela Academia⁵⁰.

E há, ainda, uma terceira hipótese, que seria uma combinação das duas primeiras: Cícero estaria fazendo um relato acerca de uma obra de Cármas que estudara quando discípulo de Filo. Como quer que seja, o mais importante a notar é que a passagem aproxima Cícero mais da Academia, qualquer que seja a sua fonte, do que de Aristóteles, como poderíamos pensar num primeiro momento levados pela menção a este na citada carta a Lêntulo Espínter (seção I).

Não devemos pensar, contudo, que a identificação entre Cármas-Filo e Cícero seja completa, e que este use suas fontes de maneira servil – a própria filiação do Arpinate à Academia prevê a maleabilidade em selecionar, de acordo com o contexto, a posição que lhe pareça mais

⁴⁸ Citadas por Reinhardt (1998), p. 531, que advoga a opinião de que Filo seria a fonte desta passagem do *Do orador* (p. 533): “Although there is no reason to doubt that Cicero is relating Academic views in this passage, one should not stress too much that they are Charmadas’; there might be the couple Cicero-Philo behind Antonius-Charmadas.”

⁴⁹ Cícero, *Tusc.* II, 9.

⁵⁰ Cícero, *Or.* 12.

próxima da verdade. Assim, ainda na passagem em questão, Cícero aprova e usa a noção apresentada por Cármadas, em I, 91, de que os próprios retores não são expressivos⁵¹:

[...] *neminem scriptorem artis ne mediocriter quidem disertus fuisse dicebat, cum repeteret usque a Corace nescio quo et Tisia, quos artis illius inventores et principes fuisse constaret; eloquentissimos autem homines, qui ista nec didicissent nec omnino scire curassent, innumerabilis quosdam nominabat [...].*

[sc. Cármadas] afirmava, ao remontar a certo Córax e a Tisias, que consta serem os inventores e iniciadores de tal arte, que nenhum autor de manuais era sequer medianamente expressivo, enquanto mencionava inúmeros homens extremamente eloquentes que não apenas desconheciam tais coisas, mas sequer haviam tido a preocupação de tomar conhecimento delas [...]⁵².

Por outro lado, dentro da crítica de Cármadas aos manuais, o filósofo faz observações que, em última instância, são remanescentes das críticas feitas pelo Sócrates platônico no *Górgias*: para aquele, uma arte tem de ser baseada num conhecimento exato de elementos conhecidos, compreendidos por completo, claros e que tenham em vista uma única finalidade; a retórica não se encaixaria na definição por se basear numa opinião momentânea que pode ser obscura ou até mesmo falsa:

artem vero negabat esse ullam, nisi quae cognitis penitusque perspectis et in unum exitum spectantibus et numquam fallentibus rebus contineretur; haec autem omnia, quae tractarentur ab oratoribus, dubia esse et incerta, quoniam et dicerentur ab iis, qui omnia ea non plane tenerent, et audirentur ab iis quibus non scientia esset tradenda sed exigui temporis aut falsa aut certe obscura opinio.

[sc. Cármadas] afirmava ainda não haver qualquer arte que não fosse constituída de elementos conhecidos, totalmente compreendidos, voltados a um único fim e sempre claros; e que todos os temas tratados pelos oradores são duvidosos e incertos, uma vez que discursam aqueles que não têm seu total domínio, e ouvem aqueles a quem se deve transmitir, não um conhecimento exato, mas uma opinião de momento, falsa ou, ao menos, obscura⁵³.

⁵¹ Cf. fala de Crasso em *De or.* I, 113: “Penso, então, que, em primeiro lugar, a natureza e o engenho conferem o maior poder à oratória e que, na verdade, não faltou, a esses escritores de manuais [...] doutrina ou método oratórios, mas talento.”

⁵² Cícero, *De or.* I, 91.

⁵³ Cícero, *De or.* I, 92.

Para Cícero, porém, a questão de a retórica ser ou não uma arte parece ter pouca importância e resumir-se a uma mera controvérsia acerca de palavras⁵⁴, como se evidencia na fala seguinte de Crasso, que, apesar de proporcionada como resposta à idéia de Cármadas de que a retórica é uma arte, configura-se, numa perspectiva histórica mais aprofundada, como um balanço entre a posição de Platão, no *Górgias*, e a de Aristóteles, no início da *Retórica*:

nam si ars ita definitur [...] ex rebus penitus perspectis planeque cognitis atque ab opinionis arbitrio seiunctis scientiaque comprehensis, non mihi videtur ars oratoris esse ulla. sunt enim varia et ad volgarem popularemque sensum accommodata omnia genera huius forensis nostrae dictionis. sin autem ea, quae observata sunt in usu ac tractatione dicendi, haec ab hominibus callidis ac peritis animadversa ac notata, verbis definita, generibus inlustrata, partibus distributa sunt – id quod video potuisse fieri –, non intellego quam ob rem non, si minus illa subtili definitione, at hac vulgari opinione ars esse videatur. sed sive est ars sive artis quaedam similitudo, non est quidem ea negligenda; verum intellegendum est alia quaedam ad consequendam eloquentiam esse maiora.

De fato, se uma arte [...] se define por temas totalmente compreendidos, perfeitamente entendidos, afastados do arbítrio da opinião e abrangidos por uma ciência, não creio que haja uma arte do orador. É que todas as espécies deste nosso discurso do fórum são variadas e adequadas ao senso comum e popular. Mas se as características observadas no uso e na prática da oratória foram percebidas e notadas por homens hábeis e experientes, definidas em termos, elucidadas em gêneros, distribuídas em partes – como percebo ser possível acontecer –, não vejo por que, se não naquela definição precisa, ao menos nesta opinião comum, não possa parecer uma arte. Mas, quer se trate de uma arte, quer de uma aparência de arte, ela não é de se desprezar; deve-se ter em mente, no entanto, que há elementos mais importantes para se atingir a eloquência⁵⁵.

Também a personagem de Antônio revela-se indiferente quanto ao fato de a retórica ser uma arte ou não:

ut igitur de ipso genere sum confessus [...] artem esse non maximam, sic illud adfirmo, praecepta posse quaedam dari peracuta ad pertractandos animos hominum et ad excipiendas eorum voluntates. huius rei scientiam si quis volet magnam quandam artem esse dicere, non repugnabo. etenim cum plerique temere ac nulla ratione causas in foro dicant, nonnulli autem propter exercitationem aut propter consuetudinem aliquam callidius id faciant, non est dubium quin, si quis animadverterit quid sit quare alii melius quam alii dicant, id possit notare. ergo id qui toto in genere fecerit, is si non plane artem, at quasi artem quandam invenerit.

⁵⁴ Assim diz Crasso em *De or.* I, 107: “[...] não creio que exista uma arte oratória, ou, se existe, que ela é bastante tênue, e que toda a disputa entre os eruditos reside na controvérsia acerca de uma palavra.”

⁵⁵ Cícero, *De or.* I, 108-109.

Tal como reconheci, então [...], o fato de, no que diz respeito ao gênero oratório em si, a arte não ser muito importante, afirmo que se podem fornecer alguns preceitos bastante sutis para influenciar as mentes dos homens e cativar suas vontades. Se alguém quiser afirmar que o conhecimento de tal coisa constitui uma arte realmente importante, não me oporei; e, de fato, uma vez que a maioria advoga suas causas no fórum ao acaso e sem qualquer método, enquanto alguns, pelo exercício e pelo hábito, o fazem com maior habilidade, não há dúvida de que, se alguém perceber o motivo de uns discursarem mais bem do que outros, poderá registrá-lo; logo, quem o fizer em relação a todo o gênero oratório terá inventado, se não exatamente uma arte, como que uma espécie de arte⁵⁶.

Comparemos essas duas passagens do *Do orador* com o passo do capítulo 1 da *Retórica* de Aristóteles em que o Estagirita justifica o fato de classificar a retórica como uma arte:

τῶν μὲν οὖν πολλῶν οἱ μὲν εἰκῆ ταῦτα δρῶσιν, οἱ δὲ διὰ συνήθειαν ἀπὸ ἕξεως· ἐπεὶ δ' ἀμφοτέρως ἐνδέχεται, δῆλον ὅτι εἴη ἂν αὐτὰ καὶ ὁδῶ ποιεῖν· δι' ὃ γὰρ ἐπιτυχάνουσιν οἱ τε διὰ συνήθειαν καὶ οἱ ἀπὸ τοῦ αὐτομάτου τὴν αἰτίαν θεωρεῖν ἐνδέχεται, τὸ δὲ τοιοῦτον ἤδη πάντες ἂν ὁμολογήσαιεν τέχνης ἔργον εἶναι.

Simplesmente, na sua maioria, umas pessoas o fazem ao acaso, e outras, mediante a prática que resulta do hábito. E, porque os dois modos são possíveis, é óbvio que seria também possível fazer a mesma coisa seguindo um método. Pois é possível estudar a razão pela qual tanto são bem sucedidos os que agem por hábito como os que agem espontaneamente, e todos facilmente concordarão que tal estudo é tarefa de uma arte⁵⁷.

As semelhanças de vocabulário não são poucas: tanto Aristóteles como Cícero (na fala de Antônio) opõem o exercício da oratória que se deve ao acaso (εἰκῆ/*temere*) àquele que se deve à prática e ao hábito (διὰ συνήθειαν ἀπὸ ἕξεως/*propter exercitationem aut propter consuetudinem*); ambos, ainda, contrapõem o método (ὁδῶ/*ratione*) à espontaneidade (ἀπὸ τοῦ αὐτομάτου/*nulla ratione*); ambos, por fim, consideram que, se se perceberem os motivos (τὴν αἰτίαν θεωρεῖν/*animadverterit quid sit quare*) por que isso acontece, será possível estabelecer uma arte (τέχνης/*artem*). Mas a diferença fundamental reside no fato de que, para a argumentação de Cícero, é indiferente que se considere a retórica uma arte, uma espécie de arte, ou que não é uma arte – na verdade, como a fala de Crasso deixa claro, há elementos mais importantes do que a arte para se atingir a eloquência, e são eles o

⁵⁶ Cícero, *De or.* II, 32.

⁵⁷ Aristóteles, *Rhet.* I, 1 (1354a); tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena.

diferencial do *Do orador* em relação à tradição manualística⁵⁸; para a argumentação de Aristóteles, por outro lado, é necessário considerar-se que se trata, sim, de uma arte, pois, sobretudo nos capítulos iniciais da *Retórica*, como se pode depreender de diversos ecos verbais que retomam o *Górgias* platônico⁵⁹, o Estagirita responde às críticas formuladas por Platão neste livro, entre elas a alegação de que a retórica é uma ἐμπειρία, não uma τέχνη⁶⁰: trata-se de uma justificativa da própria escrita da obra, uma vez que, se não for possível estabelecer um conjunto de conhecimentos que se possa apreender e ensinar, não fará sentido a escrita da *Retórica*⁶¹.

À luz disso, como podemos pensar o uso que Cícero faz de Aristóteles e, questão que se faz obrigatória a partir da primeira, teria o Arpinate conhecimento da *Retórica*? Fortenbaugh, em artigo recentemente publicado em *Rhetorica*⁶², examina as passagens tomadas ao *Da Invenção*, *Do orador* e *Orador* em que Cícero atribui suas idéias a Aristóteles. Ao examinar exemplos do segundo, o estudioso considera possível que Cícero tivesse em mãos a *Retórica* de Aristóteles, mas improvável que a tenha lido com cuidado, levado por afirmações como a de Antônio, em II, 260, de que Aristóteles desprezava a retórica, que lhe parece inadequada, e por diversas imprecisões na fala de Crasso, em *Do*

⁵⁸ Em *De or.* I, 110, o comentário de Antônio resume bem a posição intermediária de Cícero entre dois extremos, os tecnógrafos e os filósofos que, como Platão e Cármas, repudiavam completamente a arte: *tum Antonius vehementer se adsentiri Crasso dixit, quod neque ita amplecteretur artem, ut ii solerent qui omnem vim dicendi in arte poneret, neque rursus eam totam, sicut plerique philosophi facerent, repudiaret* [“Antônio, então, afirmou estar plenamente de acordo com Crasso, porque, daquela maneira, nem favorecia a arte, tal como era costume daqueles que depositam todo o poder da oratória na arte, nem, inversamente, a repudiava por completo, tal como a maior parte dos filósofos.”]. A respeito do meio-termo entre retores e filósofos adotado por Cícero, cf. May & Wisse (2001), pp. 11 e 23-26.

⁵⁹ Cf. Grimaldi (1980), p. 2, comentando a afirmação de Aristóteles de que a retórica é um contraponto da dialética: “The important fact in this opening statement is that by correlating rhetoric with dialectic, A. makes the art of rhetoric a rational endeavour, an activity of the intellect, and, consequently, a pursuit which is both reasonable and acceptable to the responsible citizen (πολίτης). From 54a 1-11 it is clear that for A. rhetoric, as a τέχνη, is a guide for action, a guide which submits to reason, and can thus be explained. This appears to be an opening reply to the criticism of rhetoric in the *Gorgias* of Plato where it is argued that rhetoric does not submit to reason (465a). Indeed the reply is made more direct by the echoing of certain Platonic phrases in the first two chapters: e.g., rhetoric is the counterpart not of cookery (ἀντίστροφος ὀψοποιίας, 465d) but of dialectic [...]; nor is it a part of flattery (μόριον κολακείας, 466a), but a μόριον τι τῆς διαλεκτικῆς καὶ ὁμοία (56a 30-31).”

⁶⁰ Cf. Platão, *Górgias* 465a: τέχνην δὲ αὐτὴν [sc. τὴν ῥητορικὴν] οὐ φημι εἶναι ἀλλ' ἐμπειρίαν, ὅτι οὐκ ἔχει λόγον οὐδένα ᾧ προσφέρει ἢ προσφέρει ὅποι' ἅττα τὴν φύσιν ἐστίν, ὥστε τὴν αἰτίαν ἐκάστου μὴ ἔχειν εἰπεῖν. ἐγὼ δὲ τέχνην οὐ καλῶ ὃ ἂν ᾗ ἄλογον πρᾶγμα [“Não afirmo que ela [sc. a retórica] é arte, mas experiência, porque não possui nenhuma compreensão racional da natureza daquilo a que se aplica e daquilo que aplica, e, conseqüentemente, não tem nada a dizer sobre a causa de cada um deles. Eu não denomino arte algo que seja irracional [...].”]. Tradução de Daniel Rossi Nunes Lopes (2008), p. 301.

⁶¹ Assim Grimaldi (1980), p. 5, comenta o uso de τέχνη na citada passagem: “In a very real sense every τέχνη, although it is an ἐπιστήμη πρακτική, must also be to some extent an ἐπιστήμη θεωρητική [...]. For it must have a body of principles which enable it to be this kind and not that kind of thing, and these principles must be unchangeable and capable of being known and of being taught. Without this knowledge the exercise of the art is impossible and it certainly cannot be taught to others. Insofar as rhetoric possesses a body of principles [...] and its own purposes or τέλος [...], it consists of a body of knowledge which can be known and taught, and it is this material which is the subject of the three books of the *Rhetoric*.” Já Kennedy (in Aristotle, 1991), p. 29, n. 7, aponta que Aristóteles não tem dúvidas quanto ao fato de a retórica ser uma arte: “In contrast to Socrates in the *Gorgias*, Aristotle has no doubt that rhetoric is an art. Awareness of the cause of success allows technique to be conceptualized and taught systematically.”

⁶² Na verdade, o artigo, publicado em 2005, retoma e amplia o capítulo “Cicero’s Knowledge of the Rhetorical Treatises of Aristotle and Theophrastus”, de 1989, do livro *Cicero’s Knowledge of the Peripatos*, editado pelo próprio Fortenbaugh e por Steinmetz.

orador III, nos passos em que atribui suas idéias acerca do ritmo oratório ao Estagirita; também aponta que Cícero pode se ter servido de coleções de excertos ou de resumos da *Retórica* provenientes de uma suposta tradição peripatética de retores helenísticos, e cita como exemplo ilustrativo precisamente a fala de Antônio de que estamos a tratar: para o estudioso, as semelhanças de vocabulário não são suficientes para provar que Cícero efetivamente leu a *Retórica*. Seu argumento: uma observação dessa natureza, colocada no início do livro, seria uma passagem extremamente apta a ser escolhida numa antologia⁶³. Essa explicação tem a vantagem de explicar o motivo de a abordagem que Cícero dá à mesma tripartição feita por Aristóteles (*logos/ethos/pathos*) ser, como vimos de passagem na seção V, fundamentalmente diferente da do Estagirita: seguindo a idéia de Fortenbaugh, poderíamos especular que Cícero provavelmente sabia que Aristóteles usara a tripartição, mas talvez desconhecesse o teor exato de seu tratamento.

VII

Em *Do orador* I, 138-145, Crasso expõe de maneira resumida os principais tópicos dos manuais de retórica: assim, aponta o ofício do orador, a divisão entre *θέσεις* e *ὑποθέσεις*, a doutrina do *status quaestionis*, os *tria genera dicendi*, os tópicos da argumentação, as *partes artis*, as *partes orationis* e as *virtutes dicendi*. E assim encerra seu apanhado:

in his fere rebus omnis istorum artificum doctrina versatur, quam ego si nihil dicam adiuuare, mentiar; habet enim quaedam quasi ad commonendum oratorem, quo quidque referat et quo intuens ab eo, quodcumque sibi proposuerit, minus aberrret. verum ego hanc vim intellego in praeceptis omnibus, non ut ea secuti oratores eloquentiae laudem sint adepti, sed quae sua sponte homines eloquentes facerent, ea quosdam observasse atque digessisse. sic esse non eloquentiam ex artificio, sed artificium ex eloquentia natum; quod tamen, ut ante dixi, non eicio; est enim, etiam si minus necessarium ad bene dicendum, tamen ad cognoscendum non inliberale [...].

⁶³ Cf. Fortenbaugh (2005), p. 46. Particularmente sugestiva, para não dizer audaciosa, é a proposta do estudioso de que Cícero teria praticado exatamente o preceito que Antônio enuncia em *De or.* II, 253: “Antonius’ response to Catulus’ suggestion concerning the *Topics* is of some interest. He first tells us that exhibiting knowledge of things Greek hurts a speaker and then says that total disinterest in Greek learning would be brutish and inhuman. Accordingly Antonius recommends paying attention to the Greeks from afar, and this he claims to have done, saying that he has tasted them in summary form (2.153). Here, I suggest, we may have the best indication of Cicero’s own reading. He has not totally ignored Aristotle, but he has kept his distance, acquiring some knowledge either through cursory reading or by making use of summaries and collections of excerpts.” Também Long (2002), p. 55, ao examinar o motivo de Cícero atribuir a *disputatio in utramque partem* a Aristóteles, chega à conclusão de que o Arpinate se teria servido de um relato de manual acerca das idéias do Estagirita expostas nos *Tópicos* e na *Retórica*: “Cicero can hardly have known anything detailed of the way Aristotle uses dialectic in his exploration of philosophical problems. So what is the basis for his constant refrain on Aristotle’s importance for *in utramque partem* argument? Some scholars have supposed Cicero to be referring to Aristotle’s methodology in his lost dialogues. But there is no evidence that these works took this form. What Cicero has in mind, I suggest, is a hand-book account of our Aristotelian *Topics* and *Rhetoric* mediated via the rhetorical schools and further influenced by the teachings of Philo.”

Toda a doutrina desses artifícios ocupa-se, quase sempre, de tais questões; se disser que em nada ajudam, estarei mentindo. De fato, apresentam certos elementos que servem, por assim dizer, de lembrete ao orador, a que possa referir cada ponto e, observando-o, não se afastar do que quer que tenha estabelecido como meta. Porém, creio que há, em todos esses preceitos, o seguinte sentido: não é que, seguindo-os, os oradores alcancem a glória da eloquência, mas que certas pessoas observaram e classificaram o que os homens eloqüentes fazem de maneira espontânea. Desse modo, não foi a eloquência que nasceu da arte, mas a arte, da eloquência. No entanto, como disse anteriormente, não a desprezo, pois, embora não seja tão necessária para se discursar bem, não é ignóbil de se conhecer [...]”⁶⁴.

Temos aqui um exemplo de uma estratégia bastante usada por Cícero na escrita do *Do orador*, identificada por May e Wisse como “técnicas de repetição e variação”⁶⁵: Crasso, na passagem acima, repete as idéias de que não despreza os manuais (já enunciada, por sinal, não apenas pelo próprio Crasso, mas também por Antônio e, no prefácio, pelo próprio Cícero), de que a arte provém da observação de homens eloqüentes (que remonta, como vimos na seção VI, ao primeiro capítulo da *Retórica* de Aristóteles), e de que só os preceitos não bastam para tornar um orador eloqüente. Porém, tal repetição é funcional, não um defeito da escrita da obra, como alguns estudiosos foram levados a crer, porque agora esses elementos repetidos são usados como apoio para outras idéias, que ainda não haviam sido apresentadas. Assim, o leitor percebe, ao chegar a essa passagem, que Crasso atribui uma função mnemônica à estrutura dos manuais (*habent quaedam quasi ad commonendum oratorem*), e que este é o momento correto de apresentar essa idéia porque ele acaba de fazer um resumo de seu conteúdo; e que se Cícero, por meio de Antônio, fez uso do mesmo argumento de Aristóteles para demonstrar que há uma arte retórica, esse mesmo argumento pode também ser usado para mostrar que o ponto mais importante é o orador, não a arte.

Tendo isso em mente, e tornando ao resumo que fizemos do rápido tratamento de Crasso, nossa apresentação pode dar a impressão de que Cícero estaria empregando termos técnicos, como ali fizemos, ao se referir às discussões dos manuais de retórica, mas isso não acontece: pelo contrário, vemos ali empregado um vocabulário que evita deliberadamente o jargão técnico, servindo-se de perífrases e circunlóquios para denotar as categorias tradicionais descritas pelos tecnógrafos. Assim,

⁶⁴ Cícero, *De or.* I, 145-147.

⁶⁵ Cf. May & Wisse (2001), p. 18: “Cicero obviously wanted to persuade his readers of his unorthodox views, and in trying to do so, he employed some “rhetorical” techniques that seem to be aimed especially at readers who straightforwardly went through the text from beginning to end. These techniques involve in particular repetition and variation. This has tempted some scholars into thinking that *De oratore* is carelessly written, wrongly, since the repetitions are mostly functional, and the variations often exhibit a discernible pattern.”

para referir as *θέσεις* e as *ὑποθέσεις*, Crasso emprega duas perífrases: “questão de tema indefinido, sem a designação de pessoas ou circunstâncias” (*de infinitae rei quaestione, sine designatione personarum ac temporum*) e “questão de tema circunscrito a pessoas e circunstâncias determinadas” (*de re certis in personis ac temporibus locata*)⁶⁶, respectivamente; para falar da doutrina da *constitutio quaestionis*, não utiliza esta expressão tradicional, como o fazem o *Auctor ad Herennium* e o próprio Cícero, no *Da invenção*⁶⁷: “em um e outro caso, costuma-se pesquisar, naquilo que diz respeito à controvérsia, se aconteceu ou não, ou, caso tenha acontecido, de que tipo é ou por que denominação é chamado, ou, como acrescentam alguns, se parece ter acontecido com justiça ou não; há controvérsias baseadas também na interpretação dos escritos, em que um texto foi elaborado com ambigüidade, de modo contraditório ou de maneira tal, que a escrita difere da intenção; há argumentos próprios subordinados a cada uma dessas partes” (*in utraque autem re quicquid in controversiam veniat, in eo quaeri solere aut factumne sit aut, si est factum, quale sit aut etiam quo nomine vocetur aut, quod nonnulli addunt, rectene factum esse videatur; existere autem controversias etiam ex scripti interpretatione, in quo aut ambigue quid sit scriptum aut contrarie aut ita ut a sententia scriptura dissentiat; his autem omnibus partibus subiecta quaedam esse argumenta propria*)⁶⁸; para abordar os três gêneros das causas, também não emprega a expressão consagrada *tria genera dicendi*, como o *Auctor*⁶⁹, nem *genus iudiciale, deliberativum* ou *demonstrativum*, como este último⁷⁰ ou o próprio Cícero⁷¹: “mas, quanto às causas que são apartadas da questão geral, em parte dizem respeito aos julgamentos, em parte, às deliberações; há ainda um terceiro gênero, que reside nos louvores ou nos vitupérios dos homens” (*sed causarum, quae sint a communi quaestione seiunctae, partim in iudiciis versari, partim in deliberationibus; esse etiam genus tertium, quod in laudandis aut vituperandis hominibus poneretur*)⁷².

⁶⁶ Cícero, *De or.* I, 138.

⁶⁷ *Ad Her.* I, 18; Cícero, *De inv.* I, 8, 10.

⁶⁸ Cícero, *De or.* I, 139-140.

⁶⁹ *Ad Her.* I, 2.

⁷⁰ *Idem, ibidem.*

⁷¹ Cícero, *De inv.* I, 5, 7. Anaxímenes, na *Retórica a Alexandre* I, 1 [1421b], fala em três gêneros dos discursos políticos: Τρία γένη τῶν πολιτικῶν εἰσὶ λόγων, τὸ μὲν δημηγορικόν, τὸ δ' ἐπιδεικτικόν, τὸ δὲ δικανικόν [“Três são os gêneros dos discursos políticos: o demegórico, o epidítico e o judicial”]. Spengel, porém, considera que a tripartição assim apresentada seja um acréscimo posterior, para conferir à obra maior semelhança com a *Retórica* de Aristóteles, e corrige, com base em Quintiliano e Siriano, de três para dois o número de gêneros, excluindo o epidítico (*apud Mirhady* (1994), p. 58).

⁷² Cícero, *De or.* I, 141.

Quadro sinóptico 1: os tria genera dicendi			
Manuais de retórica			Do orador
Retórica a Alexandre	Retórica a Herênio	Da invenção	Resumo de Crasso
Γένος δικανικόν	Genus iudiciale	Genus iudiciale	causarum, quae sint a communi quaestione seiunctae, partim in iudiciis versari
Γένος δημηγορικόν	Genus deliberatiuum	Genus deliberatiuum	[causarum, quae sint a communi quaestione seiunctae] partim in deliberationibus [uersari]
Γένος ἐπιδεικτικόν	Genus demonstratiuum	Genus demonstratiuum	esse etiam genus tertium, quod in laudandis aut vituperandis hominibus poneretur

A diferença mais notável, porém, surge quando Crasso trata das *partes artis*: em lugar de *inventio, dispositio, elocutio, memoria* e *pronuntiatio*⁷³, a personagem faz uso de cinco perífrases, e não fala em “partes da retórica”, *partes rhetoricae*⁷⁴, mas em “partes do poder e faculdade do orador”, *omnis oratoris vis ac facultas in quinque partes distributa*: “Uma vez que se dividiu todo o poder e faculdade do orador em cinco partes – dever, em primeiro lugar, encontrar o que dizer; em seguida, arranjar e dispor o que se encontrou não apenas segundo uma ordem, mas também segundo sua importância, com discernimento; então, enfim, vesti-lo e orná-lo com o discurso; depois, guardá-lo na memória; por último, atuar com dignidade e graça [...]” (*cumque esset omnis oratoris vis ac facultas in quinque partes distributa, ut deberet reperire primum quid diceret, deinde inventa non solum ordine, sed etiam momento quodam atque iudicio dispensare atque componere; tum ea denique vestire atque ornare oratione post memoria saepire; ad extremum agere cum dignitate et venustate [...]*)⁷⁵; ao tratar das *partes orationis*, não emprega os termos usuais *exordium, narratio, diuisio* (ou *partitio*), *confirmatio, confutatio* (ou *reprehensio*) e *conclusio*⁷⁶, mas perífrases que expliquem as partes: “antes de entrarmos no assunto propriamente dito, deve-se, inicialmente, cativar os ânimos dos ouvintes; em seguida, deve-se descrever o caso, depois, estabelecer a controvérsia, então provar aquilo que pretendemos, em seguida, refutar o que se disse contra e, no fim do discurso, amplificar e aumentar os elementos a nosso favor e debilitar e enfraquecer os favoráveis ao adversário” (*ante quam de re diceremus, initio conciliandos eorum esse animos qui audirent; deinde rem demonstrandam, postea controversiam constituendam, tum id quod nos intenderemus confirmandum,*

⁷³ Ad Her. I, 3; Cícero, De Inv. I, 7, 9.

⁷⁴ Cícero, De inv. I, 7, 9; ao apresentar as partes como pertencentes à *vis* e à *facultas* do orador, o *Do orador* está mais próximo da *Retórica a Herênio*, que apresenta as partes como *res* que o orador deve ter: *Nunc quas res oratorem habere oporteat, docebimus [...]. Oportet igitur esse in oratore inventionem, dispositionem, elocutionem, memoriam, pronuntiationem* (“Explicarei primeiro o que o orador deve conhecer [...]. O orador deve ter invenção, disposição, elocução, memória e pronúnciação.”). Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra, in: [Cícero] (2005), p. 55. Todas as traduções da *Retórica a Herênio*, neste trabalho, serão tomadas a esta edição.

⁷⁵ Cícero, De or. I, 142.

⁷⁶ Ad Her. I, 4; Cícero, De in. I, 14, 19.

post quae contra dicerentur refellenda, extrema autem oratione ea quae pro nobis essent amplificanda et augenda, quaeque essent pro adversariis infirmanda atque frangenda)⁷⁷; por fim, ao abordar as virtutes dicendi, fala em ornamenta orationis: “em primeiro lugar, preceitua-se que, no discurso, falemos de maneira pura e correta, em seguida, de modo claro e límpido, então ornadamente, depois, de maneira adequada à dignidade dos temas e, por assim dizer, decorosa” (in qua praecipitur primum, ut pure et Latine loquamur, deinde ut plane et dilucide, tum ut ornate, post ad rerum dignitatem apte et quasi decore)⁷⁸.

Podemos, a partir dessa análise, concluir que também no que diz respeito à linguagem Cícero pretende contrapor-se à tradição dos manuais de retórica, e que isso se dá primordialmente, e mais uma vez, em virtude do decoro, tanto o do autor como o das personagens⁷⁹: como o próprio prefácio ao livro I enuncia, o *Da invenção* é indigno da posição de Cícero, por se tratar de um consular de enorme experiência nas causas, e, podemos também dizê-lo, por sua linguagem, que convém antes a um estudante diante de seus auxílios mnemônicos do que a uma autoridade⁸⁰; no que concerne às personagens, particularmente Crasso, no contexto desta passagem, o mesmo raciocínio pode ser aplicado: não convém, a um homem igualmente consular e igualmente de enorme experiências nas causas, que fale a seus convidados como se estivesse a compor um manual, mesmo quando está a tratar da própria tradição dos manuais de retórica⁸¹, ou como se estivesse a ensinar no *ludus*.

⁷⁷ Cícero, *De or.* I, 143.

⁷⁸ Cícero, *De or.* I, 144.

⁷⁹ Iso (2002), p. 30, na introdução a sua tradução do *Do orador*, assim comenta esse aspecto da obra: “[...] es la voluntad de Cicerón de evitar en este diálogo cualquier tecnicismo, cualquier rasgo que huela a manual. Leeman ha señalado que a lo largo de este diálogo no aparece ni una sola vez el término *inventio*, a pesar de que de un modo u otro a este tema se le dedica un 75% de libro segundo, el más extenso de los tres. Yo puedo añadir algún dato más en este sentido: el término *elocutio* sólo aparece una vez, en I 20, es decir, en el prólogo, no en la obra propiamente dicha, y otra vez tan sólo *dispositio*, mientras que la *Retórica a Herenio* en 9 y 16, así como *Sobre la invención* en 6 y 3.”

⁸⁰ Essa seria a explicação do fato de Cícero, nas *Partições oratórias*, empregar termos técnicos ao longo de toda a discussão: o decoro, tanto o do autor como o da personagem de Cícero, na ficção do diálogo, o permite, pois ali o Arpinate é representado como uma autoridade que repassa a seu filho os tópicos mais elementares da doutrina oratória. Por sinal, tal como no comentário de Crasso analisado acima, em *De or.* I, 145, a personagem de Cícero atribui exatamente a função mnemônica ao diálogo que se seguirá (*Par. or.* I, 2): *Cicero Filius: Visne igitur, ut tu me Graece soles ordine interrogare, sic ego te vicissim isdem de rebus Latine interrogem? Cicero Pater: Sane, si placet. Sic enim et ego te meminisse intellegam quae accepisti, et tu ordine audies quae requires* [“C. F. – Desejas, então, que, tal como costumás, em grego, interrogar-me em seqüência, também eu, por minha vez, o interrogue, em latim, acerca dos mesmos temas? C. P. – Certamente, se te apraz. Dessa forma, com efeito, não apenas eu deduzirei que te recordas do que aprendeste, como também tu ouvirás em seqüência aquilo que perguntares.”] (grifos e itálicos nossos).

⁸¹ Von Albrecht (2003), p. 17, faz uma observação semelhante a respeito da tendência de Cícero a evitar citações em seus diálogos, o mesmo parecendo ser aplicável ao linguajar mais técnico, no caso do *Do orador*: “[...] even in his dialogue he [sc. Cícero] preserves the Roman dignity (grauitas) of his illustrious interlocutors (e.g. Cato maior, Scipio, Crassus) by avoiding, for the sake of urbanitas, even the slightest hint of pedantry. Roman auctoritas did not allow for ample quotations, especially from Greek authors, except for very famous passages.”

VIII

Como parte de sua estratégia de repetição com variação⁸², Cícero insere, em *Do orador* II, 78-84, um segundo apanhado das artes retóricas, desta vez por meio da personagem de Antônio, em que podemos novamente observar a técnica adotada no resumo de Crasso de evitar ou, ao menos, atenuar, por assim dizer, a linguagem técnica e árida própria dos manuais. A variação consiste nas críticas explícitas que a personagem faz aos itens resumidos: se na passagem anterior temos um resumo, nesta nos deparamos com uma resenha dos escritos dos tecnógrafos⁸³.

Como preâmbulo do passo em questão, a personagem de Cátulo, numa passagem de transição em que pede a Antônio que se aprofunde nos métodos e preceitos da arte⁸⁴, refere uma anedota que lhe serve de comparação com os retores: Aníbal, durante seu exílio em Éfeso, teria sido convidado a ouvir o peripatético Formião na casa de Antíoco. Formião, homem que, informa Cátulo, não tinha qualquer experiência militar, teria então discursado durante longas horas acerca do “ofício de general e da arte militar em geral”. Interrogado acerca de sua opinião sobre o que o filósofo dissera, Aníbal responde que já vira velhos delirantes em várias ocasiões, mas que nunca vira alguém que delirasse tanto quanto Formião. A comparação que nos interessa é feita em seguida:

quid [...] aut adrogantius aut loquacius fieri potuit quam Hannibali, qui tot annis de imperio cum populo Romano omnium gentium victore certasset, Graecum hominem, qui numquam hostem, numquam castra vidisset, numquam denique partem ullius publici muneris attigisset, praecepta de re militari dare? hoc mihi facere omnes isti, qui de arte dicendi praecipunt, videntur; quod enim ipsi experti non sunt, id docent ceteros.

[...] o que podia haver de mais arrogante ou loquaz do que um grego, que nunca vira um inimigo, nunca conhecera um acampamento, nunca, enfim, tomara a mínima parte em qualquer cargo público, dar lições de arte militar a Aníbal, que por tantos anos lutara pelo poder com o povo romano, subjugador de todos os povos? Parecem-me fazer o mesmo todos esses que preceituam acerca da arte oratória; de fato, ensinam aos demais aquilo em que eles mesmos não têm experiência⁸⁵.

⁸² Cf. seção VII.

⁸³ Leeman, Pinkster & Nelson (1985), p. 292, caracterizam a resenha de Antônio como mais abrangente do que a de Crasso justamente por seu elemento crítico: “Zuerst gibt Ant. eine Aufzählung mit jeweiliger Erwähnung der Funktion der einzelnen Teile; dann folgt seine eingehende Kritik 2, 81-84, die sich auf eben diese Funktion bezieht. So erklärt es sich auch, daß die Aufzählung hier breiter ist als in 1, 143.”

⁸⁴ Cícero, *De or.* II, 74-76.

⁸⁵ Cícero, *De or.* II, 78.

Ora, também aqui é usada a técnica da repetição, ainda que a variação seja mínima ou inexistente⁸⁶: como já havíamos apontado, a falta de experiência por parte dos retores é uma das críticas a eles feitas ao longo do *Do orador*. Além disso, por meio da comparação com Aníbal, temos nessa fala uma alusão à idéia, proposta no prólogo do livro I, de que as autoridades de homens com grande experiência nas causas têm maior valor do que a dos escritores de manual que nunca colocaram os pés no fórum⁸⁷.

Passando à resenha de Antônio propriamente dita, este já de início qualifica a doutrina retórica de *perridicula*⁸⁸, caracterizando o tom mais agressivo que adotará em comparação ao resumo de Crasso analisado na seção anterior, e começa, tal como este, pela divisão entre questões universais e particulares. Repare-se que, embora a divisão seja a mesma, o vocabulário e a definição diferem, em seus pormenores, dos de Crasso, e que a divisão é seguida de uma crítica ao tratamento dos manuais, que anunciam, mas não tratam, as questões universais:

[...] *est eorum doctrina, quantum iudicare possum, perridicula. dividunt enim totam rem in duas partis, in causae controversiam et in quaestionis. causam appellant rem positam in disceptatione reorum et controversia, quaestionem autem rem positam in infinita dubitatione. de causa praecepta dant, de altera parte dicendi mirum silentium est.*

[...] sua doutrina [sc. a dos retores], pelo quanto posso julgar, é absolutamente ridícula. De fato, dividem toda a matéria em duas partes: a controvérsia da causa e a da questão.

⁸⁶ A repetição em si é também um recurso didático. A esse respeito, cf. May & Wisse (2001), p. 18 (itálico nosso): “To begin with, there is the simple didactic technique of mere repetition. For instance, Antonius time and again stresses the need to be careful and diligent [...], perhaps with good reason, to judge from the descriptions of the lax way that many orators went about their task [...]. Likewise, we can see the reason for Antonius’ almost continual rejection of the traditional system of “commonplaces” in Book 2 [...]. This is one of the points where Cicero diverges markedly from the common handbooks, and he must have been aware of the tenacity of the handbook tradition and the relative initial difficulty of his alternative concept.” Tendo esta última observação em mente, podemos notar que não é sem motivo a repetição do tema da falta de experiência dos escritores de manuais de retórica, uma vez que Cícero procura minar a própria autoridade sobre a qual se assenta a credibilidade das artes.

⁸⁷ Cícero, *De or.* I, 23: *dabis hanc veniam, mi frater, ut opinor, ut eorum quibus summa dicendi laus a nostris hominibus concessa est auctoritatem Graecis antepōnam* “[...] concederás a licença, meu irmão, segundo penso, de colocar acima dos gregos a autoridade daqueles a quem os latinos concederam a suma glória na oratória.”

⁸⁸ Precisamente o mesmo termo que Crasso empregará no livro III (76-77) para designar os escritores de manuais de retórica, numa passagem em que faz um rápido aceno ao conteúdo das artes, contrapondo-o a sua proposta de uma eloquência mais ampla: *quare hoc, quod complector tantam scientiam vimque doctrinae, non modo non pro me, sed contra me est potius – non enim quid ego, sed quid orator possit disputo – atque hos omnes, qui artes rhetoricas exponunt, perridiculos. scribunt enim de litium genere et de principiis et de narrationibus. illa vis autem eloquentiae tanta est, ut omnium rerum, virtutum, officiorum omnisque naturae, quae mores hominum, quae animos, quae vitam continet, originem vim mutationesque teneat, eadem mores, leges, iura describat, rem publicam regat omniaque, ad quamcumque rem pertineant, ornate copioseque dicat* [“Por isso, o fato de abranger tão grande conhecimento e força da formação teórica não apenas não vai a meu favor, mas, antes, vai contra mim - não estou discutindo a minha capacidade, mas a do orador - e contra todos esses homens absolutamente ridículos que escrevem artes retóricas. De fato, eles escrevem acerca do gênero dos processos, bem como dos exórdios e das narrações. Porém, tamanho é o poder da eloquência, que ela contém a origem, a essência, as mudanças de todas as coisas, das virtudes, dos deveres, de toda a natureza, a qual abrange o caráter dos homens, suas mentes, sua vida; que ela mesma determina os costumes, as leis, as instituições, governa o estado e fala de maneira ornada e rica de tudo que diz respeito ao assunto.” (itálico nosso)].

Denominam *causa* o caso encerrado na disputa e controvérsia entre as partes, *questão* o caso encerrado numa incerteza indefinida. Oferecem preceitos acerca da causa; a respeito da outra parte do discurso há um silêncio admirável⁸⁹.

Esse “silêncio” a que Antônio faz menção e que é apontado como defeito dos manuais é observado no próprio *Da invenção* de Cícero⁹⁰, em passo do livro I em que o Arpinate, criticando a abordagem de Hermágoras, atribui o tratamento das *quaestiones infinitae* à filosofia e qualifica como “demência” considerar que são de valia ao orador:

Quas quaestiones procul ab oratoris officio remotas facile omnes intellegere existimamus. Nam quibus in rebus summa ingenia philosophorum plurimo cum labore consumpta intellegimus, eas sicut aliquas parvas res oratori attribuire magna amentia videtur.

Julgamos que todos percebem facilmente que tais questões estão muito distantes do ofício do orador. De fato, atribuir a este, como se de trivialidades se tratasse, estudos em que, percebemos, os maiores engenhos dos filósofos foram consumidos com enorme esforço parece uma grande demência⁹¹.

Por outro lado, a crítica vale igualmente para os filósofos, se acreditarmos no que Cícero faz Crasso dizer numa passagem do livro III que também aborda, uma vez mais pela estratégia de repetição com variação, a divisão entre questões universais e particulares. De fato, se no resumo de Crasso, no livro I, ocorre a enunciação da bipartição, e se na resenha de Antônio, no livro II, faz-se, como vimos acima, a crítica da ausência do tratamento das questões universais entre os retores, nesta terceira fala Crasso critica, de um lado, o fato de os filósofos acadêmicos e peripatéticos não explicarem a essência e a natureza das *théséis*⁹², e explicita, de outro, o tratamento que considera adequado para as mesmas – ou seja, quando o leitor chega enfim à exposição das questões universais,

⁸⁹ Cícero, *De or.* II, 77-78.

⁹⁰ Não parece haver traços da bipartição na *Retórica a Herênio*.

⁹¹ Cícero, *De inv.* I, 6, 8.

⁹² Cícero, *De or.* III, 110: *atque etiam hac <in> instituendo divisione utuntur, sed ita, non ut iure aut iudicio, vi denique recuperare amissam possessionem sed ut [ex iure civili] surculo defringendo usurpare videantur. nam illud alterum genus, quod est temporibus, locis, reis definitum, obtinent atque id ipsum lacinia. nunc enim apud Philonem, quem in Academia vigere audio, etiam harum iam causarum cognitio exercitatioque celebratur. alterum vero tantummodo in prima arte tradenda nominant et oratoris esse dicunt; sed neque vim neque naturam eius nec partis nec genera proponunt, ut praeteriri omnino fuerit satius quam attactum deserere. nunc enim inopia reticere intelleguntur, tum iudicio viderentur* [“E servem-se dessa divisão também em seu ensinamento, mas não de modo a parecerem recuperar uma posse perdida por direito, julgamento ou pela força, mas a fazer uso do direito civil rompendo um galho. De fato, o primeiro gênero, que é definido pelas circunstâncias, locais, réus, eles os dominam, mas segurando-o pelas pontas: agora, com efeito, na escola de Filo, que, segundo ouvi dizer, tem grande influência na Academia, já se realiza o estudo e o exercício dessas causas. Já quanto ao segundo, nomeiam-no apenas ao ensinar a primeira parte da arte, afirmando que é característico do orador; mas não propõem sua essência, natureza, partes ou gêneros, de modo que teria sido preferível que o tivessem ignorado completamente a que o tivessem deixado sem tratamento: de fato, agora percebe-se que se calam por pobreza, mas, de outra forma, daria a impressão de ser deliberado.”].

no livro III, já está preparado por três lembranças, duas delas críticas, da maneira como elas são tradicionalmente apresentadas e pode, assim, apreciar com maior clareza o elemento diferencial apresentado no *Do orador*.

Quadro sinóptico 2: <i>quaestiones finitae</i> x <i>quaestiones infinitae</i>			
Manuais de retórica		Do orador	
Retórica a Herênio	Da invenção (citando Hermágoras)	Resumo de Crasso	Resenha de Antônio
Bipartição ausente	<i>Causam esse dicat rem quae habeat in se controuersiam in dicendo positam cum personarum certarum interpositione</i>	<i>Res certis in personis ac temporibus locata</i>	<i>Causae controuersia/ Causa: res posita in disceptatione reorum et controuersia</i>
Bipartição ausente	<i>Quaestionem eam appellat quae habeat in se controuersiam in dicendo positam sine personarum certarum interpositione</i>	<i>Quaestio infinitae rei, sine designatione personarum ac temporum</i>	<i>Quaestionis controuersia/ Quaestio: res posita in infinita dubitatione</i>

A observação seguinte diz respeito à obviedade da apresentação das partes da retórica, a que Antônio dá o nome de “membros da eloquência” – tal como acontece no resumo de Crasso, serve-se de formas perifrásticas para designar as cinco partes, evitando, igualmente, o uso dos termos técnicos consagrados (*inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria*, *pronuntiatio* ou *actio*). Agora, porém, em lugar de uma, há duas séries de perífrases para as mesmas partes (apenas a *actio* fica de fora da segunda enumeração):

deinde quinque faciunt quasi membra eloquentiae: inuenire quid dicas, inventa disponere, deinde ornare verbis, post memoriae mandare, tum ad extremum agere ac pronuntiare: rem sane non reconditam. quis enim hoc non sua sponte viderit neminem posse dicere nisi, et quid diceret et quibus verbis et quo ordine diceret, haberet et ea meminisset? atque haec ego non reprehendo, sed ante oculos posita esse dico [...].

Em seguida, estabelecem, por assim dizer, cinco membros da eloquência: descobrir o que se dirá, dispor o que se descobriu, em seguida orná-lo com palavras, depois confiá-lo à memória, então, por fim, atuar e enunciá-lo, algo nada abstruso. De fato, quem não percebe por si mesmo que ninguém pode discursar se não dominar o que falará, com que palavras e em que ordem, e o confiar à memória? E não critico isso, mas afirmo que é evidente [...] ⁹³.

⁹³ Cícero, *De or.* II, 79.

Quadro sinóptico 3: as <i>partes artis</i>			
Manuais de retórica		Do orador	
Retórica a Herênio	Da invenção	Resumo de Crasso	Resenha de Antônio
Partes rhetoricae/ Quas res oratorem habere oporteat	Partes rhetoricae	Viris et facultatis oratoris partes	Membra eloquentiae
Inuentio	Inuentio	Reperire quid diceret	Inuenire quid dicas/ Quid diceret haberet
Dispositio	Dispositio	Inuenta non solum ordine, sed etiam momento quodam atque iudicio dispensare atque componere	Inuenta disponere/ Quo ordine diceret haberet
Elocutio	Elocutio	Inuenta uestire atque ornare oratione	Inuenta ornare uerbis/ Quibus uerbis diceret haberet
Memoria	Memoria	Memoria saepire	Memoriae mandare/ Ea meminisset
Pronuntiatio	Pronuntiatio	Agere cum dignitate et uenustate	Agere ac pronuntiare

Como vimos anteriormente, Cícero divide os livros II e III (a τεχνολογία da obra, para ficarmos com a expressão do próprio autor⁹⁴) de acordo com as *partes artis*, atribuídas a Crasso ou a Antônio de acordo com as supostas qualidades pelas quais se teriam sobressaído em vida. Pela apropriação mesma da divisão torna-se evidente que o Arpinate não a desqualifica, embora não por esse motivo deixe de a submeter ao filtro crítico que aplica a todo o sistema das artes. Podemos concluir, com May e Wisse⁹⁵, que tal apropriação ocorre porque o sistema das partes da retórica é adequado ao já mencionado objetivo de Cícero de mudar o enfoque, na obra, do discurso para o orador.

O item seguinte da resenha de Antônio diz respeito às *partes orationis*. Podemos dividir o tratamento oferecido pela personagem em duas partes: na primeira, temos um novo resumo do sistema com termos que diferem dos apresentados na fala de Crasso, oferecendo ao leitor diferentes aspectos dos itens já abordados (novo exemplo, logo se deduz, da estratégia de variação dentro da repetição): se no resumo de Crasso apontava-se como função do exórdio o cativar os ânimos dos ouvintes, na resenha de Antônio fala-se em tornar quem ouve benévolo, dócil e atento; se naquele Crasso apontava como passo seguinte a exposição do tema, neste Antônio menciona a prescrição dos

⁹⁴ Em Cícero, *Ad Att.* IV, 16, 3, conforme apontado e citado acima, na seção VI.

⁹⁵ May & Wisse (2001), p. 10 (repare-se que os autores adotam a idéia de “atividades do orador” para se referir ao sistema, marcando pela própria expressão a mencionada mudança de enfoque): “In those “technical” parts of *De oratore* in which he offers his own approach [...], Cicero [...] focuses on another concept from traditional rhetoric: the notion of the “activities of the orator”, i.e., the stages through which an orator was expected to progress when preparing and presenting a speech. [...] Though many rhetorical systems were in fact based on the activities, their emphasis was still on following precise rules; the treatment of the first activity, invention, was often concerned with the rules for the parts of the speech [...]. Cicero, by contrast, takes the notion of a sequence of activities seriously. Proceeding through the activities, the orator can take a comprehensive view of the individual case in hand and duly take account of all of its special circumstances. Only such an approach can produce a coherent speech that is as persuasive as the circumstances allow.”

manuais de que a narração do tema seja, a um só tempo, verossímil, clara e breve; se em seu resumo Crasso citava, a seguir, o estabelecimento da controvérsia, em sua resenha Antônio aponta a divisão e a proposição da causa; se no primeiro vemos a confirmação, ou prova, do que o orador pretende, no segundo observamos a mesma idéia com o acréscimo de que ela se dá por meio de argumentos e razões; se na fala de Crasso, enfim, fala-se em amplificação e aumento dos pontos favoráveis ao orador e debilitação e enfraquecimento dos favoráveis ao adversário no fim do discurso, na de Antônio fala-se em conclusão ou peroração, que pode ser antecedida por uma digressão que tenha em vista o ornato e a amplificação. A passagem é a seguinte:

iubent [...] exordiri ita, ut eum qui audiat benivolum nobis faciamus et docilem et attentum; deinde rem narrare et ita, ut veri similis narratio sit, ut aperta, ut brevis; post autem dividere causam aut proponere; nostra confirmare argumentis ac rationibus; deinde contraria refutare. tum autem alii conclusionem orationis et quasi perorationem conlocant, alii iubent, antequam peroretur, ornandi aut augendi causa degredi, deinde concludere ac perorare.

[...] recomendam que se exordie de modo a tornar o ouvinte benévolo, dócil e atento; em seguida, que narremos o caso, e de tal forma, que a narração seja verossímil, clara, concisa; que se divida e se exponha a causa; que se provem nossos pontos com argumentos e raciocínios; em seguida, que se refutem os do adversário. Alguns propõem, então, a conclusão do discurso e, por assim dizer, sua peroração; outros recomendam que, antes de se perorar, faça-se uma digressão para ornar e amplificar, em seguida, que se conclua e perore⁹⁶.

⁹⁶ Cícero, *De or.* II, 80.

Quadro sinóptico 4: as <i>partes orationis</i>				
Manuais de retórica			Do orador	
<i>Retórica a Alexandre</i>	<i>Retórica a Herênio</i>	<i>Da invenção</i>	<i>Resumo de Crasso</i>	<i>Resenha de Antônio</i>
Τὰ μέρη τοῦ λόγου	<i>Partes orationis</i>	<i>Partes orationis</i>	Ausente	<i>Partes in quas est omnis oratio distributa</i>
Προοίμιον	<i>Exordium</i>	<i>Exordium</i>	Ante quam de re diceremus, initio conciliandos eorum esse animos qui audirent	Exordiri ita, ut eum qui audiat benivolum nobis faciamus et docilem et attentum
Διήγησις	<i>Narratio</i>	<i>Narratio</i>	Rem demonstrandam	Rem narrare ita ut uerisimilis narratio sit, ut aperta, ut brevis
Ausente	<i>Diuisio</i>	<i>Partitio</i>	Controuersiam constituendam	Diuidere causam aut proponere
Βεβαίωσις	<i>Confirmatio</i>	<i>Confirmatio</i>	Id quod nos intenderemus confirmandum	Nostra confirmare argumentis ac rationibus
Ausente	<i>Confutatio</i>	<i>Reprehensio</i>	Quae contra dicerentur refellenda	Contraria refutare
Ἐπίλογος	<i>Conclusio</i>	<i>Conclusio</i>	Extrema oratione ea quae pro nobis essent amplificanda et augenda, quaeque essent pro aduersariis infirmandae atque frangenda	Alii conclusionem orationis et quasi perorationem conlocant, alii iubent, antequam peroretur, orandi aut augendi causa degredi, deinde concludere ac perorare

Antecedem e seguem o passo citado observações acerca do número das partes, que varia de autor para autor, e, uma vez mais, da alegada falta de experiência real dos escritores de manuais: 1) *atque haec ego non reprehendo, sed ante oculos posita esse dico, ut eas item quattuor quinque sexve partis vel etiam septem – quoniam aliter ab aliis digeruntur – in quas est ab iis omnis oratio distributa* [“E não critico isso [sc. a ordenação das *partes artis*], mas afirmo que é evidente, assim como, do mesmo modo, aquelas quatro, cinco, seis ou até sete – pois cada um o ordena de modo diferente –, em que todo o discurso foi por eles dividido”]; e 2) *ne haec quidem reprehendo; sunt enim concinne distributa; sed tamen id quod necesse fuit hominibus expertibus veritatis, non perite* [“Nem mesmo isso eu critico [sc. a ordenação das *partes orationis*], pois se trata de uma divisão harmoniosa, mas o que era forçoso acontecer a homens desconhecedores da realidade, sem experiência”]. No primeiro caso, a crítica, se existe, está implícita, diferentemente do que acontece na *Retórica* de Aristóteles⁹⁷, em que o Estagirita repreende abertamente o fato de os tecnógrafos apresentarem uma ridícula divisão dos *μέρη τοῦ λόγου*, não se atendo a sua essência (mais propriamente, suas “partes necessárias”, ἀναγκᾶια μόρια), que residiria em apenas duas das partes – πρόθεσις (“exposição”) e πίστις (“prova”) –, como diz num primeiro momento, ou em quatro – προοίμιον (“proêmio” ou “exórdio”), πρόθεσις (“exposição”), πίστις

⁹⁷ Aristóteles, *Ret.* III, 13 (1414b).

(“prova”) e ἐπίλογος (“epílogo” ou “peroração”) –, como em seguida concede⁹⁸; no segundo, mais um dos inúmeros exemplos que vimos e veremos de repetição dentro da variação: a idéia repetida, evidentemente, é a de que os autores de manuais não têm experiência nas causas reais e, por conseguinte, autoridade para delas tratar; a variação está em apontar como isso se reflete nos preceitos oferecidos para cada parte do discurso.

Já a segunda parte do tratamento das partes do discurso, na fala de Antônio, comenta, como já observamos, o sistema tal como apresentado nos manuais, ora corrigindo-o, ora com ele concordando. Assim, ao resenhar os preceitos que dizem respeito à finalidade dos exórdios e das narrações, Antônio discorda, não quanto ao fato de que se recomende que o orador deva tornar o ouvinte benévolo, dócil e atento, mas por se afirmar que tais funções dizem respeito apenas às mencionadas partes. Segundo a personagem, é mais fácil granjear a benevolência do ouvinte ao longo de todo o discurso do que apenas em seu começo, quando os elementos ainda são novos para os juizes (supõe-se, evidente está, que se trate do primeiro orador a empreender a defesa: tal raciocínio provavelmente não valeria, em muitos casos, para o próprio Cícero, uma vez que, como é sabido por um passo do *Bruto*⁹⁹, o Arpinate costumava ser empregado como último dentre os patronos a defender a mesma causa) – ou seja, o estabelecimento do *ethos* e da *auctoritas* do orador deve ser realizado não apenas no exórdio, mas em todo o discurso; a docilidade (ou, para fazermos uso, também nós, de uma perífrase, a disposição a ser instruído) é obtida com maior facilidade, não quando o orador promete que fará a demonstração do caso, ou seja, na divisão ou partição, mas quando a faz efetivamente, vale dizer, ao longo de toda a fala do orador, como aponta a passagem, mas, mais propriamente, na confirmação; por fim, também a busca de prender a atenção do ouvinte não diz respeito apenas ao exórdio, mas ao discurso como um todo:

⁹⁸ A crítica ao excesso de divisões e subdivisões das partes dos discursos nos manuais de retórica é formulada pela primeira vez no *Fedro* de Platão (266d-267a). Emblemáticos, a esse respeito, o comentário de Fedro e a réplica irônica de Sócrates: καὶ μάλα που συχνά, ὦ Σώκρατες, τὰ γ' ἐν τοῖς βιβλίοις τοῖς περὶ λόγων τέχνης γεγραμμένοις [“Ora, são são inúmeros, Sócrates, os elementos que se encontram nos livros escritos acerca da arte dos discursos”]; e Προοίμιον μὲν ὄμαι πρῶτον, ὡς δὲ τοῦ λόγου λέγεσθαι ἐν ἀρχῇ· ταῦτα λέγεις (ἢ γάρ); τὰ κομψὰ τῆς τέχνης [“Em primeiro lugar, creio eu, vem o proêmio, que deve ser feito no começo do discurso. É a esse tipo de sutileza da arte que te referes, não é?”]. Rowe (1988) p. 202, em seu comentário à passagem, assim caracteriza o tom da fala de Sócrates: “Socrates’ tone throughout, - beginning with his reference’ to “the refinements” of the science’ in d9 – is one of gentle ridicule.”

⁹⁹ Cf. a fala de Bruto, em *Br.* 190: qui [sc. Hortensius] cum partiretur tecum causas – saepe enim interfui – perorandi locum, ubi plurimum pollet oratio, semper tibi relinquebat (“Ele [sc. Hortensio], quando compartilhava causas contigo – estive, de fato, muitas vezes presente – sempre deixava para ti o lugar da peroração, onde o discurso tem maior poder”). A data fictícia do *Do orador*, por sinal, impedia que Cícero tratasse o tema da divisão de uma mesma causa entre vários patronos no diálogo, uma vez que, como aponta também no *Bruto* (207), tal costume era posterior à época: neque tam multa quam nostra aetate iudicia fiebant, neque hoc quod nunc fit, ut causae singulae defenderentur a pluribus [...] (“nem aconteciam julgamentos tão numerosos quanto em nossa época, nem ocorria o que sucede hoje em dia, que cada uma das causas fosse defendida por várias pessoas [...]).”

quae [...] praecepta principiorum et narrationum esse voluerunt, ea in totis orationibus sunt conservanda. nam ego mihi benivolum iudicem facilius facere possum, cum sum in cursu orationis, quam cum omnia sunt inaudita; docilem autem, non cum polliceor me demonstraturum, sed tum cum doceo et explano; attentum vero crebro tota actione excitandis mentibus iudicum, non prima denuntiatione efficere possumus.

[...] os preceitos que pretendiam dos princípios e das narrações devem ser obedecidos em todo o discurso, pois consigo tornar o juiz benévolo com maior facilidade ao longo do discurso do que quando todos os seus elementos são novos; dócil, não quando prometo que demonstrarei, mas exatamente quando instruo e explico; podemos torná-lo atento, muitas vezes, estimulando os ânimos dos juizes ao longo de toda a atuação, não no começo de nossa declaração¹⁰⁰.

Repare-se que também nesta segunda parte Cícero varia o vocabulário referente às partes, empregando novas perífrases e termos que ainda não haviam sido usados para designar os mesmos “membros da eloquência”. Assim, onde esperaríamos encontrar o substantivo *exordium*, sugerido pelo verbo *exordiri*, da primeira parte da resenha, deparamo-nos com *principium*¹⁰¹ e com sua perífrase *cum omnia sunt inaudita*; em lugar de *confirmatio* ou da expressão que a substituía na primeira parte, *confirmare argumentis ac rationibus*, vemos agora os verbos *docere* e *explanare*; por fim, como uma terceira maneira de se referir ao exórdio, Cícero apresenta a perífrase *prima denuntiatione*.

Já ao comentar as finalidades que os manuais estabelecem para a narração (verossimilhança, clareza e concisão), Antônio considera-as correta. O mesmo não acontece, porém, no que concerne à recomendação dos retores de que essas qualidades sejam exclusivas desta parte – também neste caso o orador deve buscá-las ao longo de todo o discurso:

iam vero narrationem quod iubent veri similem esse et apertam et brevem, recte nos admonent; quod haec narrationis magis putant esse propria quam totius orationis, valde mihi videntur errare.

Já quanto ao fato de recomendarem que a narração seja verossímil, clara e concisa, advertem-nos corretamente; quanto ao fato de julgarem que tais qualidades concernem

¹⁰⁰ Cícero, *De or.* II, 81-82.

¹⁰¹ Onde nossa escolha de traduzir o termo por “princípio”, não “exórdios”, ainda que tal escolha possa causar estranheza ao leitor de língua portuguesa: não é impossível que também o leitor da época da publicação, habituado ao jargão dos manuais, a sentisse, uma vez que *principium*, na época em que o *Do orador* foi escrito, ainda não era usado em lugar de exórdio nas artes, como acontecerá posteriormente em Fortunaciano (II, 12) e Vitorino (I, 373, 27), por exemplo, mas como uma de suas duas espécies ou subdivisões, conforme observamos no próprio *Da invenção* de Cícero (I, 20): [...] *exordium in duas partes dividitur: in principium et insinuationem. Principium est oratio perspicue et protinus perficiens auditorem benivolum aut docilem aut attentum. Insinuatio est oratio quadam dissimulatione et circumitione obscure subiens auditoris animum* [“O exórdio divide-se em duas partes: princípio e insinuação. Princípio é o discurso que, de maneira aberta e imediata torna o ouvinte benévolo, dócil ou atento. Insinuação é o discurso que, por meio de certa dissimulação e circunlóquios, insinua-se ocultamente no ânimo do ouvinte”]. *Apud* Lausberg (1998), pp. 121-124.

mais particularmente à narração do que a todo o discurso, parecem-me estar bastante enganados¹⁰².

Por fim, no encerramento de sua resenha, Antônio retoma a idéia exposta por Crasso em *Do orador* I, 190 ss. de que o direito civil pode ser transformado numa arte se for dividido e subdividido em gêneros e espécies, observando que o erro dos autores de artes retóricas está justamente no fato de considerarem que também no âmbito do discurso seria possível fazer o mesmo. A personagem não entra em detalhes específicos acerca da motivação dessa impossibilidade – seu único argumento é a grandeza da retórica:

[...] *omninoque in hoc omnis est error, quod existimant artificium esse hoc quoddam non dissimile ceterorum, cuius modi de ipso iure civili hesterno die Crassus componi dicebat: ut genera rerum primum exponerentur, in quo vitium est, si genus ullum praetermittitur; deinde singulorum partes generum, in quo et deesse aliquam partem et superare mendosum est; tum verborum omnium definitiones in quibus neque abesse quicquam decet neque redundare. sed hoc si in iure civili, si etiam in parvis aut mediocribus rebus doctiores adsequi possunt, non idem sentio tanta hac in re tamque immensa posse fieri.*

[...] e, em geral, todo o erro parece residir no fato de julgarem que esta é uma arte que não difere das demais, do tipo que Crasso, ontem, afirmava poder-se elaborar acerca do direito civil: expor, em primeiro lugar, os gêneros das coisas, onde há erro se algum gênero é deixado de lado; em seguida, as partes de cada um dos gêneros, onde tanto faltar alguma parte quanto sobrar é incorreto; então, as definições de todas as palavras, onde não convém faltar ou sobejar qualquer elemento. Porém, se os mais cultos podem conseguir isso no direito civil ou mesmo em domínios insignificantes ou medianos, não creio que o mesmo possa acontecer em algo tão grandioso e importante¹⁰³.

Ora, Cícero parece, aqui, por meio da personagem de Antônio, querer dizer que justamente aquilo que as *artes rhetoricae* fazem (dividir sua matéria em gêneros e espécies, definindo cada um dos termos técnicos empregados), e que seria essencial que se fizesse no âmbito do direito civil, conforme Crasso aponta no livro I, não parece ser suficiente para abranger todos os aspectos da eloquência. Embora possa inicialmente causar alguma estranheza o fato de Antônio não amplificar sua argumentação, baseada neste único ponto, é preciso lembrar que esse é justamente um dos temas do prefácio do livro I, o qual, como bem aponta Leeman em seu artigo acerca da estrutura de *Do orador* I,

¹⁰² Cícero, *De or.* II, 83. Repare-se que neste passo Cícero emprega o termo tradicional *narratio*, e que faz Antônio qualificar explicitamente como erro, e grave (*valde errare*), a mencionada recomendação dos manuais.

¹⁰³ Cícero, *De or.* II, 83-84.

“apresenta todos os elementos importantes da *deliberatio* seguinte entre Crasso e seus amigos¹⁰⁴”: a vastidão e a amplitude da eloquência por contraposição às demais artes. No parágrafo 6, Cícero apresenta a questão perguntando-se o motivo de haver mais pessoas admiráveis nas outras atividades do que na oratória. Isso se observa quando se comparam oradores a generais (§7), governantes (§8), filósofos (§9), matemáticos, músicos, gramáticos (§10) e poetas (§ 11), e surpreende pelo fato de a oratória aproximar-se mais do que as outras artes da fala comum e da opinião geral do público (§12); de um grande número de pessoas se dedicarem à oratória (§13) e de grandes serem o prazer, as esperanças e as recompensas nela depositadas (§14). A resposta estaria precisamente na grandeza e na amplitude do gênero:

quid enim quis aliud in maxima discentium multitudine summa magistrorum copia praestantissimis hominum ingeniis infinita causarum varietate amplissimis eloquentiae propositis praemiis esse causae putet nisi rei quandam incredibilem magnitudinem ac difficultatem?

Que outra razão, dada a enorme multidão de aprendizes, a suprema abundância de mestres, homens de eminentíssimos engenhos, a infinita variedade das causas, as enormes recompensas oferecidas à eloquência, alguém há julgar ser a causa, senão a incrível magnitude e dificuldade da oratória?¹⁰⁵

Nos dois parágrafos seguintes (17-18), Cícero explicita e desenvolve, à diferença do que faz Antônio na passagem que estamos a analisar, o que entende por essa grandeza da oratória: o orador deve ter o conhecimento de inúmeros assuntos para que sua elocução não seja vazia e ridícula; deve também saber arranjar as palavras com propriedade; deve, ainda, conhecer todas as paixões humanas, fazer uso de uma graça urbana e refinada, de chistes, de uma cultura digna de alguém de nascimento livre (§17); deve dominar a história e as leis, bem como apresentar uma atuação adequada e uma memória que possa servir de guardião dos temas e das palavras que tenha descoberto (§18). Ora, percebe-se imediatamente, por esse resumo do prefácio, que os elementos que tornam, na visão de Cícero, a oratória impossível de ser apreendida por meras regras, divisões e subdivisões tal como compõem nos manuais de retórica são exatamente aqueles que explorará ao longo do *Do orador*.

¹⁰⁴ Leeman (1975), p. 142. O autor também aponta com correção o caráter específico do prefácio, que não pertence à categoria dos prefácios mais gerais do “livro de proêmios” de Cícero a que o arpinate faz menção em carta a Ático: “As for the general character of this prologue, it is clear that it does not belong to the class of prologues in which the subject to be treated is justified or glorified in general reflections, loosely connected with the argument of the work itself. Cicero could not have taken it from the liber prohemiorum which he kept for the purpose – in one case with the unfortunate result of a double (Att. 16, 6, 4). [...] In nuce, it contains all the important elements of the ensuing *deliberatio* between Crassus and his friends.”

¹⁰⁵ Cícero, *De or.* I, 16.

Tal impossibilidade, porém, é apenas acenada no prefácio¹⁰⁶, sendo explicitada e desenvolvida na fala de Antônio. Desnecessário repetir que se observa novamente a estratégia da variação dentro da repetição: de um lado, não faria sentido que Cícero adiantasse no prefácio a conclusão que deixa para o livro II, uma vez que ainda não tratara, ali, da questão do conhecimento do direito por parte do orador e daquela que a esta se liga, a necessidade de uma reorganização do direito segundo os princípios de uma arte, à qual Antônio se contrapõe, colocando a oratória numa categoria à parte de artes desse tipo; de outro, seria inadequado que coubesse a Antônio explorar todos os elementos ligados à grandeza da oratória apontados no prefácio, sobretudo porque é Crasso, não Antônio, o defensor da visão maximalista¹⁰⁷ do orador na obra, e porque isso afetaria a divisão de tarefas entre as personagens: a Crasso, como sabemos, cabe a defesa do conhecimento do direito exigida por Cícero na passagem do prefácio do livro I em questão; a Antônio, a do conhecimento de história; e a Júlio César Estrabão, o tratamento do ridículo e do chiste retórico.

IX

Em *Do orador* II, 88-98, Antônio introduz a idéia de que os oradores jovens devem eleger um modelo adequado a sua natureza para imitar. O tema da imitação, como se sabe, recebe amplo tratamento de Quintiliano em sua *Formação do orador*, mas na *Retórica a Herênio*, único tratado retórico supérstite anterior ao *Do orador* a abordá-lo, a *imitatio* é apenas mencionada e definida, não chegando a ser tratada. Assim, em I, 3, o *Auctor* aponta três meios para que se alcancem os cinco fatores que o orador deve apresentar¹⁰⁸ – a arte, a imitação e a natureza:

Haec omnia tribus rebus adsequi poterimus: arte, imitatione, exercitatione. [...] Imitatio est, qua impellimur cum diligenti ratione ut aliquorum similes in dicendo ualeamus esse.

¹⁰⁶ Cf. Cícero, *De or.* I, 19 (itálico nosso): *quam ob rem mirari desinamus quae causa sit eloquentium paucitatis, cum ex illis rebus universis eloquentia constet quibus in singulis elaborare permagnum est, hortemurque potius liberos nostros ceterosque quorum gloria nobis et dignitas cara est, ut animo rei magnitudinem complectantur neque eis aut praeceptis aut magistris aut exercitationibus quibus utuntur omnes, sed aliis quibusdam se id quod expetunt consequi posse confidant* [“Por essa razão, deixemos de nos perguntar o motivo da escassez de oradores eloquentes, uma vez que a eloquência é constituída de todos aqueles elementos em que é grandioso aperfeiçoar-se isoladamente, e exortemos, antes, nossos filhos e os demais cuja glória e dignidade nos é cara, a se dedicarem vivamente à grandeza da eloquência, e a não confiarem na possibilidade de atingir o que esperam por meio dos preceitos, mestres ou exercícios de que todos se servem, mas por meio de outros”].

¹⁰⁷ Cf. May & Wisse (2001), p. 19, para o uso da expressão.

¹⁰⁸ Invenção, disposição, elocução, memória e atuação, como mostramos acima (cf. seção VIII).

Tudo isso poderemos alcançar por três meios: arte, imitação e exercício. [...] Imitação é o que nos estimula, com método cuidadoso, a que logremos ser semelhantes a outros no dizer¹⁰⁹.

A tripartição mais comum, como se sabe, e que se vê já em Isócrates, na *Antídosis*, e Platão, no *Fedro*, é a que contrapõe natureza, arte e prática. Esta passagem da *Retórica a Herênio* é singular em substituir a natureza pela imitação. Cícero, no *Da invenção*, que guarda, já o dissemos, não poucas afinidades com esta, adota a divisão usual:

Hoc si forte non natura modo neque exercitatione conficitur, verum etiam artificio quodam comparatur, non alienum est videre, quae dicant ei qui quaedam eius rei praecepta nobis reliquerunt.

Se acaso isso [sc. a eloqüência] não é atingido apenas pela natureza ou pelos exercícios, mas também se apresta por uma espécie de arte, não é fora de lugar observar o que dizem aqueles que nos transmitiram alguns preceitos acerca do assunto¹¹⁰.

Tornando, então, ao tratamento que Antônio confere à imitação, seu exemplo inicial é Cátulo, um dos participantes do diálogo, que aquele teria visto, quando este era ainda bastante jovem, a defender uma causa de maneira adequada no que respeitava à voz, aparência e movimentos corporais, mas inadequada pelo excesso de palavras. Interessam-nos, particularmente, três termos que emprega ao observar que recomendou a Cátulo a escolha de algum modelo:

vidi statim indolem neque dimisi tempus et eum sum cohortatus ut forum sibi ludum putaret esse ad discendum, magistrum autem quem vellet eligeret; me quidem si audiret, L. Crasso.

Notei de imediato sua índole e não perdi tempo, incentivando-o a considerar o fórum como uma *escola* para seu *aprendizado* e a escolher o *mestre* que desejasse; se me desse ouvidos, seria L. Crasso¹¹¹.

Não temos, nesse passo, uma crítica direta aos retores e seus manuais, mas as palavras *ludus*, *discere* e *magister* parecem estar aqui colocadas para sutilmente indicar que a verdadeira escola, para o orador, não é a do professor de retórica, mas a do *tirocinium fori*, que seu verdadeiro aprendizado é a prática, não o estudo dos preceitos dos manuais de retórica, e que o verdadeiro

¹⁰⁹ *Ad Her.* I, 3 (tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra, in [Cícero] (2005), p. 55).

¹¹⁰ Cícero, *De inv.* I, 5.

¹¹¹ Cícero, *De or.* II, 89 (negrito e itálico nossos).

mestre não é o retor, mas o modelo escolhido pelo orador para imitação. Contudo, se nessa passagem tal confronto e tal comparação estão subentendidos, em outra, do livro III, Crasso confere formulação mais explícita à idéia, ao retomar, agora no contexto do tratamento da *elocutio*, o tema da imitação:

rerum [...] copia verborum copiam gignit; et, si est honestas in rebus ipsis, de quibus dicitur, existit ex re naturalis quidam splendor in verbis. sit modo is, qui dicet aut scribet, et institutus liberaliter educatione doctrinaque puerili et flagret studio et a natura adiuvetur et in universorum generum infinitis disceptationibus exercitatus ornatissimos scriptores oratoresque ad cognoscendum imitandumque delegerit, ne ille haud sane quem ad modum verba struat et inluminet a magistris istis requiret. ita facile in rerum abundantia ad orationis ornamenta sine duce, natura ipsa, si modo est exercitata, delabitur.

[...] a riqueza de temas gera a riqueza de palavras e, se há nobreza nos próprios temas de que se fala, nasce do tema uma espécie de brilho natural nas palavras, com a condição de que o orador ou escritor tenha formação liberal em sua educação e doutrina juvenis, arda de entusiasmo, seja ajudado pela natureza e, versado nos debates gerais dos gêneros universais, escolha os escritores e oradores mais ornados para estudar e imitar, a fim de que não pergunte a esses mestres a maneira de preparar e abrilhantar as palavras. Assim, em meio a uma abundância de temas, a própria natureza, sem guia, contanto que tenha sido exercitada, converge para os ornamentos do discurso¹¹².

Fundamental, aqui, é o uso do demonstrativo *istis*, de tom evidentemente pejorativo, para qualificar *magistris*, termo que aparece como última alternativa na enumeração dos fatores que podem ajudar na formação do orador ideal: este deve ter, antes de tudo, conhecimento dos temas para deles falar com propriedade e com a elocução adequada, o que ocorrerá apenas se tiver, quando jovem, uma formação vasta, com conhecimento de filosofia, história e direito, como se depreende ao longo da leitura da obra, e das questões universais, a partir do qual poderá partir da idéia geral e abstrata para o caso concreto que tiver em mãos; e se tiver, além disso, uma natureza apta a sua tarefa e um entusiasmo dela recorrente. Dessa forma, percebemos que, dentre os quatro fatores que vimos expostos pela tradição (natureza, imitação, prática e arte), Cícero, no *Do orador*, recomenda os três primeiros de preferência ao quarto, embora este possa ter, como já vimos e voltaremos a observar, uma função mnemônica¹¹³, ancilar em relação aos demais.

¹¹² Cícero, *De or.* III, 125 (negrito e itálico nossos).

¹¹³ Cf., a esse respeito, a formulação mais explícita de *De or.* II, 150 (negrito e itálico nosso): *inter ingenium quidem et diligentiam perpaulum loci reliquum est arti. ars demonstrat tantum ubi quaeras, atque ubi sit illud quod studeas invenire; reliqua sunt in cura, attentione animi, cogitatione, vigilantia, adsiduitate, labore; complectar uno verbo quo saepe iam sumus usi, diligentia, qua*

Dentro do tratamento da doutrina do *status quaestionis*, em II, 108-109, Antônio, ao examinar o que os manuais denominam *constitutio definitiva*, exemplifica a contraposição entre prática e arte, apontada na seção anterior, com o caso de Caio Norbano, em que teria enfrentado Sulpício, outra das personagens do diálogo. Cícero adota, então, uma estratégia que se tornará recorrente ao longo da parte mais técnica da obra, que tem início em II, 99: enunciar o preceito do manual, apontar seus defeitos (e virtudes), quando os há, e mostrar, sempre que possível baseado na prática do fórum (na sua, se confiarmos no que afirma no prefácio ao livro I; na das personagens, dentro da ficção do diálogo), o procedimento mais adequado que deve substituir o preceito. No passo em questão, Antônio enuncia, em primeiro lugar, a regra que os manuais fornecem dentro desta *constitutio* – partir, tanto no caso da acusação como no da defesa, da definição do termo em questão –, qualificando-a como pueril, adjetivo que, como vimos, é recorrente na obra para qualificar a preceituação dos retores:

atque in hoc genere causarum non nulli praecipiant, ut verbum illud, quod causam facit, breviter uterque definiat. quod mihi perquam puerile videri solet.

Neste gênero de causas, alguns preceituam que ambas as partes definam brevemente o termo que motiva a causa, algo que, a mim, pelo menos, costuma parecer extremamente pueril¹¹⁴.

Podemos observar esse preceito tanto na *Retórica a Herênio* como no *Da invenção*¹¹⁵:

Cum definitionem utemur, primum adferemus breuem uocabuli definitionem [...]. Primum [...] uocabuli sententia breuiter et ad utilitatem adcommodate causae coniungetur [...].

Quando fizermos uso da definição, primeiro especificaremos brevemente o termo [...]. [...] de início, descreveremos brevemente o significado do termo, acomodando-o ao interesse da causa [...] ¹¹⁶.

una virtute omnes virtutes reliquae continentur [“Na verdade, entre o engenho e a diligência sobra pouquíssimo espaço para a arte. A arte apenas aponta onde se pode procurar e descobrir onde se encontra o que desejamos; o restante encontra-se no cuidado, na atenção da mente, na reflexão, na vigilância, na assiduidade, no trabalho; sintetizando tudo numa única palavra que já usamos mais de uma vez, na diligência, a única virtude que abarca todas as demais virtudes”].

¹¹⁴ Cícero, *De or.* II, 108.

¹¹⁵ O que confere um sentido irônico ao termo “pueril”, uma vez que, efetivamente, Cícero era jovem e inexperiente quando compôs o *Da invenção*.

¹¹⁶ *Ad Her.* I, 17 (tradução de Faria & Seabra, in [Cícero], op. cit., p. 107).

e

Cum est nominis controversia, quia vis vocabuli definienda verbis est, constitutio definitiva dicitur.

[...]

Primus ergo accusatoris locus est eius nominis cuius de vi quaeritur brevis et aperta et ex opinione hominum definitio [...].

Quando há uma controvérsia sobre um termo, a questão denomina-se “de definição”, porque é preciso definir o sentido de um vocábulo por meio de palavras.

[...]

Portanto, o primeiro tópico do acusador é uma definição breve, clara e de acordo com o senso comum, do termo cujo sentido se investiga [...] ¹¹⁷.

Em seguida, Antônio enumera os problemas do preceito: antes de tudo, trata-se de um problema de decoro e adequação às circunstâncias, uma vez que, se convém discutir definições no contexto do *ludus*, o mesmo não acontece no do tribunal, onde a definição pode, de um lado, soar aos ouvidos dos juízes como pedantismo teórico e exercícios pueris e, de outro, escapar facilmente de suas mentes; além disso, basta a censura a um único termo, seja por sua presença, seja por sua falta, para arruinar a definição; enfim, baseado no caso de Norbano a que se fez menção acima, observa que a estratégia correta é a amplificação eloqüente daquilo que se entende pelo termo em questão:

alia est enim cum inter doctos homines de iis ipsis rebus quae versantur in artibus disputatur, verborum definitio, ut cum quaeritur quid sit ars, quid sit lex, quid sit civitas. in quibus hoc praecipit ratio atque doctrina, ut vis eius rei quam definias sic exprimat, ut neque absit quicquam neque supersit. quod quidem in illa causa neque Sulpicius fecit neque ego facere conatus sum. nam quantum uterque nostrum potuit, omni copia dicendi dilatavit, quid esset maiestatem minuire. etenim definitio primum, reprehenso verbo uno aut addito aut dempto saepe extorquetur; deinde genere ipso doctrinam redolet exercitationemque paene puerilem; tum in sensum et in mentem iudicis intrare non potest: ante enim praeterlabitur quam percepta est.

De fato, diferente é a definição dos termos quando eruditos discutem acerca dos próprios elementos que constam das artes, como quando se investiga o que é uma arte, uma lei, um estado. Em tais casos, o método e a doutrina preceituam que se expresse o sentido do que se define de modo que não falte ou sobre qualquer elemento, precisamente o que Sulpício não fez naquela causa, nem eu tentei fazer. De fato, cada um de nós desenvolveu

¹¹⁷ Cícero, *De inv.* II,17, 52-53.

o quanto pôde, com toda sua riqueza oratória, o que é cometer um crime de lesa-majestade. Efetivamente, uma definição, em primeiro lugar, muitas vezes nos é arrancada das mãos devido a um único termo censurado, seja a mais ou a menos; em seguida, por seu próprio gênero cheira a teoria e a um exercício quase pueril; depois, não é capaz de penetrar a inteligência e a mente do juiz, esvaindo-se antes mesmo de ser apreendida¹¹⁸.

Ainda no breve tratamento da doutrina do *status quaestionis*, Antônio aponta dois erros dos manuais de retórica que concernem ao excesso de divisões de seus gêneros. Apesar de o próprio Antônio ter expresso, como mostramos na seção anterior, a impossibilidade de a eloquência, devido a sua grandeza, ser reduzida a uma arte com todos os seus gêneros, espécies e definições delimitados, sua crítica apresenta o pressuposto implícito de que tal redução dialética deve ser feita. Assim, se para os retóricos há, de um lado, um gênero que se baseia na ambigüidade, de outro, um segundo gênero que se baseia na interpretação dos escritos, para Cícero-Antônio há unicamente um gênero, o da ambigüidade, e um subgênero ou espécie deste, o da interpretação dos escritos, uma vez que a controvérsia surgida neste diz respeito, em última instância, a uma ambigüidade existente nos escritos; se para os tecnógrafos há, de um lado, o gênero da ambigüidade, de outro, o gênero que se baseia na discussão de escritos contraditórios, para o Arpinate há, neste segundo caso, uma mera reduplicação do primeiro gênero – ou seja, novamente trata-se de um subgênero ou espécie do primeiro; se, enfim, para os escritores de manuais o gênero da interpretação dos escritos é independente do gênero de qualidade, para Antônio o primeiro é um subgênero do segundo, uma vez que é sobretudo naquele que se discute a natureza de algo. Essa argumentação ocorre em II, 110-112:

Sed in eo genere, in quo quale sit quid ambigitur, existit etiam ex scripti interpretatione saepe contentio, in quo nulla potest esse nisi ex ambiguo controversia. nam illud ipsum, quod scriptum a sententia discrepat, genus quoddam habet ambigui, quod tum explicatur, cum ea verba quae desunt suggesta sunt; quibus additis defenditur sententiam scripti perspicuam fuisse; et ex contrariis scriptis si quid ambigitur, non novum genus nascitur, sed superioris generis causa duplicatur; idque aut numquam diiudicari poterit aut ita diiudicabitur, ut referendis praeteritis verbis id scriptum, quodcumque defendemus, suppleatur; ita fit ut unum genus in eis causis, quae propter scriptum ambiguntur, relinquatur, si est scriptum aliquid ambigue. Ambiguorum autem cum plura genera sunt, quae mihi videntur ii melius nosse, qui dialectici appellantur, hi autem nostri ignorare, qui non minus nosse debeant, tum illud est frequentissimum in omni consuetudine vel sermonis vel scripti, cum idcirco aliquid ambigitur, quod aut verbum aut verba sint praetermissa. Iterum autem peccant, cum genus hoc causarum, quod in scripti interpretatione versatur, ab illis causis, in quibus,

¹¹⁸ Cícero, *De or.* II, 108-109.

qualis quaeque res sit disceptatur, seiungunt. nusquam enim tam quaeritur, quale sit genus ipsum rei, quam in scripto, quod totum a facti controversia separatum est.

Mas naquele gênero em que se discute a natureza da ação, existe também, muitas vezes, uma disputa que tem origem na interpretação do escrito, em que não pode haver senão uma controvérsia provocada por uma ambigüidade. De fato, aquele próprio elemento que, escrito, diverge da intenção, apresenta certo tipo de ambigüidade, que é explicado quando se acrescentam os termos que faltam; depois de acrescentados, defende-se que a intenção do escrito era evidente; e se há discussão a partir de escritos contraditórios, não nasce um novo gênero, mas duplica-se uma causa do gênero anterior; ou não poderá jamais ser elucidado, ou será elucidado de modo a que se supra o escrito que defendermos, seja ele qual for, restituindo-lhe as palavras omitidas. Assim, ocorre restar um único gênero nas causas que se discute devido à escrita, se algo foi escrito com ambigüidade. Diversos são os tipos de ambigüidade, e parece que os conhecem mais bem os que são chamados dialéticos, enquanto nossos conterrâneos os ignoram, embora devesses igualmente conhecê-los, e o mais freqüente, em qualquer prática de conversa ou escrita, é quando se discute algum ponto porque se omitiu uma ou mais palavras. Erram novamente ao separar este gênero de causas que diz respeito à interpretação de um escrito daquelas causas em que se debate a natureza de cada coisa. De fato, em lugar algum se investiga tanto a natureza do próprio gênero da coisa quanto num escrito, que é totalmente separado da controvérsia factual.

Na *Retórica a Herênio*, porém, observamos, no começo do tratamento das *constitutiones*, a mesma preocupação que Cícero-Antônio demonstra com a correta divisão em gêneros e espécies apresentada no *Do orador*:

Causarum constitutiones alii quattuor fecerunt: noster doctor tres putavit esse, non ut de illorum quicquam detraheret inventionem, sed ut ostenderet, id, quod oportuisset simpliciter ac singulari modo docere, illos distribuisse dupliciter et bipertito.

Outros estabeleceram quatro constituições para as causas; nosso mestre julgou haver três, não para subtrair algo da invenção dos outros, mas para mostrar que tinham duplicado e separado em duas partes o que deveriam ensinar como uma só parte indivisa¹¹⁹.

Tal constatação serve como um importante lembrete de que não podemos, na ausência de evidências corroborativas presentes nos manuais de retórica supérstites, fiar-nos cegamente no que Cícero afirma a respeito da tradição dos retores: a correção dos antecessores do próprio gênero, na

¹¹⁹ *Ad Her.* I, 18 (tradução de Faria & Seabra, in [Cícero] (2005), p. 71).

verdade, é um tópico muitas vezes utilizados pelos tratadistas para conferir maior autoridade e credibilidade a seu discurso, uma vez que os autores se apresentam, a um só tempo, como senhores da tradição e dos temas que tratam. Vemos precisamente a mesma estratégia discursiva no *Da invenção*, como se pode observar numa passagem do segundo livro em que Cícero supostamente corrige Aristóteles por considerar a utilidade como fim do gênero deliberativo, enquanto ele mesmo julga ser este tanto a honestidade quanto a utilidade. Como afirma Fortenbaugh, Aristóteles, na verdade, como se vê por *Retórica* I, 3 e por *Ética a Nicômaco* III, 3 (1112b17), também considera a justiça e a honra como fatores a ser levados em conta no gênero. O estudioso conclui corretamente que:

[Cicero] is not lying when he presents a partial picture of Aristotle's view concerning the end of deliberative oratory. But he does use this partial picture (acquired at second hand) to establish himself as an independent thinker¹²⁰ who is capable of correcting a highly respected predecessor¹²¹.

O mesmo se pode dizer, então, do que Cícero faz na passagem do *Do orador* em questão: a estratégia de forjar uma correção dos predecessores serve, a um só tempo, para conferir maior autoridade ao escritor, que se mostra, ou pretende se mostrar, capaz de corrigir toda uma tradição, e para aumentar a credibilidade de seu discurso.

XI

Ainda no domínio da invenção, Antônio faz uso de uma metáfora que será recorrente na passagem acerca dos tópicos da argumentação: a idéia de que os retores não vão às fontes dos argumentos, mas a pequenos riachos, ou seja, não se remetem às questões universais, que seriam propriamente domínio dos filósofos, mas atêm-se somente às de caráter particular, fundadas nas pessoas e circunstâncias, sem perceber que estas nada têm que ver com a essência das causas, fornecendo argumentos detalhados para cada uma delas. A diferença de enfoque entre o *Do orador*, de um lado, e os manuais, de outro, é, uma vez mais, associada ao decoro da idade (*aetas*) e da experiência (*usus*), bem como à autoridade que delas decorrem:

atque isti quidem qui docent, cum causas in plura genera secuerunt, singulis generibus argumentorum copias suggerunt. quod etiam si ad instituendos adolescentulos magis aptum est ut simulac posita causa sit, habeant quo se referant, unde statim expedita possint argumenta

¹²⁰ Ou como uma *auctoritas*, para nos atermos à terminologia da teoria antiga do discurso.

¹²¹ Fortenbaugh (2005), p. 41.

depromere, tamen et tardi ingenii est rivolos consecrari, fontis rerum non videre, et iam aetatis est ususque nostri a capite quod velimus arcessere et unde omnia manent videre.

Esses, porém, que ensinam, ao dividir as causas em diversos gêneros, fornecem inúmeros argumentos para cada um deles. É que, ainda que o mais adequado para a formação dos jovens seja ter, tão logo se apresente a questão, uma referência de onde possam, de imediato, extrair argumentos prontos, é próprio de uma natureza inepta seguir os riachos sem perceber as fontes das coisas, e já condiz com nossa idade e experiência ir buscar à fonte o que queremos e perceber de onde tudo emana¹²².

Numa passagem de transição, logo adiante, Crasso insiste em que a fala de Antônio, que começará em seguida, atenha-se às fontes, que contrapõe aos preceitos triviais e banalizados nos manuais, e no fato de que estes são inadequados aos interlocutores ali presentes, pelos mesmos motivos, subentende-se, acima enunciados – idade e experiência:

quin tu [...], Antoni, omittis ista quae proposuisti, quae nemo horum desiderat: quibus ex locis ea, quae dicenda sunt in causis, reperiuntur; quae quamquam a te novo quodam modo praeclareque dicuntur, sunt tamen et re facilliora et praeceptis pervagata; illa deprome nobis unde adferas, quae saepissime tractas semperque divinitus.

Por que não deixas de lado, Antônio, esses pontos que propuseste e de que nenhum destes aqui carece, ou seja, a partir de que tópicos se descobre o que se deve tratar nas causas? Embora o trates de uma maneira inusitada e ilustre, trata-se de algo que não apenas é essencialmente bastante fácil, mas que também está divulgado nos manuais de preceitos; conta-nos a fonte a que tomas os argumentos que não raro tratas, e sempre de maneira divina¹²³.

Antônio abre sua discussão, então, desenvolvendo tais tópicos:

ac tibi sapienter monenti, Crasse, libenter adsentiemur, ut singularum causarum defensiones, quas solent magistri pueris tradere, relinquamus, aperiamus autem capita ea, unde omnis ad omnem et causam et orationem disputatio ducitur. neque enim, quotiens verbum aliquod est scribendum nobis, totiens eius verbi litterae sunt cogitatione conquirendae; nec quotiens causa dicenda est, totiens ad eius causae seposita argumenta revolvi nos oportet, sed habere certos locos, qui ut litterae ad verbum scribendum, sic illi ad causam explicandam statim occurrant.

¹²² Cícero, *De or.* II, 117. Repare-se no uso reiterado que Cícero faz do demonstrativo *isti*, de teor pejorativo, para se referir aos retóricos (cf. seção X).

¹²³ Cícero, *De or.* II, 127.

E concordaremos de bom grado com teu sábio conselho, Crasso, deixando de lado as defesas de cada uma das causas que os professores costumam passar aos meninos e revelando as fontes de onde se toma toda discussão para qualquer causa ou discurso. Com efeito, não precisamos, cada vez que temos de escrever alguma palavra, buscar em nosso pensamento as letras de tal palavra; nem, cada vez que é preciso defender uma causa, é preciso que recordemos os argumentos específicos de tal causa, mas que tenhamos à mão determinados tópicos que, tal como acontece no caso das letras, quando escrevemos uma palavra, ocorram-nos imediatamente para a explicação da causa¹²⁴.

Se, no contexto da educação dos jovens, apresentar tópicos para cada uma das causas pode ser uma estratégia decorosa (cf. *ad instituendos adulescentulos magis aptum est* em II, 117, citado acima), uma vez que o público visado não tem, nem pode ter, experiência nas causas, o mesmo não acontece no caso de oradores experientes. Fazer o mesmo em tal caso seria o mesmo que ter de reaprender a escrita toda vez que se quisesse escrever uma palavra, algo que, é desnecessário dizer, tem o seu lugar, metaforicamente, no contexto dos *pueri* em sua fase inicial de aprendizado. Ora, o orador experiente terá disponíveis as fontes gerais de que se deriva cada um dos argumentos particulares de cada causa, tal como tem as letras na memória quando se dedica à escrita. A necessidade de um orador experiente é mencionada na seqüência da fala de Antônio, em que veremos novamente explicitada a superioridade da natureza aliada aos estudos sobre a arte, com a comparação do orador de natureza apta e dedicado aos estudos com um campo lavrado:

sed hi loci ei demum oratori prodesse possunt, qui est versatus in rerum vel usu, quem aetas denique adferet, vel auditione et cogitatione, quae studio et diligentia praecurrit aetatem. nam si tu mihi quamvis eruditum hominem adduxeris, quamvis acrem et acutum in cogitando, quamvis ad pronuntiandum expeditum, si erit idem in consuetudine civitatis, in exemplis, in institutis, in moribus ac voluntatibus civium suorum hospes, non multum ei loci proderunt illi, ex quibus argumenta promuntur. subacto mihi ingenio opus est, ut agro non semel arato, sed novato et iterato, quo meliores fetus possit et grandiores edere. subactio autem est usus, auditio, lectio, litterae.

Ora, esses tópicos podem ter serventia apenas ao orador que é versado na prática dos casos, algo que a idade acabará por trazer, ou em sua observação e reflexão, a qual, com aplicação e zelo, supera a idade. De fato, se me trouxeres um homem, por mais erudito, por mais penetrante e agudo em suas reflexões, por mais à vontade que seja para discursar, se não estiver a par da tradição de seu estado, dos exemplos, instituições, costumes e aspirações de seus concidadãos, não lhe serão de grande serventia os tópicos de onde se tomam os argumentos. Para mim, há necessidade de uma natureza lavrada,

¹²⁴ Cícero, *De or.* II, 130.

como um campo que se ara não uma, mas renovadas e repetidas vezes. O lavar é a prática, a observação, a leitura, a escrita¹²⁵.

Nota-se aqui o motivo de os preceitos dos manuais serem adequados ao público juvenil a que se destinam: segundo Cícero-Antônio, apenas um orador com experiência ou com ampla reflexão e estudo será capaz de utilizar corretamente os tópicos universais de onde se tomam os argumentos, o que não seria possível, evidentemente, no caso dos *pueri*. Sendo assim, fica implícita a idéia de que o que vemos aqui apresentado está, por assim dizer, um grau acima dos manuais de retórica, constituindo-se num passo a mais para o orador de natureza adequada que se dedique a “lavar seu campo fértil” por meio da prática, da observação (iniciado no *tirocinium fori*) e do estudo, que abrange tanto a leitura como a escrita, conforme preceituado em outras passagens do *Do orador*.

Ora, direta ou indiretamente, questão que voltaremos a analisar no capítulo 2, a fonte em que Cícero parece se apoiar para buscar os *capita* da argumentação é Aristóteles, conforme indica uma fala de Cátulo em II, 152¹²⁶. Antônio, em resposta a este, aponta que teria lido não apenas a *Coleção das artes*, mas também a *Retórica* do estagirita, e faz, em seguida, uma comparação deste com os escritores de manuais:

atque inter hunc Aristotelen, cuius et illum legi librum, in quo exposuit dicendi artis omnium superiorum et illos, in quibus ipse sua quaedam de eadem arte dixit, et hos germanos huius artis magistros hoc mihi visum est interesse, quod ille eadem acie mentis, qua rerum omnium vim naturamque viderat, haec quoque aspexit quae ad dicendi artem, quam ille despiciebat, pertinebant; illi autem qui hoc solum colendum ducebant, habitarunt in hac una ratione tractanda, non eadem prudentia, qua ille, sed usu in hoc uno genere studioque maiore.

E entre este mesmo Aristóteles (de quem li tanto aquele livro em que fez a exposição dos manuais de retórica de todos os seus antecessores, quanto aqueles em que ele mesmo fez algumas observações próprias acerca da mesma arte) e esses autênticos mestres desta arte pareceu-me haver a seguinte diferença: aquele percebeu com a mesma agudeza de espírito com que contemplara a essência e a natureza de todas as coisas também o que dizia respeito à arte retórica, que desprezava; estes, por outro lado, que consideravam que apenas isto era digno de cultivo, ativeram-se ao tratamento deste único método – não com

¹²⁵ Cícero, *De or.* II, 131.

¹²⁶ A própria passagem, por sinal, contempla as duas interpretações, uma vez que Cátulo afirma que a exposição de Antônio está na mesma linha da de Aristóteles seja por afinidade de pensamento, seja por leitura direta: [“Mas Aristóteles [...] propôs determinados tópicos em que se pode encontrar toda a argumentação não só para as disputas dos filósofos, mas também para este tipo de discurso que empregamos nas causas; já há muito, Antônio, teu discurso não se afasta desse homem, quer incorras nas mesmas pegadas pela semelhança com aquela inteligência divina, quer tenhas lido e aprendido exatamente aquela obra, o que a mim, ao menos, parece mais verossímil, pois te dedicaste mais a assuntos gregos do que imagináramos”].

a mesma sagacidade que Aristóteles, mas com uma prática e empenho maiores neste único gênero¹²⁷.

Como vimos anteriormente, Fortenbaugh (2005), analisando esta e outras passagens da obra retórica de Cícero em que este faz menção a Aristóteles, chega à conclusão de que o Arpinate não lera diretamente a *Retórica* do estagirita, ou, se a lera, fizera-o de maneira apressada e descuidada. Um dos argumentos que utiliza é precisamente o fato de Antônio, no passo citado, afirmar que Aristóteles desprezava a retórica, dado que não parece ser corroborado pela obra tal como chegou a nós. Independentemente disso, no entanto, o que podemos dizer com segurança é que Cícero sabia, de fato, mesmo que por tradição indireta, que Aristóteles, em sua *Retórica*, estabelecera os *τόποι* como fonte de onde se poderiam derivar os argumentos para qualquer causa particular dada de qualquer de seus três gêneros, e nisso Cícero, não obstante qualquer diferença de detalhe que possa haver, está mais próximo do filósofo do que dos escritores de manuais, o que constitui, a nosso ver, o ponto mais importante da fala de Antônio acima citada. Levando esse aspecto em conta, podemos, voltando à questão original que guia nosso trabalho, considerar que, no que concerne à teoria da argumentação, Cícero efetivamente contempla a doutrina de Aristóteles, como afirmava na carta a Léntulo Espínter, afastando-se dos preceitos triviais dos manuais de retórica.

XII

Por fim, no encerramento do segundo livro, Antônio conclui seu tratamento da invenção (II, 291-306), que fora interrompido pelo excursus sobre o riso, feito por Júlio César Estrabão, aborda a disposição (II, 307-349) e, por último a memória (II, 350-360). Ao longo de toda essa parte, reitera-se a idéia de que o que fala provém de sua experiência, como em II, 298¹²⁸ e II, 341¹²⁹, e, ao seu término, Cátulo faz uma observação que, a nosso ver, serve de metalinguagem para todo o *Do orador*:

nec enim te ista attigisse arbitrabar, quae diligentissime cognosse et undique collegisse usuque doctum partim conrexisse video, partim comprobasse.

¹²⁷ Cícero, *De or.* II, 160.

¹²⁸ [...] *mementote non me de perfecti oratoris divinitate quadam loqui, sed de exercitationis et consuetudinis meae mediocritate.* ["Lembra-vos [...] de que não estou falando da divindade, por assim dizer, do orador perfeito, mas da insignificância de meus exercícios e de minha prática"].

¹²⁹ *Exposui fere, ut potui, vobis in utroque genere causarum quae sequi solerem, quae fugere, quae spectare, qua omnino in causis ratione versari* ["Expus a vós, de acordo com minhas possibilidades, quase tudo que, em ambos os gêneros das causas, costume seguir, evitar, esperar, com que método em geral me ocupo das causas"].

É que julgava que não te havias ocupado dessas coisas que, vejo agora, estudaste com extremo cuidado, reuniste de todas as partes e, astuto pela experiência, em parte corrigiste, em parte confirmaste¹³⁰.

Ora, em grande medida, sobretudo na τεχνολογία dos livros II e III, Cícero promove exatamente o que Cátulo atribui aqui a Antônio: passar em revista os preceitos dos manuais e, com base na experiência (mas não só, claro está, como podemos ver pelo uso que faz, direta ou indiretamente, de outras fontes, como Cármas-Filo e Aristóteles), confirma a sua validade ou os corrige. No capítulo seguinte examinaremos mais aprofundadamente em que consiste essa correção. Antes, porém, observaremos uma semelhança surpreendente entre o *Do orador* e as *artes rhetoricae*.

¹³⁰ Cícero, *De or.* II, 362.

Capítulo 2

I

A crítica aos manuais de retórica realizada pelas personagens de Crasso e Antônio no *Do orador*, que analisamos no Capítulo 1, tem precedente, por ironia, na própria tradição dos manuais. É o que podemos observar, de maneira sistemática, tanto na *Retórica a Herênio* como no *Da invenção*¹³¹, embora as estratégias usadas por um e outro autor para conferir autoridade a seus escritos sejam bastante diversas: o *Auctor* evitará qualquer menção a autores específicos, referindo-se, genericamente, aos *Graeci* seus antecessores ou aos demais *scriptores artium*; Cícero, em contrapartida, buscará apontar, de um lado, seu conhecimento profundo da tradição das artes e polemizar, de outro, com seus antecessores mais ilustres, Aristóteles e Hermágoras.

Já no prefácio do livro I da *Retórica a Herênio* encontramos a primeira de tais polêmicas, que diz respeito à seleção da matéria que comporá a obra: o *Auctor* observa que os gregos, por arrogância, para não causar a impressão de ter pouco conhecimento acerca de muitos assuntos, utilizaram vasto material não relacionado ao tema, a fim de dar à arte a aparência de maior dificuldade; ele, pelo contrário, selecionará apenas a matéria pertinente ao assunto:

[...] *illa, quae Graeci scriptores inanis adrogantiae causa sibi adsumpserunt, reliquimus. Nam illi, ne parum multa scisse uiderentur, ea conquisierunt, quae nihil adtinebant, ut ars difficilior cognitu putaretur, nos autem ea, quae uidebantur ad rationem dicendi pertinere, sumpsimus.*

Desprezamos [...] as coisas de que se apropriaram, por vã arrogância, os escritores gregos. Para não parecerem saber muito pouco, empenharam-se no que não era pertinente, a fim de que a arte fosse considerada mais difícil de conhecer. Nós, entretanto, adotamos aquilo que parece pertencer ao método do discurso [...] ¹³².

Cícero, no prefácio do segundo livro do *Da invenção*, em situação análoga, não se opõe aos gregos, mas afirma ter selecionado da totalidade de seus manuais aqueles elementos que lhe pareciam mais adequados à escrita de sua *ars dicendi*:

¹³¹ A estratégia de polemizar com a tradição não comparece na *Retórica a Alexandre*.

¹³² *Ad Her.* I, 1 (tradução de Faria & Seabra, in [Cícero] (2005), p. 53).

Quod quoniam nobis quoque voluntatis accidit ut artem dicendi perscriberemus, non unum aliquid proposuimus exemplum cuius omnes partes, quocumque essent in genere, exprimendae nobis necessarie viderentur; sed, omnibus unum in locum coactis scriptoribus, quod quisque commodissime praecipere videbatur excerpimus et ex variis ingeniis excellentissima quaeque libavimus. Ex eis enim qui nomine et memoria digni sunt nec nihil optime nec omnia praeclarissime quisquam dicere nobis videbatur. Quapropter stultitia visa est aut a bene inventis alicuius recedere si quo in vitio eius offenderemur, aut ad vitia eius quoque accedere cuius aliquo bene praecepto duceremur.

É que, uma vez que também nós nos dispusemos a escrever uma arte oratória, não estabelecemos um modelo único do qual todas as partes, qualquer que fosse sua natureza, parecesse-nos dever ser expressa necessariamente; mas, reunindo num único lugar todos os escritores, selecionamos aquilo que cada um parecia preceituar da maneira mais adequada e extraímos cada uma das melhores partes de engenhos variados. De fato, dentre aqueles que são dignos de renome e memória, não havia ninguém que nos parecesse não falar nada muito bem ou tudo de maneira excelente. Em razão disso, pareceu-nos tolice afastarmo-nos das boas descobertas de alguém, se estivéssemos descontentes com algum erro seu, ou incorreremos também nos erros daquele cujo bom preceito nos guiasse¹³³.

Como se vê, parecemos ter aqui uma variação do mesmo *topos*: ambos os autores, na realidade, como teremos oportunidade de observar ao tratar da doutrina da *constitutio quaestionis*, escreverão manuais que terão muitos elementos semelhantes e, por vezes, idênticos, a ponto de se cogitar uma fonte comum para as duas obras, mas o *Auctor*, para estabelecer a *fides* de seu discurso, adota no passo citado uma postura de confronto, enquanto Cícero pretende mostrar-se eclético no uso de suas fontes, que se basearia no conhecimento e comparação de todas elas. O que está em jogo aqui, ao contrário do que, anacronicamente, pretendem alguns estudiosos¹³⁴, não é a verdade das duas afirmações, mas sua verossimilhança, conforme passagens posteriores de uma e outra obra parecem mostrar. Assim, ainda no primeiro livro, o *Auctor* faz uma observação acerca de um elemento novo que teria introduzido na tradição dos manuais, a divisão da *insinuatio* em três tempos:

¹³³ Cícero, *De inv.* II, 2, 4.

¹³⁴ Faria & Seabra (2005), p. 28, n. 38, apontam Marx e Caplan entre eles.

Adhuc quae dicta sunt arbitror mihi constare cum ceteris artis scriptoribus, nisi quia de insinuationibus noua excogitauimus, quod eam soli nos praeter ceteros in tria tempora diuisimus, ut plane certam uiam et perspicuam rationem exordiorum haberemus.

As coisas ditas até aqui, julgo que estão de acordo com o que disseram os demais escritores desta arte, a não ser por termos pensado coisas novas para a insinuação, pois apenas nós a dividimos em três momentos, a fim de que tivéssemos um método completamente seguro e um sistema claro de exórdios¹³⁵.

Percebe-se, pelo confronto dos dois passos da *Retórica a Herênio*, que não apenas a afirmação inicial do *Auctor*, que o coloca de certa forma à parte da tradição, como mais objetivo do que seus antecedentes gregos, não é verdadeira, como também que tal veracidade não está em questão – importa, antes, a criação de uma verossimilhança no prefácio da obra que confira autoridade e credibilidade a seu autor¹³⁶.

O mesmo pode dizer-se da citada passagem do *Da invenção*, quando a confrontamos com uma observação contida também no prefácio do livro II:

quos simul atque illos superiores nos nobis omnes, quoad facultas tulit, proposuimus et ex nostro quoque nonnihil in commune contulimus.

Propusemo-nos, na medida do possível, todos eles, juntamente com aqueles anteriores, e também acrescentamos algo próprio ao que é comum¹³⁷.

¹³⁵ *Ad Her.* I, 16 (tradução de Faria & Seabra, in [Cícero] (2005), p. 69).

¹³⁶ Faria & Seabra (2005), p. 28, comentam o caso semelhante da polêmica do prefácio a *Retórica a Herênio* IV, em que o *Auctor* afirma que não fará uso de exemplos alheios em seu tratamento da elocução, o que depois se revela falso: “Muitos viram, nesses argumentos que perpassam o exórdio do Livro IV, um imperativo de originalidade do autor e, depois, tiveram de haver-se com a incoerência ou falta de sinceridade do tratado, cujos exemplos de ornatos, em boa parte, têm fonte grega reconhecível. Outros, porém, foram mais razoáveis ao supor que tais exemplos não configurariam furto, mas emulação engenhosa da invenção alheia.”

¹³⁷ Cícero, *De inu.* II, 3, 8. A contradição, ou aparência de contradição, é apontada e recriminada por Fortenbaugh (2005), p. 44: “The phrase “as far as possible” is significant, for it is an admission that the initial claim to have assembled all the relevant writings (2.4-5) is at best an exaggeration. Indeed, his basic sources were most likely late handbooks (*artes* 2.8) composed by eclectic rhetoricians. Certainly one wonders why Cicero contrasted himself with Zeuxis and claimed to have assembled all the relevant literature. Such a boast may be attributable to youth, but it also raises questions concerning Cicero’s credibility”. O confronto aqui proposto com a passagem análoga da *Retórica a Herênio*, bem como o fato de que Cícero empregará a mesma estratégia *ad fidem faciendam* no *Do orator*, décadas depois, mostra que a idade do autor nada tem que ver, como pretende Fortenbaugh, com as afirmações feitas no *Da invenção*. É de notar, ainda, que o efeito da estratégia ciceroniana sobre o estudioso (a diminuição da *fides* do Arpinate) é exatamente o oposto daquele que, segundo cremos, seria produzido sobre o leitor antigo.

A ressalva de *quoad facultas tulit* atenua o *omnibus auctoris coactis* da primeira passagem do *Da invenção*, mostrando que também Cícero não estava preocupado, ali, com a verdade de sua afirmação, mas, à maneira do *Auctor*, com o estabelecimento de sua *auctoritas* como senhor da tradição dos manuais de retórica e com a conseqüente *fides* que tal *ethos* conferiria a seu discurso.

II

A análise de outras passagens da *Retórica a Herênio* e do *Da invenção* em que seus autores fazem uso da estratégia de polemizar com os antecessores no gênero apresenta semelhanças bastante significativas com aquelas que vimos no capítulo anterior, particularmente no que diz respeito aos adjetivos usados para caracterizar os predecessores. Dessa forma, Cícero, no *Do orador*, aproxima-se da tradição dos manuais de retórica no movimento mesmo de afastar-se deles. Detenhamo-nos, então, sobre dois passos de polêmica da *Retórica a Herênio*, que nos fornecerão critérios de análise importantes para a verificação da veracidade da afirmação do Arpinate no passo da carta a Lêntulo Espínter que move nossa pesquisa, a dizer, que os *libri de oratore a communibus praeceptis abhorrent*.

Em II, 16, no tratamento do *scriptum ambiguum*, o *Auctor* polemiza com aqueles que, segundo afirma, consideram interessante ao tratamento desta causa o conhecimento das anfíbolias dos dialéticos:

Sunt qui arbitrentur ad hanc causam tractandam uehementer pertinere cognitionem amphibolarum eam, quae ab dialectis proferatur. Nos uero arbitramur non modo nullo adiumento esse, sed potius maximo impedimento. Omnes enim illi amphibolias aucupantur, eas etiam, quae ex altera parte sententiam nullam possunt interpretari. Itaque et alieni sermonis molesti interpellatores et scripti cum odiosi tum obscuri interpretes sunt; et dum caute et expedite loqui uolunt, infantissimi reperiuntur. Ita dum metuunt in dicendo, ne quid ambiguum dicant, nomen suum pronuntiare non possunt. Verum horum pueriles opiniones rectissimis rationibus, cum uoles, refellemus. In praesentiarum hoc intercedere non alienum fuit, ut huius infantiae garrulam disciplinam contemneremus.

Há quem pense interessar muito para o tratamento desta causa o conhecimento das anfíbolias usadas pelos dialéticos. Nós, todavia, pensamos que não são de nenhuma ajuda; antes, causam um grande estorvo. Eles todos se põem à caça das anfíbolias, até mesmo daquelas em que uma das interpretações não tem possibilidade nenhuma de

sentido. Fazem-se, desse modo, interpeladores inoportunos no diálogo e igualmente detestáveis e obscuros na interpretação dos textos. Na pretensão de falar com prudência e desembaraço, mostram-se balbuciantes. Por temer a ambigüidade ao discursar, não podem sequer pronunciar seus próprios nomes. Refutaremos, quando quiseres, suas opiniões pueris usando a reta razão. Por ora não foi descabido trazer isso à tona, para desprezarmos o ensino verboso desses tartamudos¹³⁸.

Como vimos no capítulo anterior, Cícero, por meio de seus protagonistas, caracteriza os escritores de manuais como *perfidiculi* e *pueriles* em mais de uma ocasião. Nesta passagem, embora não se faça menção específica a que tipo de autores (retores ou filósofos) defendem o uso das anfibolias dialéticas, o *Auctor* faz uso menos de argumentos do que de adjetivos para desqualificá-los: *molesti*, *odiosi*, *obscuri*, *infantissimi* e, tal como Cícero, posteriormente, *pueriles*. Particularmente importante, para nossa investigação, é o fato de que a exata passagem do *Do orador* em que Antônio trata da ambigüidade no texto da lei seja, também ela, de caráter polêmico, estabelecendo, por assim dizer, um diálogo com o passo citado da *Retórica a Herênio*:

ambiguorum autem cum plura genera sunt, quae mihi videntur ii melius nosse qui dialectici appellantur, hi autem nostri ignorare, qui non minus nosse debeant, tum illud est frequentissimum in omni consuetudine ver sermonis vel scripti, cum idcirco aliquid ambigitur, quod aut verbum aut verba sint praetermissa.

Diversos são os tipos de ambigüidade, e parece que os conhecem melhor os que são chamados dialéticos, enquanto nossos conterrâneos os ignoram, embora deversem igualmente conhecê-los, e o mais freqüente, em qualquer prática de conversa ou escrita, é quando se discute algum ponto porque se omitiu uma ou mais palavras¹³⁹.

O confronto entre as passagens permite perceber que *nostri*, na fala de Antônio, embora possa ser entendido num sentido mais amplo, como se o orador estivesse a dizer que os romanos, em geral, desconhecem a dialética, também pode, com mais propriedade, ser particularmente relacionado aos *magistri dicendi* e, em conseqüência, teríamos aqui mais um passo do *Do orador* a ser acrescentado à lista de polêmicas com os manuais que analisamos no Capítulo 1. O confronto corrobora, além disso,

¹³⁸ *Ad Her.* II, 16.

¹³⁹ Cícero, *De or.* II, 111.

a idéia, apresentada acima, de que muitas vezes o que está em jogo em tais polêmicas não é propriamente a veracidade das afirmações feitas, mas apenas o estabelecimento e o fortalecimento de uma autoridade em detrimento de outra: se não tivéssemos o testemunho da *Retórica a Herênio*, poderíamos ser levados a crer que a dialética era *de fato* desconhecida pelos retores romanos do começo do século I a.C.

Igualmente importante, para nossa comparação com o *Do orador*, é que, em passo do livro I, Antônio, referindo-se à famosa embaixada a Roma dos três filósofos, Carnéades, Critolau e Diógenes, em 155 a.C., contraponha-se, como fizera o *Auctor*, à dialética, embora num contexto mais geral do que o da discussão acerca do *scriptum ambiguum*. Antônio observa que a dialética dos estóicos não é de valia para o orador em virtude de servir, não para descobrir o que é verdadeiro, o que seria, entende o leitor, proveitoso para o orador, mas para julgar o que é verdadeiro ou falso, o que seria proveitoso para o filósofo. Outro problema é o *genus dicendi* empregado pelos dialéticos, excessivamente seco, árido e conciso para agradar aos ouvidos da multidão. Os termos com que caracteriza essa *ars* pertencem ao mesmo campo semântico dos que encontramos na *Retórica a Herênio*, embora sem o teor de invectiva nesta observado:

et ad extremum ipsi se compungunt suis acuminibus et multa quaerendo reperiunt non modo ea, quae iam non possint ipsi dissolvere, sed etiam quibus ante exorsa et potius detexta prope retexantur.

e, por fim, eles mesmos se ferem com seus agulhões e, de tanto procurar, encontram não apenas aquilo que eles próprios não são capazes de resolver, mas também o que os faça quase desfazer os argumentos por que começaram e que percorreram¹⁴⁰.

quare istam artem totam dimittimus, quae in excogitandis argumentis muta nimium, est in iudicandis nimium loquax.

Por isso, renunciamos a toda essa arte que é excessivamente calada ao imaginar argumentos, ao julgá-los, excessivamente loquaz¹⁴¹.

Como se vê, tanto na passagem da *Retórica a Herênio* como nesta segunda do *Do orador* os dialéticos são representados como impotentes diante do ofício do orador, seja este apresentar a correta interpretação de um texto ambíguo, no caso da *Retórica a Herênio*, seja descobrir os

¹⁴⁰ Cicero, *De or.* II, 158.

¹⁴¹ *Ibid.*, 160.

argumentos mais apropriados para a causa em questão, no caso do *Do orador*; e são representados, também – o que é particularmente eloqüente, no contexto da *oratória* – como incapazes de falar, tartamudos e gárrulos, como pejorativamente afirma o *Auctor*, ou apenas mudos, como mais neutramente diz Cícero por meio de Antônio.

III

A segunda polêmica, de que já tratamos de passagem no Capítulo 1, é a que observamos em *Retórica a Herênio* I, 18, relativa à questão do correto número de constituições das causas:

Causarum constitutiones alii quattuor fecerunt: noster doctor tres putavit esse, non ut de illorum quicquam detraheret inuentione, sed ut ostenderet, id, quod oportuisset simpliciter ac singulari modo docere, illos distribuisse dupliciter et bipertito.

Outros estabeleceram quatro constituições para as causas; nosso mestre julgou haver três, não para subtrair algo da invenção dos outros, mas para mostrar que tinham duplicado e separado em duas partes o que deveriam ensinar como uma só parte indivisa¹⁴²

Como dissemos acima, o *Auctor*, ao longo de toda a *Retórica a Herênio*, evita sistematicamente a menção específica a qualquer autor da tradição dos manuais de retórica. Especificamente neste caso, a polêmica implícita seria com Hermágoras ou com aqueles mestres que adotaram sua divisão em quatro *στώσεις*. Curiosamente, o *Auctor* não atribui a labor próprio a divisão da doutrina que proporá, mas remete-a a seu mestre, igualmente não nomeado, que pode ser, como observa Cancelli¹⁴³, tanto uma fonte oral como uma obra escrita, ou seja, um outro manual hoje perdido.

Já no *Do orador*, o Arpinate polemiza com os *scriptores artium* precisamente acerca da mesma questão, chegando a *idêntico* número de *status*, embora os gêneros a que chegue não sejam os mesmos:

¹⁴² *Ad Her. I, 18* (tradução de Faria & Seabra, in [Cícero] (2005), p. 71).

¹⁴³ Cancelli (1992), p. 328, n. 23.

iterum autem peccant, cum genus hoc causarum, quod in scripti interpretatione versatur, ab illis causis, in quibus qualis quaeque res sit disceptatur, seiungunt, nusquam enim tam quaeritur, quale sit genus ipsum rei, quam in scripto, quod totum a facti controversia separatum est. ita tria sunt omnino genera quae in disceptationem et controversiam cadere possint: “quid fiat factum futurumve sit” aut “quale sit” aut “quomodo nominetur”. nam id quidem quod quidam Graeci adiungunt: “rectne factum sit” totum in eo est: “quale sit”.

Erram novamente ao separar este gênero de causas que diz respeito à interpretação de um escrito daquelas causas em que se debate a natureza de cada coisa. De fato, em lugar algum se investiga tanto a natureza do próprio gênero da coisa quanto num escrito, que é totalmente separado da controvérsia factual. Assim, três são, de maneira geral, os gêneros que podem ser aplicados a um debate ou controvérsia: o que acontece, aconteceu ou acontecerá; qual é sua natureza; como se denomina. Com efeito, aquele que alguns gregos acrescentam, se aconteceu de maneira justificada ou não, encontra-se inteiramente na questão da natureza.¹⁴⁴

Como se vê, o *peccant* refere-se aos *Graeci scriptores artium* a que se faz menção no fim da passagem. Baseados unicamente no relato encenado por Cícero, seríamos uma vez mais levados a crer, erroneamente, que é a experiência de Antônio, na ficção do diálogo, e a de Cícero, fora dela, o que os leva a revisar criticamente a divisão feita pelos manuais de retórica. Operando o confronto com o passo da *Retórica a Herênio*, no entanto, observamos que a apresentação da divisão e das subdivisões dos *status quaestionis* era um dos momentos mais propícios à polêmica, e que diferentes autores aproveitavam-se dele para estabelecer e reforçar sua autoridade em detrimento da dos demais tecnógrafos.

IV

A doutrina do que a tradição retórica latina chama inicialmente de *constitutio quaestionis* e, a partir das obras retóricas de Cícero posteriores ao *Do orador*¹⁴⁵, também, e principalmente, de *status quaestionis*¹⁴⁶, é tratada de maneira bastante breve no início da exposição que Antônio faz da invenção

¹⁴⁴ Cícero, *De or.* II, 112-113.

¹⁴⁵ Cf. Cícero, *Top.* 93 e *Part. Or.* 102.

¹⁴⁶ Cf. Calboli Montefusco (1986), p.1, n.3: “*Status* era senza dubbio la latinizzazione più corrente in tutto l’arco della latinità. Il termine *constitutio* appare usato nella *Rhet. Her.* e nel *de inventione* di Cicerone, dal quale passa poi in Vittorino, Grillo, Cassiodoro, Isidoro, Albino e Marziano Capella in alternativa con *status*. Teodoro si servi invece del termine *caput* [...]”.

retórica a partir de *Do orador* II, 99. Por se tratar de uma doutrina posterior a Aristóteles, como se sabe, e por conhecermos a obra de seu primeiro sistematizador e codificador, Hermágoras de Temnos, apenas por meio de fragmentos e testemunhos posteriores, muitos deles provenientes do próprio Cícero, analisaremos seu tratamento no *Do orador* apenas por contraposição àqueles que recebe no *Da invenção* e na *Retórica a Herênio*.

Tal como no caso de muitos dos itens analisados no Capítulo 1, observamos, no tratamento da doutrina do *status quaestionis* oferecido no *Do orador*, um distanciamento dos manuais de retórica, não no que concerne à doutrina propriamente dita, mas à maneira como é apresentada e, particularmente, à linguagem com que é apresentada. Sendo assim, para que tenhamos uma visão mais clara das escolhas e mudanças operadas por Cícero em relação à tradição, começemos por um rápido resumo da exposição da doutrina na *Retórica a Herênio* e no *Da invenção*.

V

A *Retórica a Herênio* apresenta a doutrina, inicialmente, a partir da definição de seu termo chave, *constitutio*, em I, 18: *constitutio est prima deprecatio defensoris cum accusatoris insimulatione coniuncta*¹⁴⁷; em seguida, apresenta as suas diferentes espécies, com definições e exemplos¹⁴⁸, e suas sub-espécies. Assim, temos três *constitutiones*: *coniecturalis*, *legitima*, *iuridicialis*¹⁴⁹. A *constitutio coniecturalis* é brevemente definida, em I, 18, como aquela em que há uma controvérsia sobre o fato, sendo exemplificada pelo famoso caso de Ájax e Ulisses. O nome da *constitutio* é atribuído ao fato de se investigar a verdade por meio de uma conjectura¹⁵⁰; a segunda, a *constitutio legitima*, é definida, em I, 19, como a controvérsia que reside no texto da lei ou dele nasce. É subdividida, então, em seis espécies¹⁵¹: 1) *scriptum et sententia*; 2) *contrariae leges*; 3) *ambiguum*; 4) *definitio*; 5) *translatio*; e 6)

¹⁴⁷ “Constituição é a primeira alegação da defesa em resposta à acusação do adversário” (alteramos ligeiramente a tradução de Faria & Seabra (2005), p. 71, que vertem: “A constituição se estabelece a partir da primeira alegação...”).

¹⁴⁸ No *Da invenção*, Cícero apresenta as definições iniciais no livro I, deixando sua exemplificação, *docendi causa*, para o livro II, quando já terá completado o tratamento das *partes orationis*. O procedimento, contudo, apesar da diferente disposição, é o mesmo que se vê *Retórica a Herênio*.

¹⁴⁹ “Conjectural”, “legal” e “jurídica”.

¹⁵⁰ *Coniecturalis est, cum de facto controuersia est [...]. Hic coniectura uerum quaeritur; de facto erit controuersia: ex eo constitutio causae coniecturalis nominatur* [“Na conjectural existe controvérsia a respeito do fato [...]. Aqui, como se procura a verdade por meio de uma conjectura, é sobre o fato que haverá controvérsia e, por isso, a constituição dessa causa recebe o nome de conjectural”].

¹⁵¹ *Partes*, no original latino. O uso de *species* é posterior a Cícero.

*ratiocinatio*¹⁵². Cada uma das espécies é, então, definida e exemplificada¹⁵³; a terceira *constitutio*, a *iuridicialis*, é definida, em I, 24, como aquela em que se está de acordo quanto ao fato, mas disputa-se sua legitimidade¹⁵⁴. Esta constituição é então subdividida em duas espécies, 1) *absoluta* e 2) *adsumptiva*¹⁵⁵, e esta última, subdividida, por sua vez, em quatro sub-espécies: 1) *concessio*; 2) *remotio criminis*; 3) *translatio criminis*; e 4) *comparatio*¹⁵⁶. A primeira, *concessio*, é subdividida, em 1) *purgatio* e 2) *deprecatio*¹⁵⁷; A *purgatio*, por sua vez, também é subdividida: em 1) *fortuna*; 2) *inprudencia*; e 3) *necessitudo*. A *remotio criminis*, por último, é subdividida em 1) *in hominem* e 2) *in rem*.

Por fim, apresentadas as definições de cada gênero, espécie e sub-espécie, o *Auctor* procede à apresentação do modo e do método pelos quais as constituições devem ser tratadas: uma vez encontrada a *constitutio*, o defensor deverá fornecer a *ratio*¹⁵⁸, que faz a causa e torna possível a defesa, e o acusador, por sua vez, deverá apresentar o *firmamentum*¹⁵⁹, que torna possível a acusação e

¹⁵² *Legitima est constitutio, cum in scripto aut e scripto aliquid controuersiae nascitur. Ea diuiditur in partes sex: scriptum et sententiam, contrarias leges, ambiguum, definitionem, translationem, ratiocinationem* [“A constituição da causa é legal quando no texto da lei, ou a partir dele, surge alguma controvérsia. Divide-se em seis partes: escrito e intenção, leis contrárias, ambigüidade, definição, transferência e analogia”].

¹⁵³ 1) (I, 19) *Ex scripto et sententia controuersia nascitur, cum uidetur scriptoris uoluntas cum scripto ipso dissentire* [“A controvérsia surge do escrito e da intenção quando a vontade do legislador parece discordar do texto”]; 2) (I, 20) *Ex contrariis legibus controuersia constat, cum alia lex iubet aut permittit, alia uetat quippiam fieri* [“A controvérsia surge de leis contrárias quando uma lei manda ou permite que algo seja feito, outra proíbe”]; 3) (I, 20) *Ex ambiguo controuersia nascitur, cum scriptum duas aut plures sententias significat* [“A controvérsia surge da ambigüidade quando a letra da lei sugere duas ou mais interpretações”]; 4) (I, 21) *Definitione causa constat, cum in controuersia est, quo nomine factum appelletur* [“A causa depende de definição quando está em controvérsia por que nome se deve chamar o que foi feito”]; 5) (I, 22) *Ex translatione controuersia nascitur, cum aut tempus differendum aut accusatorem mutandum aut iudices mutandus reus dicit* [“A controvérsia nasce de transferência quando o réu diz que é necessário adiamento, ou substituição do acusador ou dos juizes”]; e 6) (I, 23) *Ex ratiocinatione controuersia constat, cum res sine propria lege uenit in iudicium, quae tamen ab aliis legibus similitudine quadam aucupatur* [“A controvérsia apóia-se em analogia quando chega a julgamento questão sem lei própria, mas, todavia, uma regulamentação pode ser deduzida da semelhança com outras leis”].

¹⁵⁴ *Iuridicialis constitutio est, cum factum conuenit, sed iure an iniuria factum sit, quaeritur* [“A constituição é jurídica quando há acordo sobre o fato, mas pergunta-se se ele foi feito justa ou injustamente”].

¹⁵⁵ 1) (I, 24) *Absoluta est, cum factum conuenit, sed iure an iniuria factum sit, quaeritur* [“É absoluta quando dissermos, sem que nada externo seja acrescentado, que aquilo mesmo que foi feito, foi feito com justiça”] e 2) (I, 24) *Adsumptiua pars est, cum per se defensio infirma est, adsumpta extraria re conprobatur* [“A constituição é relativa quando a defesa é por si fraca e necessita de auxílio externo para comprovação”].

¹⁵⁶ 1) (I, 24) *Concessio est cum reus postulat ignosci* [“Na confissão, o réu pede para ser perdoado”]; 2) (I, 25) *Ex translatione criminis causa constat, cum fecisse nos non negamus, sed aliorum peccatis coactos fecisse dicimus* [“A causa baseia-se na transferência da acusação quando não negamos o ato, mas dizemos tê-lo feito coagidos pelo erro de outrem”]; 3) (I, 25) *Ex remotione criminis causa constat, cum a nobis non crimen, sed culpam ipsam amouemus et uel in hominem transferimus uel in rem quampiam conferimus* [“A causa apóia-se na abstenção da culpa quando desviamos de nós não o crime, mas a culpa, que transferimos para outra pessoa ou atribuímos a alguma circunstância”]; e 4) *Ex comparatione causa constat, cum dicimus necesse fuisse alterutrum facere, et id, quod fecerimus, satius fuisse facere* [“A causa fundamenta-se na comparação quando dizemos que era preciso escolher uma dentre duas alternativas e que optamos pela melhor”].

¹⁵⁷ 1) (I, 24) *Purgatio est, cum consulto negat se reus fecisse* [“Há purgação quando o réu nega ter agido de propósito”] e 2) *Deprecatio est, cum et peccasse se et consulto fecisse confitetur, et tamen postulat, ut sui misereantur* [“Na súplica, o réu confessa que errou e que houve deliberação, mas, ainda assim, pede misericórdia”].

¹⁵⁸ I, 26: *Ratio est quae causam facit et continet defensionem* [“O motivo é o que origina a causa e possibilita a defesa”].

¹⁵⁹ I, 26: *Inuenta ratione firmamentum quaerendum est, id est, quod continet accusationem, quod adfertur contra rationem defensionis* [“Encontrado o motivo, deve-se procurar o fundamento, isto é, o sustentáculo da acusação, que se apresenta contra o motivo da defesa”].

responde à *ratio*. Do confronto entre a *ratio* do defensor e o *firmamentum* do acusador nasce a *iudicatio*, termo que, comenta o *Auctor*, traduz o grego κρινόμενον.

No *Da invenção*, observamos um esquema semelhante ao da *Retórica a Herênio*, com pequenas diferenças de detalhe, particularmente no que se refere ao número e agrupamento de alguns gêneros e espécies e à denominação dada a alguns conceitos. Tal como o *Auctor*, Cícero começa pela apresentação do conceito de *constitutio*, que define, em I, 8, 10, como *prima conflictio causarum ex depulsione intentionis profecta*¹⁶⁰, ou seja, a mesma idéia da *Retórica a Herênio* expressa em palavras diversas. As diferenças mais fundamentais começam na divisão dos gêneros: em lugar de *coniecturalis*, *legitima* e *iuridicialis*, Cícero fala em quatro: *coniecturalis*, *definitiva*, *generalis* e *translativa*¹⁶¹, mantendo-se fiel, dessa forma, a Hermágoras.

A *constitutio coniecturalis* é, tal como no caso da *Retórica a Herênio*, apresentada como a controvérsia factual (*facti controversia*) que recebe tal denominação por ser confirmada por meio de conjecturas¹⁶². À diferença do *Auctor*, porém, Cícero aponta que ela pode ser atribuída a todos os tempos, o passado, o presente e o futuro¹⁶³, ponto que, como veremos, retomará no *Do orador*. Tal como o *Auctor*, por outro lado, utiliza o exemplo, tradicional, como se vê, de Ájax e Ulisses.

A *constitutio definitiva* é explicada, em I, 8, 11, como aquela em que as partes concordam quanto ao fato, mas investigam que denominação se deve dar a ele. Cícero expande sua explicação, apontando que o fato parece diferente a cada uma das partes e, em consequência, para cada uma terá um nome diferente. Assim, faz-se necessário - observação que criticará posteriormente, no *Do orador* - definir o caso e descrevê-lo brevemente¹⁶⁴.

A *constitutio generalis* é apresentada, em I, 9, 12, como aquela em que as partes concordam tanto em relação ao fato como no que diz respeito à denominação que se lhe deve dar, mas disputam acerca de sua importância (*quantum*), natureza (*cuiusmodi*) ou qualidade (*quale*), categorias

¹⁶⁰ “Primeiro confronto entre as partes, oriundo da refutação da acusação”.

¹⁶¹ “Conjectural”, “definitiva” (ou relativa à definição) “genérica” (ou de natureza) e “translativa” (ou de mudança).

¹⁶² I, 8, 10: *Cum facti controversia est, quoniam coniecturis causa firmatur, constitutio coniecturalis appellatur* [“Quando há uma controvérsia sobre um fato, uma vez que a causa é confirmada por conjecturas, a constituição é denominada conjectural”].

¹⁶³ I, 8, 11: *Ac facti quidem controversia in omnia tempora potest tribui. Nam quid factum sit potest quaeri [...] et quid fiat [...] et quid futurum sit [...]* [“Quanto à controvérsia factual, ela pode ser atribuída a todos os tempos, pois pode-se investigar o que aconteceu, o que acontece e o que acontecerá”].

¹⁶⁴ I, 8, 11: *Nominis est controversia, cum de facto convenit et quaeritur, id quod factum est quo nomine appelletur. Quo in genere necesse est ideo nominis esse controversiam, quod de re ipsa non conveniat; non quod de facto non constet, sed quod id quod factum sit aliud alii videatur esse et idcirco alius alio nomine id appellet* [“Há controvérsia sobre o nome quando se concorda quanto ao fato e investiga-se que nome se deve dar ao que aconteceu. Neste gênero, é forçoso haver controvérsia sobre o nome porque não há acordo quanto ao caso em si - não que não haja certeza quanto ao fato, mas a cada um o que aconteceu parece diferente e, em consequência, cada um lhe dá um nome diferente”].

exemplificadas pelos binômios justo/injusto e útil/inútil¹⁶⁵. Cícero, então, dentro de sua estratégia persuasiva de polemizar com as *auctoritates* do passado, faz uma longa digressão (I, 9, 12-14) a fim questionar a divisão que Hermágoras teria feito desta *constitutio* em quatro espécies: *deliberativa*, *demonstrativa*, *iuridicialis* e *negotialis*. Seu argumento é que, sendo os gêneros mais gerais da retórica, os gêneros deliberativo e demonstrativo não podem ser espécies de outro gênero, no caso, uma constituição. Assim, ficará, da divisão de Hermágoras, apenas com as duas últimas espécies.

A espécie jurídica é então definida, em I, 9, 14, como aquela em que se investiga a natureza do *aequum* e do *rectum*, bem como a motivação das recompensas e dos castigos; a *negotialis*, por sua vez, como aquela em que se considera qual é a lei a partir do costume da cidade e da equidade¹⁶⁶. Cícero procede, então, à maneira do *Auctor*, às divisões de suas espécies e sub-espécies: a *iuridicialis* divide-se em *absoluta* e *assumptiva*¹⁶⁷. Exatamente como no caso da *Retórica a Herênio*, depois de definir uma e outra espécie, Cícero divide a *absoluta* em 1) *concessio*, 2) *remotio criminis*, 3) *relatio criminis* e 4) *comparatio*¹⁶⁸. A primeira é dividida em *purgatio* (subdividida, por sua vez, em *imprudencia*, *casus* e *necessitas*) e *deprecatio*¹⁶⁹; a segunda é dividida em duas sub-espécies: quando se transfere a causa para outro e quando se transfere o fato para outro.

A *constitutio translativa*, enfim, apresentada em I, 11, 16, é aquela em que se disputa quem, com quem, como, diante de quem, com que lei ou em que ocasião convém apresentar a causa, ou, de

¹⁶⁵ I, 9, 12: *Generis est controversia, cum et quid factum convenit, et quo id factum nomine appellari oporteat constat et tamen quantum et cuiusmodi et omnino quale sit quaeritur, hoc modo: iustum an iniustum, utile an inutile, et omnia in quibus, quale sit id quod factum est, quaeritur sine ulla nominis controversia* [“Há controvérsia de natureza quanto há acordo quanto ao que ocorreu e certeza sobre qual denominação deve ser aplicada ao ocorrido, mas investiga-se, contudo, sua extensão, natureza e, de maneira geral, sua qualidade, da seguinte maneira: justo ou injusto, útil ou inútil, e tudo o mais em que se investiga a natureza do ocorrido sem qualquer controvérsia sobre o seu nome”].

¹⁶⁶ I, 11, 14: *Iuridicialis est in qua aequi et recti natura aut praemi aut poenae ratio quaeritur; negotialis, in qua, quid iuris ex civili more et aequitate sit, consideratur* [“Jurídica é aquela em que se investiga a natureza do justo e do honesto ou a motivação da recompensa e do castigo; negocial, aquele em que se considera qual é a lei a partir do costume dos cidadãos e da equidade”].

¹⁶⁷ I, 11, 15: *Absoluta est quae ipsa in se continet iuris et iniuriae quaestionem; assumptiva, quae ipsa ex se nihil dat firmi ad recusationem, foris autem aliquid defensionis assumit* [“Absoluta é aquela que contém em si mesma a questão da legalidade ou falta de legalidade; relativa, aquela que, por si mesma, nada confere de sólido à defesa, assumindo algum elemento externo para ela”].

¹⁶⁸ I, 11, 15: 1) *Concessio est cum reus non id quod factum est defendit, sed ut ignoscatur postulat* [“A confissão ocorre quando o réu não defende o que ocorreu mas pede para ser perdoado”]; 2) *Remotio criminis est cum id crimen quod infertur ab se et ab sua culpa et potestate in alium reus removeere conatur* [“A abstenção da culpa ocorre quando o réu tenta afastar de si e de sua responsabilidade e capacidade o crime que se lhe atribui”]; 3) *Relatio criminis est cum ideo iure factum dicitur, quod aliquis ante iniuria lacessierit* [“A transferência da acusação ocorre quando se diz que se agiu de maneira legítima pelo fato de alguém, anteriormente, ter provocado de maneira ilegal”]; e 4) *Comparatio est cum aliud aliquod factum rectum aut utile contenditur, quod ut fieret, illud quod arguitur dicitur esse commissum* [“A comparação ocorre quando se sustenta que outro ato honesto e útil foi cometido e que, para que ele acontecesse, afirma-se que se cometeu aquilo de que se acusa”].

¹⁶⁹ I, 11, 15: 1) *Purgatio est cum factum conceditur, culpa removetur* [“A purgação ocorre quando se admite o ocorrido, mas remove-se a culpa; e 2) *Deprecatio est cum et peccasse et consulto peccasse reus se confitetur et tamen ut ignoscatur postulat* [“A súplica ocorre quando o réu confessa não apenas ter cometido o delito, mas também tê-lo feito deliberadamente, e ainda assim pede que seja perdoado”].

maneira geral, qualquer ponto que diga respeito à mudança ou impugnação da ação¹⁷⁰. Cícero, então, polemiza, a um só tempo, com Hermágoras e os *artis scriptores* a que não dá nome: embora se considere, afirma o Arpinate, que Hermágoras teria sido o inventor desta constituição, isso não quer dizer que os antigos oradores dela não tenham feito uso, mas apenas que os *artis scriptores* não a notaram, deixando de a enumerar entre as constituições. Cícero acresce uma segunda questão: os tecnógrafos posteriores não a adotaram antes por inveja e para detratá-lo que por imprudência, uma vez que se trata de algo evidente. Ora, parece claro que, uma vez mais, o que está em questão não é a precisão ou a veracidade mesma de tais afirmações, mas, novamente, o estabelecimento da autoridade e da credibilidade de Cícero em detrimento da de Hermágoras e dos demais autores da tradição dos manuais de retórica. Assim, de acordo com o passo polêmico, os antigos autores de manuais não teriam percebido algo óbvio; Hermágoras, por sua vez, teria observado e codificado uma constituição evidente; os tecnógrafos posteriores seriam movidos antes por inveja que por um desejo de precisão; e Cícero, enfim, senhor de toda essa tradição, seria capaz de observar o uso da constituição pelos oradores, a codificação de Hermágoras, a má-fé de seus antecessores, além de, é claro, empregar tal constituição em sua divisão.

À diferença do que vimos na *Retórica a Herênio*, no *Da invenção*, depois de apresentar a distinção entre *causa simplex* e *causa iuncta*, Cícero considera as espécies da controvérsia do escrito como separadas das *constitutiones*, embora não explicita o motivo de tal afirmação. Trata-se das mesmas categorias, excetuando-se a *ratio*, que agora é um gênero à parte, ao lado da controvérsia do escrito, e alterando-se duas de suas denominações. São elas 1) *de scripto et sententia*; 2) *ex contrariis legibus*; 3) *ambiguum*; 4) *ratiocinativum*; e 5) *definitivum*¹⁷¹.

¹⁷⁰ I, 11, 16: *In quarta constitutione, quam translative nominamus, eius constitutionis est controversia, cum aut quem aut quicum aut quomodo aut apud quos aut quo iure aut quo tempore agere oporteat quaeritur aut omnino aliquid de commutatione aut infirmatione actionis agitur* [“Na quarta constituição, que chamamos de translativa, há uma controvérsia dessa constituição quando se investiga quem, com quem, como, perante quem, com que lei ou em que ocasião convém defender a causa ou, de maneira geral, quando se trata de alguma mudança ou impugnação da ação”].

¹⁷¹ I, 12, 17: *Deinde considerandum est, in ratione an in scripto sit controversia. Nam scripti controversia est ea quae ex scriptionis genere nascitur. Eius autem genera, quae separata sunt a constitutionibus, quinque sunt. Nam tum verba ipsa videntur cum sententia scriptoris dissidere, tum inter se duae leges aut plures discrepare, tum id quod scriptum est duas aut plures res significare; tum ex eo quod scriptum est aliud quod non scriptum est inveniri; tum vis verbi quasi in definitiva constitutione, in quo posita sit, quaeri. Quare primum genus de scripto et sententia, secundum ex contrariis legibus, tertium ambiguum, quartum ratiocinativum, quintum definitivum nominamus. Ratio est autem, cum omnis quaestio non in scriptione, sed in aliqua argumentatione consistit* [“Em seguida é preciso considerar se a controvérsia reside numa razão ou num escrito. De fato, a controvérsia do escrito é aquela que nasce do tipo de redação. Seus gêneros, que estão apartados das constituições, são cinco: pois ora as próprias palavras parecem discordar da intenção do redator, ora duas ou mais leis são discrepantes, ora o que está escrito significa duas ou mais coisas, ora encontra-se, no que está escrito, aquilo que não está escrito, ora investiga-se, como se se tratasse da constituição definitiva, o sentido de uma palavra em que se encontre. Por isso, denominamos o primeiro gênero do escrito e da intenção, o segundo, das leis contrárias, o terceiro, da ambigüidade, o quarto, analógico, o quinto, definitivo. Já a razão ocorre quando toda a questão consiste, não na redação, mas em alguma argumentação”].

Por fim, a exemplo do *Auctor*, observa que, depois de se considerar qual é o gênero da causa, se ela é simples ou complexa e se apresenta uma controvérsia de escrito ou de razão, cumpre perceber a *quaestio*, a *ratio*, a *iudicatio* e o *firmamentum* do caso. A *quaestio* é definida como a controvérsia que nasce do confronto entre as partes; a *ratio*, como aquela que torna possível a causa, sem a qual não resta nenhuma controvérsia à causa; a *iudicatio* é a controvérsia que nasce da negação e da afirmação da *ratio*; *firmamentum*, enfim, é a argumentação mais sólida do defensor e a mais adequada para a judicção.

VI

Para a comparação do tratamento da doutrina do *status quaestionis* apresentado pela *Retórica a Herênio* e pelo *Da invenção*, de um lado, e para o seu confronto com a exposição de Antônio, no *Do orador*, faremos uso da síntese da doutrina oferecida por Calboli Montefusco em sua obra *La dottrina degli "status" nella retorica greca e romana*, de que extraímos os seguintes critérios de análise:

- 1) Calboli Montefusco identifica, na tradição da doutrina, duas explicações para a origem do termo *στάσις*: de um lado, teríamos a imagem de dois lutadores que tomam *posição* numa batalha, segundo os testemunhos de Marciano Capela e Agostinho; de outro, a imagem do *status* como ponto de apoio ou sustentação da causa, o que faz a controvérsia ficar de pé, de acordo com dois testemunhos de Grilo¹⁷². Dentro de tal divisão, o *Da invenção* estaria no segundo grupo, uma vez que Cícero, em I, 8, 10, observa que é forçoso ocorrer uma das constituições em todo gênero de causa: caso contrário, não haverá controvérsia e não se poderá considerar o caso como uma causa. A *Retórica a Herênio*, por outro lado, não aborda a questão de nenhuma das duas maneiras apresentadas.
- 2) Uma segunda divisão feita pela autora é entre os autores da tradição que consideram primeiro o discurso da acusação, depois o do acusado, e aqueles que primeiro pensam na justificativa do acusado e, em seguida, na tentativa do acusador de refutar tal justificativa. No primeiro grupo, Calboli Montefusco enumera apenas três: Agostinho, Fortunaciano e os *Excerpta Rhetorica*; no

¹⁷² Grill. 46, 25 sg. Martin: *status dictus est ab eo quod facit stare controversiam* ["o *status* é assim denominado por fazer a controvérsia ficar de pé"] e 64, 4 sg. Martin: *Constitutio autem ideo dicitur, quod causam constituat et firmet. Status est robur controversiae* ["A constituição é assim denominada por estabelecer a causa e lhe conferir firmeza. O *status* é o que há de sólido na controvérsia"] (*Apud* Calboli Montefusco (1986), p. 2).

segundo, a *Retórica* a Herênio, Cícero, Quintiliano, Júlio Vítor, Marciano Capela e Grilo¹⁷³. De fato, para nos restringirmos aos dois primeiros do segundo grupo, tanto o *Auctor* como Cícero, no *Da invenção*, pensam, como vimos em nosso resumo, primeiramente na apresentação que o defensor faz de sua *ratio*; em seguida, o acusador deve apresentar o *firmamentum*. Do confronto entre *ratio* e *firmamentum* nascerá a *iudicatio*.

- 3) Uma terceira divisão feita pela autora é entre os defensores da opinião de que a função mais relevante, na determinação do *status*, é o papel da defesa e os defensores da opinião contrária¹⁷⁴. A favor desta estariam, na tradição, apenas Hermágoras (a atribuição, feita no *Da invenção*¹⁷⁵, seria suspeita, de acordo com a estudiosa) e Cornélio Celso, que é citado e refutado por Quintiliano¹⁷⁶. Observamos, pelas definições de *constitutio* apresentadas acima, que nossos dois manuais sustentam a primeira opinião, uma vez que, na definição do *Auctor*, a constituição é definida como *prima deprecatio defensoris cum accusatoris insimulatione coniuncta*, ou seja, a alegação da defesa é o fator decisivo para o estabelecimento da constituição; e que a definição de Cícero, embora entenda a constituição propriamente dita como o primeiro conflito entre as partes, aponta que tal conflito é proveniente da *depulsio intentionis*, ou seja, também para o Arpinate é a defesa e sua refutação da acusação o fator decisivo para o estabelecimento da constituição.
- 4) Nem a *Retórica a Herênio* nem o *Da invenção* fazem menção à doutrina dos ἀσύστατα, ou seja, as causas que, em virtude da inexistência ou do vício de algum elemento da doutrina do κρινόμενον, seja relativo à acusação, à defesa ou ao julgamento, não apresentam controvérsia e, em conseqüência, tampouco *status*. Calboli Montefusco tenta explicar tal ausência em virtude do desconhecimento tanto de Cícero como do *Auctor* dessa parte da doutrina, que se deveria à ausência de tal divisão na fonte comum aos dois autores¹⁷⁷.

¹⁷³ Calboli Montefusco (1986), p. 3. A estudiosa desconsidera o *De oratore* ao classificar Cícero no segundo grupo, como se depreende de p. 3, n. 10, em que enumera o *Da invenção*, as *Partições oratórias* e os *Tópicos*.

¹⁷⁴ Calboli Montefusco (1986), pp. 9-10.

¹⁷⁵ Cícero, *De inv.* I, 10, 13: *Atque hoc eodem urgebitur, sive constitutionem primam causae accusatoris confirmationem dixerit sive defensoris primam deprecationem* [“E, quer afirmar que a constituição é a primeira confirmação da causa, por parte do orador, quer que é a primeira refutação do defensor, pesará sobre ele a mesma crítica”].

¹⁷⁶ Cf. Quintiliano, *Inst. or.* III, 6, 13-14: *Alii statum crediderunt primam eius, cum quo ageretur, deprecationem. [...] Vnde rursus alia quaestio, an eum semper is faciat qui respondet. Cui rei praecipue repugnat Cornelius Celsus, dicens non a depulsione sumi, sed ab eo, qui propositionem suam confirmet [...]* [“Outros acreditavam que o *status* é a primeira alegação daquele contra quem se move uma ação. [...] Daí que surja uma outra questão: quem o estabelece é sempre aquele que responde? A isso opõe-se particularmente Cornélio Celso, ao afirmar que ele não deve ser tomado à refutação, mas àquele que confirma sua proposição”].

¹⁷⁷ Calboli Montefusco (1986), p. 13, n. 5: “Evidentemente la fonte cui si rifaceva (sc. Cicerone) era carente da questo punto di vista (sc. della dottrina degli ἀσύστατα). L’assenza della dottrina anche nella *Rhetorica ad Herennium* non doveva quindi essere casuale, ma si può pensare che l’intero paragrafo dedicato agli ἀσύστατα fosse caduto già nella fonte comune di Cicerone e Cornificio [...]”.

5) Outro critério de análise apresentado pela estudiosa¹⁷⁸ é a aplicação dos *status* unicamente ao gênero judiciário ou aos *tria genera dicendi*. Neste ponto, vemos uma divergência importante entre a *Retórica a Herênio* e o *Da invenção*: o *Auctor* assume a primeira posição, abordando a problemática da doutrina do *status quaestionis* apenas nos dois primeiros livros da obra, que concernem à invenção da matéria na causa judiciária, ignorando-a em seu rápido tratamento dos gêneros deliberativo (II, 2-9) e demonstrativo (II, 10-15); Cícero, por outro lado, atribui explicitamente as constituições aos três gêneros das causas:

Omnis et demonstrativa et deliberativa et iudicialis causa necesse est in aliquo eorum quae ante exposita sunt constitutionis genere, uno pluribusve, versetur.

É forçoso que toda causa, seja ela demonstrativa, deliberativa ou judicial, incida em algum (um ou mais) dos gêneros de constituição que foram expostos anteriormente¹⁷⁹.

Tal diferença se daria, segundo a estudiosa, em virtude de uma maior fidelidade à doutrina hermagórea, da parte do *Auctor*, e de uma contaminação desta com a doutrina peripatético-acadêmica, da parte de Cícero:

Nelle elaborazioni postermagoree della dottrina retorica troviamo per lo più accettata la partizione aristotelica dei *tria genera*, ma per quanto concerne la dottrina degli *status* la sistemazione data da Hermagora prende il sopravvento su quella peripatetico-accademica preesistente, così che sorge la questione se gli *status* dovessero essere riferiti a cause di tutti e tre i generi oppure solo al genere giudiziario, dal momento che [...] il legame tra *status* e dottrina del *κρινόμενον* lascia pensare che i discorsi in tribunale rappresentassero l'area naturale di applicazione degli *status*, così come il genere *νομικόν* delle *quaestiones* aveva un suo senso proprio con riferimento a cause di questo tipo. In coerenza con questo troviamo nella *Rhetorica ad Herennium* gli *status* trattati solo all'interno del genere giudiziario [...]. Nel *de inventione* invece l'estensione a tutti e tre i generi è ripetutamente difesa e il fatto che vengano estesi a tutti e tre i generi non solo gli *status* preermagorei, ma la dottrina intera, così come Ermagora l'aveva congegnata, non può essere interpretato altro che come una contaminazione tra le due posizioni¹⁸⁰.

¹⁷⁸ Calboli Montefusco (1986), p. 29.

¹⁷⁹ Cícero, *De inv.* II, 4, 12. *Apud* Calboli Montefusco (1986), p. 31.

¹⁸⁰ Cf. Calboli Montefusco (1986), pp. 37-8.

6) Calboli Montefusco atrela ao critério anterior a questão da aplicabilidade ou não dos *status* às *θέσεις* e às *ὑποθέσεις*, indiferentemente. Como observamos no Capítulo 1, a *Retórica a Herênio* ignora a distinção entre *quaestiones finitae* e *infinitae*, ao contrário do que acontece no caso do *Da invenção*. Neste, em polêmica aberta com Hermágoras, que já tivemos a oportunidade de comentar de passagem, Cícero considera grande loucura (*magna amentia*) atribuir ao orador, como supostamente faria Hermágoras, as questões indefinidas, delimitando como próprias do âmbito do orador apenas as definidas. Sendo assim, não faria sentido pensar na aplicabilidade das *constitutiones* também às *quaestiones infinitae*, no *Da invenção*.

VII

O tratamento da doutrina do *status*, no *Do orador*, tem início em II, 104, com a apresentação de três *status* que são igualmente válidos para os *tria genera dicendi*:

Cum rem penitus causamque cognovi, statim occurrit animo quae sit causa ambigendi. nihil est enim quod inter homines ambigatur, sive ex crimine causa constat ut facinoris, sive ex controversia ut hereditatis, sive ex deliberatione ut belli, sive ex persona ut laudis, sive ex disputatione ut de ratione vivendi, in quo non aut quid factum sit aut fiat futurumve sit quaeratur, aut quale sit aut quid vocetur.

Assim que tomei total conhecimento do caso em questão e da causa, imediatamente me ocorre qual é a causa do pleito; de fato, nada há que se pleiteie entre os homens, quer a causa seja constituída de uma acusação, como a de um crime, de uma controvérsia, como sobre uma herança, de uma deliberação, como acerca de uma guerra, de uma pessoa, como de um louvor, de uma discussão, como sobre o modo de viver, em que não se inquiria o que aconteceu, acontece ou acontecerá, ou de que espécie é, ou como é denominado¹⁸¹.

Essencialmente, como se vê, temos o mesmo sistema subjacente, despojado, porém, da excessiva minúcia e aridez que observamos no grande número de divisões e subdivisões dos manuais

¹⁸¹ Cícero, *De or.* II, 104.

de retórica¹⁸². Dessa forma, não encontramos mais o termo *constitutio*, talvez cunhado pela fonte comum do *Auctor* e de Cícero para traduzir a palavra grega *στάσις*, nem ainda o termo *status*, que será, posteriormente, como apontado, a nova tradução proposta por Cícero, mas uma perífrase explicativa que assume o seu papel, *causa ambigendi*, remetendo o público já conhecedor do assunto à doutrina e, ao mesmo tempo, oferecendo, de maneira implícita, sua definição, como se estivesse a dizer: *constitutio est causa ambigendi*.

Seguindo o mesmo raciocínio, Antônio não afirma, como fizera Cícero, no *Da invenção*, que as constituições dizem respeito aos *tria genera dicendi* (cf. critério 5), mas apresenta tal idéia de maneira mais concreta, por meio da menção a suas diferentes espécies: assim, *crimen* e *controversia* estão em lugar de *genus iudiciale*; *deliberatio*, em lugar de *genus deliberatiuum*; *persona*, exemplificada por *laudis*, em lugar de *genus demonstratiuum*. Quando Antônio acrescenta a esses três exemplos referentes aos *genera dicendi* a menção à *disputatio*, está, também, de maneira indireta e em linguajar não técnico, a atribuir a aplicação das constituições às *quaestiones infinitae* (cf. critério 6), à diferença do que acontecera na *Retórica a Herênio* e no *Da invenção*.

Quanto às *constitutiones* em si, tal como não empregara o termo *constitutio* propriamente dito, do mesmo modo Antônio não dará nome a suas espécies, apresentando-as concretamente, de acordo com as questões que são levantadas em cada uma delas. Assim, alude-se ao que os manuais chamavam de *constitutio coniecturalis* pela perífrase *in quo quid factum sit aut fiat futurumve sit quaeratur*, que, concisamente, explicita ainda os tempos e, por conseqüência, os *tria genera dicendi* possíveis nesta constituição; à *constitutio generalis*, pela perífrase *in quo quale sit quaeratur*; à *constitutio definitiua*, enfim, pela perífrase *in quo quid uocetur quaeratur*¹⁸³.

VIII

A *constitutio coniecturalis* é desenvolvida em II, 105:

¹⁸² Não sem motivo, Calboli Montefusco (1986), p. 1, apresenta a doutrina como “l’aspetto più complesso delle regole relative all’ *inventio*”.

¹⁸³ Em II, 113, retomando e sintetizando os três gêneros, Antônio fará menção a 1) *quid fiat factum futurumve sit*; 2) *quale sit* e 3) *quomodo nominetur*.

Ac nostrae fere causae quae quidem sunt criminum, plerumque infitiatione defenduntur. nam et de pecuniis repetundis, quae maximae sunt, neganda fere sunt omnia, et de ambitu raro illud datur, ut possis liberalitatem ac benignitatem ab ambitu atque largitione seiungere. de sicariis, de veneficiis, de peculatu infitari necesse est. id est igitur genus primum causarum in iudiciis ex controversia facti; in deliberationibus plerumque ex futuri, raro ex instantis aut facti.

E quase todas as nossas causas, pelo menos as criminais, são defendidas sobretudo pela negação; de fato, não apenas se deve negar, quase sempre, tudo o que diz respeito às causas de extorsão, como também raramente é dado, nas de corrupção eleitoral, que se possa distinguir a generosidade e a afabilidade da corrupção e da dissipação; nas causas de assassinato, envenenamento, peculato, é preciso negar. Este é, então, o primeiro gênero das causas dos tribunais concernentes à controvérsia do fato; nas deliberações, trata-se sobretudo do futuro, raramente do que é iminente ou passado¹⁸⁴.

Segundo Quintiliano, alguns retores davam o nome de *infitalis* (“negatório”) ao *status coniecturalis*, outros, apenas à parte concernente à defesa¹⁸⁵. Antônio, neste parágrafo, falando apenas do ponto de vista da defesa, não faz menção, dentro do plano geral da obra de evitar os termos técnicos, a um *genus infitiale*, mas considera sobretudo a *infitiatio* como a estratégia a ser adotada pelo orador, o que vem a ser praticamente o mesmo apresentado em linguajar não técnico. Por outro lado, evita-se o termo mais tradicional associado a este *status*, *coniectura* (e cognatos), que vimos utilizando tanto na *Retórica a Herênio* como no *Da invenção* e que provavelmente deriva da terminologia do próprio Hermágoras, que teria, segundo Agostinho, usado o termo *στοχασμός* para esta *στάσις*¹⁸⁶. O passo citado compartilha com os manuais, no entanto, a descrição deste *status* como *controuersia facti*, expressão que vimos utilizada tanto pelo *Auctor* como por Cícero, e que será, na tradição posterior, amplamente empregado¹⁸⁷.

¹⁸⁴ Cícero, *De or.* II, 105.

¹⁸⁵ Quintiliano, *Formação do orador* III, 6, 32: *Infitalis est, quem dicimus coniecturalem, cui ab infitiando nomen alii in totum dederunt, alii in partem, qui accusatorem coniectura, reum infitiatione uti putauerunt* [“Negatório é o que chamamos de conjectural, ao qual alguns deram o nome, derivado de *negar*, ao todo, outros, considerando que o acusador faz uso de uma conjectura, o réu, da negação, à parte”]; também de passagem, em III, 6, 15: *utitur [...] coniectura magis qui agit, quo moti quidam eundem a reo infitalem esse dixerunt*, “é sobretudo o acusador quem faz uso da conjectura, o que levou alguns a chamá-lo [sc. ao *status coniecturae*] de negatório, da perspectiva do réu”].

¹⁸⁶ *Rhet.* 142, 21 Halm: *Ubi quaeritur an sit, genus id quaestionis Hermagoras στοχασμόν vocat, nos coniecturam possumus dicere* [“Quando se investiga se aconteceu ou não, Hermágoras chama tal gênero de questão de *stokhasmós*; nós podemos falar em conjectura”] (mencionado por Calboli Montefusco (1986), p. 61; tomamos o texto ao fragmento 13 c da edição de Matthes (1962), p. 24). Também ocorre em grego, de acordo com o testemunho de Vitorino, o termo grego *σταδισμός* (apud Calboli Montefusco (1986), p. 62).

¹⁸⁷ Calboli Montefusco (1986), p. 62 cita, além das passagens dos manuais a que fizemos menção e de passo das *Partições oratórias*, Quint. IX, 1, 8 e Grill. 50, 24 para tal descrição.

Cícero, a exemplo do que fizera no parágrafo inicial, refere-se aos *genera dicendi* sem fazer uso de termos técnicos: assim, alude ao *genus iudiciale* pela oração *quae quidem sunt criminum* e, mais concretamente, pelo contexto em que se dá, *in iudiciis*. Além disso, confirmando a ênfase no gênero judicial, os exemplos oferecidos pertencem todos a este *genus*: *de pecuniis repetundis*, *de ambitu*, *de sicariis*, *de ueneficiis*, *de peculatu*; e alude ao *genus deliberatiuum*, de maneira igualmente concreta, pelo termo *deliberationes*. Não se faz menção ao *genus demonstratiuum*, podemos especular, em virtude de sua exclusão da discussão anunciada por Antônio no começo do segundo livro¹⁸⁸. A ocorrência do gênero no parágrafo anterior se deve ao caráter geral da afirmação, sobretudo no contexto da primeira apresentação da doutrina, e ao fato de que sua ausência poderia ser entendida como uma redução, em relação à posição inicialmente tomada no *Da invenção* (obra em que, como vimos no resumo acima, Cícero fazia a atribuição das *constitutiones* aos *tria genera dicendi*), de três para apenas dois gêneros.

Por fim, observamos uma grande diferença no tratamento que Antônio confere ao *status coniecturalis* em relação à tradição dos manuais, e que observaremos também ao tratar dos tópicos da argumentação, embora neste último caso a divergência, como vimos no Capítulo 1, seja explicitada tanto por Crasso como por Antônio: este ignora a exposição dos *loci* concernentes à conjectura, a qual, nos manuais, ocupava porção considerável¹⁸⁹, nisso afastando-se também, por extensão, da doutrina hermagórea, a que tal tratamento remeteria, em última instância¹⁹⁰.

IX

O tratamento do *status qualitatis* resume-se ao parágrafo seguinte:

¹⁸⁸ Cícero, *De or.* II, 43-50. Cf. ainda a delimitação da matéria feita pelo próprio Cícero, no prefácio ao primeiro livro (*De or.* I, 22).

¹⁸⁹ *De inv.* II, 16-51 e *Ad Her.* II, 3-12. O que no *Do orador* seria vício, nos manuais é certamente virtude, como demonstra o próprio comentário do *Auctor* a sua exposição dos *loci* concernentes à constituição conjectural, defendendo precisamente a minúcia que Crasso e Antônio criticam como inadequada a sua conversação: *Quod et difficillima tractatu est constitutio coniecturalis et in ueris causis saepissime tractanda est, eo diligentius omnis eius partis perscrutati sumus, ut ne paruula quidem titubatione aut offensione impediremur, si ad hanc rationem praeeptionis adsiduitatem exercitationis adcommodassemus* [“Porque a constituição conjectural é a mais difícil de tratar e com muita freqüência deve ser tratada nas causas reais, tão mais diligentemente esmiuçamos cada uma de suas partes, para que não nos atralhe a menor hesitação ou tropeço se acomodarmos este método preceptivo ao exercício assíduo”].

¹⁹⁰ Cf. Calboli Montefusco (1986), pp. 70-71: “La topica precedente (sc. anterior a Hermógenes) invece, di tradizione ermagorea, partiva di una base peristatica per poi svilupparsi in modo diverso in Cicerone, nella *Rhetorica ad Herennium* e in Quintiliano. Di queste dottrine sembra che la più vicina ad Ermagora sia quella del *de inventione*”.

saepe etiam res non sit necne, sed qualis sit quaeritur: ut cum L. Opimi causam defendebat apud populum audiente me C. Carbo cos. nihil de C. Gracchi nece negabat, sed id iure pro salute patriae factum esse dicebat; ut eidem Carboni tribuno plebis alia tum mente rem publicam capessenti P. Africanus de Ti. Graccho interroganti responderat iure caesum videri. iure autem omnia defenduntur, quae sunt eius generis, ut aut oportuerit aut licuerit aut necesse fuerit aut imprudentia aut casu facta esse videantur.

Muitas vezes, ainda, não se investiga se algo ocorreu ou não, mas qual sua natureza, tal como quando assisti ao cônsul C. Carbão defender a causa de L. Opímio diante do povo: não negava, absolutamente, o assassinato de C. Graco, mas afirmava que ocorrera de modo legítimo, pela salvação da pátria; tal como P. Africano respondera ao mesmo Carbão quando tribuno da plebe, entrando então na carreira política com uma mentalidade diversa, e o interrogava acerca de Ti. Graco: a seu ver, fora morto de modo legítimo. Defendem-se como legítimas todas as ações que são de tal tipo que eram convenientes, permitidas, forçosas, ou que parecem ter sido realizadas por imprudência ou acaso¹⁹¹.

Antônio evita os termos *generalis* e *generis controuersia*, que Cícero usara para esta constituição no *Da invenção*, bem como *iuridicialis*, que nesta obra designa, ao lado de *negotialis*, uma das duas espécies da *constitutio generalis*, e que na *Retórica a Herênio*, por outro lado, compreende todo o gênero, limitando-se, uma vez mais, a uma perífrase explicativa que assume o lugar do jargão técnico, *quale sit*. A expressão já aparecera, como mostramos em nosso resumo, em *Da invenção*. I, 9, 12: *generis est controuersia, cum et quid factum sit convenit, et quo id factum nomine appellari oporteat constat et tamen quantum et cuiusmodi et omnino quale sit quaeritur [...]*. Repare-se que Antônio limita-se precisamente à expressão que Cícero qualificara como a mais geral e compreensiva (*omnino*) para explicar este *status*: na verdade, tal raciocínio poderia ser aplicado a todo este tratamento da doutrina, que se atém, como temos tentado demonstrar, a seus contornos mais gerais. Como veremos adiante, o próprio Antônio aludirá à rapidez com que passa pelo assunto, justificando-a pelo conhecimento que seus interlocutores já apresentam do assunto e pela maior importância que os elementos seguintes, a doutrina do *ethos* e do *pathos*, teriam em relação tanto à doutrina do *status* como à dos tópicos da argumentação. Repare-se, ainda, que, por inverter a ordem tradicional das constituições, segundo a qual à *constitutio coniecturalis* seguiam-se a *definitiva* e só então a *generalis*, Antônio não pode precisar que, neste *status*, as partes concordam não apenas quanto ao fato ocorrido, mas também quanto à denominação que lhe deve ser dada.

¹⁹¹ Cícero, *De or.* II, 106.

Outro diferencial importante em relação à tradição dos manuais, e que está ligado, uma vez mais, à questão do decoro, é o do uso dos exemplos: se encontramos, nas *artes*, exemplos tomados ao mito e que podem ser atribuídos ao caráter didático e mnemônico das mesmas, como o de Ajax e Ulisses, de que se servem tanto o *Auctor* como Cícero para exemplificar a *constitutio coniecturalis*, deparamo-nos, aqui, com exemplos tomados à própria experiência de Antônio. Dessa maneira, ocorre um duplo movimento: de um lado, na ficção do diálogo, a personagem confere autoridade a seu discurso citando casos a que esteve presente (*audiente me*), afastando-se do domínio mais teórico dos manuais; de outro, o leitor da obra percebe a maestria de Cícero ao selecionar para a obra os detalhes de antiquário mais adequados à época e à personagem.

Antônio insere de maneira indireta, além disso, já dentro dos exemplos que apresenta e não mais na descrição do *status*, uma das categorias usadas pela tradição para designar o objeto de investigação, a dizer, a distinção entre *iure* e *iniuria*, tal como observamos, por exemplo, na *Retórica a Herênio*: *iuridicialis constitutio est, cum factum conuenit, sed iure an iniuria factum sit, quaeritur*. Tanto na exposição de Antônio como na do *Auctor* o gênero em questão é o judicial¹⁹², mas no primeiro caso temos um recorte ainda mais específico, centrado unicamente na alegação da defesa: daí que, nos dois exemplos citados pela personagem, os defensores aleguem a legitimidade do assassinato cometido (*iure factum esse/iure caesum*); daí, também, que aborde explicitamente a estratégias de defesa (*iure defenduntur*) ao explicitar as categorias que podem ser usadas pelo defensor neste *status*.

Tais categorias, por sinal, refletem, em parte, as divisões que encontramos na *Retórica a Herênio* e no *Da invenção*, desprovidas, porém, como é já de prever, da nomenclatura técnica neles consagrada. Assim, como vimos, o *Auctor* e Cícero dividem esta constituição em dois gêneros, o absoluto e o relativo. Ao absoluto, ou seja, àquele gênero em que a defesa alega simplesmente a legitimidade do fato sem fazer uso de qualquer elemento externo, correspondem, na exposição de Antônio, os termos *aut oportuerit aut licuerit*; já *aut necesse fuerit aut imprudentia aut casu facta esse* remetem à primeira das espécies do gênero relativo, a *concessio*, cuja primeira sub-espécie, a *purgatio*, é dividida, em ambos os manuais, em *imprudentia*, *fortuna* e *necessitas*. Como se vê, eliminam-se, talvez como menos importantes, os três gêneros restantes do gênero relativo: *remotio criminis*, *translatio criminis* e *comparatio*. Por fim, tal como acontecera no caso do *status coniecturalis*, toda a tópica dos argumentos relativos a esta constituição é ignorada.

¹⁹² Em *Da invenção* I, 9, 12, em contrapartida, também o gênero deliberativo é contemplado por meio da oposição *utile x inutile: iustum an iniustum, utile an inutile, et omnia in quibus, quale sit id quod factum est, quaeritur sine ulla nominis controversia*.

No final do tratamento da doutrina, Antônio insere neste *status*, como única categoria, o que a *Retórica a Herênio* considerava como três gêneros apartados (*ex scripti interpretatione contentio, ex contrariis scriptis e ex ambiguo controversia*):

Sed in eo genere, in quo quale sit quid ambigitur, existit etiam ex scripti interpretatione saepe contentio, in quo nulla potest esse nisi ex ambiguo controversia. nam illud ipsum, quod scriptum a sententia discrepat, genus quoddam habet ambigui, quod tum explicatur, cum ea verba quae desunt suggesta sunt; quibus additis defenditur sententiam scripti perspicuam fuisse; et ex contrariis scriptis si quid ambigitur, non novum genus nascitur, sed superioris generis causa duplicatur; idque aut numquam diiudicari poterit aut ita diiudicabitur, ut referendis praeteritis verbis id scriptum, quodcumque defendemus, suppleatur. ita fit ut unum genus in iis causis, quae propter scriptum ambiguntur, relinquatur, si est scriptum aliquid ambiguum.

Mas naquele gênero em que se discute a natureza da ação, existe também, muitas vezes, uma disputa que tem origem na interpretação do escrito, em que não pode haver senão uma controvérsia provocada por uma ambigüidade. De fato, aquele próprio elemento que, escrito, diverge da intenção, apresenta certo tipo de ambigüidade, que é explicado quando se acrescentam os termos que faltam; depois de acrescentados, defende-se que a intenção do escrito era evidente; e se há discussão a partir de escritos contraditórios, não nasce um novo gênero, mas duplica-se uma causa do gênero anterior; ou não poderá jamais ser elucidado, ou será elucidado de modo a que se supra o escrito que defendermos, seja ele qual for, restituindo-lhe as palavras omitidas. Assim, ocorre restar um único gênero nas causas que se discute devido à escrita, se algo foi escrito com ambigüidade¹⁹³.

No tratamento do *Auctor*, como vimos em nosso resumo, tais espécies, ali denominadas *scriptum et sententia, contrariae leges e ambiguum*, respectivamente, encontram-se, ao lado de outras três (*definitio, translatio e ratiocinatio*), ignoradas aqui por Antônio, atreladas ao gênero da *constitutio legitima*. Já no *Da invenção*, Cícero opõe as cinco primeiras categorias, que se inserem no gênero *in scripto*, à sexta, ali chamada de *ratio*. Particularmente importante para nossa comparação é o fato de separar de maneira explícita as cinco espécies do gênero *in scripto* das constituições¹⁹⁴, posição diversa, como se vê, tanto da adotada pelo contemporâneo *Auctor* como por Antônio, no *Do orador*. Dentro de

¹⁹³ Cícero, *De or.* II, 110.

¹⁹⁴ Cícero, *De inv.* I, 17: *Deinde considerandum est, in ratione an in scripto sit controversia. Nam scripti controversia est ea quae ex scriptiois genere nascitur. Eius autem genera, quae separata sunt a constitutionibus, quinque sunt* (“Em seguida cumpre considerar se a controvérsia reside num argumento ou no texto da lei. De fato, a controvérsia sobre o texto da lei é aquela que nasce do gênero do escrito. Seus gêneros, que são apartados das constituições, são cinco”).

tal perspectiva, não é possível dizer que Cícero se afasta da tradição dos manuais na passagem citada, malgrado a diferença apontada entre os textos, mas que opera uma divisão numa parte da doutrina que, ao que parece, era particularmente apta a divergências e polêmicas.

X

Enfim, Antônio aborda a *constitutio definitiua* em II, 107:

iam quid vocetur quaeritur, cum quo verbo quid appellandum sit contenditur: ut mihi ipsi cum hoc Sulpicio fuit in Norbani causa summa contentio. pleraque enim de iis quae ab isto obiciebantur cum confiterer, tamen ab illo maiestatem minutam negabat; ex quo verbo lege Apuleia tota illa causa pendebat.

Investiga-se como se chama uma ação quando se disputa com qual termo deva ser denominada, tal como aconteceu no caso da importante disputa que eu mesmo tive com Sulpício aqui presente na causa de Norbano: embora reconhecesse a maior parte das objeções que fazia, negava que Norbano houvesse cometido crime de lesa-majestade; toda aquela causa dependia desse termo, de acordo com a lei apuléia¹⁹⁵.

À maneira do que fizera nos *status* anteriores, também no *definitiuus* Cícero evita o jargão técnico das *artes*: assim, em lugar de *constitutio definitiua*, *definitio*, *controuersia nominis* e *finis*, faz Antônio empregar as perífrases *quid uocetur quaeritur* e *quo uerbo quid appellandum sit contenditur*. Em outros passos do *Do orador* há uma gama ainda maior de expressões para designar este *status*: *quomodo nominetur* (II, 112), como vimos acima, *quo nomine uocetur* (I, 139), *quod nomen habeat* (II, 132) e *non eo nomine usurpandum quo arguatur* (III, 70)¹⁹⁶.

O caso usado por Antônio para exemplificar o *status definitiuus* cumpre uma dupla função: uma delas, que observamos na seção anterior, é a de adequar-se ao decoro da obra e das personagens, uma vez que Cícero, tal como afirma no prefácio do primeiro livro, encena o diálogo como proveniente sobretudo da experiência dos protagonistas e da autoridade dela decorrente; a outra é a de transmitir de maneira concreta e paradigmática aquilo que os manuais apresentavam teoricamente,

¹⁹⁵ Cícero, *De or.* II, 107.

¹⁹⁶ *Apud* Calboli Montefusco (1986), p. 78.

por meio de definições. Dessa forma, a causa de Norbano é escolhida de maneira precisa por Cícero porque exemplifica perfeitamente a explicação da *constitutio* que dera no *Da invenção*:

Nominis est controversia, cum de facto convenit et quaeritur, id quod factum est quo nomine appelletur. quo in genere necesse est ideo nominis esse controversiam, quod de re ipsa non conveniat; non quod de facto non constet, sed quod id, quod factum sit, aliud alii videatur esse et idcirco alius alio nomine id appellet.

Há controvérsia sobre o nome quando há acordo quanto ao fato e investiga-se que nome é dado àquilo que aconteceu. Neste gênero, é forçoso haver uma controvérsia sobre o nome pelo fato de não haver acordo quanto ao caso; não por não haver certeza quanto ao fato, mas pelo fato de aquilo que aconteceu parecer uma coisa diferente a cada um e, conseqüentemente, ser denominado de maneira diferente por cada um¹⁹⁷.

Repare-se que, na formulação de Antônio, fala-se apenas na questão da denominação, deixando-se de lado a primeira parte do enunciado tradicional - o fato de haver consenso entre as partes acerca do ocorrido. Esta primeira parte aparece “traduzida” no exemplo, quando Antônio, defensor de Norbano, afirma que reconhecia as objeções feitas por Sulpício, o acusador, mas negava tratar-se de crime de lesa-majestade¹⁹⁸.

O caso também traduz por meio do exemplo a formulação teórica que vemos neste último passo do *Da invenção*: aquilo que aconteceu parece uma coisa diferente a cada uma das partes - para Sulpício, trata-se de crime de lesa-majestade; para Antônio, este fora mais um exemplo legítimo, dentre vários da história romana, de indignação do *populus Romanus*. A maestria de Cícero na escolha deste exemplo reside também no fato de a definição de *maiestas* ser o exemplo paradigmático dos manuais para esta constituição. Nas palavras de Fantham:

[...] the first tribunate of Saturninus in 103 also saw the establishment of a new court for a new offence, often called *maiestas* as a shortened form of the phrase *maiestas populi Romani minuta*, ‘damage to the dignity of the Roman people.’ The definition of this offence was left undetermined, and prosecution and defence alike would take advantage of this indefinite charge to make cases an issue of definition: from the time of the *Rhetorica ad Herennium* to *De Oratore* and beyond ever new definitions of *maiestas minuta* would be coined, and the most famous instance would be a later defence by Antonius¹⁹⁹.

¹⁹⁷ Cícero, *De inv.* I, 11.

¹⁹⁸ Norbano, poucos anos antes da data dramática do *De oratore*, em 96 ou 95 a.C., fora acusado de lesa-majestade por incitar uma assembléia popular contra o general Cepião, o que acabara por provocar o apedrejamento de vários senadores, e pelo uso da força para impedir o veto dos tribunos Dídio e Cota.

¹⁹⁹ Fantham (2004), p. 34.

Por fim, é de notar que, à maneira do que acontecera nos dois primeiros *status*, Antônio omite inteiramente a tópica da *definitio*, presente de maneira quase idêntica na *Retórica a Herênio* (II, 17) e no *Da invenção* (II, 53-56) e atribuída a Hermágoras por Calboli Montefusco²⁰⁰.

XI

Aplicando ao *Do orador* os critérios de análise e comparação apresentados na Seção VII, podemos fazer as seguintes considerações:

1) embora não se faça uso do termo *status*, a concepção de Antônio do *conceito* parece pender para a segunda das explicações do termo apresentadas pela tradição, a dizer, um ponto de apoio da causa, sem a qual ela não pode ficar de pé, o que já acontecera no *Da invenção*. É o que se pode depreender de uma espécie de síntese geral da questão feita por Antônio a partir de II, 132, dentro da estratégia de repetição com variação usual da obra. Observe-se, de passagem, que uma nova definição é acrescentada de passagem, a do *status quaestionis* como a “natureza da causa”:

Ac primum naturam causae videat, quae numquam latet, factumne sit quaeratur, an quale sit, an quod nomen habeat. quo perspecto statim occurrit [...] quid faciat causam, id est, quo sublato controversia stare non possit [...].

Ora, que veja, em primeiro lugar, a natureza da causa, que nunca passa despercebida[...]. Isso examinado, ocorre imediatamente [...] a razão da causa, ou seja, *aquilo sem o qual a controvérsia não pode ficar de pé [...]*²⁰¹.

2) Por não se fazer menção de maneira direta aos conceitos de *ratio*, *firmamentum* e *quaestio*, podemos apenas inferir, das conceitualizações e exemplos de Antônio, se seu tratamento considera primeiramente o discurso da acusação e, em seguida, o do defensor, ou, inversamente, em primeiro lugar a justificativa da defesa e, a seguir, a tentativa de refutação de tal justificativa por parte do acusador. A nosso ver, dá-se, no *Do orador*, a mesma formulação que vemos expressa no *Da invenção*, ou seja, a segunda alternativa, mas disfarçada de tal forma pelo não uso do jargão técnico, que a semelhança, ou mesmo identidade, poderíamos dizer, passa quase despercebida ao leitor. É o que podemos perceber pelo confronto entre *Da invenção* I, 18 e *Do orador* II, 132, em que o decoro deste

²⁰⁰ Calboli Montefusco (1986), p. 89: “La dottrina di Cicerone nel *de inventione* coincide sostanzialmente con la *Rhetorica ad Herennium*, per cui possiamo ascriverla con certezza alla fonte comune e probabilmente allo stesso Hermagora.”

²⁰¹ Cícero, *De or.* II, 132 (itálico nosso).

impõe a linguagem e o exemplo utilizados por Antônio. Na primeira passagem, Cícero está a definir os conceitos de *ratio* e *iudicatio*, empregando, por questões didáticas, como explícita, o exemplo mitológico do assassinato de Clitemnestra por Orestes:

Ratio est ea quae continet causam, quae si sublata sit, nihil in causa controversiae relinquatur, hoc modo, ut docendi causa in facili et pervulgato exemplo consistamus: Orestes si accusetur matricidi, nisi hoc dicat "Iure feci, illa enim patrem meum occiderat," non habet defensionem. Qua ratione sublata omnis controversia quoque sublata sit. Ergo eius causae ratio est, quod illa Agamemnonem occiderit. Iudicatio est quae ex infirmatione et confirmatione rationis nascitur controversia. Nam sit ea nobis exposita ratio quam paulo ante exposuimus: "Illa enim meum," inquit, "patrem occiderat." "At non," inquiet adversarius, "abs te filio matrem necari oportuit; potuit enim sine tuo scelere illius factum puniri." Ex hac diductione rationis illa summa nascitur controversia quam iudicationem appellamus. Ea est huiusmodi: Rectumne fuerit ab Oreste matrem occidi cum illa Orestis patrem occidisset.

O raciocínio é o que contém uma justificativa; se ela tiver sido subtraída, nenhuma controvérsia subsiste na causa; por exemplo, para permanecer, por motivo de didática, num exemplo fácil e bastante divulgado: se Orestes é acusado de matricídio, a não ser que diga: "Eu tinha o direito de fazê-lo; pois ela matou o meu pai", não há defesa. Subtraído o raciocínio, também é subtraída toda a controvérsia. Logo, o raciocínio de sua causa é que ela matou Agamêmnon.

A judicção é a controvérsia que nasce a partir da refutação da razão. Seja exposta para nós a razão que expusemos um pouco antes: "Pois ela – afirma Orestes – matou meu pai"; "Mas – afirmará o adversário – a mãe não devia ser morta por ti, o filho, pois seu ato podia ser punido sem teu crime". Dessa detração da razão nasce a mais alta controvérsia, que chamamos judicção. Essa é assim: "acaso teria sido correto a mãe ser morta por Orestes, quando ela matou seu pai?"²⁰²

No segundo passo, Antônio está a sintetizar o tratamento da doutrina:

Ac primum naturam causae videat, quae numquam latet, factumne sit quaeratur, an quale sit, an quod nomen habeat. quo perspecto statim occurrit [...] quid faciat causam, id est, quo sublato controversia stare non possit [...]; deinde, quid veniat in iudicium, quod isti sic iubent quaerere: interfecit Opimius Gracchum. quid facit causam? quod rei p(ublicae) causa, cum ex s(enatus) c(onsulto) ad arma vocasset. hoc tolle, causa non erit. at id ipsum negat contra leges licuisse Decius. veniet igitur in iudicium: licueritne ex senatus consulto servandae rei p(ublicae) causa?

²⁰² Cícero, *De inv.* I, 18 (tradução de Ilunga Kabengele, inédita).

Ora, que veja, em primeiro lugar, a natureza da causa [...]. Isso examinado, ocorre imediatamente [...] a razão da causa, ou seja, aquilo sem o qual a controvérsia não pode ficar de pé; em seguida, veja o que entra em julgamento, algo que eles recomendam investigar da seguinte forma: Opímio assassinou Graco. Qual a razão da causa? O fato de o ter feito pela república, depois de convocado às armas por decreto do senado. Tire-se isso, não haverá causa. Mas Décio afirma que não era permitido fazer exatamente isso contra as leis. Entrará então em julgamento: era lícito assassiná-lo pela salvação da república, de acordo com um decreto do senado?²⁰³

Há, antes de mais nada, uma diferença de contexto entre as duas passagens. A primeira insere-se numa enumeração de vários termos técnicos (*quaestio*, *ratio*, *iudicatio*, *firmamentum*), como listamos em nosso resumo da doutrina nos manuais; a segunda é de teor mais geral, inserindo-se numa síntese de toda a doutrina. Como já é de esperar, além disso, o vocabulário técnico do manual é substituído por perífrases que assumem o seu papel no diálogo: assim, em lugar de *quaestio*, Antônio emprega a perífrase explicativa *quid facit causam*; em lugar de *iudicatio*, faz uso de *quid venit in iudicium*; em lugar de *inquiet adversarius*, Antônio simplesmente dá nome ao adversário, *Decius*. No que concerne ao uso do exemplo, mesmo pretendendo aludir à exemplificação empregada nos manuais Antônio a modifica, servindo-se de um exemplo histórico em lugar de um mitológico, o qual, se não tem lugar no *Do orador* em virtude do decoro da obra, é perfeitamente adequado no contexto do *Da invenção*, por ser *facilis* e *pervulgatus*, como observa o próprio Cícero e como podemos depreender também de *Retórica a Herênio* I, 26, que emprega precisamente o mesmo exemplo do assassinato de Clitemnestra.

Já no que concerne ao segundo critério proposto por Calboli Montefusco, podemos concluir, pela comparação dos dois trechos, que também no *Do orador* Cícero posiciona-se na vertente da tradição que observa, em primeiro lugar, a justificativa da defesa (*ratio* no *Da invenção*, *quid facit causam* no *Do orador*), para, em seguida, opor-lhe a tentativa de refutação por parte do acusador (“*At non,*” *inquiet adversarius*, “*abs te filio matrem necari oportuit; potuit enim sine tuo scelere illius factum puniri*” no *Da invenção*, *at id ipsum negat contra leges licuisse Decius* no *Do orador*).

3) O terceiro critério que tomamos a Calboli Montefusco separava a tradição entre aqueles que atribuíam à defesa o fator preponderante na determinação do *status* e os que o atribuíam à acusação. Tal como no item anterior, podemos depreender apenas indiretamente a posição de Cícero-Antônio no *Do orador*, uma vez que, repetimos, formulações de teor mais abstrato são substituídas por exposições de caráter mais concreto em virtude do decoro da obra. Também neste caso percebemos que a exposição de Antônio segue a linha dos manuais, uma vez que não pode haver dúvida de que a defesa é o ponto de vista enfatizado em seu tratamento. De fato, na

²⁰³ Cícero, *De or.* II, 132.

exposição do *status coniecturalis*, como observamos acima, o ponto de vista levado em conta é o da *infitiatio* (II, 105); no *status qualitatis*, os exemplos aduzidos levam em conta a alegação da defesa em cada caso: a de Caio Carbão, no assassinato de C. Graco (a legitimidade do ato estaria na *salus patriae*) e a de P. Africano no caso do assassinato de Ti. Graco (a mesma alegação, aparentemente); na formulação de caráter mais geral deste *status*, em que se vê a enumeração de suas espécies, é apenas o ponto de vista da defesa que é considerado: *iure autem omnia defenduntur, quae sunt eius generis, ut aut oportuerit aut licuerit aut necesse fuerit aut imprudentia aut casu facta esse videantur*; no *status definitiuus*, que é exemplificado pela causa de Norbano, é também a alegação da defesa contra a acusação de lesa-majestade o fator preponderante (*pleraque [...] de iis quae ab isto obiciebantur cum confiterer, tamen ab illo maiestatem minutam negabam*).

- 4) No que concerne à doutrina dos ἀσύστατα, o *Do orador*, a exemplo do que acontecera na *Retórica a Herênio* e no *Da invenção*, faz total silêncio. Não é de todo prudente, contudo, atribuir, como Calboli Montefusco, ao desconhecimento dessa parte da doutrina a sua ausência na obra, uma vez que, guiados unicamente pelo *Do orador*, poderíamos ter a impressão, por exemplo, de que o conhecimento que Cícero tinha dos tópicos universais dos argumentos era apenas superficial, dada a maneira “telegráfica” como a doutrina é apresentada no livro II, como observaremos adiante. Contudo, neste caso temos, para efeito de comparação, os *Tópicos*, que aprofundam a doutrina apenas acenada por Antônio e demonstram que Cícero promoveu um recorte deliberado no *Do orador*, que julgava conveniente ao decoro da obra.
- 5) O *Da invenção*, como observado, apresenta uma importante diferença em relação à *Retórica a Herênio*, ao atribuir explicitamente as constituições aos três gêneros do discurso (judicial, deliberativo e demonstrativo). Ora, vimos que Antônio faz exatamente o mesmo, embora sem o uso do jargão técnico de seu manual de juventude. Podemos dizer, assim, que neste quesito aproxima-se, direta ou indiretamente, de Aristóteles, o primeiro a propor tal divisão, embora não tenhamos como decidir se está a se afastar ou não da tradição manualística, uma vez que não há como saber com certeza se o *Auctor* operou uma simplificação ou se Cícero, no *Da invenção*, ampliou a tradição das *artes*, embora esta segunda pareça mais verossímil.
- 6) Por fim, no que diz respeito ao sexto critério que tomamos a Calboli Montefusco, a aplicabilidade ou não dos *status* às θέσεις e às ὑποθέσεις, podemos dizer que o tratamento de Antônio, no *Do orador*, afasta-se duplamente da tradição dos manuais que chegaram até nós, tanto da *Retórica a Herênio*, que simplesmente ignora a distinção entre as questões universais e particulares, como do *Da invenção*, que critica Hermágoras explicitamente por atribuir as primeiras ao orador. Ora, no *Do orador* a questão é retomada no apanhado geral de Antônio, que polemiza abertamente com os

manuais, conforme apontado no Capítulo 1. Assim, o *summus error magistrorum* consiste em não perceber que todas as controvérsias referem-se a um sentido e uma natureza de tipo universal (II, 134: *omnis controversias ad universi generis vim et naturam referri*); que não existe causa alguma que diga respeito à figura dos réus e não a um debate universal (II, 134: *nulla denique est causa in qua id, quod in iudicium venit, reorum personis ac non generum ipsorum universa dubitatione quaeratur*); que as questões de qualidade, se se levam os réus em consideração, são inumeráveis e obscuras, se se consideram os temas, bastante parcas e ilustres (II, 137: *quae vero, cum de facto non ambigitur quaeruntur qualia sint, ea si ex reis numeres, et innumerabilia sunt et obscura, si ex rebus, valde et modica et inlustria*); que as causas não dependem das circunstâncias e das pessoas envolvidas, mas do tipo de questão (II, 138: *etsi incurrunt tempora et personae, tamen intellegendum est non ex iis, sed ex genere quaestionis pendere causas*).

XII

Uma das diferenças fundamentais entre o *Do orador* e as *artes*, como se depreende da análise da doutrina do *status quaestionis* até aqui apresentada, é a completa ausência dos tópicos argumentativos específicos para cada gênero, amplamente desenvolvidos na *Retórica a Herênio* e no *Da invenção*. Conforme já acenado de passagem, uma vez mais é o decoro de cada gênero a principal motivação de tal diferença. De fato, tanto o *Auctor* como o jovem Cícero apontam explicitamente o caráter didático das exposições minuciosas que farão em seus tratados: o primeiro, ao fim do tratamento dos tópicos da constituição conjectural (II, 12), observa que, em virtude da dificuldade da *constitutio* e da freqüência com que aparece nas causas reais, esmiuçou de maneira extremamente cuidadosa cada uma de suas partes, de modo que o discípulo que os empregasse, somando a seu estudo a prática constante, não apresentaria qualquer hesitação ou titubeação em seus discursos; ao fim do tratamento dos tópicos de todas as conjecturas, no encerramento do segundo livro (II, 50), acrescenta que abordou quase todos os tópicos mais obscuros da arte (*fere locos obscurissimos totius artificii tractauimus in hoc libro*); o segundo, por sua vez, depois de fazer a primeira apresentação das constituições e de suas espécies, aponta a adequação, ou comodidade, de fornecer uma profusão de argumentos para cada gênero, em virtude da maior clareza advinda de sua aplicação a cada gênero e a cada exemplo de causa:

Et constitutiones quidem et earum partes exposuimus; exempla autem cuiusque generis tum commodius exposituri videamur cum in unum quodque eorum argumentorum copiam dabimus. Nam

argumentandi ratio dilucidior erit cum et ad genus et ad exemplum causae statim poterit accommodari.

Expusemos tanto as constituições como suas espécies. Quanto aos exemplos de cada gênero, pareceremos expô-los de maneira mais adequada quando fornecermos uma vasta gama de argumentos para cada um deles. De fato, o método argumentativo ficará mais claro quando puder ser aplicado imediatamente tanto ao gênero como ao exemplo da causa²⁰⁴.

Para Crasso e Antônio, no entanto, que se dirigem a um público leitor diferente, já conhecedor da doutrina, representado ali pelas personagens de Cota, Sulpício, Cátulo e Júlio César Estrabão, tais minúcias fugiriam ao decoro do diálogo: mais importante, para este público específico, de um lado, e para o orador perfeito que estão a forjar, de outro, é conhecer as fontes (*fontes, capita*) de onde emanam todos os argumentos. A passagem que dialoga com as observações dos manuais apontadas acima encontra-se na fala de Antônio que já contemplamos no Capítulo 1, mas retomamos aqui dentro da estratégia didática da repetição com variação:

atque isti quidem qui docent, cum causas in plura genera secuerunt, singulis generibus argumentorum copias suggerunt. quod etiam si ad instituendos adulescentulos magis aptum est ut simulac posita causa sit, habeant quo se referant, unde statim expedita possint argumenta depromere, tamen et tardi ingenii est rivolos consectari, fontis rerum non videre, et iam aetatis est ususque nostri a capite quod velimus arcessere et unde omnia manent videre.

Esses, porém, que ensinam, ao dividir as causas em diversos gêneros, fornecem inúmeros argumentos para cada um deles. É que, ainda que o mais adequado para a formação dos jovens seja ter, tão logo se apresente a questão, uma referência de onde possam, de imediato, extrair argumentos prontos, é próprio de uma natureza inepta seguir os riachos sem perceber as fontes das coisas, e já condiz com nossa idade e experiência ir buscar à fonte o que queremos e perceber de onde tudo emana²⁰⁵.

Por meio de Antônio, Cícero está a produzir um diálogo intertextual com sua própria obra de juventude, conforme alguns ecos verbais e sinônimos parecem indicar (note-se, por exemplo, *argumentorum copias suggerere*, que remete a *argumentorum copiam dare*, e *statim*, usado nos dois passos para passar a mesma idéia), de modo que a referência a *aetas* e *usus* aluda, obliquamente, à idade e a experiência do próprio Cícero.

²⁰⁴ Cícero, *De inv.* I, 16.

²⁰⁵ Cícero, *De or.* II, 117.

Particularmente relevante para nossa análise é o fato de Antônio admitir a adequação do enfoque oferecido pelos manuais, dado o público a que se destinam (cf. *ad instituendos adulescentulos magis aptum est*), embora não perca a chance de criticar a ineptidão de os tecnógrafos aterem-se unicamente a tal abordagem (cf. *tardi ingenii est*). Para o orador que está a forjar, contudo, e, conseqüentemente, para o *Do orador*, o enfoque deve forçosamente ser outro, abordando os tópicos universais da argumentação de que derivam todos os argumentos específicos para cada causa. Dada tal diferença de abordagem, Antônio, por amplificação, repete a idéia diversas vezes, ao longo do tratamento da invenção. Assim, em II, 130, contrapõe-se novamente aos *magistri*, deixando a eles o tratamento dos argumentos específicos e abrindo caminho para o dos tópicos universais que fará em seguida:

ac tibi sapienter monenti, Crasse, libenter adsentiamur, ut singularum causarum defensiones, quas solent magistri pueris tradere, relinquamus, aperiamus autem capita ea, unde omnem et causam et orationem disputatio ducitur.

E concordaremos de bom grado com teu sábio conselho, Crasso, deixando de lado as defesas de cada uma das causas que os professores costumam passar aos meninos e revelando as fontes de onde se toma toda discussão para qualquer causa ou discurso²⁰⁶.

Em II, 141, Antônio afirma que uma questão de gênero universal não carece dos nomes das pessoas, mas de método oratório (*ratio dicendi*) e das fontes dos argumentos (*argumentorum fontes*); em II, 146, retoma a mesma idéia das fontes, desta vez, como em II, 117, empregando o termo *caput*:

[...] animus referendus est ad ea capita et ad illos, quos saepe iam appellavi, locos, ex quibus omnia ad omnem orationem inventa ducuntur.

[...] mas toda nossa atenção deve se voltar para aquelas fontes e aqueles tópicos a que fiz várias vezes menção, de onde se tira tudo o que se descobre para qualquer discurso²⁰⁷.

Em II, 162, retoma a contraposição com a abordagem dos manuais, comparando os tecnógrafos a amas que dão de comer às crianças em pequenos pedaços e empregando novas

²⁰⁶ Cícero, *De or.* II, 130.

²⁰⁷ Cícero, *De or.* II, 146.

metáforas para designar os tópicos, a dizer, um rio universal (*universum flumen*) e morada dos argumentos (*sedes et quasi domicilia omnium argumentorum*), a que se contrapõe um fio de água (*acula*)²⁰⁸:

Ego autem si quem nunc rudem plane institui ad dicendum velim, his potius tradam adsiduis, uno opere eandem incudem diem noctemque tundentibus, qui omnis tenuissimas particulas atque omnia minima mansa ut nutrices infantibus pueris in os inserant. sin sit is qui et doctrina mihi liberaliter institutus et aliquo iam imbutus usu et satis acri ingenio esse videatur, illuc eum rapiam, ubi non seclusa aliqua acula teneatur, sed unde universum flumen erumpat; qui illi sedes et quasi domicilia omnium argumentorum commonstret et ea breviter inlustret verbisque definiat.

No que me diz respeito, se desejasse agora que alguém absolutamente grosseiro recebesse uma formação oratória, eu o confiaria de preferência a esses homens vigilantes, que dia e noite, num esforço concentrado, golpeiam a mesma bigorna, a fim de colocar na boca das crianças pequenas, como as amas, minúsculos pedaços, e todos eles bem mastigados. Porém, se me parecer que ele não só foi instruído numa doutrina liberal como também que está imbuído já de alguma experiência e de uma inteligência bastante aguda, eu o arrebatarei, não para o lugar em que persiste um fio de água isolado, mas de que possa irromper todo o rio; para aquele que lhe mostre as sedes e, por assim dizer, moradas de todos os argumentos, ilustre-as com brevidade e as defina com palavras²⁰⁹.

Como se vê, uma vez mais a contraposição ocorre no campo do público a que Cícero-Antônio se dirige: o orador limitado aos tópicos específicos é grosseiro e comparável a uma criança; o orador que Antônio busca e forja é dotado de formação liberal, inteligência aguda e, uma vez mais, de experiência, conceito diferencial por excelência no *Do orador*, como temos visto.

Por fim, depois do tratamento dos *loci* propriamente ditos, Antônio repete uma vez mais a idéia, acrescentando nova metáfora - os tópicos seriam como sinais e indicações para que o orador fosse capaz de encontrar ouro que fora enterrado em diversas partes:

ut enim si aurum cui, quod esset multifariam defossum commonstrare vellem, satis esse deberet, si signa et notas ostenderem locorum, quibus cognitis ipse sibi foderet et id, quod vellet, parvo labore nullo errore inveniret, sic has ego argumentorum notavi notas quae quaerenti demonstrant ubi sint; reliqua cura et cogitatione eruuntur. quod autem argumentorum genus cuique causarum generi maxime conveniat, non est artis exquisitae praescribere, sed est mediocris ingenii iudicare. neque enim nunc id agimus, ut artem aliquam dicendi explicemus, sed ut doctissimis hominibus usus nostri quasi quaedam monita tradamus.

²⁰⁸ Anteriormente, como vimos, Antônio empregara o termo *rivulus*, “riacho” como metáfora para a abordagem dos manuais.

²⁰⁹ Cícero, *De or.* II, 162.

De fato, tal como, se quisesse mostrar a alguém ouro que estivesse enterrado em diversos lugares, deveria bastar se mostrasse os sinais e as marcas dos lugares, com o conhecimento dos quais a própria pessoa poderia desenterrá-lo para si própria e encontrar com pouco trabalho e sem nenhum erro aquilo que quisesse, assim eu marquei essas marcas dos argumentos que demonstram, para aquele que os procuram, onde eles se encontram; o restante é extraído pelo zelo e pela reflexão. Que tipo de argumentos mais convém a cada tipo de causas, não cabe a uma arte meticulosa prescrever, mas a uma inteligência mediana julgar. E não estamos agora a fazê-lo a fim de explicar alguma arte do discurso, mas de transmitir aos mais doutos a nossa experiência à guisa de alguns conselhos. Uma vez, então, fixados esses tópicos na mente e no pensamento e empregados em tudo que se atribui ao discurso, nada haverá que possa escapar ao orador, não apenas nas disputas forenses, mas de modo geral, em qualquer gênero do discurso²¹⁰.

É de notar que também se repete a contraposição entre o discurso que convém aos manuais e aquele que convém ao diálogo, endereçado a um público mais douto: é explícita a oposição entre *ars* e *usus*. Antônio torna a enfatizar, ainda, a inteligência limitada (cf. *mediocris ingenii*) do orador que se atém exclusivamente aos argumentos específicos de cada gênero.

Em resumo, podemos dizer que Cícero emprega a estratégia de repetição com variação (o que, no limite, é uma *amplificatio*, para ficarmos com a terminologia antiga) para ressaltar para seu público leitor aquela que é uma grande diferença do *Do orador* em relação à tradição manualística, a dizer, a apresentação de tópicos de caráter universal de que se podem depreender os argumentos específicos para cada causa, inexistente na tradição das *artes*, por oposição àquela já consagrada nesta, que expunha em detalhe e minúcia os argumentos específicos já prontos para cada um dos gêneros de causa. A variação consiste no amplo número de metáforas utilizadas para caracterizar os *loci* universais (*fontes, capita, universum flumen, sedes ac domicilia argumentorum, signa et notae auri multifariam defossi*) e os tópicos específicos das *artes* (*rivulus, seclusa acula, tenuissimae particulae*), bem como no número de termos que definem os públicos de um e outro gênero (*oratoris vis divina virtusque*²¹¹, [*orator*] *doctrina liberaliter institutus et aliquo iam imbutus usu et satis acri ingenio, doctissimi homines* para o público leitor do diálogo, *adulescentuli, pueri, quis rudis, prudentia mediocris*²¹², *tardum ingenium, mediocre ingenium, infantes pueri* para o das *artes*).

²¹⁰ Cícero, *De or.* II, 175.

²¹¹ Cícero, *De or.* II, 120.

²¹² Cícero, *De or.* II, 120.

XIII

Se tal diferença é reiterada de tantas e tão variadas formas, o tratamento propriamente dito dos *loci*, em contrapartida, é bastante conciso, fato marcado pelo próprio Antônio, ao fim de sua exposição (II, 174: *haec ut brevissime dici potuerunt, ita a me dicta sunt* [“Falei de tais questões da maneira mais concisa possível”]). De fato, a apresentação dos tópicos universais consiste, essencialmente, em sua enumeração²¹³, que ocorre em II, 164-167, e em sua exemplificação (II, 164-174). Não há formulações de cunho propriamente teórico, o que talvez possamos atribuir, uma vez mais, ao decoro da obra, uma vez que o mesmo não acontece nos *Tópicos*, em que se observa o uso alternado, ainda que não sistemático, de exemplificação e de explicações de caráter mais abstrato. Como exemplo, tomemos os tópicos do gênero e da espécie tal como apresentados em uma e outra obra. Antônio aborda-os em II, 168-169:

ex genere autem: si magistratus in populi Romani esse potestate debent, quid Norbanum accusas, cuius tribunatus voluntati paruit civitatis? ex parte autem ea, quae est subiecta generi: si omnes, qui rei p(ublicae) consulunt cari nobis esse debent, certe in primis imperatores, quorum consiliis, virtute, periculis retinemus et nostram salutem et imperii dignitatem.

Já do gênero: se as magistraturas devem ficar sob o poder do povo romano, por que acusas Norbano, cujo tribunado obedeceu à vontade do estado? Da parte que está subordinada ao gênero: se todos que velam pela república devem ser-nos caros, sem dúvida o devem sobretudo os comandantes, por cujas deliberações, valor, riscos asseguramos nossa segurança e o prestígio de nosso poder²¹⁴.

Nos *Tópicos*, uma das formulações dadas aos dois *loci* encontra-se em 31:

Genus et formam definiunt [sc. Graeci] hoc modo: Genus est notio ad plures differentias pertinens; forma est notio cuius differentia ad caput generis et quasi fontem referri potest. Notionem appello

²¹³ Os tópicos enumerados são 17, no total: 1) *definitio*; 2) *partitio*; 3) *ex vocabulo*; 4) *coniuncta*; 5) *genera*; 6) *partes generibus subiectae*; 7) *similitudines*; 8) *dissimilitudines*; 9) *contraria*; 10) *consequentia*; 11) *consentanea et quasi praecurrentia*; 12) *repugnantia*; 13) *causae*; 14) *ea quae ex causis orta sint*; 15) *maiora*; 16) *paria*; e 17) *minora*. Como observa Huby (1989), pp. 62-63, a lista é essencialmente a mesma que encontraremos mais de uma década depois, nos *Tópicos*, sendo repetida cinco vezes na obra de Cícero: “Eleven years earlier than the *Topics*, in the year 55, Cicero finished *De oratore*[...]. In it we find a list of topics [...] that is identical with that in the *Topics*, except for some slight variations of terminology and the use of different examples. This list, in fact, occurs in Cicero at least four times, and probably five times: once in the *De oratore*, three times in the *Topics*, and once in the *Partitiones Oratoriae* (7), a work of uncertain date whose authenticity has been questioned, and in which some think the presence of our list is due to later tampering.”

²¹⁴ Cícero, *De or.* II, 168-169.

quod Graeci tum ἔννοιαν tum πρόληψιν. Ea est insita et ante percepta cuiusque cognitio enodationis indigens. Formae sunt igitur eae in quas genus sine ullius praetermissione dividitur, ut si quis ius in legem, morem, aequitatem dividat. Formas qui putat idem esse quod partis, confundit artem et similitudine quadam conturbatus non satis acute quae sunt discernenda distinguit.

[sc. Os gregos] definem gênero e espécie do seguinte modo: gênero é uma noção que diz respeito a várias diferenças específicas; espécie é uma noção cuja diferença específica pode ser relacionada à origem e como que fonte do gênero. Denomino “noção” o que os gregos chamam ora de *énnoia*, ora de *prólepsis*. Ela é uma cognição intrínseca e pré-perceptiva de cada coisa, desprovida de explicação. As espécies são, então, aquelas em que se divide o gênero sem nenhuma omissão, como, por exemplo, se alguém dividir o direito em lei, costume e equidade. Aquele que considera que espécie é o mesmo que parte desordena a arte e, confundido por certa semelhança, não distingue de maneira bastante precisa aquilo que deve ser separado²¹⁵.

As diferenças saltam aos olhos: se Antônio, na primeira passagem, apenas faz menção ao nome do tópico e o exemplifica com casos tomados à tradição (exatamente como fizera, por sinal, no tratamento da doutrina do *status*, como pudemos observar), Cícero, na segunda, aprofunda a questão de maneira mais erudita, abstrata e teórica. Assim, define cada tópico antes de exemplificá-lo, chegando ao ponto de definir os termos mais técnicos empregados na própria definição (cf. definição de *notio*, termo usado, por sua vez, para definir *genus* e *forma*); faz menção, ainda que de maneira indefinida, aos gregos que se teriam ocupado da questão; e explicita os termos gregos que está a traduzir (cf. ἔννοια e πρόληψις, que o Arpinate traduz por *notio*). Torna-se evidente, dessa maneira, que o recorte operado por Cícero para o tratamento desta doutrina, no *Do orador*, não se dá por questões de limitação de conhecimento, como poderíamos ser levados a crer se os *Tópicos* não tivessem chegado até nós, mas pelo decoro da própria obra, fator decisivo de grande parte dos objetos de nossa análise neste trabalho²¹⁶. O mesmo raciocínio pode, por conseqüência, ser aplicado ao tratamento das paixões feito por Antônio, em que não temos um contraponto externo à obra, como os *Tópicos*, conforme teremos a oportunidade de fazer no Capítulo 3.

²¹⁵ Cícero, *Top.* 31.

²¹⁶ Observações sobre a adequação ou inadequação de um tema ou de um tratamento, se inexitem neste passo do *Do orador*, abundam nos *Tópicos*, onde observações de caráter mais teórico são mais adequadas e, por que não dizer, decorosas. Confrontar, a respeito, *Top.* 28; 32; 41; 45; 50; 51; 56; 57; 65; 66; 67; 72 e 100.

A doutrina dos *loci* é de fundamental importância para nossa investigação acerca da extensão do uso feito por Cícero da doutrina de Aristóteles. De fato, depois das observações de caráter mais geral de Antônio acerca dos argumentos extrínsecos e intrínsecos, bem como dos tópicos propriamente ditos, Cátulo observa a afinidade da exposição com a doutrina do Estagirita:

sed Aristoteles, is quem ego maxime admiror, posuit quosdam locos ex quibus omnis argumentatio non modo ad philosophorum disputationem, sed etiam ad hanc orationem, qua in causa utimur, inveniretur; a quo quidem homine iam dudum, Antoni, non aberrat oratio tua, sive tu similitudine illius divini ingenii in eadem incurris vestigia, sive etiam illa ipsa legisti atque didicisti, quod quidem mihi magis veri simile videtur; plus enim te operae Graecis dedisse rebus video quam putaramus.

Mas Aristóteles – esse a quem sobretudo admiro – propôs determinados tópicos em que se pode encontrar toda a argumentação não só para as disputas dos filósofos, mas também para este tipo de discurso que empregamos nas causas; já há muito, Antônio, teu discurso não se afasta desse homem, quer incorras nas mesmas pegadas pela semelhança com aquela inteligência divina, quer tenhas lido e estudado exatamente aquela obra, o que a mim, ao menos, parece mais verossímil, pois te dedicaste mais a assuntos gregos do que imagináramos²¹⁷.

A obra a que Cátulo faz alusão (*illa ipsa*), evidentemente, são os *Tópicos* de Aristóteles. Pela maneira como a personagem formula a observação, abrindo as possibilidades de coincidência com a doutrina aristotélica ou da leitura específica da obra do Estagirita, Cícero obtém o mesmo efeito de estabelecimento de *auctoritas* que observamos ao tratar das críticas aos tecnógrafos, embora com movimento inverso: se neste segundo caso Cícero conferia autoridade ao *Do orador* ao se mostrar senhor da tradição e minar a autoridade dos *scriptores artium*, no primeiro busca elevar-se ao nível da de Aristóteles, colocando sua exposição no mesmo patamar da do Estagirita. Ora, como observamos no começo deste capítulo, a veracidade das críticas feitas pelas personagens do *Do orador* aos manuais era irrelevante diante do objetivo de Cícero de conferir maior *auctoritas* e *fides* a seu discurso. Se esse raciocínio vale para os manuais, por que não valeria, podemos nos perguntar, para as menções feitas às obras de Aristóteles, por mais que isso possa ferir nossos pruridos de honestidade intelectual, modernos e, evidentemente, anacrônicos?²¹⁸ Tal idéia, porém, deve ser apoiada, tal como no caso dos manuais, na comparação entre os textos de um e outro autor.

²¹⁷ Cícero, *De or.* II, 152.

²¹⁸ Cf. n. 7, acima.

Atentemos, em primeiro lugar, ao começo da fala de Cátulo: segundo a personagem, os tópicos aristotélicos seriam válidos tanto para os filósofos como para os oradores. Podemos entender tal afirmação de dois modos: segundo Cátulo, 1) Aristóteles teria escrito *Tópicos* tendo em mente um e outro público, ou 2) é possível aplicar os tópicos apresentados na obra não apenas aos filósofos, público-alvo dos *Tópicos*, mas também aos oradores, público-alvo do *Do orador*. Se a entendermos no primeiro sentido, a afirmação não seria procedente, pois os *Tópicos* de Aristóteles foram escritos tendo em mente aparatar o filósofo com um método de raciocínio, no contexto dos debates dialéticos. Se, contudo, pensarmos no segundo sentido, a afirmação poderia ser talvez considerada verdadeira, dependendo de como interpretemos um dos termos-chave de uma passagem do livro em que Aristóteles aponta as três utilidades do método exposto em sua obra:

Ἐπόμενον δ' ἂν εἴη τοῖς εἰρημένοις εἰπεῖν πρὸς πόσα τε καὶ τίνα χρήσιμος ἡ πραγματεία. ἔστι δὴ πρὸς τρία, πρὸς γυμνασίαν, πρὸς τὰς ἐντεύξεις, πρὸς τὰς κατὰ φιλοσοφίαν ἐπιστήμας. [...] πρὸς δὲ τὰς ἐντεύξεις, διότι τὰς τῶν πολλῶν κατηγορηθέντες δόξας οὐκ ἐκ τῶν ἀλλοτριῶν ἀλλ' ἐκ τῶν οἰκείων δογμάτων ὁμλήσομεν πρὸς αὐτούς, μεταβιβάζοντες ὅ τι ἂν μὴ καλῶς φαίνονται λέγειν ἡμῖν.

[...] vejamos em relação a quantas, e a que tipo de actividades esta exposição poderá ser útil. São elas em número de três: o exercício mental, os encontros *com o público, a obtenção de conhecimentos de ordem filosófica*. [...] quanto aos encontros com o público, *é útil* porque, depois de fazer uma enumeração das opiniões da maioria, poderemos debater com todos a partir de seus próprios princípios, e não de princípios alheios, fazendo-os modificar aquilo que nos parecer que dizem de forma incorrecta [...]²¹⁹.

O termo-chave para nossa interpretação, como se vê, é ἔντευξις, que o dicionário Liddell-Scott-Jones aduz, citando a passagem, com o sentido de “conversa”, e que, pelo contexto, Segurado e Campos traduziu aqui por “encontros”, com a idéia das conversas e discussões ficando expressa pelo contexto. Como se vê, Aristóteles não fala exatamente sobre retórica, mas não há dúvida de que, lendo tal passagem, Cícero a poderia ligar com o contexto da oratória romana dirigida ao povo. Sendo assim, como as duas interpretações da fala de Cátulo são possíveis, não há como decidir, apenas pelo passo citado, se Cícero teria conhecimento direto ou não dos *Tópicos* de Aristóteles.

²¹⁹ Aristóteles, *Top.* I, 2 (101a) [tradução de J. A. Segurado e Campos, in Aristóteles (2007)].

Para tentar resolver a questão, que parece mais importante aos estudiosos modernos do que pareceria a um leitor antigo, como podemos depreender de nossa exposição, temos de nos voltar para os tópicos propriamente ditos e compará-los com os de Aristóteles. Dada a concisão do tratamento que observamos na fala de Antônio, mais produtivo é usar os *Tópicos* de Cícero, em que, como vimos, o Arpinate expõe o assunto de maneira mais aprofundada e teórica. Servimo-nos, para tal, das conclusões de Tobias Reinhardt acerca da questão, em sua edição crítica dos *Tópicos*:

On the one hand, these *loci* are different from the rhetorical-school methods of invention proposed in the *Inv.*, in that they instruct one to consider abstract terms or terms referring to ‘logical’ relationships like that of genus and species; on the other hand, their use is similar to that of the standard methods, in that one is given a list of concepts that may trigger an associative process rather than a collection of rules or precepts reducible to rules, as the *τόποι* in Aristotle’s *Top.* are²²⁰.

A exposição dos tópicos feita por Cícero, então, apesar de se afastar, por um lado, da tradição do manuais, como Antônio e Crasso apontam reiteradamente, no caso do *Do orador*, por ter caráter mais geral e abstrato, reaproxima-se dela, no entanto, ao diferir da de Aristóteles pelo método de apresentação dos tópicos. De fato, são exceção os casos em que Cícero formula os fundamentos teóricos sobre que se baseiam os tópicos, ficando eles, no máximo, implícitos ao longo da obra. Poderíamos nos perguntar, então, se Cícero não teria omitido essa espécie de formulação por considerá-la inadequada ao contexto jurídico, a que aplica os tópicos nesta obra. A resposta é negativa, como uma de tais exceções, que ocorre em *Tópicos 23*, parece demonstrar: Cícero formula a regra *Quod in re maiore valet valeat in minore* (“O que vale para um âmbito maior valha para um menor”). Ora, como aponta Reinhardt, enquanto Aristóteles aplicava a noção de plausibilidade para a comparação das proposições deste tópico, Cícero faz uso de uma categoria mais vaga (*res maior/res minor*). Sendo assim, não podemos formular a hipótese de que, quando omite ou deixa implícitas as regras dos tópicos, Cícero estaria necessariamente operando um recorte sobre material aristotélico. De onde, então, procederiam, em última instância, os tópicos tal como formulados pelo Arpinate?

De acordo com Reinhardt, a mediação teria sido realizada por Filo de Larissa, que, em seu ensino de retórica, teria feito uso de uma *tradição* retórica peripatética, depreendida pelo autor da

²²⁰ Reinhardt (2003), p. 28.

análise do Anônimo Segueriano, somando-a à dialética acadêmica²²¹. Reinhardt prevê mesmo a possibilidade de que Cícero teria preferido associar tais ensinamentos antes a Aristóteles que a Filo em virtude da *auctoritas* que tal elo criaria:

If Philo actually used the τόποι, he would of course have had a concrete reason for acknowledging an indebtedness to Aristotle. And it is conceivable that Cicero in turn would have preferred to link his campaign for thetical rhetorical not so much with Philo but with the great name of Aristotle.

Se este for o caso, a interpretação de Reinhardt converge com uma das hipóteses que formulamos no Capítulo 1 para o tratamento das paixões, a dizer, que Cármadas-Filo estaria por trás da concepção de *pathos* tal como apresentada por Antônio em *Do orador* II. Mas a tal questão tornaremos a seguir, no Capítulo 3.

²²¹ Cf. Reinhardt (2003), pp. 14-17 e 37-50.

Capítulo 3

I

Se a exposição das doutrinas do *status quaestionis* e dos tópicos da argumentação é bastante enxuta e resumida na exposição de Antônio, se a comparamos com o tratamento dos mesmos temas nas *artes*, o mesmo não se pode dizer dos elementos não racionais da invenção, ou seja, o tratamento do *ethos* e do *pathos*. Essa ênfase sobre os elementos emotivos é observada já nas primeiras palavras de Crasso no diálogo, em seu elogio da eloquência:

neque vero mihi quicquam inquit praestabilius videtur quam posse dicendo tenere hominum mentis, adlicere voluntates, impellere quo velit, unde autem velit deducere.

Na verdade, nada me parece mais notável do que ser capaz, por meio da oratória, de cativar as multidões de homens, conquistar suas mentes, impelir para onde se quiser suas vontades, desviá-las igualmente de onde se deseje²²².

O próprio Antônio afirma ter percorrido de maneira apressada (*properans*, literalmente, “correndo”) os dois primeiros temas da invenção, a fim de chegar a seus elementos mais importantes:

Haec ut et properans et apud doctos et semidoctus ipse percurro, ut aliquando ad illa maiora veniamus. nihil est enim in dicendo, Catule, maius quam ut faveat oratori is qui audiet, utique ipse sic moveatur, ut impetu quodam animi et perturbatione magis quam iudicio aut consilio regatur.

Percorro às pressas tais temas, semi-douto que sou e estando entre doutos, para que enfim passemos àqueles pontos mais importantes: de fato, nada mais importante nos discursos, Cátulo, do que o ouvinte ser favorável ao orador, bem como ser influenciado de tal forma a ser governado antes por um ímpeto do ânimo ou uma perturbação que por um julgamento ou uma deliberação²²³.

A nosso ver, *properans*, aqui, deve ser entendido como uma alusão ao tratamento detido e minucioso dos mesmos temas por parte dos manuais, o que caracterizaria esta passagem como mais uma das que polemizam com as *artes*, diferenciando-se das que analisamos no Capítulo 1 apenas por

²²² Cícero, *De or.* I, 30.

²²³ Cícero, *De or.* II, 178.

seu caráter alusivo e indireto. De fato, Cícero, por meio de Antônio, sintetiza em pouco mais de setenta parágrafos um tema tratado em dois livros no *Da invenção* e em três na *Retórica a Herênio*²²⁴. Além disso, enquanto, nas *artes*, *ethos* e *pathos* tinham tratamento quase unicamente restrito, respectivamente, ao exórdio e à peroração, Antônio aponta o caráter maior e mais importante desses dois elementos (mais notável, no dizer de Crasso), a que dedicará cerca de um quarto de seu tratamento total da invenção²²⁵. A polêmica indireta pode ser inferida também da expressão *apud doctos* usada por Antônio para referir-se a seus interlocutores: a implicação é a de que o público leitor dos manuais é *indoctus*, carecendo, então, do exame detalhado de tais minúcias da invenção retórica.

Corroborando nossa interpretação desta fala de Antônio passo análogo do terceiro livro, em que Crasso usa o mesmo verbo, *praecurrere*, para indicar a matéria que deixou de lado por considerá-la menos importante, a dizer, as duas primeiras virtudes do discurso, *latine loqui* e *plane dicere*:

“Faciles enim”, inquit, “Antoni, partes eae fuerunt duae, quae modo percucurri vel potius paene praeterii, Latine loquendi planeque dicendi; reliquae sunt magna, implicatae, variae, graves, quibus omnis admiratio ingenii, omnis laus eloquentiae continetur.

É que foram fáceis, Antônio, as duas partes que acabei de percorrer às pressas ou que, antes, praticamente omiti, o falar corretamente e o discursar com clareza. As demais são

²²⁴ Para não mencionar o fato, é claro, de o tratamento dos tópicos da argumentação ser substancialmente diverso daquele dos manuais, como demonstramos no Capítulo 2.

²²⁵ Nesse aspecto, como mostraremos adiante, Cícero aproxima-se da divisão das provas artísticas tal como proposta por Aristóteles na *Retórica*. Cf., a esse respeito, a síntese de Narducci (2006), p. 53: “Ad Aristotele sembra rimandare anche la suddivisione, su un piano perfettamente paritetico, dei mezzi di persuasione che formano oggetto della *inventio* in *probare* [...], *conciliare* [...] e *movere* [...]. I manuali ellenistici - organizzati, si ricordi, in base alle parti dell’orazione - concentravano infatti la loro attenzione quasi esclusivamente sul *probare*; di *ethos* e *pathos* veniva fatta menzione solo a proposito delle regole per il prologo e l’epilogo, sezioni dove tradizionalmente era più forte l’appello a emozioni di varia natura; non troppo diversamente si comportano opere come la *rhetorica ad Herennium* o lo stesso giovanile *de inventione* di Cicerone, le quali recepiscono tuttavia uno schema dove il principio di organizzazione in base alle parti de discorso si trova “contaminato” con quello in base agli *officia oratoris*”. A contraposição aos manuais, no entanto, se é válida para a tradição helenística, em que se inserem a *Retórica a Herênio* e o *Da invenção*, não o é (ou, pelo menos, não completamente) para os tecnógrafos contemporâneos a Aristóteles, se podemos confiar na historicidade de *Rhet. I, 1* (1354a) e *I, 2* (1356a) acerca do tratamento das paixões nas τέχναι: 1) νῦν μὲν οὖν οἱ τὰς τέχνας τῶν λόγων συντιθέντες οὐδὲν ὡς εἰπεῖν πεπορίκασιν αὐτῆς μόριον [...]. περὶ δὲ τῶν ἔξω τοῦ πράγματος τὰ πλείστα πραγματεύονται· διαβολὴ γὰρ καὶ ἔλεος καὶ ὀργὴ καὶ τὰ τοιαῦτα πάθη τῆς ψυχῆς οὐ περὶ τοῦ πράγματός ἐστιν, ἀλλὰ πρὸς τὸν δικαστήν· [“Ora os que até hoje compuseram tratados de retórica ocuparam-se apenas de uma parte dessa arte [...] Eles [...] dedicam a maior parte dos seus tratados a questões exteriores ao assunto; porque o ataque verbal, a compaixão, a ira e outras paixões da alma semelhantes a estas não afectam o assunto, mas sim o juiz”]. e 2) πρὸς ὃ καὶ μόνον πειράσθαι φαμεν πραγματεύεσθαι τοὺς νῦν τεχνολογούντας [“É desta espécie de prova e só desta que [...] se tentam ocupar os autores actuais de artes retóricas”].

grandiosas, complicadas, variadas, importantes, e nelas estão contidas toda a admiração ao engenho, todo louvor à eloquência²²⁶.

Se Crasso e Antônio, então, como apontamos no Capítulo 1, discordam, nos pormenores, quanto ao melhor tratamento a ser dado às paixões (Crasso, mais próximo da posição de Aristóteles, preceituava um conhecimento profundo e filosófico dos *motus animorum*, Antônio, avizinhandose mais de Cármadas e, provavelmente, Filo de Larissa, considerava tal conhecimento inútil para o orador, sendo-lhe bastante um conhecimento superficial das causas das paixões), concordam, no entanto, a respeito da importância crucial atribuída ao *ethos* e ao *pathos* para que o orador seja bem sucedido.

II

O tratamento do *ethos* retórico, no *Do orador*, tem início em II, 182:

Valet igitur multum ad vincendum probari mores et instituta et facta et vitam et eorum, qui agent causas, et eorum pro quibus, et item improbari adversariorum, animosque eorum apud quos agetur, conciliari quam maxime ad benevolentiam cum erga oratorem tum erga illum, pro quo dicet orator. conciliantur autem animi dignitate hominis, rebus gestis, existimatione vitae; quae facilius ornari possunt, si modo sunt, quam fingi, si nulla sunt.

Tem muita força, então, para a vitória, que se aprovem o caráter, os costumes, os feitos e a vida dos que defendem as causas e daqueles em favor de quem as defendem, e, do mesmo modo, que se desaprovem os dos adversários, bem como que se conduzam os ânimos daqueles perante os quais se discursa à benevolência tanto em relação ao orador como em relação ao que é defendido pelo orador. Cativam-se os ânimos pela dignidade do homem, por seus feitos, por sua reputação; pode-se orná-los com maior facilidade, se todavia existem, do que forjá-los, se absolutamente não existem²²⁷.

Como temos enfatizado ao longo desta investigação, a linguagem empregada por Cícero no *Do orador* evita sistematicamente o jargão técnico dos manuais de retórica e é um dos grandes

²²⁶ Cícero, *De or.* III, 52.

²²⁷ Cícero, *De or.* II, 182.

diferenciais da obra em relação à tradição dos tecnógrafos. Essa busca de perífrases e circunlóquios fica evidente também nesta passagem: em lugar de *defensor*, Antônio utiliza a expressão *qui agent causas*; em lugar de *reus*, faz uso de *pro quibus* (sc. *causas agent*) e *pro quo dicet orator*; em lugar de *accusator*, emprega o termo *adversarii*; em lugar de *iudices*, serve-se da expressão *apud quos agetur*. Particularmente importante, contudo, é a ausência de um termo específico que designe o *ethos* do orador, o que talvez se deva não apenas à preocupação de evitar o vocabulário técnico, mas também à inexistência, em latim, de uma palavra que traduza o vocábulo grego: Quintiliano, em seu tratamento do assunto, em *Formação do orador* VI, 2, afirma que, a seu ver, não existe um equivalente latino para o termo grego ἦθος, que seria comumente traduzido por *mores*²²⁸, embora o retor considere que mais pertinente seria pensar em *morum proprietas* [“particularidade do caráter”]. Tendo talvez Cícero em mente, Quintiliano aponta que alguns autores, mais precavidos, preferiram traduzir o sentido e o teor gerais do conceito a buscar uma versão literal do termo²²⁹. Quer se refira a Cícero e a passagens como esta ou não, tal é exatamente o caso: o Arpinate refere-se ao conceito de *ethos* por perífrases, como *probari mores et instituta et facta et vita; conciliare ad benevolentiam* e *conciliare animos* (na passagem introdutória de Antônio, citada na seção anterior, a personagem usara a expressão *ut faveat oratori is qui audiet*, denotando, assim, o efeito da *captatio benevolentiae* sobre o ouvinte).

Dentro da tradição dos manuais de retórica anterior a Cícero, encontramos, na vertente grega, representada pela *Retórica a Alexandre*, expressões diversas para abordar o conceito, em geral compostas de εὐνοια (“benevolência”), a idéia central da questão do *ethos*, ou um termo cognato, como εὐνους (“benevolente”), ou sinônimo, como εὐμένεια (“favorecimento”, “boa vontade”, “benevolência”). Assim, em 1436a, Anaxímenes fala em εὐνους ἡμῖν [τοὺς ἀκροατὰς] ποιῆσαι (“tornar os ouvintes benevolentes em relação a nós”) em seu tratamento do προοίμιον (“exórdio”), bem como em τὴν εὐνοίαν παρασκευάζειν (“granjeiar a benevolência”), em 1436b; em 1442a, ao abordar especificamente o proêmio do gênero judicial, preceitua que τὴν εὐμένειαν παρασκευαστέον (“deve-se granjeiar a benevolência”), expressão quase idêntica à anterior; em 1444b, por fim, ao abordar a παλιλλογία (“recapitulação”), emprega a expressão πρὸς ἡμᾶς τοὺς κριτὰς εὖ διαθεῖναι καὶ πρὸς τοὺς ἐναντίους κακῶς (“dispor os juízes de maneira favorável a nós e

²²⁸ Quintiliano, *Inst.* VI, 2, 8: *Horum autem* [sc. *adfectuum*] [...] *duae sunt species: alteram Graeci πάθος uocant, quod nos uertentes recte ac proprie adfectum dicimus, alteram ἦθος, cuius nomine, ut ego quidem sentio, caret sermo Romanus: mores appellantur [...]* (“Destes, por sua vez [sc. dos afetos] [...], duas são as espécies: à primeira os gregos chamam de *pathos*, que nós, traduzindo de maneira correta e apropriada, dizemos “afeto”; à segunda, chamam de *ethos*, termo de que, pelo menos segundo penso, a língua romana carece: são chamados de *costumes*”). Cícero, como veremos adiante, tampouco empregará o termo grego *pathos* ou sua tradução, *adfectus*.

²²⁹ Quintiliano, *Inst.* VI, 2, 9: *Cautiores uoluntatem complecti quam nomina interpretari maluerunt* (“Os mais cautos preferiram abarcar o sentido a traduzir os termos”).

desfavorável aos adversários”).

Já na vertente latina da tradição, na *Retórica a Herênio* o *Auctor* faz uso, de maneira semelhante, de diversas expressões compostas da palavra latina *beniuolentia*, que traduz, precisamente, o termo grego εὐνοια. Assim, também no tratamento do exórdio, logo no começo da obra, o *Auctor* fala em *beniuolos auditores habere* (“ter os ouvintes benevolentes”) e *beniuolentiam captare* (“granjear a benevolência”) quando for necessário fazer uso da insinuação, na causa torpe, em I, 6; em I, 8, emprega a expressão *beniuolos auditores facere* (“tornar os ouvintes benevolentes”), que traduz quase à letra, como se vê, εὐνοιας ἡμῖν [τοὺς ἀκροατὰς] ποιῆσαι, da *Retórica a Alexandre*; também em I, 8, *beniuolentiam contrahere* (“obter a benevolência”), *beniuolentiam captare* (“granjear a benevolência”) e *beniuolentiam colligere* (“alcançar a benevolência”); por fim, ainda em I, 8, *beniuolum auditorem efficere* (“tornar o ouvinte benevolente”), uma evidente variação da expressão anterior. Pela simples enumeração das expressões utilizadas pelo *Auctor*, torna-se evidente que há uma única idéia, granjear a benevolência do ouvinte, que é apresentada de diversas maneiras, talvez uma tentativa de *variatio* para evitar o fastio do leitor pela repetição do mesmo termo.

No *Da invenção*, Cícero, à maneira do *Auctor*, faz uso do conceito central da *beniuolentia* e emprega, também ele, variações para a mesma idéia, embora em menor número do que acontece na *Retórica a Herênio*. Assim, uma vez mais no tratamento do exórdio, em I, 15, 20, o Arpinate fala em *animum auditoris beniuolum conficere* (“tornar benevolente o ânimo do ouvinte”) e, em I, 15, 21, em *beniuolentiam comparare* (“obter a benevolência”) e *beniuolentiam captare* (“granjear a benevolência”), mesmas expressões que serão repetidas em I, 15, 22.

Podemos sintetizar, então, nossa comparação no seguinte quadro sinóptico:

Quadro sinóptico 5: a apresentação do <i>ethos</i>			
Manuais de retórica			<i>Do orador</i>
<i>Retórica a Alexandre</i>	<i>Retórica a Herênio</i>	<i>Da Invenção</i>	Fala de Antônio
τὴν εὐνοίαν παρασκευάζειν	<i>beniuolentiam contrahere</i>	<i>beniuolentiam comparare</i>	<i>conciliare beneuolentiam</i>
τὴν εὐμένειαν παρασκευάζειν	<i>beniuolentiam captare</i> <i>beniuolentiam colligere</i>	<i>beniuolentiam captare</i>	<i>conciliare animos</i>
εὐνους ἡμῖν [τοὺς ἀκροατὰς] ποιῆσαι	<i>beniuolos auditores facere</i> <i>beniuolum auditorem efficere</i>	<i>animum auditoris beniuolum</i> <i>conficere</i>	
πρὸς ἡμᾶς τοὺς κριτὰς εὐ διαθεῖναι καὶ πρὸς τοὺς ἐναντίους κακῶς			<i>probari mores et instituta et facta et vitam et eorum, qui agent causas, et eorum pro quibus, et item improbari adversariorum</i>

Como se pode observar no quadro, as diferenças entre os tratamentos oferecidos pelas *artes* e pelo *Do orador* não são muito grandes no que concerne aos conceitos envolvidos: em um e outro caso o orador deve buscar granjear a benevolência do auditório, em um e outro caso deve buscar o efeito contrário sobre seu adversário; contudo, há uma diferença sutil, mas bastante importante para nossa investigação: Cícero, por meio de Antônio, introduz a distinção entre a figura do réu e a do patrono, algo que parece óbvio, na verdade, mas que até então estava ausente dos manuais neste contexto específico. De fato, se observarmos os dois tratados latinos, veremos que são apresentadas quatro fontes para que se granjeie a benevolência: *nostra persona*, *adversariorum persona*, *iudicum persona* e *causa*²³⁰. Quando atentamos à primeira, observamos que há uma ambigüidade no uso do termo: ele pode se referir tanto ao orador como ao réu, *indistintamente*. A origem de tal ambigüidade, sem dúvida, reside na origem grega dos manuais de retórica, uma vez que, em Atenas, o réu, salvo em casos excepcionais²³¹, era obrigado a defender-se sem ajuda de um orador - assim, na *Retórica a Alexandre*, como mostram as expressões acima coligidas, a referência é sempre a um “nós” referente ao réu: εὐνους ἡμῖν [τοὺς ἀκροατὰς] ποιῆσαι/πρὸς ἡμᾶς τοὺς κριτὰς εὐ διαθεῖναι.

²³⁰ Cf. *Ad Her.* I, 8: *Beniuolos auditores facere quattuor modis possumus: ab nostra, ab aduersariorum nostrorum, ab auditorum persona, et ab rebus ipsis* (“Podemos tornar os ouvintes benevolentes de quatro maneiras: baseados em nossa pessoa, na de nossos adversários, na dos ouvintes e na própria matéria”); e Cícero, *De inu.* I, 16, 22: *Beniuolentia quattuor ex locis comparatur: ab nostra, ab adversariorum, ab iudicum persona, a causa* (“A benevolência é granjeada com base em quatro tópicos: em nossa pessoa, na dos adversários, na dos juizes, na causa”).

Tanto o *Auctor* como o jovem Cícero, em seus manuais, quer pautando-se diretamente numa fonte grega, quer em algum intermediário latino, não levaram em conta a prática corrente em Roma, mas reproduziram de maneira mecânica, por assim dizer, conteúdo grego em contexto romano²³². No *Do orador*, por outro lado, Cícero corrige tal imperfeição, distinguindo claramente a pessoa do orador (*qui agunt causas*) e a do réu (*pro quibus agunt causas*). Nisso podemos ver a influência da própria experiência do Arpinate sobre o plano de sua teoria retórica, o que, como temos observado, é apresentado programaticamente no prefácio do livro I: se o *Da invenção*, obra inacabada e grosseira, como diz, é indigno da posição de Cícero, um consular, no momento da escrita do *Do orador*, este, por outro lado, refletirá de diversas maneiras sua vasta experiência nas causas. Uma delas é a explícita revisão crítica daquilo que os manuais *supostamente* apresentam de correto ou incorreto; outra será a correção de pequenas imprecisões, como o uso ambíguo da palavra *persona* nas *artes*. Também podemos entender tal mudança, com Calboli Montefusco, como resultante da mudança de foco dos preceitos retóricos para a figura do orador²³³.

²³¹ Cf. Kennedy (1958) a esse respeito.

²³² Na *Retórica*, sem dúvida com base nas τέχναι que coligira para sua *Coletânea das artes* (note-se o λέγεται), Aristóteles apresenta a mesma divisão: τὰ δὲ ἄλλα εἶδη οἷς χρώνται, ἰατροεῦματα καὶ κοινά. λέγεται δὲ ταῦτα ἔκ τε τοῦ λέγοντος καὶ τοῦ ἀκροατοῦ καὶ τοῦ πράγματος καὶ τοῦ ἐναντίου (“Os outros tipos de expressão que são usados são ‘remédios’ e comuns a todos os gêneros. Diz-se que estes derivam quer do orador, quer do auditório, quer do assunto, quer do opositor.”).

²³³ Cf. o comentário de Calboli Montefusco (1992), p. 250: “Nel mondo greco [...] l'imputato coincideva con il parlante e quindi anche la dottrina retorica dell'esordio prevedeva che quella presentazione di un ethos virtuoso [...] riguardasse direttamente la persona dell'oratore. Ne troviamo un accenno in Aristotele [...] e una chiara trattazione nella *Rhetorica ad Alexandrum* [...]. Ma anche nello stesso Cicerone opere di impronta diversa, come appunto sono il *de inventione* o le *partitiones oratoriae*, ci danno una dottrina che, collegandosi direttamente a fonti retoriche greche, non prevede la distinzione tra oratore e cliente e di conseguenza anche la presentazione dell'ethos è genericamente riferita alla *nostra persona*, senza che sia chiarito chi si debba intendere, se il reo o il suo patrono.” Em texto posterior, Calboli Montefusco (1994), p. 73 aprofunda a questão: “Often [...] rhetorical texts ignore the distinction [sc. between *patronus* and *cliens*] because they are derived only from rhetorical sources. That is the case in *De inventione* and in the *Rhetorica ad Herennium*, where the threefold distinction of the *persona*, in the doctrine of the *exordium*, concerns only *nostra persona*, besides the *persona* of the opponent and the *persona* of the judge [...]. It is evident that *nostra persona* corresponds to ὁ λέγων of Aristotle's προοίμιον, and there is no clarification whether *nostra persona* means the speaker or the man for whom the speaker is speaking. [...] In Cicero's more technical works, then, as *De inventione* or *Partitiones* are, the doctrine of the *exordium*, which is derived from Aristotle's precepts, even if through Hellenistic handbook accounts, fails to draw any distinction between speaker (*patronus*) and defendant (*cliens*), because defendant and speaker are coincident. In *De oratore*, on the contrary, where Cicero prefers to draw attention to the person of the orator rather than to school precepts, the distinction appears in its reality: the *reus*, the defendant, has his own ethical description which is different from the orator's: the ethos of the defendant aims only at *captatio benevolentiae*, the ethos of the speaker aims also at credibility.”

III

Se não há diferenças substanciais entre o *Do orador* e as *artes rhetoricae* no que diz respeito aos conceitos envolvidos na *captatio benevolentiae*, o mesmo não se pode dizer da disposição do material dentro da obra em um e outro caso. Como apontamos acima, o lugar preferencial para o tratamento do *ethos* nas *artes* era o exórdio, cuja apresentação, por sua vez, inseria-se no contexto das *partes orationis*. Antônio, em sua resenha dos manuais, critica explicitamente essa disposição da matéria:

quae [...] praecepta principiorum et narrationum esse voluerunt, ea in totis orationibus sunt conservanda. nam ego mihi benivolum iudicem facilius facere possum, cum sum in cursu orationis, quam cum omnia sunt inaudita; [...].

[...] os preceitos que pretendiam dos princípios e das narrações devem ser obedecidos em todo o discurso, pois consigo tornar o juiz benévolo com maior facilidade ao longo do discurso do que quando todos os seus elementos são novos [...] ²³⁴.

Pela maneira como apresenta o problema na ficção do diálogo, Cícero nos faz crer que é a experiência de Antônio nas causas (e, conseqüentemente, a sua própria) o que o leva a rever e criticar os preceitos dos manuais, cujas falhas são, como pudemos observar no Capítulo 1, muitas vezes atribuídas à inexperiência mesma dos autores de manuais naquilo em que se pretendem mestres. Porém, já a *Retórica* de Aristóteles, no tratamento das partes do discurso e, particularmente, do proêmio, no livro III, apresenta uma observação análoga à de Antônio. Depois de apontar que os quatro elementos comuns a todos os gêneros provêm quer do orador, quer do auditório, quer do assunto, quer do opositor, e que os provenientes do auditório são a captação da benevolência, provocar a ira nos ouvintes e torná-lo atento ou desatento, diz, deste terceiro elemento:

ἔτι τὸ προσεκτικούς ποιεῖν πάντων τῶν μερῶν κοινόν, ἐὰν δέη· πανταχοῦ γὰρ ἀνίαισι μᾶλλον ἢ ἀρχόμενοι· διὸ γελοῖον ἐν ἀρχῇ τάττειν, ὅτε μάλιστα

²³⁴ Cícero, *De or.* II, 81-82. A idéia é retomada, já sem caráter polêmico, na exposição do *ethos*: *hoc vel in principiis vel in re narranda vel in perorando tantam habet vim [...] ut saepe plus quam causa valeat* [“e isso, quer no princípio, quer na narração da causa, quer no final, tem tamanha força [...] que muitas vezes tem mais poder do que a causa”].

πάντες προς έχοντες ἀκροῶνται· ὥστε ὅπου ἂν ᾖ ἡ καιρός, λεκτέον “καί μοι προσέχετε τὸν νοῦν· οὐθὲν γὰρ μᾶλλον ἐμὸν ἢ ὑμέτερον”, καὶ “ἔρω γὰρ ὑμῖν οἶον οὐδεπώποτε ἀκηκόατε δεινὸν ἢ οὕτω θαυμαστόν”.

[...] Suscitar a atenção do auditório é comum, se houver necessidade, a todas as partes do discurso, pois o auditório dispersa-se mais em qualquer outro lugar do que no início. Por isso, é ridículo exigí-la no princípio, justamente quando todos os ouvintes estão com a maior atenção. De tal forma que, onde quer que seja oportuno, deve-se dizer algo como ‘e prestei atenção, pois isto não diz respeito mais a mim do que a vós’, e ‘eu vou dizer-vos algo de tão terrível e espantoso como vós jamais ouvistes’²³⁵.

Embora o tópic do exórdio a que a crítica do Estagirita se refira não seja o mesmo, podemos observar a semelhança e a analogia entre o raciocínio de Cícero e o de Aristóteles²³⁶, para não mencionar o uso do termo *γελοῖον* em referência à tradição dos manuais, que lembra o adjetivo *perridiculum*, usado, como já observamos, por Crasso para caracterizar essa mesma tradição. Poderíamos concluir, então, que haveria, na crítica de Antônio à restrição da *captatio benevolentiae* ao exórdio, uma influência do pensamento aristotélico? Embora não possamos descartar tal juízo, parecemos mais verossímil a idéia de que, também nesta crítica, Cícero estaria fazendo uso de material proveniente da própria tradição dos manuais, e que a influência aristotélica, se existe, seria apenas indireta, assimilada, já, pelos manuais de época helenística²³⁷. Leva-nos a tal conclusão o seguinte passo da *Retórica a Herênio* que, embora desprovido de caráter polêmico, aplica o mesmo raciocínio aos três objetivos prescritos para o orador no exórdio:

Verum hae tres utilitates tametsi in tota oratione sunt comparandae, hoc est, ut auditores sese perpetuo nobis adtentos, dociles, beniuolos praebeant, tamen id per exordium causae maxime comparandum est.

Essa tripla utilidade, isto é, que os ouvintes se mantenham continuamente atentos, dóceis e benevolentes conosco, embora se deva buscá-la em todo o discurso, é preparada

²³⁵ Aristóteles, *Rhet.* III, 14 (1415b).

²³⁶ Fortenbaugh (1992), p. 228, faz uma observação pertinente a respeito da ligação entre uma e outra idéia já na *Retórica* de Aristóteles: “The idea that awakening attention is something for the whole speech can easily be transferred to persuasion through character. After all the two can and most often do proceed simultaneously.”

²³⁷ Também podemos fazer a hipótese, menos verossímil, talvez, mas, de qualquer modo, possível, de que o próprio Aristóteles teria encontrado críticas dessa natureza no material que reunira para a escrita de sua *Coletânea das artes*.

sobretudo no exórdio²³⁸.

Como se vê, o *Auctor* emprega o mesmo raciocínio que Aristóteles aplicara ao primeiro elemento, o tornar o ouvinte atento, e que Cícero aplicará ao terceiro, a captação da benevolência, em relação aos três elementos preceituados para o exórdio, ou seja, a idéia de que há uma restrição enganosa na preceituação dos manuais já é contemplada pelos próprios manuais²³⁹, e o uso que Cícero dela faz no *Do orador* é, a nosso ver, antes uma estratégia para conferir autoridade a sua personagem e, conseqüentemente, a sua fala, do que uma observação objetiva da realidade da tradição²⁴⁰.

IV

Se observamos, então, uma concordância de Cícero com a tradição dos manuais no que concerne não apenas ao conceito da *captatio benevolentiae*, como também à própria crítica ao fato de que seu tratamento se restringia ao exórdio, dentro da exposição das partes do discurso, ocorre no *Do orador*, contudo, uma reorganização da matéria que o afasta das artes e o aproxima de Aristóteles, remetendo-o à divisão entre πίστεις ἄτεχνοι e ἐντεχνοι proposta em *Retórica* I, 2, quer Cícero a conhecesse diretamente, quer fizesse uso de uma fonte intermediária²⁴¹. Sabedor da estranheza que tal reordenação da matéria causaria no leitor acostumado à leitura das artes, o Arpinate adota a estratégia

²³⁸ *Ad Her.* I, 11. Nossa conclusão, embora proveniente de caminho diverso, é substancialmente a mesma de Fortenbaugh (1988), pp. 264-265: “[...] Cicero’s remarks on winning goodwill are not so much derived from Aristotle’s account of persuasion through character as from handbook accounts of the introduction (especially the introduction to judicial speeches. Such accounts predate Aristotle [...] and were repeated for centuries with little variation [...]). Cicero has them from contemporary rhetoricians [...], so that the connection with Aristotle’s *Rhetoric* is at best indirect.”

²³⁹ Essa tópica, se a podemos chamar assim, não comparece, contudo, na *Retórica a Alexandre* ou no *Da invenção*.

²⁴⁰ O mesmo fará Quintiliano, em *Inst. Or.* IV, 1, 5, em seu tratamento do exórdio: *Causa principii nulla alia est, quam ut auditorem quo sit nobis in ceteris partibus accomodator, praeparemus. Id fieri tribus maxime rebus inter auctores plurimos constat, si benivolium, attentum, docilem fecerimus, non quia ista non per totam actionem sint custodienda, sed quia initiis praecipue necessaria, per quae in animum iudicis, ut procedere ultra possimus, admittitur* [“A motivação do exórdio não é outra senão que preparemos o ouvinte para que fique disposto favoravelmente a nós nas demais partes. A maioria dos autores concorda em que isso acontece sobretudo por três meios: se o tornarmos benevolente, atento e dócil, não porque tais elementos não devam ser observados ao longo de toda a defesa, mas porque são necessários sobretudo aos inícios, pelos quais se é admitido no ânimo do juiz, a fim de que possamos seguir adiante”].

²⁴¹ Irrelevante, neste sentido, que a *Retórica a Alexandre* apresente uma divisão das πίστεις análoga à aristotélica (cf. *Rhet. ad Alex.* VII (1428a17-19): Εἰσὶ δὲ δύο τρόποι τῶν πίστεων· γίνονται γὰρ αἱ μὲν ἐξ αὐτῶν τῶν λόγων καὶ τῶν πράξεων καὶ τῶν ἀνθρώπων, αἱ δ’ ἐπίθετοι τοῖς λεγόμενοις καὶ τοῖς πραττόμενοις “Há dois tipos de pistas: de fato, umas nascem das palavras, ações e dos homens, outras são acessórias ao que se diz ou se faz”), uma vez que Anaxímenes não reordena, como Aristóteles e Cícero, a matéria tradicional em virtude dela.

usual da repetição didática com variação: assim, no começo do tratamento da invenção, Antônio estabelece, de um lado, as três *písteis* de que o orador pode fazer uso para persuadir e, de outro, a distinção entre as *res* que são fruto da reflexão do orador e aquelas que são dadas a este pela causa e pelos réus:

ita omnis ratio dicendi tribus ad persuadendum rebus est nixa: ut probemus vera esse ea quae defendimus, ut conciliemus eos nobis qui audiunt, ut animos eorum ad quemcumque causa postulabit motum vocemus. ad probandum autem duplex est oratori subiecta materies: una rerum earum quae non excogitantur ab oratore, sed in re positae ratione tractantur, ut tabulae, testimonia, pacta, conventa, quaestiones, leges, senatus consulta, res iudicatae, decreta, responsa, reliqua, si quae sunt, quae non reperiuntur ab oratore, sed ad oratorem a causa atque a reis deferuntur; altera est, quae tota in disputatione et in argumentatione oratoris conlocata est. ita in superiore genere de tractandis argumentis, in hoc autem etiam de inveniendis cogitandum est.

Dessa forma, todo o método do discurso está ligado a três elementos para que se atinja a persuasão: provar ser verdadeiro o que defendemos, cativar os ouvintes, provocar em seus ânimos qualquer emoção que a causa exigir. No que concerne às provas, o orador tem em mãos uma dupla matéria: uma diz respeito aos elementos que não são pensados pelo orador, mas, residindo no próprio caso, são tratados com método, como contratos, testemunhos, pactos, convenções, interrogatórios, leis, deliberações do senado, precedentes, decretos, respostas dos jurisconsultos e demais, se os há, que não são encontrados pelo orador, mas entregues a ele pela causa e pelos réus; a outra é a que reside inteiramente no debate e na argumentação do orador. Assim, no primeiro tipo, é preciso refletir acerca do tratamento dos argumentos, no segundo, também de sua descoberta²⁴².

Comparemos o arrazoado de Antônio à exposição do mesmo tema no começo da *Retórica* de Aristóteles:

τῶν δὲ πίστεων αἱ μὲν ἄτεχνοί εἰσιν αἱ δ' ἔντεχνοι. ἄτεχνα δὲ λέγω ὅσα μὴ δι' ἡμῶν πεπόρισται ἀλλὰ προὔπηρχεν, οἷον μάρτυρες βάσανοι συγγραφαὶ καὶ ὅσα τοιαῦτα, ἔντεχνα δὲ ὅσα διὰ τῆς μεθόδου καὶ δι' ἡμῶν κατασκευασθῆναι δυνατόν, ὥστε δεῖ τούτων τοῖς μὲν χρήσασθαι, τὰ δὲ εὐρεῖν. τῶν δὲ διὰ τοῦ λόγου ποριζομένων πίστεων τρία εἶδη ἔστιν· αἱ μὲν γὰρ εἰσιν ἐν τῷ ἡθει τοῦ λέγοντος, αἱ δὲ ἐν τῷ τὸν ἀκροατὴν διαθεῖναι πῶς, αἱ δὲ ἐν αὐτῷ τῷ λόγῳ διὰ τοῦ δεικνύναι ἢ φαίνεσθαι δεικνύναι.

²⁴² Cícero, *De or.* II, 115-117.

Das provas de persuasão, umas são próprias da arte retórica e outras não. Chamo provas inartísticas a todas as que não são produzidas por nós, antes já existem: provas como testemunhos, confissões sob tortura, documentos escritos, e outras semelhantes; e provas artísticas, todas as que se podem preparar pelo método e por nós próprios. De sorte que é necessário utilizar as primeiras, mas inventar as segundas.

As provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no carácter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar²⁴³.

Percebemos, no confronto entre as duas passagens, o mesmo que acabamos de observar no confronto entre os tratamentos do *ethos* no *Do orador* e nas *artes*: identidade do teor geral dos conceitos, diferença em sua apresentação. Assim, Aristóteles fala em *πίστεις*, que podemos traduzir por “provas”, “meios de persuasão” ou mesmo, como fazem aqui os tradutores portugueses, “provas de persuasão”; Cícero, mais genericamente, aponta as *res* que servem para persuadir (*ad persuadendum*) e para provar (*ad probandum*²⁴⁴): ou seja, o Arpinate fez uso de vários termos que, a um só tempo, afastam-se do jargão mais propriamente técnico e dão conta dos diversos matizes de significado do vocábulo grego. Seguindo o mesmo raciocínio, Cícero evita buscar um equivalente para os termos ἄτεχνοι e ἐντεχνοι, procurando, antes, conceituar os dois gêneros de provas, que são similares às definições do Estagirita: o das provas inartísticas é aquele que não é fruto da reflexão e da busca do orador, sendo intrínseco ao caso e dado de antemão ao orador para que receba seu tratamento; o das provas artísticas é o contrário deste, residindo inteiramente no discurso (ou, mais concretamente, no debate e na argumentação); Aristóteles, por sua vez, é mais conciso: o primeiro gênero é o das provas pré-existentes, que não são produzidas pelo orador; o segundo, aquele que é feito com método e pelo próprio orador. A exemplificação que Cícero oferece das provas inartísticas, como se percebe pelo confronto entre as passagens, é mais completa, dando conta de vários aspectos do contexto especificamente romano que, evidentemente, não teriam lugar na obra do Estagirita: tal é o caso da menção às deliberações e decretos do senado, bem como dos pareceres dos juriconsultos. Já no que concerne ao uso artístico das provas inartísticas, o Arpinate apresenta tal idéia pela expressão *ratione tractare*; a idéia de que é preciso descobrir ou encontrar as provas artísticas é apresentada pelo mesmo verbo, εὐρεῖν no grego, *inuenire* no latino.

O mesmo raciocínio aplica-se à apresentação das três provas artísticas: enquanto Aristóteles

²⁴³ Aristóteles, *Rhet.* I, 2 (1355b-56a).

²⁴⁴ Interpretando, bem entendido, que *ad probandum*, na passagem citada, retoma as três *res* apresentadas por Antônio.

pensa no discurso, Cícero fala em provar que o que defendemos é verdadeiro – ou seja, temos uma relação metonímica de continente e conteúdo; enquanto o Estagirita fala em *ethos* do orador, Cícero pensa na tarefa que se executa pela correta apresentação do *ethos*; enquanto, enfim, Aristóteles fala genericamente em dispor o ouvinte de alguma maneira, Cícero refere-se mais concretamente às paixões, ou emoções, que se deve despertar no ouvinte. Ou seja, podemos dizer, de maneira geral, que Aristóteles é mais técnico e mais abstrato em sua análise, enquanto Cícero, por meio de Antônio, é perifrástico e mais concreto, como convém a um consular que não pretende ser confundido com um mero professor. Fica clara, porém, malgrado as importantes diferenças de detalhe, que analisaremos adiante, a concordância entre os dois *auctores* no que diz respeito aos aspectos gerais de sua apresentação das provas artísticas e inartísticas e dos três modos de persuasão, que pode ser sintetizada no seguinte quadro sinóptico:

Quadro sinóptico 6: as πίστεις	
<i>Retórica</i>	<i>Do orador</i>
πίστεις	<i>tres res ad persuadendum/ad probandum</i>
ἄτεχνοι πίστεις – ἄτεχνα ὅσα μὴ δι' ἡμῶν πεπόρισται ἀλλὰ προὔπηρχεν	<i>duplex materies: una rerum earum quae non excogitantur ab oratore, sed in re positae ratione tractantur; quae non reperiuntur ab oratore, sed ad oratorem a causa atque a reis deferuntur</i>
ἔντεχνοι πίστεις – ἔντεχνα δὲ ὅσα διὰ τῆς μεθόδου καὶ δι' ἡμῶν κατασκευασθῆναι δυνατόν	<i>duplex materies: altera est, quae tota in disputatione et in argumentatione oratoris conlocata est</i>
δεῖ τούτων τοῖς μὲν χρήσασθαι	<i>de tractandis argumentis cogitandum est</i>
δεῖ τούτων τὰ δὲ εὐρεῖν	<i>de inveniendis [et tractandis] argumentis cogitandum est</i>
ἐν τῷ ἤθει τοῦ λέγοντος	<i>ut conciliemus eos nobis qui audiunt</i>
ἐν τῷ τὸν ἀκροατὴν διαθεῖναι πῶς	<i>ut animos eorum ad quemcumque causa postulabit motum vocemus</i>
ἐν αὐτῷ τῷ λόγῳ διὰ τοῦ δεικνύναι ἢ φαίνεσθαι δεικνύναι	<i>ut probemus vera esse ea quae defendimus</i>

Empregando, então, a estratégia de variação e repetição, como dizíamos, Cícero, uma vez mais por meio de Antônio, volta a falar da tripartição dos modos de persuasão imediatamente antes de começar o tratamento do *ethos* e do *pathos*. Se na primeira passagem tínhamos uma primeira

apresentação do tema, Cícero, neste segundo passo, chama a atenção do leitor para a diferença entre a estrutura aqui adotada e a mais tradicional, próprias dos manuais, representando a perplexidade de Cátulo diante do fato de que Antônio não passara imediatamente do tratamento dos tópicos da argumentação, pertencentes ao domínio da *inuentio*, ao tratamento da *dispositio*. A resposta de Antônio insiste sobre a diferença e retoma a tripartição dos modos de persuasão, referindo-se coletivamente a eles como *vis oratoris*:

sed tamen mihi videris ante tempus a me rationem ordinis et disponendarum rerum requisisse. nam si ego omnem vim oratoris in argumentis et in re ipsa per se probanda posuissem, tempus esset iam de ordine argumentorum et de conlocatione rerum aliquid dicere; sed cum tria sint a me proposita, de uno dictum, cum de duobus reliquis dixero, tum erit denique de disponenda tota oratione quaerendum.

no entanto, tu me pareces solicitar o método da ordem e da disposição dos temas antes do tempo; é que se eu tivesse depositado todo o poder do orador nos argumentos e na comprovação do caso por si mesma, seria já o momento de fazer algumas considerações acerca da ordem dos argumentos e da colocação dos temas; porém, como propus três elementos e tratei de um, depois de tratar dos outros dois será o momento de se inquirir acerca da disposição de todo o discurso²⁴⁵.

Bem caberia a esta passagem ser elencada entre os passos polêmicos do *Do orador* que analisamos no Capítulo 1, deles diferenciando-se apenas por não mencionar explicitamente os *scriptores artium*: de fato, a polêmica aqui diz respeito tanto ao tema como a sua apresentação. Assim, a oposição aos manuais de retórica ocorre tanto pela adoção da tripartição aristotélica como, uma vez mais, pela própria linguagem adotada, característica que é particularmente marcada no trecho: repare-se que, nestas poucas linhas, Cícero encontra quatro perífrases diferentes para referir-se à disposição: *ratio ordinis et disponendarum rerum*; *ordo argumentorum*; *conlocatio rerum*; e *disponere totam orationem*. Notável, também, é que as quatro perífrases não sirvam apenas de variação para evitar a monotonia do discurso, tal como víamos no caso das denominações que a *Retórica a Herênio* reservara à captação da benevolência, mas também, e principalmente, para sinalizar os diversos aspectos da disposição retórica, seja em seu nível mais específico, no caso dos argumentos, seja no mais geral, no caso de todo o discurso.

²⁴⁵ Cícero, *De or.* II, 179-180.

Embora a organização das três provas artísticas seja, em termos gerais, a mesma de Aristóteles, o tratamento conferido ao *ethos* por Cícero é substancialmente diverso daquele do Estagirita. Conforme mostra a passagem acima, Antônio faz referência explícita ao uso, por parte do orador, de sua reputação prévia ao discurso: a própria perífrase pela qual designa a πίστις διὰ τοῦ ἠθους já o demonstra (*mores, facta, instituta* e, termo que resume a questão, *uita*), mas Antônio ainda acrescenta que é mais fácil trabalhar elementos que já existem do que inventar aqueles inexistentes. Ora, Aristóteles, na *Retórica*, *preceitua* que o ἦθος τοῦ λέγοντος deve ser fruto exclusivamente do discurso:

διὰ μὲν οὖν τοῦ ἠθους, ὅταν οὕτω λεχθῆι ὁ λόγος ὥστε ἀξιόπιστον ποιῆσαι τὸν λέγοντα [...]. δεῖ δὲ καὶ τοῦτο συμβαίνειν διὰ τοῦ λόγου, ἀλλὰ μὴ διὰ τοῦ προδεδοξάσθαι ποιόν τινα εἶναι τὸν λέγοντα.

Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. [...] É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador [...]²⁴⁶.

Kennedy, no comentário a sua tradução da *Retórica*, faz duas observações acerca desta exigência de Aristóteles de que a prova por meio do *ethos* deve resultar do discurso, não de uma *dóxa* prévia do orador: o Estagirita, primeiramente, talvez considerasse o uso de elementos prévios ao discurso como inartísticos, o que excluiria seu tratamento dentro da divisão que propõe, uma vez que a tríade *logos, ethos* e *pathos*, como observado, pertenceria à categoria das provas artísticas; em segundo lugar, a restrição de Aristóteles poderia dever-se ao contexto dos discursos judiciais na Grécia, em que o litigante, muitas vezes carente, ele próprio, de autoridade, era obrigado a defender-se a si mesmo nos tribunais²⁴⁷. Tendo em mente tais considerações, como poderíamos entender o uso

²⁴⁶ Aristóteles, *Rhet.* I, 2 (1356a).

²⁴⁷ Kennedy (1991), p.38, n. 43: “Aristotle thus does not include in rhetorical ethos the authority that a speaker may possess due to his position in government or society, previous actions, reputation for wisdom, or anything except what is actually contained in the speech and the character it reveals. Presumably, he would regard all other factors, sometimes

diametralmente oposto que Cícero faz do *ethos* do orador, na exposição de Antônio?

Se considerarmos correta a primeira observação de Kennedy, teremos de concluir, forçosamente, que o entendimento de Cícero da distinção entre provas artísticas e inartísticas, apesar das semelhanças conceituais apresentadas acima, era diverso daquele de Aristóteles: para este, *qualquer* elemento não produzido pelo discurso seria inartístico; para aquele, em contrapartida, entrariam na categoria de inartísticos apenas aqueles elementos provenientes da causa e dos réus, conforme indica a primeira exposição que Antônio faz do assunto²⁴⁸, não os do orador.

A segunda observação de Kennedy, por outro lado, funciona bem quando pensamos no gênero judicial, mas o próprio Aristóteles, no livro II da *Retórica*, considera que é no gênero deliberativo que o *ethos* do orador tem maior eficácia, embora isso não exclua seu uso no judicial²⁴⁹. Sendo assim, teríamos, na verdade, mais uma diferença de ênfase entre o Estagirita e o Arpinate, uma vez que toda a discussão da *captatio benevolentiae*, no *Do orador*, diz respeito ao gênero judicial.

VI

A posição adotada por Cícero parece, então, guardar maiores semelhanças com as idéias expostas por Isócrates, na *Antídosis*²⁵⁰:

highly important in the success of rhetoric, as inartistic; but he never says so. One practical reason for stressing character as revealed within the speech was that Greek law required defendants to speak on their own behalf, and they were often lacking in external authority. They could commission a speech from a professional speech-writer (logographer) and then memorize it for delivery in court. Lysias, in particular, had great success in conveying a favorable impression or moral character (*ethopoia*) in the many speeches he wrote for defendants.”

²⁴⁸ Nesse caso, a contraposição mais importante, na conceptualização dos dois autores a respeito das provas artísticas e inartísticas, seria entre as expressões αἱ διὰ τοῦ λόγου ποριζόμεναι πίστεις e *quae ad oratorem a causa atque a reis deferuntur*.

²⁴⁹ Cf. Aristóteles, *Rhet.* II, 1 (1377b) πολὺ γὰρ διαφέρει πρὸς πίστιν, μάλιστα μὲν ἐν ταῖς συμβουλαῖς, εἶτα καὶ ἐν ταῖς δίκαις, τό τε ποιόν τινα φαίνεσθαι τὸν λέγοντα καὶ τὸ πρὸς αὐτοὺς ὑπολαμβάνειν πῶς διακείσθαι αὐτόν, πρὸς δὲ τούτοις ἐὰν καὶ αὐτοὶ διακείμενοί πῶς τυγχάνωσιν. τὸ μὲν οὖν ποιόν τινα φαίνεσθαι τὸν λέγοντα χρησιμώτερον εἰς τὰς συμβουλάς ἐστιν, τὸ δὲ διακείσθαι πῶς τὸν ἀκροατὴν εἰς τὰς δίκας (“Muito conta para a persuasão, sobretudo nas deliberações e, naturalmente, nos processos judiciais, a forma como o orador se apresenta e como dá a entender as suas disposições aos ouvintes, de modo a fazer com que, da parte destes, também haja um determinado estado de espírito para com o orador. A forma como o orador se apresenta é mais útil nos actos deliberativos, mas predispor o auditório de uma determinada maneira é mais vantajoso nos processos judiciais.”) [itálico nosso].

²⁵⁰ Por não se tratar de uma obra de cunho teórico ou de um manual de retórica, como os que temos investigado, poderia causar estranheza a sua inclusão nesta discussão. Cremos, porém, haver razão suficiente para buscar na obra do sofista/filósofo, em geral, e no *Contra os sofistas* e na *Antídosis*, em particular, os pressupostos teóricos ali subjacentes: Isócrates, em primeiro lugar, tem sido reabilitado, nos últimos anos, por estudiosos como Schiappa e Haskins, que têm reivindicado para o autor sua posição não apenas de sofista e retor, mas também de filósofo, que lhe é sistematicamente negada desde que os paradigmas filosóficos foram ditados pelas obras de Platão e Aristóteles. Particularmente interessante,

Οὐδ' ὁ πείθειν βουλόμενος ἀμελήσει τῆς ἀρετῆς, ἀλλὰ τούτῳ μάλιστα προσέξει τὸν νοῦν, ὅπως δόξαν ὡς ἐπεικεστάτην λήγεται παρὰ τοῖς συμπολιτευομένοις. Τίς γὰρ οὐκ οἶδεν καὶ τοὺς λόγους ἀληθεστέρους δοκοῦντας εἶναι τοὺς ὑπὸ τῶν εὖ διακειμένων λεγομένους ἢ τοὺς ὑπὸ τῶν διαβεβλημένων, καὶ τὰς πίστεις μείζον δυναμένας τὰς ἐκ τοῦ βίου γεγενημένας ἢ τὰς ὑπὸ τοῦ λόγου πεπορισμένας; Ὡσθ' ὅσῳ περ ἂν τις ἐρρωμενεστέρω ἐπιθυμῇ πείθειν τοὺς ἀκούοντας, τοσούτῳ μᾶλλον ἀσκήσει καλὸς κἀγαθὸς εἶναι καὶ παρὰ τοῖς πολίταις εὐδοκιμεῖν.

Nem negligenciará a virtude aquele que deseja persuadir, mas de tal forma atentará a ela, que granjeará junto a seus concidadãos a reputação mais decorosa possível. De fato, quem não sabe que não apenas parecem mais verdadeiros os discursos pronunciados pelos que gozam de boa estima do que pelos que estão em descrédito, mas também que os argumentos oriundos da vida são mais poderosos do que os fornecidos pelo discurso? Assim, quanto mais fortemente alguém desejar persuadir os ouvintes, mais se esforçará por ser belo e bom e gozar de boa reputação entre os cidadãos²⁵¹.

Antes de tudo, as diferenças em relação à preceituação de Aristóteles saltam aos olhos: Isócrates deixa claro que a δόξα de que goza o orador *previamente* ao discurso deve ser usada como instrumento de persuasão, enquanto Aristóteles, como vimos, rejeita precisamente que a persuasão seja proveniente de uma δόξα prévia (μη διὰ τοῦ προδεδοξάσθαι), preceituando como sua fonte exclusivamente o discurso (διὰ τοῦ λόγου). Ora, é a este elemento, o λόγος, que Isócrates contrapõe a vida do orador, concluindo que têm muito mais poder as provas provenientes desta.

Outra contraposição que pode ser feita é entre essência (εἶναι) e aparência (φαίνεσθαι): Isócrates deseja que o orador seja efetivamente bom e belo (καλὸς κἀγαθὸς εἶναι), enquanto Aristóteles

para nossa discussão, é a dissociação, apontada por esta última estudiosa, entre teoria e prática [Haskins (2004), p. 2]: “[...] scholars have attempted to reconstruct Isocrates’ own theory of discourse by extracting from his writings a set of principles or criteria that can qualify as an implicitly theory of rhetoric [...]. These efforts are a welcome change from a dichotomy of theory and practice, according to which only formal treatises such as Aristotle’s *Rhetoric* can qualify as theory. The history of rhetorical theory indeed would be little more but a long footnote to Aristotle if scholars ignored those compositions that lie ‘between the non-theoretical texts of Homer and the formal rhetorical theory of Plato and Aristotle’ [...]”. Complementarmente, Benoit, (1990), p. 252, no artigo em que compara, ainda que de maneira bastante sumária, as doutrinas retóricas de Aristóteles e Isócrates, aponta que, apesar das inevitáveis distorções que podem surgir em virtude da comparação de textos teóricos, como se dá no caso da *Retórica* de Aristóteles, a discursos e textos que chama de panfletos, em referência ao *Contra os sofistas* e à *Antídotis*, o critério mais adequado para operar comparações é ater-se aos *conceitos* tratados nas obras supérstites: “Similarly, the fact that we have a textbook for Aristotle but only speeches (or pamphlets) for Isocrates makes certain distortions inevitable. Nevertheless, limiting this exploration to *concepts* treated in the surviving works of each rhetorician is a conservative, though reasonable, approach, as long as we remain cognizant of its limitation.” (itálico nosso).

²⁵¹ Isócrates, *Antídotis*, 278.

prescreve que o orador deve aparentar ser de certa forma a seus ouvintes (ποιόν τινα φαίνεσθαι τὸν λέγοντα). Em outro passo da *Retórica*, o Estagirita aponta o que exatamente o orador deve aparentar ser - virtuoso, prudente, e benevolente para com o auditório:

τοῦ μὲν οὖν αὐτοὺς εἶναι πιστοὺς τοὺς λέγοντας τρία ἐστὶ τὰ αἴτια· τσαῦτα γὰρ ἐστὶ δι' ἃ πιστεύομεν ἔξω τῶν ἀποδείξεων. ἔστι δὲ ταῦτα φρόνησις καὶ ἀρετὴ καὶ εὐνοία [...]. ἀνάγκη ἄρα τὸν ἅπαντα **δοκοῦντα** ταῦτ' ἔχειν εἶναι τοῖς ἀκροωμένοις πιστόν. ὅθεν μὲν οὖν φρόνιμοι καὶ σπουδαῖοι **φανείν ἄν**, ἐκ τῶν περὶ τὰς ἀρετὰς διηρημένων ληπτέον· ἐκ γὰρ τῶν αὐτῶν κἂν ἕτερόν τις **κἂν ἑαυτὸν κατασκευάσειε** τοιοῦτον·

Três são as causas que tornam persuasivos os oradores e a sua importância é tal que por elas nos persuadimos, sem necessidade de demonstrações. São elas a prudência, a virtude e a benevolência. [...] Forçoso é, pois, que aquele que *aparenta* possuir todas estas qualidades inspire confiança nos que os ouvem. Por isso, o modo como é possível *mostrar-se* prudente e honesto deve ser deduzido das distinções que fizemos relativamente às virtudes, uma vez que, a partir de tais distinções, é possível alguém apresentar outra pessoa e até *apresentar-se a si próprio* sob este ou aquele aspecto²⁵².

Se por um lado, então, Cícero encontra-se mais próximo da concepção isocrática do *ethos* do orador, por outro, no que concerne ao gênero do discurso, distancia-se quase igualmente dos dois, uma vez que, mais até do que no caso de Aristóteles, Isócrates tem em vista apenas o gênero deliberativo, enquanto o Arpinate, como já dissemos, enquadra seu tratamento do *ethos* especificamente no contexto do judicial.

VII

O *ethos* tal como apresentado por Antônio distancia-se da formulação de Aristóteles em mais

²⁵² Aristóteles, *Ret.* II, 1 (1378a) [negrito e itálico nossos].

alguns aspectos, conforme apontam Fortenbaugh e Calboli Montefusco em dois artigos sobre o assunto²⁵³. Em primeiro lugar, Antônio, depois de exemplificar o uso que fizera do *ethos* e do *pathos* na causa de Caio Norbano, faz menção explícita ao caráter emotivo de um e outro aspecto, por oposição ao racional, que seria o *docere* empreendido por Sulpício na causa:

his duabus partibus orationis, quarum altera commendationem habet, altera concitationem, quae minime praeceptis artium sunt perpolitae, omnis est a me illa causa tractata, ut et acerrimus in Caepionis invidia renovanda et in meis moribus erga meos necessarios declarandis mansuetissimus viderer. ita magis adfectis animis iudicum quam doctis tua, Sulpici, est a nobis tum accusatio victa.

Tratei toda essa causa por meios destas duas partes do discurso quase intocadas pelos preceitos dos manuais, das quais uma apresenta a recomendação, a outra, a incitação, de modo a parecer extremamente enérgico no renovar o ódio contra Cepião e sobremaneira brando no manifestar meu comportamento em relação a meus amigos íntimos: assim, vencemos tua causa, Sulpício, antes por influenciar os ânimos dos juizes que por instruí-los²⁵⁴.

Ora, é evidente que à produção e reiteração de ódio contra Cepião corresponde o *pathos*, à manifestação do comportamento de Antônio, o *ethos*. O que causa surpresa, no entanto, é que os dois recursos são associados ao *adficere animos iudicum*. Em Aristóteles, em contrapartida, o *ethos* preceituado seria de caráter racional, ficando o aspecto emotivo restrito unicamente ao uso das paixões pelo orador²⁵⁵.

Um segundo aspecto diferenciador encontra-se no sentido diverso que o conceito de benevolência tem para um e outro autor no contexto oratório. Antônio, como vimos, segue a linha das *artes* ao considerar que o orador deve granjear para si a benevolência do auditório. Em Aristóteles, em contrapartida, a benevolência deve ser *do orador* em relação ao auditório:

²⁵³ Fortenbaugh (1988) e Calboli Montefusco (1992), ambos publicados em *Rhetorica*.

²⁵⁴ Cícero, *De or.* II, 201.

²⁵⁵ Cf., a respeito, Fortenbaugh (1988), p.261: Aristotle does mention goodwill [...], but he is concerned that the orator exhibit goodwill toward his audience. In contrast, Cicero focuses on the goodwill which an audience feels toward an orator and his client. There is, of course, no incompatibility here. Exhibitions of goodwill toward the audience may result in (contribute to) feelings of goodwill directed toward orator and client. But Aristotle does not make this connection, and as far as I can tell this is no mere oversight. For if he had made the connection, he would not have been able to maintain a clear distinction between persuasion through character and persuasion through hearers: the former aiming at credibility, the latter at emotional response. This is not true of Cicero. He is concerned with winning favor, and it is toward this end that he recommends presenting good character. In other words, he is interested in arousing an emotion which will color the perceptions of an audience and in this way contribute to victory.

τοῦ μὲν οὖν αὐτοὺς εἶναι πιστοὺς τοὺς λέγοντας τρία ἐστὶ τὰ αἴτια· τοσαῦτα γὰρ ἐστὶ δι' ἃ πιστεύομεν ἔξω τῶν ἀποδείξεων. ἔστι δὲ ταῦτα φρόνησις καὶ ἀρετὴ καὶ εὐνοία [...]. ἀνάγκη ἄρα τὸν ἅπαντα δοκοῦντα ταῦτ' ἔχειν εἶναι τοῖς ἀκροωμένοις πιστόν.

Três são as causas que tornam persuasivos os oradores e a sua importância é tal que por elas nos persuadimos, sem necessidade de demonstrações. São ela a prudência, a virtude e a benevolência. [...] Forçoso é, pois, que aquele que aparenta possuir todas estas qualidades inspire confiança nos que o ouvem²⁵⁶.

Sob este aspecto, portanto, teríamos a exata inversão da idéia contida na carta de Cícero a Lêntulo Espínter, a dizer, tal tratamento afasta-se da concepção aristotélica para aproximar-se daquela dos manuais de retórica.

Além disso, há, no tratamento de Antônio, uma associação direta entre o ofício de recomendar o réu e um gênero de discurso específico, relação completamente inexistente na *Retórica* de Aristóteles:

non enim semper fortis oratio quaeritur, sed saepe placida summissa lenis, quae maxime commendat reos.

é que nem sempre se busca um discurso vigoroso mas, muitas vezes, um discurso calmo, simples, brando, o qual recomenda sobremaneira os réus²⁵⁷.

Por fim, enquanto a exigência de Aristóteles, como vimos acima, era de que o orador aparentasse ter prudência, virtude e benevolência, Antônio faz menção a uma gama extremamente ampla de qualidades que o orador deve apresentar ou evitar. Assim, para granjear a benevolência, o orador deve dar mostras de *facilitas*, *liberalitas*, *mansuetudo*, *pietas*, e de ter um *animus gratus*, não *appetens* nem *avidus*, bem como qualquer característica dos homens *probi* e *demissi*, por oposição aos

²⁵⁶ Aristóteles, *Rhet.* II, 1 (1378a). Quando fala da benevolência do auditório para com o orador (III, 14/1415a), na mesma chave dos manuais, Aristóteles está sem dúvida relatando material coletado nas τέχναι, por oposição a seu próprio conceito do assunto. É o que se depreende do comentário que faz logo em seguida: δεῖ δὲ μὴ λανθάνειν ὅτι πάντα ἔξω τοῦ λόγου τὰ τοιαῦτα: πρὸς φαῦλον γὰρ ἀκροατὴν καὶ τὰ ἔξω τοῦ πράγματος ἀκούοντα: [“Por outro lado, é forçoso não esquecer que todas estas coisas são exteriores ao conteúdo do discurso, pois elas destinam-se ao ouvinte de pouco valor, que presta ouvidos ao que é extrínseco ao assunto (...)”].

²⁵⁷ Cícero, *De or.* II, 183.

acres, *pertinaces*, *litigiosi* e *acerbi*²⁵⁸; fazendo correto uso de pensamentos e palavras, bem como da *actio* adequada²⁵⁹, o orador parecerá *probus*, *bene moratus* e *bonus*²⁶⁰. Além disso, o orador deve apresentar os *mores do réu* como *iusti*, *integri*, *religiosi* e *perferentes iniuriarum*²⁶¹.

VIII

Em sua apresentação inicial das duas provas não lógicas, depois de apontar a maior importância destas em relação ao *probare*, Antônio explica o motivo de as paixões serem tão fundamentais para o orador:

plura enim multo homines iudicant odio aut amore aut cupiditate aut iracundia aut dolore aut laetitia aut spe aut timore aut errore aut aliqua perturbatione mentis quam veritate aut praescripto aut iuris norma aliqua aut iudicii formula aut legibus.

é que os homens julgam muito mais por ódio, amor, desejo, cólera, dor, alegria, esperança, temor, perplexidade ou alguma outra excitação da mente do que pela verdade, uma prescrição, alguma norma legal, fórmula processual ou por leis²⁶².

²⁵⁸ Cícero, *De or.* II, 182: *facilitatis, liberalitatis, mansuetudinis, pietatis, grati animi, non appetentis non avidi signa proferre perutile est; eaque omnia quae proborum, demissorum, non acrium, non pertinacium, non litigiosorum, non acerborum sunt, valde benevolentiam conciliant abalienantque ab iis, in quibus haec non sunt. itaque eadem sunt in adversarios ex contrario conferenda* [“Exibir sinais de afabilidade, generosidade, brandura, devoção e de um ânimo grato, não ambicioso, não avaro, é extremamente útil; e tudo aquilo que é próprio de homens honestos, modestos, não de homens severos, obstinados, contenciosos, hostis, granjeia enormemente a benevolência e a afasta daqueles em quem tais elementos não estão presentes; sendo assim, esses mesmos elementos devem ser lançados contra os adversários de maneira inversa”]. Observe-se, de passagem, que Aristóteles não faz menção a este último elemento, a dizer, a necessidade de apontar elementos negativos na figura do adversário a fim de que perca a benevolência do público.

²⁵⁹ A *actio* correta para a *captatio benevolentiae* é apontada em II, 182: *sed haec adiuvat in oratore lenitas vocis, vultus pudoris significatio, verborum comitas; si quid persequere acrius, ut invitus et coactus facere videare* [“Ora, são vantajosos, no orador, a brandura da voz, a expressão de pudor no rosto, a afabilidade nas palavras e, se acaso fazes alguma reivindicação com maior rispidez, parecer fazê-lo contrariado e por obrigação”]; e em II, 184: *actione leni facilitatemque significanti* [“uma atuação branda e que expresse afabilidade”].

²⁶⁰ Cícero, *De or.* II, 184: *tantum autem efficitur sensu quodam ac ratione dicendi, ut quasi mores oratoris effingat oratio. genere enim quodam sententiarum et genere verborum, adhibita etiam actione leni facilitatemque significanti, efficitur, ut probi, ut bene morati, ut boni viri esse videantur* [“Realiza-se tanto por determinado julgamento e método oratórios, que se forja, por assim dizer, o caráter do orador; por meio de determinado tipo de pensamentos e determinado tipo de palavras, empregando-se ainda uma atuação branda e que expresse afabilidade, consegue-se que pareçamos homens honestos, de boa índole, bons”].

²⁶¹ Cícero, *De or.* II, 184: *horum [sc. reorum] igitur exprimere mores oratione iustos, integros, religiosos, timidos, perferentes iniuriarum mirum quiddam valet* [“Apresentar o seu caráter [sc. o dos réus] pelo discurso, então, como justo, íntegro, religioso, timorato, tolerador de injustiças, tem um poder absolutamente admirável”].

²⁶² Cícero, *De or.* II, 178.

Aristóteles expressa pensamento semelhante na *Retórica*, primeiramente em I, 2:

διὰ δὲ τῶν ἀκροατῶν, ὅταν εἰς πάθος ὑπὸ τοῦ λόγου προαχθῶσιν· οὐ γὰρ ὁμοίως ἀποδίδομεν τὰς κρίσεις λυπούμενοι καὶ χαίροντες, ἢ φιλοῦντες καὶ μισοῦντες·

Persuade-se pela disposição do ouvinte, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio²⁶³.

Depois, em II, 1:

οὐ γὰρ ταῦτ' ἀφαίρειται φιλοῦσι καὶ μισοῦσιν, οὐδ' ὀργιζομένοις καὶ πράως ἔχουσιν, ἀλλ' ἢ τὸ παράπαν ἕτερα ἢ κατὰ μέγεθος ἕτερα· τῷ μὲν γὰρ φιλοῦντι περὶ οὗ ποιεῖται τὴν κρίσιν ἢ οὐκ ἀδικεῖν ἢ μικρὰ δοκεῖ ἀδικεῖν, τῷ δὲ μισοῦντι τοῦναντίον· καὶ τῷ μὲν ἐπιθυμοῦντι καὶ εὐέλπιδι ὄντι, ἐὰν ἢ τὸ ἐσόμενον ἡδύ, καὶ ἔσσεσθαι καὶ ἀγαθὸν ἔσσεσθαι φαίνεται, τῷ δ' ἀπαθεῖ <ἢ> καὶ δυσχεραίνοντι τοῦναντίον.

Os factos não se apresentam sob o mesmo prisma a quem ama e a quem odeia, nem são iguais para o homem que está indignado e para o calmo, mas, ou são completamente diferentes ou diferem segundo critérios de grandeza. Por um lado, quem ama acha que o juízo que deve formular sobre quem é julgado é de não culpabilidade ou de pouca culpabilidade; por outro, quem odeia acha o contrário. Quem deseja e espera alguma coisa, se o que estiver para acontecer for à medida dos seus desejos, não só há-de parecer que tal coisa acontecerá, como até será uma coisa boa; mas para o insensível e para o mal-humorado passa-se exactamente o contrário²⁶⁴.

As semelhanças, antes de tudo, dizem respeito às próprias paixões a que fazem menção um e outro autor. Assim, *odium* corresponde ao particípio *μισοῦντες* das duas passagens de Aristóteles; *amor*, a *φιλοῦντες*; *cupiditas*, a *ἐπιθυμοῦν*, da segunda passagem; *iracundia*, a *ὀργιζόμενοι*; *dolor*, a *λυπούμενοι*; *laetitia*, a *χαίροντες*; *spes*, a *εὐελπις*. Apenas Cícero aborda *timor* e *error*, e *πράως ἔχοντες*, *ἀπαθῆς* e *δυσχεραίνων* recebem menção apenas de Aristóteles. Enquanto o Estagirita

²⁶³ Aristóteles, *Rhet.* I, 2 (1356a).

²⁶⁴ Aristóteles, *Rhet.* II, 1 (1377b-78a).

fala, nos passos citados e no restante da *Retórica*, sistematicamente em πάθος para se referir a esta πίστις, Cícero, coerente com sua estratégia de nomenclaturas no *Do orador*, fará uso, ao longo da obra, de várias perífrases para referir-se ao conceito: no passo citado, emprega *permotio mentis*, antes uma expressão descritiva do que um termo abstrato; semelhantemente, fará uso também de *motus animi*, *impetus animi* e *perturbatio animi*.

Uma diferença sutil entre uma e outra abordagem é a formulação feita pelos dois autores para o mesmo fato. Assim, para Antônio, dentro de seu decoro de orador e político experiente, basta a constatação de que os juízos dos ouvintes variam conforme a paixão a que estejam submetidos; para Aristóteles, investigador e filósofo que é, cumpre apresentar também explicações de caráter mais teórico e geral, como quando aponta que os juízos “ou são completamente diferentes ou diferem segundo critérios de grandeza”, por exemplo. Ainda que tivesse conhecimento da *Retórica* ou apenas do passo citado, numa versão resumida das doutrinas fundamentais de Aristóteles, tal como na hipótese de Fortenbaugh²⁶⁵, Cícero seria compelido, pela natureza do *Do orador* e pelo decoro da obra e das personagens, a operar um recorte sobre a exposição do Estagirita. De fato, se condiz com a observação de um orador ao longo dos anos a percepção de que as paixões afetam o julgamento dos ouvintes, não condiz a observação mais teórica a respeito dos critérios de grandeza, particularmente no caso de Antônio, que afeta, como ele mesmo diz, desconhecimento dos escritos gregos em geral e afirma ter-se dedicado à filosofia apenas de maneira moderada²⁶⁶.

IX

Se os dois autores pensam de maneira bastante semelhante acerca das motivações do uso das paixões por parte do orador, o tratamento que conferirão ao *pathos* é, como já dissemos de passagem no Capítulo 1, essencialmente diverso. Retomemos a síntese de Solmsen acerca da questão:

“His [sc. Aristotle’s] treatment of these [sc. the *páthe*] begins with a definition. He then proceeds to elaborate the implications of his definition and to describe the circumstances under which such πάθη are likely to arise and the types of men in whom they are likely to arise and the types of men in whom they are likely to be aroused and against whom they

²⁶⁵ Cf. Capítulo 1, Seção VI.

²⁶⁶ Cf. Cícero, *De or.* II, 156.

may be directed. *Throughout these chapters Aristotle is anxious to base every assertion either on the definition itself, on one of its component parts, or on something previously deduced from the definition* ²⁶⁷.”

Dentro de tal chave interpretativa, então, Aristóteles define, antes de mais nada, as próprias paixões, em II, 1 (1378a19-22); a cólera em II, 2 (1378a30-32); a calma, em II, 3 (1380a7-8); o amor, em II, 4 (1380b35-37); o ódio, por contraposição ao amor, em II, 4 (1382a1-2); o temor, em II, 5 (1382a21-22); a esperança, por contraposição ao temor, em II, 5 (1383a13-19); a vergonha e a impudência, em II, 6 (1383b12-15); o favor, em II, 7 (1385a17-19); a compaixão, em II, 8 (1385b13-16); a indignação, por contraposição à compaixão, em II, 9 (1386b8-11); a inveja, em II, 10 (1387b23-25); a emulação, em II, 11 (1387b32-35) e, por fim, o desprezo, por contraposição à emulação, em II, 11 (22-23). Antônio, em contrapartida, embora aborde várias destas paixões em seu tratamento, conforme enumeraremos abaixo, não apresenta nem a definição do termo central em questão (ou termos, dada a variedade de expressões de que se serve para referir-se ao conceito), nem a de qualquer das paixões propriamente ditas. Fortenbaugh, comentando a ausência da definição de paixão no *Do orador*, a atribui à dificuldade da natureza da resposta emocional:

Why then does Cicero have Antonius discuss emotional appeal without offering a definition of emotion? There is an obvious dramatic reason: Cicero wants to depict Antonius as someone who distances himself from idle learning, especially that of the Greeks [...]. *But there is a second and, I think, more important reason: namely, that the nature of emotional response is not easy to pin down.* There are central cases like anger and fright [...] and there are puzzle cases like cheerfulness and sadness [...]. The former are grounded on belief: anger depends upon thinking oneself outraged, fright upon a belief in imminent danger. In contrast, the latter may have non-propositional causes: e.g., a physiological condition or an external stimulus like infectious rhythm. Are they, then, emotions or moods, and should a definition of emotion be so formulated that it includes or excludes them? *Cicero himself will not have spent much time worrying about such questions*, but he certainly knew that the Hellenistic Schools were in disagreement concerning the nature of emotional response. The polemic between Stoa and Peripatos was familiar to him and even finds expression in Antonius' remarks at 1.220. Moreover, the older Peripatetics, who gave much attention to emotions and made emotional appeal a respectable part of rhetoric, seem never to have formulated a general definition of emotion [...]. This is not to overlook the fact that Aristotle's *Rhetoric* contains a definition [...], but this definition is so

²⁶⁷ Solmsen (1938), p. 393 (itálico nosso).

inclusive that it admits bodily disturbance like stomachaches and headaches.

Against this background Cicero's silence concerning the general nature of emotional response seems not at all off and even prudent. Rather than have Antonius offer a less than satisfactory definition, he has him begin the discussion of emotional appeal with an illustrative list (2.185) and end the discussion with an analysis of individual emotions (2.206-211)²⁶⁸.

Embora Fortenbaugh contemple, ainda que sem usar o termo, a questão do decoro da personagem, Cícero, para o estudioso, não passou muito tempo a pensar a respeito da definição do que é a paixão, talvez, podemos deduzir, em virtude da dificuldade mesma da questão. Assim, em lugar de oferecer uma definição insatisfatória, o Arpinate teria sido sensato e prudente ao simplesmente omitir a questão no tratamento das paixões apresentado no *Do orador*. Cremos, no entanto, que cabe, aqui, não apenas a constatação do viés anti-ciceroniano de Fortenbaugh, feita recentemente por Wisse²⁶⁹, mas também a da desconsideração tanto das leis, podemos assim dizer, envolvidas na composição da obra, como dos diferentes contextos e gêneros em que Cícero se dedicou ao tema. De fato, nas *Discussões tusculanas*, obra em que Cícero representa a si mesmo como personagem principal, há, ainda que de maneira indireta, uma referência à correta definição do termo grego *pathos*, inserida no contexto de sua tradução mais adequada em latim:

A. *Videtur mihi cadere in sapientem aegritudo.*

M. *Num reliquae quoque perturbationes animi, formidines, libidines, iracundiae? Haec enim fere sunt eiusmodi, quae Graeci πάθη appellant; ego poteram morbos et id verbum esset e verbo, sed in consuetudinem nostram non caderet: nam misereri, invidere, gestire, laetari, haec omnia morbos Graeci appellant, motus animi rationi non obtemperantes; nos autem hos eosdem motus concitati animi recte, ut opinor, perturbationes dixerimus, morbos autem non satis usitate [...].*

A. Parece-me que a dor afeta o sábio.

M. Isso não vale para as demais perturbações da alma, os medos, os desejos, [os acessos de] cólera? De fato, eles entram, em termos gerais, na categoria que os gregos chamam de *páthe*. Eu poderia chamá-los de doenças, e isso seria uma tradução literal, mas não se enquadraria em nosso uso. É que comiserar-se, invejar, exultar, alegrar-se, tudo isso os gregos chamam de doenças, movimentos da alma que não obedecem à razão; por outro

²⁶⁸ Fortenbaugh (1988), pp. 270-271 (itálico nosso).

²⁶⁹ Cf. Wisse (2002), p. 385, n. 14.

lado, penso que poderíamos, com correção, denominar esses mesmos movimentos da alma agitada de “perturbações”, enquanto “doenças” estaria num sentido não muito usual [...] ²⁷⁰.

Como se vê, uma vez mais trata-se, não de uma questão de ignorância de um assunto por parte de Cícero, exatamente como observáramos no caso da doutrina dos tópicos universais da argumentação, mas de uma escolha e um recorte precisos em virtude das necessidades que o autor tinha em uma e outra obra. Ora, o diálogo filosófico, gênero a que Cícero passará a dedicar-se depois da escrita do *Do orador*, nos últimos anos de sua vida, é o espaço apropriado para as discussões acerca da correta definição de um termo, tal como a que observamos no passo citado e em muitos outros das obras filosóficas. No *Do orador*, em contrapartida, os protagonistas colocam em primeiro plano o ponto de vista do orador, *ainda que Cícero esteja fazendo uso de material, em última instância, filosófico*. Assim, ainda que conhecesse as definições dadas por Aristóteles na *Retórica*, ou mesmo o seu teor, Cícero não faria uso delas nesta obra. Inversamente, condiz com a *persona* de Antônio, antes, o uso de exemplos para amplificar e aprofundar sua apresentação de cada tema, tal como acontece em II, 194-196 (defesa de Mânio Aquílio) e II, 197-203 (defesa de Caio Norbano).

X

A contraposição entre esses diferentes pontos de vista acerca da mesma questão é encenada no próprio diálogo, dentro da *disputatio in utramque partem* do livro I. Tal como observamos no Capítulo 1, o conhecimento aprofundado da natureza humana, dentro da linha filosófica, é considerado por Crasso como essencial para o orador que deseja forjar:

quis [...] nescit maxime vim existere oratoris in hominum mentibus vel ad iram aut ad odium aut dolorem incitandis vel ab hisce isdem permotionibus ad lenitatem misericordiamque revocandis? quae nisi qui naturas hominum vimque omnem humatitatis causasque eas quibus mentes aut incitantur aut reflectuntur penitus perspexerit, dicendo quod volet perficere non poterit.

[...] quem desconhece que o poder do orador manifesta-se sobretudo quando incita as mentes dos homens à ira, ao ódio ou à indignação, ou quando as reconduz de tais paixões

²⁷⁰ Cícero, *Tusc.* III, 7.

à brandura e à misericórdia? Por isso, a não ser que tenha um conhecimento completo dos temperamentos dos homens, bem como de toda a natureza humana e das causas pelas quais se incitam ou apaziguam as mentes, não será capaz de realizar o que quiser pelo discurso²⁷¹.

Logo se vê que Crasso concordaria, fundamentalmente, com o tratamento das paixões tal como apresentado em *Retórica II*, mesmo não fazendo menção ao estudo dos tipos de homens em quem se pode provocá-las, pois, além das definições dos *páthe* acima mencionadas, suas causas são apresentadas ao longo de toda a exposição do Estagirita. Porém, vimos que, ainda em *Do orador I*, Antônio refuta a opinião de Crasso:

quorum ego copiam magnitudinemque cognitionis atque artis non modo non contemno, sed etiam vehementer admiror; nobis tamen, qui in hoc populo foroque versamur, satis est de moribus hominum et scire et dicere, quae non abhorrent ab hominum moribus. quis enim umquam orator magnis et gravis, cum iratum adversario iudicem facere vellet, haesitavit ob eam causam quod nesciret quid esset iracundia, fervore mentis an cupiditas poeniendi doloris? quis, cum ceteros animorum motus aut iudicibus aut populo dicendo miscere atque agitare vellet, ea dixit quae a philosophis dici solent?

Não apenas não desprezo a riqueza e a grandeza de conhecimento e arte desses homens, mas também muito as admiro; para nós, no entanto, que nos ocupamos deste povo aqui e do fórum, basta saber e dizer, a respeito do caráter dos homens, o que não se afasta de tal caráter. De fato, que orador grandioso e sério, quando pretendia provocar a ira do juiz contra o adversário, alguma vez hesitou por não saber o que é a cólera, se um fervor da mente ou o desejo de vingar uma ofensa? Quem, quando queria produzir e provocar outras paixões nos juizes ou no povo pelo discurso, disse o que os filósofos costumam dizer?²⁷²

Ora, Aristóteles define a *ὄργή* como “um desejo acompanhado de dor que nos incita a exercer vingança explícita por causa de um desdém manifestado contra nós, ou contra pessoas da nossa convivência, sem haver razão para tal²⁷³”, que coincide, em termos gerais, com a segunda opção citada com ironia por Antônio. Independentemente de se tratar de uma alusão à *Retórica* ou não, contudo, esta fala de Antônio parece-nos a chave para a compreensão do tratamento conferido às

²⁷¹ Cícero, *De or.* I, 53.

²⁷² Cícero, *De or.* I, 219-220.

²⁷³ Aristóteles, *Ret.* II, 2 (1378a30-32).

paixões no *Do orador* e da busca de um meio-termo entre retores e filósofos, dentro do contexto do embate entre retórica e filosofia²⁷⁴. De fato, em primeiro lugar, embora sejam apresentados os dois lados da questão, é a opinião de Antônio que prevalece, e sua exposição do assunto se dará dentro das linhas-mestras aqui estabelecidas; em segundo lugar, vemos que o discurso do orador é aqui explicitamente contraposto ao do filósofo; ora, vimos que, em outra passagem, o mesmo Antônio contrapõe seu tratamento dos elementos não racionais do discurso ao que é feito pelos retores, que quase não abordariam a questão em seus manuais²⁷⁵. Portanto, temos, de acordo com a linha de pensamento da personagem de Antônio, um tratamento que se opõe tanto ao dos filósofos como ao dos retores, e seu foco, como observamos já no Capítulo 1, é agora o orador. Sendo assim, respondendo, uma vez mais, à questão que move nosso trabalho, neste caso Cícero estaria a se afastar tanto de Aristóteles como dos preceitos dos manuais, embora, *em linhas gerais*, como se depreende da apresentação da matéria segundo as três *písteis*, seu esquema aproxime-se antes da formulação de Aristóteles do que da que encontramos nos retores.

XI

A fonte para tal tratamento, a que Antônio alude obliquamente, conforme adiantado no Capítulo 1, seria Cármadas e/ou Filo de Larissa. Vimos ali que Cármadas preceituava que o orador deveria conhecer, de um lado, as paixões e os modos de as provocá-las, de outro, o gênero de discurso adequado a tal finalidade²⁷⁶. O tratamento de Antônio parece preencher exatamente tais requisitos, ainda que de maneira não sistemática no que diz respeito à exposição dos modos. Assim, antes de

²⁷⁴ Para um relato do embate e da inserção de Cícero nele, cf. May & Wisse (2001), pp. 20-27.

²⁷⁵ Cf. Seção VI, acima.

²⁷⁶ A fala de Antônio, já o vimos, encontra-se em *De or.* I, 87: *ipsa vero praecepta sic includere solebat, ut ostenderet non modo eos illius expertes esse prudentiae quam sibi adsciscerent, sed ne hanc quidem ipsam dicendi rationem ac viam nosse. caput enim esse arbitrabatur oratoris, ut et ipsis apud quos ageret talis qualem se ipse optaret videretur; id fieri vitae dignitate, de qua nihil rhetorici isti doctores in praeceptis suis reliquissent; et uti ei qui audirent sic adficerent animis, ut eos adfici vellet orator; quod item fieri nullo modo posse, nisi cognosset is qui diceret quot modis hominum mentes et quibus et quo genere orationis in quamque partem moverentur; haec autem esse penitus in media philosophia retrusa atque abdita, quae isti rhetores ne primoribus quidem labris attigissent* [“Costumava zombar [sc. Cármadas] dos próprios preceitos, mostrando, assim, que tais mestres não apenas eram desprovidos daquela ciência que reclamavam para si, mas sequer conheciam esta doutrina e método oratórios: julgava que o principal, num orador, era parecer, àqueles perante os quais atuava, tal como desejasse, e que isso se dava devido a sua reputação, acerca da qual esses mestres de retórica nada haviam transmitido em seus preceitos, e influenciar os ânimos dos ouvintes segundo sua vontade – o que, do mesmo modo, de forma alguma poderia acontecer, se o orador não soubesse por quantos e quais modos, bem como com que gênero de discurso, se movem as mentes dos homens em todas as direções. Tais conhecimentos estariam totalmente encobertos e ocultos no cerne da filosofia, sem que os retores houvessem tomado contato com eles mesmo superficialmente”]. Digno de nota é o fato de Cármadas, enquanto filósofo, pretender que o conhecimento pertença ao domínio da filosofia, enquanto, no tratamento de Antônio, é a experiência da personagem o fator que, na construção de Cícero, está a guiar a exposição da personagem.

mais nada, as paixões que o orador deve incutir ou apaziguar em seus ouvintes são enumeradas mais de uma vez: em II, 185, a personagem faz menção de maneira concreta, por meio dos verbos cognatos, às seguintes paixões: ódio (*oderint*), amor (*diligant*), inveja (*invideant*), medo (*metuant*), esperança (*sperant*), desejo (*cupiant*), aversão (*abhorreant*), alegria (*laetentur*), tristeza (*maereant*), compaixão (*miserentur*) e ira (*poenire velint*)²⁷⁷; em II, 206, usando já os termos abstratos, cita: amor (*amor*), ódio (*odium*), cólera (*iracundia*), inveja (*invidia*), misericórdia (*miser cordia*), esperança (*spes*), alegria (*laetitia*), temor (*timor*) e aborrecimento (*molestia*).

Além disso, se não se faz uso, senão de maneira indireta e oblíqua, como em *poenire velint*, da definição de cada paixão, observam-se, contudo, os meios e os contextos em que *algumas* de tais paixões são produzidas. Dessa forma, em II, 206-207, por exemplo, Antônio observa que, para granjear o *amor*, o orador pode utilizar as seguintes estratégias: 1) parecer defender justamente aquilo que é útil para seus ouvintes; 2) parecer trabalhar em defesa de homens honestos ou que sejam bons ou úteis para seus ouvintes; 3) demonstrar que a causa defendida é digna ou útil; 4) observar que aquele para quem se deseja granjear o *amor* nada fez para utilidade ou proveito próprios.

Por outro lado, há um ponto de contato entre os tratamentos de Antônio e Aristóteles na enumeração de *algumas* das causas das paixões, embora neste elas constituam um fim em si mesmo, naquele, uma premissa para a preceituação do que o orador deve ou não fazer para incitá-la ou apaziguá-la. A exposição da *invidia*, em II, 209-210, ilustra bem o caso: em primeiro lugar, Antônio faz duas observações de caráter geral: 1) os homens invejam sobretudo seu iguais ou inferiores, quando sentem que foram deixados para trás por eles; 2) os homens também invejam seus superiores, particularmente os que se gabam de maneira desmedida e os que colocam-se acima do direito comum a todos em virtude de seu prestígio ou fortuna. Isto posto, Antônio preceitua: 1) para provocar tal paixão, o orador deve apontar que tais coisas não foram produto da virtude, mas dos vícios e erros; se forem, porém, honrosas e grandiosas, que foram superadas, porém, pela insolência e arrogância da pessoa em questão; 2) para apaziguar tal paixão, o orador deve apontar os esforços e riscos para atingi-las, bem como que não tinham em vista o proveito próprio, mas alheio; que não se compraz em sua glória, rebaixando-a e diminuindo-a. Em Aristóteles, em contrapartida, em *Retórica* II, 10, há uma enumeração bem mais longa e aprofundada das situações em que os homens sentem inveja e de que coisas o sentem²⁷⁸, mas a conexão com o contexto oratório não é feita²⁷⁹.

²⁷⁷ Repare-se que, de maneira extremamente sutil, Cícero insere na fala de Antônio uma das possíveis definições de ira, o desejo de vingar uma ofensa, que a personagem atribuíram antes aos filósofos.

²⁷⁸ Observemos, de passagem, a diferença entre os dois tratamentos no que concerne ao conceito de inveja propriamente dito: se para Antônio os homens sentem invejas de seus iguais ou inferiores, mas também, em determinadas

XII

Por fim, tal como acontece na preceituação do *ethos* do orador, há também para as paixões um gênero de discurso adequado, associação ausente no tratamento de Aristóteles. Assim, em II, 129, numa primeira aproximação do tema, Antônio preceitua a *lenitas* para o *conciliare*, o *acumen* para o *docere* e a *vis* para o *concitare*:

harum trium partium prima [sc. conciliandorum hominum] lenitatem orationis, secunda [sc. docendorum hominum] acumen, tertia [sc. concitandorum hominum] vim desiderat.

Dessas três partes, a primeira [sc. a que cativa os homens] carece da brandura do discurso, a segunda [sc. a que instrui os homens], precisão, a terceira [sc. a que incita os homens], força²⁸⁰.

Em II, 211, tendo completado, já, o tratamento das paixões, preceitua a *oratio intenta e vehemens*:

et, ut illa altera pars orationis, quae probitatis commendatione boni viri debet speciem tueri, lenis [...] atque summissa, sic haec, quae suscipitur ab oratore ad commutandos animos atque omni ratione flectendos, intenta ac vehemens esse debet.

E tal como aquela outra parte do discurso, que deve contemplar a espécie do homem bom pela recomendação de sua honestidade, é branda, como já disse mais de uma vez, e simples, esta, que é empreendida pelo orador para alterar os ânimos e influenciá-los por todos os meios, deve ser rigorosa e veemente²⁸¹.

Enfim, em II, 212, Antônio preceitua que o orador realize uma mistura de tons em seu discurso, fazendo uso de outros adjetivos para qualificar um e outro *genus orationis*. Assim, para o *pathos*, Antônio faz menção a sua *vis acerrima*, à *asperitas contentionis* e a sua *gravitas*²⁸².

circunstâncias, dos inferiores, para Aristóteles a inveja é sempre relativa a nossos iguais ou àqueles que aparentam sê-lo (cf. *Retórica* II, 10, 1387b25-26).

²⁷⁹ Cf. Capítulo 1, n. 33, para o comentário de Kennedy a respeito.

²⁸⁰ Cícero, *De or.* II, 129.

²⁸¹ Cícero, *De or.* II, 211.

²⁸² Cícero, *De or.* II, 212: *sed est quaedam in his duobus generibus, quorum alterum lene, alterum vehemens esse volumus, difficilis ad distinguendum similitudo. nam et ex illa lenitate, qua conciliamur iis qui audiunt, ad hanc vim acerrimam, qua eosdem excitamus,*

influat oportet aliquid, et ex hac vi non numquam animi aliquid inflandum est illi lenitati; neque est ulla temperatior oratio quam illa, in qua asperitas contentionis oratoris ipsius humanitate conditur, remissio autem lenitatis quadam gravitate et contentione firmatur["Mas há nestes dois gêneros, dos quais pretendemos que um seja brando, o outro, veemente, uma semelhança difícil de distinguir; pois é preciso que algo daquela brandura com a qual cativamos os ouvintes flua para esta força extremamente rigorosa com que os incitamos, e, por meio desta força, deve-se inflar um pouco o ânimo por aquela brandura; e não há discurso mais temperado do que aquele em que a severidade da disputa é ocultada pela humanidade do próprio orador, enquanto o relaxamento que é próprio da brandura é reforçado por um pouco de gravidade e tensão"].

Conclusão

À luz das análises realizadas acerca da invenção retórica no *Do orador*, de que maneira podemos reler a passagem da carta a Lêntulo Espínter em que Cícero afirma que os três livros da obra afastam-se, de um lado, dos preceitos repisados dos manuais e aproximam-se, de outro, das doutrinas de Aristóteles e Isócrates? Cremos, antes de tudo, que há duas maneiras de formular a questão, levando em conta os interesses de Cícero ao escrever a carta, primeiramente, ou considerando nossas preocupações modernas, do ponto de vista de estudiosos de letras clássicas, acerca do caráter histórico e da veracidade da afirmação no contexto da história da retórica antiga, em segundo lugar.

A primeira formulação é de bem mais fácil resposta: a veracidade da afirmação não é tão relevante, para Cícero, quanto o estabelecimento de sua *auctoritas*, apoiada no renome de Aristóteles e Isócrates e em detrimento da autoridade dos tecnógrafos. Comprovam-no os casos análogos que pudemos analisar no Capítulo 2: na *Retórica a Herênio*, o *Auctor* professa, no livro I, que realizará um recorte sobre a matéria bem mais pertinente do que aquele feito pelos gregos em seus manuais. Mais adiante, contudo, observa que seu recorte está, fundamentalmente, de acordo com o dos demais *scriptores artium*; o mesmo *Auctor*, no prefácio do livro IV, observa que não fará uso de exemplos alheios em sua exposição, o que é comprovadamente falso. No *Da invenção*, Cícero, no prefácio do livro II, comparando-se a ninguém menos que Zêuxis, afirma ter selecionado, de todas as *autoridades* sobre o assunto, aquilo que de melhor haviam preceituado acerca do assunto. Mais adiante, porém, restringe a primeira afirmação, ao dizer que o fez apenas na medida de suas possibilidades. Podemos concluir, então, que é anacrônico esperar dos antigos o rigor e a rigidez com que consideramos tais questões: o que está em jogo, para eles, é a *auctoritas* que granjeiam e a conseqüente *fides* que conferem a seu discurso.

A segunda formulação exige uma resposta mais complexa. Cumpre notar, antes de qualquer outra observação, que o fato de atermos nossa análise ao tratamento da invenção limita a percepção do uso que Cícero teria feito de Isócrates. De fato, embora encontremos uma semelhança entre as preceituações de Cícero-Antônio e de Isócrates a respeito do *ethos* retórico, como vimos no Capítulo 3 (pelo uso da reputação prévia ao discurso, mais especificamente), a menção a Isócrates, na carta, deve dizer respeito, antes, à concepção da unidade entre filosofia e oratória, que é exposta, como se sabe, por Crasso no livro III, dentro do tratamento da elocução. Resta-nos, assim, a contraposição às doutrinas dos manuais e de Aristóteles.

Começemos pela primeira: em que medida a exposição de Antônio afasta-se dos manuais de retórica? Nossas análises mostram que o não uso do jargão técnico próprio das *artes* é uma característica quase onipresente no *Do orador*, em geral, conforme observamos na análise das

passagens polêmicas, no Capítulo 1, e no tratamento da invenção, em específico, como mostram os Capítulos 2 e 3. Esta, contudo, não é uma diferença de doutrina, mas simplesmente do decoro próprio de cada obra.

No que concerne à doutrina retórica propriamente dita, as principais diferenças residem no tratamento dos tópicos da argumentação e na reordenação da matéria de acordo com as três *res* de que se serve o orador para obter a persuasão²⁸³. De fato, a apresentação que Antônio faz da doutrina do *status quaestionis* é, fundamentalmente, a mesma que encontramos na *Retórica a Herênio* e no *Da invenção*, desprovida, porém, como demonstramos, do vocabulário técnico destas. As demais diferenças são, antes, omissões da parte de Antônio (como no caso de várias espécies e sub-espécies de cada *status*) do que reformulações propriamente ditas da doutrina. Na doutrina dos tópicos da argumentação, por outro lado, há não só a omissão dos tópicos tradicionais apresentados nas *artes*, considerados inadequados, por Crasso e Antônio, ao público a que se dirigem, mas também a apresentação de *loci* de caráter universal, provenientes de tradição filosófica, ignorados nos manuais de retórica.

A reordenação da matéria, posicionando o *conciliare* e o *incitare* ao lado do *probare*, é o outro grande diferencial do tratamento da invenção feito por Antônio. Do ponto de vista da doutrina propriamente dita, no entanto, percebe-se o contato com os preceitos dos manuais, particularmente no caso do *ethos*, mas também, em parte, no do *pathos*. Como pudemos observar no começo do Capítulo 3, a exposição de Antônio acerca do primeiro concorda, em essência, com as da *Retórica a Alexandre*, da *Retórica a Herênio* e do *Da invenção*, centrando-se, como os manuais, na necessidade de o orador granjear a benevolência para si (e, inversamente, subtrair a de seu adversário). As diferenças são de detalhe: no vocabulário, como de costume, na distinção entre as figuras do patrono e do réu, inexistente nos manuais até então, e no uso de exemplos tomados à experiência de Antônio, que amplificam e desenvolvem o enunciado de caráter mais teórico. Já no caso do segundo, ou seja, do tratamento dos *pathe*, ocorre uma expansão do número de paixões abordadas (de fato, a tradição dos manuais centra-se, essencialmente, na misericórdia, quando o ponto de vista é o da defesa, e na ira - ou na indignação -, no caso da acusação). Esse aumento, é evidente, parece denunciar a origem filosófica e, em última instância, aristotélica, do tratamento oferecido por Antônio; e há, tal como no caso do *conciliare*, a amplificação e desenvolvimento do aspecto teórico por meio dos exemplos que a personagem toma a sua própria experiência.

Outro dos diferenciais entre os manuais e o *Do orador*, analisado no Capítulo 1, é a revisão crítica que as personagens de Crasso e, principalmente, de Antônio, fazem da tradição das *artes*.

²⁸³ A caracterização de tais *res* como ofícios do orador, ainda que a possamos considerar implícita no *Do orador*, é posterior à obra.

Contudo, como observamos e exemplificamos no começo do Capítulo 2, essa resenha dos manuais tem precedente, embora em bem menor escala, dentro dos próprios manuais, constituindo mais uma das estratégias adotadas por seus autores para conferir autoridade a seu discurso.

Já no que respeita ao uso da doutrina aristotélica no tratamento da invenção feito por Antônio, podemos concluir que não foram muitas as semelhanças que pudemos encontrar. Deixando de lado, obviamente, a doutrina do *status quaestionis*, que é posterior a Aristóteles, a doutrina dos tópicos da argumentação, tal como apresentada no *Do orador* e, de maneira muito mais aprofundada, nos *Tópicos* de Cícero, guarda semelhanças muito superficiais com os tópicos apresentados na obra homônima de Aristóteles. O público leitor a que o Arpinate e o Estagirita se dirigem, antes de tudo, é diverso: enquanto este tem em mente dotar de método argumentativo o filósofo no contexto dos debates dialéticos, Cícero, por meio de Antônio, pretende fornecer a um orador já conhecedor da doutrina retórica e já experiente nas causas tópicos que funcionem de maneira mnemônica (concordando, neste aspecto, com os manuais) para fornecer argumentos para qualquer causa. Tal diferença de público, por sua vez, determina também a maneira como os tópicos são apresentados em um e outro caso: no *Do orador*, não há formulações de caráter teórico a respeito dos tópicos, mas apenas exemplificações do uso de cada um deles, enquanto nos *Tópicos* Aristóteles procura fornecer em detalhe as premissas envolvidas no uso de cada um deles.

Comparando o *ethos* aristotélico ao *conciliare* ciceroniano, vemos que a semelhança encontra-se apenas na organização da matéria segundo as três *πίστεις/res* e no fato de ambos os autores considerarem esta uma das três categorias de provas artísticas. Enquanto o *ethos* de Aristóteles deve ser fruto unicamente do discurso do orador, o *conciliare* de Antônio contempla a reputação e a vida pregressa do orador e do réu; o Estagirita pretende, para que seu orador seja digno de fé, que cause a impressão de ser prudente, virtuoso e benevolente, enquanto Antônio prevê enorme gama de qualidades que seu orador deve aparentar (afabilidade, generosidade, brandura, devoção, gratidão, ausência de ambição e avarizia, honestidade, modéstia, boa índole, entre outras), sem contar as que prevê para o réu (justiça, integridade, piedade respeito e tolerância); ao *conciliare* de Antônio, enfim, correspondem um gênero preciso de discurso, caracterizado como calmo, simples e brando, e uma *actio* específica, que deve ser branda e expressar afabilidade. Tais associações não estão presentes no tratamento de Aristóteles.

Por fim, os tratamentos das paixões feitos por Aristóteles e Cícero-Antônio são, substancialmente, diversos, ainda que apresentem alguns pontos de contato e partam de uma mesma constatação, o fato de que os julgamentos das pessoas variam de acordo com a paixão a que estão submetidos. Como pudemos observar, fazendo uso da síntese de Solmsen, Aristóteles parte da definição de cada paixão para, em seguida, desenvolver as implicações de cada definição e apontar as

circunstâncias e o tipo de pessoas em que podem surgir ou em quem podem ser inculcadas. O movimento operado por Antônio é diverso: embora também enumere as paixões, não está interessado em definições de caráter filosófico, que criticara, no livro I, como inúteis para a persuasão do ponto de vista do orador, mas em apontar os modos de provocar ou apaziguar os *motus animi* nos ouvintes, ainda que tal exposição não seja exaustiva nem sistemática. Mesmo quando Aristóteles e Antônio enumeram as causas das paixões, fazem-no com objetivos diferentes: se para o primeiro tal enumeração constitui um fim (o que levou estudiosos como Kennedy a postularem que o tratamento dos *pathé*, na *Retórica*, é uma adaptação de um estudo feito em contexto diverso e para público diverso), para o segundo serve como premissa para as estratégias a serem adotadas para provocá-las ou apaziguá-las. Tal como no caso do *conciliare*, também no do *concitare* Antônio preceitua um gênero de discurso específico que lhe é apropriado, caracterizado como forte, rigoroso e veemente, relação ausente da exposição de Aristóteles.

Por fim, podemos depreender de nossas análises que não é possível tirar conclusões definitivas acerca do conhecimento direto, indireto ou resumido que Cícero teria da *Retórica* de Aristóteles. De fato, nada impede que, à sua costumeira maneira acadêmica de selecionar dos *auctores* aquilo que lhe parecesse mais próximo da verdade em cada contexto, o Arpinate, conhecendo a obra, operasse sobre ela o recorte que lhe parecesse mais adequado a seus objetivos, não havendo, a nosso ver, motivo para que fosse fiel ou, mesmo, servil a uma “fonte” específica. No limite, parece válida a formulação da questão apresentada já no juvenil *Da invenção*, no prefácio ao livro II:

Quod quoniam nobis quoque voluntatis accidit ut artem dicendi perscriberemus, non unum aliquid proposuimus exemplum cuius omnes partes, quocumque essent in genere, exprimendae nobis necessarie viderentur; sed, omnibus unum in locum coactis scriptoribus, quod quisque commodissime praecipere videbatur excerpimus et ex variis ingeniis excellentissima quaeque libavimus. Ex eis enim qui nomine et memoria digni sunt nec nihil optime nec omnia praeclarissime quisquam dicere nobis videbatur. Quapropter stultitia visa est aut a bene inventis alicuius recedere si quo in vitio eius offenderemur, aut ad vitia eius quoque accedere cuius aliquo bene praecepto duceremur.

É que, uma vez que também nós nos dispusemos a escrever uma arte oratória, não estabelecemos um modelo único do qual todas as partes, qualquer que fosse sua natureza, parecesse-nos dever ser expressa necessariamente; mas, reunindo num único lugar todos os escritores, selecionamos aquilo que cada um parecia preceituar da maneira mais adequada e extraímos cada uma das melhores partes de engenhos variados. De fato, dentre aqueles que são dignos de renome e memória, não havia ninguém que nos parecesse não falar nada muito bem ou tudo de maneira excelente. Em razão disso, pareceu-nos tolice afastarmo-nos das boas descobertas de alguém, se estivéssemos

descontentes com algum erro seu, ou incorreremos também nos erros daquele cujo bom preceito nos guiasse.²⁸⁴

Dentro de tal chave interpretativa, Cícero poderia conhecer a versão completa da *Retórica* de Aristóteles e, ainda assim, selecionar dela apenas aquilo que fosse coerente com seu objetivo de centrar a obra na figura do orador, como a divisão das três *písteis* artísticas. Como diria o jovem Cícero, seria tolice agir de outra forma.

²⁸⁴ Cícero, *De inv.* II, 2, 4.

Bibliografia

I. Edições do *De oratore*:

CICERO. *De oratore* I-III (with introduction and notes by Augustus S. Wilkins). Bristol, Bristol Classical Press, 2002.

----- . *De oratore Libri III* (2 band: buch I 166/Buch II 98 – Kommentar von Anton D. Leeman, Harm Pinkster und Hein L. W. Nelson). Heidelberg, Carl Winter Universitätsverlag, 1985.

----- . *On the Ideal Orator* (translated, with Introduction, Notes, Appendixes, Glossary, and Indexes by James M. May & Jakob Wisse). New York/Oxford, Oxford University Press, 2001.

----- . *On Oratory and Orators* (translated or (sic) edited by J. S. Watson). Carbondale & Edwardsville, Southern Illinois University Press, 1986.

CICÉRON. *De l'orateur – livre premier* (texte établi et traduit par Edmond Courbaud). Paris, Les Belles Lettres, 1950.

----- . *De l'orateur – livre deuxième* (texte établi et traduit par Edmond Courbaud). Paris, Les Belles Lettres, 1950.

----- . *De l'orateur – livre troisième* (texte établi par Henri Bornecque et traduit par Edmond Courbaud et Henri Bornecque). Paris, Les Belles Lettres, 1930.

CICERÓN. *Sobre el orador* (introducción, traducción y notas de José Javier Iso). Madrid, Editorial Gregos, 2002.

CICERONE. *Dell'oratore* (con un saggio introduttivo di Emanuele Narducci). Milano, BUR, 2006.

II. Edições de outras obras de Cícero:

CICERO. *Cato maior de senectute* (edited with introduction and commentary by J. G. F. Powell). Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

----- . *Brutus* (with an English translation by G. L. Hendrickson), *Orator* (with an English translation by H. M. Hubbell). Cambridge, Massachussets/London, Harvard University Press/William Heineman Ltd., 1988.

----- . *De optimo genere oratorum* (edidit, commentario critico instruxit Antonella Ippolito). Palermo, L'epos, 1998.

----- . *Letters to Atticus*, Vol. I (edited and translated by D. R. Shackleton Bailey). Cambridge, Massachussets/London, Harvard University Press, 2006.

----- . *Letters to Atticus*, Vol. II (edited and translated by D. R. Shackleton Bailey). Cambridge, Massachussets/London, Harvard University Press, 1999.

----- . *Letters to Atticus*, Vol. III (edited and translated by D. R. Shackleton Bailey). Cambridge, Massachussets/London, Harvard University Press, 1999.

----- . *Letters to Atticus*, Vol. IV (edited and translated by D. R. Shackleton Bailey). Cambridge, Massachussets/London, Harvard University Press, 1999.

----- . *Letters to Friends*, Vol. I (edited and translated by D. R. Shackleton Bailey). Cambridge, Massachussets/London, Harvard University Press, 2001.

----- . *Letters to Friends*, Vol. II (edited and translated by D. R. Shackleton Bailey). Cambridge, Massachussets/London, Harvard University Press, 2001.

----- . *Letters to Quintus and Brutus, to Octavian, Invectives, Handbook of Electioneering* (edited and translated by D. R. Shackleton Bailey). Cambridge, Massachussets/London, Harvard University Press, 2002.

----- . *Rhetorica II – Brutus, Orator, De optimo genere oratorum, Partitiones oratoriae, Topica* (recognovit breuique adnotatione critica instruxit A. S. Wilkins). Oxonii e typographeo Clarendoniano, 1987.

----- . *Select Letters* (edited by D. R. Shackleton Bailey). Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

----- . *Selected Letters* (translated with an introduction by D. R. Shackleton Bailey). London, Penguin Books, 1986.

- . *On Academic Scepticism* (translated with Introduction and Notes by Charles Brittain). Indianapolis/Cambridge, Hackett Publishing Company, 2006.
- . *On Invention, Best Kind of Orator, Topics* (with an English translation by H. M. Hubbell). Cambridge, Massachusetts/London, Harvard University Press, 2006.
- . *Topica* (editio, commentario critico instruit Georgius di Maria). Palermo, L'epos, 1994.
- . *Topica* (edited with a translation, introduction, and commentary by Tobias Reinhardt). Oxford, Oxford University Press, 2005.
- . *Tusculan Disputations* (with an English translation by J. E. King). Cambridge, Massachusetts/London, Harvard University Press, s. d.
- CÍCERO. *Dos deveres* (tradução de Angélica Chiappetta). São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- CICÉRON. *De l'invention* (texte établi et traduit par G. Achard). Paris, Les Belles Lettres, 1994.
- CICERÓN. *El orador*. Madrid, Alianza Editorial, 2006.
- CICERONE. *L'oratore* (a cura di Giannicola Barone). Milano, Mondadori, 2006.
- III. Edições de obras de outros autores antigos:
- ARISTOTE. *Rhétorique*, livre II (texte établi et traduit par Médéric Dufour). Paris, Les Belles Lettres, 1991.
- ARISTÓTELES. *Retórica* (introdução de Manuel Alexandre Júnior; tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena). Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- . *Retórica* (introducción, traducción y notas de Alberto Bernabé). Madrid, Alianza Editorial, 2005.
- . *Retórica das Paixões* (introdução, notas e tradução do grego de Ísis Borges B. da Fonseca). São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- ARISTOTLE. *On Rhetoric – A Theory of Civic Discourse* (newly translated, with Introduction, Notes, and Appendices by George A. Kennedy). New York/Oxford, Oxford University Press, 1991.
- . *Posterior Analytics* (edited and translated by H. Tredennick), *Topica* (edited and translated by E. S. Forster). Cambridge, Massachusetts/London, Harvard University Press, 2004.
- . *Problems* (books 32-38 with an English translation by W. S. Hett), *Rhetorica ad Alexandrum* (with an English translation by H. Rackham). Cambridge, Massachusetts/London, Harvard University Press, 2001.
- . *Rhetoric* (with a commentary by Edward Meredith Cope revised and edited by John Edwin Sandys). Cambridge, Cambridge University Press, 1877.
- . *Rhetoric I – A Commentary* (by William M. A. Grimaldi, S. J.). New York, Fordham University Press, 1980.
- . *Rhetoric II – A Commentary* (by William M. A. Grimaldi, S. J.). New York, Fordham University Press, 1988.
- . *The Art of Rhetoric* (translated with an introduction and notes by H. C. Lawson-Tancred). London, Penguin Books, 1991.
- [CÍCERO]. *Retórica a Herênio* (tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra). São Paulo, Hedra, 2005.
- ISOCRATES. *Discourses*, Vol. II (with an English translation by George Norlin). Cambridge, Massachusetts/London, Harvard University Press, 1992.
- PLATÃO. *Fedro* (tradução e notas de Pinharanda Gomes). Lisboa, Guimarães Editores, 2000.
- PLATO. *Phaedrus* (with translation and commentary by C. J. Rowe). Warminster, Aris & Phillips, 1988.
- PLATON. *Phèdre* (texte établi et traduit par Claude Moreschini et Paul Vicaire; préface de Jacques Brunschwig; introduction et notes de Guy Samama). Paris, Les Belles Lettres, 2002.
- PSEUDO-ARISTOTE. *Rhétorique à Alexandre* (texte établi et traduit par Pierre Chiron). Paris, Les Belles Lettres, 2002.

- QUINTILIANO. *La formazione dell'oratore* (volume primo - libri I-IV; introduzione di Michael Winterbottom, traduzione e note di Stefano Corsi). Milano, Biblioteca Universale Rizzoli, 1997.
- *La formazione dell'oratore* (volume secondo - libri V-VIII; traduzione e note di Cesare Marco Calcante e Stefano Corsi). Milano, Biblioteca Universale Rizzoli, 1997.
- *La formazione dell'oratore* (volume secondo - libri IX-XII; traduzione e note di Cesare Marco Calcante). Milano, Biblioteca Universale Rizzoli, 1997.
- IV. Estudos modernos:
- ALBRECHT, M. von. *Cicero's Style - A Synopsis followed by selected analytic studies*. Leiden/Boston, Brill, 2003.
- ALLEN, J. "Aristotle on the Disciplines of Argument - Rhetoric, Dialectic, Analytic". In: *Rhetorica*, Vol. 25, No. 1, 2007, pp. 87-108.
- ALVES, B. de O. *Os Tópicos de Marco Túlio Cícero: introdução e tradução*. São Paulo, 2001 (dissertação).
- BALLA, C. "Plato and Aristotle on Rhetorical Empiricism". In: *Rhetorica*, Vol. 25, No. 1, 2007, 73-85.
- BALSDON, J. P. V. D. "Auctoritas, Dignitas, Otium". In: *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 10, No. 1, 1960, pp. 43-50.
- BARWICK, K. "Die Gliederung der *Narratio* in der rhetorischen Theorie und ihre Bedeutung für die Geschichte des antiken Romans". In: *Hermes*, 63, 1928, pp. 261-287.
- BICKEL, E. "C. CAESAR L. F. Persona in Ciceronis Dialogo de Oratore, Terentiomastix in Ciceronis Limone, Fragmenta C. Caesaris L. f. oratoris et poetae colliguntur". In: *Rheinisches Museum für Philologie*, Neue Folge, Hundertster Band, 1957, pp. 1-41.
- BRAET, A. C. "Aristotle's Almost Unnoticed Contribution to the Doctrine of Stasis". In: *Mnemosyne*, Vol. 52, fasc. 4, 1999, pp. 408-433.
- "The Oldest Extant Rhetorical Contribution to the Study of Fallacies (Cicero *On invention*, 1.78-96, and *Rhetoric to Herennius*, 2.31-46: Reducible to Hermagoras?". In: *Philosophy and Rhetoric*, Vol. 40, No. 4, 2007, pp. 416-433.
- "Hermagoras and the Epicheireme". In: *Rhetorica*, Vol. 22, No. 4, 2004, pp. 327-347.
- BUCKLEY, M. J., "Philosophic Method in Cicero". In: *History of Philosophy*, s.d., pp. 144-154.
- CHIAPPETTA, A. *Ad animos faciendos - Comoção, fé e ficção nas Partitiones oratoriae e no De officiis de Cícero*. São Paulo, 1997 (tese).
- CLARK, M. E. & RUEBEL, J. S. "Philosophy and Rhetoric in Cicero's *Pro Milone*". In: *Rheinisches Museum für Philologie*, Neue Folge, 128 Band, Heft1, 1985, pp. 57-72.
- CLASSEN, C. J. "Rhetoric and Literary Criticism: their Nature and their Functions in Antiquity". In: *Mnemosyne*, Vol. 48, fasc. 5, pp. 513-535.
- CLAYTON, E. W. "The Audience for Aristotle's *Rhetoric*". In: *Rhetorica*, Vol. 22, No. 2, 2004, pp. 183-203.
- COENEN, H. G. "La Classification des exemples d'après Aristote (*Rhétorique* 2,20). In: *Argumentation*, Vol. 6, 1992, pp. 321-336.
- COLE, T. *The Origins of Rhetoric in Ancient Greece*. Baltimore and London, The John Hopkins University Press, 1995.
- CORBEILL, A. *Controlling Laughter - Political Humor in the Late Roman Republic*. Princeton, Princeton University Press, 1996.
- "Education in the Roman Republic: Creating Traditions". In: TOO, Y. L. (editor) *Education in Greek and Roman Antiquity*. Leiden/Boston, Brill, 2001, pp. 261-287.
- COOPER, J. M. "Rhetoric, Dialectic, and the Passions". In: TAYLOR, C. C. W. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, v. XI, 1993. Oxford, Clarendon Press, 1993, pp. 175-198.
- CUCCHIARELLI, A. "La definizione di *studium* in Cic. *Inv.* 1, 36 e 2, 31". In: *Rivista di Filologia e di Istruzione Classica*. Torino, Loescher Editore, 1997, pp. 286-294.
- DILTS, M. R. & KENNEDY, G. A. (eds.) *Two Greek Rhetorical Treatises from the Roman Empire* (introduction, text, and translation of the Arts of Rhetoric attributed to Anonymous Seguerianus and to Apsines of Gadara. Leiden/New York/Köln, Brill, 1997.

- DYCK, T. ED. "Topos and Enthymeme". In: *Rhetoric*, Vol. 20, No. 2, 2002, pp. 105-117.
- EARLE, M. L. "Critical Notes on Cicero De Oratore I". In: *The Classical Review*, Vol. 11, No. 1, 1897, pp. 22-26.
- FANTHAM, E. "Ciceronian Conciliare and Aristotelian Ethos". In: *Phoenix*, Vol. 27, No. 3, 1973, pp. 262-275.
- ~~~~~. "Imitation and Evolution: The Discussion of Rhetorical Imitation in Cicero De oratore 2, 87-97 and Some Related Problems of Ciceronian Theory". In: *Classical Philology*, Vol. 73, No 1, 1978, pp. 1-16.
- ~~~~~. "On the use of *genus*-terminology in Cicero's rhetorical work". In: *Hermes – Zeitschrift für klassische Philologie* 107, 1979, pp. 441-458.
- ~~~~~. *The Roman World of Cicero's De oratore*. Oxford, Oxford University Press, 2004.
- ~~~~~. "Varietas and Satietas; De oratore 3.96-103 and the limits of *ornatus*". In: *Rhetorica*, Vol. 6, No. 3, 1988, pp. 275-290.
- FJESLTAD, P. "Restraint and Emotion in Cicero's De oratore". In: *Philosophy and Rhetoric*, Vol. 36, No 1, 2003, pp. 39-47.
- FORTENBAUGH, W. W. "Aristotle on Persuasion through Character". In: *Rhetorica*, Vol. 10, No. 3, 1992, pp. 207-244.
- ~~~~~. "Benevolentiam conciliare and animos permovere: Some remarks on Cicero's De oratore 2.178-216". In: *Rhetorica*, Vol. 6, No. 3, 1988, pp. 259-273.
- ~~~~~. "Cicero as a Reporter of Aristotelian and Theophrastean Rhetorical Doctrine". In: *Rhetorica*, Vol.. 23, No.. 1, 2005, pp. 37-64.
- ~~~~~. "Persuasion through Character and the Composition of Aristotle's Rhetoric". In: *Rheinisches Museum für Philologie*, Neue Folge, 134 Band, Heft 2, 1991, 152-156.
- GILL, C. "The Ethos/Pathos Distinction in Rhetorical and Literary Criticism". In: *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 34, No. 1, 1984, pp. 149-166.
- GOTTSCHALK, H. B. *Heraclides of Pontus*. Oxford, Clarendon Press, 1998.
- GRANT, W. L. "Cicero and the *Tractatus Coislinianus*". In: *The American Journal of Philology*, Vol. 69, No. 1, 1948, pp. 80-86.
- GRIFFIN, M. & BARNES, J. (eds). *Philosophia Togata I – Essays on Philosophy and Roman Society*. Oxford, Clarendon Press, 1989.
- ~~~~~. *Philosophia Togata II – Plato and Aristotle at Rome*. Oxford, Clarendon Press, 1999.
- GOODWIN, J. "Cicero's Authority". In: *Philosophy and Rhetoric*, Vol. 34, No. 1, 2001, pp. 38-60.
- GÖRLER, W. "From Athens to Tusculum: Gleaning the Background of Cicero's De oratore". In: *Rhetorica*, Vol. 6, No. 3, 1988. pp. 215-235.
- GREEN, L. D. "Aristotelian Rhetoric, Dialectic, and the Traditions of Anti/strofov". In: *Rhetorica*, Vol. 8, No. 1, 1990, pp. 5-27.
- GUANDALIGNI, B. O. *O exórdio dos diálogos de Cícero*. São Paulo, 2005 (dissertação).
- GUITE, H. "Cicero's Attitude to the Greeks". In: *Greece & Rome*, 2nd. Ser., Vol. 9, No. 2, 1962, pp. 142-159.
- HALL, J. "Persuasive Design in Cicero's 'De Oratore'". In: *Phoenix*, Vol. 48, No 3, 1994, pp. 210-225.
- ~~~~~. "Social Evasion and Aristocratic Manners in Cicero's De Oratore". In: *The American Journal of Philology*, Vol. 117, No. 1, 1996, pp. 95-120.
- HEATH, M. "The Substructure of Stasis-Theory from Hermagoras to Hermogenes". In: *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 44, No. 1, 1994, pp. 114-129.
- HEINZE, R. "Fides". In: *Hermes*, 64, 1929, pp. 140-166.
- HENDRICKSON, G. L. "Literary Sources in Cicero's Brutus and the Technique of Citation in Dialogue". In: *The American Journal of Philology*, Vol. 27, No. 2, 1906, pp. 184-199.
- HINKS, D. A. G. "Tria Genera Causarum". In: *The Classical Quarterly*, Vol. 30, No. 3/4, 1936, pp. 170-176.

- HUTCHINSON, G. O. "Rhythm, Style, and Meaning in Cicero's Prose". In: *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 45, No. 2, 1995, pp. 485-499.
- INNES, D. "Cicero on Tropes". In: *Rhetorica*, Vol. 6, No. 3, 1988, pp. 307-325.
- JOHNSTONE, C. L. "An Aristotelian Trilogy: Ethics, Rhetoric, Politics, and the Search for Moral Truth". In: *Philosophy and Rhetoric*, Vol. 13, No. 1, 1980, pp. 1-24.
- JONES, R. E. "Cicero's accuracy of Characterization in His Dialogues". In: *The American Journal of Philology*, Vol. 60, No. 3, 1939, pp. 307-325.
- KASTELY, J. L. "The Recalcitrance of Aggression: An Aporetic Moment in Cicero's *De inventione*". In: *Rhetorica*, Vol. 20, No. 3, 2002, pp. 235-262.
- KENNEDY, G. A. "The Earliest Rhetorical Handbooks". In: *The American Journal of Philology*, Vol. 80, No. 2, 1959, pp. 169-178.
- . "The Rhetoric of Advocacy in Greece and Rome". In: "The American Journal of Philology", Vol. 89, No. 4, 1968, pp. 419-436.
- KIENSPOINTNER, M. "Persuasive Paradoxes in Cicero's Speeches". In: *Argumentation*, Vol. 17, 2003, pp. 47-63.
- KIRBY, J. T. "The 'Great Triangle' in Early Greek Rhetoric and Poetics". In: *Rhetorica*, Vol. 8, No. 3, 1990, pp. 213-228.
- LEACH, E. W. "Ciceronian 'Bi-Marcus': Correspondence with M. Terentius Varro and L. Papirius Paetus in 46 B.C.E." In: *Transactions of the American Philological Association*, Vol. 129, 1999, pp. 139-179.
- LEEMAN, A. D. "Entstehung und Bestimmung von Ciceros *De oratore*". In: *Mnemosyne*, Vol. 31, fasc. 3, 1978, pp. 253-264.
- . "The Structure of Cicero's *De oratore I*". In: MICHEL, A. & VERDIERE, R. *CICERONIANA – Hommages à Kazimierz Kumaniecki*. Leiden, E. J. Brill, 1975, pp.140-149.
- LEEMAN, A. D. & PINKSTER, H. "Notes on Cicero, *De oratore I*". In: *Mnemosyne*, Vol. 21, fasc. 1, 1968, pp. 386-393.
- . "Notes on Cicero, *De oratore (II)*". In: *Mnemosyne*, Vol. 25, fasc. 1, 1972, pp. 63-68.
- LEIGH, M. "Quintilian on the Emotions (Institutio Oratoria 6 Preface and 1-2)". In: *The Journal of Roman Studies*, Vol. 94, 2004, pp. 122-140.
- LÉVY, C. "La conversation à Rome à la fin de la République: des pratiques sans théories?". In: *Rhetorica*, Vol. 11, 1993, pp. 399-414.
- LIVINGSTONE, N. "Writing Politics": Isocrates' Rhetoric of Philosophy". In: *Rhetorica*, Vol. 25, No. 1, 2007, pp. 15-34.
- KASTELY, J. L. "The Recalcitrance of Aggression: An Aporetic Moment in Cicero's *De inventione*". In: *Rhetorica*, Vol. 19, No. 3, 2001, pp. 235-262.
- KELLOGG, M. "Wilkins's Edition of the *De Oratore*". In: *The Classical Review*, Vol. 7, No. 3, 1893, pp. 125-128.
- LAUSBERG, H. *Handbook of Literary Rhetoric – A Foundation for Literary Study* (edited by David E. Orton & R. Dean Anderson; foreword by George A. Kennedy). Leiden, Brill, 1998.
- LEFF, M. "Commonplaces and Argumentation in Cicero and Quintilian". In: *Argumentation*, Vol. 10, 1996, pp. 445-452.
- LOPES, D. R. N. *O Filósofo e o Lobo – Filosofia e Retórica no Górgias de Platão*. Campinas, 2008 (tese).
- LORD, C. "The Intention of Aristotle's 'Rhetoric'". In: *Hermes – Zeitschrift für Klassische Philologie*, 109 Band, Heft 3, 1981, pp. 326-339.
- . "On the Early History of the Aristotelian Corpus". In: *The American Journal of Philology*, Vol. 107, No. 2, 1986, pp. 137-161.
- MAY, J. M & WISSE, J. "Introduction". In: ————. *On the Ideal Orator* (translated, with Introduction, Notes, Appendixes, Glossary, and Indexes by James M. May & Jakob Wisse). New York/Oxford, Oxford University Press, 2001, pp. 3-55.

- MCALL, M. "Cicero, De Oratore III, 39, 157". In: *The American Journal of Philology*, Vol. 90. No. 2, 1969, pp. 215-219.
- MCADON, B. "Two Irreconcilable Conceptions of Rhetorical Proofs in Aristotle's Rhetoric". In: *Rhetorica*, Vol. 22, No. 4, 2004, pp. 307-325.
- MICHEL, A. *Les rapports de la rhétorique et de la philosophie dans l'oeuvre de Cicéron*. Louvain/Paris/Sterling, Éditions Peeters, 2003.
- MONTEFUSCO, L. C. "Cicerone, De oratore: la doppia funzione dell'ethos dell'oratore". In: *Rhetorica*, Vol. 10, No. 3, 1992, pp. 245-259.
- MORTENSEN, D. E. "The loci of Cicero". In: *Rhetorica*, Vol. 26, 2008, pp. 31-56.
- MUCKELBAUER, J. "Imitation and Invention in Antiquity: An Historical-Theoretical Revision". In: *Rhetorica*, Vol. 21, No. 2, 2003, pp. 61-88.
- OLOF, G. "Cicero und Aristoteles". In: *Hermes*, 87, 1959, pp. 143-162.
- PAPILLION, T. "Isocrates' techne and Rhetorical Pedagogy". In: *Rhetoric Society Quarterly*, Vol. 25, 1995, pp. 149-163.
- PENDRICK, G. J. "Plato and r(htorikh)". In: *Rheinisches Museum für Philologie*, Neue Folge, 141 Band, Heft 1, 1998, 10-23.
- POWELL, J. G. F. "Introduction". In: CICERO. *Cato maior de senectute* (edited with introduction and commentary by J. G. F. Powell). Cambridge, Cambridge University Press, 2004, pp. 1-51.
- ~~~~~. *Cicero the Philosopher: Twelve Papers*. Oxford, Clarendon Press, 1995.
- POWELL, J. & PATERSON, J. *Cicero the Advocate*. Oxford, Oxford University Press, 2004.
- PRICE, B. J. "Cicero 'De Oratore' 2.264-265. Facetiae ex Exemplis?" In: *The Classical Journal*, Vol. 71, No. 2, 1975-1976, pp. 165-168.
- RAWSON, E. "Cicero the Historian and Cicero the Antiquarian". In: *The Journal of Roman Studies*, Vol. 62, 1972, pp. 33-45.
- REINHARDT, T. "Rhetoric in the Fourth Academy". In: *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 50, No. 2, 2000, pp. 531-547.
- RENTING, D. S. A. "The Manuscripts of Cicero's De Oratore: E is a Descendant of A". In: *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 46, No. 1, 1996, pp. 183-195.
- ~~~~~. "Three textcritical Notes on Cicero, De Oratore (II, 321; 327; 364)". In: *Mnemosyne*, Vol. 45, No. 2, 1992, pp. 228-234.
- ROMILLY, J. DE. "Eunoia in Isocrates or the Political Importance of Creating Good Will". In: *The Journal of Hellenic Studies*, Vol. 78, 1958, pp. 92-101.
- RORTY, A. O. (ed.) *Essays on Aristotle's Rhetoric*. Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1996.
- RUCH, M. *Le préambule dans les oeuvre philosophiques de Cicéron – Essai sur la genèse et l'art du dialogue*. Paris, Les Belles Lettres, 1958.
- RYDBERG-COX, J. A. "Oral and Written Sources in Athenian Forensic Rhetoric". In: *Mnemosyne*, Vol. 61, fasc. 6, 2003, pp. 652-665.
- SANTOS, M. MARTINHO DOS. "Arte dialógica e epistolar segundo as *Epístolas morais a Lucílio*". In: *Letras Clássicas*, n. 3, pp. 45-93, 1999.
- SCHÜTRUMPF, E. "Cicero De Oratore I and Greek Philosophical Tradition". In: *Rheinisches Museum für Philologie*, Neue Folge, 133 Band, Heft 3-4, 1990, 310-321.
- SCRIBNER, H. S. "Cicero as a Hellenist". In: *The Classical Journal*, Vol. 16, No. 2, 1920, pp. 81-92.
- SHOREY, P. Φύσις, μελετή, επιστήμη. In: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 40, 1909, 185-201.
- SMETHURST, S. E. "Cicero and Isocrates". In: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 84, 1953, pp. 262-320.
- SOLMSEN, F. "Aristotle and Cicero on the Orator's Playing upon the Feelings". In: *Classical Philology*, Vol. 33, No. 4, 1938, pp. 390-404.

- . "The Aristotelian Tradition in Ancient Rhetoric". In: *The American Journal of Philology*, Vol. 62, No. 1, 1941, pp. 35-50.
- . "The Aristotelian Tradition in Ancient Rhetoric". In: *The American Journal of Philology*, Vol. 62, No. 2, 1941, pp. 169-190.
- SPOSITO, G. *Il luogo dell'oratore – Argomentazione topica e retorica forense in Cicerone*. Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 2001.
- STEEL, C. *Cicero, Rhetoric, and Empire*. Oxford, Oxford University Press, 2006.
- . "Roman Oratory". In: *Greece and Rome – New Surveys in the Classics* No. 36. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- SZLEZÁK, T. A. *Ler Platão*. São Paulo, Edições Loyola, 2005.
- THEODORAKAKOU, A. "What is at Issue in Argumentation? Judgment in the Hellenistic Doctrine of *Krinomenon*". In: *Argumentation*, Vol. 19, 2005, pp. 239-250.
- THORSRUD, H. "Cicero on his Academic Predecessors – the Fallibilism of Arcesilaus and Carneades". In: *Journal of the History of Philosophy*, Vol. 40, No. 1, 2002, 1-18.
- TREGGIARI, S. "Home and Forum: Cicero between 'Public' and 'Private'". In: *Transactions of the American Philological Association*, Vol. 128, 1998, pp. 1-23.
- VOLKMANN, R. *Die Rhetorik der Griechen und Römer*. Hildesheim/Zürich/New York, Georg Olms Verlag, 1987.
- WALLACH, B. P. "Cicero's *Pro Archia* and the Topics". In: *Rheinisches Museum für Philologie*, Neue Folge, 132 Band, Heft 3-4, 1989, pp. 313-331.
- WEBB, R. "Imagination and the arousal of the emotions in Greco-Roman rhetoric". In: *The Passions in Roman Thought and Literature*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.
- WILCOX, S. "Corax and the Prolegomena". In: *The American Journal of Philology*, Vol. 64, No. 1, 1943, pp. 1-23.
- . "The Scope of Early Rhetorical Instruction". In: *Harvard Studies in Classical Philology*, Vol. 53, 1942, pp. 121-155.
- ZERBA, M. "Love, Envy, and Pantomimic Morality in Cicero's 'De oratore'". In: *Classical Philology*, Vol. 97, No. 4, 2002, pp. 299-321.
- ZOMPETTI, J. P. "The Value of Topoi". In: *Argumentation*, Vol. 20, 2006, pp. 15-28.

Parte II

Tradução de *Do orador*

1. Refletindo inúmeras vezes e rememorando os tempos antigos, Quinto, meu querido irmão, costumam parecer-me extremamente ditosos aqueles que, no apogeu da república, ao se distinguirem tanto pelas honrarias quanto pela glória de seus feitos, puderam conduzir suas vidas de modo a estar fora de perigo em seus negócios ou, no ócio, com dignidade; e houve uma época em que julgava que também a mim seria lícito, e concedido por quase todos, que passasse a ter descanso e a voltar novamente minha atenção para aqueles nossos ilustres estudos, caso o infinito trabalho das atividades no fórum, a ocupação com as candidaturas na carreira política e mesmo o declinar da idade o permitissem. 2. Tal esperança, nutrida em nossas reflexões e nossos planos, desenganaram-na não apenas as graves desventuras das circunstâncias gerais, mas também as diversas outras que se abateram sobre nós. De fato, exatamente no momento que seria, a julgar pelas aparências, o mais pleno de repouso e tranqüilidade, sobrevieram o maior número de inquietações e as mais turbulentas tempestades; nem nos foi concedido, embora fosse nosso desejo e aspiração, desfrutar do ócio para praticar e cultivar novamente, junto contigo, aquelas artes a que nos dedicamos desde meninos.

3. De fato, quando jovens, deparamo-nos com a perturbação da antiga ordem, e, em nosso consulado, atingimos o centro da disputa e da crise relativas a todas as questões; e, durante todo esse tempo após o consulado, lançamo-nos contra os vagalhões que, desviados por nós da ruína geral, recaíram sobre nós mesmos.

No entanto, seja em meio a tais adversidades da situação ou a tal falta de tempo, ocupar-me-ei de nossos estudos, e o quanto a perfídia dos inimigos, as causas dos amigos ou a república concederem-me de ócio, eu o dedicarei sobretudo a escrever. 4. Quanto a ti, meu irmão, não deixarei de atender a tuas exortações e pedidos, pois nem pela autoridade alguém pode ter mais valor junto a mim, nem pela vontade.

E devo rememorar uma antiga história, não muito nítida, é certo, mas adequada, segundo penso, àquilo que me solicitas – saber o que os homens mais eloqüentes e ilustres pensavam acerca da doutrina oratória como um todo. 5. De fato, como me disseste várias vezes, pretendes, pelo fato de os escritos que escaparam incompletos e grosseiros de nossos apontamentos, quando éramos meninos ou adolescentes, mal serem dignos desta nossa idade e desta experiência que granjeamos em tantas e tão importantes causas defendidas, que publiquemos algo mais refinado e completo acerca do mesmo tema; e costumamos por vezes discordar de mim neste assunto, porque eu afirmo que a eloqüência depende das realizações dos homens mais instruídos, tu, em contrapartida, julgas que ela deve ser separada do refinamento da doutrina e confiada a determinado tipo de talento e prática.

6. Quanto a mim, atentando inúmeras vezes aos homens mais eminentes e dotados dos mais eminentes talentos, pareceu-me apropriado perguntar o motivo de haver mais pessoas dignas de admiração nas demais atividades do que na oratória. De fato, para onde quer que voltemos nossa atenção e pensamento, veremos inúmeros homens excelentes em cada uma das espécies de atividades – e não as de pouca monta, mas as que são, provavelmente, as mais importantes. 7. Quem é, com efeito, que, se quiser medir o conhecimento dos homens ilustres pela utilidade ou grandeza de seus feitos, não há de colocar o general acima do orador? E quem há de pôr em dúvida que, desta única cidade, podemos citar um quase sem-número de comandantes de guerra extremamente distintos, mas quase ninguém que se tenha sobressaído na oratória? 8. Ademais, houve muitos, em nossa época, capazes de governar e conduzir o leme do estado com discernimento e sabedoria, muitos mais na de nossos pais e mesmo na de nossos antepassados, enquanto não se encontrou, durante muito tempo, um único orador bom, e quase nenhum tolerável a cada geração. No entanto, para que ninguém acaso julgue que esta teoria do discurso deva ser comparada antes com outros estudos, relativos a artes mais abstrusas e a determinada variedade de leituras, que com o mérito de um comandante ou a prudência de um senador honesto, volte sua atenção exatamente para tal gênero e repare que homens, e quantos, nela floresceram. Dessa forma, julgará com mais facilidade sobre quão grande é e sempre foi a escassez de oradores.

9. Não ignoras, com efeito, o fato de os mais doutos julgarem aquela que os gregos chamam de *philosophía* a procriadora, por assim dizer, e como que mãe de todas as artes de valor; nela, é difícil enumerar quantos homens de grande saber e grande variedade e abundância em seus estudos houve que não trabalharam isoladamente sobre um único tema, mas abarcaram tudo o que lhes era possível, fosse por meio da investigação científica, fosse da dialética. 10. Quem desconhece a quão obscuros temas e quão abstrusa, vasta e precisa arte dedicam-se os chamados matemáticos? No entanto, houve muitos homens completos nesse grupo, passando a impressão de que quase todos que assim desejaram conseguiram dedicar-se a essa ciência com bastante vigor. Quem se dedicou à música, quem se dedicou ao estudo das letras atualmente ensinado pelos chamados gramáticos, sem abarcar em sua totalidade, pelo conhecimento e reflexão, a essência quase infinita e a matéria de tais artes? 11. Sinceramente, parece-me apropriado dizer que, de todos aqueles que se dedicam aos estudos e doutrinas dessas artes extremamente liberais, houve um número muito pequeno de poetas egrégios; mas, mesmo desse exato número em que muito raro surge alguém excelente, se quisermos comparar cuidadosamente da multidão de latinos e gregos, encontraremos muito menos bons oradores do que poetas. 12. Isso deve parecer ainda mais admirável pelo fato de os estudos das demais artes beberem de fontes quase sempre recônditas e ocultas, enquanto toda a teoria oratória, ao alcance de todos, diz respeito a uma prática de certa maneira geral, bem como aos costumes e às conversas cotidianas dos

homens, de modo que, nas demais, sobressaia-se sobretudo aquele que estiver mais afastado do entendimento e juízo dos ignorantes, na oratória, o vício maior seja apartar-se do gênero comum de discurso e do costume da opinião geral.

13. E nem mesmo é possível afirmar que mais pessoas consagram-se às demais artes, ou que são movidas a dominá-las por um prazer maior, ou por mais ricas esperanças, ou por recompensas mais amplas. De fato, deixando de lado a Grécia, que sempre pretendeu ser a primeira no que diz respeito à eloquência, e a ilustre inventora de todas as doutrinas, Atenas, onde o mais elevado poder oratório foi não apenas inventado, como também aperfeiçoado, é evidente que aqui, nesta exata cidade, nenhum estudo jamais floresceu com tamanha força quanto a eloquência. 14. De fato, depois que se constituiu o domínio sobre todos os povos e a longa duração da paz fortaleceu o ócio, quase nenhum jovem desejoso de glória deixou de julgar que devesse dedicar-se ao seu estudo com todas as energias. Num primeiro momento, desconhecedores de qualquer teoria, aqueles que pensavam não haver qualquer método de exercícios ou qualquer preceito de arte atingiam o quanto podiam pelo engenho e pela reflexão; depois, quando se ouviram os oradores gregos, conheceram-se os seus escritos e empregaram-se os seus mestres, os latinos inflamaram-se com um inacreditável desejo de aprender. 15. Movia-os a magnitude, a variedade e a amplidão das causas de toda espécie, de modo que, à teoria alcançada pelo estudo de cada um, acrescia-se a prática freqüente, que superaria os preceitos de todos os mestres. Para tal estudo eram oferecidas, tal como hoje em dia, as maiores recompensas concernentes à influência, às riquezas ou ao prestígio. Quanto ao engenho, segundo podemos julgar por muitos indícios, o dos latinos superava em muito o de todos os demais povos. 16. Isso posto, quem não há de se admirar, e com razão, pelo fato de se encontrarem, em todo o registro de gerações, épocas e cidades, tão exíguo número de oradores? Ora, isso é algo mais importante do que os homens pensam, e composto de várias artes e ramos de estudo.

Que outra razão, dada a enorme multidão de aprendizes, a suprema abundância de mestres, homens de eminentíssimos engenhos, a infinita variedade das causas, as enormes recompensas oferecidas à eloquência, alguém há julgar ser a causa, senão a incrível magnitude e dificuldade dessa arte?

17. De fato, deve-se adquirir o conhecimento de inúmeros assuntos, sem o qual o fluxo de palavras é vazio e ridículo, e também o próprio discurso deve ser moldado não apenas pela escolha, como também pelo arranjo das palavras, e todas as paixões que a natureza atribuiu à raça humana devem ser minuciosamente conhecidas, porque todo o poder e toda a teoria oratória devem ser expressos acalmando-se ou incitando-se o pensamento dos ouvintes. É necessário que se somem a isso alguma graça, chistes e uma cultura digna de um homem livre, bem como rapidez tanto ao responder como ao atacar, acrescida de graciosidade com refinamento e urbanidade. 18. De resto, deve-se

dominar toda a história e o poder dos precedentes, e não se deve negligenciar o conhecimento das leis e do direito civil. Para que falar mais da própria ação, que deve ser guiada pelo movimento corporal, pela gesticulação, pela expressão facial, pela conformação e variação da voz; que qualidade tenha sozinha, por si mesma, mostram-no a insignificante arte dos atores e o palco, onde, apesar de todos esforçarem-se por controlar a boca, a voz, os movimentos, quem ignora quão poucos há e houve que possamos assistir tranqüilamente? Que dizer do repertório de todas as coisas, a memória? Cremos que, a não ser que ela seja usada como guardiã das coisas e palavras descobertas e pensadas, todas as coisas, ainda que extremamente ilustres num orador, hão de se arruinar. **19.** Por essa razão, deixemos de nos perguntar o motivo da escassez de oradores eloqüentes, uma vez que a eloqüência é constituída de todos aqueles elementos em que é grandioso aperfeiçoar-se isoladamente, e exortemos, antes, nossos filhos e os demais cuja glória e dignidade nos é cara, a se dedicarem vivamente à grandeza da eloqüência, e a não confiarem na possibilidade de atingir o que esperam por meio dos preceitos, mestres ou exercícios de que todos se servem, mas por meio de outros.

20. Segundo penso, nenhum orador poderá ser cumulado de toda a glória se não atingir o conhecimento de todos os grandes temas e artes. E, de fato, é preciso que o discurso floresça e se torne exuberante devido ao conhecimento dos temas. A não ser que, sob a superfície, esteja o entendimento e conhecimento do tema por parte do orador, ele terá uma elocução vazia e quase pueril. **21.** Mas não colocarei tamanho fardo sobretudo sobre os oradores latinos, imersos em tamanha ocupação com a cidade e com a vida, para não julgar que não lhe é permitido desconhecer coisa alguma, embora a faculdade do orador e a própria profissão de dizer bem pareça admitir e reconhecer que ele fale acerca de todo e qualquer assunto proposto ornada e abundantemente. **22.** Mas, por não duvidar que à maioria isso possa parecer uma tarefa gigantesca e infinita, e percebendo que os gregos, ricos não apenas em engenho e em saber, mas também em ócio e estudo, já realizaram uma partição das artes e não se dedicaram, cada um deles, a todos os gêneros, mas separaram, das demais formas de discurso, aquela parte da oratória que diria respeito aos debates públicos dos julgamentos ou das deliberações e deixaram ao orador apenas esse gênero, nestes livros não irei, dado que o tema é objeto de estudo e muita discussão, além do que lhe foi atribuído praticamente pelo consenso dos mais elevados homens, **23.** e retomarei, não determinada ordem dos preceitos tomada aos elementos de nossa antiga e pueril doutrina, mas aquilo que, soube outrora, foi examinado numa discussão de nossos conterrâneos mais eloqüentes e primeiros em toda dignidade; não que eu despreze o que os escritores e mestres de oratória gregos nos legaram, mas, como tais escritos são acessíveis e estão ao alcance de todos, e não podem, por meio de minha tradução, ser explicados com maior ornato ou expressos com maior clareza, concederás a licença, meu irmão, segundo penso, de

colocar acima dos gregos a autoridade daqueles a quem os latinos concederam a suma glória na oratória.

24. Então, na época em que o cônsul Felipe atacava com veemência a causa dos nobres, e o tribunaço de Druso, encarregado de defender a autoridade do senado, dava mostras já de instabilidade e enfraquecimento, lembro-me de me relatarem que, nos dias dos jogos romanos, L. Crasso, como que para se recobrar, retirou-se para sua vila em Túsculo; dizia-se que também estiveram presentes Q. Múcio, que fora seu sogro, e M. Antônio, aliado de Crasso nas deliberações do Estado e a ele ligado por laços de profunda amizade. 25. Acompanhavam Crasso dois jovens bastante íntimos de Druso e nos quais os mais velhos depositavam grandes esperanças em relação a sua autoridade, C. Cota, então candidato ao tribunaço, e P. Sulpício, que seria, logo em seguida, candidato a essa magistratura, segundo se pensava. 26. No primeiro dia, eles conversaram durante muito tempo, até anoitecer, acerca das circunstâncias e de política em geral, motivo de haverem ido para lá. Cota narrava muitas queixas e recordações daqueles três consulares, tão proféticas que mal algum poderia sobrevir à cidade que há muito já não houvessem percebido pairar sobre ela. 27. Relatava também que, terminada essa conversa, tamanha era a gentileza de Crasso que, depois de se banharem e deitarem, dissipara toda a tristeza daquela primeira conversa, e tal era a alegria daquele homem, e tamanha a sua graça ao falar, que o dia em meio a eles parecia digno do senado, o banquete, da vila de Túsculo. 28. Contava ainda que, no dia seguinte, depois que os mais velhos haviam já descansado o suficiente e passado a sua caminhada, Cévola, após duas ou três voltas, disse: - Por que não imitamos, Crasso, o Sócrates que está no *Fedro* de Platão? Pois me traz sua lembrança este teu plátano, que está espalhado por vastos ramos para dar sombra a este lugar tanto quanto aquele cuja sombra Sócrates procurava, que parece ter crescido não tanto pelo regato propriamente dito que ali se descreve, quanto pelo discurso de Platão.

29. Crasso, então, respondera: - Sim, mas façamos com mais comodidade ainda; que pedira almofadas e que todos acomodaram-se sobre os assentos que estavam sob o plátano.

Cota costumava contar que, para que todos descansassem ali da conversa precedente, Crasso iniciou uma conversa acerca do estudo da oratória. 30. Começando dessa forma, não lhe parecia que era preciso encorajar Sulpício e Cota, mas, antes, cobrir os dois de elogios por já haverem atingido tamanha habilidade, de modo a não apenas estarem à frente de seus contemporâneos, mas serem mesmo comparados aos mais antigos. Disse ele: - Na verdade, nada me parece mais notável do que ser capaz, por meio da oratória, de cativar as multidões de homens, conquistar suas mentes, impelir para onde se quiser suas vontades, desviá-las igualmente de onde se deseje. Esta única coisa sempre floresceu e sempre reinou em meio a qualquer povo livre, e sobretudo nas cidades pacatas e sobremaneira tranqüilas. 31. Pois o que é tão admirável quanto, de uma multidão infinita de

homens, erguer-se um único capaz de fazer, sozinho ou com muito poucos, o que a natureza concedeu a todos; ou o que é tão prazeroso conhecer ou ouvir quanto um discurso limado e ornado com pensamentos sábios e palavras graves; ou o que é tão poderoso e tão magnífico quanto mudarem-se as paixões do povo, os escrúpulos dos juizes, a gravidade do senado por meio do discurso de um único homem? 32. Demais, que há de tão magnífico, tão nobre, tão generoso quanto auxiliar os suplicantes, animar os aflitos, assegurar sua salvação, livrá-los dos perigos, salvar do exílio os cidadãos? E que há de mais necessário do que ter sempre em mãos as armas com que se possa, sem perigo, desafiar os ímprobos ou vingar-se quando provocado? E mais, para não levarmos em conta apenas o fórum, as bancadas, os rostros e a cúria, que pode haver mais prazeroso ou mais próprio da natureza humana do que uma conversa elegante e em nada grosseira? Distinguimo-nos sobremaneira dos animais unicamente por conversarmos uns com os outros e sermos capazes de expressar nossos pensamento por meio da palavra. 33. Sendo assim, quem não há de admirá-la com razão, e julgar que deva dedicar-se a ela de modo a superar os homens na única coisa em que estes distinguem-se dos animais? Mas, passando já ao que é mais importante, que outro poder foi capaz de reunir os homens dispersos num único lugar, ou conduzi-los da vida selvagem e bruta para nosso atual tipo de vida, humano e em sociedade, ou, ainda, depois de constituídas já as cidades, estabelecer leis, tribunais, direitos? 34. Mas, para não entrar em minúcias, que são praticamente sem número, encerrarei de modo breve: concludo, com efeito, que não apenas a dignidade do orador perfeito, mas também a da maior parte dos cidadãos privados e a de todo o Estado residem em sua liderança e sabedoria. Sendo assim, continuai como estais fazendo, meus jovens, aplicando-vos ao estudo em que estais, trazendo honra para vós mesmos, utilidade para os amigos, proveito para o Estado.

35. Cévola, então, disse cordialmente, como de costume: - Concordo no mais com Crasso, não diminuindo a arte ou a glória de C. Lélío, meu sogro, ou de meu genro aqui presente; porém, Crasso, temo não poder conceder-te estes dois pontos: em primeiro lugar, teres afirmado não apenas que as cidades foram inicialmente estabelecidas pelos oradores, mas também, muitas vezes, preservadas por eles; em segundo lugar, teres concludo que, à parte o fórum, as assembléias, os julgamentos, o senado, o orador é perfeito em todas as espécies de conversa e de cultura. 36. Pois quem te poderia conceder que o gênero humano, de início espalhado por montes e florestas, encerrou-se em cidadelas e muralhas, não impelido pelos conselhos dos sábios, mas, antes, seduzido pelo discurso dos eloqüentes? Ou, ainda, que as demais vantagens de estabelecer e preservar as cidades foram estabelecidas, não pelos homens sábios e corajosos, mas pelos eloqüentes e de fala ornada? 37. Acaso te parece que o ilustre Rômulo reuniu os pastores e refugiados, estabeleceu o matrimônio com os sabinos, ou mesmo reprimiu o poderio dos povos vizinhos pela eloqüência, não pela prudência e sabedoria singulares? Ora, e o que dizer de Numa Pompílio? E de Sêrvio Túlio? E

dos demais reis, que tiveram grande papel na constituição do Estado: acaso aparece neles algum vestígio de eloquência? E então? Depois da expulsão dos reis, não obstante percebermos que a própria expulsão foi realizada pela inteligência, não pela língua de L. Bruto, acaso não vemos que havia por toda parte abundância de idéias, vazio de palavras?

38. Quanto a mim, se quisesse servir-me de exemplos de nossa cidade ou das demais, poderia mencionar mais prejuízos do que vantagens trazidos pelos oradores mais eloqüentes. Porém, deixando de lado os demais exemplos, creio que, à exceção de vós dois, Crasso, os mais eloqüentes que ouvi foram Ti. e C. Semprônio, cujo pai, homem prudente e severo, nada eloqüente, salvou o Estado em diversas ocasiões, e sobretudo quando censor. Ora, ele transferiu os libertos para as tribos urbanas, não pela riqueza elaborada do discurso, mas por um gesto e uma palavra; se não o houvesse feito, o Estado, que hoje em dia mal conseguimos manter, há muito não estaria em nossas mãos. Por outro lado, quando seus filhos, eloqüentes e preparados para falar por todas as vantagens concedidas pela natureza ou pela formação teórica, receberam em mãos a cidade em seu maior florescimento (fosse devido à prudência do pai, fosse às armas dos ancestrais), arruinaram o Estado com sua eloquência, essa ilustre governadora das cidades, para usar tua expressão.

39. E então, o que dizer das antigas leis e dos costumes de nossos antepassados? E dos auspícios, que nós dois, Crasso, presidimos para grande segurança do Estado? E dos ritos e cerimônias? E destas leis civis, que já há muito tiveram abrigo em nossa família sem que tivéssemos qualquer mérito na eloquência: acaso foram inventados, conhecidos, ou sequer tratados pela turba dos oradores? 40. Ora, guardo na memória a pessoa de Sér. Galba, homem divino na oratória, bem como a de M. Emílio Porcina e a do próprio C. Carbão, que derrotaste quando eras ainda bastante jovem: desconhecedores das leis, pouco seguros nas instituições dos antepassados, ignorantes em direito civil; e essa vossa geração, Crasso, à exceção de ti, que aprendeste conosco o direito civil mais por teu zelo do que por alguma obrigação da parte dos eloqüentes, desconhece a tal ponto o direito, que chega a ser por vezes constrangedor.

41. Quanto a teres concluído ao fim de tua fala, como se te fosse lícito, que o orador é capaz de participar de qualquer discussão com extrema eloquência: não fosse o fato de estarmos em teu domínio, não o toleraria, e recitaria as fórmulas a muitos, ou para disputarem contigo o édito do pretor, ou para te convocarem a uma contestação no tribunal, por teres invadido de maneira tão temerária as possessões alheias. 42. Tomariam medidas legais contra ti, em primeiro lugar, todos os discípulos de Pitágoras e de Demócrito, e reivindicariam em tribunal o que lhes era de direito os demais filósofos da natureza, homens de oratória ornada e grave, com os quais não te seria permitido disputar o depósito legal. Além disso, viriam em teu encalço as seitas de filósofos desde sua ilustre fonte e origem, Sócrates, convencendo-te de que nada aprendeste, nada sequer pesquisaste, nada

sabes acerca dos bens da vida, de seus males, das paixões do ânimo, dos costumes dos homens, da conduta de vida. E, quando todos eles houvessem feito sua investida, cada escola moveria um processo contra ti. **43.** Viria pressionar-te a Academia, obrigando-te a negar o que quer que houvesse afirmado. Os nossos estóicos te manteriam enredado nas armadilhas de suas discussões e questões. Já os peripatéticos provariam que é preciso buscar junto a eles aquilo mesmo que julgas ser os auxílios e ornamentos oratórios próprios do orador; e mostrariam que Aristóteles e Teofrasto escreveram não apenas melhor, mas muito mais sobre tais temas do que todos os mestres de oratória. **44.** Deixo de lado os matemáticos, os gramáticos, os músicos, com cujas artes essa vossa faculdade oratória não se liga sequer pela mais tênue relação. É por isso, Crasso, que não julgo que ela tenha tanto valor e traga tantos benefícios. Já é bastante grandioso poderes garantir que, nos julgamentos, a causa que defendes, qualquer que seja, pareça melhor e mais plausível; que sobretudo o teu discurso tenha poder de persuasão nas assembléias populares e do senado; enfim, que aos sábios pareças discursar com eloqüência, aos tolos, também com propriedade. Se poderes mais do que isso, parecerá que não é um orador, mas Crasso, por sua própria capacidade, não a que é comum aos oradores, quem o pode.

45. Disse então Crasso em resposta: - Não ignoro, Cévola, que se afirmam e discutem tais coisas entre os gregos. De fato, tive a oportunidade de ouvir importantes homens ao ir, quando questor, da Macedônia para Atenas no auge da Academia, segundo se dizia na época, quando esta era dirigida por Cármas, Clitômaco e Ésquines. Havia ainda Metrodoro, que, juntamente com eles, fora zeloso discípulo do ilustre Carnéades, o mais penetrante, segundo diziam, e fértil de todos os homens na oratória, e estavam em voga Mnesarco, discípulo de teu amigo Panécio, e Diodoro, do peripatético Critolau. **46.** Havia, além disso, muitos filósofos ilustres e famosos, e eu via a todos eles, quase a uma só voz, afastarem o orador do leme das cidades, excluí-lo de toda doutrina e conhecimento dos temas mais elevados, relegá-lo e confiná-lo apenas aos tribunais e às assembléias populares de pouca monta, tal como a trabalhos forçados. **47.** Mas eu mesmo não concordava com eles nem com o inventor e originador de tais discussões, de longe o mais solene e eloqüente de todos na oratória, Platão, cujo *Górgias* li então cuidadosamente em Atenas junto com Cármas; nesse livro, admirava Platão sobretudo pelo fato de, ao zombar dos oradores, parecer ele próprio um excelente orador. De fato, já há muito a controvérsia em torno de uma palavra atormenta esses gregos mesquinhos, mais ávidos de discussão do que da verdade. **48.** Com efeito, ainda que alguém haja estabelecido que orador é aquele que é capaz apenas de falar copiosamente no tribunal ou nos julgamentos, ou ainda diante do povo ou no senado, é preciso que atribua e conceda muitas coisas ao orador assim definido, pois sem o estudo assíduo de todos os assuntos públicos, ou sem o conhecimento das leis, dos costumes, do direito, e sem compreender a natureza e o caráter dos

homens, não é possível que fale de tais temas com habilidade e perícia. Ora, quanto àquele que tomou conhecimento destas coisas, sem as quais ninguém é capaz de observar corretamente sequer os pequenos detalhes, que conhecimento dos temas mais elevados poderá lhe faltar? Mas se pretendes que nada é próprio do orador senão falar ordenada, ornada, copiosamente, eu me pergunto: como pode ele conseguir precisamente isso sem o conhecimento que não lhe concedeis? Pois não pode haver virtude do discurso a não ser que aquele que virá a falar tenha apreendido os temas de que falará. **49.** Sendo assim, se, tal como se diz e me parece correto, o ilustre filósofo da natureza, Demócrito, falava ornadamente, a matéria de que tratava deve ser considerada própria do filósofo da natureza, já o ornato das palavras, do orador. E se Platão falava de modo divino acerca de temas bastante distantes das controvérsias civis, o que eu concedo; se, do mesmo modo, Aristóteles, Teofrasto, Carnéades eram eloqüentes nos temas que discutiam, bem como agradáveis e ornados em sua fala: mesmo que os temas que discutem estejam em cada uma das demais disciplinas, o discurso em si é próprio desta única doutrina de que falamos e examinamos. **50.** E, realmente, observamos que alguns filósofos discutiram os mesmos temas de modo árido e seco, tal como fez aquele que afirmam ser agudíssimo, Crisipo, sem deixar de fazer jus à filosofia por não apresentar essa capacidade oratória provinda de uma arte alheia.

Logo, que diferença há, ou como se discernirão a riqueza e a abundância oratórias daqueles que citei da aridez daqueles que não se servem dessa variedade e refinamento oratórios? Haverá claramente um ponto que aqueles que falam bem trazem como próprio: um discurso ordenado, ornado e distinto por algum artifício e embelezamento. Quanto a esse discurso, se não há em sua base um tema apreendido e entendido pelo orador, é forçoso que não seja coisa alguma ou que seja ridicularizado pelo escárnio geral. **51.** De fato, o que há de tão insano quanto o som vazio das palavras, mesmo as melhores e mais distintas, sem um pensamento ou conhecimento subjacente? Portanto, do que quer que se trate, qualquer que seja a arte, qualquer que seja o gênero, o orador, se o estudar tal como a causa de um cliente, falará mais bem e com mais distinção do que o próprio inventor e especialista no assunto.

52. De fato, se houver alguém que afirme que há certos pareceres e causas próprios dos oradores, bem como um conhecimento de determinadas coisas circunscrito aos limites do fórum, eu admitirei que nosso discurso versa com maior freqüência sobre elas; no entanto, dentre tais coisas, há inúmeras que os próprios mestres que são denominados de retores não ensinam nem dominam. **53.** Com efeito, quem desconhece que o poder do orador manifesta-se sobretudo quando incita as mentes dos homens à ira, ao ódio ou à indignação, ou quando as reconduz de tais paixões à brandura e à misericórdia? Por isso, a não ser que tenha um conhecimento completo dos temperamentos dos homens, bem como de toda a natureza humana e das causas pelas quais se incitam ou apaziguam as

mentes, não será capaz de realizar o que quiser pelo discurso. 54. Todo este terreno parece domínio dos filósofos, e jamais consentirei que um orador se oponha a isso; mas, concedendo-lhes embora o conhecimento das coisas, por pretenderem dedicar-se apenas a ele, tomará para si o trato do discurso, o qual, sem aquele conhecimento, não existe. De fato, é próprio do orador, como já disse muitas vezes, um discurso grave, ornado e adequado às concepções e às mentes dos homens.

55. Admito que Aristóteles e Teofrasto escreveram sobre tais temas; mas repara, Cévola, se isso não está a meu favor. De fato, não lhes tomo emprestado os elementos que têm em comum com os oradores: os autores que escrevem sobre tais temas admitem que são domínio destes. Dessa forma, intitulam e nomeiam estes livros “retóricos”, os demais, usando o nome de suas artes. 56. E, de fato, quando aparecerem no discurso aqueles lugares-comuns, como acontece com muita freqüência, de modo que se venha a falar dos deuses imortais, da piedade, da concórdia, da amizade, do direito geral de cidadãos, homens e povos, da eqüidade, da temperança, da magnanimidade, de qualquer espécie de virtude, clamarão, creio eu, todos os ginásios e todas as escolas dos filósofos que todas essas coisas lhes são próprias, de seu domínio, de forma alguma dizendo respeito ao orador. 57. Embora lhes conceda que discutam sobre tais temas no recôndito das salas de aula para passar o tempo livre, atribuirei e permitirei ao orador esta tarefa: desenvolver com toda o encanto e gravidade os mesmos temas sobre os quais eles debatem numa linguagem simples e sem vigor. Eu discutia tais coisas com os próprios filósofos, em Atenas. De fato, obrigava-me o nosso caro M. Marcelo, que agora é edil curul e com certeza participaria desta nossa conversa, caso não estivesse realizando os jogos; e já naquela época era um jovem admiravelmente dedicado a tais estudos.

58. Ora, que os gregos afirmem, se quiserem, que Licurgo e Sólon (embora pensemos que devam ser enumerados entre os eloqüentes) tinham, acerca das leis, das instituições, da guerra, da paz, dos aliados, dos impostos, do direito dos cidadãos distribuído por categorias, de acordo com a ordem e a idade, melhor conhecimento do que Hipérides ou Demóstenes, homens consumados já e perfeitos na oratória, ou que os latinos prefiram, neste ramo, os decênviros que escreveram as doze tábuas (os quais eram forçosamente sábios) a Sér. Galba e teu sogro C. Lélio, que, é sabido, distinguiram-se pela glória oratória. 59. Com efeito, jamais negarei a existência de determinadas artes próprias daqueles que depositaram todos os seus esforços no aprendizado e tratamento de tais coisas, mas o orador completo e perfeito é aquele capaz de falar sobre todos os assuntos de maneira variada e abundante.

E, de fato, com freqüência surge, naquelas causas que todos reconhecem como próprias dos oradores, algo que não será retirado e tomado à prática do fórum, única que concedeis ao orador, mas a alguma ciência mais obscura. 60. Com efeito, eu me pergunto se é possível discursar, contra ou a favor de um comandante, sem experiência militar ou, muitas vezes até, sem o conhecimento das

regiões terrestres e marítimas; se é possível discursar perante o povo acerca da aprovação ou do veto das leis, ou, no senado, acerca de qualquer ramo concernente ao Estado, sem um enorme conhecimento e discernimento dos assuntos civis; se é possível empregar o discurso para inflamar ou apaziguar os sentimentos e paixões dos ânimos, por excelência o fator de maior importância num orador, sem uma investigação extremamente cuidadosa de todas as doutrinas desenvolvidas pelos filósofos acerca da natureza e do caráter da raça humana. **61.** Não sei se conseguirei ou não ser convincente, mas não hesitarei em dizer o que penso: a física, a matemática e o que colocaste pouco antes como próprio das demais artes, fazem parte da ciência dos que fazem delas profissão; mas, se alguém pretende embelezar essas mesmas artes pelo discurso, deverá fazer recurso da faculdade do orador. **62.** De fato, se é sabido que Filo, o célebre arquiteto que construiu o arsenal para os atenienses, prestou contas de sua obra ao povo de maneira extremamente eloqüente, nem por isso deve-se considerar que sua eloqüência era devida antes à habilidade de arquiteto que à de orador. E, se coubesse a M. Antônio, aqui presente, discursar em favor de Hermódoro acerca da construção dos estaleiros, ele, depois de estudar a causa com este, discursaria ornada e ricamente acerca de uma habilidade alheia. Já Asclepiades - aquele de quem nos valíamos como médico e amigo -, quando superava os demais médicos pela eloqüência, naquilo mesmo que falava ornadamente, não usava a faculdade da medicina, mas a da eloqüência. **63.** Mais plausível, embora não seja verdade, é o que Sócrates costumava dizer: todos são eloqüentes o bastante naquilo que conhecem; mais verdadeiro, porém, é que ninguém pode ser eloqüente naquilo que desconhece, e ninguém, tendo um grande conhecimento, mas ignorando como se constrói e lima um discurso, é capaz de falar com eloqüência sobre aquilo que conhece.

64. Por isso, se quisermos definir e delimitar toda a essência própria do orador, será, em meu julgamento, um orador digno de tão importante nome aquele que, qualquer que seja o tema que se lhe deprende digno de desenvolvimento pelo discurso, discursar de modo sábio, ordenado, elegante e de memória, bem como, ainda, com certa dignidade em sua execução. **65.** Mas se de algum modo a expressão “qualquer que seja o assunto” que propus parece por demais indefinida, cabe a cada um suprimir e cortar o quanto lhe parecer bem; no entanto, sustentarei que, ainda que o orador ignore o que se encontra nas demais artes e ramos de estudo e domine apenas o que pertence às discussões e à prática do fórum, se lhe couber discursar acerca de tais temas, aprenderá com aqueles que os conhecem o domínio de cada um deles e será considerado um orador muito melhor do que aqueles a quem tais artes dizem propriamente respeito.

66. Assim, se Sulpício, aqui presente, tiver de discursar sobre um tema militar, interrogará C. Mário, meu parente por aliança, e, depois de se instruir, fará tal exposição, que até quase ao próprio Mário parecerá ter mais conhecimento do que este; mas, se tiver de discursar sobre o direito civil,

entrará em contato contigo e, pela arte oratória, superará a ti, homem bem mais sábio e experiente, exatamente naquilo que de ti aprender. **67.** Mas, caso se lhe depare um tema em que se veja obrigado a discursar acerca da natureza, dos vícios dos homens, dos desejos, da justa medida, da moderação, da dor, da morte, entrará talvez em contato, se lhe parecer bem – de fato, mesmo tais temas deve conhecer, o orador –, com Sex. Pompeu, homem de instrução filosófica; isso claramente fará que, qualquer que seja o tema que aprendeu de cada um, discursar acerca dele com mais elegância do que aquele de quem aprendeu. **68.** Ora, se ele me der ouvidos, sendo a filosofia dividida em três partes (os segredos da natureza, a sutileza da dialética, a vida e os costumes), abandonaremos as duas primeiras e as confiaremos a nossa indolência; se não dominarmos a terceira, que sempre foi própria do orador, nada lhe restará em que possa sobressair-se. **69.** É por isso que esse tópico da vida e dos costumes deve ser totalmente dominado pelo orador; ainda que não estude os demais, poderá, caso necessário, orná-los pelo discurso, se de algum modo eles lhe forem revelados e transmitidos.

E, realmente, se é sabido entre os sábios que um desconhecedor da astronomia, Arato, falou do céu e dos astros em versos elegantíssimos e excelentes; que um homem totalmente alheio ao campo, Nicandro de Colofon, escreveu sobre agricultura devido a uma capacidade poética, não de agricultor; por que motivo o orador não poderá discursar com extrema eloquência acerca dos temas de que se inteirou para determinada causa e circunstância? **70.** De fato, o poeta está muito próximo do orador: um pouco mais limitado pelo metro, mais livre, porém, em virtude da licença no uso das palavras, colega e quase igual nos gêneros de ornamento; certamente quase idênticos num ponto: não circunscrever ou restringir por quaisquer limites o seu direito, sem que lhes seja permitido vagar à vontade pelo uso daquela mesma faculdade e copiosidade.

71. Pois aquilo que afirmaste que não tolerarias caso não estivesses em minha propriedade – que todo orador deve ser perfeito em toda espécie de discurso, em todos os domínios da cultura –, nunca, por Hércules, o diria se julgasse ser eu mesmo o orador que concebo. **72.** Ora, concordo com o que C. Lucílio, uma pessoa um tanto agastada contra ti – e, por isso mesmo, menos próxima de mim do que desejava –, porém culta e extremamente engenhosa, costumava repetir: ninguém que não seja completo em todas as artes dignas de um homem livre deve ser contado entre os oradores; ainda que não as usemos ao discursar, torna-se claro e manifesto se somos ignorantes ou se as cultivamos. É como os que jogam bola: não empregam, durante a brincadeira, a técnica própria da palestra, mas o próprio movimento indica se têm ou não conhecimento desta; e como os que fazem uma escultura: ainda que não se sirvam de uma pintura, não é difícil perceber se sabem ou não pintar. **73.** Desse modo, nesses mesmos discursos dos tribunais, das assembléias populares, do senado, ainda que não empreguem propriamente as demais artes, logo fica claro se aquele que está discursando é versado apenas nesta obra declamatória ou se empreendeu discursar instruído em todas as artes liberais.

74. Disse então Cévola, sorrindo: - Não lutarei mais contigo, Crasso, pois aquilo que falaste contra mim, fizeste-o com um artifício tal que, [num primeiro momento], concedeste a mim o que pretendia não ser do domínio do orador para, em seguida, não sei como, o distorcer e atribuir ao orador como seu. 75. Quando me dirigi a Rodes, como pretor, e conversei com o excelente mestre dessa disciplina, Apolônio, sobre o que aprendera com Panécio, ele ridicularizou, como de costume, a filosofia e a condenou, fazendo diversas observações tão sérias quanto jocosas; o teu discurso foi à sua maneira, de modo não a desprezares qualquer arte ou doutrina, mas a afirmares que todas elas são companheiras e servidoras do orador. 76. Se alguém tiver o domínio de todas elas, e se essa mesma pessoa acrescentar-lhes essa faculdade do discurso minuciosamente ornado, não posso afirmar que não será ilustre e digna de admiração; mas tal pessoa, se existisse, ou ainda se alguma vez houvesse existido, ou mesmo se pudesse existir, com certeza seria apenas tu, que não apenas em minha opinião, mas na de todos - sem ofensa para os presentes -, quase não deixaste motivo de louvor para os demais oradores. 77. Porém, se a ti mesmo nada resta, concernente aos assuntos forenses e civis, que não saibas, e se tens o domínio daquele conhecimento que somas ao orador, cuidemos para não lhe atribuir mais do que os fatos e a verdade o permitem.

78. Nesse momento, Crasso respondeu: - Lembra-te de que não me referia à minha capacidade, mas à do orador; ora, o que aprendemos ou pudemos conhecer, nós, que passamos a atuar antes de estudar; nós, a quem no fórum, na carreira, na política, nas atividades dos amigos, a própria prática preparou antes mesmo que pudéssemos suspeitar de tão grandes temas? 79. Porque, se te parece haver tanto em nós, a quem, mesmo que não haja faltado, como julgas, o engenho, certamente faltaram a formação teórica, o tempo livre e, por Hércules, mesmo aquele estudo extremamente profundo da oratória, o que pensas: se a um engenho maior se somassem aqueles elementos a que não tive acesso, de que natureza e magnitude seria tal orador?

80. Disse então Antônio: - Estou convencido disso que dizes, Crasso, e não duvido que alguém venha a ser muito mais opulento em seus discursos se compreender os princípios e a natureza de todas as coisas e artes. 81. Mas, em primeiro lugar, isso é difícil de conseguir, sobretudo levando em conta a vida que levamos e nossas ocupações; além disso, é de recear que nos afastemos desta nossa prática e uso popular e forense em nossos discursos. É que me parece ser outro o gênero de discurso dos homens que há pouco mencionaste, ainda que falem de maneira ornada e grave acerca da natureza das coisas ou dos assuntos humanos; trata-se de um gênero de palavras refinado e agradável, e mais apropriado às escolas e aos exercícios retóricos que a esta multidão de cidadãos e ao fórum. 82. De fato, eu mesmo, ainda que apenas tardia e superficialmente haja tomado contato com as letras gregas, quando me dirigia à Cilícia como procônsul e estive em Atenas, demorei-me vários dias por lá devido às dificuldades de navegação; ora, como tinha diariamente em minha companhia

homens extremamente doutos – praticamente aqueles mesmos que acabas de mencionar – e, não sei como, difundira-se entre eles que, tal como tu, eu costumava me ocupar das causas mais importantes, disputavam, cada um por sua vez, de acordo com sua capacidade, acerca do ofício e da natureza do orador. **83.** Alguns deles, tal como o mencionado Mnesarco, afirmavam que esses, a quem chamaríamos de oradores, não passavam de trabalhadores de língua rápida e treinada, e que ninguém que não fosse sábio era um orador, e que a própria eloquência, que consistiria na ciência do dizer bem, era uma virtude, e que aquele que tivesse uma única virtude teria todas, e que elas eram iguais e pares entre si; desse modo, aquele que fosse eloqüente teria todas as virtudes e seria um sábio. Mas esse era um discurso espinhoso e seco, e por demais afastado de nossas concepções. **84.** Cármas, por sua vez, falava muito mais demoradamente acerca dos mesmos assuntos, porém, não para revelar o que realmente pensava, pois era um costume tradicional da Academia opor-se sempre a todos nas discussões. Mas, particularmente naquele momento, dava a entender que aqueles que são chamados de retores e que ensinam os preceitos da oratória não têm perfeito domínio de nada, nem podem alcançar qualquer habilidade oratória se não se familiarizarem com as descobertas dos filósofos. **85.** Adotavam a posição contrária atenienses expressivos e versados em política e em causas, entre os quais estava aquele que há pouco tempo estive em Roma como meu hóspede, Menedemo. Como ele afirmava haver uma ciência que consiste no exame dos princípios da fundação e do governo dos estados, inflamava-se Cármas, homem preparado e rico em toda espécie de doutrina e numa incrível variedade e abundância de temas. De fato, ele mostrava que se deviam buscar todas as partes daquela ciência na filosofia, e que aquilo que se determina, num estado, acerca dos deuses imortais, da disciplina da juventude, da justiça, da firmeza, da temperança, da justa medida de todas as coisas, e tudo o mais, sem o qual os estados não podem existir ou mesmo se manter bem, jamais se encontra em seus manuais. **86.** É que, perguntava ele, se aqueles mestres de retórica englobavam, em sua arte, tamanho número de grandes assuntos, por que motivo seus livros estavam repletos de proêmios, epílogos e bobagens desse tipo (pois tal era a palavra que usava), enquanto neles não se encontrava uma letra sequer acerca da organização dos estados, da escrita das leis, da equidade, da justiça, da boa-fé, do domínio dos desejos, da conformação dos costumes dos homens? **87.** Costumava zombar dos próprios preceitos, mostrando, assim, que tais mestres não apenas eram desprovidos daquela ciência que reclamavam para si, mas sequer conheciam esta doutrina e método oratórios: julgava que o principal, num orador, era parecer, àqueles perante os quais atuava, tal como desejasse, e que isso se dava devido a sua reputação, acerca da qual esses mestres de retórica nada haviam transmitido em seus preceitos, e influenciar os ânimos dos ouvintes segundo sua vontade – o que, do mesmo modo, de forma alguma poderia acontecer, se o orador não soubesse por quantos e quais modos, bem como com que gênero de discurso, se movem as mentes dos homens em todas as direções. Tais

conhecimentos estariam totalmente encobertos e ocultos no cerne da filosofia, sem que os retores houvessem tomado contato com eles mesmo superficialmente. 88. Menedemo procurava refutar tais idéias antes com exemplos que com argumentos. De fato, recitando de memória diversas passagens dos discursos de Demóstenes admiravelmente escritas, mostrava que este não ignorava os meios de influenciar os ânimos dos juizes ou do povo em todas as direções por meio do discurso, o que Cármas afirmava não ser possível alguém saber sem o conhecimento da filosofia. 89. Este lhe respondia não negar que Demóstenes tivesse um grande conhecimento e um grande vigor oratório, mas, quer tal capacidade se devesse a seu talento, quer, como era sabido, ao fato de ter sido zeloso discípulo de Platão, não estavam discutindo a capacidade de Demóstenes, mas os ensinamentos dos retores. 90. Muitas vezes, em seu discurso, chegava a ponto de argumentar que não existe absolutamente nenhuma arte oratória, e o mostrara não apenas com argumentos (por nascermos capazes de lisonjear sutilmente aqueles a quem é preciso fazer um pedido, atemorizar em tom de ameaça nossos adversários, narrar um feito, provar nossas acusações, refutar o que se diz contra nós, suplicar até o fim por algo ou deplorá-lo, atividades em que reside toda a capacidade dos oradores; e pelo fato de o costume e a prática aguçarem o bom senso do raciocínio e estimularem a rapidez no discurso), mas o sustentava ainda com uma grande variedade de exemplos. 91. De fato, primeiro, como que de caso pensado, afirmava, ao remontar a certo Córax e a Tísias, que consta serem os inventores e originadores de tal arte, que nenhum autor de manuais era sequer medianamente expressivo, enquanto mencionava inúmeros homens extremamente eloqüentes que não apenas desconheciam tais coisas, mas sequer haviam tido a preocupação de tomar conhecimento delas; entre eles, quer o fizesse por zombaria, quer assim pensasse e tivesse ouvido falar, citava a mim, que, segundo ele próprio dizia, não as conhecia e, ainda assim, tinha algum poder em meus discursos; num dos pontos eu concordava sem problemas com ele: o fato de nada saber; quanto ao outro, julgava que estava brincando comigo, ou simplesmente errado. 92. Afirmava ainda não haver qualquer arte que não fosse constituída de elementos conhecidos, totalmente compreendidos, voltados a um único fim e sempre claros; e que todos os temas tratados pelos oradores são duvidosos e incertos, uma vez que discursam aqueles que não têm seu total domínio, e ouvem aqueles a quem se deve transmitir, não um conhecimento exato, mas uma opinião de momento, falsa ou, ao menos, obscura. 93. Por que me alongar? Assim, ele parecia convencer-me, além disso, de que não existe qualquer artifício oratório e que, sem o conhecimento do que dizem os filósofos mais eruditos, ninguém é capaz de discursar de modo hábil e copioso; costumava nutrir uma enorme admiração por teu talento para tais coisas, Crasso; eu lhe parecia dócil durante suas exposições, tu, obstinado durante as discussões. 94. Foi assim que eu, movido por tal opinião, escrevi, num pequeno livro que, à revelia e contra a vontade, escapou-me das mãos, chegando ao alcance do público, ter conhecido

algumas pessoas expressivas, mas ainda nenhuma eloqüente, pois estabelecia que expressivo é aquele que, levando em conta determinada opinião geral dos homens, é capaz de falar, diante de um público mediano, de modo bastante perspicaz e claro, enquanto eloqüente é aquele capaz de ampliar e ornar de modo admirável e grandioso o que desejar, e que retém na mente e na memória todas as fontes de tudo que se relaciona à oratória. Ainda que tal coisa seja difícil para nós, que, antes de começar a estudar, somos atrapalhados pela ambição e pelo fórum, ela está ancorada na realidade e na natureza

95. De fato, pelo que posso conjeturar, e pelo talento que observo em nossos oradores, não deixo de ter esperanças de que um dia surja alguém que, com um estudo mais penetrante do que temos ou tivemos, com tempo livre, com uma capacidade oratória maior e mais madura, com esforço e aplicação superiores, quando se dedicar a ouvir seus mestres, a ler e escrever, venha a se tornar um orador tal qual procuramos, que possa com justiça ser chamado não apenas de expressivo, mas também de eloqüente; no entanto, na minha opinião, ou Crasso já é tal orador, ou, caso surja alguém de igual talento, porém com mais estudo, leituras e escritos, pouco terá a lhe acrescentar.

96. Neste momento, Sulpício interveio: - Sem que Cota e eu esperássemos, embora fosse nossa grande vontade, aconteceu-nos, Crasso, que enveredasses por essa conversa; de fato, quando vínhamos para cá, pensávamos que seria bastante prazeroso, já, se, ainda que falando de outros assuntos, pudéssemos obter algo digno de memória da vossa conversa. Porém, que adentrásseis essa discussão quase aprofundada sobre esta inclinação, artifício ou faculdade, julgávamos quase impensável. **97.** De fato, mesmo eu, a quem, desde a mais tenra idade, incitava o apreço por vós dois - por Crasso, mesmo a afeição, uma vez que por motivo algum dele me apartava - jamais consegui arrancar-lhe uma única palavra acerca da essência e dos princípios da oratória, embora eu mesmo o impelisse e o tentasse diversas vezes por meio de Druso; neste sentido, tu, Antônio - direi a verdade - , nunca me faltaste quando te interrogava ou solicitava, e muitas vezes me ensinaste o que costumavas observar nos discursos. **98.** Agora, uma vez que vós dois abristes o caminho dos temas que buscamos, e que Crasso foi o primeiro a iniciar tal conversa, concedei-nos o favor de expor minuciosamente o que pensais acerca de todo o gênero oratório; se conseguir tal coisa de vossa parte, terei em grande estima a esta palestra e a tua vila, e considerarei este teu ginásio próximo a Roma muito acima da famosa Academia e do Liceu.

99. Respondeu-lhe então Crasso: - Na verdade, Sulpício, peçamos tal coisa a Antônio, que não apenas é capaz de fazer o que buscas, mas já tem tal costume, segundo te ouço dizer: de fato, reconheço que sempre me apartei de qualquer conversa desse tipo e muitas vezes não assentia a teus desejos e constantes solicitações, como tu mesmo disseste há pouco; não o fazia por arrogância ou falta de cortesia, nem por não querer condescender a teu excelente e corretíssimo estudo, sobretudo reconhecendo seres o único, dentre todos, particularmente nascido e apto para a oratória; mas, por

Hércules, por falta de costume de tais discussões e desconhecimento dos temas que são transmitidos, por assim dizer, numa arte.

100. Disse Cota, por sua vez: - Se conseguimos o que nos parecia mais difícil – que chegasses mesmo a mencionar tais temas –, Crasso, agora seria nossa culpa, se te liberássemos antes de explicares tudo o que te perguntamos acerca do restante.

101. - Quanto a isso, respondeu Crasso, creio ser tal como se costuma escrever nas declarações de aceitação de herança: *na medida de meus conhecimentos e possibilidades*.

- Disse Cota, então: Ora, quem de nós é tão impudente, que exija ter conhecimentos e capacidades que não tenhas?

- Com a condição, disse Crasso, de que me seja permitido negar ser capaz do que não for e reconhecer não saber o que não souber, podeis perguntar à vontade.

102. – Sendo assim, disse Sulpício, queremos saber de ti, em primeiro lugar, o que pensas do que Antônio acaba de expor: julgas existir uma arte oratória?

- O quê? Vindes agora propor a mim, como a um greguinho desocupado e falastrão (ainda que, talvez, douto e erudito), tal questiúncula, para dela falar segundo minha vontade? Ora, em que momento julgais que me detive ou refleti sobre tais coisas, em vez de sempre zombar da impudência daqueles homens que, assim que tomam assento nas escolas, mandam perguntar à imensa multidão se tem alguma pergunta a fazer? 103. Dizem que o primeiro a fazer tal coisa foi Górgias de Leontinos, que imaginava empreender e prometer algo grandioso, ao se declarar preparado para todos os temas acerca dos quais qualquer pessoa quisesse ouvir; depois, porém, começou a se fazer isso por toda parte e ainda se faz, não havendo tema algum tão grandioso, tão imprevisto ou tão desconhecido de que não se prometa dizer tudo que pode ser dito. 104. Se eu julgasse que tu, Cota, ou tu, Sulpício, desejavas ouvir a respeito de tais temas, teria trazido algum grego até aqui, para que nos deleitasse com discussões desse tipo; e nem mesmo hoje em dia é difícil conseguir isso: de fato, na casa de M. Pisão, um jovem dedicado a este estudo, está hospedado um homem de extrema inteligência e amicíssimo nosso, o peripatético Estáseas, com quem tenho grande intimidade e, segundo observo entre os entendidos, é o mais importante em seu meio.

105. Interveio então Múcio: - De que Estáseas, de que peripatético me vens falar? Deves aceder à vontade destes jovens, Crasso, que não estão atrás da costumeira verborragia de algum grego ou da ladainha das escolas, mas [querem ouvir algo] do mais sábio e eloqüente de todos os homens e daquele que tem o maior entendimento e expressão nas principais causas e nesta morada do poder e da glória; daquele cujos passos almejam seguir, investigando o seu pensamento. 106. Quanto a mim, não apenas sempre te considerei divino em teus discursos, como também nunca te fiz maiores elogios

por tua eloquência do que pela cortesia; agora é mais do que decoroso que faças uso dela e não fijas à discussão que estes dois jovens de enorme talento desejam que empreendas.

107. Sim, respondeu Crasso, desejo submeter-me a estes dois e não hesitarei em dizer sucintamente, como é meu costume, o que penso acerca de cada tema. E, em primeiro lugar – já que não considero piedoso, de minha parte, negligenciar a tua autoridade –, respondo que não creio que exista uma arte oratória, ou, se existe, que ela é bastante tênue, e que toda a disputa entre os eruditos reside na controvérsia acerca de uma palavra. 108. De fato, se uma arte, tal como há pouco expôs Antônio, se define por temas totalmente compreendidos, perfeitamente entendidos, afastados do arbítrio da opinião e abrangidos por uma ciência, não creio que haja uma arte do orador. É que todas as espécies deste nosso discurso do fórum são variadas e adequadas ao senso comum e popular. 109. Mas se as características observadas no uso e na prática da oratória foram percebidas e notadas por homens hábeis e experientes, definidas em termos, elucidadas em gêneros, distribuídas em partes – como percebo ser possível acontecer –, não vejo por que, se não naquela definição precisa, ao menos nesta opinião comum, não possa parecer uma arte. Mas, quer se trate de uma arte, quer de uma aparência de arte, ela não é de se desprezar; deve-se ter em mente, no entanto, que há elementos mais importantes para se atingir a eloquência.

110. Antônio, então, afirmou estar plenamente de acordo com Crasso, porque, daquela maneira, nem favorecia a arte, tal como era costume daqueles que depositam todo o poder da oratória na arte, nem, inversamente, a repudiava por completo, tal como a maior parte dos filósofos.

Disse ele: - Mas penso, Crasso, que farás um grande favor a estes dois se explicares o que julgas poder ser mais útil à oratória do que a própria arte. 111. Respondeu Crasso: - Eu o direi, sem dúvida, pois já comecei a fazê-lo, mas pedirei a vós que não divulgueis estas minhas tolices; porém, vou me controlar para passar a impressão de que, não como um mestre ou profissional, mas como um homem mediano e não de todo ignorante, tolhido em meio aos togados e à prática no fórum, não fiz uma promessa, mas acabei por acaso na vossa conversa. 112. Eu mesmo, quando candidato a algum cargo, costumava, durante a campanha, pedir que Cévola se mantivesse distante de mim, dizendo-lhe que pretendia passar por tolo (ou seja, buscar os votos com lisonjas, o que não pode ser feito corretamente se não se passar por tolo) e que, de todos os homens, ele era o único diante de quem eu definitivamente não pretendia passar por tolo. De fato, que há de mais tolo do que discursar sobre os discursos, quando o próprio discursar é sempre tolo se desnecessário?

113. - Vá em frente, Crasso, disse Cévola, pois assumirei a responsabilidade que temes.

Disse Crasso: - Penso, então, que, em primeiro lugar, a natureza e o engenho conferem o maior poder à oratória e que, na verdade, não faltou, a esses escritores de manuais mencionados há pouco por Antônio, doutrina ou método oratórios, mas talento. De fato, é preciso que alguns reflexos

da mente e da inteligência sejam rápidos, de modo a serem perspicazes na reflexão e no desenvolvimento, férteis no ornar, poderosos e duradouros na memória. **114.** E, se houver alguém que julgue que tais coisas podem ser adquiridas pela arte (o que é falso: de fato, já será algo admirável se tais coisas puderem ganhar estímulo e impulso por meio da arte; elas não podem, porém, ser implantadas ou concedidas pela arte, pois são, todas elas, dádivas da natureza), que dizer daquelas que com certeza nascem com o próprio homem: a desenvoltura da fala, o som da voz, os pulmões, as forças, certa conformação e aspecto da face em geral e do corpo? **115.** Com efeito, não afirmo que a arte não possa aperfeiçoar a alguns, bem como não ignoro que o que é bom possa se tornar melhor por meio da formação teórica, e que o que não é muito bom possa ser aguçado e corrigido; mas há alguns homens de fala tão hesitante, ou de voz tão desarmoniosa, ou de expressão e movimentos corporais tão excessivos e grosseiros, que, ainda que lhes valha a inteligência e a arte, não podem entrar para o número dos oradores; em contrapartida, há outros de tal forma hábeis nesses mesmos quesitos, de tal forma adornados com os dons da natureza, que parecem ter, não nascido, mas sido moldados por alguma divindade. **116.** Trata-se de um fardo e de um ofício grandiosos: empreender e propor-se a ser o único, em meio ao silêncio geral, a ser ouvido acerca dos mais importantes assuntos numa grande assembléia de homens. É que não há praticamente ninguém presente que não veja com mais clareza e severidade, naquele que discursa, os vícios do que os acertos. Assim, o menor erro põe por terra mesmo o que é digno de louvor. **117.** E não faço tais afirmações com a intenção de afastar completamente do estudo da oratória os jovens que acaso não tenham vocação para ela. De fato, quem não nota que o próprio fato de ser medianamente versado na oratória (como quer que ela fosse) conferiu grande respeito a C. Célio, meu contemporâneo, mesmo sendo um homem novo? Quem não percebe que o vosso contemporâneo, Q. Vário, homem grosseiro e repugnante, obteve grande reconhecimento na cidade devido àquela mesma capacidade, qualquer que tenha sido? **118.** Mas, como investigamos o orador em si, devemos imaginar, em nosso discurso, um orador isento de qualquer vício e possuidor de todo mérito. E não é pelo fato de o grande número de litígios, a variedade de causas, essa turba e a rudeza do fórum darem espaço mesmo aos oradores mais viciosos que omitiremos o que buscamos. Desse modo, nas artes em que não se busca uma utilidade necessária, mas divertimento livre para o espírito, quão meticulosos e quase desdenhosos somos ao julgar! É que não há quaisquer litígios ou controvérsias obrigando os homens a suportar maus atores no teatro, tal como oradores que não sejam bons no fórum. **119.** De fato, o orador deve cuidar ao máximo, não apenas para que satisfaça àqueles a quem é preciso, mas para que pareça ser admirável àqueles a quem é permitido julgar livremente; e, se o quereis saber, declararei abertamente o que penso diante de homens com quem tenho grande intimidade, algo que sempre calei e sempre julguei por bem calar: para mim, mesmo aqueles que discursam mais bem e que são capazes de fazê-lo com

extrema facilidade e distinção, se não se põem a discursar de modo receoso e não se agitam ao começar seu discurso, parecem quase impudentes – embora tal coisa não possa acontecer; **120.** de fato, quanto mais bem alguém é capaz de discursar, mais teme a dificuldade da oratória, os diversos resultados de um discurso e a expectativa dos homens; ora, quem não é capaz de realizar ou proferir algo digno do tema, digno da palavra “orador”, digno dos ouvidos dos homens, para mim, ainda que se agite em seu discurso, parece impudente; de fato, não é por pudor, mas por não fazer o que não convém, que devemos evitar a palavra “impudência”. **121.** Já aquele que não tem pudor – o que vejo acontecer à maioria – é digno não apenas de censura, mas também de castigo, segundo julgo. Com efeito, costumo não apenas notar em vós, mas também, muitas vezes, experimentar em mim mesmo, palidez no começo do discurso e tremor por toda a mente e por todos os membros; quando ainda bastante jovem, estava a tal ponto agitado no início da acusação, que fiquei devendo a Q. Máximo o máximo benefício de dispensar o tribunal tão logo me viu enfraquecido e debilitado pelo medo.

122. Neste momento, todos passaram a mostrar, uns aos outros, o seu assentimento e a falar. De fato, havia em Crasso um pudor admirável, o qual, todavia, não apenas não atrapalhava o seu discurso, como também lhe era útil pela recomendação que fazia de sua integridade.

Disse então Antônio: - Muitas vezes notei, Crasso, que, como dizes, não só tu, como os demais grandes oradores (embora, em minha opinião, jamais tenha havido alguém semelhante a ti), mostravam-se agitados no exórdio de seus discursos; **123.** Ao examinar a razão disso, qual era o motivo de, quanto maior a habilidade de um orador, maior ser o seu medo, encontrava estas duas causas: a primeira é que aqueles que aprenderam com a prática e a natureza percebem que, por vezes, mesmo no caso dos maiores oradores, o resultado do discurso pode não sair de acordo com o previsto; desse modo, não sem motivo, temiam, sempre que discursavam, que acontecesse naquela exata ocasião o que a qualquer momento podia acontecer; **124.** a outra, de que costumo me queixar com freqüência, é que, nas demais artes, os homens que já foram vistos e aprovados, se alguma vez não fizeram alguma coisa tão bem quanto de costume, considera-se que não o queriam ou, impedidos por problemas de saúde, não conseguiram atingir aquilo que sabem: dizem “Hoje Róscio não queria atuar” ou “tinha má digestão”; o erro do orador, se algum é notado, é visto como um erro causado pela estupidez; **125.** e a estupidez não tem desculpa, porque ninguém parece ter sido estúpido porque tinha má digestão ou porque assim preferia; por isso, sofremos um julgamento ainda mais severo ao discursarmos, pois, sempre que discursamos, faz-se um julgamento a nosso respeito, e não se julga que aquele que cometeu uma vez um erro de gesticulação não saiba gesticular, mas aquele cujo discurso sofreu alguma censura ganha a reputação perene, ou ao menos duradoura, de limitado. **126.** Quanto àquilo que disseste, que há inúmeras coisas que, se o orador não apresentar por natureza, não terá grande ajuda de um professor, concordo plenamente contigo e sobretudo nisso aprovava aquele

grande sábio, Apolônio de Alabanda, que, embora ensinasse mediante pagamento, não tolerava que perdessem tempo com ele aqueles que não julgava capazes de se tornarem oradores, dispensava-os e costumava impelir e exortar cada um deles à arte a que julgava apto. **127.** De fato, para a compreensão das demais artes, basta apenas ser semelhante a um ser humano e poder guardar na mente e confiar à memória o que é ensinado ou, mesmo, inculcado, se acaso se tratar de alguém mais lento; não se busca a rapidez da língua, nem a velocidade com as palavras, nem, enfim, aquilo que não podemos forjar para nós mesmos, o rosto, a expressão, a voz; **128.** já no orador, deve-se exigir a agudeza dos dialéticos, as máximas do filósofos, as palavras, praticamente, dos poetas, a memória dos juriconsultos, a voz dos atores trágicos, os gestos, quase, dos grandes atores; por essa razão, nada é mais raro, no gênero humano, do que encontrar um orador perfeito; de fato, se os representantes das demais artes alcançaram medianamente cada uma dessas coisas, são aprovados; mas, a não ser que todas elas estejam presentes no orador em seu ponto mais alto, não podem ser aprovadas.

129. Disse então Crasso: - E, no entanto, repara como, numa arte tão insignificante e frívola, toma-se muito mais cuidado do que nesta nossa, que sabe-se ser a mais importante; de fato, costume muitas vezes ouvir Róscio dizer que ainda não conseguiu encontrar um único discípulo que realmente aprovasse, não pelo fato de não haver alguns dignos de aprovação, mas porque, se havia um erro que fosse, ele não conseguia suportá-lo; é que nada é tão visível ou tão duradouro na memória quanto aquilo que de algum modo te desagrade. **130.** Sendo assim, para aplicarmos a excelência oratória a essa comparação com esse ator, percebeis como ele nada faz senão com perfeição, nada senão com extrema beleza, nada senão de tal forma que seja adequado e comova e deleite a todos? Assim, já há muito obteve que todo aquele que fosse excelente em determinada arte fosse considerado um Róscio em sua categoria. Ao desejar, no orador, tal acabamento e perfeição, de que estou muito distante, ajo de maneira impudente; de fato, quero que me perdoem enquanto eu mesmo não perdôo os demais. Pois creio que aquele que não tem capacidade, que age defeituosamente, que, enfim, não é decoroso, deve, como recomendava Apolônio, deve ser impelido àquilo que seja capaz de fazer.

131. - Estarás então, Crasso, disse Sulpício, recomendando que eu ou Cévola aqui estudemos direito civil ou a arte militar? Pois quem pode alcançar esse nível de elevação e perfeição em todos os aspectos?

Respondeu ele, então: - eu, de minha parte, foi justamente por perceber que há, em vós, uma índole sobremaneira egrégia e ilustre para discursar que vos expus todos essas questões, e não acomodei meu discurso tanto para dissuadir aqueles que não são capazes, quanto para estimular a vós, que o sois; e embora tenha percebido haver em vós dois extremo talento e dedicação, aqueles elementos que se encontram à vista, de que falei, talvez, mais do o que os gregos costumam fazer, são divinos, Sulpício, em ti. De fato, não creio ter ouvido alguém mais adequado pelos movimentos

corporais, pela própria postura e pela conformação; mesmo aqueles a quem tais elementos foram concedidos em menor proporção pela natureza podem conseguir fazer uso dos elementos que têm de maneira moderada, judiciosa e que não seja inadequada. Pois é isso que se deve sobretudo evitar, e acerca dessa única questão não é nada fácil oferecer preceitos não apenas para mim, que falo de tais questões como um chefe de família, mas até mesmo para o próprio Róscio, que não raro ouvi dizer que o ponto principal da arte é ser adequado, embora esse seja o único ponto que não possa ser ensinado pela arte. **133.** Porém, se vos apraz, passemos a outro assunto e falemos, enfim, à nossa maneira, não à dos retores.

- De modo algum, replicou Cota, pois agora, já que nos manténs nesta aspiração e não nos mandas a outra atividade, é preciso que te peçamos que nos expliques aquilo de que és capaz pelo discurso, seja o que for; e não somos por demais ambiciosos, satisfazendo-nos com essa tua eloquência mediana; e te perguntamos (para que não alcancemos mais do que o pouco que alcançaste em teus discursos): uma vez que afirmas que não nos falta muito do que se deve buscar na natureza, o que mais julgas devermos adquirir?

134. Respondeu então Crasso, sorrindo: - O que pensas que seja, Cota, senão dedicação e um entusiasmo que vem do gosto, sem o qual, tanto na vida quanto, é certo, nisto que buscas, ninguém jamais conseguirá algo célebre? E, na verdade, vejo que não preciso vos exortar a tal, percebendo que, apesar de me causardes enfado, ardeis grandemente de ambição. **135.** Mas, com certeza, de nada servem os esforços para chegar a algum lugar se não conheces o que leva e conduz ao ponto que almejas. Por isso, já que me atribuíste um encargo particularmente leve, e não me perguntais acerca da arte do orador, mas desta minha capacidade, por menor que seja, expor-vos-ei os princípios de minha prática (não os recônditos, muito difíceis, grandiosos ou sérios) de que costumava me servir quando me era permitido, ainda jovem, dedicar-me a essa ocupação.

136. Exultou então Sulpício: - Que dia tão esperado por nós, Cota! Aquilo que não fui capaz de conseguir por minhas preces, nem aguardando o momento certo, nem espionando, não apenas observar o que Crasso fazia tendo em vista o planejamento e o discurso, mas o que era possível suspeitar baseado em Dífilo, seu secretário e leitor, espero que tenhamos obtido e que venhamos a saber agora por ele mesmo o que durante muito tempo quisemos saber.

137. Respondeu então Crasso: - E no entanto, Sulpício, depois de o ouvires, creio que não admirarás tanto o que direi, quanto julgarás que não havia motivo para tal desejo, quando desejas ouvi-lo. De fato, não se trata de nada que seja obscuro, nada digno de vossa expectativa, nada que não conheçais ou que seja novidade para alguém. Não negarei, com efeito, o fato de, no princípio, tal como é digno de um homem de nascimento livre e com uma educação liberal, haver aprendido esses princípios comuns e banais: **138.** o primeiro ofício do orador é discursar de maneira adequada para

atingir a persuasão; em seguida, todo discurso diz respeito a uma questão de tema indefinido, sem a designação de pessoas ou circunstâncias, ou de tema circunscrito a pessoas e circunstâncias determinadas; **139.** em um e outro caso, costuma-se pesquisar se, naquilo que diz respeito à controvérsia, se aconteceu ou não, ou, caso tenha acontecido, de que tipo é ou por que denominação é chamado, ou, como acrescentam alguns, se parece ter acontecido com justiça ou não; **140.** há controvérsias baseadas também na interpretação dos escritos, em que um texto foi escrito com ambigüidade, de modo contraditório ou de tal maneira que a escrita difere da intenção; há argumentos próprios subordinados a cada uma dessas partes, **141.** mas, quanto às causas que são apartadas da questão geral, em parte dizem respeito aos julgamentos, em parte, às deliberações; há ainda um terceiro gênero, que se coloca nos louvores ou nos vitupérios dos homens; há certos lugares-comuns de que fazemos uso nos julgamentos, em que se busca a eqüidade; outros, nas deliberações, que se dirigem, todos, ao proveito daqueles a quem aconselhamos; outros, ainda, nos louvores, em que tudo diz respeito à dignidade das pessoas. **142.** Uma vez que se dividiu todo o poder e faculdade do orador em cinco partes – dever, em primeiro lugar, encontrar o que dizer; em seguida, arranjar e dispor o que se encontrou não apenas segundo uma ordem, mas também segundo sua importância, com discernimento; então, enfim, vesti-lo e orná-lo com o discurso; depois, guardá-lo na memória; por último, atuar com dignidade e graça –, **143.** também conhecera e aprendera o seguinte: antes de entrarmos no assunto propriamente dito, deve-se, inicialmente, cativar os ânimos dos ouvintes; em seguida, deve-se descrever o caso, depois, estabelecer a controvérsia, então provar aquilo que pretendemos, em seguida, refutar o que se disse contra e, no fim do discurso, amplificar e aumentar os elementos a nosso favor e debilitar e enfraquecer os favoráveis ao adversário. **144.** Ouvira também o que se ensina acerca dos ornamentos do discurso propriamente dito: em primeiro lugar, preceitua-se que, no discurso, falemos de maneira pura e correta, em seguida, de modo claro e límpido, então ornadamente, depois, de maneira adequada à dignidade dos temas e, por assim dizer, decorosa; conhecera os preceitos de cada um dos temas. **145.** Além disso, notara que se emprega a arte sobretudo para os elementos que são sobretudo próprios da natureza. De fato, tomara conhecimento de alguns breves preceitos acerca da atuação e da memória, mas com grande prática. Toda a doutrina desses artifices ocupa-se, quase sempre, dessas questões; se disser que em nada ajudam, estarei mentindo. De fato, apresentam certos elementos que servem, por assim dizer, de lembrete ao orador, a que possa referir cada ponto e, observando-o, não se afastar do que quer que tenha estabelecido como meta. **146.** Porém, creio que há, em todos esses preceitos, o seguinte sentido: não é que, seguindo-os, os oradores alcancem a glória da eloqüência, mas que certas pessoas observaram e classificaram o que os homens eloqüentes fazem de maneira espontânea. Desse modo, não foi a eloqüência que nasceu da arte, mas a arte, da eloqüência. **147.** No entanto, como disse

anteriormente, não a desprezo, pois, embora não seja tão necessária para se discursar bem, não é ignóbil de se conhecer; deveis ainda fazer alguns exercícios – embora já estejais em meio a vossas carreiras –, mas devem fazê-los os que estão ingressando nesta atividade, e podem, por meios desses exercícios, por assim dizer, recreativos, aprender de antemão e meditar sobre o que se deve fazer no fórum tal como em batalha.

148. – É exatamente isso, disse Sulpício, que queremos saber. E, no entanto, desejamos ouvir essas questões acerca da arte que percorreste com brevidade, embora também a nós não sejam inéditas. Mas deixemos isso para depois: agora queremos saber o que pensas acerca dos exercícios em si.

149. - No que me concerne, eu aprovo, respondeu Crasso, isso que costumais fazer: uma vez proposta uma causa semelhante às causas que são levadas ao fórum, discursais da maneira mais adequada possível à realidade. A maioria, porém, exercita apenas a voz nesses exercícios - e isso de maneira estúpida - bem como suas forças, e incita a rapidez da língua, deleitando-se com a frequência das palavras. Enganam-se por ter ouvido dizer que os homens costumam conseguir discursar discursando. 150. Na verdade, também se diz que é extremamente fácil seguir-se que, discursando perversamente, os homens discursam perversamente. Por isso, embora muitas vezes seja útil discursar também de improviso, mais útil é separar algum tempo para meditar e discursar de maneira mais preparada e precisa. O ponto principal é o que, a bem da verdade, menos fazemos, pois demanda grande trabalho, o que a maioria de nós evita: escrever o máximo possível. A escrita é a melhor e mais importante realizadora e mestre do discurso; e não há insulto nisso: se a preparação e a reflexão supera o discurso improvisado e fortuito, é evidente que a escrita assídua e cuidadosa será superior a ela. 151. De fato, todos os lugares-comuns, seja de uma arte, seja de determinada natureza e inteligência, que de algum modo são inerentes ao assunto de que escrevemos, revelam-se e ocorrem a nós quando os investigamos e contemplamos com toda a agudeza de nossa inteligência; é forçoso que todos os pensamentos e todas as palavras que dizem respeito a cada gênero, <sobretudo as apropriadas> e sobretudo as distintas, surjam e sucedam-se sob a ponta do estilo; depois, a própria colocação e arranjo das palavras é realizada na escrita, de acordo com um ritmo e cadência próprios da oratória, não da poesia. 152. Estes são os elementos que causam os clamores e a admiração para os bons oradores, e ninguém os alcançará se não se dedicar à escrita com assiduidade e durante muito tempo, ainda que se exercite ardentemente nesses discursos improvisados. Além disso, aquele que passa do hábito de escrever à prática do discurso traz consigo tal capacidade que, mesmo discursando de improviso, o que fala parece semelhante ao que escreve; e também, se alguma vez, em seu discurso, trazer uma parte escrita, ao terminá-la, o restante do discurso seguirá de maneira semelhante. 153. Tal como, quando se empregam remadores numa embarcação acelerada, o próprio navio retém o

movimento e seu curso, mesmo depois de cessados o impulso e o movimento dos remos, também no caso do discurso contínuo, mesmo quando termina a parte escrita, o restante do discurso conserva um rumo igual a ela devido à semelhança e à força empregada. 154. Em meu caso, quando jovem, costumava, em minhas preparações diárias, propor a mim mesmo sobretudo aquele exercício que sabia ser costume de C. Carbão, nosso famoso inimigo, utilizar: depois de apresentar os versos mais graves ou a leitura de algum discurso até o limite em que podia abarcá-los em minha memória, pronunciar exatamente o mesmo assunto que lera com as palavras mais diversas que podia daquelas que lera. No entanto, percebi, posteriormente, que havia um problema nesse exercício: as palavras mais apropriadas a cada tema, assim como as mais distintas e as melhores, já haviam sido empregadas por Ênio, se me exercitava em seus versos, ou por Graco, se acaso houvesse me proposto algum discurso seu. Dessa forma, se empregasse as mesmas palavras, de nada me valeria; se usasse outras, seria um empecilho, já que me acostumaria a usar as menos apropriadas. 155. Posteriormente, decidi, e disso me servi quando jovem, parafrasear os discursos gregos dos maiores oradores. Depois de lê-los, conseguia, ao traduzir em latim o que lera em grego, não apenas empregar as melhores palavras, ainda que de uso comum, mas também, por imitação, forjar alguns termos que eram novos aos latinos, contanto que fossem apropriados. 156. Já os movimentos e os exercícios de voz, respiração, de todo o corpo e da própria língua carecem não tanto de arte quanto de trabalho; em tais pontos, deve-se ter extremos cuidado ao escolher quem imitaremos, a quem desejamos nos assemelhar. Devemos observar não apenas os oradores, mas também os atores, para não alcançarmos, por algum mau costume, alguma deformidade ou defeito. 157. Devemos exercitar também nossa memória, a fim de aprender de cor o maior número de escritos possível, tanto os nossos quanto os dos outros. E nesse exercício não me desagrade empregar, se temos o costume, também aquele método dos lugares e simulacros que é ensinado na arte. É preciso, em seguida, transferir esse método oratório de tais exercícios domésticos e retirados para as fileiras, para a poeira, para o alarido, para os acampamentos e para o combate do fórum, expor-se à visão de todos, experimentar as forças do engenho, e levar aquela reflexão interna para a luz da realidade. 158. É preciso ler também os poetas, conhecer a história, ler e folhear com assiduidade os mestres e escritores de todas as artes liberais, bem como citá-los como exercício, interpretá-los, corrigi-los, criticá-los, refutá-los; acerca de qualquer tema, deve-se discutir os dois lados da questão, bem como evocar e mencionar, em cada tema, qualquer elemento que possa parecer provável. 159. É preciso aprender todo o direito civil, conhecer as leis, estudar toda a antigüidade, conhecer a tradição do senado, a disciplina do estado, os juramentos dos aliados, os tratados, os pactos, a causa do poder; deve-se ainda provar de certa graça proveniente de todo tipo de urbanidade dos gracejos, com que se espalhe, como sal, sobre todo o discurso. Revelei a vós tudo que

pensava; o mesmo, talvez, que responderia qualquer chefe de família se o perguntásseis a ele, depois de retirá-lo de alguma reunião.

160. Depois de Crasso dizer essas palavras, seguiu-se um silêncio. Porém, embora parecesse, aos presentes, ter falado o bastante para aquilo que se propusera, sentiam que havia terminado mais rapidamente do que desejavam.

Disse então Cévola: - E então, Cota? Por que vos calais? Nada mais vos ocorre que possais perguntar a Crasso?

161. Respondeu ele: - É exatamente a isso, por Hércules, que estou atentando: tamanho foi o fluxo de suas palavras e de tal forma voou seu discurso, que pude notar sua força e rapidez, mas não acompanhar suas pegadas e seu passo, e, tal como se tivesse vindo a uma casa rica e cheia, sem que seus tecidos tivessem sido desvelados, ou sua prataria exposta, ou seus quadros e estátuas colocados à vista, mas com todas essas inúmeras e magníficas coisas amontoadas e ocultas; assim, há pouco, no discurso de Crasso, percebi as riquezas e os ornamentos de sua inteligência através de certos invólucros e capas: porém, embora desejasse contemplá-los, quase não era possível vê-los. Dessa forma, nem posso dizer que ignore completamente suas posses, nem que as conheça claramente e que as tenha visto.

162. - Por que não fazes o mesmo, então, disse Cévola, que farias caso fosses a uma casa e a uma vila repletas de ornamentos? Se estivessem afastados, como afirmas, e tivesses grande desejos de vê-las, não hesitarias em pedir a seu dono que mandasse que fossem colocadas à mostra, sobretudo no caso de um amigo íntimo; semelhantemente, pedirás agora a Crasso que traga à luz, colocando cada coisa em seu devido lugar, aquela riqueza de seus ornamentos, que, amontoada num único lugar, vimos rapidamente, como que de relance, ao passar por eles.

163. - Na verdade, respondeu Cota, peço a ti que o faças, pois a mim e a Sulpício, aqui presente, o pudor impede de pedir ao mais sério dos homens, que sempre desprezou discussões desse tipo, tais coisas, que talvez lhe pareçam elementos de crianças. Porém, concede-nos tu, Cévola, este favor, e faz que Crasso desenvolva e desdobre para nós esses pontos que, em seu discurso, condensou e acumulou num espaço por demais estreito.

164. - Por Hércules, respondeu Múcio, de início o queria mais por vossa causa do que por minha. E não desejava tanto tal discussão da parte de Crasso quanto me deleito com seu discurso nas causas; agora porém, Crasso, peço-te já também por minha causa, que, por termos tempo livre como há muito não tínhamos, não te recuses a edificar a obra que já começaste. De fato, noto que a tarefa apresenta uma forma maior e melhor do que esperava, e a aprovo calorosamente.

165. - Efetivamente, respondeu Crasso, não consigo deixar de me admirar que até mesmo tu, Cévola, desejes saber algo que não domino como aqueles que o ensinam, nem é tal que, mesmo se o dominasse perfeitamente, seria digno dessa tua sabedoria e de teus ouvidos.

- Assim julgas?, replicou Múcio. Se julgas que esta idade quase não deva ouvir acerca dessas questões comuns e banais, podemos deixar de lado também aquelas que, segundo disseste, o orador deve conhecer: a natureza dos homens, seu caráter, os métodos com que se incitam e reprimem as mentes dos homens, a história, a antigüidade, a administração do estado, por fim, o nosso próprio direito civil? De fato, eu sabia que havia todo esse conhecimento e riqueza de temas em tua inteligência, mas nunca notara tão amplo aparato entre os recursos de um orador.

166. - Deixando de lado os demais detalhes, respondeu Crasso, que são inúmeros e muito longos, e passando propriamente a teu direito civil, é possível, então, que consideres oradores aqueles homens que observei durante várias horas, quando P. Cévola, às pressas, no campo de Marte, a um só tempo ria-se e irritava-se, quando Hipseu, aos gritos, procurava, com inúmeros apelos, obter do pretor M. Crasso que fosse permitido àquele que defendia perder a causa, enquanto Gn. Otávio, homem consular, recusava-se, num discurso não menos longo, a que o adversário perdesse a causa e que aquele que defendia se livrasse de um processo de tutela desonrosa e de qualquer aborrecimento pela estupidez de seu adversário?

167. - Na verdade, respondeu Cévola, lembro-me de Múcio contar sobre esses dois: não apenas os considerava indignos do nome de orador, mas até mesmo de pisar no fórum.

- E contudo, continuou Crasso, não faltavam, a tais patronos, eloqüência, método ou riqueza em seus discursos, mas conhecimento de direito civil, pois um, em sua defesa, exigia da lei mais do que permitira a lei das doze tábuas - assim que o obtivesse perderia a causa -, o outro considerava injusto que se exigisse mais do que constava da ação, sem perceber que, se isso acontecesse, o adversário perderia o litígio.

168. Ora, há poucos dias, quando estava presente ao tribunal do pretor urbano Q. Pompeu, meu amigo, acaso um desses homens expressivos não exigia que fosse concedida ao queixoso a antiga e trivial cláusula de exceção DAQUELE CUJO DIA DE PAGAMENTO CHEGARA, por não compreender que isso fora estabelecido em prol do queixoso, de modo que, se o devedor provasse ao juiz que o dinheiro havia sido demandado antes de passar a ser devido, quando o queixoso o demandasse novamente, não seria excluído pela cláusula de exceção PORQUE TAL QUESTÃO FORA LEVADA A JUÍZO ANTERIORMENTE. 169. Assim, o que se pode fazer ou mencionar de mais torpe do que aquele que assumiu a função de defender as controvérsias e as causas dos amigos, socorrer os que sofrem, tratar dos doentes, animar os aflitos, enganar-se de tal forma a respeito das questões de menor significado e importância, que a uns pareça digno de pena, a outros, motivo de

chacota? 170. De minha parte, considero que meu parente, o ilustre P. Crasso Dives, era um homem elegante e ornado em muitos outros aspectos, mas sobretudo pelo fato de que, sendo irmão de P. Cévola, costumava inúmeras vezes dizer a ele que nem poderia estar à altura do direito civil se não obtivesse, antes, domínio da oratória - algo que o filho daquele que foi cônsul comigo conseguiu -, nem começaria a tratar e defender as causas de seus amigos antes de aprender o direito civil. 171. E quanto ao célebre M. Catão? Acaso não tinha uma eloquência tão grande quanto aquela época e aquela geração pôde produzir, e não era o mais perito de todos em direito civil? Já há tempos estou constrangido por falar a respeito desse assunto, porque está presente aqui um homem perfeito em sua oratória, o orador que eu mais admiro de todos. Contudo, ele sempre desprezou o direito civil. 172. Porém, uma vez que quisestes vos inteirar de meu pensamento e opinião, nada ocultarei e, na medida do possível, expor-vos-ei o que penso de cada tema.

O incrível, quase singular e divino poder da inteligência de Antônio, ainda que desprovido desse conhecimento de direito, parece ser capaz de se proteger e defender com as demais armas da prudência. Por isso, consideremo-lo uma exceção. Já quanto aos demais, não hesitarei, em meu veredito, em condenar primeiramente a inércia, depois, também a impudência. 173. De fato, correr de um lado para o outro no fórum, passar o tempo no tribunal e nas tribunas dos pretores, encarregar-se de processos privados de questões importantes, nas quais não raro se discute, não o fato, mas a equidade e o direito, lançar-se às causas centunvirais, em que se debatem as leis de usucapião, tutela, parentesco, agnação, aluvião, nateiro, obrigação por dívida, contratos de venda, paredes, luz natural, goteiras, testamentos anulados ou confirmados, dentre inumeráveis outras questões, quando se ignora completamente o que é próprio, o que é alheio, por que motivo, enfim, alguém é cidadão ou estrangeiro, escravo ou homem livre, é próprio de uma notável impudência. 174. É realmente uma arrogância risível confessar não ter experiência em embarcações menores mas, ao mesmo tempo, afirmar ter aprendido a pilotar até mesmo os maiores navios de ordem de cinco remos. Quando, numa reunião, te deixas enganar por uma estipulação insignificante do adversário e quando selas documentos de teu cliente em que haja um texto com que ele possa ser pego, eu hei de considerar que devo confiar uma causa mais importante a ti? Mais rápido, por Hércules, aquele que virou um pequeno barco de dois remos no porto pilotará a nau dos argonautas no Ponto Euxino. 175. Ora, se as causas em que se discute o direito civil não são sequer insignificantes, mas muitas vezes de enorme importância, que descaramento é esse do patrono que ousa aproximar-se de tais causas sem qualquer conhecimento de direito? Que causa mais importante podia haver do que a daquele soldado: um falso mensageiro fora a sua casa para anunciar sua morte; seu pai, acreditando no fato, mudou seu testamento e fez seu herdeiro a quem achou por bem. Quando morreu, o caso foi submetido aos centúviro, uma vez que o soldado voltou para casa e pleiteou legalmente a herança paterna como

filho deserddado em testamento. Sem duidada, naquela causa, investigava-se o direito civil: poderia ser deserddado dos bens paternos um filho que o pai não citara nominalmente como herdeiro ou deserddara em seu testamento? 176. Ora, aquele litígio entre os Marcelos e os Cludios patrícios, que os centnviros julgaram, quando os Marcelos afirmavam que a herança da parte do filho de um liberto lhes cabia pelo ramo da família, os Cludios patrícios, que a herança do mesmo homem lhes cabia pela família, naquela causa os oradores não tiveram de tratar de toda a lei concernente aos ramos de família e ao parentesco? 177. E quanto ao caso que, segundo ouvimos dizer, foi igualmente debatido no tribunal dos centnviros: um homem com direito exular que viesse a Roma em exílio, caso se ligasse a algum patrono, por assim dizer, e tivesse morrido sem deixar testamento, nessa causa o direito de herdar os bens de um cliente morto sem testamento, que  bastante obscuro e desconhecido, não teria sido esclarecido e explicado pelo patrono, no tribunal? 178. Ora, quando há pouco tempo defendi a causa de C. Sérgio Orata contra este nosso Antônio aqui presente, num processo privado, acaso minha defesa inteira não tratou da lei? De fato, uma vez que M. Mário Gratidiano vendera uma casa a Orata e não estipulara, no contrato de venda, que uma parte da casa estava sujeita  servidão, sustentvamos que se o vendedor tivesse conhecimento de qualquer inconveniente na propriedade e não o tivesse declarado, ele deveria ser responsabilizado. 179. E exatamente no mesmo gênero um amigo meu, M. Buculeio, um homem, em minha opinião, nada estúpido, na sua, bastante sábio, e não avesso ao estudo do direito, cometeu um erro semelhante há pouco tempo. De fato, quando vendeu uma casa a L. Ffio, este, segundo o contrato de venda, recebeu a casa com a iluminao tal como se encontrava. Ffio, por sua vez, tão logo teve início uma construo numa região da cidade que mal podia ser avistada daquela casa, imediatamente processou Buculeio, porque considerava que, qualquer que fosse a pequena região do céu que se bloqueasse, por mais distante que estivesse, havia uma mudança na iluminao. 180. E quanto  celebrrima causa de M'. Crio e Marco Copnio, debatida há pouco tempo diante dos centnviros, com que afluência dos homens, com que expectativa foi defendida! Enquanto Q. Cévola, meu coevo e colega, o homem mais versado de todos na disciplina do direito civil, de inteligência e prudência mais agudas, de discurso mais sóbrio e preciso e, tal como costume dizer, o mais eloqüente dos peritos em direito, o mais perito em direito dos eloqüentes, defendia a lei baseado na letra dos testamentos, afirmando que não podia ser herdeiro aquele que fora instituído como herdeiro depois de um filho póstumo nascer e morrer, a não ser que o filho póstumo tivesse nascido e morrido antes de entrar em sua tutela, eu defendia que ele fizera o testamento com a inteno de que, caso não houvesse um filho que entrasse em sua tutela, M'. Crio fosse o herdeiro. Acaso algum de nos dois deixou de tratar, naquela causa, das autoridades, dos precedentes, das fórmulas testamentais, ou seja, do fulcro do direito civil? 181. Deixo agora de lado outros exemplos das causas mais importantes, que são inumeráveis. Muitas vezes

pode acontecer que as causas tratem de nossos direitos civis. E de fato, se P. Rutílio, filho de Marco, o tribuno da plebe, ordenou que retirassem do senado a C. Mancino, homem nobilíssimo, excelente e consular - uma vez que, devido ao ódio provocado por seu pacto com os numantinos, o chefe dos feciais o entregara aos numantinos, embora estes não o houvessem aceito, e, depois que Mancino voltou para casa, não hesitou em entrar no senado -, por afirmar que ele não era cidadão, porque a tradição dizia que não tinha direito de regresso à pátria aquele que tivesse sido vendido por seu pai ou pelo povo, ou entregue pelo chefe dos feciais. **182.** Que causa ou disputa podemos encontrar, dentre as questões civis, mais importante do que a que diz respeito à ordem, à cidadania, à liberdade, aos direitos civis de um homem consular, sobretudo quando ela se baseia, não num crime que ele possa negar, mas no direito civil? Num gênero semelhante, mas numa ordem inferior, se alguém, de um povo aliado, fosse escravo entre nós e, tendo conseguido sua liberdade, tornasse posteriormente a sua casa, questionou-se, entre nossos antepassados, se teria o direito de voltar aos seus e se teria perdido a nossa cidadania. **183.** E então, não é possível haver uma disputa baseada no direito civil acerca da liberdade, em que não pode haver um julgamento mais importante, quando se investiga se aquele que foi recenseado como cidadão por vontade de seu senhor torna-se livre imediatamente ou apenas quando se realiza o sacrifício expiatório dos censores? E quanto ao que aconteceu na época de nossos ancestrais: um chefe de família que voltou da Hispânia para Roma, deixando na província sua esposa grávida, casou-se com uma segunda mulher em Roma sem antes enviar à primeira a notificação de divórcio, morreu sem deixar testamento e um filho nasceu de ambas as esposas, levou-se a disputa um caso sem importância, quando se investigava a respeito de dois direitos de cidadão, o do menino que nascera da segunda esposa e o de sua mãe, a qual, se fosse julgado, dentro de determinados termos, que não acontecera o divórcio com a primeira esposa nas novas núpcias, seria colocada na posição de concubina?

184. Aquele que desconhece essa e outras leis semelhantes de sua cidade e, altivo e soberbo, olhando para um lado e para outro com rosto e expressão resolutos, vagueia por todo o fórum com uma grande multidão, apresentando e oferecendo proteção a seus clientes, auxílio a seus amigos e a luz de sua inteligência e sabedoria a praticamente todos os cidadãos, não devemos considerá-lo antes de tudo como escandaloso?

185. E já que falei da impudência, repreendamos também a indolência e a falta de iniciativa de tais homens. De fato, ainda que esse conhecimento do direito fosse algo grandioso e difícil, sua enorme utilidade deveria impelir essas pessoas a empreender tal trabalho. Porém, ó deuses imortais, não diria tal coisa na presença de Cévola se ele próprio não tivesse o costume de afirmar que não lhe parece haver conhecimento de qualquer outra arte mais fácil do que este, **186.** à diferença da maioria, que pensa diferente por determinadas razões: em primeiro lugar, porque os antigos que estavam

encarregados deste saber, a fim de obter e aumentar sua influência, não quiseram que sua arte fosse popularizada; em seguida, depois que o direito foi tornado público, com a exposição, pela primeira vez, das fórmulas legais feita por Gn. Flávio, não houve ninguém que arranjasse aqueles elementos de maneira sistemática, divididos por gênero. De fato, não há nada que possa ser reduzido a uma arte sem que, antes, aquele que domina os elementos de que quer estabelecer uma arte tenha aquele conhecimento, de modo que possa fazer uma arte a partir daqueles elementos de que ainda não há uma arte.

187. Percebo que, enquanto queria falar com brevidade, falei de maneira um pouco obscura, mas tentarei de novo e falarei, se possível, com mais clareza. Quase tudo o que está agora encerrado em artes esteve, outrora, disperso e dissipado: como na música, o ritmo, os sons e as cadências; na geometria, as linhas, as formas, as distâncias, os volumes; na astronomia, a rotação do céu, o nascimento, o pôr e o movimento dos astros; na gramática, o estudo assíduo dos poetas, o conhecimento de história, a interpretação das palavras, a pronúncia de determinados sons; nesta própria doutrina do discurso, enfim, inventar, ornar, dispor, lembrar, atuar pareciam a todos, outrora, elementos desconhecidos e bastante difusos. **188.** Empregou-se então uma arte de fora, de algum outro gênero que os filósofos tomam inteiramente para si, que unisse uma matéria solta e separada e a resumisse com determinado método. Seja, pois, a finalidade do direito civil a seguinte: a preservação da imparcialidade, conforme as leis e os usos, nos assuntos e nas causas dos cidadãos. **189.** Então deve-se designar os gêneros e remetê-los a um número determinado e pequeno. Gênero é aquilo que abrange duas ou mais partes semelhantes entre si por determinada afinidade, mas diferentes pela espécie. Já partes são aquelas que são subordinadas aos gêneros de que emanam; e é preciso expor, por meio de definições, o sentido que têm todos os nomes, seja dos gêneros, seja das partes. A definição é uma explicação breve e resumida daqueles elementos que são próprios do que queremos definir. **190.** Eu acrescentaria exemplos a essas questões se não percebesse perante quem esse discurso está sendo pronunciado. Agora concluirei com brevidade o que propus. De fato, se me for permitido fazer o que penso já há muito tempo, ou se algum outro, caso eu esteja impedido ou já morto, tomar meu lugar e conseguir, pela primeira vez, dividir todo o direito civil por gêneros, que são muito poucos, em seguida, distribuir determinados membros, por assim dizer, desses gêneros, então revelar o sentido próprio de cada um por meio de uma definição, tereis uma arte do direito civil completa, antes grande e fértil que difícil e obscura. **191.** Contudo, enquanto se agrupam esses elementos que estão dispersos, é possível, ainda que desordenadamente, colhendo e reunindo de todas as partes, prover-se desse conhecimento do direito civil. Não percebeis que um cavaleiro romano, um homem de inteligência mais aguda do que a de qualquer outro, embora nem um pouco versado nas demais artes, C. Aculeão, que é e sempre foi meu amigo, domina de tal forma o direito

civil que, excetuando-se este homem aqui, ninguém, dentre aqueles que são mais experientes, é colocado à sua frente? **192.** De fato, tudo se encontra diante de nossos olhos, situando-se na prática cotidiana, na reunião dos homens e no fórum, e não estão contidos em muitos escritos ou em grandes volumes: as mesmas questões, com efeito, foram expostas por diversos autores. Em seguida, com a mudança de umas poucas palavras, foram com muita freqüência reescritas pelos mesmos escritores. **193.** Na verdade, acrescenta-se, para que se possa compreender e conhecer o direito civil mais facilmente, algo que a maioria desconsidera totalmente: um encanto e um deleite admiráveis no seu conhecimento. De fato, se alguém se deleita com estes estudos elianos, há um grande modelo da Antigüidade em todo o direito civil, bem como nos livros dos pontífices e nas doze tábuas, porque se toma conhecimento da grande antigüidade das palavras e porque determinados gêneros de fórmulas legais revelam a tradição e a vida de nossos antepassados. Ou, se alguém se compraz no conhecimento de política, que Cévola não considera ser próprio do orador, mas uma sabedoria proveniente de outro campo, perceberá que todo ele está contido nas doze tábuas, com a descrição de todas as necessidades e partes de um estado. Ou se alguém se deleita - de maneira bastante ousada, diria eu - com essa filosofia prepotente e fanfarrona, tem estas fontes de todas as suas discussões, que estão contidas no direito civil e nas leis. **194.** De fato, notamos que se deve buscar sobretudo o prestígio neles, quando a virtude e o trabalho justo e honesto são condecorados com honrarias, recompensas, lustre, enquanto os vícios e os enganos dos homens são punidos com multas, desonras, grilhões, açoites, exílios, morte. E aprendemos que não é com discussões intermináveis e repletas de conflitos, mas com a autoridade e sinal das leis que se mantêm domadas as paixões, que se reprimem todos os desejos, que defendemos o que é nosso, que se afastam as mentes, os olhos, as mãos do que é dos outros. **195.** Ainda que todos se indignem, falarei o que penso: por Hércules, o pequeno livro das doze tábuas, se alguém observar as fontes e as origens das leis, parece-me superar, sozinho, as bibliotecas de todos os filósofos tanto pelo peso de sua autoridade quanto pela riqueza de sua utilidade. **196.** E se, como deve mais do que tudo acontecer, deleitamo-nos com nossa pátria, cuja essência e natureza são tão importantes que o sapientíssimo varão preferiu a famosa Ítaca, presa a pequenos rochedos extremamente escarpados tal como um ninho, à imortalidade, com que amor devemos nos inflamar por uma pátria de tal natureza, que é, em todo o mundo, a única morada da virtude, do poder, do prestígio? Devemos, em primeiro lugar, conhecer sua mente, sua tradição, sua disciplina, seja porque a pátria é mãe de todos nós, seja porque devemos considerar que houve tão grande sabedoria no estabelecimento da lei quanto na obtenção desses recursos tão importantes de nosso poderio. **197.** Sentireis também alegria e prazer com o conhecimento do direito, porque perceberéis muito facilmente o quanto nossos antepassados superaram os demais povos em prudência se quiserdes comparar nossas leis com as de seu Licurgo, Draco e Sólon. De fato, quando se excetua

este nosso, é incrível o quão confusos e quase ridículos são todos os outros exemplos de direito civil. Costumo fazer várias observações a esse respeito em minhas conversas cotidianas, quando coloco a prudência dos nossos conterrâneos acima de todos os outros e, sobretudo, dos gregos. Foi por essas razões que eu havia dito, Cévola, que aqueles que querem ser oradores perfeitos devem necessariamente ter conhecimento de direito civil.

198. Na verdade, quem ignora quanta honra, influência, prestígio ele traz, por si mesmo, àqueles que nele são proeminentes? Assim, enquanto, entre os gregos, homens insignificantes, levados por um pequeno pagamento, apresentam-se como auxiliares nos processos oratórios - aqueles que são chamados de “consultores” entre eles -, em nossa cidade, em contrapartida, fazem-no os homens mais importantes e ilustres, como aquele que, devido a esse conhecimento do direito civil, foi denominado pelo mais alto dos poetas

Homem egregiamente sagaz, o sutil Élio Sexto.

E muitos, além disso, que, granjeando prestígio por ação de sua inteligência, conseguiram ter ainda mais influência, na consulta de assuntos legais, pela autoridade do que pela própria inteligência. 199. Na verdade, que refúgio pode ser mais honroso para celebrar e ornar a velhice do que a interpretação da lei? De minha parte, já desde a juventude comecei a adquirir esse apoio, não apenas para minha prática forense das causas, mas também para a glória e ornamento de minha velhice, a fim de que, quando as forças começassem a me faltar, época que já está quase se aproximando, protegesse minha casa dessa solidão. De fato, o que há de mais ilustre do que um velho que exerceu os cargos e as funções da república poder dizer à vontade o mesmo que diz Apolo Pítio em Ênio, que ele é aquele “a quem”, se não “povos e reis”, pelo menos todos os seus concidadãos “pedem conselho”

Incertos quanto às questões mais importantes: eu, com minha ajuda,
Faço-os certos, já não mais incertos, e possuidores de um conselho
A fim que de não conduzam às cegas as questões confusas.

200. De fato, a casa de um jurisconsulto é, sem dúvida, um oráculo de toda a cidade. São testemunhas disso a porta e o pátio de entrada da casa deste Q. Múcio aqui, porque, encontrando-se num estado de saúde bastante fraco e afetado já pela idade, é celebrado diariamente por uma enorme afluência de cidadãos e pelo brilho dos homens mais elevados.

201. Já não carece de um longo discurso explicar por que julgo que também o direito público, que é próprio da cidade e do império, além disso os registros da história e os exemplos da

antigüidade, devem ser do conhecimento do orador. De fato, tal como em causas e processos relativos a questões privadas é preciso muitas vezes tirar o discurso do direito civil e por isso, como disse anteriormente, é necessário, ao orador, o conhecimento do direito civil, da mesma forma, nas causas públicas dos julgamentos, das assembléias populares, do senado, toda essa memória da antigüidade, bem como a autoridade do direito público e o método e conhecimento do governo da república, devem ser subordinados, como uma fonte, aos oradores que se ocupam de política. **202.** De fato, não procuramos um advogado qualquer, nem um vociferador ou um rábula nesta nossa fala, mas o homem que, em primeiro lugar, seja um expoente dessa arte, em que, embora lhe conceda uma grande capacidade, seja considerado um deus, de modo que aquilo mesmo que era próprio do homem pareça, não ter sido obtido por nosso esforço, mas entregue a nós divinamente; em seguida, que possa, adornado não tanto com o caduceu quanto com o nome de orador, lançar seus dardos incólume mesmo estando entre inimigos; então, que seja capaz, pelo discurso, de submeter o crime e a fraude de um criminoso ao ódio dos cidadãos e de reprimi-los com um castigo; de livrar da pena, com a defesa feita por seu engenho, a inocência dos tribunais; de incitar o povo à glória, quando está abatido e vacilante, afastá-lo do erro, inflamá-lo contra os desonestos ou mitigá-lo, quando incitado contra os honestos; que seja capaz, enfim, de provocar ou de abrandar, nos ânimos dos homens, qualquer paixão que a questão e a causa exijam. **203.** Se alguém considera que esse poder foi ou pode ser exposto de maneira tão breve, seja por aqueles que escreveram sobre a teoria do discurso, seja por mim, muito se engana, não apenas deixando de perceber meu desconhecimento de tais temas, mas também sua magnitude. De minha parte, considere que, já que era vosso desejo, devia mostrar as fontes onde pudésseis beber e os percursos, não de maneira a que eu fosse o guia, algo que não tem limites e é desnecessário, mas de modo a apenas mostrar o caminho e, como costuma acontecer, apontar meu dedo para as fontes.

204. - A mim, em verdade, disse Múcio, satisfizeste mais do que suficientemente o desejo desses jovens, se é que realmente o desejavam. De fato, tal como dizem que o famoso Sócrates costumava afirmar que sua obra estaria completa se tivesse conseguido, com sua exortação, incitar alguém ao desejo de conhecer e compreender a virtude, pois para aqueles que tivessem sido persuadidos a nada preferirem a serem bons homens a doutrina restante seria fácil; do mesmo modo, entendo que, se pretendes adentrar esse domínio que Crasso revelou com seu discurso, conseguireis chegar com extrema facilidade aonde desejais por esse acesso e essa porta aberta.

205. - No que nos diz respeito, observou Sulpício, essas palavras são extremamente agradáveis e prazerosas. Mas ainda temos algumas perguntas, e sobretudo a respeito daquelas observações muito rápidas que fizeste, Crasso, acerca da arte propriamente dita, quando reconheceste que não a desprezavas e que a havias estudado. Se a tratares de maneira um pouco mais extensa, satisfarás todas

as expectativas desse nosso antigo desejo. De fato, agora sabemos o que é preciso estudar, embora seja algo grandioso. Mas queremos conhecer o processo e o método desses estudos.

206. - Já que eu, respondeu Crasso, a fim de vos reter mais facilmente em minha casa, obedeci mais a vossa vontade do que a meu hábito e natureza, que tal pedirmos a Antônio que nos explique as idéias que está guardando e ainda não enunciou, com as quais, como há muito já se lamentou, deixou escapar seu único livrinho, e que enuncie esses mistérios do discurso?

- Como te parecer melhor, respondeu Sulpício, pois, falando Antônio, perceberemos também o que pensas.

207. - Peço-te então, disse Crasso, já que o desejo desses jovens coloca tal fardo sobre nós, Antônio, homens desta idade, que exponhas o que pensas a respeito dessas questões que, como percebes, fazem a ti.

- De minha parte, respondeu Antônio, percebo e sinto claramente que fui pego de surpresa, não só porque perguntam a mim a respeito de questões de que não tenho conhecimento ou prática, mas também porque aquilo que costumo evitar a qualquer custo nos processos, Crasso, falar depois de ti, esses jovens não permitem que eu evite agora. 208. Na verdade, entrarei nesse assunto que desejais com bastante audácia, porque espero que me aconteça nesta discussão o mesmo que costuma acontecer quando discurso: não se espera qualquer ornamento em minha fala. E não vou tratar de uma arte, a qual nunca estudei, mas de minha prática. As próprias observações que reuni em meu comentário são dessa natureza, não tendo sido ensinadas a mim por alguma teoria, mas tratadas no uso e nas causas da realidade. Se vós, homens eruditíssimos, não as aprovardes, coloquei a culpa em vossa iniquidade, por terdes feito perguntas a mim sobre assuntos que desconheço, e louvai minha afabilidade quando vos responder de boa vontade, levado, não por minha decisão, mas por vosso desejo.

209. Observou então Crasso: - Apenas vai em frente, Antônio, pois não existe risco de falares senão com tal sabedoria que nenhum de nós há de se arrepender de te ter compelido a essa fala.

- Eu, na verdade, respondeu, irei em frente e farei aquilo que julgo dever ser feito no princípio de qualquer discussão: explicar de que se trata o tema em questão, a fim de que o discurso não seja obrigado a vaguear caso aqueles que discordarem entre si não entendam da mesma forma o tema de que se trata. 210. De fato, se acaso investigássemos qual é a arte do general, consideraria que é preciso estabelecer, de início, quem é um general. Depois de estabelecermos que ele é alguém encarregado de conduzir a guerra, acrescentaríamos a respeito do exército, do acampamento, das marchas, dos embates, dos assédios às cidadelas, das provisões, do preparar e evitar emboscadas, dos demais elementos que são próprios da direção de uma guerra. Eu chamaria de generais aqueles que possuíssem tais fatores por coragem e conhecimento, usaria os exemplos dos Africanos e dos

Máximos e citaria Epaminondas, Haníbal e homens dessa estirpe. 211. Se investigássemos, por outro lado, quem é aquele que, para governar o estado, reuniu prática, conhecimento e dedicação, eu o definiria da seguinte maneira: deve-se considerar como governante do estado e conselheiro da conduta pública aquele que domina e emprega os meios com que se aprestam e aumentam os interesses do estado, e faria menção a P. Lântulo, o famoso líder do senado, a Tibério Graco, o pai, a Q. Metelo, P. Africano, C. Lélío e incontáveis outros, tanto desta nossa cidade quanto de outras. 212. Já se investigássemos quem é com justiça denominado jurisconsulto, eu diria que é aquele que é perito nas leis e nas convenções de que fazem uso os cidadãos privados num estado, bem como em responder a consultas, argumentar e caucionar, e mencionaria Sex. Élio, M'. Manílio, P. Múcio como pertencentes a esse grupo. E, passando aos estudos das artes menos importantes, se investigássemos o músico, o gramático, o poeta, poderia, de maneira semelhante, explicar o que cada um deles promete e até que limite se deve exigir de cada um. Do filósofo propriamente dito, enfim, embora seja o único a prometer quase tudo que diz respeito a sua capacidade e sabedoria, há uma definição: denomina-se, com essa palavra, aquele que deseja conhecer a essência, a natureza e as causas de tudo o que é divino e humano, bem como compreender e buscar todo o método do viver bem.

213. No que diz respeito ao orador, já que é sobre ele que estamos investigando, eu, de minha parte, não o considero da mesma forma que Crasso, que me pareceu encerrar o conhecimento de todas as coisas e artes unicamente dentro do ofício e do nome do orador, e considero que ele seja aquele que é capaz de empregar palavras agradáveis de se ouvir e idéias adequadas a uma demonstração nas causas forenses e públicas. A este eu denomino orador, e desejo, além disso, que ele seja dotado de voz, atuação e algum encanto. 214. Na verdade, nosso Crasso, a meu ver, descreveu a faculdade do orador, não dentro dos limites daquela arte, mas das fronteiras quase ilimitadas de seu engenho. De fato, em seu parecer, confiou até mesmo os lemes do governo dos estados ao orador, em que pareceu muito admirável que tu, Cévola, o concedesses a ele, uma vez que inúmeras vezes o senado deu o seu assentimento a ti acerca das questões mais importantes, embora discursasses de maneira breve e sem requinte. Se M. Escauro, homem extremamente experiente no governo da república que, segundo ouvi dizer, não está longe daqui, em sua casa de campo, ouvisse que tu, Crasso, reivindicas a autoridade de seu prestígio e sabedoria por afirmares que ela é própria do orador, viria agora mesmo, creio eu, para cá e aterrorizaria esta nossa loquacidade com sua própria expressão e aspecto; ele, embora não seja nada desprezível quando discursa, apóia-se mais em seu conhecimento de questões importantes do que na arte do discurso. 215. Se alguém é capaz dos dois, nem aquele é um orador pelo fato de ser conselheiro da conduta pública e bom senador, nem este, que é expressivo e eloqüente, se é, ao mesmo tempo, ilustre na administração do estado, adquiriu algum conhecimento devido à riqueza de seus discursos. Essas faculdades estão muito distantes umas

das outras, são bastante diversas e separadas, e não foi com o mesmo método e processo que M. Catão, P. Africano, Q. Metelo, C. Lélío, que foram, todos eles, eloqüentes, ornaram seu discurso e a dignidade da república. Nem, com efeito, é proibido, seja pela natureza das coisas, seja por alguma lei ou costume, que cada uma das pessoas possa conhecer mais de uma arte. **216.** Por isso, não é pelo fato de Péricles ter sido sobremaneira eloqüente em Atenas e, durante vários anos naquela cidade, líder da conduta pública, que se deve julgar que as duas faculdades tenham pertencido ao mesmo homem e à mesma arte, nem, se P. Crasso foi eloqüente e perito em direito, existe, por esse motivo, o conhecimento de direito civil na faculdade oratória. **217.** De fato, se cada um que é excelente em alguma arte e faculdade e que também tenha arrogado para si outra arte conseguir que o que sabe a mais pareça ser uma parte daquilo em que é excelente, será possível, com esse raciocínio, dizer que jogar bem a péla e o jogo das doze linhas é próprio do direito civil, uma vez que P. Múcio se saiu muito bem em ambos os casos; pelo mesmo raciocínio, aqueles que os gregos denominam filósofos da natureza poderão também ser chamados de poetas, uma vez que Empédocles, o filósofo da natureza, compôs um poema notável. Mas nem mesmo os próprios filósofos, que pretendem que tudo seja como que sua propriedade e lhes pertença, ousam dizer que a geometria e a música são do domínio do filósofo pelo fato de todos admitirem que Platão foi sobremaneira notável naquelas artes. **218.** E se agora parece bem subordinar todas as artes ao orador, é mais tolerável, antes, falar da seguinte forma: uma vez que a faculdade do discurso não deve ser árida e desnuda, mas distinta e banhada numa agradável variedade de elementos, seja próprio do bom orador ter ouvido muito, ter visto muito, ter percorrido muito em sua mente e em seu pensamento, muito também em leituras, e que não se apoderou de tais elementos como seus, mas os provou como alheio. Admito, com efeito, que ele deve ser alguém habilidoso e em nada principiante e grosseiro nem novato ou estrangeiro em suas defesas.

219. E, na verdade, não me perturbo com essa tua linguagem elevada que os filósofos costumam empregar, pelo fato de afirmares que ninguém é capaz de inflamar as mentes dos ouvintes, em seu discurso, ou apagar o seu incêndio, quando em chamas - uma vez que é sobretudo nisso que se nota o poder e a grandeza do orador - se não compreender profundamente a natureza de todas as coisas, os caracteres e as motivações dos homens, pelo que o orador teria forçosamente de estudar filosofia. Percebemos que gerações inteiras dos homens mais inteligentes e ociosos foram consumidas nesse estudo. Não apenas não desprezo a riqueza e a grandeza de conhecimento e arte desses homens, mas também muito as admiro; para nós, no entanto, que nos ocupamos deste povo aqui e do fórum, basta saber e dizer, a respeito do caráter dos homens, o que não se afasta de tal caráter. **220.** De fato, que orador grandioso e sério, quando pretendia provocar a ira do juiz contra o adversário, alguma vez hesitou por não saber o que é a cólera, se um fervor da mente ou o desejo de vingar uma ofensa?

Quem, quando queria produzir e provocar outras paixões nos juizes ou no povo pelo discurso, disse o que os filósofos costumam dizer? Parte deles afirma que não deve haver absolutamente nenhuma paixão nos ânimos, e que quem os incute nas mentes dos juizes cometem um crime abominável; parte, que pretende ser mais tolerante e aproximar-se mais da realidade da vida, afirmam que deve haver paixões muito fracas e, de preferência, leves. **221.** O orador, porém, tornará muito maior e mais penoso, com suas palavras, aquilo que, no hábito comum de vida, é considerado mau, nocivo e a ser evitado; do mesmo modo, amplifica e orna, pelo discurso, aquilo que o vulgo considera desejável e apetecível, não querendo parecer tão sábio entre os tolos que os ouvintes o julguem como inepto ou um greguinho, ou ainda, mesmo que dêem grande aprovação a sua inteligência, admirem a sabedoria do orador, levem a mal o fato de serem tolos; **222.** mas de tal forma penetra nos ânimos dos homens, de tal forma sonda os sentimentos e as mentes dos homens, que não carece das descrições dos filósofos nem indaga, em seu discurso, se o sumo bem reside no ânimo ou no corpo, se se define pela virtude ou pelo prazer, ou se estas podem ser unidas e associadas uma à outra; ou ainda, como pretendem alguns, que não é possível saber nada ao certo, nem entender e compreender claramente qualquer coisa. Reconheço que a disciplina que trata de tais questões é grande e múltipla, e muitos, ricos e variados são seus argumentos; mas buscamos algo bem diferente, Crasso, bem diferente. **223.** Precisamos de um homem agudo e habilidoso por natureza e prática, que investigue de maneira perspicaz o que pensam, sentem, julgam, esperam seus concidadãos e os homens que quer persuadir de algo pelo discurso. É preciso que domine a essência de cada estirpe, idade, ordem e forme um julgamento sobre as mentes e os sentimentos daqueles perante os quais defende ou está para defender uma causa. **224.** E, quanto aos livros dos filósofos, reserve-os para si para um descanso e ócio tal como este, em Túsculo, a fim de que, caso tenha de falar sobre a justiça e a lealdade, não tenha de tomar emprestado a Platão, o qual, julgando que isso devia ser expresso por palavras, forjou um novo estado em seus livros, a tal ponto o que julgava dever ser dito sobre a justiça se afastava do hábito de vida e dos costume dos estados. **225.** É que se isso recebesse aprovação entre os povos e estados, quem teria concedido a ti, Crasso, um homem sobremaneira ilustre e distinto, o primeiro desta cidade, que disseses o que disseste numa assembléia importantíssima de teus concidadãos? “Livrai-nos das misérias, livrai-nos das goelas daqueles cuja crueldade não consegue saciar-se com nosso sangue; não permitais que sejamos escravos senão de todos vós, de quem podemos e devemos ser.” Omito as “misérias”, em meio às quais, segundo eles dizem, um homem não pode ser corajoso; omito as “goelas” de que queres ser livrado, para que teu sangue não seja sorvido por um julgamento injusto, o que eles afirmam não poder acontecer a um sábio; Ousaste dizer “ser escravo” não apenas de ti mesmo, mas de todo o senado, cuja causa defendias? **226.** Pode a virtude, Crasso, ser escrava desses autores cujos preceitos encerraste na faculdade do orador? Ela é a única a ser sempre livre e que,

ainda que os corpos sejam capturados pelas armas ou acorrentados por grilhões, deve manter seu direito e sua liberdade sem limites em todas as coisas. Quanto ao que acrescentaste, que o senado não apenas “pode”, mas “deve” ser escravo, que filósofo tão mole, tão lânguido, que relacionasse de tal forma tudo ao prazer e à dor do corpo poderia aprovar que o senado fosse escravo do povo, a quem o próprio povo tivesse entregue como rédeas, por assim dizer, o poder de o moderar e governar? 227. Assim, embora eu julgasse que havias feito tal discurso de maneira divina, P. Rutilio Rufo, homem douto e dedicado à filosofia, dizia que ele fora não apenas “pouco adequado”, mas também torpe e pernicioso”. E também ele costumava repreender pesadamente a Sérvio Galba, homem de quem dizia se recordar muito bem, pelo fato de, quando L. Escrivônio intentava uma acusação contra ele, ter provocado a misericórdia do povo depois que M. Catão, inimigo severo e enérgico de Galba, falou de maneira dura e veemente diante do povo, discurso que ele próprio publicou em suas *Origens*. 228. Rutilio repreendia Galba, então, pelo fato de este ter praticamente carregado em seus ombros a Quinto, filho órfão de C. Sulpício Galo, seu parente, a fim de levar o povo às lágrimas pela recordação e memória de um ilustríssimo pai, ter recomendado à tutela do povo seus dois filhos pequenos e fazer um testamento como se estivesse num campo de batalha, sem balança ou tabuletas, afirmando que instituía o povo romano como tutor da orfandade deles. Assim, dizia que, embora Galba, naquele momento, estivesse oprimido pela hostilidade e pelo ódio do povo, fora absolvido devido a essas cenas patéticas. Percebo que o mesmo está escrito em Catão: se não tivesse feito uso dos meninos e das lágrimas, teria sido condenado. Rutilio criticava bastante essa atitude, afirmando que teria sido preferível o exílio ou a morte a tal humilhação. 229. Na verdade, não apenas o disse, mas acreditava nisso e o fez. De fato, por ser aquele homem um exemplo, como sabeis, de honestidade, e por não haver nesta cidade ninguém mais íntegro e virtuoso do que ele, não apenas se recusou a ser um suplicante perante os juízes, mas também não quis que sua causa fosse defendida de maneira mais ornada ou livre do que o simples argumento da verdade tolerava. Atribuiu a este Cota aqui, um jovem bastante expressivo, filho de sua irmã, uma das partes da causa; do mesmo modo, Q. Múcio defendeu parte daquela causa segundo costumava fazer, sem qualquer aparato, de maneira clara e cristalina. 230. Se tivesses feito então aquela defesa, Crasso, tu que há pouco afirmavas que o orador deve buscar auxílio para sua riqueza oratória naquelas discussões de que os filósofos fazem uso, e se tivesse sido possível a ti defender P. Rutilio, não à maneira dos filósofos, mas à tua, o poder de teu discurso teria arrancado a crueldade do íntimo das mentes dos juízes, ainda que aqueles cidadãos perniciosos fossem criminosos, como eram, e merecedores de castigo. Agora perdemos um cidadão tão importante, enquanto sua causa é defendida como se o caso estivesse sendo tratado naquele estado imaginário de Platão; ninguém soltou gemidos, nenhum dos patronos clamou, nenhuma dor em ninguém, ninguém se queixou, ninguém apelou para a república, ninguém

suplicou. Por que me alongar? Ninguém bateu com os pés no chão, para não renunciar, creio eu, aos estóicos. 231. Um homem romano e consular imitou o antigo Sócrates, que, por ser o mais sábio de todos e ter vivido de maneira absolutamente íntegra, defendeu-se, num julgamento capital, de forma a parecer, não um suplicante ou réu, mas o mestre ou senhor dos juízes. Além disso, quando Lísias, o eloqüentíssimo orador, levou-lhe um discurso por escrito a fim de que o memorizasse, se lhe parecesse bem, para usá-lo em sua defesa no julgamento, leu-o de bom grado e disse que estava bem escrito. “Porém, disse ele, se me tivesses trazido sapatos de Sicione, eu não os usaria, ainda que fossem adequados e convenientes aos pés, por não serem dignos de um homem”. Assim, aquele discurso lhe parecia eloqüente e próprio de um orador, mas não corajoso e digno de um homem. Logo, também ele foi condenado, e não apenas na primeira votação, em que os juízes decidiam apenas se condenariam ou absolveriam, mas também naquela que deviam, por lei, realizar uma segunda vez. 232. De fato, em Atenas, quando o réu era condenado, havia como que uma avaliação da pena: de acordo com a lei, quando o veredito era entregue aos juízes, perguntava-se ao réu de que avaliação, por assim dizer, confessava ser mais merecedor; quando o perguntaram a Sócrates, ele respondeu que merecia ser condecorado com as mais amplas honrarias e recompensas e que lhe fosse concedido publicamente o sustento cotidiano no pritaneu, honraria que é considerada a mais alta entre os gregos. 233. Os juízes se inflamaram de tal forma com sua resposta que condenaram à morte um homem absolutamente inocente. Se ele houvesse sido absolvido (algo de que gostaria, por Hércules, devido à magnitude de sua inteligência, embora em nada nos diga respeito), de que maneira poderíamos suportar esses filósofos, que agora, quando foi condenado, afirmam que, embora isso não tenha se dado por nenhum outro motivo senão o desconhecimento de oratória, devemos buscar neles os preceitos do discurso? Não discuto com eles se isso é melhor ou mais verdadeiro; apenas afirmo que aquilo é algo diferente disto, e que isto sem aquilo pode ser perfeito.

234. Quanto ao fato, Crasso, de te teres dedicado tanto ao direito civil, percebo o que fizeste; notava-o enquanto falavas. Em primeiro lugar, consagraste-te a Cévola, a quem muito merecidamente devemos nossa estima devido a sua extraordinária amabilidade; percebendo que sua arte era sem ornamento, acompanhamento ou ordem, enriqueceste-a e ornaste-a com o dom das palavras. Em seguida, por teres dedicado mais esforço e trabalho a ela, uma vez que tinhas em casa um incentivador e mestre desse estudo, receaste que, se não exagerasses essa arte pelo teu discurso, terias perdido teu esforço. 235. Mas eu não entro em conflito sequer com essa arte. Concedo que ela seja tão importante quanto pretendes que ela seja - e de fato, sem controvérsia, ela é grandiosa, ampla, refere-se a muitos, sempre esteve na mais alta estima e ainda hoje ilustríssimos cidadãos estão à frente desse estudo; - mas cuidado, Crasso, enquanto pretendes ornar o conhecimento do direito civil com um ornato novo e alheio, para que não a espolies e desnudes de cada um dos elementos que lhe foram

concedidos por tradição. **236.** De fato, se afirmasses que aquele que é jurisconsulto é um orador e, do mesmo modo, que aquele que é orador também um jurisconsulto, estabelecerias duas artes ilustres, semelhantes entre si e associadas ao mesmo prestígio. Agora, porém, reconheces que é possível haver um jurisconsulto sem essa eloquência que estamos investigando e que houve inúmeros, mas afirmas que não é possível haver um orador se ele não tiver tomado para si aquele conhecimento. Dessa forma, para ti um jurisconsulto propriamente dito, por si mesmo, não passa de um formalista precavido e agudo, um arauto das ações, um repetidor de fórmulas, um caçador de sílabas; porém, uma vez que com freqüência o orador se serve do auxílio do direito em suas causas, acrescentaste esse conhecimento do direito como se se tratasse de um criado ou escravo.

237. Já quanto ao fato de teres ficado impressionado com a impudência dos patronos que fazem grandes promessas apesar de terem pouco conhecimento, ou que ousam tratar, em suas causas, das questões mais importantes do direito civil, apesar de as desconhecerem e nunca as terem estudado, há uma defesa fácil e evidente para os dois casos. Com efeito, não deve causar admiração o fato de que a mesma pessoa que desconhece o fraseado com que se realiza um casamento por coempção seja capaz de defender a causa de uma mulher que o fez, e não é pelo fato de haver o mesmo conhecimento envolvido na pilotagem de uma embarcação pequena e de uma grande que quem desconhece o fraseado com que é preciso citar uma partilha de herança não é capaz de defender a causa da partilha de uma família. **238.** De fato, no caso das importantíssimas causas centunvirais que citaste, centradas na lei, qual delas havia que não poderia ter sido defendida de maneira extremamente ornada por um homem eloqüente mas sem experiência em direito? Na verdade, em todas essas causas, tal como nessa mesma de M'. Cúrio que acabas de defender, e como no caso da controvérsia de C. Hostilio Mancino e no do menino que nascera de uma segunda esposa sem que a primeira tivesse recebido a notificação de divórcio, houve, entre os homens mais experientes, uma enorme discordância em relação à lei. **239.** Pergunto-te, então, de que serviria ao orador o conhecimento do direito nessas causas, uma vez que sairia vencedor o jurisconsulto que se houvesse apoiado, não em sua arte, mas numa alheia, ou seja, não no conhecimento do direito, mas na eloquência. De minha parte, muitas vezes ouvi a seguinte história: quando P. Crasso era candidato à edilidade, estando acompanhado de um homem mais velho e já consular, Ser. Galba, porque acertara o casamento da filha de Crasso com seu filho, um camponês se aproximou de Crasso para fazer uma consulta. Depois que chamou Crasso de parte, consultou-o e dele obteve uma resposta mais conforme à verdade do que a seu caso; quando Galba notou que estava triste, chamou-o pelo nome e perguntou sobre que questão consultara Crasso. Quando o ouviu e notou que o homem estava abalado, disse-lhe: "Percebo que Crasso te respondeu com o ânimo indeciso e ocupado". **240.** Em seguida toma o próprio Crasso pela mão, dizendo: "O que te ocorreu para responderes dessa

maneira? Então aquele homem de extrema experiência, confiantemente, confirmou que o caso era tal como respondera, e que não podia haver dúvida. Galba, então, gracejando, citou vários casos análogos de maneira variegada e rica, fazendo uma grande defesa da eqüidade contra o direito. Crasso, não podendo se equiparar a ele na sustentação de uma argumentação - embora contasse entre os homens expressivos, não estava de modo algum no mesmo patamar de Galba -, refugiou-se em suas autoridades e apontou que o que ele mesmo dissera estava escrito nos livros de seu irmão, P. Múcio, e nos comentários de Sex. Élio, embora concedesse a Galba que sua discussão lhe parecia provável e quase verdadeira.

241. Contudo, as causas que são de natureza tal que não pode haver dúvida acerca de sua lei simplesmente não são citadas em justiça. Quem, por ventura, reclama uma herança baseado no testamento que um chefe de família fez antes que seu filho nascesse? Ninguém, porque é sabido que o testamento é anulado com o nascimento. Logo, não há processos relativos a esse tipo de lei. Portanto, é possível que o orador ignore sem prejuízo toda essa parte do direito em suas controvérsias, parte que, sem dúvida, é a maior; **242.** já naquela parte da lei que é objeto de disputa entre os mais versados, não é difícil, para o orador, encontrar alguma autoridade para a parte que defender, qualquer que ela seja. Quando pegar com ela as lanças guarnecidas com correias, ele mesmo as brandirá com os músculos e as forças do orador, a não ser que, na verdade - eu o falarei com a boa vênia deste excelente homem -, tenhas defendido a causa de M'. Cúrio com os livrinhos de Cévola ou os preceitos de teu sogro, e não tenhas assumido o proteção da eqüidade e a defesa dos testamentos e da intenção dos mortos. **243.** E, na minha opinião - pois te ouvi assiduamente e estava presente -, obtiveste a imensa maioria dos votos com teu humor, tua graça e tuas brincadeiras refinadas, ao zombares daquela precisão excessiva e admirares a inteligência de Cévola, que descobrira que é preciso nascer antes de morrer, e ao reunires, de maneira não apenas precisa, também divertida e graciosa, vários exemplos tirados das leis, das decisões do senado e da vida e da linguagem comuns, em que, se seguíssemos as palavras, não o sentido, nada se poderia atingir. Dessa forma, aquele processo ficou repleto de bom humor e alegria. Não percebo em que te foi útil a prática do direito civil; útil foi o célebre poder de teu discurso, aliado à graça e à elegância. **244.** No que diz respeito ao próprio Múcio, defensor do direito de seu pai e protetor de seu patrimônio, por assim dizer, o que referiu, naquela causa, ao discursar contra ti, que parecesse tirado do direito civil? Que lei ele leu? O que revelou pelo discurso que estivesse muito oculto aos ignorantes? Sem dúvida todo o seu discurso se ocupou da defesa de que o escrito deve ter muito mais peso. Mas todos os meninos se exercitam nesse gênero diante de seus professores, quando aprendem a defender, em causas desse tipo, ora o escrito, ora a eqüidade. **245.** E creio que, naquela causa do soldado, se tivesses defendido o herdeiro ou o soldado, terias recorrido às fórmulas hostilianas, não à tua força e capacidade oratórias! Na

verdade, se defendesses o testamento, agirias de modo a parecer que toda a autoridade de todos os testamentos dependia daquele processo, ou, se defendesses a causa do soldado, erguerias seu pai do mundo dos mortos com teu discurso, como é teu costume; colocá-lo-ias diante de nossos olhos; ele abraçaria seu filho e, chorando, o recomendaria aos centúviro; por Hércules, terias obrigado todas as pedras a chorar e lamentar, de modo a parecer que o DECLAROU COM A LÍNGUA não está escrito nas doze tábuas, que preferes a todas as bibliotecas, mas no poema de um professor.

246. De fato, quanto à acusação de indolência que fazes aos jovens, por não aprenderem essa arte fácil: em primeiro lugar, o quanto ela é fácil, perceberam-no aqueles que andam ensoberbecidos pela arrogância própria da arte, como se ela fosse difícil; depois, tu mesmo, que afirmas que ela é uma arte fácil, o percebeste, concedendo que ela ainda não é, absolutamente, uma arte, mas que algum dia, se alguém aprender outra arte, de maneira que possa torná-la uma arte, ela será um arte; em seguida, quanto ao fato de que seria repleta de prazer: nesse aspecto, todos deixam esse prazer para ti, aceitando privar-se dele. Nem há um único, entre eles, que, se tivesse de memorizar algum texto agora, não preferiria memorizar o *Teucro* de Pacúvio às fórmulas manilianas de contratos de venda; 247. quanto ao fato, então, de julgares que, por amor à pátria, devemos conhecer as descobertas de nossos antepassados, não percebes que as leis antigas desgastaram-se pela própria antigüidade ou foram anuladas por novas leis? Quanto ao fato de julgares que os homens se tornam bons devido ao direito civil, porque, pelas leis, haveria recompensas estabelecidas para as virtudes e castigos para os vícios, eu, de minha parte, julgava que a virtude é ensinada aos homens - se é que pode ser ensinada por um método - por meio do ensino e da persuasão, não de ameaças, violência e medo. De fato, podemos saber, mesmo sem o conhecimento do direito, exatamente o quanto é belo manter-se distante do mal. 248. No que diz respeito a mim mesmo, o único a quem concedes a capacidade de fornecer todo o necessário às causas ainda que sem qualquer conhecimento de direito, respondendo-te o seguinte, Crasso: nunca estudei direito civil nem, todavia, jamais senti falta dessa ciência nas causas que podia defender diante do pretor. É que uma coisa é ser um representante de algum grupo ou arte, outra é não ser obtuso e grosseiro no que diz respeito à vida de todos e ao hábito comum dos homens. 249. A quem de nós não é permitido inspecionar nossas propriedades ou visitar suas terras cultivadas, seja pelo proveito, seja pelo deleite? No entanto, ninguém vive tão às cegas, tão estupidamente, que absolutamente não saiba o que concerne à semente e à colheita, o que é a poda das árvores e das vinhas, em que época do ano ou de que maneira se fazem tais coisas. Acaso, então, se tivermos de examinar nossa propriedade, ou dar alguma recomendação sobre o cultivo da terra ao administrador, ou alguma ordem ao caseiro, seremos obrigados a aprender a fundo os livros de Mago, o cartaginês, ou podemos nos contentar com esse conhecimento geral? Por que, então, não podemos, sobretudo porque nos desgastamos em nossas causas, atividades e no fórum, instruir-nos

apenas o bastante para não parecermos estrangeiros e forasteiros em nossa própria pátria? 250. E se agora nos fosse confiada alguma causa mais obscura, seria difícil, creio eu, conversar com Cévola, aqui presente! Embora as próprias pessoas a quem os processos dizem respeito confiemos todos eles depois de realizar consultas e pesquisas a seu respeito. Na verdade, se a controvérsia diz respeito a uma questão de fato, a fronteiras quando não vamos em pessoa ao lugar, a livros de registros e de contas, forçosamente aprendemos questões complicadas e, não raro, difíceis; se devemos conhecer as leis e as respostas de peritos, receamos, caso não tenhamos estudado direito civil desde a juventude, não sermos capazes de compreendê-las?

Então de nada serve, ao orador, o conhecimento do direito civil? Não posso afirmar que algum conhecimento não seja útil, sobretudo para aquele cuja eloquência deve ser ornada pela riqueza dos temas; mas muitos, grandes e difíceis são os elementos que são necessários ao orador, de modo que não quero repartir sua indústria por vários estudos. 251. Quem poderia negar que o orador precisa da gesticulação e da graciosidade de um Róscio neste movimento e nesta postura oratórios? No entanto, ninguém convenceria os jovens que estudam oratória a se aplicarem ao aprendizado da gesticulação à maneira dos atores. O que é tão necessário ao orador quanto a voz? Contudo, em minha opinião, nenhum estudioso de oratória será escravo da voz à maneira dos gregos e dos atores de tragédias, que não só declamam sentados por vários anos, como também todo dia, antes de recitarem, deitando-se, elevam a voz gradualmente e, depois de atuarem, sentando-se, levam-na do som mais agudo ao mais grave, juntando-os, por assim dizer, de alguma forma. Se quiséssemos fazer isso, aqueles cujas causas empreendemos defender seriam condenados antes que recitássemos o Peã ou *** quantas vezes fosse recomendado. 252. É que se não temos o direito de nos dedicarmos à gesticulação, que muito ajuda o orador, e à voz, que sobretudo faz valer e sustenta a eloquência, e só podemos ter êxito nos dois âmbitos na medida em que nos sobra tempo neste combate que é nosso dever cotidiano, quanto menos devemos passar à atividade de aprender o direito civil a fundo? Ele pode ser estudado de maneira resumida, sem teoria, e tem uma diferença em relação àqueles dois elementos: a voz e o gesto não podem ser obtidos de repente e tomados a qualquer parte; a utilidade do direito pode ser tirada dos peritos ou dos livros para cada causa, ainda que seja repentina. 253. Assim, aqueles homens extremamente expressivos têm como auxiliares, em suas causas, peritos em leis - aqueles que, como disseste anteriormente, são chamados de “consultores” -, sendo, eles próprios, totalmente ignorantes do assunto. Nesse aspecto, nossos conterrâneos agiram com muito mais acerto, por desejarem que as leis e os códigos fossem protegidos pela autoridade dos homens mais ilustres. No entanto, não teria escapado aos gregos, se julgassem ser necessário que o próprio orador se instrísse em direito civil, não lhe oferecer um consultor como ajudante. 254. Além disso, quanto ao fato de afirmares que o conhecimento do direito civil livra a velhice da solidão, talvez uma grande

quantidade de dinheiro também o faça. Nós, porém, não investigamos o que é útil para nós, mas o que é necessário para o orador. De resto, já que tomamos de um único artífice vários elementos para comparar ao orador, o mesmo Róscio costuma dizer que, quanto mais avançar em idade, mais tornará mais cadenciadas as melodias do flautista e mais baixos os seus cantos. É que se ele, embora esteja preso por determinada medida de ritmos e de pés, consegue pensar em algo para o descanso da velhice, quanto mais facilmente nós podemos, não abrandar nosso ritmo, mas mudá-lo inteiramente? **255.** E não te escapa, Crasso, quão numerosos e quão variados são os gêneros do discurso, algo que talvez tenhas sido o primeiro a demonstrar, já que há muito tempo discursas de maneira mais calma e branda do que costumavas; e, contudo, essa brandura em tua importantíssima fala não recebe menos aprovação do que aquela força e tensão extremas. E houve muitos oradores, como ouvimos ter sido o caso de Cipião e Lélio, que obtinham qualquer efeito com uma fala um pouco mais enérgica, nunca combatendo, como Ser. Galba, com os pulmões e com gritos. Se agora já não puderes ou não quiseres fazer tal coisa, receias que tua casa, pertencente a tão importante homem e cidadão, se não fosse habitada por homens envolvidos em litígios, seria abandonada pelos demais? De minha parte, estou tão distante dessa idéia que não apenas não julgo que se deva considerar a multidão dos que aparecem para fazer uma consulta como um apoio à velhice, mas também anseio essa solidão que temes como um porto seguro. Considero que o mais belo apoio para a velhice é o tempo livre.

256. Os demais elementos, ainda que sejam úteis - refiro-me à história, ao conhecimento do direito público, ao caminho da antigüidade e à riqueza de precedentes -, se em algum momento houver necessidade, tomá-los-ei de empréstimo a meu amigo Congo, homem excelente e versadíssimo em tais questões. E não me oporei ao que acabas de encorajá-los a fazer: ler tudo, ouvir tudo, ocupar-se de todo estudo honesto e da cultura. Porém, por Hércules, não me parece sobrar muito tempo, se quiserem fazer e executar o que preceituaste, Crasso, dando-me a impressão de já impor leis quase duras demais a essa idade, embora quase necessárias para obter aquilo que desejam. **257.** De fato, tanto os exercícios improvisados para causas propostas quanto discursos preparados de maneira precisa e refletida, bem como o teu célebre *estilo*, que afirmaste corretamente ser o mestre perfeito de oratória, demandam muito suor. Tanto aquela comparação de um discurso próprio com os escritos alheios quanto uma discussão improvisada a respeito de um escrito alheio, seja para louvar, vituperar, comprovar ou refutar, demanda um esforço não mediano, seja para memorizar, seja para imitar. **258.** Terrível foi aquele outro ponto, porque receio, por Hércules, que tenha tido maior poder para desencorajar do que para exortar: pretendeste que cada um de nós fosse um Róscio, por assim dizer, em seu gênero, e disseste, no entanto, que nem tudo o que é bom [...] liga-se ao desdém. Creio que isso é visto com menos desdém entre nós do que entre os atores. **259.** Assim, percebo que muitas vezes somos ouvidos de maneira extremamente atenta, ainda que estejamos roucos, pois o tema e a

causa cativam por si mesmos; já Esopo, se estiver só um pouco rouco, é vaiado. De fato, aqueles que não buscam outra coisa senão o prazer dos ouvidos ficam descontentes tão logo esse prazer diminui um pouco. Já na eloqüência, muitos são os fatores que cativam. Ainda que nem todos sejam perfeitos e a maioria seja grandiosa, é forçoso que esses últimos pareçam admiráveis.

260. Portanto, tornando ao primeiro ponto de nossa discussão, consideremos orador aquele que, como Crasso descreveu, é capaz de discursar de maneira adequada à persuasão. Que ele se atenha ao que diz respeito à prática comum e forense dos estados, aparte-se dos demais estudos, ainda que sejam importantes e ilustres, ocupe-se noite e dia desta única obra, por assim dizer, e imite aquele a quem sem dúvida se concede o mais alto poder oratório, o ateniense Demóstenes, em quem havia, dizem, tamanha dedicação e tamanho trabalho que superou, em primeiro lugar, os obstáculos da natureza com sua diligência e indústria. Embora fosse tão gago que não era capaz de pronunciar a primeira letra da própria arte a que se dedicava, aperfeiçoou-se pela prática, de modo que se julgasse que ninguém falava com mais clareza. **261.** Em seguida, como tinha pouco fôlego, obteve tamanhos resultados em seus discursos, segurando a respiração, que numa única sucessão ininterrupta de palavras, como mostram os seus escritos, estavam contidas duas elevações e dois abaixamentos de voz. Ele também, como diz a tradição, costumava colocar pedras na boca e recitar em voz alta muitos versos num único fôlego, e isso, não sentado em algum lugar, mas andando e subindo uma ladeira íngreme. **262.** Estou totalmente de acordo, Crasso, que os jovens sejam incitados ao estudo e ao trabalho com essas tuas exortações. Quanto aos demais elementos, que reuniste de vários e diversos estudos e artes, embora tenhas atingido a todos eles, julgo que devam ser separados do ofício e função próprios do orador.

Depois que Antônio disse tais palavras, Sulpício e Cota pareciam ter muitas dúvidas sobre qual dos dois discursos parecia chegar mais próximo da verdade.

263. Observou então Crasso: - Fazes do orador um operário, Antônio. Talvez penses de forma diferente e faças uso daquele teu famoso hábito de refutar na qual ninguém jamais te superou. A prática dessa exata capacidade é própria do orador, mas agora ela se encontra entre os hábitos dos filósofos, sobretudo daqueles que costumam falar de maneira extremamente rica sobre os dois lados de qualquer questão. **264.** Porém, eu pensava que, sobretudo na presença de tais pessoas, cabia-me não apenas dar forma a um orador tal como poderia ser aquele que vivesse nas bancadas dos tribunais e não trouxesse a eles nada além do que a necessidade das causas exigisse, mas tinha em mente algo maior, ao julgar que cumpria ao orador, sobretudo nesta nossa república, não ser desprovido de nenhum ornamento. Quanto a ti, posto que circunscreveste todo o encargo do orador a limites bastante exíguos, poderás expor com facilidade o que exigiste acerca dos ofícios e preceitos do orador. Mas creio que isso ficará para amanhã, pois hoje já falamos mais do que o suficiente. **265.** Agora

Cévola, já que decidiu ir a sua vila de Túsculo, descansará um pouco até que o calor diminua, e nós, uma vez que já é hora, podemos tomar cuidado com nossa saúde. Assim aprovou a todos.

Disse então Cévola: - Gostaria de não ter decidido ir hoje a minha vila de Túsculo com L. Élio: teria prazer em ouvir Antônio. E acrescentou, rindo-se enquanto se levantava: - É que ele não me foi tão desagradável por maltratar nosso direito civil quanto agradável por ter reconhecido que o desconhece.

1. Quando éramos jovens, Quinto, meu querido irmão, se o recordas, havia um grande rumor de que L. Crasso não adquirira maior formação teórica do que lhe permitira aquela sua primeira educação juvenil, e de que M. Antônio era completamente destituído e desconhecedor de qualquer forma de instrução; e havia muitos que, embora julgassem que tal não era o caso, para com maior facilidade afastar dos estudos teóricos a nós, inflamados que estávamos pelo desejo de aprender, declaravam o que mencionei acerca daqueles oradores, de modo que, se homens desprovidos de instrução haviam atingido uma prudência extrema e uma incrível eloquência, todo o nosso empenho pareceria vão, e tolo o cuidado de nosso pai, excelente e prudentíssimo varão, em nos instruir. 2. Costumávamos, então, jovens que éramos, refutá-los servindo-nos de testemunhos da família: de nosso pai, de C. Aculeão, nosso parente, e de L. Cícero, nosso tio, porque nosso pai e Aculeão, marido de nossa tia materna e a quem Crasso amava mais do que a qualquer outro, bem como nosso tio, que partira para a Cilícia com Antônio, com ele retornando, faziam-nos vários relatos, em diversas ocasiões, acerca da aplicação de Crasso em se instruir; e como nós, juntamente com nossos primos, filhos de Aculeão, aprendíamos também o que era da aprovação de Crasso, e nos instruíamos com os mestres que eram de sua intimidade, muitas vezes percebemos, estando em sua casa (como mesmo jovens podíamos notar), que ele não apenas parecia falar grego como se não conhecesse qualquer outra língua, mas também propunha a nossos mestres tais temas em seus questionamentos, tratando-os em qualquer conversação, que nada lhe parecia novo ou estranho. 3. Quanto a Antônio, embora tivéssemos ouvido nosso tio, homem extremamente refinado, relatar de que modo, tanto em Atenas quanto em Rodes, entregara-se a conversações com os mais doutos homens, eu mesmo, ainda muito jovem, na medida em que o permitia o pudor da idade, questionei-o várias vezes acerca de diversos assuntos. Com certeza isto que escrevo não será novidade para ti, pois já naquela época ouvias de mim que, pelas muitas e variadas conversas que tivéramos, ele não me parecia inculto ou desconhecedor de nada relacionado àquelas artes de que eu podia fazer algum julgamento. 4. Ora, as coisas se passavam para os dois da seguinte forma: Crasso preferia não tanto que julgassem que não estudara, quanto que desprezava tais coisas, colocando acima dos gregos a prudência de nossos conterrâneos em todo tipo de assunto; Antônio, por outro lado, considerava que seu discurso resultaria mais plausível a um povo como este nosso se pensassem que não tinha qualquer instrução; e, assim, ambos aparentariam maior seriedade se um parecesse desprezar, o outro, simplesmente desconhecer os gregos.

5. Quanto à validade de suas intenções, não cabe, em absoluto, discutir aqui; o que, sim, vem ao caso e ao propósito deste livro é que jamais alguém pôde florescer ou sobressair-se na eloquência,

não direi apenas sem a doutrina oratória, mas mesmo uma sabedoria universal. E, de fato, praticamente todas as demais artes bastam a si mesmas; falar bem, por outro lado, ou seja, falar com conhecimento, habilidade e distinção, não tem um domínio definido, dentro de cujos limites mantenha-se encerrado. Tudo aquilo que possa ser motivo de debate deve ser exposto adequadamente por aquele que possa tirar proveito disso, caso contrário, deve-se deixar de lado o nome de eloquência. **6.** Sendo assim, realmente tenho de admitir que, tanto em nossa cidade quanta na própria Grécia, que sempre teve tais coisas na mais alta estima, houve muitos que apresentavam não apenas exímios talentos, mas também uma grande glória na oratória, sem um máximo conhecimento de todas as coisas; porém, insisto que não pode ter existido uma eloquência tal como apresentavam Crasso e Antônio sem o conhecimento de tudo que contribui para tamanha prudência e sem domínio dos recursos oratórios tão grande quanto havia neles. **7.** Por isso, ainda, tive imenso prazer em confiar à escrita a conversação que eles tiveram acerca de tais temas, fosse já para para pôr fim àquela opinião, que sempre existira, de que um não era muito culto, o outro, totalmente inculto; fosse para preservar por escrito as palavras que, julgava eu, haviam sido proferidas divinamente por excelsos oradores acerca da eloquência, se de algum modo fora capaz de compreendê-lo e representá-lo; fosse, ainda, por Hércules, para, na medida de minhas possibilidades, livrar a sua glória, já quase apagada, do esquecimento dos homens e do silêncio. **8.** É que, se eles pudessem ser reconhecidos através de seus discursos, talvez eu houvesse considerado necessário um trabalho menor do que este; porém, como um não deixou muito que ainda reste, e ainda sim de quando jovem, e o outro, absolutamente nada por escrito, considere meu dever, para com os enormes talentos desses homens, tornar sua memória, enquanto ainda a preservamos viva, imortal, se fosse capaz **9.** Busco prová-lo movido por uma esperança ainda maior pelo fato de não escrever um relato acerca de Sérvio Galba ou Caio Carbão, em que me seria permitido inventar, se o quisesse, já que a memória de ninguém poderia me refutar, mas publico esta obra para que a reconheçam aqueles que muitas vezes ouviram pessoalmente os dois a quem me refiro, de modo que recomendamos estes excelentes varões aos que não viram nenhum dos dois, tomando como testemunho a memória dos que conheceram estes oradores e ainda estão vivos e entre nós. **10.** No entanto, caríssimo e excelente irmão, não vou agora perseguir-te com certos manuais de retórica que consideras grosseiros, para te instruir – de fato, o que pode ser mais preciso e distinto do que o teu modo de discursar? Mas, quer tenhas evitado os discursos por princípio, como costumava afirmar, quer, tal como escreveu acerca de si mesmo o ilustre pai da eloquência, Isócrates, por pudor e por uma timidez inata, quer, como costume brincar, tenhas julgado que um único retor basta não apenas a uma família, mas a praticamente toda a cidade, não obstante, não creio que estes livros te sairão daquele tipo que possa ser merecidamente ridicularizado devido à falta de conhecimento dos que discutiram sobre retórica. **11.** De fato, pelo menos para mim,

nada parece ter sido omitido, na linguagem de Crasso e Antônio, que se julgasse que alguém, dotado das mais altas habilidades, da mais aguda dedicação, de excelente formação teórica e de uma enorme experiência, pudesse conhecer e atingir, como facilmente poderás julgar tu, que quiseste compreender a prudência e a doutrina oratórias por ti mesmo, a sua prática, por meio de nós. Mas, para que mais rapidamente possamos realizar esta tarefa nada mediana que empreendemos, deixemos de lado esta nossa exortação e passemos à conversa e discussão daqueles que propusemos.

12. No dia seguinte àqueles eventos, então, perto da segunda hora, quando Crasso ainda estava deitado e Sulpício, sentado a seu lado, enquanto Antônio passeava com Cota pelo pórtico, repentinamente apareceram Q. Cátulo, o velho, e seu irmão, C. Júlio; Crasso, perturbado ao ficar sabendo disso, levantou-se, e todos, surpresos, suspeitaram haver um motivo importante para a sua visita. 13. Depois de se saudarem, como exigia a intimidade que tinham, de maneira extremamente cordial, disse Crasso – Pois bem, a que vindes? Algo de novo?

– Certamente nada, respondeu Cátulo, pois sabes que os jogos estão em andamento; porém, continuou, embora possas nos julgar inconvenientes ou inoportunos, ontem, quando César, proveniente de sua vila em Túsculo, vinha até a minha, contou-me ter encontrado Cévola vindo daqui, onde, dizia este, ouvira certas coisas admiráveis: que tu, a quem eu, embora o tentasse inúmeras vezes e de todas as formas, nunca conseguira arrastar a um debate, trataste, juntamente com Antônio, de diversos pontos acerca da eloquência e que debateste quase à maneira dos gregos, como numa discussão erudita. 14. Assim, meu irmão persuadiu-me (pois, embora tivesse um grande desejo de ouvi-los, temia, por Hércules, que nossa visita vos fosse inoportuna) a acompanhá-lo até aqui; dizia, com efeito, que de acordo com Cévola, boa parte da conversa fora deixada para hoje. Se julgas que agimos com muita precipitação, responsabiliza César; se com muita intimidade, a nós dois; no que nos diz respeito, a não ser que nossa visita seja inoportuna, agrada-nos estar aqui.

15. Respondeu então Crasso: – No que me concerne, qualquer que fosse a causa que vos trouxesse até aqui, eu me alegraria, vendo em minha casa pessoas tão queridas e tão amigas; porém, para falar a verdade, preferia que tivesse sido qualquer outra a essa que mencionaste. Pois eu, para ser sincero, nunca desagradei tanto a mim mesmo quanto no dia de ontem; na verdade, isso aconteceu mais por cortesia do que por qualquer outro erro de minha parte, pois, ao submeter-me à vontade destes jovens, esqueci-me de que era um velho e fiz o que nem mesmo quando jovem fizera: discutir acerca de temas abarcados em alguma doutrina teórica. No entanto, essa visita saiu-me bastante oportuna, já que, com a conclusão de minha parte, chegastes para ouvir Antônio.

16. Disse então César: – De minha parte, Crasso, embora esteja ansioso por te ouvir naquela tua exposição mais longa e contínua, ainda que não me caiba tal sorte, com certeza ficarei satisfeito com essa tua conversa cotidiana; dessa forma, tentarei fazer que Sulpício, meu parente, ou Cota não

pareçam gozar de maior estima junto a ti do que eu, e certamente obterei que compartilhes também, comigo e com Cátulo, um pouco de tua amabilidade; porém, se não te agradar a idéia, não te pressionarei, nem tolerarei que, por temor de ser inoportuno, penses tal coisa a meu respeito.

17. Replicou então Crasso: - Por Hércules, César, de todas as palavras latinas, sempre considere o significado desta como o mais importante; de fato, aquele a quem chamamos de inoportuno parece-me receber essa denominação do fato de não ser oportuno, e isso fica muito claro no uso da língua latina, pois aquele que não percebe o que exige a ocasião, fala demais, exhibe-se, não leva em conta a posição ou a comodidade daqueles com quem se encontra ou, enfim, é, em alguma situação, deselegante ou exagerado, a esse dá-se o nome de inoportuno. 18. De tal defeito está coberto aquele povo grego, com toda a sua erudição; e assim, pelo fato de não perceberem a força deste mal, os gregos não chegaram sequer a dar um nome para tal defeito; a tal ponto que, se procurares por toda parte qual o nome que os gregos dão ao inoportuno, não o encontrarás. E, de todas as inconveniências, que são inumeráveis, não sei se existe alguma maior do que, como é costume deles, em qualquer lugar, em meio a quaisquer homens que lhes pareça bem, discutir nos mínimos detalhes acerca de temas difíceis ou irrelevantes. Ontem, contra a vontade e à revelia, fomos obrigados por estes jovens a fazer tal coisa.

19. Disse então Cátulo: - Nem mesmo os gregos, Crasso, que foram ilustres e grandiosos em suas cidade, tal como és e como todos nós pretendemos ser em nossa república, assemelharam-se a estes gregos de hoje, que se intrometem em nossos ouvidos, e não evitavam, em seu tempo livre, conversas e discussões deste tipo. 20. E se aqueles que não levam em conta a ocasião, o lugar, as pessoas, te parecem inoportunos, como devem parecer, não parece apropriado este lugar, em que este exato pórtico onde agora andamos, bem como a palestra e os assentos em vários lugares de algum modo trazem a lembrança dos ginásios e das discussões dos gregos? Ou parece inoportuna a ocasião, em meio a tamanho tempo livre, que raro nos é concedido e o foi agora tal como era nosso desejo? Ou parecemos homens alheios a esse tipo de discussão, nós que somos tais que consideramos sem qualquer valor a vida sem estes estudos?

21. Respondeu Crasso: - Entendo tudo isso de outra maneira, e penso que os gregos inventaram primeiramente a palestra, os assentos e os pórticos para exercícios e recreação, não para discussões, pois os ginásios foram inventados muitos séculos antes de os filósofos começarem a tagarelar neles, e hoje em dia, ainda que os filósofos dominem todos os ginásios, seus ouvintes preferem ouvir o zumbido do disco a um filósofo: assim que ele soa, todos abandonam o filósofo no meio de sua discussão sobre os mais importantes e sérios assuntos, para se untarem; desse modo, colocam um prazer completamente insignificante acima de algo muito mais proveitoso, segundo suas próprias palavras. 22. Quanto ao tempo livre que afirmas termos, concordo; porém, a vantagem do

tempo livre não é a tensão da mente, mas o seu relaxamento. Muitas vezes ouvi Cévola dizer que seu sogro, Lélío, costumava, quase sempre com Cipião, descansar no campo, e os dois costumavam rejuvenescer incrivelmente após se libertarem da cidade como se de grilhões se tratasse. Não ousou afirmá-lo acerca de tais homens, mas meu sogro costuma contar que eles tinham o hábito de apanhar conchas e caracóis na costa de Caiete e Laurento e de se entregar a todo tipo de relaxamento e diversão. 23. Assim, pois, as coisas se dão de tal forma que, tal como vemos as aves formarem e construírem ninhos para procriação e seu próprio proveito, e que elas mesmas, após completar algum trabalho, voam por toda parte e livremente, sem qualquer ocupação, para aliviar o cansaço, assim nossas mentes, exaustas das atividades no fórum e das ocupações da cidade, desejam e anseiam voar livres de preocupações e fadigas. 24. Assim, aquilo que disse a Cévola na causa de Cúrio, não o disse sem assim pensar. De fato, eu afirmei: “Se não houver, Cévola, nenhum testamento feito corretamente, senão aquele que tiveres escrito, nós todos, cidadãos, viremos a teu encontro com nossos documentos, tu escreverás sozinho os testamentos de todos. Ora, continuei, quando tratarás dos negócios públicos? E dos negócios dos amigos? E dos teus? Quando, enfim, não farás nada?” Acrescentei, então: “Pois a mim não parece livre aquele que nunca deixa de fazer alguma coisa.” Continuo pensando dessa forma, Cátulo, e me agrada, ao vir para cá, exatamente isso: nada fazer e descansar completamente. 25. Agora, quanto ao terceiro ponto que acrescentaste, que sois do tipo que considera desagradável a vida sem tais estudos, tal coisa não só não me encoraja a discutir, mas até mesmo me dissuade. Pois tal como C. Lucílio, homem culto e extremamente refinado, costumava dizer que preferia que seus escritos não fossem lidos, nem pelos mais incultos, nem pelo mais cultos, porque uns simplesmente não entenderiam, os outros, talvez até mais do que ele próprio; acerca disso, escreveu também: *Não cuido que Pérsio me leia* (pois este era, como sabíamos, praticamente o mais douto de todos os romanos), *prefiro que Lélío Décimo o faça* (nós o conhecemos como um homem honesto e não iletrado, embora não se compare a Pérsio); assim, se agora eu tivesse de discutir acerca destes nossos estudos, não gostaria de fazê-lo diante de camponeses, mas muito menos diante de vós, pois prefiro que meu discurso não seja entendido a que seja criticado.

26. Disse então César: – De minha parte, Cátulo, creio que já valeu a pena ter vindo até aqui, pois essa própria recusa em discutir foi, ao menos para mim, uma discussão extremamente prazerosa. Mas por que impedimos Antônio, a quem, pelo que ouvi, cabe a vez de falar, de fazer sua exposição acerca da eloqüência em sua totalidade, e a quem Cota e Sulpício esperam ouvir já há muito tempo?

27. – Na verdade, disse Crasso, não permitirei que Antônio comece a falar, e eu mesmo ficarei calado até conseguir de vossa parte...

– O quê?, perguntou Cátulo.

– ... que fiquéis aqui hoje.

Então, como Cátulo hesitava, devido ao compromisso que assumira com seu irmão, disse Júlio: – Eu responderei por nós dois: assim o faremos; e, com essa tua oferta, mesmo que não disseses palavra, manter-me-ias aqui.

28. Neste momento riu-se Cátulo, acrescentando, ao mesmo tempo: – Minha hesitação foi cortada pela raiz, uma vez que eu não havia dado nenhuma instrução para o jantar em casa e que, aqui, aquele que seria meu anfitrião o aceitou tão facilmente, sem ouvir a minha opinião.

Então todos puseram seus olhos em Antônio, que disse: – Atenção, atenção, pois ouvireis um homem vindo da escola, e não apenas instruído nas letras gregas por um mestre, mas – falarei com maior confiança, pois Cátulo chegou para me ouvir – a quem não apenas os romanos, no que concerne ao latim, mas também os gregos, no que respeita à sua língua, concedem precisão e elegância. 29. Mas, uma vez que tudo isso, seja o que for, artifício ou prática da oratória, simplesmente não pode existir se não se juntar a isso o descaramento, eu vos ensinarei, meus discípulos, o que eu mesmo não aprendi: o que penso acerca de todos os gêneros de discurso.

30. Neste momento, depois que todos riram, acrescentou: – Para mim, trata-se de algo ilustre pela capacidade que requer, mediano pela arte. De fato, a arte diz respeito ao que é passível de conhecimento exato; ora, toda a atividade do orador limita-se a opiniões, não a um conhecimento exato, pois não apenas discursamos diante de pessoas ignorantes, mas também nós mesmos discursamos sobre o que desconhecemos. Desse modo, eles, a cada ocasião, julgam e pensam algo diferente acerca das mesmas questões, e nós muitas vezes advogamos causas contrárias, e não apenas de modo a que Crasso, em alguma ocasião, discursasse contra mim ou eu contra Crasso, sendo que é forçoso que um dos dois esteja mentindo, mas até mesmo a que nós dois façamos, sobre a mesma questão, distintas defesas em distintas ocasiões, enquanto a verdade não pode ser mais de uma. Portanto, falarei com as limitações necessárias no caso de um tema que se apóia na mentira, que raramente se aproxima de um conhecimento exato, que anda à cata de opiniões e, muitas vezes, dos erros dos homens, se é que julgais haver motivo para me ouvir.

31. – Julgamos haver, sim, respondeu Cátulo, e muito, tanto mais por dares a impressão de que não haverá qualquer ostentação de tua parte, uma vez que começaste de modo nada pomposo, levando mais em conta, segundo o teu julgamento, a verdade do que uma suposta grandeza.

32. – Tal como reconheci, então – disse Antônio –, o fato de, no que diz respeito ao gênero oratório em si, a arte não ser muito importante, afirmo que se podem fornecer alguns preceitos bastante sutis para influenciar as mentes dos homens e cativar suas vontades. Se alguém quiser afirmar que o conhecimento de tal coisa constitui uma arte realmente importante, não me oporei; e, de fato, uma vez que a maioria advoga suas causas no fórum ao acaso e sem qualquer método, enquanto alguns, pelo exercício e pelo hábito, o fazem com maior habilidade, não há dúvida de que,

se alguém perceber o motivo de uns discursarem mais bem do que outros, poderá registrá-lo; logo, quem o fizer em relação a todo o gênero oratório, terá inventado, se não exatamente uma arte, como que uma espécie de arte. 33. E pudesse eu agora, tal como pareço entender tais coisas no fórum e nas causas, explicar-vos como elas são encontradas!

Mas cuidarei disso mais tarde. Agora proponho, por ter convicção de tal fato, o seguinte: embora não exista uma arte, não há nada mais admirável do que um orador perfeito. De fato, deixando de lado a utilidade da oratória, que é soberana em qualquer cidade livre e em paz, há tamanho deleite na capacidade oratória em si, que nada pode ser percebido com maior prazer pelos ouvidos ou pelas mentes dos homens. 34. Pois que canto é possível encontrar mais agradável do que um discurso cadenciado? Que poema é mais bem construído do que um período feito com arte? Que ator, ao imitar a realidade, é mais agradável do que um orador, ao assumir um caso real? Ou que há de mais sutil do que as sentenças abundantes e agudas? Que há de mais admirável do que um tema iluminado pelo brilho das palavras? Que há de mais rico do que um discurso repleto de toda espécie de temas? E não há qualquer tema que não seja próprio do orador, desde que exposto com distinção e gravidade. 35. É próprio dele, ao aconselhar sobre os assuntos mais importantes, o pensamento exposto com autoridade; também o é animar o povo já fatigado, ou moderá-lo, quando fora de controle; por esta mesma capacidade a perfídia dos homens é levada à ruína, sua integridade, à salvação. Quem é capaz de exortar à virtude com mais ardor, de apartar dos vícios com mais severidade, de vituperar os maus com mais aspereza, de louvar os bons com mais distinção, de, numa acusação, derrubar a ambição com mais veemência? Quem, com sua consolação, pode aliviar a tristeza com mais doçura? 36. Quanto à História, testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da Antigüidade, que outra voz a confia à eternidade, senão a do orador?

Pois se existe alguma outra arte que tira proveito do conhecimento das palavras que devem ser cunhadas ou escolhidas; ou se dizemos que alguém, além do orador, dá forma, variedade e distinção ao discurso por meio de determinadas, por assim dizer, insígnias de palavras e pensamentos; ou se há, além desta única arte, outro método de ensino dos argumentos ou pensamentos, ou, enfim, da descrição e da ordem, reconheçamos que isto de que tira proveito esta arte vem de outro domínio ou é compartilhado por alguma outra arte. 37. Porém, se tal teoria e tal doutrina encontram-se apenas nesta arte oratória, isso não será motivo para dizer que, caso alguns representantes de outras artes falem com correção, tal característica não seja própria apenas desta; mas, tal como o orador é capaz de discursar da melhor maneira possível acerca de temas pertencentes a outras artes, com a condição, como Crasso dizia ontem, de os conhecer, do mesmo modo os representantes das demais artes expõem aqueles temas que lhe são próprios com mais distinção se aprenderam algo desta nossa arte. 38. E, de fato, se algum agricultor escrever ou falar acerca de temas do campo com expressividade, ou

ainda, como muitos fizeram, um médico o fizer acerca das doenças, ou um pintor, acerca da pintura, não por isso deve-se considerar que a eloquência é própria de tais artes; nela, pelo fato de haver um grande poder nos engenhos dos homens, muitos representantes de todos os outros gêneros e artes, mesmo sem instrução, conseguem algum resultado; porém, embora se possa julgar o que é próprio de cada uma com a observação do que cada uma delas ensina, nada pode ser mais certo do que o fato de que todas as demais artes podem cumprir sua função sem a eloquência, mas, sem ela, o orador não pode obter o seu título; de modo que os demais, se são expressivos, terão algo deste, enquanto o orador, se não se instruir de seus recursos pessoais, não pode buscar a copiosidade oratória em outra parte.

39. Disse então Cátulo: - Embora o curso de tua fala, Antônio, não deva de forma alguma ser obstruído por uma interrupção, tu hás de tolerá-la e me perdoar, “pois não posso senão exultar”, como diz o poeta no *Trinumo*, a tal ponto pareceste não apenas expressar com precisão o poder do orador, mas também elogiá-lo com extrema riqueza, como realmente é preciso que alguém eloquente faça da melhor maneira possível o elogio da eloquência, pois deve empregar, em seu elogio, exatamente aquilo que elogia. Mas continua; de fato, concordo contigo quanto ao fato de que é inteiramente vosso esse discurso expressivo, e que, se alguém o atingir em outra arte, estará a se servir de um bem alheio, não próprio ou seu.

40. Acrescentou, então, Crasso: - A noite, Antônio, te refinou para nós, devolvendo-te como um ser humano, pois, na conversa de ontem, descreveste-nos o orador como, nas palavras de Cecílio, algum remador ou carregador dedicado a um único trabalho, desprovido de qualquer cultura ou refinamento.

Respondeu Antônio, então: - É que ontem eu imaginei que, se te refutasse, tomaria de ti esses discípulos; agora que Cátulo e César estão nos ouvindo, penso que devo, não tanto lutar contigo, quanto dizer o que realmente penso.

41. Segue-se, portanto, já que temos de colocar esse orador de que falamos no fórum e aos olhos dos cidadãos, que devemos entender que atividade lhe atribuiremos e de que tarefa pretendemos que seja encarregado; pois ontem, quando vós, Cátulo e César, não estáveis presentes, Crasso expôs brevemente, na divisão da arte, o mesmo que a maioria dos gregos expõe, e não mostrou em absoluto o que ele próprio pensava, mas o que aqueles diziam: que são dois os principais tipos de questão em torno das quais gira a eloquência: um, o indefinido, o outro, o definido. 42. Parecia-me querer dizer que indefinido é aquele em que se investiga algo de modo genérico, da seguinte forma: a eloquência é algo desejável? As honrarias são algo desejável? E que definido, por outro lado, é aquele em que se investiga algo em pessoas e situações estabelecidas e delimitadas; desse tipo são os que giram em torno do fórum e das causas e debates entre cidadãos. 43. Tais tipos parecem residir, ou na

exposição dos litígios, ou no aconselhamento; pois aquele terceiro tipo, que foi abordado por Crasso e que, segundo ouvi dizer, o próprio Aristóteles, que trouxe enorme luz a tais temas, acrescentou, ainda que seja útil, é menos necessário.

- Qual?, perguntou Cátulo, os louvores? Pois vejo que este é proposto como terceiro gênero.

44. - Sim, respondeu Antônio, e sei que, exatamente neste gênero, ficamos, eu e todos os que estavam presentes, extremamente encantados com o elogio fúnebre que fizeste a Popília, vossa mãe, a primeira mulher a quem, julgo eu, foi concedida tal honra em nossa cidade. Porém, parece-me que nem tudo o que falamos deve ser remetido à arte e aos preceitos; 45. De fato, daquelas fontes de onde se tomam os preceitos para todos os ornamentos do discurso, será possível ornar também o louvor, e não faltarão aqueles elementos, pois, embora ninguém os ensine, quem é que não sabe o que deve ser elogiado num homem? De fato, estabelecido aquilo que Crasso disse no início daquele discurso que, como censor, pronunciou contra seu colega: no que a natureza ou a fortuna concederam aos homens, podia suportar tranqüilamente ser superado; naquilo que os próprios homens podem granjear para si, não podia suportar ser vencido; quem louvar alguém, notará que deve tratar dos bens da fortuna; 46. tais são os de estirpe, dinheiro, parentes, amigos, recursos, saúde, beleza, forças, engenho e demais coisas que são do corpo ou externas; se os teve, que fez bom uso deles; se não os teve, que passou sem eles com sabedoria; se os perdeu, que o suportou com moderação; depois, o que aquele a quem se louvar fez ou suportou com sabedoria, nobreza, coragem, justiça, grandeza, piedade, gratidão, humanidade, enfim, com alguma virtude. Aquele que quiser louvar perceberá facilmente esses pontos e os deste gênero; aquele que quiser vituperar, os seus contrários.

47. - Por que hesitas, então, perguntou Cátulo, em fazer deste um terceiro gênero, se ele se encontra na natureza das coisas? Pois se é por maior facilidade, não por isso deve ser retirado também desse número.

- Porque não quero, respondeu, tratar tudo o que em algum momento diz respeito ao orador, por mais insignificante que seja, de tal forma que quase nada possa ser dito sem preceitos próprios; 48. de fato, muitas vezes é preciso prestar testemunho, e, algumas vezes, bastante detidamente, como tive de fazer contra Sex. Tício, cidadão sedicioso e agitador; expliquei, ao prestar testemunho, todas as decisões, em meu consulado, com que me opus àquele tribuno da plebe em benefício da república, e expus aquilo que, segundo julgava, ele fizera contra a república; fui retido por muito tempo, ouvi e respondi a muitas coisas. Acaso, então, parece bem, ao darmos preceitos acerca da eloqüência, que ensinemos algo até mesmo da apresentação de testemunhos, como se fizessem parte da arte?

- É completamente desnecessário, respondeu Cátulo.

49. - E então? Se, como não raro acontece aos homens mais eminentes, ordens tiverem de ser expostas no senado por um comandante, ou a um comandante, um rei ou algum povo pelo senado,

parece-te que, pelo fato de ser preciso fazer uso de um tipo de discurso mais acurado em causas desse jaez, também esta parte das causas deva ser enumerada ou ensinada com preceitos particulares?

- De modo algum, respondeu Cátulo, pois não faltará a um homem expressivo em questões dessa espécie uma capacidade adquirida nos demais casos e causas.

50. - Do mesmo modo, portanto, continuou Antônio, aqueles elementos que não raro devem ser tratados com expressividade e que eu há pouco, ao elogiar a eloquência, dizia serem próprios do orador, não apresentam nenhum lugar particular na divisão das partes nem uma categoria particular de preceitos, e devem ser tratados de maneira tão expressiva quanto o que se diz num julgamento, a repreensão, a exortação, a consolação, das quais não há nenhuma parte que não careça dos mais elevados ornamentos do discurso; mas tais coisas não buscam preceitos na arte.

- Concordo plenamente, disse Cátulo.

51. - Pois bem, perguntou Antônio, julgas que a escrita da história cabe a um orador de que espécie e a um homem de que envergadura?

- Se te referes à escrita tal como praticada pelos gregos, ao mais elevado; se à maneira dos nossos conterrâneos, não há necessidade alguma de um orador: basta não ser um mentiroso.

- E contudo, replicou Antônio, para que não desprezes os nossos escritores, os próprios gregos, de início, também escreveram à maneira de nosso Catão, de Píctor, de Pisão. 52. De fato, a história não era outra coisa senão a redação de anais, para cuja preservação, assim como a das tradições públicas, o pontífice máximo, desde o início da história romana até o pontificado de Públio Múcio, confiava à escrita todos os detalhes de cada ano, levando-os ao registro oficial e expondo a lista em sua casa, para que o povo dela pudesse tomar conhecimento: eles que ainda hoje são denominados *anais máximos*. 53. Muitos imitaram essa escrita monótona, deixando, sem qualquer ornamento, apenas os registros de épocas, homens, lugares, feitos. Desse modo, tal como Ferécides, Helânico, Acusilau e muitos outros, entre os gregos, assim foram o nosso Catão, Píctor e Pisão, que não dominam os meios com que se orna o discurso - esses elementos acabam de ser importados para cá - e, contanto que se entenda o que dizem, julgam que a única virtude do discurso é a brevidade. 54. Elevou-se um pouco acima deles e acrescentou maior grandiloquência à história um excelente varão, amigo íntimo de Crasso, Antípatro; os demais não adornavam, mas narravam, apenas, os assuntos.

- É tal como afirmas, assentiu Cátulo. Porém, esse mesmo Célio não ornou a história com a variedade de tópicos, nem aperfeiçoou esse gênero com o arranjo das palavras ou uma cadência regular e uniforme do discurso, mas, homem inculto que era e pouco apto para o discurso, desbastou-o como pôde; ainda assim, superou, como afirmas, seus antecessores.

55. - Não é absolutamente de admirar, continuou Antônio, que esse gênero ainda não tenha ganho celebridade em nossa língua. De fato, nenhum de nossos conterrâneos dedica-se à eloquência senão para brilhar nas causas e no fórum; já entre os gregos, homens extremamente eloqüentes, apartados das causas forenses, aplicaram-se enormemente não só aos demais temas ilustres, mas também à escrita da história. De fato, soube que também o famoso Heródoto, que foi o primeiro a ornar este gênero, não se ocupava de modo algum com as causas; e contudo, tamanha é sua eloquência, que a mim, ao menos, no quanto sou capaz de compreender as obras escritas em grego, agrada sobremaneira; 56. e, depois dele, Tucídides, na minha opinião, superou a todos com sua arte do discurso; de tal forma é denso pela freqüência de temas, que chega quase a fazer o número de palavras alcançar o número de pensamentos; de tal forma, além disso, é hábil e conciso em suas palavras, que não se sabe se são os temas a serem abrilhantados pelo discurso ou as palavras pelos pensamentos; e contudo, soube que nem mesmo ele, embora tenha se dedicado à política, estava no número dos que advogaram com freqüência as causas, e conta-se que teria escrito esses livros depois de afastado da política e, como era costume acontecer, em Atenas, aos melhores, condenado ao exílio. 57. Depois dele veio Filisto de Siracusa, o qual, por sua grande intimidade com o tirano Dioniso, consumiu seu tempo livre escrevendo história e, segundo me parece, imitou sobretudo Tucídides. Depois, provenientes de uma ilustríssima, por assim dizer, oficina retórica, Teopompo e Éforo, homens de eminentes engenhos, impelidos por seu mestre Isócrates, dedicaram-se à história; nunca, absolutamente, ocuparam-se das causas. 58. Em seguida, também proveniente da filosofia, Xenofonte, o famoso discípulo de Sócrates, depois o companheiro de Alexandre, Calístenes, de Aristóteles, escreveram história, e este último, por sinal, quase sempre à maneira retórica; o primeiro empregou uma sonoridade mais branda também para que não apresentasse aquele ímpeto próprio do orador, menos veemente, talvez, mas, segundo me parece, ao menos, mais agradável. O mais jovem de todos eles, Timeu, pelo quanto sou capaz de julgar, de longe o mais erudito e o mais abundante pela riqueza de temas e variedade de pensamentos, além de não grosseiro na própria composição das palavras, trouxe grande eloquência à escrita, mas nenhuma prática no fórum.

59. Depois de ouvir tais palavras, César observou: - E então, Cátulo? Onde estão os que afirmam que Antônio não sabe grego? Quantos historiadores citou! Com que conhecimento de causa, com que propriedade tratou de cada um!

Respondeu Cátulo: - Espantando-me com isso, por Hércules, deixo já de admirar o que antes admirava muito mais: que este homem, desconhecendo tais coisas, tivesse tamanha capacidade em seus discursos.

- E contudo, redargüiu Antônio, não é em busca de alguma utilidade que leio seus livros e certos outros, mas por prazer, quando tenho tempo livre. 60. Como, então? Há, porém, devo

confessar, uma questão: tal como, ao caminhar ao sol, ainda que caminhe por algum outro motivo, calhe naturalmente de ganhar cor, do mesmo modo, depois de ler cuidadosamente esses livros no cabo Miseno, uma vez que em Roma quase não me é permitido, sinto que, a seu contato, meu discurso, por assim dizer, ganha cor. Porém, para que não vos pareça que isso cobre um campo muito amplo, compreendo, entre os escritos gregos, apenas o que os próprios escritores pretendiam que fossem compreendido pelo vulgo. **61.** Se me deparo, por vezes, com vossos filósofos, enganado pelos títulos dos livros, que são quase sempre dados a temas notórios e ilustres – da virtude, da justiça, da honestidade, do prazer –, não compreendo absolutamente uma palavra sequer, de tal forma estão encerrados em discussões espinhosas e concisas. Dirto-me com aqueles, como disse, que escreveram seus feitos ou discursos ou que falam de forma a dar a impressão de desejarem ser familiares a nós, que não somos muito eruditos. Mas torno ao ponto. **62.** Percebeis quão grande tarefa é a história para o orador? Talvez pela riqueza e variedade do discurso; e não a encontro ensinada em separado nos preceitos dos retores, pois são bastante evidentes. De fato, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer algo de falso? Em seguida, ousar dizer algo de verdadeiro? Não haver suspeita de favorecimento na escrita? Ou de ressentimento? É claro que esses fundamentos são do conhecimento de todos. **63.** Sua construção propriamente dita, por outro lado, reside nos temas e nas palavras. O método para os temas demanda a ordem cronológica, a descrição das regiões; exige também, por se tratar de feitos grandiosos e memoráveis, em primeiro lugar, os planos, em seguida, as ações; depois, esperam-se os resultados e que se aponte, acerca dos planos, o que o escritor aprova, bem como que se declare, em relação aos feitos, não apenas o que se fez ou se disse, mas também de que modo, e, ao tratar do resultado, que se expliquem todas as causas, seja da queda, da sabedoria ou da temeridade, e, dos homens propriamente ditos, não apenas os feitos, mas também, por se sobressaírem pela fama e pelo renome, acerca da vida e natureza de cada um. **64.** Deve-se buscar uma estrutura das palavras e um gênero de discurso amplo, cadenciado, de uma fluência uniforme com certa leveza, sem esta aspereza dos julgamentos e sem os aguilhões forenses dos pensamentos. Percebeis que, de tantos e tamanhos elementos, não há quaisquer preceitos que se encontrem nos manuais dos retores?

Muitos outros ofícios dos oradores ficaram no mesmo silêncio: exortações, preceitos, consolações, conselhos; todos eles deve receber o tratamento mais eloqüente possível, embora não tenham um lugar próprio nas artes que foram ensinadas. **65.** E também neste gênero há aquela matéria infinita, porque a maioria, como também mostra Crasso, concedeu ao orador dois gêneros para que discursassem: um, concernente a uma causa certa e definida, tal como os que constam dos litígios e das deliberações – acrescente-se, se se quiser, também os louvores; o outro, a que fazem menção quase todos os escritores, embora nenhum o explique, uma questão de tipo indefinido, sem

circunstâncias ou pessoas. Não me parecem, quando o mencionam, compreender sua natureza ou magnitude. 66. De fato, se é próprio do orador ser capaz de discursar acerca de qualquer tema proposto de maneira indefinida, terá de discursar acerca do tamanho do sol, da forma da terra; assumido tal fardo, não poderá se recusar a discursar acerca de questões matemáticas ou musicais. Enfim, para aquele que declara ser de seu domínio próprio discursar não apenas acerca das controvérsias caracterizadas por circunstâncias e pessoas, ou seja, todas as questões forenses, mas também das de gênero indefinido, não se pode excluir qualquer tipo de discurso. 67. Porém, se queremos acrescer também aquela parte vaga, livre e ampla das questões, consideremos que o orador deve discursar acerca do que é bom ou mau, o que se deve buscar ou evitar, o que é honesto ou torpe, útil ou inútil, acerca da virtude, da justiça, da moderação, da prudência, da magnanimidade, da generosidade, da devoção, da amizade, do dever, da lealdade, das demais virtudes e dos vícios que lhe são opostos; do mesmo modo, adotemos também a parte concernente ao estado, ao poder, à arte militar, à disciplina da comunidade, aos costumes dos homens, mas de tal modo que se limitem a regiões módicas. 68. De fato, julgo que o orador deve abarcar tudo o que diz respeito ao proveito dos cidadãos, ao costume dos homens, tudo o que concerne ao modo de vida, à estratégia política, à sociedade civil, ao senso do homem comum, à natureza, aos costumes; caso contrário, que responda, à maneira dos filósofos, separadamente acerca de tais temas, porém, com certeza de modo a que possa entremeá-lo à causa com prudência; que fale desses mesmos temas tal como falaram os que estabeleceram o direito, as leis, as cidades, de maneira simples e brilhante, sem qualquer série de discussões ou debate árido a respeito de palavras. 69. Neste ponto, para que não cause qualquer admiração se não proponho qualquer preceito de tantos e tão grandes temas, afirmo o seguinte: tal como nas demais artes, por se terem ensinado os pontos mais difíceis de cada arte, não é necessário ensinar os demais, por serem mais fáceis ou semelhantes; que, tal como na pintura, aquele que aprendeu a pintar a forma de homens é capaz de pintá-lo em qualquer forma ou idade, ainda que não o tenha aprendido, nem há o perigo de que aquele que pinta um leão ou um touro egregiamente não possa fazer o mesmo com muitos outros quadrúpedes – nem há, absolutamente, arte alguma em que tudo o que pode ser realizado por meio daquela arte seja ensinado pelo mestre, mas aqueles que aprenderam os gêneros em si das questões principais e exatas atingem o restante por si mesmos 70 – de maneira semelhante, considero que, nesta teoria ou prática do discurso, aquele que adquiriu o poder de influenciar a seu critério as mentes dos que, com algum poder de decisão, virão a ouvi-lo acerca da república, de suas próprias questões, ou acerca daqueles que acusará ou defenderá, buscará saber o que dizer acerca de todo aquele gênero dos demais discursos tanto quanto o famoso Políclito, ao esculpir seu Hércules, buscou saber como esculpir sua pele ou a hidra, ainda que jamais houvesse aprendido a fazê-las separadamente.

71. Disse então Cátulo: - Parece-me, Antônio, que colocaste diante de nossos olhos com extrema clareza o que deve aprender o futuro orador e o que, ainda que não tenha aprendido, pode aplicar a partir do que aprendeu. De fato, conduziste inteiramente tal homem para apenas dois gêneros das causas, deixando os demais, inumeráveis, à prática e à analogia. Mas cuidado para que a hidra e a pele não se encontrem nesses dois gêneros, enquanto Hércules e as demais obras de maior importância são relegadas àquilo que deixas de lado. De fato, não me parece demandar menor esforço discursar acerca dos gêneros universais das coisas do que das causas de cada um e, muito maior ainda, discursar acerca da natureza dos deuses do que dos litígios dos homens.

72. - Não é assim, respondeu Antônio. Com efeito, direi a ti, Cátulo, eu, não tão culto quanto experiente, o que é muito mais importante: o discurso acerca de todos os demais temas, acredita em mim, é um jogo para o homem que não é obtuso e sem prática, nem inexperiente nas letras comuns e numa cultura mais refinada. Nas contendas das causas é preciso um enorme esforço, talvez de longe o maior dentre os esforços humanos: nelas, muitas vezes a capacidade do orador é julgada por ignorantes, de acordo com o êxito e a vitória; onde surge um adversário armado, que é preciso não só ferir, mas repelir; onde muitas vezes aquele que será senhor do caso está alheio e irado, ou ainda é amigável ao adversário e hostil a ti; quando é preciso instruí-lo ou desinstruí-lo, reprimi-lo, incitá-lo ou por todos os meios restringi-lo, pelo discurso, à ocasião, à causa - em que muitas vezes é preciso passar da benevolência ao ódio e do ódio à benevolência; ele que, como por alguma maquinação, deve ser induzido, ora à seriedade, ora ao descanso da mente, ora à tristeza, ora à alegria; 73. deve-se fazer uso da gravidade de todos os pensamentos, do peso de todas as palavras; é preciso que se some a isso uma atuação variada, veemente, cheia de vigor, cheia de espírito, cheia de sofrimento, cheia de realidade. Se nesses esforços alguém apreender aquela arte de modo a poder, tal como Fídias, esculpir a estátua de Minerva, não se esforçará por aprender a maneira de fazer os detalhes menores, como o mesmo artífice, no caso do escudo.

74. Cátulo, então, comentou: - Quanto maiores e mais admiráveis tornaste essas questões, tanto maior a expectativa que me toma de saber por meio de que métodos e preceitos se atinge um poder tão grande; não, bem entendido, que faça alguma diferença para mim - de fato, minha idade não carece de tal coisa, e seguimos outro gênero oratório, nós que nunca arrancamos as sentenças das mãos dos juízes pela força do discurso, por assim dizer, preferindo, depois de acalmar seus ânimos, aceitar o tanto que suportam - no entanto, peço essas tuas palavras, não para minha prática, mas movido apenas pelo desejo de saber. 75. Nem careço de um mestre grego que me repise preceitos banais, sendo que ele mesmo nunca viu o fórum, nunca viu um único julgamento; tal como se diz de Formião, o famoso peripatético, quando Aníbal, expulso de Cartago, partira para o exílio em Éfeso, na casa de Antíoco, e, em sua atenção, porque sua reputação era muito gloriosa entre todos, fora

convidado por seus anfitriões a ouvir, se o quisesse, esse a que fiz menção; e quando ele disse que poderia ser, conta-se que esse homem copioso falou durante algumas horas acerca do ofício de general e da arte militar em geral. Então, pelo fato de os demais que o haviam ouvido muito se deleitarem, perguntaram a Aníbal sua opinião acerca daquele filósofo. Conta-se que esse cartaginês respondeu, não em bom grego, mas francamente, que vira muitos velhos delirantes em diversas ocasiões, mas que não vira alguém que delirasse tanto quanto Formião. E, por Hércules, não foi injustiça. **76.** De fato, o que podia haver de mais arrogante ou loquaz do que um grego, que nunca vira um inimigo, nunca conhecera um acampamento, nunca, enfim, tomara a mínima parte em qualquer cargo público, dar lições de arte militar a Aníbal, que por tantos anos lutara pelo poder com o povo romano, subjugador de todos os povos? Parecem-me fazer o mesmo todos esses que preceituam acerca da arte oratória; de fato, ensinam aos demais aquilo em que eles mesmos não têm experiência. Porém, talvez cometam um erro menor pelo fato de não tentarem ensinar a ti, a Aníbal, mas a meninos e jovens.

77. – Enganas-te, Cátulo, replicou Antônio, pois eu mesmo já me deparei com diversos Formiões. De fato, quem há, dentre esses gregos, que julgue que algum de nós entende alguma coisa? A mim, porém, não causam tanto aborrecimento; suporto e tolero a todos eles com facilidade, pois ou me oferecem algo que não me causa desprazer, ou fazem que tenha menos vergonha de não ter aprendido. Despacho-os de maneira não tão afrontosa quanto Aníbal àquele filósofo, e talvez por isso tenha maior proveito. No entanto, sua doutrina, pelo quanto posso julgar, é absolutamente ridícula. **78.** De fato, dividem toda a matéria em duas partes: a controvérsia da causa e a da questão. Denominam *causa* o caso encerrado na disputa e controvérsia entre as partes, *questão* o caso encerrado num questionamento indeterminado. Oferecem preceitos acerca da causa; a respeito da outra parte do discurso há um silêncio admirável. **79.** Em seguida, estabelecem, por assim dizer, cinco membros da eloquência: descobrir o que se dirá, dispor o que se descobriu, em seguida orná-lo com palavras, depois confiá-lo à memória, então, por fim, atuar e enunciá-lo, algo nada abstruso. De fato, quem não percebe por si mesmo que ninguém pode discursar se não dominar o que falará, com que palavras e em que ordem, e o confiar à memória? E não critico isso, mas afirmo que é evidente, assim como, igualmente, aquelas quatro, cinco, seis partes, ou mesmo sete – pois cada um as ordena de modo diferente –, em que todo o discurso foi por eles dividido. **80.** De fato, recomendam que se exordie de modo a tornar o ouvinte benévolo, dócil e atento; em seguida, que narremos o caso, e de tal forma, que a narração seja verossímil, clara, concisa; que se divida e se exponha a causa; que se provem nossos pontos com argumentos e raciocínios; em seguida, que se refutem os do adversário. Alguns propõem, então, a conclusão do discurso e, por assim dizer, sua peroração; outros recomendam que, antes de se perorar, faça-se uma digressão para ornar e amplificar, em seguida, que se conclua e perore **81.** Nem mesmo isso eu critico, pois se trata de uma divisão harmoniosa, mas o

que era forçoso acontecer a homens desconhedores da realidade, sem experiência. De fato, os preceitos que pretendiam dos princípios e das narrações devem ser obedecidos em todo o discurso, **82.** pois consigo tornar o juiz benévolo com maior facilidade ao longo do discurso do que quando todos os seus elementos são novos; dócil, não quando prometo que demonstrarei, mas exatamente quando instruo e explico; podemos torná-lo atento, muitas vezes, estimulando os ânimos dos juizes ao longo de toda a atuação, não no começo de nossa declaração. **83.** Já quanto ao fato de recomendarem que a narração seja verossímil, clara e concisa, advertem-nos corretamente; quanto ao fato de julgarem que tais qualidades concernem mais particularmente à narração do que a todo o discurso, parecem-me estar bastante enganados; e, em geral, todo o erro parece residir no fato de julgarem que esta é uma arte que não difere das demais, do tipo que Crasso, ontem, afirmava poder-se elaborar acerca do direito civil: expor, em primeiro lugar, os gêneros das coisas, onde há erro se algum gênero é deixado de lado; em seguida, as partes de cada um dos gêneros, onde tanto faltar alguma parte quanto sobrar é incorreto; então, as definições de todas as palavras, onde não convém faltar ou sobejar qualquer elemento. Porém, se os mais cultos podem conseguir isso no direito civil ou mesmo em domínios insignificantes ou medianos, não creio que o mesmo possa acontecer em algo tão grandioso e importante. Mas se há os que pensam o contrário, devem ser enviados àqueles que ensinam tais coisas: encontrarão tudo já explicado e polido, pois há inumeráveis livros acerca do assunto, e não são difíceis ou obscuros. Atentem porém ao que têm em mente: se apanhar armas para exercícios escolares ou para a luta. De fato, a luta e o combate carecem de uma coisa, a escola e o campo de exercícios, de outra. E, contudo, a arte recreativa das armas tem, em si, alguma vantagem para o gladiador e o soldado; mas um ânimo enérgico, presente, penetrante e versátil torna os homens invencíveis mais facilmente do que quando se junta a arte.

85. Por isso, formarei um orador para ti de tal forma, se puder, que perceba de antemão o que é capaz de realizar. Com efeito, que ele esteja impregnado das letras, ouça algo, leia, aprenda esses mesmos preceitos; sondarei o que convém, o que é capaz de realizar com a voz, com suas forças, com seu fôlego, com sua língua. Se notar que tem capacidade para ficar entre os maiores, não apenas o exortarei a trabalhar nesse sentido, mas também, se me parecer tratar-se de um homem honesto, implorarei a ele, tão grande é o ornamento para toda a cidade que deposito num orador excelente e, ao mesmo tempo, num homem honesto. Mas se me parecer, depois de ter feito todos os seus máximos esforços, que figurará entre os oradores medianos, permitir-lhe-ei que faça o que quiser; não lhe causarei grande aborrecimento. Mas se for claramente incompatível e absurdo, eu o aconselharei a que se contenha ou que passe a outra aspiração. **86.** De fato, nem devemos deixar de incentivar o que tem maior capacidade, nem impedir o que tem alguma; é que o primeiro parece-me ser próprio de algo divino, o segundo, seja não fazer o que não se é capaz da melhor forma, seja fazer o que não se

faz da pior maneira, de algo humano. Aquele terceiro, porém, bradar além do que convém e de suas capacidades, é próprio de um homem – tal como falaste, Cátulo, de certo declamador – que reúne inúmeros testemunhos de sua estupidez por meio de um anúncio doméstico. 87. Desse homem, então, que será tal que deva receber exortações e ajuda, falaremos de tal forma a lhe passar tão-somente o que a experiência nos ensinou, de modo que, enquanto o conduzimos, chegue ao ponto a que chegamos sem que nós mesmos fôssemos conduzidos, uma vez que não podemos ensinar algo melhor.

88. E, para começar por um amigo nosso, Cátulo, da primeira vez que ouvi este Sulpício aqui presente, ainda jovem, numa causa sem importância, apresentou voz, aparência, movimentos corporais e demais elementos adequados para este ofício que investigamos, um discurso veloz e arrebatado, o que era de sua natureza, mas palavras numerosas e um pouco em excesso, o que era da idade. Não o desdenhei, pois quero que a abundância revele-se num jovem. De fato, é como acontece às videiras: é mais fácil podar o que se espalhou demais do que cultivar novos sarmentos, se de nada vale a madeira; da mesma maneira, quero que haja, num jovem, algo de onde possa cortar: não pode haver uma seiva duradoura naquele que alcançou a maturidade cedo demais. 89. Notei de imediato sua índole e não perdi tempo, incentivando-o a considerar o fórum como uma escola para seu aprendizado e a escolher o mestre que desejasse; se me desse ouvidos, seria L. Crasso. Ele agarrou a oportunidade e confirmou que assim faria, acrescentando ainda, evidentemente em agradecimento, que também eu seria seu mestre. Mal passara um ano dessa conversa em que o incentivara, quando acusou C. Norbano, sendo eu o defensor. É inacreditável a diferença que me pareceu existir entre o Sulpício que ali estava e o de um ano antes. De uma maneira geral, era a própria natureza que o conduzia àquele gênero magnífico e ilustre de Crasso, mas isso não lhe poderia ter sido muito proveitoso, se não o tivesse reforçado pelo mesmo zelo e imitação e se acostumado a discursar de tal forma a contemplar Crasso com toda sua mente e todo o seu ânimo. 90. Portanto, seja este o primeiro de meus preceitos: indicar aquele que se há de imitar, e de tal forma que se busquem com maior zelo os elementos que mais se sobressaem naquele que se imitará. Some-se a isso, então, o exercício, no qual possa, pela imitação, reproduzir e representar aquele que se escolheu, porém, não como muitos dos imitadores que vi em diversas ocasiões, que procuram imitar os elementos fáceis ou mesmo aqueles que são particulares e quase viciosos. 91. Nada é mais fácil do que imitar o modo de alguém se vestir, sua postura ou seus movimentos. Porém, se há algo vicioso, adotá-lo e ser vicioso nisso não é grande coisa, tal como o famoso Fúfio, que ainda hoje delira sem voz na política, não segue a força de C. Fimbria, o qual, no entanto, a possuía, imitando sua deformidade facial e a gravidade de suas palavras. No entanto, ele não foi capaz de escolher um modelo de quem mais poderia se aproximar, e naquele mesmo que escolhera quis imitar até os vícios. 92. Já aquele que age

como convém, em primeiro lugar é preciso que atente a sua escolha; em seguida, que busque com extremo cuidado os elementos que mais se sobressaem naquele que aprovou.

De fato, qual julgais ser a causa de que cada geração exalte praticamente um único gênero de discurso? Algo que não é tão fácil julgar no caso de nossos oradores, uma vez que quase não deixaram escritos a partir dos quais se pudesse fazer um julgamento, do que no dos gregos, a partir de cujos escritos é possível perceber quais foram as normas e as intenções de cada geração. **93.** Os autores mais antigos, talvez, pelos menos no caso daqueles cujos escritos existem, foram Péricles, Alcibíades e, da mesma geração, Tucídides: precisos, agudos, concisos, abundando mais em pensamentos do que em palavras. Não pode ter ocorrido que todos tivessem um único gênero, se não houvessem determinado alguém para imitarem. Seguiram-nos Crítias, Teramenes, Lísias. Há diversos escritos de Lísias, alguns de Crítias, de Teramenes apenas ouvimos falar; mesmo então todos eles retinham aquele vigor de Péricles, mas eram de uma natureza um pouco mais fértil. **94.** Eis que te surge Isócrates, esse mestre de todos os oradores, de cuja escola, como que do cavalo de Tróia, saíram autênticos líderes; porém, parte deles quis tornar-se ilustre na pompa, parte, no combate. E também os famosos Teopompo, Éforo, Filisto, Náucratas, dentre muitos outros, diferem por sua natureza, mas são semelhantes pela intenção tanto entre si quanto a seu mestre; também os que se dedicaram às causas, como Demóstenes, Hipérides, Licurgo, Ésquines, Dinarco e inúmeros outros, embora não tenham sido idênticos entre si, ocuparam-se do mesmo gênero de imitação da realidade. Enquanto se continuou a imitá-los, sobreviveu aquele gênero e gosto oratórios; **95.** depois que se foram, gradualmente se obscureceu e desapareceu toda memória que se tinha deles, passando a vigorar outros gêneros oratórios, mais suaves e calmos. Daí surgiram Demócates, que, segundo dizem, era filho da irmã de Demóstenes, então o famoso Demétrio de Falero, em minha opinião o mais refinado de todos eles, e outros semelhantes. Se quisermos rastrear tais coisas até os dias de hoje, perceberemos que tal como hoje há o famoso Mênecles de Alabanda e seu irmão Hiérocles, que, segundo ouvi dizer, são imitados por toda a Ásia, sempre houve alguém a quem a maioria pretendia se igualar.

96. Aquele que quiser alcançar tal semelhança pela imitação deverá buscá-la não só por exercícios freqüentes e grandes, mas também pela escrita. Se nosso amigo Sulpício o fizesse, seu discurso seria muito mais contido; nele há ainda hoje, por vezes, uma exuberância que é preciso podar pela raiz, tal como dizem acontecer às ervas rústicas no ápice de sua fertilidade.

97. Neste momento Sulpício disse: - No que me concerne, advertes-me com razão e te agradeço; porém, creio que nem mesmo tu escreveste com freqüência.

Respondeu Antônio: - Na verdade, falas como se eu não devesse preceituar aos outros aquilo que falta a mim mesmo; no entanto, não tenho em mente fazer quadros tampouco. Porém, tanto nisso que me é familiar quanto naquilo que digo, por menos importante que seja, pode-se julgar o

que hei de fazer. **98.** Percebemos, no entanto, que há muitos que não imitam ninguém, buscando o que querem segundo sua própria natureza, sem assemelhar-se a quem quer que seja; isso pode ser observado com correção também em vós, César e Cota, dos quais um seguiu certa graça e sal incommuns, ao menos no que diz respeito a nossos oradores, o outro, um gênero oratório extremamente agudo e preciso; e também vosso contemporâneo, Curião, cujo pai, segundo penso, foi o mais eloquente de sua geração, não me parece imitar a alguém com empenho; no entanto, pela gravidade, elegância e riqueza de suas palavras, expressou, por assim dizer, uma forma e figura do discurso, fato que pude julgar sobretudo na causa em que me enfrentou, defendendo os irmãos Cossio diante dos centúviro; nela nada faltou-lhe que um orador não apenas abundante, mas também sábio, devesse apresentar.

99. Porém, conduzindo enfim às causas o orador que estamos a preparar, e sobretudo àquelas que demandam um pouco mais de esforço, as dos julgamentos e processos: talvez alguém se ria deste preceito por não ser tão sagaz quanto necessário, e próprio antes de um conselheiro que não é estúpido do que de um professor erudito. Preceituaremos a ele, em primeiro lugar, que conheça de maneira cuidadosa e aprofundada quaisquer causas que vier a tratar. **100.** Isso não é ensinado na escola, pois se confiam causas fáceis aos meninos; uma lei proíbe que um estrangeiro escale a muralha; ele escala, repele os inimigos, é acusado. De nada vale conhecer uma causa desse tipo. Portanto, nada ensinam corretamente acerca do aprendizado de uma causa, [pois esta é quase sempre uma fórmula das causas na escola.] No fórum, porém, deve-se tomar conhecimento integral de contratos, testemunhos, pactos, convenções, promessas, parentescos, afinidades, decretos, oráculos, da vida, enfim, daqueles que se ocupam da causa. Notamos que é pela negligência de tais elementos que a maior parte das causas – e sobretudo as privadas, pois muitas vezes são bastante obscuras – é perdida. **101.** Assim, alguns, pretendendo que seu esforço seja tido em alta conta, chegando mesmo a dar a impressão de correr por todo o fórum e passar de uma causa a outra, defendem causas que desconhecem. Aí reside aquele grande desdouro da negligência, se assumiu o caso, ou da perfídia, se o confiaram a ele; mas ele é maior ainda do que se crê, porque ninguém é capaz de falar de um assunto que desconhece senão de modo completamente vergonhoso; assim, ao desprezar a censura de inatividade, que é a maior, incorrem também naquela que mais tentam evitar, a de serem incapazes. **102.** No que me diz respeito, costumo esforçar-me para que cada um me informe, ele próprio, a respeito de seu caso, e para que ninguém mais esteja presente, a fim de que fale à vontade; costumo também defender a causa do adversário, de modo que ele defenda a sua e exponha abertamente o que refletiu a respeito de seu caso; assim, quando ele se vai, assumo sozinho, com total imparcialidade, três papéis: o meu, o do adversário, o do juiz. Se o tópico é de tal sorte que traga mais ajuda do que prejuízo, julgo que devo utilizá-lo em meu discurso; quando me deparo com mais desvantagem do

que vantagem, rejeito-o e abandono totalmente. 103. Dessa forma, consigo refletir sobre meu discurso em uma ocasião e discursar em outra, duas coisas que os de natureza mais apressada fazem ao mesmo tempo. Mas com certeza eles discursariam ainda melhor, se julgassem que devem eleger um momento para refletir, outro, para discursar. 104. Assim que tomei total conhecimento do caso em questão e da causa, imediatamente me ocorre qual é a causa do pleito; de fato, nada há que se pleiteie entre os homens, quer a causa seja constituída de uma acusação, como a de um crime, de uma controvérsia, como sobre uma herança, de uma deliberação, como acerca de uma guerra, de uma pessoa, como de um louvor, de uma discussão, como sobre o modo de viver, em que não se inquiria o que aconteceu, acontece ou acontecerá, ou de que espécie é, ou como é denominado. 105. E quase todas as nossas causas, pelo menos as criminais, são defendidas sobretudo pela negação; de fato, não apenas se deve negar, quase sempre, tudo o que diz respeito às causas de extorsão, como também raramente é dado, nas de corrupção eleitoral, que se possa distinguir a generosidade e a afabilidade da corrupção e da dissipação; nas causas de assassinato, envenenamento, peculato, é preciso negar. Este é, então, o primeiro gênero das causas dos tribunais concernentes à controvérsia do fato; nas deliberações, trata-se sobretudo do futuro, raramente do que é iminente ou passado. 106. Muitas vezes, ainda, não se investiga se algo ocorreu ou não, mas qual sua natureza, tal como quando assisti ao cônsul C. Carbão defender a causa de L. Opímio diante do povo: não negava, absolutamente, o assassinato de C. Graco, mas afirmava que ocorrera de modo legítimo, pela salvação da pátria; tal como P. Africano respondera ao mesmo Carbão quando tribuno da plebe, entrando então na carreira política com uma mentalidade diversa, e o interrogava acerca de Ti. Graco: a seu ver, fora morto de modo legítimo. Defendem-se como legítimas todas as ações que são de tal tipo que eram convenientes, permitidas, forçadas, ou que parecem ter sido realizadas por imprudência ou acaso. 107. Investiga-se como se chama uma ação quando se disputa com qual termo deva ser denominada, tal como aconteceu no caso da importante disputa que eu mesmo tive com Sulpício aqui presente na causa de Norbano: embora reconhecesse a maior parte das objeções que fazia, negava que Norbano houvesse cometido crime de lesa-majestade; toda aquela causa dependia desse termo, de acordo com a lei apuléia. 108. Neste gênero de causas, alguns preceituam que ambas as partes definam brevemente o termo que motiva a causa, algo que a mim, pelo menos, costuma parecer extremamente pueril. De fato, diferente é a definição dos termos quando eruditos discutem acerca dos próprios elementos que constam dos manuais, como quando se investiga o que é uma arte, uma lei, um estado. Em tais casos, o método e a doutrina preceituam que se expresse o sentido do que se define de modo que não falte ou sobre qualquer elemento 109., precisamente o que Sulpício não fez naquela causa, nem eu tentei fazer. De fato, cada um de nós desenvolveu o quanto pôde, com toda sua riqueza oratória, o que é cometer um crime de lesa-majestade. Efetivamente, uma definição, em primeiro lugar, muitas vezes nos é

arrancada das mãos devido a um único termo censurado, seja a mais ou a menos; em seguida, por seu próprio gênero cheira a teoria e a um exercício quase pueril; depois, não é capaz de penetrar a inteligência e a mente do juiz, esvaindo-se antes mesmo de ser apreendida.

110. Mas naquele gênero em que se discute a natureza da ação, existe também, muitas vezes, uma disputa que tem origem na interpretação do escrito, em que não pode haver senão uma controvérsia provocada por uma ambigüidade. De fato, aquele próprio elemento que, escrito, diverge da intenção, apresenta certo tipo de ambigüidade, que é explicado quando se acrescentam os termos que faltam; depois de acrescentados, defende-se que a intenção do escrito era evidente; e se há discussão a partir de escritos contraditórios, não nasce um novo gênero, mas duplica-se uma causa do gênero anterior; ou não poderá jamais ser elucidado, ou será elucidado de modo a que se supra o escrito que defendermos, seja ele qual for, restituindo-lhe as palavras omitidas. Assim, ocorre restar um único gênero nas causas que se discute devido à escrita, se algo foi escrito com ambigüidade. 111. Diversos são os tipos de ambigüidade, e parece que os conhecem melhor os que são chamados dialéticos, enquanto nossos conterrâneos os ignoram, embora devessem igualmente conhecê-los, e o mais freqüente, em qualquer prática de conversa ou escrita, é quando se discute algum ponto porque se omitiu uma ou mais palavras. 112. Erram novamente ao separar este gênero de causas que diz respeito à interpretação de um escrito daquelas causas em que se debate a natureza de cada coisa. De fato, em lugar algum se investiga tanto a natureza do próprio gênero da coisa quanto num escrito, que é totalmente separado da controvérsia factual. 113. Assim, três são, de maneira geral, os gêneros que podem ser aplicados a um debate ou controvérsia: o que acontece, aconteceu ou acontecerá; qual é sua natureza; como se denomina. Com efeito, aquele que alguns gregos acrescentam, se aconteceu de maneira justificada ou não, encontra-se inteiramente na questão da natureza. Mas agora tornarei a meu plano inicial.

114. Uma vez, então, que tomei conhecimento do gênero da causa aceita e comecei a tratar o caso, estabeleço, antes de qualquer outra coisa, o ponto a que devo referir todo o meu discurso, a fim de que seja apropriado à questão e ao julgamento; em seguida, considero com o maior cuidado possível dois pontos: um deles apresenta nossa recomendação ou a daqueles que defendemos; o outro é apropriado para influenciar os ânimos daqueles perante os quais discursamos tendo em vista o que queremos. 115. Dessa forma, todo o método do discurso está ligado a três elementos para que se atinja a persuasão: provar ser verdadeiro o que defendemos, cativar os ouvintes, provocar em seus ânimos qualquer emoção que a causa exigir. 116. No que concerne às provas, o orador tem em mãos uma dupla matéria: uma diz respeito aos elementos que não são pensados pelo orador, mas, residindo no próprio caso, são tratados com método, como contratos, testemunhos, pactos, convenções, interrogatórios, leis, deliberações do senado, precedentes, decretos, respostas dos jurisconsultos e

demais, se os há, que não são encontrados pelo orador, mas entregues a ele pela causa e pelos réus; a outra é a que reside inteiramente no debate e na argumentação do orador. 117. Assim, no primeiro tipo, é preciso refletir acerca do tratamento dos argumentos, no segundo, também de sua descoberta. Esses, porém, que ensinam, ao dividir as causas em diversos gêneros, fornecem inúmeros argumentos para cada um deles. É que, ainda que o mais adequado para a formação dos jovens seja que, tão logo se apresente a questão, tenham uma referência de onde possam, de imediato, extrair argumentos prontos, é próprio de uma natureza inepta seguir os riachos sem perceber as fontes das coisas, e já condiz com nossa idade e experiência ir buscar à fonte o que queremos e perceber de onde tudo emana.

118. E, quanto ao primeiro tipo, o dos elementos que são submetidos ao orador, deveremos meditar continuamente sobre ele a fim de empregá-lo em qualquer caso semelhante. De fato, seja em favor dos contratos ou contra eles, em favor das testemunhas ou contra elas, em favor dos interrogatórios ou contra eles, e, do mesmo modo, das demais coisas do tipo, costumamos discursar em separado, acerca de todo o tipo, ou especificamente de cada circunstância, homem, causa; tais tópicos em particular – digo isso a vós, Cota e Sulpício –, depois de muita reflexão e meditação, deveis tê-los prontos e à mão. 119. Seria demorado explicar neste momento o método que se deve empregar para confirmar ou refutar as testemunhas, os contratos, os interrogatórios. Em tudo isso cabe até mesmo uma inteligência mediana, mas enorme prática; requerem a arte e seus preceitos apenas e tão-somente para que sejam ornados por determinadas luzes do discurso. 120. E, do mesmo modo, aqueles elementos que pertencem ao segundo tipo e que são inteiramente produzidos pelo orador não são difíceis de planejar, mas carecem de um desdobramento mais brilhante e refinado. Dessa forma, sendo dois os objetivos que devemos buscar nas causas, em primeiro lugar o que dizer, depois, de que modo, um deles, que parece totalmente banhado em arte, embora careça desta, até mesmo uma inteligência quase mediana é capaz de perceber o que se deve falar; o outro é aquele em que se discernem a força divina e a virtude do orador: discursar de maneira ornada, rica e variada acerca do que se deve dizer. 121. Por isso, não me recusarei a polir e completar aquela primeira parte, visto que assim decidistes – em que medida conseguirei fazê-lo, caberá a vós julgar; que tais tópicos conduzam o discurso para os três únicos elementos que visam a lhe conferir credibilidade: cativar, instruir, influenciar os ânimos. Está a nossa alcance quem possa ensinar a todos: aquele que foi o primeiro a trazê-lo a nossa tradição, que mais o expandiu, que foi o único a consegui-lo. 122. Na verdade, Cátulo – falarei sem rechar a suspeita de adulação –, não creio haver um único orador um pouco mais famoso, seja grego ou latino, produzido em nossa geração, que não tenha ouvido com freqüência e atenção. Assim, se há algo em mim – já pareço esperar ser esse o caso, uma vez que vós, homens de tal inteligência, prestais tamanha atenção a minhas palavras – a isso se deve o fato de que

orador algum jamais fez qualquer coisa, enquanto eu o ouvia, que não tenha ficado totalmente impresso em minha memória. Assim, seja eu quem for, qualquer que seja minha capacidade de julgar, depois de ouvir todos os oradores, afirmo, sem hesitação, que nenhum deles tinha tantos e tão grandes ornamentos oratórios quanto Crasso. 123. Por isso, se também julgais o mesmo, não haverá, creio eu, uma divisão injusta, se, conforme decidi, depois de criar, nutrir e fortalecer este orador a que dou forma, confiá-lo a Crasso a fim de que o vista e orne.

124. Disse então Crasso: - Quanto a ti, Antônio, prossegue tal como estabeleceste. De fato, não é próprio de um pai bom e generoso deixar de vestir e ornar aquele que se criou e educou, sobretudo quando não podes negar que és rico: que ornamento, que força, que coragem pode ter faltado àquele orador, que não hesitou, ao perorar sua causa, em apresentar um réu consular, rasgar sua túnica e mostrar aos juízes as cicatrizes no peito de um comandante idoso? O mesmo que, ao enfrentar a acusação deste Sulpício aqui presente, quando defendia um homem sedicioso e violento, não hesitou em emprestar sua eloquência às próprias sedições e demonstrar, com palavras sobremaneira graves, que não raro muitos dos ataques populares, pelos quais ninguém pode se responsabilizar, não são injustos; que não raro, além disso, muitas das sedições da república haviam acontecido para que se expulsassem os reis, para que se estabelecesse o poder dos tribunos; que aquela sedição de Norbano, provocada pela dor dos cidadãos e pelo ódio a Cepião, que perdera um exército, não podia ser reprimida, tendo sido suscitada legitimamente? 125. Poderia esse tópico tão ambíguo, tão inaudito, tão perigoso, tão inusitado, ser tratado sem uma incrível força e capacidade oratórias? Que dizer da compaixão que causou por Cn. Malo, Q. Rex e incontáveis outros? Em tais casos, não foi esta agudeza singular que todos te atribuem que mais brilhou, mas precisamente esses elementos que agora pretendes delegar a mim sempre foram, em ti, exímios e excelentes.

126. Disse então Cátulo: - No que me diz respeito, costumo admirar em vós dois sobretudo o fato de, apesar de diferirdes enormemente em vossos discursos, ambos discursarem de uma tal forma, que se tem a impressão de que nada lhes foi negado pela natureza ou deixou de lhes ser concedido pela doutrina. Por isso, Crasso, nem tu nos privarás de teu encanto, deixando de explicar alguma questão que porventura Antônio tenha omitido ou deixado de lado, nem consideraremos que tu, Antônio, se deixares de tratar de alguma questão, o fizeste por incapacidade, mas por teres preferido que Crasso o fizesse.

127. Neste momento replicou Crasso: - Por que não deixas de lado, Antônio, esses pontos que propuseste e de que nenhum destes aqui carece, ou seja, a partir de que tópicos se descobre o que se deve tratar nas causas? Embora o trates de uma maneira inusitada e ilustre, trata-se de algo que não apenas é essencialmente bastante fácil, mas que também está divulgado nos manuais de preceitos; conta-nos a fonte a que tomas os argumentos que não raro tratas, e sempre de maneira divina.

128. - Contarei, sim, respondeu Antônio, e, para conseguir mais facilmente o que te peço, não negarei nenhum de teus pedidos. Três são os elementos, como disse anteriormente, de todo o meu método oratório e dessa própria capacidade que Crasso acaba de elevar aos céus com suas palavras: um é cativar os homens, outro, instruí-los, o terceiro, incitá-los. 129. Dessas três partes, a primeira carece da brandura do discurso, a segunda, precisão, a terceira, força. Pois é forçoso que aquele que vai julgar a causa para nós penda para nosso lado por inclinação de sua vontade, ou seja conduzido pelos argumentos da defesa, ou compelido por uma perturbação da mente. Porém, uma vez que aquela parte em que se encontra a explicação e a defesa dos casos propriamente ditos parece compreender toda a doutrina, por assim dizer, deste gênero, falemos primeiramente acerca dela em poucas palavras; de fato, trata-se de poucos elementos, que já receberam tratamento pela prática, e parecemos como que ter gravados em nossas mentes. 130. E concordaremos de bom grado com teu sábio conselho, Crasso, deixando de lado as defesas de cada uma das causas que os professores costumam passar aos meninos e revelando as fontes de onde se toma toda discussão para qualquer causa ou discurso. Com efeito, não precisamos, cada vez que temos de escrever alguma palavra, buscar em nosso pensamento as letras de tal palavra; nem, cada vez que é preciso defender uma causa, é preciso que recordemos os argumentos específicos de tal causa, mas que tenhamos à mão determinados tópicos que, tal como acontece no caso das letras, quando escrevemos uma palavra, ocorram-nos imediatamente para a explicação da causa. 131. Ora, esses tópicos podem ter serventia apenas ao orador que é versado na prática dos casos, algo que a idade acabará por trazer, ou em sua observação e reflexão, a qual, com aplicação e zelo, supera a idade. De fato, se me trouxeres um homem, por mais erudito, por mais penetrante e agudo em suas reflexões, por mais à vontade que seja para discursar, se não estiver a par da tradição de seu estado, dos exemplos, instituições, costumes e aspirações de seus concidadãos, não lhe serão de grande serventia os tópicos de onde se tomam os argumentos. Para mim, há necessidade de uma natureza lavrada, como um campo que se ara não uma, mas renovadas e repetidas vezes. O lavar é a prática, a observação, a leitura, a escrita.

132. Ora, que veja, em primeiro lugar, a natureza da causa, que nunca passa despercebida: investigue-se se o fato aconteceu ou não, qual sua natureza, ou que nome tem. Isso examinado, ocorre imediatamente, devido a uma perspicácia natural, não àqueles cálculos que esses mestres ensinam, a razão da causa, ou seja, aquilo sem o qual a controvérsia não pode ficar de pé; em seguida, veja o que entra em julgamento, algo que eles recomendam investigar da seguinte forma: Opímio assassinou Graco. Qual a razão da causa? O fato de o ter feito pela república, depois de convocado às armas por decreto do senado. Tire-se isso, não haverá causa. Mas Décio afirma que não era permitido fazer exatamente isso contra as leis. Entrará então em julgamento: era lícito assassiná-lo pela salvação da república, de acordo com um decreto do senado? Essas questões são evidentes e residem no bom

senso; mas deve-se investigar que argumentos concernentes ao que entra em julgamento cumpre ao acusador e ao defensor apresentar. 133. E aqui é preciso notar a questão em que reside o maior erro desses mestres a quem enviamos nossos filhos (não que isso, particularmente, tenha grande relevância para o discurso, mas para que possais perceber qual é a estirpe desses que se crêem eruditos: obtusa e grosseira). De fato, estabelecem, ao dividir os modos do discurso, dois gêneros para as causas: a um deles chamam aquele em que se investiga um gênero universal, sem pessoas ou circunstâncias, ao outro, o que é delimitado segundo determinadas pessoas e circunstâncias, ignorando o fato de que todas as controvérsias dizem respeito à essência e à natureza de um gênero universal! id134. De fato, na própria causa a que fazia menção anteriormente, não têm qualquer relação com os tópicos do orador a figura de Opímio, tampouco a de Décio, pois se trata de uma questão indefinida acerca de um gênero universal: deve-se castigar aquele que matou um cidadão seguindo um decreto do senado, a fim de proteger a pátria, sendo que, segundo as leis, isso não seria permitido? Não há, enfim, causa alguma em que se investigue o que entra em julgamento relativamente às figuras dos réus, e não à indagação universal dos próprios gêneros. 135. Além disso, naquelas próprias questões onde se disputa acerca de um fato (“Décio se apoderou do dinheiro ilegalmente?”), cumpre relacionar os argumentos tanto da acusação como da defesa a um gênero e a uma natureza universais; 136. por ser perdulário, cumpre falar do luxo; ávido do alheio, da ganância; violento, dos cidadãos tempestuosos e maus; acusado por muitos, do tipo de testemunhas; e, em contrapartida, tudo que se falar em defesa do réu será forçosamente levado de volta da circunstância e da pessoa para as partes essenciais comuns aos casos e aos gêneros. E talvez, a um homem que não é capaz de apreender com rapidez em sua mente tudo que se encontra na natureza das coisas, possa parecer demasiado o que vai a juízo quando se investiga um fato; no entanto, infinito é o número de acusações ou de defesas, não o dos tópicos.

137. Por outro lado, se aqueles elementos cuja natureza se investiga quando não se disputa a respeito de um fato forem enumerados de acordo com os réus, serão inumeráveis e obscuros, se de acordo com os casos, bastante moderados e ilustres. De fato, se colocamos a causa de Mancino unicamente nele, nascerá uma nova causa cada vez que alguém, depois de entregue ao inimigo pelo chefe dos feciais, não for aceito. Mas se a controvérsia é causada pela questão “parece ter direito de voltar à pátria aquele que, entregue pelo chefe dos feciais ao inimigo, não foi aceito?”, o nome de Mancino nada tem que ver com a arte oratória ou com os argumentos da defesa. 138. De resto, se o prestígio da pessoa, ou a ausência deste, acrescenta algo, isso está fora da questão, e é forçoso que o discurso propriamente dito refira-se à disputa de gênero universal. Não discuto tais questões tendo em vista refutar homens eruditos, embora sejam dignos de censura aqueles que, ao definir o gênero, descrevem essas causas como residindo nas pessoas e circunstâncias. 139. De fato, embora surjam

circunstâncias e pessoas, é preciso notar que as causas não dependem delas, mas do gênero da questão. Mas isso não me diz respeito; não devemos de forma alguma discutir com esses homens. Basta-nos, apenas, perceber que não conseguiram sequer aquilo que poderiam realizar com tanto tempo livre, mesmo que sem esta prática forense: discernir os gêneros dos casos e explicá-los com um pouco mais de precisão. **140.** Porém, como disse, isso não me diz respeito. O que, sim, concerne a mim, e muito mais a vós, meus queridos Cota e Sulpício, é que, da maneira em que se encontram os manuais desses mestres, é extremamente temível o grande número de causas, pois é infinito se colocado nas pessoas; quantos são os homens, tantas, as causas; mas se forem relacionadas às questões universais dos gêneros, são de tal forma moderadas e poucas, que qualquer orador cuidadoso, de boa memória e sóbrio deve tê-las gravadas e, quase poderia dizer, repisadas em sua mente; a não ser que acaso acrediteis que L. Crasso aprendeu a causa de M'. Cúrio e por isso apresentou diversos argumentos para justificar que, embora o filho póstumo de Copão não tivesse nascido, convinha que Cúrio fosse o seu herdeiro. **141.** Os nomes de Copão ou de Cúrio nada tinham que ver com a riqueza dos argumentos ou com a essência e a natureza da causa; toda a questão situava-se num gênero universal de caso e atividade, não em circunstâncias ou nomes. Uma vez que está escrito “SE ME NASCE UM FILHO E MORRE ANTES etc., ENTÃO QUE AQUELE SEJA MEU HERDEIRO”, caso o filho não nasça, será considerado herdeiro aquele que foi instituído como tal no caso da morte do filho? A questão de direito geral e gênero universal não carece de nomes de pessoas, mas de método oratório e fontes de argumentos. Em tais casos, mesmos esses jurisconsultos nos obstruem e nos impedem de aprender. **142.** De fato, percebo, nos livros de Cátulo e Bruto, que se cita nominalmente o que responderam acerca da lei a algum homem ou mulher, para que julgemos, creio eu, que havia algum motivo de deliberação ou dúvida nos homens, não no caso, de modo que, por serem os homens inumeráveis, debilitados de tomar conhecimento da lei, desistíssemos, a um só tempo, da vontade de aprender e da esperança de dominá-la.

Mas um dia Crasso colocará isso em ordem para nós, expondo-o numa descrição por gênero. De fato, para teu conhecimento, Cátulo, ontem ele nos prometeu que condensaria o direito civil, que hoje está espalhado e disperso, em gêneros determinados, reduzindo-o a uma arte acessível.

143. - E realmente, cresceu Cátulo, isso não é, em absoluto, algo difícil para Crasso, que não apenas aprendeu o que era possível aprender do direito, como também acrescentou aquilo que faltava a seus mestres, de modo a ser capaz de descrever de modo adequado ou dar brilho ornadamente às questões legais.

- Portanto, continuou Antônio, nós as aprenderemos com Crasso quando, livre das multidões e dos tribunais, dedicar-se, segundo planeja, ao ócio e ao descanso.

144. – Em várias ocasiões já ouvi exatamente isso dele, respondeu Cátulo, quando afirmava ter certeza de que abandonaria os tribunais e as causas; porém, como lhe costume dizer, não lhe será permitido: nem suportará que homens honestos implorem várias vezes em vão por seu auxílio, nem o estado o tolerará com indiferença; caso se veja privado da voz de L. Crasso, considerará que lhe roubaram um ornamento.

- Por Hércules, exclamou Antônio, se é verdade o que Cátulo acaba de dizer, terás de viver comigo no mesmo moinho, Crasso; e concedamos essa tua sabedoria que boceja e cochila ao ócio dos Cévolas e demais afortunados.

145. Riu-se neste momento Crasso afavelmente, e disse: - Termina logo, Antônio, o que comeceste. Essa sabedoria que boceja, no entanto, tão logo nela me refugie, me libertará.

- Na verdade, continuou Antônio, a finalidade deste tópico que acabo de começar é a seguinte: uma vez percebido que tudo que é colocado em questão não reside nas inumeráveis pessoas dos homens ou numa variedade infinita de ocasiões, mas em causas e naturezas de tipo geral, e que os gêneros se definem não apenas pelo número, mas também pela escassez, de modo que aqueles que se dedicam ao discurso abrangessem a matéria concernente a cada gênero descrita, instruída e ornada em todos os seus tópicos – refiro-me aos temas e aos pensamentos. 146. Estes produzirão palavras de acordo com sua própria natureza, as quais sempre parecem – a mim, pelo menos – ornadas o bastante se causam a impressão de que foi o próprio tema que as produziu. E, se desejais saber realmente o que penso – pois nada posso afirmar senão meu pensamento e minha opinião –, devemos levar este instrumento das causas e dos gêneros universais para o fórum e não perscrutar apenas quando cada caso nos for confiado os tópicos de onde tiraremos nossos argumentos, os quais, com estudo e prática, podem ser tratados por qualquer um que os considerar mesmo medianamente; mas toda nossa atenção deve se voltar para aquelas fontes e aqueles tópicos a que fiz várias vezes menção, de onde se tira tudo o que se descobre para qualquer discurso. 147. E é totalmente pertinente a esta arte, observação ou prática conhecer as regiões dentro das quais se possa caçar e rastrear o que se procura. Tão logo cerquemos todo esse lugar pela reflexão (contanto que nos familiarizemos com ele pela prática), nada nos fugirá, ocorrendo-nos e surgindo tudo que se encontra no tema. E assim, sendo três os elementos para a invenção oratória: precisão, em seguida método – que podemos, se assim quisermos, chamar de arte –, em terceiro lugar diligência, sem dúvida não posso deixar de conceder ao engenho o primeiro lugar; 148. no entanto, a diligência instiga o engenho, mesmo quando se trata de uma natureza mais lenta – a diligência, dizia eu, que tem enorme valor tanto quando defendemos uma causa, como em tudo mais. É sobretudo ela que devemos cultivar, ela que devemos empregar, a ela não há nada que não siga. Que a causa seja inteiramente conhecida, como disse no início, é devido à diligência; o fato de ouvirmos atentamente o adversário e apreender não apenas seus

pensamentos, mas também todas as suas palavras, de apreendermos, enfim, todas as suas expressões, que são os principais indicadores do que se passa em seu ânimo, é devido à diligência; **149.** fazê-lo, contudo, de maneira dissimulada, a fim de não dar a impressão ao adversário de que está tirando vantagem, é prudência; em seguida, revolver na mente os tópicos que em breve proporei, insinuar-se completamente na causa, ocupar-se do cuidado e da reflexão, é diligência, bem como empregar, nestes casos, como que uma luz, a memória, bem como empregar a voz, as forças. **150.** Na verdade, entre o engenho e a diligência sobra pouquíssimo espaço para a arte. A arte apenas aponta onde se pode procurar e descobrir onde se encontra o que desejamos; o restante encontra-se no cuidado, na atenção da mente, na reflexão, na vigilância, na assiduidade, no trabalho; sintetizando tudo numa única palavra que já usamos mais de uma vez, na diligência, a única virtude que abarca todas as demais virtudes. **151.** De fato, notamos que os filósofos abundam em riqueza oratória, eles que, em minha opinião – mas tu o podes julgar melhor, Cátulo – não oferecem qualquer preceito discursivo e nem por isso deixam de falar com riqueza e abundância de qualquer tema proposto que tenham assumido.

152. Observou então Cátulo: - É bem como dizes, Antônio: a maioria dos filósofos não ensina qualquer preceito discursivo e, não obstante, tem já preparado o que dizer acerca de cada tema. Mas Aristóteles – esse a quem sobretudo admiro – propôs determinados tópicos em que se pode encontrar toda a argumentação não só para as disputas dos filósofos, mas também para este tipo de discurso que empregamos nas causas; já há muito, Antônio, teu discurso não se afasta desse homem, quer incorras nas mesmas pegadas pela semelhança com aquela inteligência divina, quer tenhas lido e estudado exatamente aquela obra, o que a mim, ao menos, parece mais verossímil, pois te dedicaste mais a assuntos gregos do que imagináramos.

153. Respondeu ele, então: - Ouvirás de mim a verdade, Cátulo. Sempre considereirei que seria mais agradável e aceitável ao povo um orador que desse a mínima sugestão de algum artifício, nenhuma de questões gregas. Sempre considereirei próprio do gado, não de um homem, ao receber, aproveitar e fazer tantas coisas gregas, e prometer que oferecerá aos homens um método para que percebam questões extremamente obscuras, para que vivam bem e para que discurssem com copiosidade, não mover um ouvido sequer e, caso não se ouse ouvi-los abertamente para não diminuir a autoridade diante de concidadãos, ao menos receber suas palavras e, de longe, atentar ao que contam. Assim agi, Cátulo, e provei superficialmente as causas e os próprios gêneros de todos esses homens.

154. - Com muita cautela, por Hércules, observou Cátulo, impeliste tua mente, como se à beira de um penhasco de um capricho, em direção à filosofia, a qual esta cidade nunca desprezou. De fato, outrora a Itália chegou a estar repleta de pitagóricos, no tempo em que havia, nesta gente, a

famosa Magna Grécia; - daí que alguns afirmem que também Numa Pompílio, nosso rei, havia sido um pitagórico, ele que viveu muitos anos antes do próprio Pitágoras. Daí que o devemos considerar um homem ainda mais importante, quando conheceu aquela sabedoria para o estabelecimento de um estado quase dois séculos antes que os gregos percebessem que ela nascera; e certamente esta cidade não gerou quaisquer homens mais ilustres pela glória ou mais sérios pela autoridade ou mais refinados pela cultura do que P. Africano, C. Lélío, L. Fúrio, que sempre tiveram abertamente a seu lado os mais eruditos homens da Grécia. 155. E muitas vezes os ouvi dizer que os atenienses haviam feito algo extremamente agradável a eles e a muitos dos governantes da cidade, ao mandar embaixadores ao senado para tratar de seus assuntos mais importantes, os três mais nobres filósofos daquela geração: Carnéades, Critolau e Diógenes; que, assim, enquanto estavam em Roma, foram ouvidos com freqüência por eles e por outros; por tê-los como autoridades, Antônio, causa-me admiração que tenhas quase declarado guerra à filosofia, tal como o famoso Zeto de Pacúvio.

156. - De forma alguma, respondeu Antônio. Decidi, antes, filosofar como o Neoptólemo de Ênio: “um pouco, pois não me apraz fazê-lo totalmente”. No entanto, minha opinião, como pensava ter deixado claro, é a seguinte: não desaprovo esses estudos, contanto que sejam moderados; considero que a reputação desses estudos e a suspeita de artifício da parte daqueles que julgarão o caso é adversa ao orador, pois diminui tanto a autoridade deste quando a credibilidade do discurso. 157. Mas, para que o discurso volte ao ponto de onde se afastou até chegar aqui, desses três ilustríssimos filósofos que afirmas terem vindo para Roma, percebes que Diógenes era aquele que afirmava ensinar a arte de discutir corretamente e distinguir o verdadeiro do falso, o que em grego se chama *dialética*? Nesta arte, se é que se trata de uma arte, não há qualquer preceito pelo qual se descubra o que é verdadeiro, mas apenas pelo qual este seja julgado. 158. De fato, em tudo o que falamos de modo a afirmar que algo é ou não é, os dialéticos encarregam-se de julgar, caso se trate de uma proposição simples, se ela é verdadeira ou falsa, e, caso se trate de enunciados conjuntos, e outros tenham sido acrescentados, julgam se o foram de maneira correta e se é verdadeira a soma de cada um dos argumentos; e, por fim, eles mesmos se ferem com seus agulhões e, de tanto procurar, encontram não apenas aquilo que eles próprios não são capazes de resolver, mas também o que os faça quase desfazer os argumentos por que começaram e que percorreram. 159. Aqui, portanto, esse estóico em nada nos ajuda, uma vez que não nos ensina como descobrir o que falar; atrapalha-o também o fato de encontrar muitos argumentos que afirma serem impossíveis de se resolver, e de utilizar, não um tipo de linguagem límpido, solto e fluente, mas seco, árido, conciso e simples. É que é preciso acomodar nosso discurso aos ouvidos da multidão, a fim de encantar os ânimos, instigá-los, provar aquilo que não é examinado pelos pesos de um ourives, mas pela balança, por assim dizer, do povo. 160. Por isso, renunciamos a toda essa arte que é excessivamente calada ao imaginar

argumentos, ao julgá-los, excessivamente loquaz. Quanto a esse Critolau, que mencionas ter vindo junto com Diógenes, creio que poderia ser mais proveitoso a este nosso estudo, pois provinha de Aristóteles, de cujas descobertas pareço-te não me afastar muito. E entre este mesmo Aristóteles (de quem li tanto aquele livro em que expôs os manuais de retórica de todos os seus antecessores, quanto aqueles em que ele mesmo fez algumas observações próprias acerca da mesma arte) e esses autênticos mestres desta arte pareceu-me haver a seguinte diferença: aquele percebeu com a mesma agudeza de espírito com que contemplara a essência e a natureza de todas as coisas também o que dizia respeito à arte retórica, que desprezava; estes, por outro lado, consideravam que apenas isto era digno de cultivo, ativeram-se ao tratamento deste único método – não com a mesma sagacidade que Aristóteles, mas com uma prática e empenho maiores neste único gênero. **161.** Já aquela incrível força e variedade oratórias de Carnéades é extremamente desejável a nós. Nunca, naquelas suas discussões, defendeu uma causa que não provasse, nunca atacou um ponto de vista que não aniquilasse. Isso, porém, vai já além do que caberia exigir dos que transmitem e ensinam tais coisas.

162. No que me diz respeito, se desejasse agora que alguém absolutamente grosseiro recebesse uma formação oratória, eu o confiaria de preferência a esses homens vigilantes, que dia e noite, num esforço concentrado, golpeiam a mesma bigorna, a fim de colocar na boca das crianças pequenas, como as amas, minúsculos pedaços, e todos eles bem mastigados. Porém, se me parecer que ele não só foi instruído numa doutrina liberal como também que está imbuído já de alguma experiência e de uma inteligência bastante aguda, eu o arrebatarei, não para o lugar em que persiste um fio de água isolado, mas de que possa irromper todo o rio; para aquele que lhe mostre as sedes e, por assim dizer, moradas de todos os argumentos, illustre-as com brevidade e as defina com palavras. **163.** De fato, o que há que possa reter aquele que perceber que tudo que se **toma** num discurso para provar ou para refutar é **tomado**, quer de sua própria essência e natureza, quer de fora? De sua própria essência, quando se investiga qual é o caso em sua inteireza, ou parte dele, ou que termo o define, ou algo que se refira ao caso; extrínseco, por outro lado, quando se reúnem os elementos que são externos e não estão ligados à natureza do caso. **164.** Caso se investigue o caso em sua inteireza, cumpre explicar toda a essência com uma definição, da seguinte forma: se majestade é a grandeza e a dignidade do estado, diminui-a aquele que entrega seu exército aos inimigos do povo romano, não o que entrega ao poder do povo romano aquele que o fez. **165.** Caso se investigue parte do caso, com uma partição, da seguinte maneira: cumpria obedecer ao senado na questão da segurança da república, ou estabelecer uma outra deliberação, ou fazê-lo a seu próprio arbítrio: outra deliberação seria soberba, uma própria, arrogância; logo, cumpria fazer uso da deliberação do senado. Se a partir de um termo, como Carbão: “se cônsul é aquele que vela [*consulit*] pela pátria, que outra coisa fez Opímio?” **166.** Mas se daquilo que diz respeito ao caso, várias são as sedes e os lugares dos argumentos. De fato, investigaremos não

apenas os elementos em seu conjunto, como também perscrutaremos os gêneros, as partes subordinadas aos gêneros, as semelhanças, dessemelhanças, os opostos, as coerências, os, digamos assim, precedentes, as incoerências e as causas das coisas, e investigaremos o que nasce das causas, bem como o que é maior, igual, menor. **167.** Dos elementos em conjunto, tomam-se argumentos da seguinte maneira: se devemos atribuir o máximo louvor à devoção, deveis comover-vos por verdes Q. Metelo chorar tão devotamente. Já do gênero: se as magistraturas devem ficar sob o poder do povo romano, por que acusas Norbano, cujo tribunado obedeceu à vontade do estado? **168.** Da parte que está subordinada ao gênero: se todos que velam pela república devem ser-nos caros, sem dúvida o devem sobretudo os comandantes, por cujas deliberações, valor, riscos asseguramos nossa segurança e o prestígio de nosso poder. Da semelhança: se as feras amam suas crias, que ternura devemos nós a nossos filhos? **169.** Já da dessemelhança: se é próprio dos bárbaros viver a cada dia, nossos designios devem contemplar um tempo eterno. E em ambos os gêneros, o da semelhança e o da dessemelhança, há exemplos tomados aos feitos, palavras ou eventos alheios, e não raro devemos empregar narrações fictícias. **170.** Já do contrário: se Graco agiu de maneira abominável, Opímio agiu de maneira célebre. Das conseqüências: se aquele homem foi morto a espada e tu, seu inimigo, foste flagrado com um gládio ensangüentado naquele mesmo local, e ninguém foi visto ali além de ti, sendo que ninguém tinha motivo e tu sempre foste audaz <por natureza>, como poderemos ter dúvidas a respeito do crime? Das coerências, precedentes e incoerências, como Crasso outrora, quando jovem: “não é por teres defendido Opímio, Carbão, que esses homens julgarão que és um bom cidadão. É evidente que fingiste e que tinhas algum interesse, porque não raro lamentaste a morte de Ti. Graco em assembléias públicas, porque foste cúmplice no assassinato de P. Africano, porque sempre divergiste dos homens honestos.” **171.** Já das causas das coisas, da seguinte maneira: se queres eliminar a cobiça, deves eliminar seu pai, o luxo. Dos elementos que nasceram das causas: se empregamos as riquezas do erário tanto para os auxílios de guerra quanto para os ornamentos da paz, sujeitemo-nos aos impostos. **172.** Prepararemos o que é maior, menor ou igual da seguinte maneira: do maior: se uma boa reputação supera as riquezas e busca-se a riqueza com tanto esforço, com quanto maior deve-se buscar a glória! Do menor:

Ele, apesar da pouca intimidade,

Suporta tão intimamente a sua morte:

E se ele próprio a amasse? O que fará a respeito de mim, seu pai?

Do igual: é próprio da mesma pessoa roubar e prodigalizar as riquezas contra o interesse público. **173.** Tomam-se de fora aqueles argumentos que são *sustentados* não por força própria, mas externa, como

estes: isto é verdade, pois Q. Lutácio o disse. Isto é falso, pois o interrogatório foi realizado sob tortura. É forçoso que isto se siga, pois estou lendo o documento. Falei há pouco de todo este gênero. **174.** Falei de tais questões da maneira mais concisa possível. De fato, tal como, se quisesse mostrar a alguém ouro que estivesse enterrado em diversos lugares, deveria bastar se mostrasse os sinais e as marcas dos lugares, com o conhecimento dos quais a própria pessoa poderia desenterrá-lo para si própria e encontrar com pouco trabalho e sem nenhum erro aquilo que quisesse, assim eu marquei essas marcas dos argumentos que demonstram, para aquele que os procuram, onde eles se encontram; o restante é extraído pelo zelo e pela reflexão. **175.** Que tipo de argumentos mais convém a cada tipo de causas, não cabe a uma arte meticulosa prescrever, mas a uma inteligência mediana julgar. E não estamos agora a fazê-lo a fim de explicar alguma arte do discurso, mas de transmitir aos mais doutos a nossa experiência à guisa de alguns conselhos. Uma vez, então, fixados esses tópicos na mente e no pensamento e empregados em tudo que se atribui ao discurso, nada haverá que possa escapar ao orador, não apenas nas disputas forenses, mas de modo geral, em qualquer gênero do discurso. **176.** Na verdade, se a isso se somar o fato de parecer ser tal qual pretende parecer, e dispor os ânimos daqueles perante os quais discursará de tal forma que consiga arrastar ou arrebatá-los para onde quer que deseje, claramente não precisará de mais nada para discursar. Já notamos que simplesmente não basta descobrir o que se dizer se não pudermos tratar o que se descobriu. **177.** O tratamento, por sua vez, deve ser variado, a fim de que o ouvinte não reconheça a arte ou se canse devido à saturação da monotonia. É preciso que se proponha o que se trará e se demonstre por que é assim; por vezes concluir apoiado nesses mesmos tópicos, abandoná-los em algumas partes, passar a outra; muitas vezes não propor, mas declarar pela própria razão a ser apresentada o que era preciso propor; se se disser algo semelhante a isso, que primeiro se confirme a semelhança, depois, acresça-se aquilo que se defende; que se oculte os intervalos entre os argumentos a fim de que não os possam enumerar, a fim de que se distingam pelo tema, pareçam estar misturados pelas palavras.

178. Percorro às pressas tais temas, semi-douto que sou e estando entre doutos, para que enfim passemos àqueles pontos mais importantes: de fato, nada mais importante nos discursos, Cátulo, do que o ouvinte ser favorável ao orador, bem como ser influenciado de tal forma a ser governado antes por um ímpeto do ânimo ou uma perturbação que por um julgamento ou uma deliberação: é que os homens julgam muito mais por ódio, amor, desejo, cólera, dor, alegria, esperança, temor, perplexidade ou alguma outra excitação da mente do que pela verdade, uma prescrição, alguma norma legal, fórmula processual ou por leis. **179.** Por isso, a não ser que tenhais outros planos, passemos a tais pontos.

- Ainda parece faltar ao que expuseste, disse Cátulo, uma pequena explicação, antes que passes ao ponto para o qual afirmas te voltar.

- Qual?, perguntou.

- Que ordem seja do teu agrado, respondeu Cátulo, e que disposição dos argumentos, na qual sempre me parece ser um deus.

180. - Nota quão divino eu sou nesse gênero, Cátulo, replicou. Por Hércules, se não tivesses me avisado, não teria me ocorrido; para que possas julgar que é por prática nos discursos ou, antes, por acaso, que costume me deparar com os elementos em que pareço, por vezes, realizar algo. E esse tema que, por desconhecimento, eu ignorava tal qual a um desconhecido, tem tamanha força na oratória que nada é mais poderoso para se alcançar a vitória; no entanto, tu me parece solicitar o método da ordem e da disposição dos temas antes do tempo; 181. é que se eu tivesse depositado todo o poder do orador nos argumentos e na comprovação do caso por si mesma, seria já o momento de fazer algumas considerações acerca da ordem dos argumentos e da colocação dos temas; porém, como propus três elementos e tratei de um, depois de tratar dos outros dois será o momento de se inquirir acerca da disposição de todo o discurso. 182. Tem muita força, então, para a vitória, que se aprovelem o caráter, os costumes, os feitos e a vida dos que defendem as causas e daqueles em favor de quem as defendem, e, do mesmo modo, que se desaprovelem os dos adversários, bem como que se conduzam os ânimos daqueles perante os quais se discursa à benevolência tanto em relação ao orador como em relação ao que é defendido pelo orador. Cativam-se os ânimos pela dignidade do homem, por seus feitos, por sua reputação; pode-se orná-los com maior facilidade, se todavia existem, do que forjá-los, se absolutamente não existem. Ora, são vantajosos, no orador, a brandura da voz, a expressão de pudor no rosto, a afabilidade nas palavras e, se acaso fazes alguma reivindicação com maior rispidez, parecer fazê-lo contrariado e por obrigação. Exibir sinais de afabilidade, generosidade, brandura, devoção e de um ânimo grato, não ambicioso, não avaro, é extremamente útil; e tudo aquilo que é próprio de homens honestos, modestos, não de homens severos, obstinados, contenciosos, hostis, granjeia enormemente a benevolência e a afasta daqueles em quem tais elementos não estão presentes; sendo assim, esses mesmos elementos devem ser lançados contra os adversários de maneira inversa. 183. Mas todo este gênero do discurso sobressai-se nas causas em que há menor possibilidade de se inflamar o ânimo do juiz por meio de uma instigação severa e veemente; é que nem sempre se busca um discurso vigoroso mas, muitas vezes, um discurso calmo, simples, brando, o qual recomenda sobremaneira os réus. Chamo de réus não apenas àqueles que são acusados, mas a todos os envolvidos na causa em questão, pois assim eram chamados antigamente. 184. Apresentar o seu caráter pelo discurso, então, como justo, íntegro, religioso, timorato, tolerador de injustiças, tem um poder absolutamente admirável; e isso, quer no princípio, quer na narração da causa, quer no final, tem tamanha força, se for tratado com delicadeza e julgamento, que muitas vezes tem mais poder do que a causa. Realiza-se tanto por determinado julgamento e método oratórios, que se forja, por assim

dizer, o caráter do orador; por meio de determinado tipo de pensamentos e determinado tipo de palavras, empregando-se ainda uma atuação branda e que expresse afabilidade, consegue-se que pareçamos homens honestos, de boa índole, bons.

185. Ligado a este, há aquele método oratório diferente, que influencia e impele as mentes de juízes de outro tipo, de modo a que odeiem, amem, invejem, queiram ver salvo, temam, tenham esperança, desejem, abominem, alegrem-se, entristeçam-se, compadeçam-se, queiram punir ou sejam conduzidos a tais emoções, se há alguma próxima a tais paixões do ânimo. 186. E é desejável, ao orador, que os próprios juízes, espontaneamente, tragam alguma paixão à causa, adequada àquilo a que tenderá o interesse do orador, pois é mais fácil, como se diz, incitar um cavalo apressado do que fazer um fraco se mover; porém, se não for o caso, ou se a situação não for muito clara, deve-se, tal como um médico cuidadoso, antes de se ministrar um medicamento ao doente, tomar conhecimento não apenas da doença daquele que se pretende curar, mas também de seus hábitos quando sadio e da natureza de seu corpo; do mesmo modo, eu, quando empreendo uma defesa incerta e importante, volto, para influenciar os ânimos dos juízes, toda a minha atenção para a seguinte reflexão cuidadosa: sondar, da forma mais apurada possível, o que pensam, o que julgam, o que esperam, o que desejam, para que pareçam ser conduzidos pelo discurso com maior facilidade. 187. Se eles se entregam e, como disse anteriormente, inclinam-se e pendem espontaneamente para a direção à qual os impelimos, aceito o que me é dado e dou velas para o lugar de onde se revela uma brisa; porém, se o juiz é íntegro e neutro, é preciso maior esforço, pois, em nada ajudando a natureza, tudo deve ser estimulado pelo discurso. Mas tamanho poder ele tem, que foi corretamente chamado, pelo bom poeta,

o discurso, arrebatador e senhor de todas as coisas.

de modo a ser capaz não apenas de erguer o que se curva ou curvar o que se ergue, mas também de conquistar, tal como um general corajoso e bom, àquele que se lhe opõe e resiste.

188. Estes são os elementos que, em tom de brincadeira, Crasso me solicitava há pouco, ao afirmar que costume empregá-los divinamente e ao elogiar o que fiz de maneira admirável, digamos assim, na causa de Mânio Aquílio e Caio Norbano, bem como em algumas outras – por Hércules, Crasso, quando os empregas nas causas, costume tremer: tamanho é o poder de teu ânimo, o arrebatamento, a emoção que costuma ser passada por teus olhos, teu rosto, teus gestos, esse teu dedo, enfim; tamanho é o fluxo de palavras extremamente graves e excelentes, tão íntegros os pensamentos, e ainda verdadeiros, tão novos, tão desprovido dos ornamentos e dos artifícios pueris, que me parece não apenas incendiar o juiz, mas estares tu mesmo a arder. 189. Nem pode acontecer

que o ouvinte sofra, odeie, inveje, tema, seja levado às lágrimas e à misericórdia, se não parecer que todas essas paixões que o orador quer empregar no juiz estão impressas e marcadas no próprio orador. É que se tivéssemos de empregar alguma emoção forjada, se num gênero de discurso desse tipo nada houvesse senão o que é falso e simulado pela imitação, talvez fosse forçoso buscar uma arte maior; ora, não sei o que acontece a ti, Crasso, e aos demais; mas não há qualquer motivo para mentir a meu respeito entre homens extremamente sensatos e amigos: por Hércules, jamais pretendi, diante de juízes, suscitar dor, misericórdia, inveja ou ódio por meio do discurso sem que eu mesmo, ao influenciar os juízes, estivesse movido pelas mesmas sensações a que pretendia levá-los; **190.** é que não é fácil conseguir que o juiz se ire contra aquele que desejas, se tu mesmo pareces tolerá-lo com indiferença; nem que odeie aquele que desejas, se antes não te vir ardendo de ódio; nem será levado à misericórdia se não tiveres mostrado sinais de tua dor por tuas palavras, expressões, voz, rosto, tuas lágrimas, enfim, pois tal como madeira alguma é tão fácil de acender a ponto de se inflamar sem o uso de fogo, nenhuma mente é de tal forma disposta a receber a força do orador que possa ser incendiada sem que o próprio orador tenha chegado a ela em chamas e ardendo. **191.** E, para que acaso não pareça algo grandioso e admirável que alguém tantas vezes se ire, tantas vezes se aflija, tantas vezes seja levado por toda espécie de paixão, sobretudo tratando-se de assuntos alheios, grande é o poder dos pensamentos e dos lugares-comuns que empregarás e usarás em teu discurso, de modo a não haver necessidade alguma de simulação ou mentiras; a própria natureza do discurso que se adota para influenciar os ânimos alheios chega a influenciar o orador mais até do que a qualquer um dos ouvintes. **192.** E para que não nos admiremos pelo fato de isso acontecer nas causas, nos tribunais, nas ações contra os amigos, no embate entre os homens, na cidade, no fórum, quando se trata não apenas da reputação de nosso engenho, pois isso seria bastante mesquinho; - embora, depois de teres prometido seres capaz de fazer o que poucos podem, nem mesmo isso seria de se negligenciar; - ora, outras questões são muito mais importantes: a lealdade, o dever, a diligência; movidos por tais coisas, mesmo ao defendermos os mais distantes, não podemos, se desejamos ser, nós mesmos, tidos na conta de homens bons, considerá-los distantes. **193.** Mas, como dizia, para que não pareça admirável que isso nos suceda, que pode haver de mais forjado do que o verso, o teatro, as peças? Ainda assim, muitas vezes vi com meus próprios olhos, neste gênero, como, por detrás da máscara, pareciam arder os olhos do ator ao declamar aqueles espondálios:

Ousaste apartá-lo de ti ou tornar a Salamina sem ele? Não temeste o olhar de teu pai?

Nunca pronunciava esse “olhar” sem que Têlamon, irado, me parecesse enlouquecer em virtude do luto por seu filho; **194.** de fato, ouvi muitas vezes dizer que ninguém pode ser um bom poeta (tal

como afirmam ter sido transmitido por Demócrito e Platão em seus escritos) sem uma inflamação dos ânimos e sem um sopro, por assim dizer, de loucura. Por isso, não julgueis que eu mesmo, que não pretendia imitar e reproduzir, pelo discurso, antigas desventuras de heróis e lutos fictícios, nem era ator de uma personagem alheia, mas autor da minha, quando era preciso assegurar que M'. Aquílio permanecesse na cidade, ao concluir aquela causa, não o fiz sem grande dor: 195. lembrando-me de que fora cônsul, de que fora honrado como *imperator* pelo senado, de que subira em triunfo o Capitólio, quando o vi aflito, debilitado, triste, levado a uma situação desesperadora, não tentei provocar a misericórdia nos outros antes que eu mesmo fosse tomado por ela. Notei, de fato, que os juízes foram influenciados sobretudo quando apresentei o velho triste e desmazelado, e ao fazer isso que tu, Crasso, louvas, eu o fiz não por arte, a respeito da qual não sei o que possa falar, mas por uma grande emoção e dor em meu ânimo, de modo que abri sua túnica, mostrando suas cicatrizes. 196. Como C. Mário, ali presente e sentado, em muito favorecesse a tristeza de meu discurso com suas lágrimas, e como eu, chamando-o repetidas vezes de colega, recomendasse-lhe Aquílio como seu e o convocasse, como advogado, a defender a fortuna geral dos comandantes, essa comisseração não se deu sem minhas lágrimas, não se deu sem grande dor, nem esta súplica a todos os deuses, homens, cidadãos e aliados; se a todas as palavras que empreguei naquele dia tivesse faltado a minha dor, meu discurso não apenas não teria sido digno de piedade, mas teria sido ridículo. Por isso ensino-vos o seguinte, Sulpício, bom mestre, evidentemente, e erudito que sou: que sejais capazes, em vossos discursos, de vos irar, de vos afligir, de chorar. 197. Contudo, por que hei eu de ensinar isso a ti, que, ao acusar meu camarada, provocaras tamanho incêndio não apenas por meio de teu discurso, mas também, muito mais ainda, pela força, pela emoção, pelo ardor de teu ânimo, de modo que eu mal podia tentar me aproximar para tentar apagá-lo? De fato, tinhas todos os elementos a teu favor naquela causa: evocavas o uso da violência, a fuga, o apedrejamento, a crueldade do tribuno no terrível e deplorável infortúnio de Cepião; além disso, sabia-se que o primeiro homem do senado e da cidade, M. Emílio, fora ferido por uma pedra; ninguém podia negar que L. Cota e T. Dídio haviam sido expulsos do templo quando pretendiam opor-se ao projeto de lei. 198. Somava-se a isso o fato de se julgar que tu, um jovem, queixavas-te disso pela república com extrema dignidade; eu, um antigo censor, parecia quase desonesto ao ser capaz de defender um cidadão sedicioso e cruel em meio à desgraça de um antigo cônsul. Eram juízes cidadãos excelentes, o fórum estava repleto de homens bons, de modo que mal me era dada uma tênue concessão de escusa, por defender aquele que fora meu questor. Por que dizer aqui que empreguei alguma arte? Contarei o que fiz; se vos aprouver, situareis a minha defesa em algum lugar da arte. 199. Reuni os tipos, os erros, os riscos de todas as sedições, fiz que aquele discurso remontasse a todas as várias épocas de nossa república e concluí dizendo que, embora qualquer sedição fosse sempre perniciosa, algumas haviam sido justas e quase

necessárias. Então usei como argumento aquilo que Crasso há pouco rememorava: que nem os reis poderiam ter sido expulsos desta cidade, nem os tribunos da plebe poderiam ter sido criados, nem o poder consular poderia ter sido tantas vezes diminuído por plebiscitos, nem se poderia ter dado ao povo romano o direito de apelação, célebre patrono da cidade e protetor da liberdade, sem discordância entre os nobres. E, se aquelas sedições haviam sido para a salvação desta cidade, não seguia necessariamente, se ocorresse alguma revolta do povo, que C. Norbano deveria classificá-la como crime nefário e ofensa capital. É que se alguma vez se tivesse concedido ao povo romano que parecia violento com justiça, como eu mostrava haver sido muitas vezes concedido, nenhuma causa era mais justa do que aquela. Então mudei todo o meu discurso e passei a investir contra a fuga de Cepião e a deplorar a perda do exército: dessa forma, tornava a provocar a dor daqueles que choravam os seus e fazia os ânimos dos cavaleiros romanos, perante os quais, então, como juízes, a causa era defendida, reviver o ódio contra Q. Cepião, por obra de quem eles haviam sido afastados dos julgamentos. 200. Quando percebi que tinha o julgamento e minha defesa sob controle, por haver cativado a benevolência do povo, cujo direito eu defendera também em combinação com a sedição, e por haver passado os ânimos dos juízes inteiramente para nossa causa, fosse pela calamidade infligida à cidade, fosse pelo luto e pela saudade dos parentes, fosse pelo ódio pessoal contra Cepião, passei a misturar a este gênero de discurso veemente e atroz aquele outro, de que tratava anteriormente, de brandura e mansidão; que eu lutava em favor de meu camarada, que, pela tradição dos antepassados, deveria ser tido por mim como um filho, e de quase toda a minha fama e fortuna; que nada poderia acontecer de mais vergonhoso para minha reputação, nada mais doloroso para meu sofrimento, do que se eu, que consideravam ter muitas vezes vindo em socorro de pessoas extremamente distantes de mim, embora meus concidadãos, não pudesse trazer auxílio a meu camarada. 201. Solicitava aos juízes que o concedessem a minha idade, a minhas honrarias, a meus feitos, caso notassem que fora atingido por uma dor justa, piedosa; sobretudo se tivessem percebido que, nas demais causas, eu sempre fizera todas as intervenções pelos riscos que meus amigos corriam, nunca em meu próprio favor. Dessa forma, em toda aquela defesa e causa, abordei e toquei de maneira extremamente breve o que parecia residir na arte, tal como falar da lei Manília, tal como explicar o que significa diminuir a majestade; tratei toda essa causa por meios destas duas partes do discurso quase intocadas pelos preceitos dos manuais, das quais uma apresenta a recomendação, a outra, a incitação, de modo a parecer extremamente enérgico no renovar o ódio contra Cepião e sobremaneira brando no manifestar meu comportamento em relação a meus amigos íntimos: assim, vencemos tua causa, Sulpício, antes por influenciar os ânimos dos juízes que por instruí-los.

202. Nesse momento disse Sulpício – É exatamente como contas, Antônio, por Hércules; de fato, nunca vi algo que me escapasse tanto das mãos como me escapou aquela causa naquela ocasião.

Pois, tal como disseste, como eu te trouxera não um julgamento, mas um incêndio, que exórdio, deuses imortais, foi o teu! Que apreensão! Que incerteza, que grande hesitação e vagar nas palavras! Como insististe, no início, no único ponto que te concediam como perdoável, o fato de defenderes um homem a quem devias obrigação, teu questor! Que método elaboraste por primeiro, para seres ouvido. **203.** Eis que, quando julgava que nada obtiveras senão que te julgassem perdoável defender um cidadão desonesto por obrigação, começaste, sem que se notasse, a ganhar terreno, no momento em que defendias (enquanto os demais nada suspeitavam, mas eu já tinha enorme temor) que aquela não fora a sedição de Norbano, mas a cólera do povo romano, e não injusta, mas merecida e devida. Em seguida, que lugar-comum deixaste de lado contra Cepião? Como misturaste a tudo o ódio, a inveja, a misericórdia! E isso não apenas na defesa, mas também ao tratar de Escauro e de minhas outras testemunhas, cujos depoimentos desmentiste não pela refutação, mas recorrendo à mesma fúria do povo; **204.** quando há pouco o rememoravas, eu com certeza não senti falta de qualquer preceito; no entanto, considero que a própria demonstração de tuas defesas (rememorada por ti mesmo) constitui uma doutrina não mediana.

- E contudo, observou Antônio, se assim te apraz, relataremos também o que costumamos seguir e, sobretudo, observar nos discursos; de fato, ensinou-nos já a nossa longa vida e prática nos assuntos mais importantes a conseguir influenciar os ânimos dos homens por meio de tais elementos. **205.** Primeiramente, costume considerar se a causa o exige; pois tais tochas do discurso não devem ser empregadas em temas triviais, nem dirigir-se a homens de tal forma dispostos que nenhuma vantagem possamos tirar de influenciar suas mentes pelo discurso, para que não sejamos considerados dignos de riso ou de ódio, caso façamos cenas patéticas de trivialidades ou tentemos arrancar aquilo que não se pode mover. **206.** Ora, como devemos quase sempre produzir pelo discurso, sobretudo nos ânimos dos juízes, ou quem quer que sejam aqueles perante os quais discursamos, afeição, ódio, cólera, inveja, misericórdia, esperança, alegria, temor, desconforto; percebemos que granjeamos afeição se parecemos defender com justiça aquilo que é útil àqueles perante os quais discursamos, ou trabalhar em nome de homens bons ou, é certo, daqueles que lhes são bons e úteis, pois isso granjeia mais a afeição, aquela defesa da virtude, a estima; e é mais proveitoso se propomos a esperança de uma utilidade futura do que a rememoração de um favor passado. **207.** Deves te esforçar para mostrar que há dignidade ou utilidade naquilo que defendes, e para apontar que aquele para quem granjeias tal afeição não obteve qualquer proveito para si mesmo e nada fez, em absoluto, em seu próprio favor, pois são vistos com maus olhos os interesses próprios, mas se favorece o desejo de prestar serviços aos demais. **208.** Devemos atentar, neste ponto, para não parecermos elevar excessivamente o louvor e a glória (elementos que sobretudo se invejam) daqueles que queremos que sejam amados por seus favores; e aprenderemos, desses mesmos lugares, a tramar o ódio contra os outros e afastá-lo de nós e

dos nossos; e esses mesmos gêneros devem ser levados em conta ao provocarmos ou apaziguarmos a cólera; pois se aumentares aquilo que é pernicioso ou inútil aos próprios ouvintes, cria-se o ódio; mas se é provocado contra homens bons ou contra aqueles que de forma alguma cada um deveria, ou contra a república, cria-se, senão um ódio tão agudo, ao menos uma aversão não diferente da inveja ou do ódio. 209. Do mesmo modo, incute-se temor nos homens pelos perigos que lhe são particulares ou pelos que são gerais: o temor particular é mais profundo; mas também o geral deve ser conduzido à mesma aparência. Idêntico e único é o método da esperança, da alegria, da inquietação; mas não sei se a paixão mais aguda de todas, sem contestação, é a inveja, nem se há necessidade de menor força para contê-la do que para provocá-la. Os homens invejam sobretudo seus iguais ou inferiores, quando sentem que foram deixados para trás, ressentindo-se pelo fato de que lhe escaparam; mas muitas vezes também se invejam fortemente os superiores, e mais ainda quando se gabam de modo muito desmedido e ultrapassam a igualdade do direito comum pela superioridade de seu prestígio ou fortuna; caso seja forçoso provocar tais paixões, deve-se sobretudo dizer que não foram geradas pela virtude, depois, também que o foram pelos vícios e erros, então, se forem mais honestas e importantes, que aqueles méritos não foram tão grandes como a insolência do homem e sua arrogância; 210. já para apaziguá-las, que elas foram geradas com grande esforço, grandes riscos, e não foram reunidas para proveito próprio, mas dos outros; caso pareça ter alcançado glória, que, embora não seja uma injusta recompensa para o risco, não se compraz nela, mas a rebaixa e diminui; e, uma vez que a maior parte dos homens é invejosa e este é um vício geral e invariável, e que se inveja uma fortuna eminente e feliz, deve-se conseguir que esta opinião seja totalmente enfraquecida e que essa fortuna, excelente segundo a opinião geral, pareça misturada a sofrimentos e tristezas. 211. Por outro lado, provoca-se a misericórdia se o ouvinte puder ser levado a relacionar aquilo que se deplora a respeito de um outro a situações que ele próprio sofreu ou teme, de modo que, observando o outro, logo volte-se para si mesmo; e não apenas cada caso das misérias humanas é recebido com pesar, se expressado com sofrimento, mas também a virtude, quando aflita e prostrada, é sobremaneira pesarosa. E tal como aquela outra parte do discurso, que deve contemplar a espécie do homem bom pela recomendação de sua honestidade, é branda, como já disse mais de uma vez, e simples, esta, que é empreendida pelo orador para alterar os ânimos e influenciá-los por todos os meios, deve ser rigorosa e veemente. 212. Mas há nestes dois gêneros, dos quais pretendemos que um seja brando, o outro, veemente, uma semelhança difícil de distinguir; pois é preciso que algo daquela brandura com a qual cativamos os ouvintes flua para esta força extremamente rigorosa com que os incitamos, e, por meio desta força, deve-se inflar um pouco o ânimo por aquela brandura; e não há discurso mais temperado do que aquele em que a severidade da disputa é ocultada pela humanidade do próprio orador, enquanto o relaxamento que é próprio da brandura é reforçado por um pouco de gravidade e

tensão. **213.** Em ambos os gêneros do discurso, tanto naquele em que se busca a força e a intensificação, como neste, que é adequado à vida e ao caráter, tanto os exórdios devem ser cadenciados como, do mesmo modo, as conclusões devem ser densas e longas. É que não se deve saltar de imediato para aquele gênero do discurso, pois é completamente distante da causa, e os homens desejam ouvir, em primeiro lugar, o que realmente diz respeito a seu julgamento; **214.** de fato, tal como não se despreza um argumento assim que foi colocado e busca-se um terceiro, poderias provocar misericórdia, inveja ou cólera, assim que a inferisses: o próprio método confirma o argumento e, assim que emitido, adere; esse gênero do discurso não busca o conhecimento do juiz, mas, antes, sua perturbação, a qual ninguém pode conseguir com um discurso amplo, variado e copioso e uma semelhante contenção da ação; **215.** por isso, aqueles que discursam com brevidade ou simplicidade podem instruir o juiz, não comovê-lo, elemento em que tudo reside. Já está claro que a capacidade de tudo nas contrárias partes é fornecida pelos mesmos lugares. Ora, o argumento deve ser resistido ou pela repreensão daqueles elementos que são pegos para a comprovação da causa ou pela demonstração de que o que aqueles pretendem concluir não se realiza pelos propósitos nem é conseqüente, ou, se não o refutares assim, deve ser levado para a parte contrária, por ser mais grave ou igualmente grave. **216.** Já aquelas coisas que são defendidas com brandura devido à conciliação ou com veemência devido à agitação, devem ser tiradas de comoções contrárias, de modo que se erga a benevolência do ódio, a inveja, da misericórdia. Por outro lado, são agradáveis e muitas vezes bastante úteis o jogo e as facécias; estes, ainda que todas as outras possam ser ensinadas pela arte, são certamente próprios da natureza e não carecem de qualquer arte: neles tu, César, em minha opinião, pareces superar a todos os demais; por isso ainda mais a mim podes ser testemunha de que não existe nenhuma arte do gracejo ou, se houver, és tu quem sobretudo nos há de ensiná-la.

217. - Na verdade, respondeu ele, creio que um homem que não seja grosseiro é capaz de discutir com bastante graça a respeito de qualquer assunto que não sejam os gracejos propriamente ditos. Assim, por exemplo, quando vi alguns livros gregos intitulados *Do Ridículo*, chegara a ter alguma esperança de poder adquirir algum conhecimento com eles. Encontrei muitas coisas jocosas e espirituosas dos gregos - de fato, os sicilianos, bem como os rodienses, os bizantinos e, acima de todos, os áticos, sobressaem-se nesse gênero; porém, aqueles que tentaram ensinar o método e a arte desse tema revelaram-se de tal modo insípidos que não se ri senão de sua própria insipidez. **218.** Por isso, ao menos para mim, essa doutrina não parece de forma alguma poder ser ensinada. Na verdade, sendo dois os tipos de gracejos, um deles espalhado de maneira uniforme por toda a fala, outro, muito agudo e breve, os antigos denominaram o primeiro chiste, o segundo, mordacidade. Que nome insignificante os dois têm! Não é para menos, já que é absolutamente insignificante provocar o riso. **219.** No entanto, como dizes, Antônio, notei que muito aproveitam, nas causas, o humor e os

gracejos. Ora, tal como não se carece de arte no primeiro tipo, o da graça contínua – pois a natureza forja e cria os homens como imitadores e narradores graciosos com a ajuda do rosto, da voz e do próprio tipo de fala – da mesma forma, neste segundo tipo, o da mordacidade, que lugar tem a arte, quando deve fixar o gracejo que escapou antes que pareça ter tido tempo para pensar? 220. Que ajuda, com efeito, este meu irmão aqui presente pôde receber da arte quando respondeu a Filipe, que lhe perguntara por que latia, que estava vendo um ladrão? E Crasso em todo o seu discurso, fosse contra Cévola, diante dos centúviro, fosse contra Bruto, o acusador, quando defendia Planco? Na realidade, o que atribuis a mim, Antônio, deve ser concedido, segundo consenso geral, a Crasso. De fato, não se encontrará quase ninguém além dele que se sobressaia nos dois tipos de humor, tanto aquele, que está na continuidade da fala, quanto este, que está na rapidez e no dictério. 221. De fato, toda aquela defesa de Cúrio contra Cévola abundou em uma espécie de humor e brincadeiras; não apresentou aqueles gracejos breves, pois poupava a dignidade do adversário, com o que preservava a sua própria, algo que é difícilimo a pessoas bem-humoradas e mordazes: respeitar as pessoas e as circunstâncias e guardar para si o que lhes ocorre quando pode ser dito de maneira extremamente jocosa. Alguns homens engraçados interpretam esse próprio fato de maneira não estúpida; 222. de fato, dizem que Ênio afirma que é mais fácil um sábio prender o fogo em sua boca em chamas do que aceitar bons gracejos; é evidente que são bons gracejos por serem jocosos, pois são chamados de gracejos por um nome que já lhes é próprio. Mas, tal como Crasso, na causa contra Cévola, guardou-os para si, conduzindo a causa e a discussão com bom humor naquele segundo tipo, em que não havia um único aguilhão de insulto, assim, na causa contra Bruto, a quem odiava e julgava merecedor de insultos, lutou usando um e outro tipo. 223. Como falou dos banhos que Bruto acabara de vender, como falou de seu patrimônio perdido! E respondeu com aqueles gracejos breves, quando este disse que suava sem motivo: “Não é para menos, acabas de sair dos banhos!” Houve inúmeros gracejos desse tipo, mas não foram menos divertidos aqueles espalhados ao longo do discurso. De fato, como Bruto apresentara dois leitores e dera, para que lessem, a um, o discurso de Crasso *Da colônia narbonense*, a outro, o *Da lei servília*, comparando tópicos políticos contraditórios, nosso querido Crasso, aqui, de maneira extremamente bem humorada, deu a três leitores os três libelos *Do direito civil*, do pai de Bruto. 224. “Calhou que estivéssemos na propriedade de Priverno”. Bruto, teu pai é testemunha de que te deixou uma propriedade em Priverno. Em seguida, do segundo livro: “Estávamos, eu e meu filho Marco, na propriedade de Alba”. Sábio, evidentemente, esse homem, entre os principais de nossa cidade, que conhecia este poço sem fundo; temia que se julgasse que, por nada ter, nada lhe fora legado. Então, do terceiro livro, com o qual encerra o livro – esse é o número, segundo ouvi de Cévola, dos livros autênticos de Bruto: “Encontrávamo-nos por acaso, eu e meu filho Marco, na propriedade de Tibur”. Onde estão essas propriedades, Bruto, que teu pai te legou

consignadas em comentários públicos? É que se não fosses já adulto, continuou, teria composto um quarto livro e teria deixado escrito que falara com seu filho nos banhos.

225. Quem há, portanto, que não reconheça que Bruto foi refutado igualmente por esse humor e esses gracejos e pelas cenas patéticas que representou quando, por acaso, nessa mesma causa, a velha Júnia era levada em seu cortejo fúnebre? Pelos deuses imortais, que força era aquela, quão grande! Quão inesperada! Quão repentina! Com os olhos inquisitivos, com o gesto ameaçador, com extrema gravidade e rapidez em suas palavras, ele disse: “Bruto, por que te sentas? O que desejas que aquela velha conte a teu pai? E a todos aqueles cujos retratos vês serem levados? E a teus ancestrais? E a L. Bruto, que libertou este povo da tirania dos reis? O que desejas fazer? A que coisa, a que glória, a que virtude aspirar? Ao aumento de teu patrimônio? Mas isso não é próprio da nobreza. Faz, porém, que seja, já nada resta: os prazeres tudo dissiparam. 226. Ao direito civil? Mas ele coube a teu pai. Mas ela contará que, ao venderes tua casa, não excluístes dos móveis a serem vendidos nem mesmo o sólio de teu pai. Acaso à arte militar? Mas nunca viste um acampamento! À eloquência? Não a tens e, o que quer que te reste de voz ou de língua, já o conferiste inteiramente a esse torpíssimo lucro com a calúnia. Ousas contemplar a luz? Ousas observá-los? Ousas aparecer no fórum, na cidade, à vista dos cidadãos? Não tens horror a essa velha, aos próprios retratos? Não deixaste espaço algum para imitá-los ou mesmo para colocá-los em teu átrio.” 227. Mas essas foram palavras trágicas e divinas; das incontáveis graciosas e urbanas, lembrai-vos até de mesmo de um único discurso. De fato, jamais houve elevação maior nem, diante do povo, discurso mais grave do que o deste, recentemente, contra seu colega de censura, nem mais condimentado com humor e festividade.

É por isso que concordo contigo, Antônio, em relação a tuas duas afirmações: muitas vezes os gracejos trazem grande proveito ao discurso, ao mesmo tempo que eles não podem, de forma alguma, ser ensinados por meio de uma arte. Admiro-me que tenhas atribuído tanto a nós nesse gênero e não tenhas concedido a palma da vitória também neste aspecto, tal como nos demais, a Crasso.

228. Respondeu então Antônio: - eu o faria, se por vezes não tivesse um pouco de inveja de Crasso nesse aspecto. De fato, ser realmente gracioso e picante não é, por si só, muito invejável; mas, sendo ele o mais encantador e o mais urbano de todos, ser e parecer o mais grave e mais severo de todos, algo que toca unicamente a ele, parecia-me quase insuportável. 229. Como o próprio Crasso risse nesse momento, continuou Antônio: - E no entanto, Júlio, ao negares haver uma arte dos gracejos, revelaste algo que parecia digno de preceituação: disseste que cumpria levar em conta as pessoas, o caso, a circunstância, a fim de que a brincadeira não diminuísse um pouco a gravidade, algo que sobretudo Crasso costuma observar. Mas esse preceito diz respeito aos gracejos que é preciso omitir, uma vez que são absolutamente desnecessários. Quanto a nós, investigamos de que maneira empregá-los, quando houver necessidade, como contra um adversário e, sobretudo se for possível

censurar sua estupidez, contra uma testemunha estúpida, parcial, inconstante, caso as pessoas pareçam inclinadas a ouvir. **230.** De modo geral, é mais provável o que dizemos quando provocados do que quando tomamos a iniciativa. É que é maior a rapidez de engenho que se revela na resposta, e o revide é próprio da natureza humana. De fato, damos a impressão de que nos manteríamos calados se não houvéssemos sido provocados; tal como, nessa mesma assembléia, ele quase nada falou, pelo menos do que parecia dito de maneira mais bem humorada, que não fosse em resposta a uma provocação. Havia, Domicio, tamanha seriedade, tamanha autoridade, que dava a impressão de que era preciso antes atenuar pelo humor que destruir pela discussão.

231. Observou, então, Sulpício: - E então, permitiremos a César, que, concedendo embora os gracejos a Crasso, dedica-se muito mais a essa atividade, não explicar para nós a natureza e as fontes de todo esse gênero de brincadeira, sobretudo quando reconhece haver tamanha força e utilidade no humor e na urbanidade?

- Como não, respondeu Júlio, se concordo com Antônio, quando afirma não existir arte alguma do humor?

232. Como Sulpício houvesse calado nesse momento, apontou Crasso: - Como se houvesse alguma arte das próprias questões que Antônio há muito já trata. Há uma espécie de observação, segundo ele próprio disse, daquelas questões que têm valor no discurso; se elas fossem capaz de tornar alguém eloqüente, quem não seria eloqüente? Quem não seria capaz de aprendê-las facilmente ou, ao menos, de uma maneira qualquer? Eu, porém, creio que esses preceitos têm o poder e a utilidade, não de sermos levados pela arte a descobrir o que dizer, mas de confiarmos na correção do que atingimos pela natureza, pelo estudo, pelo exercício, ou percebermos seu erro, depois de aprendermos a que deve ser relacionado. **233.** Por isso, César, também eu te peço que, se te parecer bem, discutas o que pensas a respeito de todo este gênero do humor, para que acaso nenhuma parte do discurso, uma vez que assim o quisestes, pareça ter sido omitida numa reunião deste tipo e numa conversa tão precisa.

- No que me concerne, respondeu ele, uma vez que exiges uma contribuição de teu convidado, Crasso, não farei que, evitando-o, te dê um pretexto para uma recusa futura. Embora não raro costume ficar estupefato pela impudência dos que gesticulam em cena enquanto Róscio está na platéia. De fato, quem é capaz de comover-se sem que ele perceba seus erros? Do mesmo modo, eu, agora, enquanto Crasso me ouve, falarei em primeiro lugar dos gracejos e farei como o porco, como dizem, ao ensinar aquele orador que, quando Cátulo o ouviu há pouco tempo, dizia que os demais deviam comer feno.

234. Observou então Crasso: - Cátulo estava brincando, sobretudo porque discursa de tal forma, que dá a impressão de dever ser alimentado com ambrosia. Mas ouçamos-te, César, a fim de que vejam o desfecho da fala de Antônio.

E Antônio respondeu: - Resta-me muito pouco. Contudo, cansado já pelo esforço e pela trilha de minha discussão, descansarei durante a fala de César como se se tratasse de uma oportuníssima hospedaria.

E contudo, observou Júlio, não considerarás minha hospedagem muito generosa, pois tão logo sintas um pouco do gosto, te expulsarei e obrigarei a pegar novamente a estrada.

235. Mas, para que não vos faça esperar por mais tempo, exporei muito brevemente o que penso acerca de todo este gênero. Cinco são as perguntas que se podem fazer acerca do riso: em primeiro lugar, qual é a sua natureza; em segundo, suas fontes; em terceiro, se cabe ou não ao orador provocar o riso; em quarto, em que medida; em quinto, quais são os gênero de ridículo. E, quanto àquela primeira, qual a natureza do riso em si, de que modo é provocado, onde reside, como surge e manifesta-se repentinamente de tal forma que, ainda que o desejemos, não somos capazes de contê-lo, e como, a um só tempo, toma conta dos flancos, da boca, das veias, dos olhos, do rosto, Demócrito o percebeu. Mas isso não diz respeito a esta fala e, ainda que dissesse, não me envergonharia de não sabê-lo, porque nem mesmo aqueles que o professam o sabem. **236.** Já quanto ao lugar e à região, por assim dizer, do ridículo - pois essa é a pergunta seguinte -, eles residem na torpeza e na deformidade. Ri-se unicamente, ou quase apenas, do que assinala e aponta alguma torpeza de maneira não torpe. E cabe, passando à terceira pergunta, cabe muito bem ao orador provocar o riso, seja porque a própria alegria granjeia a benevolência para aquele por quem foi suscitada, seja porque todos admiram a agudeza de espírito, muitas vezes colocada numa única palavra, sobretudo daquele que retruca, por vezes, também, do que provoca, seja porque debilita o adversário, porque o obstrui, porque o diminui, porque o desencoraja, porque o refuta, seja por mostrar que o orador é educado, refinado, urbano, e sobretudo porque mitiga e alivia a tristeza e a severidade, e não raro, pelo humor e pelo riso, refuta questões odiosas que não são fáceis de explicar com argumentos. **237.** Deve-se observar com extremo cuidado em que medida o ridículo deve ser tratado pelo orador, ponto que colocamos em quarto lugar, em nossa investigação. De fato, as pessoas não riem de uma perversidade notável, mesmo quando ligada a um crime, nem de uma desgraça notável vivida, pois querem que os criminosos sejam feridos com uma força maior do que a do ridículo, não querem que se zombe dos desgraçados, a não ser que acaso se vangloriem. Deve-se poupar sobretudo aqueles por quem as pessoas têm afeto, a fim de que não se ataque imponderadamente os que são amados. Em primeiro lugar, então, cumpre empregar esta moderação quando se faz uma brincadeira. **238.** Assim, é muito mais fácil brincar com o que não é digno de muito ódio ou de grande misericórdia. Por isso, toda a matéria do ridículo reside nos vícios que se encontram na vida dos homens que não são estimados, desafortunados ou que aparentam, por um crime, serem merecedores de castigo; eles, quando recebem um tratamento adequado, provocam o riso. **239.** Há também uma bela matéria para gracejos

na deformidade e nos defeitos do corpo; mas investigamos o mesmo que é acima de tudo preciso investigar nas demais questões: em que medida. A esse respeito, preceitua-se não apenas que se brinque de maneira estúpida, mas também que, se houver possibilidade de um gracejo completamente absurdo, cumpre que o orador evite um e outro, a fim de que a brincadeira não seja bufonesca ou farsesca. Quanto a seus tipos, facilmente os compreenderemos agora, quando passarmos propriamente aos gêneros do ridículo.

De fato, dois são os gêneros de gracejos, dos quais um recebe tratamento de acordo com a matéria, outro, com a palavra. **240.** De acordo com a matéria, se em algum momento se fizer alguma narração à maneira de uma pequena história, como outrora tu, Crasso, fizeste contra Mêmio: disseste que ele havia comido o braço de Largo, porque havia brigado com ele em Tarracina por causa de uma queridinha. Toda a narração foi picante e, todavia, tu mesmo a forjaste; acrescentaste, como conclusão, que por toda Terracina, então, havia inscrições em todas as paredes com três letras “L” e duas letras “M”. Quando perguntaste de que se tratava, um velho da província teria te respondido: *lacerat lacertum Largi mordax Memmius* [“Mêmio, o mordaz, dilacera o braço de Largo”]. **241.** Percebeis quão gracioso é este gênero, quão elegante, quão oratório, quer tenhamos de fato algo que possamos narrar, ainda que seja preciso acrescentar algumas pequenas mentiras, quer o inventemos. A virtude deste gênero é a seguinte: de tal forma demonstrar os fatos, que se expressem os costumes daquele de que narras, sua fala, todas as suas expressões; que eles pareçam, a quem ouve, produzir-se e acontecer naquele momento. **242.** É igualmente ridículo pela matéria aquele que costuma ser tomado de uma imitação distorcida, como o mesmo Crasso: “Por tua nobreza, por tua família!”. Que outro motivo houve para que a assembléia risse, senão aquela imitação de expressão e de voz? Quando disse “por tuas estátuas!” e, estendendo o braço, fez um pequeno acréscimo de gesto, rimo-nos muitíssimo. A este gênero pertence aquela imitação que Róscio fez do velho: “Para ti, Antifonte, planto estas sementes”, diz ele. Quando o ouço, são as palavras de velhos que ouço. E todo o ridículo que concerne propriamente a este gênero é de tal natureza que deve receber um tratamento extremamente cauteloso. De fato, se a imitação, bem como a obscenidade, é excessiva, será própria dos mimos e dos etólogos. É preciso que o orador se apodere da imitação de tal forma que o ouvinte pense mais do que veja; que dê mostra de sua nobreza e pudor evitando a torpeza das palavras e a obscenidade da matéria. **243.** Esses são, portanto, os dois gêneros do ridículo que residem na matéria. Eles são próprios dos gracejos contínuos, em que se descrevem e se forjam os costumes dos homens de tal forma que se perceba sua natureza por meio de alguma narração ou se revelem em algum vício notável para o riso pela breve inserção de uma imitação. **244.** Já o ridículo que reside no dito é aquele que é provocado por certa agudeza de uma palavra ou sentença. Porém, tal como naquele primeiro gênero de narração ou imitação é preciso evitar a semelhança com os mimos e os etólogos, também

neste é preciso que o orador se afaste completamente da mordacidade dos bufões. Como, então, distinguiremos de Crasso, de Cátulo, dos demais, Grânio, vosso conhecido, ou Vargula, meu amigo? Isso, por Hércules, a mim, ao menos, nunca ocorreu, pois eles são mordazes; do que Grânio, então, ninguém é mais mordaz. Penso que, em primeiro lugar, não devemos, sempre que se apresentar uma oportunidade de falar alguma agudeza, ter a obrigação de dizê-la. **245.** Apresentou-se uma testemunha de baixa estatura. Filipe pergunta: “Posso interrogá-lo?” Responde então o pretor, às pressas: “Desde que brevemente”. Nesse momento aquele retruca: “Não o impugnarás. Interrogarei um pequenino”. Ridículo. Porém, estava presente um juiz, Lúcio Áurifex, ele mesmo mais baixo ainda do que a testemunha - todo o riso voltou-se contra o juiz; o ridículo deu a impressão de ser inteiramente bufonesco. Logo, os gracejos que podem se voltar contra quem não se deseja, ainda que belos, são, pelo próprio gênero, bufonescos. **246.** Tal como esse que se pretende mordaz - e, por Hércules, Ápio o é, mas por vezes cai nesse vício bufonesco. Disse ele a Caio Séxtio, um caolho, meu conhecido: “Jantarei em tua casa, pois vejo que há lugar para um”. Isso é bufonesco por dois motivos: porque o provocou sem motivo e por ter falado, todavia, algo que quadrava a todos os caolhos. As pessoas riem menos de tais coisas, por julgarem que foram planejadas. A resposta de Séxtio foi excelente e improvisada: “Lava as mãos e janta.” **247.** A consideração da ocasião, bem como a moderação da própria mordacidade, a temperança e a raridade dos ditos espirituosos distinguirão o orador do bufão; e também porque, quando defendemos uma causa, nós o fazemos, não para parecermos engraçados, mas para trazer algum benefício, enquanto eles o fazem o tempo todo e sem motivo. De fato, o que consegui Vargula, ao dizer, quando o candidato Aulo Semprônio, junto com seu irmão Marco, o abraçava: “escravo, afasta as moscas!”. Buscava o riso, que é, a meu parecer, o mais insignificante fruto da inteligência. Controlaremos, então, a ocasião de dizer algo engraçado com a prudência e a seriedade; oxalá tivéssemos uma arte para tais coisas! Mas a natureza é soberana.

248. Exponhamos agora, de maneira resumida, os próprios gêneros que mais provocam o riso. Seja a primeira divisão a seguinte: o que se diz com graça apresenta alguns gracejos no tema, outros, na palavra; e os homens se deleitam ao extremo se em algum momento o riso é provocado pelo tema e pela palavra conjuntamente. Mas lembrai-vos do seguinte: quaisquer que sejam os tópicos que eu aborde de onde se pode extrair o ridículo, de quase todos eles é possível extrair pensamentos sérios. Importa apenas o fato de se empregar a seriedade nos casos honrosos e severos, a brincadeira nos horrendos e, por assim dizer, degradantes; por exemplo, com as mesmas palavras podemos elogiar um escravo honesto e, se é patife, ridicularizá-lo. Há uma antiga piada de Nero sobre um escravo ladrão: é o único para quem não há nada fechado ou trancado em casa, o mesmo que se costuma dizer sobre um bom escravo. Mas isso ocorre até com as mesmas palavras; tudo, porém, nasce dos mesmos tópicos. **249.** O que a mãe de Esp. Carvílio disse a ele, que mancava fortemente devido a um

ferimento sofrido pela república e que, por isso, envergonhava-se de aparecer em público: “Por que não saís, Espúrio querido? a cada passo que deres te virão à mente as tuas virtudes” é ilustre e sério; o que Gláucia disse a Calvino, que mancava: “Onde está aquele velho? Estará manquejando [*claudicat*]? Ora, esse homem é vacilante [*clodicat*]!” é risível; e um e outro foram tirados daquilo que se pôde observar no manquejar. Cipião falou seriamente: “Que há de mais ignavo do que este Névio?”. Felipe, em contrapartida, falou bastante ridiculamente contra um homem que cheirava mal: “Percebo que estou cercado por ti.” Mas a semelhança de uma palavra trocada por uma letra une os dois gêneros.

250. As ambigüidades são consideradas extremamente engenhosas, mas nem sempre consistem numa brincadeira, muitas vezes, também, em seriedade. P. Licínio Varo disse ao Africano, o velho, que, num banquete, tentava ajustar uma coroa à cabeça, uma vez que se rompia com enorme freqüência: “Não te admireis se ela não te serve, pois grande é tua cabeça.” Isso é louvável é honroso. Ora, do mesmo gênero é o seguinte comentário: “Basta a Calvo, porque fala pouco.” Resumindo: não há qualquer tipo de brincadeira de que não se possa extrair idéias sérias e graves. 251. E deve-se perceber também o seguinte: nem tudo o que é risível é gracioso. De fato, o que pode ser mais risível do que um bufão? Mas rimos de sua boca, de sua expressão, da imitação que faz dos caracteres, de sua voz, de seu próprio corpo, enfim. Posso dizer que ele é engraçado; não, porém, da maneira que gostaria que um orador fosse, mas como um ator de mimos. Por isso, esse primeiro gênero, que mais provoca o riso, não nos diz respeito: o rabugento, o supersticioso, o desconfiado, o fanfarrão, o tolo; rimos de sua própria natureza; tais personagens, costumamos criticá-las, não interpretá-las. 252. O segundo gênero está na imitação, bastante risível; mas a nós só é permitido de maneira furtiva, se for o caso, e de passagem: de outro modo, não é nada próprio de um homem livre; o terceiro, a contorção da boca, não é digno de nós; o quarto, a obscenidade, não é digno do fórum apenas, mas sequer de um banquete de homens livres. Retirados, então, tantos elementos do âmbito do orador, restam os gracejos, que parecem residir, conforme dividi anteriormente, no tema ou na palavra. De fato, aquilo que é engraçado quaisquer que sejam as palavras que se empregam, está contido no tema; o que perde a graça com a mudança das palavras tem todo o seu humor nas palavras.

253. As ambigüidades são antes de tudo engenhosas e concernem à palavra, não ao tema. Porém, não provocam muito riso com freqüência: são antes elogiadas como belas e refinadas observações; como aquela contra Tício, que, por jogar péla com entusiasmo e crer-se que quebrara estátuas sagradas durante a noite, quando seus amigos o procuravam, por não ter aparecido no Campo de Marte, Vespa Terêncio o desculpou dizendo que quebrara um braço; como aquela do Africano, que está em Lucílio:

Quid Decius? Nuculam an confixum vis facere? inquit.

254. Como teu amigo Grânio, Crasso: “Não vale um sextante”. E, se o quereis saber, aquele que é chamado de mordaz sobressai-se principalmente neste gênero; mas outros elementos provocam maior riso. Por si mesma, a ambigüidade é apreciada, e isso, como disse anteriormente, de maneira extrema; de fato, parece próprio de alguém engenhoso ser capaz de fazer o sentido de uma palavra passar a outro, e que outros o compreendam, mas provoca mais admiração do que riso, a não ser que, em algum momento, incida também em outro gênero de ridículo.

255. Passarei tais gêneros em revista, evidentemente. Ora, sabeis que é conhecidíssimo o gênero de ridículo em que esperamos uma coisa mas se fala outra. Se ele é misturado também à ambigüidade, torna-se muito engraçado, como parece ser o caso daquele homem misericordioso que vê um condenado ser conduzido. Ele pergunta: “Ele é escravo por quanto dinheiro?” - “Mil moedas.” Se tivesse acrescentado apenas “Pode levar!”, teríamos aquele gênero de ridículo que supera as expectativas. Porém, como acrescentou: “Nada acrescento, pode levar!”, com o acréscimo de outro gênero ambíguo de ridículo, foi engraçadíssimo, segundo me parece. Este gênero é extremamente gracioso quando, numa altercação, roubamos uma palavra do adversário e com ela, como Cátulo fez com Felipe, atacamos exatamente aquele que nos feriu. 256. Ora, como vários são os tipos de ambigüidade, a respeito dos quais há uma teoria bastante precisa, será preciso atentar às palavras e espreitá-las. Nesse gênero, para que evitemos o que é frígido - pois devemos cuidar para que não julguem que falamos de maneira afetada - falaremos inúmeras coisas de maneira aguda. Outro gênero é aquele que apresenta uma pequena mudança da palavra e que, quando apoiado numa letra, os gregos chamam de paronomásia. Como, por exemplo, “Nobilior, mobílior”, de Catão. Ou, como o mesmo Catão, quando disse a alguém: “vamos deambular” e aquele perguntou: “Que necessidade havia do *de*?” Catão respondeu: “Na verdade, que necessidade havia de *ti*?” Ou aquela resposta do mesmo Catão: “Se tu és adverso e averso, és impudico”. 257. Também a interpretação de um nome tem sagacidade quando se converte ao ridículo o motivo de alguém ser assim chamado, como, por exemplo, eu disse, há pouco tempo: Númio, o distribuidor de dinheiro, tal como Neoptólemo, diante de Tróia, encontrou seu nome no Campo de Marte. E todos esses gracejos estão contidos na palavra. Muitas vezes, também, insere-se um verso graciosamente, seja como ele é, seja levemente alterado, ou uma parte do verso, como o de Estácio, citado por Escauro, que estava irado (há quem diga que foi desse episódio que nasceu a tua lei da cidadania, Crasso):

Silêncio! Que gritaria é essa? Quem não tem mãe ou pai
Tem tanta confiança? Deixem de lado essa soberba!

De fato, no caso de Célio, também foi extremamente útil à tua causa, Antônio, aquele gracejo, quando ele (que tinha um filho bastante delicado), como testemunha, afirmou que o dinheiro havia deixado a sua posse; quando já se afastava de ti, disseste:

Percebes que o velho foi tocado em trinta minas?

258. Nesse gênero reúnem-se também os provérbios, como aquele de Cipião, por exemplo, quando Aselo se vangloriava de ter percorrido as províncias enquanto servia no exército. Ele disse: “Leva o asno” etc. Por isso, uma vez que, quando se mudam as palavras, não consegue manter a mesma graça, deve-se considerar que se apóiam, não no tema, mas nas palavras. 259. Há também um gênero apoiado na palavra que não carece de graça, baseado no seguinte: quando se parece entender algo literalmente, não de acordo com a idéia; Tútor, um mímico antigo extremamente engraçado, baseia-se inteiramente nesse gênero. Mas afasto-me dos mímicos: quero que o gênero desse tipo de ridículo seja notado por um assunto insigne e conhecido. Pertence a esse gênero aquele gracejo que fizeste há pouco tempo para aquele homem que te perguntou se te seria incômodo se fosse a tua casa antes do amanhecer. Respondeste: “não serás incômodo”. Ele perguntou: “Ordenarás, então, que te acordem?”. E tu: “Com certeza eu havia dito que não me serias incômodo!” 260. Pertencente a esse mesmo gênero é aquele antigo: contam que o famoso Cipião Maluginense, quando anunciava que Acidino se elegera cônsul pela sua província e o arauto lhe disse: “Fale a respeito de L. Mânlio.” Ele respondeu: “considero que ele é um homem honesto e um cidadão ilustre.” Ridícula também é a resposta de L. Nasica ao censor Catão. Quando este lhe perguntou: “De acordo com o pensamento de teu ânimo, tens esposa?” Ele respondeu: “Por Hércules, não de acordo com o pensamento de meu ânimo.” Esses são frígidos ou então engraçados, quando se espera outra coisa. De fato, por natureza, como disse anteriormente, deleitamo-nos com nosso próprio erro. Por isso, quando somos como que enganados por nossa expectativa, rimos. 261. Também se apóiam nas palavras os gracejos que são derivados de um discurso mudado, ou da metáfora de uma única palavra, ou da inversão de palavras. Da mudança, como, por exemplo, Rusca, outra, quando propôs uma lei, M. Servílio, o dissuasor, lhe perguntou: diz-me, M. Pinário, quando falar contra ti, falarás mal de mim, como fizeste com os demais?” Ele respondeu: “Colherás o que plantaste.” 262. Da metáfora, como, por exemplo, quando o famoso Cipião, o velho, disse ao coríntios, que lhe prometiam erigir uma estátua no lugar onde havia estátuas de outros comandantes, que não gostava de esquadrões de cavalaria. Invertem-se as palavras como quando, por exemplo, Crasso defendeu Aculeão perante o juiz M. Peperna, enquanto L. Élio Lâmia, um homem deformado, como sabeis, defendia Gratidiano contra Aculeão. Como ele o interpelou de maneira odiosa, Crasso disse: : “Ouçamos esse rapaz bonitinho.” Quando se riu, Lâmia

disse: “Não pude moldar minha beleza, mas meu engenho.” Então Crasso disse: “Ouçamos esse orador expressivo.” Riu-se muito mais ainda. Também são muito graciosos, tal como nos pensamentos graves, também nos gracejos - de fato, disse há pouco que uma é a matéria da brincadeira, outra, a da seriedade, mas o método dos gêneros e dos tópicos é um só. **263.** Ornam, então, sobremaneira o discurso as palavras relatadas contrariamente. Muitas vezes esse mesmo gênero é também engraçado. Como quando o famoso Sérvio Galba, por exemplo, submeteu a L. Escribônio, tribuno da plebe, uma lista de juízes composta de seus amigos, e Libão disse: “Mas quando é que sairás de teu triclinio, Galba?” Ele respondeu: “Quanto tu saíres do quarto alheio.” Não dista muito desse gênero sequer o que Gláucia disse a Metelo: “Tens uma vila no território de Tibur, uma coorte no Palatino.”

264. Considero ter abordado os tipos de gracejos baseados nas palavras; os baseados nos temas são mais numerosos e, como disse anteriormente, são considerados mais engraçados. Entre eles encontra-se a narração, algo bastante difícil, pois é preciso apresentar e colocar diante dos olhos elementos que não apenas pareçam verossímeis, o que é próprio da narração, mas que também sejam um pouco torpes, o que é próprio do ridículo. Por uma brevidade maior, sirva de exemplo a narração de Crasso sobre Mêmio a que fiz menção anteriormente. E atribuamos a esse gênero também as narrações dos apólogos. **265.** Tira-se esse tipo de gracejo também da história, como quando Sex. Títio disse que era uma Cassandra. Antônio lhe respondeu: “poderia citar os vários Ajax Oileus que tiveste”. Há um gracejo tirado também de uma semelhança, que apresenta uma comparação ou um retrato, por assim dizer. A da comparação é como quando o famoso Galo testemunhou, outrora, contra Pisão, afirmando que este dera uma soma inumerável de dinheiro a seu prefeito, Mágio, e Escauro o refutou alegando a pobreza de Mágio. Pisão respondeu: Estás enganado, Escauro, pois não alego que Mágio guardou o dinheiro, mas que, tal como um homem nu colheria nozes, o guardou em seu ventre.” Tal como aquele de M. Cícero, o velho, pai de nosso excelente amigo: “Os nossos conterrâneos são semelhantes aos escravos sírios: quanto mais grego sabem, mais imprestáveis são.” **266.** Também são muito engraçados os retratos, que quase sempre são direcionados contra uma deformidade ou algum defeito corporal juntamente com a semelhança de algo mais deformado, como aquele meu contra Hélvio Mância: “Mostrarei agora como és.” Quando ele respondeu: “Mostra, por favor”, eu aponte para um gaulês deformado que estava pintado no escudo cimbriaco de Mário, *sub Novis*, com a língua para fora, com as bochechas flácidas. Seguiu-se uma gargalhada, pois nada parecia mais semelhante a Mância. Tal como disse a Pinário, uma testemunha que torcia a boca enquanto falava: se quisesse falar alguma coisa, que primeiro quebrasse a noz em sua boca”. **267.** Também aqueles que são enunciados para causar uma admiração incrível, seja para diminuir, seja para aumentar, tal como tu, Crasso, numa assembléia popular: “Mêmio cria-se tão alto que, quando descia

ao fórum, abaixava a cabeça ao passar pelo arco de Fábio.” Também a esse gênero pertence aquilo que, segundo se diz, Cipião, irritado com C. Metelo, lhe teria dito em Numância: “Se tua mãe desse à luz um quinto filho, daria à luz um asno!” 268. Ocorre uma sugestão sagaz quando se explica algo obscuro e misterioso com uma coisa e, muitas vezes, com uma palavra, breves, como quando P. Cornélio, homem, segundo se cria, ganancioso e propenso ao roubo, mas bastante corajoso e bom comandante, agradecia a C. Fabrício por o haver eleito cônsul, apesar de ser seu inimigo, sobretudo em meio a uma guerra grande e importante. Ele disse: “Não tens por que me agradecer se preferi ser pilhado a aparecer”.

269. Também a ironia é urbana, quando se fala uma coisa e se pensa outra, não naquele gênero de que falei anteriormente, quando se diz o contrário, como Crasso a Lâmia, mas quando se brinca seriamente com todo o gênero do discurso, quando se pensa uma coisa e se fala outra, como, por exemplo, o nosso Cévola fez com o famoso Septumuleio Anagnino, que recebera ouro pela cabeça de C. Graco, pedindo-lhe que o levasse para a Ásia como prefeito. Ele respondeu: “O que queres, insano? Tamanha é a multidão dos cidadãos desonestos, que posso te confirmar que, se permaneceres em Roma, em poucos anos chegarás às maiores riquezas.” 270. Fânio, em seus *Anais*, afirma que Africano Emiliano se dedicou a esse gênero, e o chama de “irônico” usando o termo grego; porém, como afirmam os que entendem mais do assunto, considero que Sócrates superou a todos, nesta ironia e dissimulação, por sua graça e refinamento. Trata-se de um gênero extremamente elegante e que mistura o humor à seriedade, adequado não apenas aos discursos oratórios, mas também às conversas urbanas. 271. E, por Hércules, tudo isso que estou a discutir sobre os gracejos não é um condimento maior das ações forenses do que de qualquer conversa. De fato, tal como o que está em Catão, que refere muitos, dos quais citei inúmeros para minha exemplificação, parece-me muito engenhoso o que C. Públicio costumava dizer: “P. Múmio é um homem para qualquer ocasião.” Assim, a coisa claramente se dá de tal forma, que não existe nenhuma ocasião da vida em que não convenha ocupar-se da graça e do refinamento. 272. Mas torno aos demais. Muito próximo da ironia é quando se denomina algo vicioso por uma palavra honrosa, como, por exemplo, quando Africano, como censor, expulsava de sua tribo o centurião que não havia estado presente à batalha de Paulo, embora afirmasse que permanecera no acampamento para manter a guarda e perguntasse o motivo de ser repreendido. Ele respondeu: “Não gosto de pessoas cuidadosas demais”. 273. Além disso, é agudo quando se tira do discurso de outro um sentido diferente do que pretendia, como, por exemplo, Máximo fez com Salinátor, quando, apesar da queda de Tarento, Lívio conseguira reter a sua cidadela e, a partir dela, realizara muitos combates ilustres; quando, anos depois, Máximo reconquistou aquela cidade e Salinátor pediu que se lembrasse de que Tarento fora reconquistada com seu esforço, ele respondeu: “Como não me lembraria? Eu nunca a teria reconquistado se não a

tivesses perdido.” 274. Há também aqueles gracejos completamente absurdos, mas por isso mesmo, muitas vezes engraçados, muito apropriado não apenas aos mimos, mas também a nós, de certa forma:

“- Homem estúpido,
Depois que começou a ter dinheiro, morreu.”
“O que essa mulher é tua? - Esposa. - É parecida contigo, pelo deus da fé!
No tempo em que foi aos banhos, nunca morreu.”

Esse gênero é pouco importante e, como disse, próprio dos mímicos; porém, por vezes tem lugar também entre nós, como, por exemplo, quando alguém que não é estúpido fala algo estúpido com humor; como Mância fez contigo, Antônio, quando ouviu que estavas sendo acusado de corrupção eleitoral, quando censor. Ele disse: “enfim poderás fazer o teu negócio para ti mesmo!” 275. As pessoas consideram essas coisas muito engraçadas e, por Hércules, tudo que os prudentes dizem, por ironia, de maneira totalmente absurda e espirituosa. Como Pontídio, por exemplo: “Como julgas aquele que é flagrado em adultério?” - “Lento!” Como eu, que, num recrutamento, respondi a Metelo, que não aceitou minha desculpa da vista, dizendo: 276. “Então nada vês?” Respondi: “Da porta esquilina, vejo tua vila”. Como o gracejo de Nasica, que, quando foi à casa do poeta Ênio, uma serva respondeu a ele, que perguntava por Ênio da entrada, que ele não estava em casa; Nasica percebeu que ela dissera isso por ordem de seu senhor, e que ele estava lá dentro. Poucos dias depois, quando Ênio foi à casa de Nasica e perguntou por ele à porta, Nasica grita que não está em casa. Então Ênio diz: “O quê? Eu não conheço a tua voz?” Nesse momento Nasica replicou: “És um impudente. Eu, quando te procurei, acreditei quando tua serva disse que não estavas em casa, e tu não acreditarás em minha própria pessoa?”

277. Também é belo aquele gracejo em que se zomba daquele que disse no mesmo gênero em que o disse, como, por exemplo, quando Q. Opímio, um consular, que ouvia mal desde muito jovem, disse a Egídio, que parecia ser mais mole ainda, embora não o fosse: “E quanto a ti, minha Egídia? Quando virás a minha casa com tua roca e tua lâ?” Ele respondeu: “Não ousa fazê-lo, por Pólux. Pois minha mãe me proibiu de me aproximar de mulheres de má reputação.” 278. Também são engraçados os gracejos que apresentam uma suspeita oculta de ridículo. A esse gênero pertence aquele do siciliano: quando um amigo se queixava a ele, dizendo que sua esposa o suspendera de uma figueira, ele respondeu: “Por favor, dê-me alguns enxertos dessa árvore, para que eu os plante.” A esse mesmo gênero pertence a observação que Cátulo fez a um mau orador. Como ele julgasse que provocara misericórdia em seu epílogo, perguntou-lhe, depois de se sentar, se lhe parecia que seu

discurso havia provocado misericórdia. Cátulo respondeu: “Não creio que haja um só homem tão duro a quem teu discurso não tenha parecido digno de misericórdia.” 279. Contudo, por Hércules, também me fazem rir os gracejos irritados e como que mal-humorados. De fato, quando eles são ditos por alguém mal-humorado, não se ri da piada, mas de sua natureza. Nesse gênero, segundo me parece, é engraçadíssimo aquele gracejo que se encontra em Névio:

- Por que choras, pai?

- Te admira que eu não esteja cantando? Fui condenado.

Como que contrário a esse gênero é o do ridículo paciente e lento, como, por exemplo, quando Catão foi atacado por aquele que carregava um baú: quando este disse, depois, “cuidado”, ele perguntou se portava outra coisa além de um baú. 280. Existe também a repreensão engraçada da estupidez, como no caso daquele siciliano, a quem o pretor Cipião dava, como patrono de sua causa, seu hóspede, um homem nobre, mas absolutamente estúpido. Ele disse: “Por favor, pretor, dê esse patrono a meu adversário, em seguida, não me dê nada.” Também provoca o riso aquilo que se explica por meio de uma conjectura de maneira bastante distante da realidade, mas aguda e harmoniosa, como quando Escauro acusou Rutilio de corrupção eleitoral, sendo que o próprio Escauro havia sido eleito cônsul, enquanto Rutilio fora derrotado. Em seus registros, mostrou as letras A. F. P. R., dizendo que significavam “feito por lealdade a P. Rutilio”. Já Rutilio dizia que significavam “primeiro feito, depois, relatado”. C. Cânio, cavaleiro romano, quando defendia Rufo, brada que aquelas letras não querem dizer nenhuma das duas coisas. Escauro perguntou: “Mas o que, então?” Ele respondeu: “Emílio fez, Rutilio paga”.

281. Também se ri das incongruências: “o que falta a ele além de patrimônio e virtude?” Também é elegante a repreensão amigável de alguém que está errando, por assim dizer, como quando Grânio censurou Álbio pelo fato de, embora algo tivesse sido provado por Albúcio por meio de seus registros, estava muito contente com a absolvição de Cévola, sem perceber que ele fora julgado contra os seus registros. 282. Semelhante a esta é também a advertência amigável quando se dá um conselho, como, por exemplo, quando Grânio estava tentando convencer um mau patrono, que ficara rouco enquanto discursava, a beber vinho misturado com mel frio assim que voltasse para casa. Ele disse: “Eu perderei a voz, se fizer isso”. “É melhor perder a voz, respondeu, do que o réu.” 283. É elegante também quando se fala algo adequado a cada situação, como, por exemplo, quando Escauro era objeto de alguma inveja pelo fato de ter entrado na posse dos bens de Pompeu Frigião, homem rico, sem testamento, e se sentou como advogado de defesa de Béstia; quando se conduzia uma procissão fúnebre, C. Mêmio, o acusador, disse: “vê, Escauro, um morto está sendo levado, se podes entrar na

posse.” 284. Porém, de todos eles, nada é mais engraçado do que o que supera a expectativa. Há inúmeros exemplos disso, como o de Ápio, o velho, que disse no senado, quando se discutia sobre as terras públicas e a lei tória, e quando Luculo era processado pelos que diziam que o seu gado estava pastando nas terras públicas: “Aquele não é o gado de Luculo, estais enganados - ele parecia estar defendendo Luculo -; julgo que ele é livre, pasta onde lhe apraz”. 285. Agrada-me também o gracejo do famoso Cipião, que bateu fortemente em Ti. Graco. Quando M. Flaco, depois de lhe lançar muitas injúrias, lhe trouxe P. Múcio como juiz. Ele disse: “Recuso-o, pois é iníquo.” Como houve um rumor, continuou: “Ora, senhores senadores, não o recuso por ser iníquo a mim, mas a todos.” Mas nada mais gracioso do que a deste Crasso, aqui. Quando Silo, em seu testemunho, prejudicou Pisão, por haver relatado o que ouvira dizer contra ele. Ele disse: “Pode ser, Silo, que a fonte de onde afirmas ter ouvido isso estivesse irado ao dizê-lo.” Silo anuiu. “Pode ser também que não o tenhas entendido bem.” Também anuiu a isso com toda a sua cabeça, como se a oferecesse a Crasso. Ele continuou: “Pode também ser que nunca tenhas ouvido o que afirmas ter ouvido.” Isso aconteceu tão inesperadamente, que a testemunha foi esmagada pelo riso de todos. Nívio está repleto desse gênero (é conhecida a brincadeira: “Ainda que sejas sábio, se sentires frio, tremerás.”), entre inúmeras outras. 286. Muitas vezes, também, pode-se conceder com humor ao adversário exatamente aquilo que ele tira de ti, como C. Lélio, por exemplo, quando alguém oriundo de má estirpe lhe disse que era indigno de seus antepassados. Ele respondeu: “Contudo, por Hércules, tu és digno dos teus.” Muitas vezes, ainda, falam-se coisas jocosas de maneira sentenciosa, como, por exemplo, M. Cíncio, no dia em que propôs uma lei concernente aos presentes e às dádivas. Quando C. Cento se aproximou e perguntou, em tom ultrajante: “O que propões, Cincinho?” Ele respondeu: “Que compres, Caio, se quiseres usar alguma coisa.” 287. Muitas vezes é também engraçado quando se deseja o que é impossível, como quando, por exemplo, M. Lépidio, quando deitou-se na grama enquanto os demais se exercitavam no Campo de Marte. Ele disse: “Gostaria que isto fosse trabalhar.” Também é engraçado responder com um *não* de maneira lenta àqueles que perguntam e como que interrogam, como, por exemplo, o censor Lépidio, quando expulsou M. Antístio Pirgense da ordem eqüestre e seus amigos vociferaram e lhe perguntaram o que ele responderia a seu pai ter sido o motivo da expulsão, uma vez que era um colono excelente, extremamente parco, modesto, frugal. Ele respondeu: “Que eu não acredito em nada disso.” 288. Os gregos reúnem mais alguns: as execrações, as admirações, as ameaças. Contudo, creio que eles foram divididos em muitos gêneros. De fato, aqueles que estão contidos na razão e na força da palavra quase sempre são certos e definidos. Na maior parte dos casos, como disse anteriormente, as pessoas costumam elogiá-los mais do que rir deles. 289. Já aqueles que se encontram no tema e no próprio pensamento, são inumeráveis no que diz respeito às partes, mas poucos no que concerne aos gêneros. De fato, provoca-se o riso quando se

enganam as expectativas e quando se zomba da natureza dos outros, indicando de maneira ridícula a de nós próprios, com a semelhança a algo mais torpe, com a ironia, dizendo-se coisas extremamente absurdas e repreendo as tolices. Assim, aquele que quiser discursar de maneira jocosa, deve estar imbuído como que de uma natureza e de um caráter apto a esses gêneros, de modo que a expressão do ridículo também seja adequada ao gênero de cada modo. Quanto mais sério e triste alguém é, como em teu caso, Crasso, mais engraçado costuma parecer aquilo que se diz.

290. Mas agora tu, Antônio, que disseste que descansarias de bom grado nesta hospedaria de minha fala, como se te hospedasses em Pontino, lugar que não é ameno ou salubre, considero que deves julgar já ter descansado o suficiente e que deves continuar a fazer o teu caminho restante.

- Na verdade, respondeu Antônio, fui recebido por ti com bom humor, tornando-me não apenas mais sábio por meio de ti, mas também mais ousado para fazer brincadeiras. De fato, não receio que agora alguém me considere muito baixo nesse gênero, uma vez que citaste como autoridades, para mim, os Fabricios, Africanos, Máximos, Catões, Lépidos. **291.** Mas tendes aí o que queríeis ouvir de mim, a respeito de que era preciso falar e refletir com bastante precisão. De fato, os demais pontos são mais fáceis, e todo o restante nascerá do que já foi dito.

Eu, com efeito, depois de assumir a defesa de uma causa e, na medida do possível, percorrer em pensamento todos os seus detalhes, depois de perceber e conhecer tanto os argumentos da causa quanto os tópicos com que se cativam os ânimos dos juízes e aqueles com que são influenciados, estabeleço, nesse momento, o que a causa apresenta de bom e de ruim. De fato, nenhuma questão pode ser chamada a debate ou controvérsia sem apresentar um e outro; mas o quanto apresenta de cada, eis o que importa. **292.** Costumo empregar, em meus discursos, o seguinte método: o que apresenta de bom, eu o tomo, adorno, exagero, nele demoro-me, detenho-me, fixo-me; já daquilo que apresenta de ruim ou vicioso, afasto-me, de modo, não a parecer que o estou evitando, mas que toda a dissimulação foi destruída pelo adorno e amplificação do que tem de bom. E se a causa está nos argumentos, contemplo sobretudo os mais sólidos, quer sejam vários, quer um só; mas se a causa está no cativar ou no emocionar, entrego-me principalmente àquela parte que é mais capaz de influenciar os ânimos dos homens. **293.** O ponto principal deste gênero, em suma, é o seguinte: se o discurso pode ter mais solidez na refutação do adversário do que na confirmação de nosso caso, lanço todos as minhas armas contra ele; se é mais fácil provar o nosso caso do que refutar o dele, tento afastar os ânimos da defesa adversária e levá-los à nossa. **294.** Por fim, tomo como lei dois pontos que parecem mais fáceis, uma vez que não o posso fazer com os mais difíceis: o primeiro é, por vezes, simplesmente não responder a um argumento ou tópico embaraçoso ou difícil. Talvez alguém se ria disso, e com justiça; de fato, quem há que não possa fazê-lo? No entanto, estou agora a tratar da minha capacidade, não da dos demais, e confesso que, se alguma questão me acossa com muita veemência, costumo

bater em retirada de tal forma, que não pareço fugir depois de baixar ou, mesmo, abandonar meu escudo, mas empregar, em meu discurso, beleza, pompa e uma fuga semelhante à luta; que paro em minha posição de modo a parecer ter batido em retirada, não para fugir do inimigo, mas para tomar posição. **295.** O segundo é aquele que, segundo penso, o orador deve sobretudo evitar e prever, e que costuma me trazer as maiores preocupações: não costumo consagrar meus esforços tanto a ajudar às causas quanto a não prejudicá-las de maneira alguma; não que não devamos nos esforçar em um e outro caso, mas é muito mais torpe a um orador parecer ter prejudicado sua causa do que não a ter ajudado. Mas por que agora vos entreolhai, Cátulo? Estareis a desprezar essas questões, desprezíveis que são?

- De forma alguma, respondeu ele; mas César parecia querer fazer uma observação exatamente sobre isso.

- Com todo o prazer, disse Antônio, seja para refutar, seja para perguntar.

296. Disse então Júlio: - No que me diz respeito, Antônio, por Hércules, sempre estive entre aqueles que diziam a teu respeito, como orador, que eras o único a me parecer, em teus discursos, bastante velado, e que era uma qualidade particular tua jamais ter falado alguma coisa que prejudicasse aquele que defendias. E guardo em minha memória o dia em que, na presença de muitos, numa conversa a teu respeito com este mesmo Crasso, na qual ele cobria tua eloquência de elogios, eu disse que, juntamente com as tuas demais qualidades, estava a maior delas: o fato de não apenas dizeres o que era necessário, mas também não dizeres o que não era necessário; **297.** Lembro-me então de ele me responder que tuas demais qualidades eram extremamente louváveis, e que era próprio de alguém desonesto e pérfido dizer algo que fosse alheio ao caso e prejudicial àquele que se defendia. Daí que lhe parecesse não apenas expressivo quem não o fazia, mas desonesto quem o fazia. Agora, Antônio, se te apraz, gostaria que demonstrasses o motivo de julgares de tal forma importante não causar mal algum à causa, que não te pareça existir algo mais importante num orador.

298. - Direi, sem dúvida, César, respondeu, o que penso; mas lembrai-vos, tu e vós, de que não estou falando da divindade, por assim dizer, do orador perfeito, mas da insignificância de meus exercícios e de minha prática. A resposta de Crasso é própria de uma inteligência distinta e singular; pareceu-lhe semelhante a uma monstruosidade poder encontrar-se um orador que cause algum mal em seu discurso e prejudique aquele que defende. **299.** Tira, com efeito, uma conclusão baseado em si mesmo; tamanho é o poder de sua inteligência, que julga que ninguém pode falar algo que seja contra si mesmo senão deliberadamente. Mas não estou a tratar de uma inteligência excepcional ou notável, mas quase vulgar e comum. Conta-se, por exemplo, que, entre os gregos, Temístocles, o célebre ateniense, era dotado de uma incrível grandeza de discernimento e inteligência; conta-se que um homem douto e sobremaneira erudito dirigiu-se a ele e prometeu que lhe ensinaria a arte da

memória, que então era divulgada pela primeira vez; quando perguntou o que aquela arte era capaz de realizar, o mestre lhe respondeu que seria capaz de lembrar-se de tudo; e Temístocles lhe teria respondido que o faria mais grato se ensinasse a esquecer o que queria do que a lembrar. 300. Percebes que poder tinha esse homem de inteligência agudíssima, quão poderosa e quão grande era sua mente? Ele deu tal resposta a fim de que pudéssemos compreender que nada, uma vez penetrado em seu ânimo, poderia alguma vez perder-se, uma vez que lhe seria preferível poder esquecer o que não queria lembrar a lembrar o que havia ouvido ou visto uma única vez. Porém, não é pela resposta de Temístocles que não devemos atentar à memória ou, pela sagacidade fora do normal de Crasso, que devemos deixar de lado a precaução e o receio em nossas causas. De fato, nenhum dos dois me fez menção de alguma capacidade, mas referiu-se à sua própria. 301. E, na verdade, inúmeros detalhes devem ser observados numa causa, qualquer que seja a parte do discurso, a fim de que não provoques alguma ofensa, não avances contra algo. Não raro uma testemunha não causa danos, ou quase nenhum, se não for provocada. Roga o réu, impelem-nos os advogados, a que ataquemos, falemos mal, enfim, interroguemos; não me comovo, não obedeço, não os satisfaço, nem, todavia, consigo com isso algum elogio; de fato, os ignorantes são mais facilmente capazes de repreender o que se disse estupidamente do que elogiar o que calaste com sabedoria. 302. Aqui, que grande mal sucede, se ofenderes uma testemunha irada, não estúpida, de não pouca importância, pois ela tem desejo de prejudicar na iracúndia, bem como força em sua natureza e peso na vida; e não é pelo fato de Crasso não cometer esse erro que muitos também não o façam com freqüência. Daí que, a mim, nada costume parecer mais torpe do que quando se segue, a uma palavra, resposta ou pergunta do orador, o comentário: “matou”. “O adversário”? “Na verdade, dizem, a si mesmo e àqueles que defende”. 303. Crasso considera que isso não pode acontecer senão por perfídia; eu, de minha parte, vejo inúmeras vezes acontecer que homens nem um pouco maus provoquem algum mal a suas causas. Aquilo que disse anteriormente (o fato de costumar bater em retirada e, para o falar abertamente, fugir daquilo que poderia prejudicar demais a minha causa), quando os demais não o fazem, encontrando-se no acampamento dos inimigos e mandando embora suas defesas, acaso provocam pouco prejuízo a suas causas, quando aumentam os reforços dos adversários ou quando provocam um ferimento que não são capazes de curar? 304. Ora, quando não levam em conta as pessoas que defendem, se apresentam algo de odioso, não as mitigam, atenuando-o, mas, elogiando-o e elevando-o, o tornam ainda mais odioso, quanto mal, eu vos pergunto, não há nisso? Ora, se atacares pessoas caras e agradáveis aos juízes de maneira dura e insultuosa, sem qualquer preparação do discurso, acaso não afastarás de ti os juízes? 305. Ora, se há algum vício ou inconveniência em um ou mais dos juízes, tu, ao criticá-los nos adversários, não és capaz de perceber que estás atacando os juízes, seria isso um erro de pouca importância? Se, ao defenderes alguém, fizesses do processo uma questão pessoal ou, provocado,

fosses tomado pela iracúndia, deixando de lado a causa, em nada a prejudicarias? Em casos assim, eu, não por gostar de ser atacado, mas porque não gosto de deixar minha causa de lado, sou considerado extremamente paciente e indiferente, tal como quando te censurava, Sulpício, por te voltares aos assessores, não ao adversário. Disso também busco que, se alguém acaso me insultar, pareça petulante ou absolutamente insano. 306. Já no que concerne aos argumentos propriamente ditos, se apresentares algo claramente falso, ou contrário ao que havias dito ou ao que disseres, ou afastado, pelo próprio gênero, da prática dos julgamentos e do fórum, acaso não o prejudicarás em nada? Por que me alongar? Toda a minha preocupação costuma residir sempre no seguinte ponto - poderia dizer inúmeras vezes: se possível, causar algum bem com meu discurso; caso contrário, com certeza não causar algum mal.

307. Sendo assim, torno agora, Cátulo, àquele ponto em que há pouco me elogiavas, a ordem e a colocação da matéria e dos tópicos. Seu método é de dois tipos: um, que a natureza das causas oferece; outro, que é aprestado pelo juízo e pela prudência dos oradores. Com efeito, o fato de falarmos algo antes do caso em questão, de, em seguida, expô-lo, depois, de o provarmos pela confirmação de nossas defesas, pela refutação das do adversário, por fim, de concluirmos e, assim, perorarmos, isso é a própria natureza do discurso que o prescreve. 308. Já o fato de decidirmos o que devemos falar para provar e instruir, o modo de o concatenar, isso é próprio sobretudo da prudência do orador. De fato, ocorrem-nos muitos argumentos, muitos elementos que podem parecer úteis em nosso discurso; mas parte deles é tão insignificante, que cabe desprezá-los; parte, ainda que tenha algum proveito, é por vezes de tal natureza que apresenta em si algum vício e não é de tanto valor o que parece ser útil que se junte a algum mal. 309. Já no que concerne aos argumentos que são úteis e sólidos, se eles, todavia, como muitas vezes acontece, são excessivamente numerosos, considero que é preciso apartar e remover do discurso os que, dentre eles, são de menor peso ou semelhantes aos de maior importância. De minha parte, quando reúno os argumentos de minhas causas, não costumo tanto contá-los quanto pesá-los. 310. E uma vez que, como já disse mais de uma vez, induzimos os homens a um parecer favorável por três meios, instruindo-os, cativando-os ou comovendo-os, apenas um desses elementos deve ser levado para diante de nós, de modo a que não pareçamos querer outra coisa senão instruí-los; os outros dois, tal como o sangue pelos corpos, devem estar espalhados ao longo de todo o discurso. De fato, tanto os exórdios quanto as demais partes do discurso, a que logo acenaremos, devem ter em grande medida o poder de penetrar as mentes dos juízes, a fim de influenciá-las. 311. Porém, embora o lugar mais apropriado para essas partes do discurso que, apesar de nada instruírem pela argumentação, são extremamente eficazes pela persuasão e pela comoção, resida no exórdio e na peroração, não raro é útil, a fim de influenciar os ânimos, desviar-se daquilo que se propôs e se defende. 312. Assim, muitas vezes, depois de narrada e exposta a matéria, oferece-

se a oportunidade de uma digressão que almeje influenciar os ânimos, ou depois que confirmamos nossos argumentos, refutamos os contrários, ou em ambos os casos, ou em todos, se a causa apresenta dignidade e riqueza, isso pode ser feito de maneira adequada; e as causas mais importantes e mais completas para a amplificação e para a ornamentação são aquelas que dão margem a uma digressão que permita que empreguemos os tópicos com que se impelem e refreiam os ímpetos dos ânimos dos ouvintes. **313.** E, ainda a esse respeito, repreendo aqueles que colocam em primeiro lugar os argumentos menos sólidos. Nesse aspecto, julgo que também erram aqueles que, se algumas vezes - algo que nunca foi de meu agrado - empregam diversos patronos, querem que fale em primeiro lugar aquele que consideram menos importante dentre cada um deles. De fato, a questão demanda que se atenda o mais rápido possível às expectativas dos ouvintes. Se não se satisfizer essa exigência logo de início, será preciso muito maior esforço no restante da causa. De fato, torna-se difícil o caso que não parece melhorar assim que se começou a discursar. **314.** Logo, no caso do orador, que o melhor venha em primeiro lugar, bem como, no caso do discurso, o que houver de mais sólido, contanto, todavia, que se guarde em ambos os casos o princípio de que aquilo que se sobressair deve servir também para a peroração. Se houver algum elemento mediano - pois em parte alguma deve haver lugar para o vicioso -, ele será lançado em meio à “turba” e ao “rebanho” [dos demais argumentos]. **315.** Feitas todas essas considerações, só então costumo refletir sobre o que cabe falar em primeiro lugar, a fim de o utilizar em meu exórdio. De fato, se alguma vez o quis descobrir em primeiro lugar, nada me ocorre que não seja árido, tolo, vulgar ou comum.

O começo do discurso deve ser sempre não apenas preciso, penetrante, munido de pensamentos, de palavras adequadas, mas também próprias das causas. De fato, há como que um primeiro conhecimento e recomendação do discurso no começo, e ele deve continuamente cativar e seduzir o ouvinte. **316.** A esse respeito, costumo admirar, não a esses, que não prestaram qualquer atenção a essa questão, mas um homem sobremaneira expressivo e erudito, Felipe, que costuma erguer-se para falar de tal forma, que não sabe que palavra empregará primeiro; e ele mesmo diz que costuma lutar apenas depois que seu braço aqueceu, sem perceber que aqueles mesmos [lutadores], de onde tira essa comparação, atiram suas primeiras lanças de maneira branda, de modo a se sujeitar sobretudo à graça e a cuidar da força que lhes resta. **317.** E não há dúvida de que o exórdio do discurso deve ser violento e pugnaz em poucos casos; ora, se naquela própria luta de vida ou morte travada pelos gladiadores, que é decidida pelo ferro, acontecem várias coisas, antes do embate, que parecem servir não para ferir, mas para dar espetáculo, quanto mais isso deve ser almejado no discurso, onde se exige não tanto a força quanto o deleite! Nada há, enfim, na natureza de todas as coisas, que se derrame totalmente e que, de súbito, se esvaia por inteiro. Assim, tudo que se dá ou que se faz de maneira muito dura, a própria natureza o entreteceu com começos mais brandos. **318.**

É preciso buscar esses exórdios, não em qualquer parte externa ao discurso, mas tomá-los das entranhas da própria causa. Por isso, depois de se examinar e investigar toda a causa, de se encontrar e preparar todos os tópicos, é preciso considerar que exórdio cumpre utilizar. **319.** Desse modo, também será facilmente encontrado, pois será retirado dos elementos que forem mais férteis dentre os argumentos ou aquelas partes com que, como disse, não raro é preciso fazer uma digressão; dessa forma, não apenas lhe darão algum impulso, quando forem tirados quase inteiramente do cerne da defesa, como também ficará evidente que não apenas elas não são comuns e não podem ser passadas a outras causas, mas que brotaram inteiramente da causa que então se defende.

320. Todo princípio deverá apresentar o significado de todo o caso que se defende, ou uma entrada e um acesso à causa, ou certo ornamento e dignidade. É preciso, porém, tal como acontece no caso das soleiras e dos acessos às casas e aos templos, antepor às causas princípios proporcionais aos casos. Assim, nas causas de pouca monta e de pouco público, muitas vezes é mais adequado começar pelo próprio caso. **321.** Porém, quando for necessário fazer uso de um exórdio, como acontecerá na maior parte das vezes, será possível tirar nossas idéias do réu, do adversário, do caso ou daqueles perante quem o defendemos. Do réu - chamo de réus aqueles a quem o caso [res] se refere -, idéias que demonstrem tratar-se de um homem honesto, generoso, infeliz, digno de misericórdia, que sirvam contra uma acusação falsa; do adversário, por sua vez, idéias quase contrárias, baseadas nos mesmos tópicos; **322.** do caso, se for cruel, abominável, inimaginável, imerecido, infeliz, ingrato, indigno, novo, se não puder ser reparado ou sanado; daqueles perante quem atuamos, que os tornemos benévolos, fazendo-os ter um bom julgamento a nosso respeito, algo em que se obtêm melhores resultados quando agimos do que quando pedimos. Isso deve ser espalhado por todo o discurso, e sobretudo no final; no entanto, muitos exórdios poderão ter origem nesse gênero. **323.** De fato, os gregos recomendam que façamos o juiz atento e dócil no exórdio; isso é útil, mas não é próprio do exórdio mais do que das restantes partes; é mais fácil, além disso, nos exórdios, porque estão mais atentos exatamente no momento em que ainda têm todas as expectativa, e podem ficar dóceis sobretudo no início. Com efeito, é mais claro o que se diz no começo do que no meio das causas, seja numa demonstração, seja numa refutação. **324.** A maior parte dos exórdios que têm como função cativar ou incitar o juiz será tomada aos tópicos que houver na causa para a produção das paixões; no entanto, não será preciso desenvolvê-los inteiramente no exórdio, mas apenas impelir de leve o juiz, num primeiro momento, a fim de que, já favorável, o resto do discurso se encarregue dele. **325.** E o exórdio deve estar de tal forma conectado ao discurso que se seguirá, que pareça ser, não um proêmio forjado de um citaredo, mas um membro ligado a todo o corpo. De fato, alguns, depois que refletiram e o apresentaram, passam ao restante do discurso de tal forma que dão a impressão de simplesmente não querer serem ouvidos com atenção. E a preparação deve ser, não como a dos

samnitas, que, antes da luta, vibram lanças que absolutamente não usarão ao lutar, mas tal que possam também lutar servindo-se dos mesmos pensamentos com que se prepararam.

326. Quanto ao fato de preceituarem que a narração seja breve, se devemos chamar brevidade quando nenhuma palavra está sobrando, é breve o discurso de L. Crasso; mas se a brevidade ocorre quando se empregam apenas as palavras necessárias, por vezes isso é útil; porém, não raro prejudica enormemente a narração, não apenas porque provoca a obscuridade, mas também porque lhe tolhe a virtude que é a mais importante da narração, ser prazerosa e adequada à persuasão. Por exemplo, os versos:

De fato, depois que deixou os efebos...

327. Quão longa é a narração! Narram-se, de maneira bastante variada e prazerosa, os costumes do próprio jovem, as perguntas do escravo, a morte de Crises, o aspecto, a beleza e o lamento da irmã, e o restante. É que se houvesse buscado este tipo de brevidade:

É levada, acompanhamos, chegamos ao sepulcro,
É colocada no fogo,

poderia ter realizado o todo em dez pequenos versos. Embora esse “é levada, acompanhamos” seja de tal forma conciso que serviu, não à brevidade, mas, antes, à graça. 328. É que se não houvesse outra coisa além de “é colocada no fogo”, ainda assim seria possível tomar conhecimento de toda a situação. Mas uma narração diversificada pelas personagens e entrecortada de diálogos tem graciosidade; e o que afirmamos ter acontecido é mais verossímil quando expomos a maneira como aconteceu, e muito mais claro para o entendimento se por vezes nos detemos, sem nos apressarmos devido a essa brevidade. 329. De fato, a narração deve ser tão clara quanto o restante do discurso; mas devemos nos dedicar mais a esta parte, porque não só é mais difícil não ser obscuro na narração do caso do que no exórdio, na argumentação, [na justificativa] ou na peroração, como também a obscuridade nesta parte do discurso é mais perigosa do que no restante dele, seja pelo fato de que, se falamos algo de maneira mais obscura em alguma outra passagem, perde-se apenas o que se falou dessa maneira, enquanto uma narração obscura cega todo o discurso, seja porque, se falarmos uma única vez de maneira mais obscura, poderemos falar outras coisas de maneira mais clara em outra passagem, enquanto há, na causa, um único lugar para a narração. E a narração será evidente se a fizermos com palavras usuais, mantendo a ordem cronológica, sem interrupções. Mas quando cumpre ou não empregar a narração diz respeito ao bom-senso. 330. De fato, não se deve narrar se o caso é conhecido e se não há dúvida quanto ao que aconteceu, nem se o adversário já fez a narração, a não ser que seja para a refutarmos.

E se em alguma ocasião for preciso narrar, não busquemos com muita veemência o que levantará suspeitas e acusações e se voltará contra nós, tirando o que for possível; que não aconteça aquilo que Crasso julga que, quando acontece, acontece por perfídia, não por estupidez: prejudicarmos nossa causa. De fato, concerne ao ponto principal de toda a causa o fato de a demonstração do caso ser feita com cuidado ou não, porque a narração é fonte de todo o resto do discurso. **331.** Em seguida vem o estabelecimento da causa, em que se deve ver o que entra em controvérsia.

332. Tudo deve ser concluído sobretudo pela amplificação dos temas, seja inflamando o juiz, seja apaziguando-o; e tudo, tanto nas passagens anteriores do discurso como, principalmente, em seu final, deve ser dirigido a influenciar as mentes dos juizes o máximo possível e destinado a nosso proveito. Então devem ser fornecidos as bases da causa, ao mesmo tempo pela debilitação dos argumentos contrários e pela confirmação dos teus. De fato, é um só, nas causas, o método do discurso que serve para provar nossa argumentação. Ele requer tanto a confirmação como a repreensão; porém, pelo fato de não se poder repreender o que se diz em contrário sem que confirmes os teus, nem confirmar a estes, se não repreenderes aqueles, esses elementos estão unidos pela natureza, pela utilidade e pelo tratamento. **333.** E agora não me parece haver motivo algum para pôr de lado os preceitos que devem ser ensinados a respeito das deliberações e dos louvores. De fato, são, em sua maioria, gerais; no entanto, persuadir ou dissuadir acerca de uma questão parece-me próprio de uma pessoa extremamente importante: é próprio não só de um homem sábio explicar suas resoluções acerca das questões mais importantes, como também honesto e expressivo, de modo que se possa prever com o pensamento, provar pela autoridade, persuadir pelo discurso.

E devemos fazer tais coisa no senado com menor aparato, pois se trata de um conselho de sábios e deve-se dar a muitos outros a oportunidade de falar; também deve-se evitar a suspeita de ostentação do engenho. **334.** Uma assembléia popular captura todo o poder de um discurso e demanda gravidade e variedade. Portanto, na persuasão, nada é mais desejável do que a dignidade. De fato, aquele que busca a utilidade vê, não o que mais quer aquele que persuade, mas o que por vezes mais se segue. Ninguém há, com efeito, sobretudo numa cidade tão ilustre, que não julgue que se deva ambicionar principalmente a dignidade; mas, na maior parte dos casos, vence a utilidade, quando há o temor de não se poder, caso ela seja negligenciada, reter sequer a dignidade. **335.** A controvérsia entre os pareceres dos homens consiste em saber qual é o mais útil, ou ainda se discute, quando se concorda nesse aspecto, se cumpre se decidir antes pela honestidade do que pela utilidade. Como não raro elas parecem estar em conflito, aquele que defende a utilidade enumerará as vantagens da paz, dos recursos, do poder, [do dinheiro], dos tributos, das guarnições de soldados, [as utilidades] das demais coisas cujos frutos medimos pela utilidade, bem como, do mesmo modo, as desvantagens de seus contrários. Aquele que compele à dignidade reunirá os exemplos dos ancestrais,

que serão, mesmo com perigo, gloriosos, amplificará a memória imortal da posteridade; defenderá que a utilidade nasce do louvor e que sempre está ligada à dignidade. 336. Mas deve-se sobretudo investigar, em ambos os casos, o que é possível ou não acontecer e ainda o que é necessário ou não, pois suspendemos já toda deliberação se percebemos que não pode acontecer ou que a necessidade está em questão; e aquele que o apontou sem que os outros o percebessem é aquele que vê mais longe. 337. Já para se dar um conselho a respeito de política, o ponto principal é conhecer a política; para discursar com verossimilhança, conhecer os costumes da cidade; uma vez que eles mudam com frequência, muitas vezes também é preciso mudar o gênero de discurso. E embora a força da eloquência seja quase uma só, no entanto, pelo fato de ser muito elevada a dignidade do povo, importantíssima a causa da república, máximos os movimentos da multidão, parece que é preciso empregar também um gênero de discurso mais elevado e mais ilustre; e a maior parte do discurso deve ser empregada tendo em vista as paixões dos ânimos, por vezes, por meio de uma exortação ou de uma rememoração, para incitá-los à esperança, ao medo, ao desejo ou à glória, muitas outras, ainda, para afastá-los do desatino, da cólera, da esperança, da injúria, da inveja, da crueldade. 338. Ocorre que, pelo fato de o palco, por assim dizer, da assembléia popular parecer o maior palco do orador, somos estimulados pela própria natureza a adotar um gênero mais ornado de discurso. De fato, tamanha força tem a multidão que, tal como um flautista não pode tocar sem uma flauta, o orador não pode ser eloquente sem que uma multidão o esteja ouvindo. 339. E, dado que são muitos e vários os deslizes que se pode cometer diante do povo, é preciso evitar suas vaias, que são provocadas, ou por algum erro no discurso, se algo parecer ter sido dito de maneira áspera, arrogante, torpe, sórdida ou por algum vício do ânimo; ou por rancor ou ódio dos homens, que é justo ou devido a uma acusação ou rumor; ou se o tema é desagradável; ou se a multidão encontra-se tomada por algum sentimento devido a seu próprio desejo ou medo. Oferecem-se igualmente quatro remédios para essas causas: ora a repreensão, se houver autoridade; ora a advertência, uma repreensão mais branda, por assim dizer; ora a promessa de que darão sua aprovação se o ouvirem; ora a súplica, que é um elemento fraco, mas, por vezes, útil. 340. Em nenhum lugar são mais úteis os gracejos, a agilidade e algum breve dito, desde que com dignidade e graça. De fato, nada mais fácil do que afastar a multidão da tristeza e, não raro, da severidade por meio de um dito espirituoso colocado de maneira adequada, breve, aguda e hilária. 341. Expus a vós, de acordo com minhas possibilidades, quase tudo que costumo seguir, evitar, esperar, com que método em geral me ocupo das causas. E não é difícil aquele terceiro gênero dos louvores que inicialmente colocara à parte, por assim dizer, de nossos preceitos; porém, separava todo esse tópico não só porque muitos são os gêneros de discursos mais importantes e de maior habilidade sobre os quais quase ninguém preceitua, mas também pelo fato de que não costumamos fazer grande uso dos louvores. De fato, os próprios gregos com frequência

escreveram louvores mais para leitura e deleite ou para honrar algum homem do que para uma utilidade prática no fórum; há livros deles em que se louvam Temístocles, Aristides, Agesilau, Epaminondas, Felipe, Alexandre e outros; os nossos louvores, que empregamos no fórum, ou apresentam uma brevidade nua e sem adornos de um testemunho, ou são escritos para um discurso fúnebre, que é completamente inadequado para exibir as qualidades discursivas. No entanto, uma vez que em algumas ocasiões é preciso fazer uso deles, por vezes até mesmo escrevê-los, tal como fez C. Lélío para Q. Tuberão, que louvava seu tio, o Africano, ou para que nós mesmos possamos louvar alguém, se for nossa vontade, pelo ornato, à maneira dos gregos, que esse tópico receba um tratamento também de nós. **342.** É evidente, então, que alguns elementos são desejáveis num homem, outros, louváveis. A estirpe, a beleza, as forças, os recursos, as riquezas e demais coisas que a fortuna concede exteriormente ou ao corpo não contêm em si verdadeiro motivo de louvor, o qual, segundo se julga, é devido unicamente à virtude; no entanto, pelo fato de se perceber a virtude sobretudo no uso e na medida de tais coisas, devem receber tratamento nos louvores também esses bens da natureza e da fortuna, nos quais há enorme motivo de louvor: não ter se exaltado no poder, não ter sido soberbo pelo dinheiro, não ter sido superior aos outros devido à opulência da fortuna, de modo que os recursos e as riquezas não pareçam ter dado oportunidade e pretexto para a soberba e o capricho, mas para a bondade e a moderação. **343.** A virtude, por sua vez, que por si mesma é digna de louvor e sem a qual nada pode ser louvado, tem, no entanto, diversas partes, das quais uma é mais adequada <do que a outra> para o louvor. De fato, há algumas virtudes que se percebem no caráter dos homens e residem em certa amabilidade e beneficência; outras, que se encontram em alguma faculdade da inteligência ou na grandeza e firmeza do ânimo. Com efeito, a clemência, a justiça, a benignidade, a lealdade, a bravura nos perigos que ameaçam a todos são agradáveis de se ouvir nos louvores, **344.** pois se julga que todas essas virtudes trazem frutos não tanto àqueles que as possuem quanto ao gênero humano. A sabedoria e a magnanimidade, pela qual todos os casos humanos são considerados insignificantes e de nenhum valor, bem como certo poder da inteligência na reflexão e a própria eloquência causam igual admiração, mas não tão grande prazer: é que parecem honrar e defender antes aqueles a quem louvamos que aqueles perante os quais os louvamos. Ainda assim, também esses tipos de virtudes devem ser associados quando se louva, pois os ouvidos humanos toleram que se louve não apenas o que é prazeroso e grato, mas também o que é admirável na virtude. **345.** E, uma vez que há deveres e obrigações determinados para cada virtude, e a cada uma delas é devido seu louvor particular, cumprirá explicar, quando se louvar a justiça, o que aquele que será louvado fez com lealdade, o que fez com imparcialidade ou com algum dever desse tipo; do mesmo modo, nos demais casos os feitos deverão ser relacionados ao tipo, natureza e nome de cada virtude. **346.** Agradabilíssimo é o louvor dos fatos que aparentam ter sido empreendidos por homens

corajosos sem ganho ou recompensa; aqueles que o foram também com sofrimento e perigo para eles apresentam uma ocasião extremamente fértil para o louvor, porque podem ser pronunciados com abundância de ornatos e ser ouvidos com toda a facilidade. Enfim, parece a virtude de um homem notável aquela que é frutuosa para os outros, sofrida, perigosa ou, pelo menos, desinteressada para ele próprio. Também costuma parecer um grande e admirável motivo de louvor ter suportado com sabedoria as circunstâncias adversas, não ter sido dobrado pela Fortuna, ter mantido a dignidade nas situações difíceis. **347.** No entanto, não deixam de ornar as honrarias concedidas, as recompensas decretadas em virtude do valor, os feitos aprovados pelas opiniões dos homens; entre eles, até mesmo atribuir a própria felicidade à vontade dos deuses imortais é próprio do elogio. Devem ser empreendidas ações notáveis pela grandeza, ou inéditas pela novidade, ou singulares pelo próprio tipo. De fato, as de pouca monta, usuais ou vulgares não costumam parecer dignas de admiração ou, em geral, de louvor. **348.** Também a comparação com outros homens notáveis é ilustre num elogio. Achei bem falar um pouco mais desse gênero do que prometera, não tanto devido a seu uso no fórum, que foi tratado por mim ao longo de toda esta conversa, quanto para que percebêsseis que, se os elogios estivessem entre as obrigações de um orador, algo que ninguém nega, seria necessário que o orador tivesse conhecimento de todas as virtudes, sem o qual não se pode fazer um elogio. **349.** Está claro, agora, que os preceitos da vituperação devem ser tomados aos vícios contrários; ao mesmo tempo, é evidente que não é possível louvar um homem honesto de maneira adequada e copiosa sem o conhecimento das virtudes, nem censurar e vituperar um homem desonesto de maneira distinta e dura sem o conhecimento dos vícios. E muitas vezes é preciso que empreguemos esses tópicos do louvor e do vitupério em todo tipo de causas.

350. Tendes aí o que penso acerca da invenção e disposição dos temas. Tratarei também da memória, para aliviar Crasso de tal trabalho e não lhe deixar para expor senão aquilo com que se adornam esses temas.

- Vai em frente, disse Crasso, pois tenho prazer em, finalmente, ver-te despido e desnudado daquelas vestes de tua dissimulação; e, por me deixares pouco ou nada, ages de maneira extremamente apropriada, o que me agrada.

351. - Ora, tudo quanto te deixar, respondeu Antônio, ficará sob teu domínio. De fato, se quiseres agir com franqueza, deixo-te tudo; mas, se quiseres dissimular, tu verás de que modo satisfaças a estes aqui presentes.

Mas, tornando ao assunto, continuou, não tenho tanto talento quanto Temístocles, a ponto de preferir a arte do esquecimento à da memória; e tenho reconhecimento pelo ilustre Simônides de Quios, o qual, dizem, foi o primeiro a apresentar uma arte da memória. **352.** De fato, afirmam que, durante um banquete em Cránon, na Tessália, na casa de Escopas, homem afortunado e nobre,

enquanto cantava a ode que compusera em sua homenagem, na qual, pelo ornato, segundo o costume dos poetas, havia muitas partes em homenagem a Cástor e Pólux, Escopas, de modo extremamente sórdido, afirmou que pagaria a metade do combinado pela ode; quanto ao restante, se lhe aproovesse, que o pedisse a seus Tindáridas, a quem louvara tanto quanto a ele. **353.** Dizem que, pouco depois, Simônides foi chamado à rua, pois havia dois jovens à porta chamando-o insistentemente; ele se ergueu, foi até a rua, não viu ninguém; entretantes, nesse intervalo, o teto da sala em que Escopas se banqueteara veio abaixo; esse desabamento o matou, esmagando-o junto com seus parentes. Quando seus familiares quiseram sepultá-los e não conseguiram de forma alguma reconhecê-los devido ao esmagamento, diz-se que Simônides, pelo fato de se lembrar do lugar em que cada um deles estava reclinado, indicou, para o sepultamento, a posição de cada um. Conta-se que, advertido por tal evento, ele descobriu que é sobretudo a ordem que traz luz à memória. **354.** Assim, aqueles que exercitam esta parte de sua natureza devem pegar lugares e forjar, em sua mente, aquilo que querem guardar na memória e colocá-lo em tais lugares; assim, ocorrerá que a ordem dos lugares conservará a ordem das coisas, enquanto a representação das coisas marcará as próprias coisas, e usaremos os lugares como a cera, os simulacros, como as letras.

355. Qual seja a vantagem da memória para o orador, quão grande a sua utilidade e a sua força, que necessidade tenho eu de falar? Guardar o que aprendeste ao assumir uma causa, o que tu mesmo refletiste? Ter fixos na mente todos os pensamentos, inteiramente classificado o aparato das palavras? De tal forma ouvir a fonte de tuas informações ou aquele a que se tem de responder, que não pareçam derramar seu discurso sobre teus ouvidos, mas gravá-los em tua mente? Dessa forma, apenas os que têm uma memória poderosa sabem o quê, quanto e como terão de falar, o que já responderam, o que ainda falta responder; e lembram de muitos elementos que já trataram em outras causas, de muitos outros que ouviram em causas alheias. **356.** Por isso, reconheço que o principal fator deste bem é a natureza, tal como de tudo de que falei anteriormente; mas toda esta arte oratória, seja uma aparência e simulacro de uma arte ou não, tem o poder, não de gerar e produzir inteiramente algo do qual não há uma parte sequer em nossa natureza, mas de alimentar e consolidar aquilo que já nasceu e foi gerado em nós. **357.** No entanto, quase não existe pessoa de memória tão penosa que não consiga abarcar, depois de dispor e marcar as coisas, a ordem de todas as palavras e pensamentos, nem mesmo tão obtusa que não possa de alguma forma ser ajudada por esta prática e exercício.

De fato, Simônides, ou qualquer outro que o tenha descoberto, foi sagaz ao perceber que se fixa em nossas mentes sobretudo aquilo que é transmitido e marcado pelos sentidos; que o mais aguçado de todos os nossos sentidos é o da visão; que, por isso, pode ser guardado com mais facilidade na mente se, além de percebido pelos ouvidos e pela reflexão, também for transmitido à

mente pelo apoio dos olhos; de modo que uma representação, uma imagem e uma forma de tal modo marcariam coisas não vistas e afastadas do julgamento da vista, que poderíamos, por assim dizer, guardar pela visão aquilo que mal conseguimos abarcar pelo pensamento. **358.** Essas formas e corpos, tal como tudo que cai no domínio da visão, precisa de uma sede; de fato, um corpo não pode ser percebido sem um lugar. Por isso, para que não seja excessivo e desmedido num tema conhecido e trivial, deve-se usar lugares variados, iluminados, claros, a pequenos intervalos, e imagens em ação, vivas, notáveis, que possam ser percorridas com rapidez e penetrar com força na mente. Tal capacidade será fornecida pelo exercício, donde nasce o hábito, ...

359. Mas a memória das palavras, que nos é menos necessária, distingue-se por uma maior variedade de imagens. De fato, há muitas palavras que, como articulações, ligam os membros do discurso e que não podem ganhar forma por meio de qualquer semelhança; devemos forjar imagens das palavras que sempre usamos. A memória das coisas é própria do orador; podemos marcá-la com um bom arranjo de cada máscara, de modo que abarquemos os pensamentos pelas imagens, a ordem, pelos lugares. **360.** E não é verdade, como dizem os incapazes, que a memória fica oprimida pelo peso das imagens e que mesmo aquilo que a natureza, por si mesma, poderia guardar, é obscurecido. De fato, eu mesmo pude ver homens excelsos e de memória quase divina: em Atenas, Cármas, na Ásia, Metrodoro de Cépisis (o qual, dizem, ainda está vivo); os dois diziam escrever, tal como faziam com letras na cera, aquilo de que desejavam lembrar com imagens naqueles lugares que possuíam. Por isso, não se deve arruinar a memória com este exercício se não houver nenhuma por natureza; mas, se está latente, com certeza deve ser excitada.

361. Tendes aí a fala bastante longa de um homem não impudente, espero eu, mas certamente não muito comedido, por haver me alongado de tal forma sobre a doutrina do discurso enquanto tu, Cátulo, e também L. Crasso me ouviam; de fato, talvez a idade desses aqui presentes não devesse ter me impressionado tanto. Mas certamente me perdoareis, contanto que ouçais a causa que me levou agora a essa insólita loquacidade.

362. - No que nos diz respeito, respondeu Cátulo (de fato, respondo por mim e por meu irmão), não apenas te perdoamos, como também te amamos e te somos muito gratos; e, de um lado, reconhecemos tua afabilidade e complacência, de outro, admiramos esse teu conhecimento e domínio. E, quanto a mim, considero que ainda consegui me livrar de um grande erro e me libertar daquela admiração, porque, junto com muitos outros, costumava sempre me admirar: de onde vinha aquela tua tamanha divindade nas causas? É que julgava que não te havias ocupado dessas coisas que, vejo agora, estudaste com extremo cuidado, reuniste de todas as partes e, astuto pela experiência, em parte corrigiste, em parte confirmaste. **363.** E não é por isso que admiro menos tua eloquência e, muito mais ainda, teu valor e diligência, ao mesmo tempo me alegrando por confirmar um juízo de

meu ânimo, porque sempre acreditei que ninguém é capaz de atingir a excelência na sabedoria e na eloquência sem extremo estudo, trabalho e formação teórica. Porém, a que te referias, ao dizeres que te perdoaríamos se soubéssemos a causa que te levou a tua fala? De fato, de que outra causa se trata, senão que querias obedecer à nossa vontade e ao desejo destes jovens que te ouviram com total atenção?

364. Respondeu então ele: - Quis tirar de Crasso qualquer pretexto para recusa: eu de antemão sabia que ele se aproxima desse tipo de conversa de maneira ou um pouco modesta demais, ou então contrariada demais – não quero, pois, dizer com excessivo enfado, tratando-se de um homem tão agradável. De fato, o que ele poderá dizer? Que é um homem consular e censório? Nossa causa é a mesma. Ou alegrará a idade? É quatro anos mais jovem. Ou que desconhece tais temas? O que aprendi tarde, o que aprendi rapidamente, o que aprendi em meus momentos livres, como dizem, esse homem aprendeu desde menino, com extrema dedicação, com exímios mestres. Nada direi de seu engenho, a que ninguém se igualou. E, de fato, ninguém que me ouvisse enquanto eu discursava perderia as esperanças de ser capaz de discursar mais bem ou da mesma maneira; ouvindo um discurso de Crasso, ninguém seria tão arrogante a ponto de ter a convicção de alguma vez discursar de maneira semelhante. Por isso, para que esses homens tão importantes não tenham vindo em vão, ouçamos finalmente a ti, Crasso.

365. Disse então Crasso, em resposta: - Para que eu conceda que assim é, Antônio, o que é bem diferente disso, o que, enfim, deixaste para ser dito por mim ou por qualquer outra pessoa? De fato, falarei o que realmente penso, caríssimos amigos. Muitas vezes ouvi homens doutos - por que dizer “sempre”? Na verdade, “algumas vezes”; como o poderia ter feito muitas vezes, eu que cheguei ao fórum ainda menino e não o deixei jamais por mais tempo do que quando questor? No entanto, ouvi, como dizia ontem, não apenas homens extremamente doutos quando estava em Atenas, mas também, na Ásia, Metrodoro de Cépsis em pessoa, quando discutia precisamente sobre esses temas. E a mim, em verdade, ninguém jamais pareceu tratar desse gênero de discurso com mais riqueza ou precisão do que esse homem hoje. Se fosse de outra forma e notasse que Antônio deixara algo de lado, não seria tão grosseiro e quase indelicado a ponto de objetar ao que pensasse ser vosso desejo.

366. Replicou então Sulpício: - Terás esquecido, Crasso, que Antônio dividiu tarefas contigo, de modo que ele expusesse o instrumento do orador, a ti deixando sua distinção e ornato?

Nesse momento Crasso interveio: - Em primeiro lugar, quem deu permissão a Antônio para estabelecer as partes e tomar antes de mim qual das duas quisesse? Em seguida, se entendi corretamente, enquanto o ouvia com extremo prazer, ele pareceu-me falar dos dois temas conjuntamente.

- Na verdade, observou Cota, ele não abordou os ornamentos do discurso nem aquela excelência com que a eloquência encontrou seu renome.

- Então, apontou Crasso, Antônio deixou as palavras para mim, tomando os temas para si.

367. Então observou César: - Se te deixou a parte mais difícil, é um motivo para desejarmos te ouvir; mas se foi a parte mais fácil, não tens motivo para recusar.

Também Cátulo disse: - Ora, e quanto a teres afirmado, Crasso, que, se ficássemos hoje em tua casa, farias a nossa vontade, julgas que não tem relação com tua palavra?

Disse então Cota, rindo-se: - Eu poderia fazer essa concessão a ti, Crasso; mas cuidado para que Cátulo não alegue algum escrúpulo; este é um ato de censor. Quanto a cometê-lo, percebes o quanto é torpe da parte de um antigo censor.

- Pois bem, respondeu Crasso, como quiserdes. Agora, porém, já que é hora, julgo que devemos nos levantar e descansar; depois do meio-dia, se assim vos for conveniente, falaremos um pouco, a não ser que preferais deixá-lo para amanhã.

Todos disseram que desejavam ouvi-lo o quanto antes, fosse imediatamente, fosse, se ele preferisse, depois do meio-dia.

1. Ao decidir, Quinto, meu irmão, relatar e registrar neste terceiro livro aquela conversa que Crasso teve depois da discussão de Antônio, uma recordação extremamente amarga fez reaparecer uma antiga inquietação e desgosto em meu ânimo. É que aquela inteligência digna de imortalidade, aquele refinamento, aquela virtude de Crasso extinguiram-se subitamente com sua morte mal decorridos dez dias daquele que é contemplado neste livro e no anterior. 2. De fato, tão logo tornou a Roma, no último dia dos jogos cênicos, ficou tremendamente abalado pelo discurso que, segundo se dizia, Filipo pronunciara numa assembléia popular – sabia-se que afirmara cumprir a ele providenciar uma outra assembléia, que não era capaz de governar a república com aquele senado. Nos idos de setembro, pela manhã, tanto ele quanto o senado, em peso, dirigem-se à cúria, atendendo à convocação de Druso. Ali, fazendo diversas queixas acerca de Filipo, Druso refere ao senado precisamente o fato de que o cônsul atacara aquela ordem de maneira tão pesada numa assembléia popular. 3. Nesse momento, como em diversas ocasiões vi os homens mais sábios concordarem a respeito, embora quase sempre houvesse tocado a Crasso, ao fazer um pronunciamento de maneira bastante cuidadosa, que se considerasse nunca ter falado melhor, considerou-se, por consenso geral, que Crasso sempre superara a todos os demais, mas que, naquele dia, superou até a si mesmo. Deplorou, com efeito, a ruína e a cegueira do senado, ordem cujo patrimônio de prestígio era pilhado por um cônsul, que deveria ser como que um bom pai ou defensor fiel, como se de um pirata abominável se tratasse; e que não era de admirar que, se destruísse a república com seus conselhos, afastasse da república o conselho do senado. 4. Quando Crasso lançou algumas palavras incendiárias, por assim dizer, contra esse homem veemente, expressivo e, sobretudo, corajoso para resistir, Filipo, este, não o tolerando, inflamou-se gravemente e decidiu acuar Crasso retirando as garantias de segurança. Dizia-se que, naquele próprio lugar, Crasso dissera muitas palavras divinamente, ao afirmar que não considerava um cônsul a quem não o considerava um senador: “Ou tu, uma vez que consideraste como *pignus* toda a autoridade desta ordem inteira e a arruinaste diante dos olhos do povo romano, julgas poder me aterrorizar com *pignora*? Não são elas que deves cortar se queres acuar L. Crasso; é preciso que cortes esta língua e, ainda que a arranques, com minha própria respiração minha liberdade refutará teu capricho”. 5. Constava que então dissera inúmeras coisas veementes com o esforço de seu ânimo, de seu engenho, de suas forças, e seu parecer, que o senado em peso adotara, foi proferido com palavras extremamente ornadas e graves (“que fosse justificado ao povo romano que jamais o conselho ou a lealdade do senado lhe haviam faltado”), e ele mesmo acompanhou a sua escrita, como resta nas autoridades escritas. 6. Aquele discurso foi como que o canto do cisne daquele homem divino: nós, como que na expectativa dele, mesmo depois de sua

morte, fomos à cúria para preservar a própria pegada que ele dera pela última vez. De fato, ouvíamos que, enquanto discursava, seu flanco começara a doer, seguido de muito suor; como começou a tremer por causa disso, voltou para casa com febre e sucumbiu ao sétimo dia pela dor do flanco. 7. Ó esperança falaz dos homens, ó frágil fortuna e nossas vãs lutas! Elas muitas vezes se desfazem e caem no meio de seu trajeto ou são esmagadas em seu próprio curso antes que possam avistar um porto. De fato, durante todo o tempo em que a vida de Crasso foi ocupada pelo labor das campanhas políticas, ele floresceu mais por suas atividades privadas e pela excelência de seu engenho do que pelos frutos da distinção ou pelo prestígio da política. O primeiro ano que lhe dava acesso, por consenso geral, à mais alta autoridade, proveniente do encerramento dos cargos, derrubou toda a esperança e todos os desígnios de sua vida com a morte. 8. Isso foi pesaroso para os seus, amargo para a pátria, grave para todos os bons. Contudo, tais foram as desventuras que sobrevieram à república, que me parece, não que a vida tenha sido tirada de L. Crasso pelos deuses imortais, mas que a morte lhe foi concedida: ele não viu a Itália consumida pelas chamas da guerra, nem o senado ardendo pela inveja, nem os líderes do estado culpados de um crime abominável, nem a dor de sua filha, nem o exílio de seu genro, nem a amaríssima fuga de Mário, nem a cruelíssima matança geral, depois de seu retorno, nem, em suma, deformada em todo os gêneros a cidade em que, em seu auge, ultrapassara a muitos pela glória.

9. E, uma vez que toquei, em minha reflexão, no poder e na inconstância da fortuna, meu discurso não vagará para mais longe, ficando circunscrito praticamente aos próprios homens que estão contidos neste diálogo que nos encarregamos de narrar. Quem, com efeito, não teria motivo para considerar feliz a morte de Crasso, que não raro foi lamentada por muitos, ao recordar a desventura desses mesmos que então conversaram com ele já quase em seu fim? Guardamos na memória que Q. Cátulo, homem que se sobressaía por todos os méritos, embora implorasse, não por um destino incólume, mas pelo exílio e pela fuga, foi obrigado a tirar sua própria vida. 10. Já nos próprios rostros, em que defendera, como cônsul, a república com extrema constância e que ornara, como cônsul, com os despojos de general, foi colocada a cabeça de M. Antônio, que preservara as cabeças de muitos cidadãos. Não muito longe dele encontrava-se a cabeça de C. Júlio, entregue pelo crime de um hóspede etrusco, juntamente com a cabeça de seu irmão, L. Júlio, de modo a parecer que Crasso, que não viu tais coisas, não apenas viveu junto com a república, mas também morreu ao mesmo tempo que ela. Também não viu seu parente, P. Crasso, homem de enorme coragem, morto pelas próprias mãos, nem a estátua de Vesta manchada com o sangue de um pontífice máximo, seu colega. Teria sentido tristeza até mesmo pela morte abominável, naquele mesmo dia, de C. Carbão, um grande inimigo seu, dada a sua disposição em relação à pátria. 11. Não viu as horríveis e tristes desventuras daqueles mesmos que, então ainda jovens, haviam se consagrado a Crasso. Dentre eles,

C. Cota, que Crasso deixara quando estava em seu apogeu, destituído por inveja do tribunado poucos dias depois da morte de Crasso, foi expulso da cidade não muitos meses depois; já Sulpício, que era consumido pela mesma chama da inveja, decidiu, em seu tribunado, despojar de toda dignidade àqueles com quem convivera com extrema intimidade na vida privada. Sua vida foi-lhe tirada a ferro quando florescia para a máxima glória da eloquência, e o castigo a sua temeridade foi estabelecido não sem grande dano para a república. 12. De minha parte, Crasso, creio que foste ornado e morreste por um desígnio divino, tanto pela flor da vida, quanto pela oportunidade da morte. De fato, tiveste de sofrer a crueldade do ferro dos cidadãos proporcional ao valor e à constância de teu ânimo, ou, se alguma fortuna te houvesse livrado da atrocidade da morte, ela teria te obrigado a ser espectador da morte da pátria; e não apenas o domínio dos ímprobos teria sido motivo de tristeza para ti, mas também a vitória dos bons, devido à matança indiscriminada de cidadãos. 13. Na verdade, Quinto, meu irmão, a mim, refletindo sobre a desventura daqueles a quem mencionei acima e sobre o que nós mesmos sofremos e experimentamos devido a nosso incrível e singular amor pela república, muitas vezes o teu pensamento costuma parecer correto e sábio, sempre procurando me afastar de qualquer conflito ou embate fútil devido a tantos, tamanhos e tão maléficos destinos dos homens mais ilustres e dos melhores varões. 14. Porém, uma vez que essas questões já não podem mais ter liberdade de escolha e que nossos sofrimentos extremos são mitigados pela compensação de uma grande glória, passemos àquele consolo que pode ser não apenas prazeroso, por apaziguar nossos pesares, como também saudável enquanto ainda está aderidos a nós, e deixemos o registro da fala restante e quase derradeira de L. Crasso, dando a ele a gratidão merecida e devida em virtude de nosso afeto, ainda que de forma alguma semelhante a seu engenho. 15. De fato, todos nós, quando lemos os livros admiravelmente escritos de Platão, em cuja quase totalidade Sócrates é representado, suspeitamos, ainda que se trate de obras escritas divinamente, algo maior a respeito daquele sobre quem foram escritas. Nós, igualmente, pedimos, não a ti, que sempre nos atribuis tudo o que há de mais elevado, mas dos demais que pegarão estes livros nas mãos, que suspeitem algo maior, a respeito de L. Crasso, do que o que é representado por nós. 16. De fato, nós, que não participamos pessoalmente da conversa e a quem Cota relatara apenas os tópicos e as idéias dessa discussão, tentamos imitar, em suas falas, exatamente o mesmo gênero de discurso em que conhecêramos os dois oradores. E se houver alguém que, levado pela opinião do vulgo, considere que Antônio era mais árido, ou que Crasso era mais intenso do que a maneira como ambos foram representados por nós, essa pessoa estará no número daqueles que não os ouviram ou que não são capazes de fazer um julgamento, pois ambos, como expus anteriormente, não apenas superavam a todos pela dedicação, engenho e formação teórica, mas também eram perfeitos no gênero que adotavam, de modo que esse ornato do discurso não faltasse a Antônio nem sobrasse em Crasso. 17.

Quando se separaram, então, antes do meio-dia e descansaram um pouco, Cota dizia ter notado sobretudo o fato de que Crasso dedicara todo aquele tempo do meio-dia a uma reflexão extremamente penetrante e atenta, e que ele, então, que conhecia muito bem seu aspecto quando estava prestes a discursar e seu olhar fixo, em sua reflexão, tendo visto-o com freqüência nas causas mais importantes, enquanto os outros descansavam, entrou propositalmente na êxedra em que Crasso se deitara sobre um pequeno leito e, notando que Crasso estava absorto em sua reflexão, retirou-se imediatamente, sendo quase duas horas consumidas naquele silêncio.

Em seguida, no começo da tarde, quando todos vieram até Crasso, Júlio disse: - E então, Crasso, vamos nos sentar? Embora tenhamos vindo para te lembrar, não para exigir.

18. Respondeu então Crasso: - Acaso me considerais tão impudente que julgue poder ficar devendo para vós por muito tempo sobretudo esta obrigação?

- Em que lugar, então?, perguntou Júlio. Que tal no meio do bosque? Ele tem bastante sombra e é extremamente fresco.

- De acordo, respondeu Crasso. Realmente, sentar naquele lugar não é nada inadequado a esta nossa conversa. Como todos concordaram, dirigiram-se ao bosque e sentaram-se ali com uma grande expectativa de ouvi-lo.

19. Disse então Crasso: - A vossa autoridade e amizade, bem como a afabilidade de Antônio, roubaram-me, nesta minha causa excelente, a liberdade de recusar. Embora, ao dividir nossa discussão, houvesse se encarregado do que cumpre ao orador dizer, deixando para mim explicar como cumpre orná-lo, Antônio dividiu elementos que não podem ser separados. De fato, uma vez que todo discurso consta de matéria e palavras, nem as palavras podem ter morada se subtraíres a matéria, nem a matéria, luz, se apartares as palavras. 20. E os antigos parecem-me ter abarcado algo maior na mente e também ter enxergado muito mais do que a vista de nossa inteligência é capaz de contemplar, quando disseram que tudo o que está acima e abaixo é uma única coisa e está ligado por uma única essência e por uma única harmonia da natureza. De fato, não há nenhum gênero de coisas que possa existir por si próprio, apartado dos demais, ou de que os demais possam se privar sem deixar de preservar sua essência e eternidade. 21. Porém, se essa visão parece grandiosa demais para que possa ser apreendida pelos sentidos e pelo pensamento, há também aquele dito verdadeiro e certamente não novo a ti, Cátulo: toda a doutrina dessas artes liberais e humanas está ligada por um único vínculo de afinidade. Quando se percebe a essência do método pelo qual se conhecem as causas e os efeitos das coisas, descobre-se um admirável consenso, por assim dizer, e um concerto de todas as doutrinas. 22. Porém, se também isso parece estar alto demais para que nós, estendidos no chão, possamos contemplar, devemos, contudo, conhecer e dominar o que abarcamos, o que prometemos, o que empreendemos. De fato, a eloqüência é uma só, como eu disse ontem e Antônio indicou em

algumas passagens de sua fala hoje pela manhã, quaisquer que sejam os locais ou as regiões de disputa a que foi levada. **23.** Pois quer falemos da natureza do céu ou da terra, da essência divina ou humana, de uma posição inferior, igual ou superior, seja para impelir os homens, instruí-los, dissuadi-los, incitá-los, acalmá-los, inflamá-los ou abrandá-los, quer diante de poucos, de muitos, entre estranhos, com os seus ou consigo mesmo, o discurso deriva de ribeiros, não de fontes e, para onde quer que vá, é acompanhado do mesmo equipamento e apresto. **24.** Mas, como já estamos acabrunhados pelas opiniões não apenas do vulgo, mas também de homens pouco instruídos, que examinam em pedaços e partes o que não conseguem abarcar em sua totalidade, e que separam as palavras dos pensamentos como quem separa o corpo do ânimo, dos quais nenhum pode acontecer sem sua destruição, não empreenderei, em meu discurso, mais do que me é imposto. Apenas apontarei brevemente que nem é possível encontrar o ornato das palavras sem que se tenha antes produzido e expresso os pensamentos, nem existe qualquer pensamento brilhante sem a luz das palavras. **25.** Porém, antes de tentar abordar os meios com que, segundo julgo, se orna e ilumina o discurso, exporei brevemente o que penso de toda o gênero do discurso.

Não existe natureza alguma, segundo me parece, que não tenha em seu gênero inúmeras coisas diferentes entre si mas que, ainda assim, são consideradas dignas de louvor semelhante. De fato, percebemos muitas coisas pelos ouvidos que, embora nos deleitem pelos sons, são muitas vezes tão variadas que o que se ouve em seguida parece mais agradável ainda, e pelos olhos se acumulam prazeres quase inumeráveis, que nos tomam de tal forma que deleitam um único sentido por um gênero diferente, e prazeres díspares encantam os demais sentidos, de modo que é difícil julgar que encanto se sobressai mais. **26.** Mas o mesmo que se dá no caso das naturezas das coisas pode ser aplicado também às artes. Única é a arte da escultura, em que se sobressaíram Míron, Políclito, Lisipo. Todos eles foram diferentes uns dos outros, mas de tal maneira, que não se queria ser diferente de nenhum deles. Únicos são a arte e o método da pintura, embora Zêuxis, Aglaofonte, Apeles difiram uns dos outros. Nenhum deles há a quem pareça faltar algo em sua arte. E se isso é admirável, embora verdadeiro, no caso dessas artes mudas, por assim dizer, quanto mais digno de admiração é no caso do discurso e da língua? Embora se ocupe dos mesmos pensamentos e das mesmas palavras, apresenta diferenças essenciais - não a ponto de uns serem dignos de vitupério, mas de aqueles que são evidentemente dignos de louvor serem louvados, contudo, num gênero diferente. **27.** E, em primeiro lugar, é possível notar entre os poetas, que têm um parentesco próximo com os oradores, o quanto Ênio, Pacúvio e Ácio são diferentes uns dos outros, bem como, entre os gregos, Êsquilo, Sófocles, Eurípides, embora se atribua a todos eles um mérito quase igual num gênero de escrita diferente. **28.** Considerai agora os homens cuja faculdade investigamos e observai que diferença existe entre as inclinações e as naturezas dos oradores. Isócrates tinha encanto, Lísias,

precisão, Hipérides, vivacidade, Ésquines, clamor, Demóstenes, força. Qual deles não era notável? Contudo, qual se assemelhava a qualquer um, senão a si mesmo? O Africano tinha seriedade, Lélío, brandura, Galba, dureza, Carbão, algo de fluente e musical. Qual deles não foi o primeiro naquela época? E, contudo, cada um o foi em seu gênero. Mas por que hei de procurar exemplos antigos, quando posso fazer uso de exemplos presentes e vivos? 29. O que pode acontecer de mais agradável a nossos ouvidos do que o discurso deste Cátulo aqui? É tão puro que ele parece ser o único a falar latim, e tão sério que a uma dignidade singular soma-se, contudo, refinamento e graça. Por que me alongar? De minha parte, quando ouço esse homem, costumo julgar que o que quer que se acrescentasse, mudasse ou subtraísse seria mais vicioso ou inferior. 30. Ora, nosso querido César, aqui, acaso não produziu um método novo de discurso, pondo em cena um gênero oratório quase singular? Quem, além dele, alguma vez tratou temas trágicos comicamente, tristes de maneira relaxada, graves com bom humor, forenses com uma graça quase teatral, e de tal forma, que não se excluísse o humor devido à importância dos temas, nem se diminuísse a seriedade com as brincadeiras? 31. Eis aqui presentes dois homens quase da mesma idade, Sulpício e Cota. O que é tão diferente entre si? O que se sobressai tanto em seu gênero? Um é sóbrio e preciso, explicando o tema com palavras apropriadas e adequadas. Atém-se sempre à causa e, quando percebe de maneira agudíssima o que é preciso provar ao juiz, omite os demais argumentos e nisso fixa sua mente e seu discurso. Já Sulpício tem uma veemência absolutamente enérgica, voz bastante poderosa e forte, tensão extrema do corpo e dignidade de movimentos, além de ser dotado de tal gravidade e riqueza de palavras, que parece o mais munido pela natureza para discursar. 32. Volto-me agora a nós mesmos, uma vez que sempre fomos comparados como se as conversas dos homens nos lançassem uma acusação de rivalidade. O que há de mais diferente do que eu e Antônio quando discursamos? Embora seja um orador tal que nenhuma de suas qualidades possa ser mais notável, eu, apesar de não estar satisfeito comigo mesmo, sou colocado em comparação sobretudo com ele. Percebeis qual é o gênero de Antônio? Forte, veemente, comovido em sua defesa, protegido e defendido em todas as partes da causa, penetrante, agudo, preciso; demora-se em cada uma das questões, cede de maneira honrosa, persegue energicamente, aterroriza, suplica. É dotado de extrema variedade oratória, nunca cansa nossos ouvidos. 33. Quanto a mim, qualquer que seja o valor de minha oratória, uma vez que pareço ter alguma consideração perante vós, estou, contudo, muito distante do gênero desse homem. De que tipo seja não cabe a mim dizer, sobretudo porque cada um conhece muito pouco de si mesmo e tem enorme dificuldade em pensar sobre si mesmo. No entanto, pode-se perceber a diferença pela moderação de meus movimentos e do fato de que quase sempre costumo perorar nas mesmas pegadas que dei inicialmente, e de que por vezes me atormentam um trabalho e um cuidado na escolha das palavras maior do que no dos pensamentos, por temer que, se o discurso for um pouco mais trivial,

não pareça ter sido digno da expectativa e do silêncio. 34. É que se em nós, que estamos aqui presentes, há tamanhas diferenças, há características tão precisas e tão particulares de cada um... e louva-se tudo o que é perfeito em seu gênero, o que aconteceria, em vossa opinião, se quiséssemos abarcar todos os oradores que existem e existiram em qualquer parte? Acaso não sucederia que se encontrariam quase tantos gêneros de discurso quantos fossem os oradores? A partir desta minha discussão talvez se pense que, se são praticamente inumeráveis as formas, por assim dizer, e as figuras do discurso, díspares pela espécie, louváveis, pelo gênero, não é possível que elas, que discrepam entre si, sejam formadas pelos mesmos preceitos e pelo mesmo tipo de educação, 35. o que não é o caso. E é preciso que aqueles que educam e instruem alguns homens observem com extremo cuidado a que lugar a sua própria natureza mais leva cada um. E, de fato, notamos que da mesma escola, digamos assim, dos artífices e mestres mais perfeitos no gênero de cada um, saíram discípulos diferentes uns dos outros mas, ainda assim, dignos de louvor, uma vez que a instrução do mestre se acomodou à natureza de cada um 36. O mais ilustre exemplo disso, deixando as demais artes de lado, era o fato de Isócrates, mestre singular, afirmar que costumava empregar esporas em Éforo, mas rédeas em Teopompo, em contrapartida. Continha um, que se ensoberbava pela ousadia no uso das palavras, incitava o outro, que era hesitante e como que tímido. E não os tornou semelhantes um ao outro, mas apenas acrescentou a um e suprimiu do outro o bastante para consolidar em ambos o que se manifestava pela natureza de um e outro. 37. Tive de começar por dizer tais coisas a fim de que percebêsseis, caso nem tudo que propusesse estivesse ligado ao desejo de todos vós e ao gênero que cada um de vós aprova em seus discursos, que estava tratando do gênero que eu mesmo mais aprovo.

Portanto, é preciso que o orador atue e fale aquilo que Antônio apontou de algum modo. Que modo de discursar é melhor - pois verei mais tarde a respeito da atuação - do que discursar de maneira clara, ornada, adequada e conveniente àquilo que se defende, seja o que for? 38. E não creio que se espere de mim o método dos dois primeiros a que fiz menção, a fala pura e clara. Pois não estamos tentando ensinar a discursar aquele que não sabe falar; nem ter esperança de que aquele que não é capaz de falar corretamente discursar de maneira ornada; nem, na verdade, que aquele que não discursa de modo inteligível possa discursar de modo admirável. Deixemos de lado, então, esses elementos que apresentam um conhecimento fácil, um uso necessário. Pois um deles é ensinado nas letras e na formação juvenis, o outro é empregado para que se entenda o que cada um diz, algo que percebemos ser tão necessário que não é possível haver menos do que isso. 39. Ora, toda a elegância da fala, embora seja aperfeiçoada com o conhecimento das letras, aumenta com a leitura de oradores e poetas. De fato, quase todos aqueles antigos que ainda não podiam ornar o que diziam falaram de maneira magnífica. Aqueles que se acostumarem à sua linguagem não poderão, ainda que queiram, falar senão corretamente. Não se deverá, contudo, empregar palavras que nosso uso já não emprega, a

não ser, por vezes, de maneira comedida, para ornar, como mostrarei. Mas poderá empregar as palavras usuais, de modo a usar as mais seletas, aquele que tiver examinado com cuidado e por muito tempo os escritos antigos. **40.** E, para falar corretamente, não apenas devemos atentar para que pronunciemos palavras que não dêem motivo para censura e para que as preservemos em relação a casos, tempos, gênero e número de tal forma que não haja nenhuma confusão, discrepância ou inversão, mas também controlar a fala, a respiração e o próprio tom da voz. **41.** Não quero que as letras sejam pronunciadas com afetação, não quero que se pronuncie indistintamente, com descuido. Não quero que as palavras saiam fracas e ofegantes, não quero que saiam altas e com dificuldade, pesadamente. De fato, ainda não estou falando da voz no que diz respeito à atuação, mas no que parece estar ligado à fala, por assim dizer. Há certos vícios que todos desejam evitar: uma voz mole, efeminada ou dissonante além da medida, por assim dizer, e desagradável ao ouvido. **42.** Há um vício que alguns procuram deliberadamente. Uma pronúncia rural e do campo deleita algumas pessoas pelo fato de a fala de tais pessoas parecer reter mais antigüidade, caso soe dessa maneira - tal como teu camarada Lúcio Cota, Cátulo, parece-me ter prazer com a gravidade da língua e um tom de voz do campo, e julga que aquilo que fala soará antigo se for completamente rural. No que me diz respeito, esse teu tom de voz e essa tua precisão me deleitam, deixando de lado a das palavras, embora seja o tópico em questão; porém, é o método que o traz, ensinam-no as letras, confirma-no a prática de ler e de falar; mas refiro-me ao encanto que sai da boca; tal como entre os gregos ela é característica dos áticos, em latim ela é característica sobretudo desta cidade. **43.** Em Atenas, já há muito a doutrina dos próprios atenienses morreu: resta naquela cidade apenas a morada dos estudos a que não se dedicam seus cidadãos, enquanto os estrangeiros deles desfrutam, cativados, de certa maneira, pelo renome e pela autoridade da cidade. Contudo, qualquer ateniense inculto superará facilmente os mais instruídos asiáticos não pelas palavras, mas pelo tom de voz, e não por falar tão bem quanto suavemente. Os romanos dedicam-se menos às letras do que os latinos. Contudo, dentre esses cidadãos que conheceis, que têm muito pouco das letras, não há ninguém que não supere facilmente a Q. Valério Sorano, o mais instruído de todos os togados, pela suavidade da voz e pela própria articulação e som da boca. **44.** Por isso, uma vez que existe certo sotaque característico da raça e da cidade de Roma, no qual nada pode ser malvisto, nada pode desagradar, nada pode ser criticado, nada pode soar ou cheirar a estrangeiro, busquemos esse sotaque e aprendamos a evitar não apenas a dureza campesina, mas também a estranheza estrangeira. **45.** De minha parte, quando ouço minha sogra, Lélia - as mulheres, com efeito, preservam mais facilmente a antigüidade não corrompida, porque, privadas da fala de muitos homens, mantêm sempre o que aprenderam por primeiro -, mas sempre a ouço de tal forma, que creio estar ouvindo Plauto ou Névio. Ela é dotada de um tom de voz tão correto e simples que não parece trazer nenhuma ostentação ou imitação. Disso deduzo que assim

falava seu pai, assim falavam seus antepassados - não de maneira dura, como aquele que mencionei, rude, campesina ou hesitante, mas bem articulada, uniforme e suave. **46.** É por isso que o nosso Cota, cuja pronúncia aberta por vezes imitas, Sulpício, suprimindo o *i* e pronunciando o *e* muito alongado, não me parece imitar os oradores antigos, mas os ceifeiros.

Como o próprio Sulpício risse dessa observação, continuou Crasso: - já que quisestes que eu falasse, ouvireis algumas observações sobre vossos vícios.

- Tomara mesmo, respondeu Sulpício, pois é exatamente isso o que queremos, e, se o fizeres, hoje deixaremos de lado, em minha opinião, muitos vícios.

47. - Mas não posso criticar-te, Sulpício, replicou Crasso, sem certo risco para mim mesmo, uma vez que Antônio observou que te pareces muito comigo.

- Quando nos aconselhava, disse Sulpício, a imitarmos o que havia de melhor em cada um. Levando isso em conta, receio não ter imitado de ti senão a batida do pé, algumas palavras e, talvez, algum movimento.

- Então, observou Crasso, não critico o que tiraste de mim, a fim de não zombar de mim mesmo - mas o que vem de mim é muita mais numeroso e importante do que o que apontas. Já daquilo que é claramente teu ou que tiraste de algum outro, por imitação, eu te aconselharei a respeito se acaso algum tópico me lembrar disso.

48. Deixemos de lado, portanto, os preceitos da fala correta, que são ensinados pela formação juvenil e alimentados por um conhecimento e por um método mais preciso das letras ou pela prática da conversa diária e doméstica, confirmado pelos livros e pela leitura dos oradores e poetas antigos. E não nos demorem mais tempo na discussão dos meios com que podemos conseguir que se entenda o que dizemos, **49.** a dizer: falar corretamente, empregar palavras usuais e que demonstrem com propriedade aquilo que pretendemos significar e declarar, sem palavra ou fala ambíguas, uma seqüência não muito longa de palavras, sem produzir muito as que são transferidas de outras coisas devido à semelhança, sem pensamentos entrecortados, sem tempos invertidos, sem confusão de personagens, sem perturbação da ordem. Por que me alongar? A questão toda é tão simples, que muitas vezes me parece absolutamente admirável quando calha de ser mais difícil entender o que um patrono quer dizer do que aconteceria se a própria pessoa que emprega o patrono defendesse sua própria causa. **50.** De fato, na maior parte dos casos esses que nos trazem suas causas nos instruem, eles próprios, de tal forma, que não se carece de falar mais claramente. Por outro lado, tão logo Fúfio ou Pompônio, vosso contemporâneo, começam a defender os mesmos casos, não consigo entender igualmente o que dizem, a não ser que tenha estado absolutamente atento. Tão confuso é seu discurso, tão perturbado, que nada vem em primeiro lugar, nada vem em segundo, e tamanha é a afetação e a desordem de suas palavras, que o discurso, que deve lançar luz aos casos, traz obscuridade

e trevas, e que de certa forma eles próprios parecem perturbar a si mesmos ao falar. 51. Na verdade, se vos apraz, uma vez que espero que tais assuntos pareçam, pelo menos a vós, que sois mais velhos, desagradáveis e maçantes, passemos aos restantes, ainda que um pouco mais detestáveis.

- E contudo percebes, observou Antônio, que coisas diferentes fazemos, nós que podemos ser conduzidos - estou falando de mim mesmo - a te seguir, te ouvir, em todas as questões restantes, de tal forma tua fala é clara sobre questões horrídas, plena sobre questões áridas, bastante nova sobre questões repisadas.

52. - É que foram fáceis, Antônio, as duas partes que acabei de percorrer às pressas ou que, antes, praticamente omiti, o falar corretamente e o discursar com clareza. As demais são grandiosas, complicadas, variadas, importantes, e nelas estão contidas toda a admiração ao engenho, todo louvor à eloqüência. De fato, ninguém jamais admirou um orador por falar corretamente. Se acontece de outra maneira, ridicularizam-no, não apenas considerando que não é um orador, mas nem mesmo um homem. Ninguém exalta com palavras aquele que falou de modo a que os presentes compreendessem o que falava, mas despreza-se aquele que não foi capaz de fazê-lo. 53. Com o que, então, os homens se arrepiam? A quem observam estupefatos, enquanto discursa? Com o que soltam gritos de admiração? A quem consideram um deus entre os homens, por assim dizer? Àqueles que discursam de maneira distinta, desenvolvida, abundante, brilhante tanto pelos temas quanto pelas palavras e que constróem como que uma espécie de ritmo e verso - é isso o que quero dizer por “ornadamente”. Aqueles que também se controlam de tal forma a respeitar as dignidades das ocasiões e das personagens são os que merecem louvor naquele tipo de qualidade que denomino “adequado” e “conveniente”. 54. Antônio afirmou que ainda não viu quem discursasse dessa forma, e disse que apenas a tal pessoa deve-se atribuir a palavra “eloqüência”. Por isso, recomendo-vos a troça e o desprezo para com aqueles que acreditam ter abarcado todo o poder dos oradores por meio dos preceitos desses que agora são chamados de retores, sem ter conseguido entender, ainda, que papel desempenham ou o que têm a oferecer. É que, na verdade, o orador deve ter pesquisado, ouvido, lido, discutido, tratado e defendido tudo o que diz respeito à vida dos homens, quando o orador se ocupa dela e a ela a matéria está sujeita. 55. De fato, a eloqüência é uma das mais altas virtudes. Embora todas as virtudes sejam iguais e semelhantes, uma espécie é mais bela e ilustre do que a outra. Tal como este poder, que, abarcando o conhecimento das coisas, desenvolve com palavras as idéias e os desígnios da mente de tal forma que é capaz de impelir os ouvintes para onde quer que se incline. Quanto maior é esse poder, mais deve ser atrelado à honestidade e a uma enorme prudência. Se confiarmos a riqueza oratória a homens desprovidos de tais virtudes, não estaremos produzindo um orador, mas dando certas armas a loucos. 56. A esse método, continuando, de refletir e falar, e a esse poder do discurso, os gregos denominavam “sabedoria”. Daqui provieram os Licurgos, os Pítacos, os

Sólons, bem como, por essa semelhança, os nossos Coruncanos, Fabrícios, Catões, Cipiões, talvez não tão doutos, mas dotados de entusiasmo e vontade semelhantes. Outros, dotados de idêntica prudência, mas tendo um desígnio diferente para os estudos da vida, buscaram a paz e o ócio, como Pitágoras, Demócrito, Anaxágoras, os quais, afastando-se totalmente do governo dos estados, aplicaram-se ao conhecimento das coisas. Esse tipo de vida, devido à sua tranqüilidade e ao atrativo do conhecimento em si, de que nada pode ser mais agradável aos homens, deleitou mais pessoas do que era útil aos assuntos públicos. 57. Assim, quando homens dotados das mais excelentes inteligências dedicaram-se a esse estudo devido à enorme disponibilidade de tempo vago e livre, homens extremamente doutos e providos de ócio extremo e de inteligências sobremaneira férteis, consideraram que lhes cabia tratar, examinar e investigar muito mais do que era necessário. De fato, aquela antiga doutrina parecia ser a mesma professora das ações corretas e do bom discurso, e não eram mestres distintos, mas os mesmos, os preceptores da vida e do discurso, tal como, em Homero, Fênix, que afirma ter sido dado ao jovem Aquiles como companheiro por Peleu, seu pai, a fim de que o tornasse “orador de palavras e ator de casos”. 58. Porém, tal como os homens acostumados a um trabalho assíduo e diário, quando são impedidos de trabalhar por causa de uma tempestade, entregam-se à péla, aos jogos de ossos ou aos dados, ou ainda inventam algum novo jogo no ócio, da mesma forma eles, excluídos das atividades públicas como se de um trabalho, inativos pelas circunstâncias ou por vontade própria, dedicaram-se inteiramente, uns, aos poetas, outros, aos geômetras, outros, aos músicos, alguns, ainda, como os dialéticos, criaram eles próprios para si mesmos um estudo e um jogo, consumiram todo seu tempo e suas vidas nessas artes que foram inventadas para que as mentes dos meninos fossem modeladas de acordo com o refinamento e a virtude. 59. Mas como havia alguns homens - e eram muitos - que se distinguiam na política devido à dupla sabedoria que não pode ser separada, a da ação e da palavra, como Temístocles, Péricles, Terâmenes, ou que se ocupavam menos de política, mas eram mestres dessa mesma sabedoria, como Górgias, Trasímaco, Isócrates, encontraram-se aqueles que, abundando em doutrina e inteligência mas afastando-se da administração civil e das atividades por uma decisão de sua mente, fustigavam e desprezavam esse exercício do discurso. 60. O principal deles foi Sócrates, aquele que, segundo o testemunho de todos os eruditos e a opinião de toda a Grécia, foi facilmente o primeiro de todos não apenas em prudência, agudeza, encanto e precisão, mas também em eloqüência, variedade, abundância, qualquer que fosse a questão a que se tivesse dedicado. Daqueles que tratavam, debatiam, ensinavam essas questões que estamos investigando agora, uma vez que eram chamadas por um único nome, porque todo o conhecimento das artes liberais e o seu exercício era denominado filosofia, ele roubou essa denominação comum e separou, em suas discussões, a ciência do pensamento sábio e da fala ornada, embora estreitamente unidas, na realidade. Platão conferiu

imortalidade a seu engenho e a seus vários diálogos em seus escritos, uma vez que o próprio Sócrates não deixou nenhum escrito. **61.** Daqui surgiu aquela separação entre a língua, por assim dizer, e o coração, completamente absurda, inútil e condenável, de modo que uns nos ensinam a ter discernimento, outros, a falar. De fato, uma vez que praticamente inúmeros homens provieram de Sócrates, porque cada um apreendera algo diferente de suas discussões variadas, diversas e espalhadas por toda parte, disseminaram-se famílias, por assim dizer, contraditórias, e muito distantes e diferentes, embora todos os filósofos quisessem ser chamados de socráticos e se julgassem tais. **62.** E, num primeiro momento, do próprio Platão emanaram Aristóteles e Xenócrates, um dos quais sustentou o nome dos peripatéticos, o outro, da Academia; em seguida, de Antístenes, que amara sobretudo a paciência e a dureza nos diálogos socráticos, provieram, primeiramente, os cínicos, depois, os estóicos; de Aristipo, então, a quem mais agradavam aqueles discussões relativas ao prazer, derivou a filosofia cirenaica, que ele e seus pósteros defenderam abertamente, enquanto esses, que agora medem tudo segundo o prazer, fazem-no de maneira mais tímida, nem estão à altura da dignidade, que não desprezam, nem defendem o prazer, que querem abraçar. Houve ainda outros tipos de filósofos, que em sua quase totalidade afirmavam ser socráticos - os erétricos, erílios, megáricos, pirrôneos. Porém, devido à violência e às discussões destes, já há muito estão fragmentados e extintos. **63.** Dentre aqueles que ainda existem, aquela filosofia que assumiu a defesa do prazer, embora possa parecer correta a alguém, está distante daquele homem que procuramos e que pretendemos que seja conselheiro da opinião pública, líder no governo do estado, primeiro homem, pelo pensamento e pela eloquência, no senado, em meio ao povo, nas causas públicas. No entanto, essa filosofia não receberá nenhuma ofensa de nossa parte. Pois não será repelida do lugar para onde desejar se dirigir, mas descansará em seus pequenos jardins, onde deseja, onde, mesmo deitando-se com tranqüilidade e delicadeza, chama-nos para longe dos rostros, dos tribunais, da cúria, talvez sabiamente, sobretudo na situação política atual. **64.** Porém, não estou examinando qual é a filosofia mais correta, mas qual a mais concordante com o orador. Por isso, deixemo-los partir sem nenhuma afronta - são, de fato, homens honestos e, uma vez que se crêem tais, felizes - apenas advertindo-os a que guardem em silêncio e como a um mistério, por mais correto que seja, o fato de afirmarem que não é próprio do sábio tomar parte nos assuntos públicos. De fato, se eles persuadirem a nós e aos melhores disso, eles próprios não poderão ser aquilo que mais desejam, ociosos. **65.** Já quanto aos estóicos, apesar de em nada os desaprovar, desconsidero-os e não temo sua ira, uma vez que não são absolutamente capazes de se irar. Tenho tal simpatia por eles porque, de todos, são os únicos a afirmar que a eloquência é virtude e sabedoria. Mas, como quer que seja, há neles um elemento que é bastante incompatível com este orador que estamos erigindo: o fato, por exemplo, de afirmarem que todos os que não são sábios são escravos, bandidos, inimigos, loucos, e

que, no entanto, ninguém é sábio. É totalmente absurdo confiar uma assembleia popular, o senado ou qualquer reunião de homens a uma pessoa que não considera que nenhum dos presentes seja sã, cidadão, homem livre. **66.** Soma-se a isso o fato de apresentarem um gênero de discurso que talvez seja preciso e é certamente agudo, mas que, para um orador, é árido, desusado, distante dos ouvidos do vulgo, obscuro, vazio, seco e de tal natureza que de forma alguma é possível empregá-lo quando fala ao vulgo. De fato, a crença dos estóicos nos bens e nos males é diferente da dos demais cidadãos ou, antes, povos, diferente é o seu conceito de honra, ignomínia, recompensa, castigo. Se isso é correto ou não, não cabe aqui dizer, mas, se seguissemos essas idéias, jamais seríamos capazes de expor um caso por meio de nosso discurso. **67.** Restam os peripatéticos e os acadêmicos, embora o nome dos acadêmicos seja um só, mas seus pensamentos, dois. De fato, Espeusipo, filho da irmã de Platão, Xenócrates, que fora discípulo de Platão, Polemão, que fora discípulo de Xenócrates e Crantor não discordaram fortemente de Aristóteles, que fora discípulo de Platão junto com eles, em nenhum aspecto, mas talvez não tenham sido semelhantes na riqueza e variedade do discurso. Em primeiro lugar, Arcesilau, que fora discípulo de Polemão, depreendeu dos vários livros de Platão e dos diálogos socráticos sobretudo o fato de não existir nada de certo que possa ser percebido pelos sentidos ou pela mente. Dizem que ele fazia uso de um incrível encanto discursivo, que desprezava qualquer julgamento da mente e dos sentidos, e que foi o primeiro a decidir - embora isso seja uma característica sobretudo socrática -, não revelar o que ele mesmo pensava, mas debater o que cada um afirmasse pensar. **68.** Daqui proveio essa Academia mais recente, na qual se sobressaiu, por sua inteligência de uma rapidez divina e sua riqueza do discurso, Carnéades. Embora tenha conhecido muitos de seus discípulos, em Atenas, posso citar como autoridades mais exatas meu sogro Cévola, que foi seu discípulo em Roma, quando jovem, e Q. Metelo, filho de Lúcio, meu amigo e ilustríssimo varão, que afirmava que, em sua juventude, ouvira-o por muitos dias em Atenas, já afetado pela velhice. **69.** Tal como, nos casos dos rios do Apenino, fizeram-se bifurcações das doutrinas a partir do cume comum da sabedoria, de modo que os filósofos como que afluíssem para o mar superior, jônio, bastante grego e repleto de portos, enquanto os oradores escorriam para esse mar inferior, toscano e bárbaro, repleto de rochedos e hostil, em que até o próprio Ulisses havia errado. **70.** Porém, se nos contentamos com tal eloquência e com um orador que saiba que é preciso negar aquilo de que se é acusado, ou, caso não seja possível, então mostrar que aquele que é falsamente acusado agiu corretamente, ou por culpa de outra pessoa, ou devido a um ultraje, ou de acordo com a lei, ou não contra a lei, ou por imprudência, ou por necessidade, ou que não se deve empregar o termo com que é acusado, ou que o assunto não é tratado como era devido ou lícito. E se julgais ser suficiente aprender o que esses escritores de manual ensinam, que Antônio desenvolveu de maneira muito mais ornada e fértil do que eles costumam falar; mas se vos contentais com isso e com o que quisestes ouvir

de mim, compelis o orador de um campo imenso para um minúsculo círculo. 71. Mas se quereis seguir o antigo Péricles, ou ainda esse que nos é mais familiar devido ao grande número de seus escritos, Demóstenes, e se passastes a admirar aquela ilustre e exímia beleza e formosura do orador perfeito, é preciso que abarqueis esta autoridade de Carnéades ou aquela de Aristóteles. 72. E de fato, como disse anteriormente, até Sócrates os antigos uniam à teoria do discurso todo o conhecimento e toda a ciência de tudo que diz respeito ao caráter dos homens, à vida, à virtude, à política. Posteriormente, como expliquei, os expressivos foram dissociados dos doutos por Sócrates e, em seguida, também por todos os socráticos. Os filósofos desprezaram a eloquência, os oradores, à sabedoria, e não abordaram da parte do outro senão aquilo que aqueles podiam tomar de empréstimo a estes, estes, àqueles. Beberiam indistintamente dessa fonte, se tivessem desejado permanecer em sua antiga união. 73. Porém, tal como os antigos pontífices quiseram que houvesse três epulões devido ao grande número de sacrifícios, embora Numa tivesse estabelecido que eles próprios fizessem também aquele sacrifício epular dos jogos, do mesmo modo os socráticos afastaram de si e da palavra “filosofia” os advogados das causas, embora os antigos tenham pretendido que havia uma união admirável entre a fala e o entendimento.

74. Sendo assim, pedirei alguma clemência por minha pessoa e solicitarei a vós que considereis que me refiro não a mim mesmo, mas ao orador, naquilo que digo. De fato, eu sou um homem que, tendo sido educado, quando menino, com o extremo esforço de meu pai e tendo levado ao fórum tanto engenho quanto percebo, não tanto quanto talvez vos pareça, não poderia dizer que aprendi esses elementos que agora abranjo do modo como afirmo que devem ser aprendidos, sobretudo porque passei às causas públicas mais cedo do que qualquer um e aos vinte e um anos de idade acusei um homem extremamente famoso e eloquente; um homem que teve o fórum como escola, como mestre, a prática, as leis, as instituições do povo romano e a tradição dos antepassados. 75. Sentindo alguma avidez por essas artes de que estou falando, provei-as na época em que era questor na Ásia, quando encontrei Metrodoro, o famoso retor da Academia, quase meu contemporâneo, a que Antônio fez menção, e, ao partir de lá, em Atenas, onde teria me demorado por mais tempo se não tivesse me inflamado contra os atenienses por não repetirem os mistérios, para os quais eu chegara dois dias atrasado. Por isso, o fato de abranger tão grande conhecimento e força da formação teórica, não apenas não vai a meu favor, mas, antes, vai contra mim - de fato, não estou discutindo não estou discutindo a minha capacidade, mas a do orador - e contra todos esses homens absolutamente ridículos que escrevem artes retóricas. De fato, eles escrevem acerca do gênero dos processos, bem como dos exórdios e das narrações. 76. Porém, tamanho é o poder da eloquência, que ela contém a origem, a essência, as mudanças de todas as coisas, das virtudes, dos deveres, de toda a natureza, a qual abrange o caráter dos homens, suas mentes, sua vida; que ela mesma determina os

costumes, as leis, as instituições, governa o estado e fala de maneira ornada e rica de tudo que diz respeito ao assunto. 77. Ocupamo-nos desse gênero na medida de nossas possibilidades, na medida da força de nosso engenho, de nossa instrução mediana, de nossa prática. Contudo, não ficamos muito atrás, numa discussão, desses homens que depositaram unicamente na filosofia a morada de suas vidas. 78. De fato, o que meu amigo C. Veleio pode citar como motivo de o prazer ser o sumo bem, que eu não possa defender com mais riqueza, se assim quiser, ou refutar, baseando-me naqueles tópicos que Antônio expôs, com a prática oratória em que Veleio não tem experiência, mas qualquer um de nós é versado? O que Sex. Pompeu, os dois Balbos ou meu amigo que conviveu com Panécio, M. Vigélio, podem falar acerca da virtude dos homens para que, numa discussão, eu ou qualquer um de vós deva ficar atrás deles? 79. A filosofia, com efeito, não é semelhante às demais artes. De fato, o que fará em geometria aquele que não a aprendeu? E na música? Será forçoso que se cale ou que não seja sequer considerado são.

80. Mas se algum dia existir alguém que seja capaz, à maneira de Aristóteles, de falar sobre os dois lados de qualquer questão e de desenvolver, em qualquer causa, duas orações contrárias depois de ter aprendido os seus preceitos, ou que, à maneira de Arcesilau e Carnéades, disserte contra qualquer coisa que lhe seja proposta, e que acrescente a esse método e a esse exercício esta prática e este costume retórico do discurso, esse será o verdadeiro, o perfeito, o único orador. É que o orador não pode ser veemente e grave o bastante sem as forças forenses, nem suficientemente refinado e sábio sem a variedade da formação teórica. 81. Por isso, permitamos, nós, pelo menos, que esse vosso Córax faça seus filhotes nascerem num ninho a fim de voarem dali como declamadores odiosos e desagradáveis, e deixemos que um Pânfilo qualquer pinte em faixas um assunto tão importante como se se tratasse de alguns prazeres juvenis. E que nós próprios, nessa discussão tão exígua de ontem e de hoje, expliquemos todo o ofício do orador, contanto que o assunto seja tão vasto que pareça ter sido abarcado por todos os livros dos filósofos que nenhum desses oradores jamais tocou.

82. Observou então Cátulo: - Não é absolutamente de admirar, Crasso, que haja em ti tamanho poder, encanto ou riqueza oratórios. Na verdade, antes eu acreditava que era por natureza que discursavas de tal modo que julgava seres não apenas um orador perfeito, mas o mais sábio dos homens. Agora percebo que aqueles fatores ainda mais poderosos, que dizem respeito à sabedoria, te guiaram, e que foi deles que emanou essa riqueza oratória. No entanto, quando recordo todos os passos de tua idade, e quando considero tua vida e teus estudos, não consigo perceber em que época aprendeste essas coisas, nem me dou conta de que te tenhas dedicado com afinco a esses estudos, homens, livros. E, contudo, não sou capaz de afirmar se admiro mais o fato de teres podido, em meio a tão importantes ocupações, estudar aquilo que me convences ser da maior utilidade, ou, caso não o tenhas podido, seres capaz de falar dessa maneira.

83. - Primeiramente, Cátulo, respondeu Crasso, gostaria de que me convencesse de que, quando discuto acerca do orador, não estou fazendo o mesmo que faria se tivesse de falar sobre o ator. Eu afirmaria que ele não pode ter êxito na gesticulação se não tiver aprendido a ginástica, a dança, e não seria necessário que eu fosse um ator para falar isso, mas, talvez, um apreciador nada estúpido de uma arte alheia. 84. Agora, por vossa instigação, é evidente que estou falando do orador perfeito. De fato, sempre que se investiga acerca de uma arte ou faculdade qualquer, costuma-se investigá-la em sua forma absoluta e perfeita. Por isso, se pretendeis que eu seja um orador, ou um orador bom o bastante, ou bom, enfim, não me oporei. Mas como? Agora eu seria um inepto? Sei que sou bem considerado. Ainda que seja o caso, com certeza não sou perfeito. E não há, com efeito, algo que seja mais difícil, mais importante, ou que careça de mais auxílio da formação teórica. 85. E no entanto, uma vez que devemos discutir a respeito do orador, é necessário que fale do orador perfeito. De fato, não é possível compreender a essência e a magnitude do poder e da natureza de alguma coisa se ela não for colocada em sua forma perfeita diante de nossos olhos. E no que me diz respeito, Cátulo, reconheço que não me ocupo, hoje em dia, desses livros ou desses homens, que, como bem lembraste, nunca tive tempo disponível para estudar, e que concedi à formação teórica apenas o tempo que minha juventude e os feriados do fórum me concederam. 86. E se queres saber, Cátulo, o que penso a respeito dessa formação teórica, considero que, a um homem inteligente e que tenha em mira o fórum, a cúria, as causas, a política, não é necessário tanto tempo quanto gastaram aqueles que morreram enquanto ainda aprendiam. De fato, todas as artes recebem tratamento diferente daqueles que a aplicam a uma prática e daqueles que, deleitando-se com o tratamento das próprias artes, não farão outra coisa em suas vidas. Este mestre dos gladiadores já está extremamente velho e estuda todos os dias, pois não cuida de outra coisa. Mas Q. Velócio aprendera quando menino. Porém, por ser apto a isso e ter total conhecimento do assunto, foi, como se encontra em Lucílio,

Sem dúvida um bom gladiador na escola

E bastante duro a qualquer um com as varas.

mas dedicava mais atenção ao fórum, aos amigos, ao patrimônio familiar. Valério cantava todos os dias, pois era ator. O que mais deveria fazer? 87. Mas Numério Fúrio, nosso amigo, canta quando é conveniente, pois é um chefe de família, é um cavaleiro romano. Aprendeu quando menino o que tinha de aprender. O método dessas artes mais importantes é o mesmo. Víamos os dias e as noites durante os quais um homem de extremo valor e prudência, Q. Tuberão, seguia as lições de um filósofo. Porém, mal perceberíamos que seu tio, o Africano, o fazia, embora o fizesse. Aprende-se facilmente essas coisas se tomamos apenas o que é necessário, se temos alguém que possa nos ensinar com solidez e se nós próprios sabemos também aprender. 88. Mas, se não quiseres fazer outra coisa

durante toda a tua vida, o tratamento e a questão, por si mesmos, diariamente, produzirão algo que possas investigar com um deleite preguiçoso. Assim, ocorre que o exercício da natureza seja infinito, seu conhecimento, fácil, se a prática confirma a formação teórica, se lhe for atribuído um esforço mediano, se a memória e o estudo permanecerem. E aprender é sempre prazeroso; como, por exemplo, se eu quisesse ser um grande jogador de ossinhos ou fosse retido pela dedicação à péla, mesmo que, talvez, não pudesse consegui-lo; mas os demais, que o fazem ilustremente, deleitam-se muito mais do que a causa exige, como Tício com a péla, Brula, com os ossinhos. **89.** Por isso, não há nenhum motivo para que alguém tema a magnitude das artes baseado naquilo que os velhos aprendem. De fato, ou chegaram até elas já velhos, ou detêm-se em seu estudo até a velhice, ou são lentos demais. Na minha opinião, a situação é a seguinte: se alguém não for capaz de aprender algo de maneira rápida, nunca será capaz de aprendê-lo totalmente.

90. - Agora, Crasso, disse Cátulo, agora entendo o que dizes e, por Hércules, concordo contigo. Percebo que tu, um homem de enorme entusiasmo pelo aprendizado, tiveste tempo para tomar conhecimento daquilo de que trata.

- Continuas acreditando que o que falo refere-se a mim, e não à coisa em si? Mas agora, se vos apraz, tornemos ao que havíamos estabelecido.

- Na verdade, a mim apraz, respondeu Cátulo.

91. Disse então Crasso: - A que visa, então, esse meu discurso tão longo e já há muito iniciado? Estas duas partes que me restam, abrilhantar o discurso e levar a eloquência à sua perfeição, das quais uma exige que se fale ornada, a outra, adequadamente, têm o poder de serem extremamente prazerosas, de influírem ao máximo sobre os sentimentos dos ouvintes, de serem munidas de inúmeros fatores. **92.** Este equipamento forense, litigioso, enérgico, tirado das opiniões do vulgo, é fraco e absolutamente mendicante. Por outro lado, aquele próprio que é ensinado por esses que se apresentam como mestres do discurso não é muito mais importante do que o vulgar e forense. Precisamos de aparato e de elementos requintados, reunidos de todas as partes, rebuscados, bem ordenados, tal como tu, César, terás de fazer dentro de um ano; tal como me esforcei por fazer em minha edilidade, porque não considerava que poderia satisfazer esse povo com elementos cotidianos e vernáculos. **93.** É fácil o método ou a prática sem método de escolher as palavras, dispô-las, encerrá-las em cláusulas. Grande é a matéria e, como os gregos já não a dominassem e nossa juventude praticamente a desaprendesse enquanto aprendia, surgiram também professores latinos - podeis acreditar? - nos últimos dois anos. Quando censor, eu os abolira em meu edito, não por não querer, como se afirmava que não sei quem dizia, que se aguçassem os engenhos dos jovens, mas, pelo contrário, por não desejar que os engenhos embotassem, que a impudência se fortificasse. **94.** De fato, percebia que entre os gregos, como quer que fossem, havia, além desse exercício da língua, uma

doutrina e um refinamento dignos de conhecimento. Já no caso desses novos professores, entendia que não eram capazes de ensinar senão a serem ousados, algo que, mesmo quando ligado a coisas boas, deve, por si mesmo, ser fortemente evitado. Como se ensinava apenas isso e como aquela era uma escola de impudência, considere que era dever de um censor cuidar para que aquilo não se espalhasse. **95.** Mas tomo tais medidas e decisões de tal maneira que não perca as esperanças de que essas questões que discutimos sejam ensinadas e aperfeiçoadas em latim, pois tanto a nossa língua quanto a natureza permitem que aquela antiga e excelente prudência dos gregos seja aplicada a nossa prática e costume. Mas há necessidade de homens instruídos, algo que, pelo menos nesta categoria, ainda não aconteceu. Porém, quando surgirem, serão colocados acima mesmo dos gregos.

96. O discurso é adornado, então, em primeiro lugar, por seu caráter geral, bem como por sua cor, por assim dizer, e vitalidade. De fato, ser grave, encantador, culto, nobre, admirável, refinado, apresentar tanto sentimento e dor quanto é necessário, não dizem respeito a membros isolados: essas qualidades se observam no corpo inteiro. Para que, continuando, ele seja salpicado pelas flores, por assim dizer, das palavras e dos pensamentos, isso não deve estar espalhado uniformemente por todo o discurso, mas distinguido de tal maneira que haja certos sinais e luzes dispostos, por assim dizer, no ornato. **97.** Deve-se, portanto, escolher um gênero de discurso que retenha ao máximo os ouvintes e que não apenas os deleite, mas que os deleite sem cansá-los. Com efeito, não julgo que se espere agora de mim que eu vos aconselhe a evitar que vosso discurso seja seco, descuidado, vulgar, trivial. Vossas inteligências e idades recomendam-me algo maior. **98.** Com efeito, é difícil dizer qual é o motivo de muito rapidamente afastarmos de nós, devido ao fastio e à saciedade, aquelas coisas que estimulam fortemente os nossos sentidos e, à primeira vista, comovem-nos vivamente. Quão mais brilhantes, pela beleza e variedade das cores, são a maior parte dos elementos nas pinturas novas do que nas velhas! No entanto, se num primeiro momento eles nos cativam pela aparência, não nos deleitam durante muito tempo, quando, ao mesmo tempo, nos encantamos com o próprio aspecto austero e antiquado daqueles quadros antigos. Quão mais suaves e delicados, no canto, são as inflexões e os tons de voz em falsete do que os decididos e sérios! Contudo, se acontecem com muita freqüência, não apenas os austeros, mas a própria multidão protesta contra eles. **99.** É possível perceber o mesmo em relação aos demais sentidos: deleitamo-nos menos tempo com os perfumes preparados com a essência mais forte e penetrante do que com os moderados, e parece ser louvado mais por cheirar a cera do que a açafraão. No próprio tato há uma medida para a moleza e a suavidade. Além disso, o paladar, que é o sentido mais prazeroso de todos e que, ao contrário dos demais sentidos, é estimulado pela doçura, com que rapidez rejeita e recusa o que é muito doce! Quem é capaz de tomar uma bebida doce ou comer um alimento doce durante muito tempo? É que, nos dois casos, aquilo que estimula o sentido de maneira leve evita com mais facilidade a saciedade. **100.** Assim, em

tudo, o fastio é confim aos maiores prazeres. Por isso, não nos admiremos tanto do fato de que, em relação ao discurso, em que, provenha ele de poetas ou oradores, podemos julgá-lo harmonioso, distinto, ornado, se não houver pausas, retomadas, variedade, ainda que o poema ou o discurso seja pintado com cores brilhantes, não poderá deleitar continuamente. E os ornatos e o artifício de um orador ou de um poeta desagradam mais rapidamente, porque os sentidos se saciam de um prazer excessivo pela natureza, não pelo pensamento; nos escritos e nas falas reconhecem-se os vícios dissimulados não apenas pelo juízo dos ouvidos, mas ainda mais pelo da mente. **101.** Por isso, que nos digam “Muito bem!” e “Brilhante!” quantas vezes quiserem, mas não quero que digam “Lindo!” e “Gracioso!” com muita freqüência, embora desejasse que aquela exclamação, “Não poderia ser melhor!”, fosse freqüente. Contudo, essa admiração e enorme louvor, num discurso, deve ter alguma sombra e recesso, a fim de que aquilo que tiver sido iluminado pareça estar visível e em proeminência. **102.** Róscio nunca recita com o gesto de que é capaz o seguinte verso:

Pois o sábio demanda à virtude a honra como recompensa, não uma presa,
mas inclina-se para frente, a fim de que no verso seguinte,

Mas o que vejo? Um homem cercado pelo ferro possui moradas sagradas,
pare, olhe, admire, fique estupefato. E quanto aquele outro,

Que socorro pedirei?

quão branda, quão calmamente, quão sem veemência, pois está iminente o verso

Ó pai, ó pátria, ó casa de Príamo!

em que uma atuação tão grandiosa não poderia ser produzida se tivesse sido consumida e exaurida por um gesto anterior. E os atores não perceberam esse fato antes dos próprios poetas, nem antes, enfim, daqueles que fizeram as músicas: ambos abaixam algo, depois o aumentam, reduzem, elevam, variam, distinguem. **103.** Consideremos, portanto, o orador de tal forma ornado e encantador - e, contudo, não pode ser diferente -, que tenha um encanto austero e inabalável, não doce e opulento. De fato, os próprios preceitos do ornato que se dão são de tal natureza que qualquer orador, por mais vicioso que seja, é capaz de os desenvolver. É por isso que, como disse anteriormente, em primeiro lugar, é preciso preparar a matéria, a parte de que tratou Antônio. Ela deve ser formada pela própria natureza e espécie do discurso, iluminada pelas palavras, variada pelos pensamentos.

104. A qualidade mais alta da eloqüência é amplificar um tema pelo ornato, algo que serve não apenas para aumentar algo ou elevá-lo pelo discurso, mas também para rebaixá-lo e diminuí-lo. Isso é necessário em todos aqueles tópicos que Antônio disse serem empregados para estabelecer a credibilidade do discurso, seja quando damos uma explicação, seja quando cativamos os ânimos, seja quando os incitamos. **105.** Mas a amplificação tem mais poder neste que mencionei por último, e ela é a única e mais própria qualidade do orador. Ainda mais importante é aquela prática que Antônio

ensinou ao fim de sua fala, embora a rejeitasse num primeiro momento, a do louvor e vitupério. De fato, nada é mais adequado para aumentar e amplificar o discurso do que ser capaz de fazer essas duas coisas de maneira extremamente copiosa. **106.** Seguem-se ainda aqueles tópicos que, apesar de serem específicos das causas e inerentes a suas partes principais, por costumarem tratar de uma questão universal, foram chamados pelos antigos de comuns. Parte deles envolve a censura ou a acusação bastante enérgica, juntamente com a amplificação, de vícios e erros, contra a qual não se costuma nem é possível dizer nada, como a de um espoliador, a de um traidor, a de um parricida. É preciso empregá-las depois de demonstradas as acusações, pois, caso contrário, são áridas e vãs; **107.** já outros envolvem um pedido de clemência ou a piedade; outros, ainda, discussões ambíguas, nas quais é possível dissertar abundantemente sobre os dois lados de um gênero universal. Considera-se que esse exercício é agora específico das duas escolas filosóficas a que fiz menção anteriormente; entre os antigos, era daqueles a quem se pedia todo o método e riqueza do discurso a respeito de questões forenses. De fato, também nós devemos ter o poder e o dom de falar sobre os dois lados da virtude, do dever, do justo e do bem, da dignidade, da utilidade, da honra, da ignomínia, da recompensa, do castigo e de questões semelhantes. **108.** Porém, uma vez que, expulsos de nossa propriedade, fomos deixados num terreno pequeno e, por isso, fonte de litígios, e, apesar de sermos patronos dos outros, não fomos capazes de manter e defender o que era nosso, tomemos de empréstimo àqueles que invadiram nosso patrimônio, embora isso seja extremamente indigno, porque é necessário.

109. Dizem, então, aqueles que agora, pelo menos, são denominados filósofos peripatéticos ou acadêmicos devido a uma minúscula parte de um local da cidade, mas que, outrora, devido a seu exímio conhecimento das questões mais importantes, denominados filósofos políticos, eram chamados por um nome das questões públicas universais, que todo discurso político diz respeito a um de dois gêneros: ou de uma controvérsia específica, de circunstâncias e réus delimitados, como no caso de “parece bem que se recuperem os nossos prisioneiros dos cartagineses por meio da entrega dos seus?”; ou inquirindo sobre uma questão universal, sem delimitação: “o que se deve decidir e pensar, em absoluto, a respeito de um prisioneiro?” E, ao primeiro desses gêneros, dão o nome de causa ou controvérsia, delimitando-a por três tipos: litígio, deliberação ou louvor; essa segunda questão, geral e como que proposta, é chamada de problema. **110.** E servem-se dessa divisão também em seu ensinamento, mas não de modo a parecerem recuperar uma posse perdida por direito, julgamento ou pela força, mas a fazer uso do direito civil rompendo um galho. De fato, o primeiro gênero, que é definido pelas circunstâncias, locais, réus, eles os dominam, mas segurando-o pelas pontas: agora, com efeito, na escola de Filo, que, segundo ouvi dizer, tem grande influência na Academia, já se realiza o estudo e o exercício dessas causas. Já quanto ao segundo, nomeiam-no apenas ao ensinar a primeira parte da arte, afirmando que é característico do orador; mas não

propõem sua essência, natureza, partes ou gêneros, de modo que teria sido preferível que o tivessem ignorado completamente a que o tivessem deixado sem tratamento: de fato, agora percebe-se que se calam por pobreza, mas, de outra forma, daria a impressão de ser deliberado. 111. Portanto, todo tema apresenta a mesma natureza de discussão, a respeito da qual é possível investigar e debater, quer se debata sobre discussões gerais, quer sobre as causas que concernem ao estado e a um debate forense; e não existe nenhum que não se refira à essência e ao método de conhecimento e de defesa. 112. De fato, ou indaga-se a própria cognição e conhecimento de algo, como, por exemplo, “Busca-se a virtude pela dignidade que lhe é própria ou por alguma vantagem?”, ou pergunta-se o desígnio de uma ação, como, por exemplo, “Cabe ao sábio entrar na carreira política?” 113. Três são os modos da cognição: conjectura, definição, e, por assim dizer, consequência. A conjectura investiga o que existe em algo, como, por exemplo, “Existe sabedoria na raça humana?” Já a definição explica que sentido cada coisa tem, como se perguntássemos “O que é a sabedoria?” Estuda-se uma consequência quando se examina o que segue cada coisa, como, por exemplo, “É próprio de um homem honesto mentir algumas vezes?” 114. Tornam novamente à conjectura e a dividem em quatro gêneros. De fato, ou se investiga a essência, da seguinte maneira: “É por natureza que o direito existe entre os homens ou por opiniões?”; ou qual é a origem de cada coisa, como, por exemplo, “Qual é a origem das leis e dos estados?”; ou a causa e a razão, como se investigássemos por que os homens mais doutos discordam a respeito das questões mais importantes; ou acerca de uma mudança, como se discutíssemos se a virtude pode se extinguir no homem ou transformar-se em vício. 115. Há debates sobre definição, ou quando se investiga o que está como que impresso na mente de todos, como se discutíssemos se o direito é aquilo que é útil à maioria; ou quando se pergunta o que é próprio de cada coisa, como, por exemplo, “É próprio do orador discursar ornadamente ou seria possível alguém fazer algo além disso?”; ou quando se divide algo em partes, como se investigássemos quantos são os gêneros de coisas que devem ser buscadas, como, por exemplo, se são três, as do corpo, as do ânimo, as das coisas externas; ou quando se descreve qual é a forma e, por assim dizer, a marca natural de cada coisa, como se investigássemos a forma do avaro, do sedicioso, do fanfarrão. 116. Já da consequência, colocam-se, primeiramente, dois gêneros de questões. De fato, ou o debate é simples, como se discutíssemos se se deve almejar à glória, ou por comparação, “Deve-se almejar mais ao louvor ou às riquezas?” Três são os modos das simples: do que se deve buscar ou evitar, como: “Deve-se almejar às honrarias?”, “Deve-se evitar a pobreza?”; do justo ou injusto: “É justo vingar-se de injúrias, mesmo quando cometidas por parentes?”; do honroso ou torpe, como: “É honroso enfrentar a morte por causa da glória?” 117. Já da comparação, dois são os modos: um, quando se investiga se há identidade ou diferença, como entre “temer” e “recear”, entre “rei” e “tirano”, entre “bajulador” e “amigo”; o outro, quando se investiga o que é melhor dentre duas possibilidades: “Os sábios devem ser guiados

pelo louvor dos melhores ou pelo do povo?” E esses debates que se referem à cognição são quase sempre descritos dessa maneira pelos mais doutos. **118.** Já aquelas que se referem a uma ação, ou concernem a uma disputa sobre o dever, gênero em que se investiga o que é correto e o que se deve fazer, tópico a que está subordinada toda a matéria das virtudes e dos vícios, ou referem-se à produção, apaziguamento ou extinção de alguma paixão. A esse gênero estão subordinadas as exortações, as repreensões, as consolações, as comiserações, bem como todo incitamento a qualquer paixão e, se o caso assim exigir, a mitigação. **119.** Uma vez explicados, então, esses gêneros e modos de todos os debates, não há problema algum se a nossa partição discrepou em algum aspecto da divisão de Antônio. De fato, na discussão de um e outro os membros são os mesmos, mas foram repartidos e divididos de maneira um pouco diferente por mim e por ele. Agora passarei às questões restantes e tornarei a meu dever e obrigação. De fato, cumpre tomar todos os argumentos para cada tipo de questão àqueles tópicos que Antônio expôs, mas cada tópico será mais adequado a um tipo diferente. Não há necessidade de fazer qualquer comentário a respeito, não por se tratar de um assunto longo, mas evidente.

120. Os discursos mais ornados, então, são aqueles que se espalham para mais longe, transformando-se e convertendo-se na explicação de um sentido de tipo universal, a fim de que os ouvintes, tomando conhecimento da natureza, do gênero, da questão universal, possam decidir a respeito de cada réu, acusação e litígio. **121.** Antônio exortou a vós, jovens, à prática desse exercício e considerou que deveis ser passados das disputas mais miúdas e estreitas para toda a abundância e variedade do dissertar. Por isso, essa não é uma tarefa para uns poucos livrinhos, como pensam aqueles que escreveram a respeito da teoria do discurso, nem para esta vila tusculana, ou esta nossa caminhada matinal, ou nossa sessão vespertina: é que não é preciso apenas aguçar ou aperfeiçoar a língua, mas cumular e preencher a mente com o encanto, a riqueza, a variedade dos temas mais importantes e numerosos. **122.** De fato, é nossa - se somos realmente oradores, se devemos ser consultados como conselheiros e líderes nos debates entre cidadãos, nas situações de risco, nas deliberações públicas - é nossa, dizia eu, toda essa propriedade da prudência e da doutrina, sobre a qual homens que tinham ócio de sobra, enquanto estávamos ocupados, precipitaram-se como se estivesse sem dono e vaga, e ainda fazem zombaria, rindo-se do orador, como Sócrates no *Górgias*, ou dão alguns preceitos sobre a arte do orador nuns poucos livrinhos e os intitulam retóricos, como se não fosse próprio dos retores o que eles mesmos falam da justiça, do dever, da formação e governo dos estados, de toda a norma da vida e também, enfim, da natureza. **123.** Uma vez que já não podemos tirá-lo de qualquer lugar, temos de tomá-lo àqueles mesmos que o roubaram de nós, contanto que o apliquemos a esta ciência política, a que diz respeito e que contempla, e não passemos nossa vida aprendendo tais coisas. Porém, quando virmos as fontes - se não as aprendermos

rapidamente, nunca, absolutamente, as aprenderemos -, sempre que houver necessidade, beberemos delas de acordo com as exigências do caso. **124.** Com efeito, não há um discernimento tão agudo na natureza e na inteligência dos homens, que se possa compreender assuntos tão importantes sem que haja primeiro uma demonstração, nem, contudo, há uma obscuridade tão grande nos temas que um homem de inteligência penetrante não compreenda caso as examine. Portanto, uma vez que é permitido ao orador vagar livremente por esse campo tão grande e tão vasto e deter-se em qualquer lugar que tenha determinado, afluem para ele facilmente todos os aparatos e ornatos do discurso. **125.** De fato, a riqueza de temas gera a riqueza de palavras e, se há nobreza nos próprios temas de que se fala, nasce do tema uma espécie de brilho natural nas palavras, com a condição de que o orador ou escritor tenha formação liberal em sua educação e doutrina juvenis, arda de entusiasmo, seja ajudado pela natureza e, versado nos debates gerais dos gêneros universais, escolha os escritores e oradores mais ornados para estudar e imitar, a fim de que não pergunte a esses mestres a maneira de preparar e abrilhantar as palavras. Assim, em meio a uma abundância de temas, a própria natureza, sem guia, contanto que tenha sido exercitada, converge para os ornamentos do discurso.

126. - Deuses imortais, exclamou Cátulo, quanta variedade, quanto força, quanto riqueza de temas abarcaste, Crasso, e de que espaços tão estreitos ousaste tirar o orador, para colocá-lo no reino de seus ancestrais! De fato, sabemos que aqueles antigos mestres e autoridades do discurso não consideravam qualquer tipo de discussão alheio a si, e que sempre se ocuparam de toda a teoria do discurso. **127.** Dentre eles, Hípias de Élis, quando foi a Olímpia, durante aquela importantíssima celebração quinquenal dos jogos, vangloriou-se, perante um público de quase toda a Grécia, de que não havia nada, em qualquer arte de qualquer assunto, que não soubesse, e não apenas essas artes em que estão contidas as doutrinas nobres e liberais, a geometria, a música, o estudo das letras e dos poetas, ou aquelas que são expostas acerca da natureza, do caráter dos homens, da política, mas que fizeram com as próprias mãos o anel que usava, o manto que vestia, os socos que calçava. **128.** É evidente que, pelo menos neste ponto, ele foi longe demais, mas é fácil conjecturar, a partir desse próprio fato, o quanto aqueles oradores obtiveram para si das artes mais ilustres, já que não repudiavam nem mesmo as mais insignificantes. O que hei de dizer a respeito de Pródico de Ceos, de Trasímaco da Calcedônia, de Protágoras de Abdera? Cada um deles dissertou e escreveu muitíssimo, naquela época, também sobre a natureza das coisas. **129.** O próprio Górgias de Leontinos, com cuja defesa, como Platão pretendeu, o orador sucumbiu ao filósofo, ou nunca foi vencido por Sócrates e aquele diálogo de Platão não é verdadeiro, ou, se o foi, é evidente que Sócrates foi mais eloqüente e expressivo, e, como tu denominas, um orador mais copioso e melhor. Mas ele, naquele mesmo livro de Platão, anuncia que falará com extrema copiosidade de qualquer assunto que seja colocado em discussão e questão. Ele foi o primeiro de todos a perguntar, numa reunião, sobre que assunto cada

um gostaria de ouvi-lo falar. A ele a Grécia conferiu tamanha honra, que foi o único, dentre todos, a quem se erigiu, em Delfos, não uma estátua dourada, mas de ouro. 130. Mas esses a que fiz menção foram, ao mesmo tempo, muitos, além de sumos, mestres do discurso. Disso se pode deduzir que a realidade é tal como dizes, Crasso, e que o nome do orador floresceu entre os antigos, na Grécia, seja com uma riqueza, seja com uma glória, maiores. 131. Por isso, na verdade, tenho mais dúvida se afirmo que deve ser atribuído a ti maior louvor ou vitupério da Grécia, uma vez que, nascido numa língua e em costumes diferentes, atarefado, numa cidade ocupadíssima, seja com quase todas as atividades dos cidadãos privados, seja com a administração do mundo e com o governo de um enorme império, apreendeste tamanha essência e conhecimento das coisas, e os associaste à ciência e ao exercício daquilo que tem força, num estado, pelo conselho e pelo discurso; eles, nascidos em meio às letras, ardendo nesses estudos, com ócio de sobra, não apenas nada adquiriram, mas nem mesmo preservaram o que lhes fora deixado, transmitido e lhes pertencia.

132. - Não é apenas nesse caso, disse Crasso, mas também em inúmeros outros, que a grandeza das artes é diminuída devido à divisão e separação das partes. Ou acaso crês que, quando era vivo o famoso Hipócrates de Cós, havia um médico para tratar as doenças, outro para tratar os ferimentos e outro para tratar os olhos? Ou que, quando Euclides ou Arquimedes praticavam a geometria, Dámon ou Aristóxeno, a música, Aristófanes ou Calímaco, as próprias letras, elas estavam tão dispersas que ninguém era capaz de abarcar o gênero universal e que cada um separava para si a parte em que estivesse trabalhando? 133. De minha parte, ouvi muitas vezes de meu pai e de meu sogro que também os nossos conterrâneos, por desejarem sobressair-se pela glória da sabedoria, costumavam abarcar tudo que esta cidade conhecia. Citavam Sex. Élio, mas também nós vimos M'. Manílio andando pelo fórum, o que era sinal de que aquele que o fazia colocava à disposição de todos os seus concidadãos o seu discernimento. Outrora, estando eles passeando dessa forma ou sentados numa poltrona, em casa, as pessoas os procuravam não apenas para os consultá-los a respeito do direito civil, mas também do acerto do casamento de uma filha, da compra de uma propriedade, do cultivo do campo, em suma, de qualquer dever ou atividade. 134. Tal era a sabedoria do antigo P. Crasso, tal a de Ti. Coruncano, tal a do bisavô de meu genro, Cipião, um homem extremamente sábio (todos eles foram pontífices máximos), que eram consultados a respeito de todos os assuntos divinos e humanos, colocando à disposição seu discernimento e lealdade tanto no senado quanto diante do povo, bem como nas causas dos amigos, na paz e na guerra. 135. Na verdade, o que faltou a M. Catão além desta refinadíssima doutrina de além-mar e estrangeira? Acaso, pelo fato de ter estudado o direito civil, não defendia causas? Ou, por ser capaz de defendê-las, desprezava o conhecimento do direito? Aplicou-se a um e outro gênero, sobressaindo-se nos dois. Acaso, devido ao prestígio adquirido nas atividades de cidadãos privados, era mais indolente em seu envolvimento na

política? Ninguém era mais corajoso diante do povo, ninguém era melhor senador e, ao mesmo tempo, sem dúvida o melhor comandante. Em suma: nada havia nesta cidade, naquela época, que pudesse ser conhecido ou aprendido, que ele não apenas não tivesse investigado e conhecido, mas também usado em seus escritos. 136. Hoje em dia, em contrapartida, a maioria chega nua e desarmada para obter os cargos e governar o estado, sem estar ornada por qualquer noção, qualquer conhecimento das coisas. Mas se um único, dentre muitos, se sobressai, ensoberbece-se, tem uma única qualidade, seja um valor bélico ou alguma prática no exército (as quais, agora, pelo menos, estão totalmente fora de uso), seja o conhecimento do direito (e nem mesmo de todo ele, pois ninguém estuda o direito pontifício, que está relacionado), seja a eloquência, que consideram residir em gritos e em palavras apressadas - na verdade, desconhece a ligação e a afinidade que existe entre todas as artes liberais, em suma, entre todas as virtudes. 137. Porém, direcionando meu discurso novamente para os gregos, de que, pelo menos neste tipo de conversa, não podemos abrir mão - de fato, tal como é preciso buscar os exemplos de virtude em nossos conterrâneos, igualmente os de doutrina entre eles - dizem que houve sete homens numa mesma época que eram considerados e denominados sábios. Todos eles, à exceção de Tales de Mileto, governaram seus estados. Quem, segundo a tradição, foi mais sábio, naquela mesma época, do que Pisístrato, ou a eloquência de quem era mais instruída nas letras do que a sua? Conta-se que ele foi o primeiro a ordenar os livros de Homero, que antes estavam desorganizados, da maneira como os conhecemos. Sem dúvida ele não foi útil a seus concidadãos, mas vicejou de tal forma pela eloquência, que se sobressaía pelas letras e pela cultura. 138. E quanto a Péricles? Ouvimos falar tão bem de seu domínio oratório que, mesmo quando defendia a segurança de sua pátria de uma maneira mais dura, indo contra a intenção dos atenienses, aquilo mesmo que mostrava contra os populares parecia popular e agradável a todos. Os comediógrafos antigos, mesmo quando o maldiziam (algo que era permitido na Atenas de então), afirmaram que havia graça em seus lábios e que havia nele tamanho poder, que era como se deixasse agulhões, por assim dizer, nas mentes dos ouvintes. Mas não foi um declamador qualquer que o ensinou a bradar diante da clepsidra, mas o célebre Anaxágoras de Clazômenas, homem perfeito no conhecimento das questões mais importantes. Assim, sobressaindo-se por sua cultura, discernimento, eloquência, governou Atenas por quarenta anos, ao mesmo tempo nas questões urbanas e de guerra. 139. E quanto a Crítias? A Alcibíades? Sem dúvida não foram bons para seus concidadãos, mas com certeza doutos e eloqüentes: acaso não haviam sido instruídos pelas discussões socráticas? Quem ornou Dião de Siracusa com todas as doutrinas? Não foi Platão? E, ao mesmo tempo, aquele mestre não só da língua, mas também da mente e da virtude, o impeliu, instruiu, armou para libertar sua pátria. Acaso, então, Platão educou Dião em artes diferentes daquelas em que Isócrates educou o ilustríssimo Timóteo, filho do notabilíssimo general Cônnon e ele mesmo um eminente general e

homem cultíssimo, ou daquelas com que Lísias, o célebre pitagórico, educou o tebano Epaminondas, talvez o mais eminente homem de toda a Grécia? Ou das de Xenofonte, no caso de Agesilau? Ou das de Filolau, no caso de Arquitas de Tarento? Ou das do próprio Pitágoras, no caso de toda aquela antiga Grécia da Itália, que outrora foi chamada de Magna? **140.** Eu, de minha parte, creio que não. Minha visão é a seguinte: única era a doutrina de tudo o que era digno de um homem instruído e de quem quisesse se sobressair na política; aqueles que a aprendiam, se, ao mesmo tempo, visavam à expressão por sua índole e se dedicavam à oratória sem que a natureza obstasse, sobressaiam-se pela eloquência. **141.** Assim, o próprio Aristóteles, quando percebeu que Isócrates vicejava devido à nobreza de seus discípulos, porque transferira suas discussões das causas forenses e políticas para a elegância vazia da conversa, repentinamente mudou quase toda a forma de sua disciplina, citando um verso do *Filoctetes* de maneira um pouco diferente. De fato, este disse que lhe parecia torpe calar-se enquanto deixava que bárbaros falassem, aquele dizia o mesmo de Isócrates. Assim, ornou e abrilhantou toda aquela doutrina e juntou o conhecimento das coisas à prática do discurso. E, na verdade, isso não passou despercebido ao sapientíssimo rei Felipe, que o mandou chamar para ser o mestre de seu filho, que aprendeu com ele os preceitos da ação e da eloquência. **142.** De minha parte, não há problema que se chame de orador o filósofo que nos ensina o domínio das coisas e do discurso; ou, se preferir chamar de filósofo esse orador que, segundo afirmo, tem a sabedoria unida à eloquência, eu não o impedirei, com a condição de que fique claro que não se deve louvar a dificuldade de expressão daquele que conhece um assunto mas não é capaz de explicá-lo pela fala, nem o desconhecimento daquele a quem não basta o assunto, mas não faltam palavras. Se tivesse de escolher entre um dos dois, preferiria, de minha parte, uma prudência pouco eloquente a uma estupidez loquaz. **143.** Se perguntamos quem se sobressai acima de todos, a palma é concedida ao orador douto; se se aceita que ele seja ao mesmo tempo um filósofo, está encerrada a controvérsia. Mas se são separados, serão inferiores pelo fato de que, num orador perfeito, há o conhecimento completo daqueles, enquanto, no conhecimento dos filósofos, não há necessariamente eloquência. Embora ela seja desprezada por eles, é preciso parecer trazer uma espécie de coroação às suas artes. Quando Crasso disse essas palavras, calou-se por um momento e houve silêncio da parte dos demais.

144. Então Cota observou: - De minha parte, Crasso, não posso me queixar de me pareceres ter discutido sobre algo diferente daquilo que havias empreendido, pois referiste um pouco mais do que o que havíamos confiado e pedido a ti. Mas, em todo caso, tal como era teu o dever de falar do brilho do discurso, e já havias começado e dividido toda a excelência do discurso em quatro partes, uma vez que trataste das duas primeiras de maneira suficiente, pelo menos para nós, mas, como tu mesmo dizias, de maneira rápida e exígua, restavam-te duas partes, primeiro, a maneira de discursarmos ornada, em seguida, também adequadamente; **145.** quando o havias começado a fazer,

repentinamente uma espécie de fervor, por assim dizer, de teu engenho arrancou-te para longe da terra e te levou da visão de quase todos, para o alto. Embora houvesse abarcado o conhecimento de tudo, na verdade não o ensinaste a nós - de fato, não teria sido possível em tão escasso tempo - mas não sei em que foste útil a estes; a mim, pelo menos, impeliste totalmente à Academia. Gostaria de que nela houvesse o que colocaste muitas vezes: que não fosse necessário consumir a vida e que aquele que apenas o viu de passagem fosse capaz de compreendê-lo. Mas se, enfim, isso é muito difícil, ou eu sou muito lento, certamente nunca descansarei nem me cansarei antes de ter aprendido as vias e métodos duplos, de discutir a favor de tudo e contra tudo.

146. Observou então César: - Sobretudo um aspecto de tua fala me impressionou, Crasso: o fato de haveres afirmado que aquele que não aprendeu algo com rapidez jamais será capaz de aprendê-lo totalmente. Em conseqüência, ou não me é difícil experimentar ou compreender imediatamente o que acabas de elevar aos céus com tuas palavras, ou, se não for capaz, não perder tempo, uma vez que posso me contentar com estas nossas qualidades.

147. Neste momento Sulpício observou: - Na verdade, Crasso, eu não sinto falta desse Aristóteles, nem de Carnéades ou de qualquer dos filósofos. Podes considerar que não tenho esperança de poder dominar esses assuntos ou que os desprezo, o que realmente acontece. Para mim, esse conhecimento vulgar das questões forenses e comuns é grande o bastante para a eloqüência a que aspiro. Contudo, desconheço inúmeros de seus aspectos, que estudo quando alguma causa que tenha de defender o requeira. Por isso, a não ser que já estejas cansado, e se não te somos inconvenientes, volta-te para aquelas questões que dizem respeito à excelência e ao esplendor do próprio discurso. Eu queria ouvi-las de ti, não para perder as esperanças de que sou capaz de atingir a eloqüência, mas para aprender algo a mais.

148. Disse então Crasso: - Pedes-me coisas ordinárias, Sulpício, e que não desconheces: quem não ensinou, quem não educou, quem não deixou até um escrito a respeito desse gênero? Mas farei tua vontade e exporei brevemente para ti aquilo, pelo menos, que conheço. Julgarei, contudo, que é preciso tornar àqueles que foram autores e escritores dessas coisas tão insignificantes. **149.** Todo discurso, então, é composto de palavras: devemos primeiramente observar o método das palavras isoladas, em seguida, em conjunção. É que há um ornato do discurso que é das palavras tomadas isoladamente, outro que consiste nas palavras em seqüência e conjuntas. Empregamos, então, ou as palavras que são próprias e como que os termos determinados das coisas, quase nascidos junto com as próprias coisas, ou aquelas que são metaforizadas e colocadas como que num lugar alheio, ou aquelas que nós mesmos criamos e fazemos. **150.** Nas palavras próprias, então, o mérito do orador é evitar as banais e as desusadas, empregar as seletas e nobres, em que pareça haver algo de pleno e sonoro. Mas neste gênero das palavras próprias é preciso ter um processo de seleção, e ele deve ser pesado segundo

um juízo dos ouvidos, algo em que também a prática de falar bem tem muito valor. 151. Assim, o que os ignorantes costumam comumente dizer acerca dos oradores, “este emprega palavras boa”, ou “alguém não emprega as boas”, não é avaliado por alguma arte, mas julgado como que por um sentido natural. Nesse aspecto, não é pouco mérito evitar o erro (embora ele seja importante); contudo, a base, digamos assim, e fundamento é a prática das palavras e o domínio das boas. 152. Ora, parece que devemos investigar e explicar o que é construção do próprio orador e em que ele acresce a arte.

Três são, então, no caso das palavras tomadas isoladamente, os modos que o orador emprega para conferir brilho e ornato ao discurso: a palavra desusada, a criada, ou a metaforizada. 153. Desusadas são as palavras quase antigas e e que já há muito deixaram de fazer parte do uso da linguagem cotidiana, as quais são mais livres para a licença dos poetas do que para a nossa. Contudo, em raras ocasiões uma palavra poética tem dignidade também num discurso. De fato, eu não evitaria dizer, como Célio, “*qua tempestate Poenus in Italiam uenit*”, nem “*proles*” ou “*suboles*”, ou, ainda, “*effari*”, “*nuncupari*” ou, como é teu costume, Cátulo, “*non rebar*”, “*opinabar*”, ou muitas outras com as quais, colocadas no lugar certo, o discurso costuma muitas vezes parecer mais grandioso e antigo. 154. Criam-se as palavras que são produzidas e feitas pelo próprio orador, seja pela união de palavras, como estas, por exemplo:

Tum pavor sapientiam omnem mi exanimato expectorat;

Num non vis huius me versutiloquas malitias,

pois percebeis que tanto “*versutiloquas*” quanto “*expectorat*” são palavras feitas por união, não palavras naturais. Contudo, muitas vezes criam-se palavras mesmo sem união, como aquele “*senius desertus*”, como “*di genitales*”, como “*bacarum ubertate incurvescere*”. 155. O terceiro modo, o da palavra metaforizada, é bastante amplo: ele foi gerado pela necessidade, obrigada pela carência e limitação de palavras, mas depois o deleite e o prazer o tornaram célebre. De fato, tal como a vestimenta foi inicialmente inventada para enfrentar o frio, mas depois começou a ser empregada também para o ornato e a dignidade do corpo, a metáfora foi instituída por causa da carência, mas tornada freqüente devido ao deleite. De fato, mesmo os camponeses dizem que as vinhas brilham, que há exuberância nas plantas, que as messes são alegres. Quando se exprime por uma metáfora aquilo que mal se consegue enunciar por uma palavra própria, a semelhança com a coisa que colocamos numa palavra alheia dá brilho àquilo que pretendemos que seja entendido. 156. Portanto, essas metáforas são como que empréstimos, quando se toma de outro lugar aquilo que não se tem. Um pouco mais ousadas são

aquelas que não reparam uma carência, mas que conferem algum esplendor ao discurso. Por que eu haveria de expor para vós o método de inventá-las ou seus gêneros?

157. A brevidade da semelhança é limitada a uma única palavra: se se reconhece a palavra colocada em lugar alheio como se estivesse no seu próprio, ela deleita; se nada tem de semelhante, é repudiada. Mas cumpre usar as metáfora que tornam o tema mais brilhante, como todas as seguintes:

arrepia-se o mar,
duplicam-se as trevas, a negridão cega as noites e a nuvem,
uma chama agita-se entre as nuvens, o céu treme com o trovão,
o granizo misturado à chuva, abundante, repentino, precipitando-se, cai,
todos os ventos irrompem de todas as partes, surgem turbilhões ferozes:
ferve o pélago com o calor

158. quase tudo foi dito por meio de palavras metaforizadas por semelhança, a fim de que se tornasse mais brilhante; ou a fim de que se exprima mais todo o conteúdo de um fato ou de uma idéia, como aquele poeta que indica pela própria semelhança, com duas metáforas, um homem que oculta deliberadamente para que não se possa compreender o que está acontecendo:

Visto que ele se veste com palavras, cerca-se cuidadosamente.

Por vezes também a metáfora produz a concisão, como em, por exemplo, “se a lança foge da mão”. Não era possível expor mais concisamente a imprudência da lança arremessada com palavras próprias do que foi significado com uma única metáfora. 159. E, neste gênero, inúmeras vezes me pareceu admirável o motivo de que todos se deleitam mais com palavras metaforizadas e alheias do que com as próprias e suas. De fato, se uma coisa não tem um nome e termo próprios, como o “pé” de um navio, como a “obrigação” que se faz com a balança, como o “divórcio” da esposa, a necessidade obriga a que peguemos em outra parte aquilo que não temos. Porém, mesmo em meio a uma enorme abundância de palavras próprias, os homens deleitam-se muito mais com as alheias, contanto que metaforizadas com método. 160. Creio que isso aconteça, seja porque é uma prova de inteligência negligenciar o que se encontra de nossos pés e pegar outras coisas provenientes de longe; seja porque o ouvinte é levado para outro lugar pelo pensamento mas não se perde, o que é um enorme deleite; seja porque toda metáfora (pelo menos as tomadas com método) é dirigida aos próprios sentidos, sobretudo o dos olhos, que é o sentido mais aguçado. 161. De fato, o “cheiro” de refinamento, a “moleza” da cultura, o “murmúrio” do mar e a “doçura” do discurso são metáforas derivadas dos

demais sentidos, mas as dos olhos, que praticamente colocam na visão da mente o que não podemos discernir e ver, são muito mais aguçadas. É que não existe nada na natureza cujos vocábulos e nomes não possamos empregar em coisas diferentes. De fato, do mesmo lugar de onde é possível derivar uma semelhança - e é possível derivá-la de tudo - é possível que uma única palavra que contém a semelhança, quando metaforizada, traga luz ao discurso. **162.** Neste gênero é preciso, em primeiro lugar, evitar a dessemelhança: “os enormes arcos do céu”. Embora, segundo se diz, Ênio tenha levado uma esfera ao palco, não é possível haver numa esfera alguma semelhança com um arco.

vive, Ulisses, enquanto é possível;

Arrebata com os olhos o derradeiro raio de luz!

Não disse “pega” ou “busca” - isso teria a demora de alguém que espera viver por muito tempo - mas “arrebata”. Esta palavra é adequada ao “enquanto é possível” que dissera anteriormente. **163.** Em seguida, é preciso cuidar para que a semelhança não seja derivada de muito longe. Eu preferiria dizer “escolho” a “Sirte” do patrimônio, “turbilhão” a “Caribdes” dos bens: é que os olhos da mente são levados com mais facilidade ao que se viu do que ao que se ouviu. E uma vez que o maior mérito, na metaforização das palavras, é que a metáfora fira o sentido, deve-se evitar todo tipo de torpeza das coisas para as quais a semelhança arrasta os ânimos dos ouvintes. **164.** Não quero que se diga que a república foi “castrada” pela morte do Africano, não quero que se diga que Gláucia é “o esterco da cúria”: embora haja semelhança, há, nos dois casos, um pensamento disforme da semelhança. Não quero que seja maior do que o caso exige: “a tempestade da orgia”; ou menor, “a orgia da tempestade”. Não quero que a palavra metaforizada seja mais restrita do que teria sido a própria e sua:

Do que se trata, por favor? Por que recusas que eu me aproxime?

Teria sido melhor “vetas”, “proíbes”, “impedes”, uma vez que ele dissera

permanece aí nesse lugar,

para que meu contato ou minha sombra não atrapalhem os bons.

165. Além disso, caso se receie que a metáfora pareça um pouco dura demais, ela pode muitas vezes ser atenuada colocando-se uma palavra antes, como se outrora alguém dissesse que, com a morte de M. Catão, o senado foi deixado órfão, seria um pouco duro demais. Mas se dissesse “órfão, por assim

dizer”, seria um pouco mais brando. E, com efeito, a metáfora deve ser discreta, a fim de que pareça ter sido levada a um lugar alheio, não ter forçado sua entrada, e que pareça ter surgido com permissão, não à força. **166.** Não existe, nas palavras tomadas isoladamente, um modo mais resplandecente ou que confira mais luz ao discurso. De fato, aquele que deriva deste gênero não se apóia numa única metáfora, mas é formado pela ligação de várias em seguida, de modo que se diga uma coisa mas se entenda outra:

E não suportarei
chocar-me novamente contra um escolho, como outrora a armada dos aqueus.

E aquele:

Erras, erras, pois a ti, que exultas e confias em ti mesmo,
Reprimirão os poderosos grilhões das leis e te perseguirão com o jugo do poder.

167. Escolhido um objeto semelhante, as palavras próprias desse objeto são em seguida transferidas para outro, como disse. Este é um grande ornamento do discurso, em que é preciso evitar a obscuridade - e, com efeito, é quase sempre neste gênero que se produzem os chamados “enigmas”. Mas este modo não reside numa palavra, mas no discurso, ou seja, na seqüência das palavras. Nem mesmo a metonímia e a substituição apresentam o emprego novo de uma palavra, mas do discurso:

A terrível terra da África treme com o terrível tumulto.

Em lugar de “africanos” empregou-se “África”, e não se forjou uma nova palavra, como “*mare saxifragis undis*”, nem se empregou uma metáfora, como “arrefece o mar”, mas, pelo ornato, a substituição de uma palavra própria por outra.

Deixa, Roma, que teus inimigos...
São testemunha os grandes campos...

Trata-se de um modo grave no ornato do discurso e que deve ser empregado muitas vezes. Desse gênero provêm: Marte é usado para a guerra, Ceres, em lugar dos grãos, Liber, do vinho, Netuno, do mar, a cúria, do senado, o campo, das eleições, a toga, da paz, as armas e as lanças, da guerra; **168.** nesse mesmo gênero tanto as virtudes quanto os vícios são usadas em lugar daqueles próprias em que

estão: “a luxúria que invadiu a casa” e “onde a ganância penetrou” ou “a lealdade prevaleceu, a justiça surtiu efeito”. Percebeis claramente todo este gênero quando a mesma idéia é expressa de maneira mais ornada pela substituição ou mudança de uma palavra. Relacionada a este estão aqueles que, embora menos ornados, não devemos ignorar, quando queremos que se entenda algum todo pela parte, como dizemos as “paredes” ou os “telhados” em lugar das “construções”; ou a parte pelo todo, como quando chamamos um único esquadrão de “cavalaria do povo romano”; ou muitos por um:

Mas o romano, embora a ação tenha sido bem conduzida,
treme em seu coração;

ou quando se entende um por muitos:

Nós, que fomos rudinos, somos romanos.

ou, qualquer que seja a maneira, neste gênero entende-se não como foi dito, mas como foi pensado. **169.** Também muitas vezes empregamos uma palavra não tão elegantemente quanto no caso da metáfora, mas, ainda que o façamos com maior licença, não o fazemos com impudência; como quando chamamos um discurso de grande em vez de longo, a coragem, de pequena em vez de pouca. Contudo, percebeis que eles dizem respeito não à palavra, mas ao discurso, e que são formados pela união de várias metáforas, como expliquei. Já os que disse serem substituídos, ou os que são falados de uma forma, mas entendidos de outra, são metáforas, de certa forma. **170.** Assim, ocorre que toda virtude e excelência das palavras tomadas isoladamente nasça de três elementos: se a palavra é antiga, com a condição de que o uso comum a possa aceitar; ou forjado por uma união ou pela novidade, em que, igualmente, é preciso respeitar os ouvidos e o uso comum; ou metaforizada, que particularmente marca e ilumina o discurso, como se com estrelas, por assim dizer.

171. Em seguida vem o agrupamento de palavras, que carece sobretudo de dois elementos: em primeiro lugar, o arranjo, em seguida, o ritmo, por assim dizer, e o equilíbrio. Próprio do arranjo é dispor e ordenar as palavras de tal forma que o encontro entre elas não seja duro ou com hiatos, mas, de alguma forma, bem encaixado e liso. A esse respeito brinca graciosamente com a personagem de meu sogro aquele que foi capaz de fazê-lo com extrema elegância, Lucílio:

Com que graça foram ordenadas as palavras! Como todas as pedrinhas
Num pavimento com arte e num relevo vermiculado.

Quando disse tais palavras, zombando de Albúcio, não poupou nem mesmo a mim:

Tenho Crasso por genro, não banquetes o retórico!

E então? O que esse Crasso (uma vez que se emprega o seu nome) obtém? Evidentemente, o que aquele quer e eu queria, algo um pouco melhor do que Albúcio. Na verdade, é comigo que ele está brincando, como de costume. **172.** Contudo, é preciso preservar esse arranjo das palavras a que me refiro: ele torna o discurso unido, ligado, liso, com uma fluência uniforme. Obtê-lo-eis se as últimas letras de uma palavras forem ligadas de tal forma às primeiras da seguinte, que não se choquem com aspereza nem se afastem para muito longe. **173.** Em seguida vêm também o ritmo e o equilíbrio das palavras, algo que agora receio pareça pueril a Cátulo aqui presente. De fato, os antigos consideraram que devíamos empregar quase um verso na prosa, ou seja, determinados pés métricos, pois pretendiam que as cláusulas fossem pontuadas pelas marcas das pausas para respiração, não de nosso cansaço ou da pontuação dos copistas. E conta-se que Isócrates foi o primeiro a decidir ligar com metros a descuidada prática oratória dos antigos tendo em vista o deleite e os ouvidos, segundo escreve seu discípulo Náucrates. **174.** E de fato os músicos, que outrora eram ao mesmo tempo poetas, combinaram esses dois elementos, o verso e o canto, tendo em vista o prazer, de modo que vencesse a saciedade dos ouvidos pelo deleite devido não apenas à cadência das palavras, mas também ao ritmo dos sons. Consideraram, em consequência, que estes dois elementos (refiro-me ao controle da voz e ao encerramento das palavras) deveriam, tanto quanto a seriedade do discurso pudesse suportar, ser passados da poética para a eloquência. **175.** A esse respeito, deve-se particularmente notar que se um verso é formado no discurso pela ligação das palavras, há um vício; contudo, pretendemos que essa ligação caia, quadre e seja feita harmoniosamente. E dentre muitas características, não existe uma que diferencie mais o orador de um ignorante e desconhecedor de oratória, quanto o fato de que o grosseiro emite descuidadamente o quanto pode e determina o que fala pelo fôlego, não pela arte, enquanto o orador de tal forma liga o pensamento pelas palavras, que o encerra numa cadência que é ao mesmo tempo submetida a regra e livre. **176.** De fato, depois que as uniu pela forma e pelos ritmos, ele as solta e liberta por meio da mudança da ordem, de modo que as palavras não estejam ligadas como que por uma lei determinada de um verso, nem tão soltas que vagueiem. De que maneira, então, nos aplicaremos a tamanha tarefa, de modo que consideremos ser capazes de atingir essa capacidade de discursar ritmicamente? Não se trata de algo tão difícil quanto necessário, pois não há nada tão mole, nem tão flexível, nem que siga tão facilmente para onde quer que o leves do que o discurso. **177.** É com ela que se produzem versos e, ao mesmo tempo, os ritmos desiguais; é com ela também que se produz essa prosa de ritmos variados e de muitos gêneros. Não

há, com efeito, palavras diferentes para a linguagem comum e para a eloquência elevada, nem se aplicam palavras de tipos diferentes para o uso cotidiano e para o teatro e a pompa, mas, quando tomamos do meio comum aquelas triviais, nós as formamos e moldamos segundo nosso arbítrio como se se tratasse de uma cera extremamente mole. Assim, ora somos graves, ora precisos, ora guardamos uma espécie de meio-termo. Assim, o pensamento que estabelecemos é acompanhado pelo gênero do discurso, e este sofre mudanças e transformações tendo em vista todo o prazer dos ouvidos e as paixões. **178.** Porém, tal como se dá na maior parte dos casos, também no do discurso a própria natureza, de maneira inacreditável, planejou que os elementos que contivessem em si a maior utilidade tivessem ao mesmo tempo o máximo de dignidade ou muitas vezes mesmo de graça. Percebemos que é para a preservação e segurança de todos que o estado de todo este mundo e da natureza é tal, que o céu é redondo, que a terra fica no meio e é sustentada por sua própria força e peso, que o sol a circunda, aproximando-se da constelação do solstício de inverno, e gradualmente ascende daí para uma região diferente; que a lua, com sua aproximação e afastamento do sol, recebe sua luz; que os mesmos espaços são preenchidos por cinco astros de movimento e curso díspares. **179.** Isso tem tamanha poder que, com uma mínima mudança, não pode formar um todo; tamanha beleza, que não é possível sequer imaginar uma formosura mais ornada. Voltai vossa atenção agora para a forma e a figura dos homens ou mesmo dos demais seres vivos. Descobriremos que nenhuma parte do corpo foi inventada sem que houvesse alguma necessidade, e que toda a sua forma foi realizada, por assim dizer, por arte, não por acaso. E quanto a estas árvores? Nelas não existem o tronco, os ramos, as folhas, em suma, senão com a finalidade de manter e preservar a sua própria natureza; contudo, em lugar algum há uma única parte que não seja graciosa. **180.** Deixemos a natureza e observemos as artes. O que é tão necessário, numa embarcação, quanto os flancos, o porão, a proa, a popa, as antenas, as velas, os mastros? Contudo, eles possuem tamanha graça em seu aspecto, que parecem ter sido inventados não apenas por segurança, mas para propiciar prazer. As colunas sustentam tanto templos quanto pórticos. Contudo, não têm mais utilidade do que dignidade. O telhado do Capitólio e das demais casas, não foi a graça, mas a própria necessidade, que o concebeu. De fato, embora se tenha levado em conta o modo como a água escorreria de ambos os lados do teto, a utilidade do telhado do templo foi acompanhada por tal dignidade que, ainda que o Capitólio fosse construído no céu, onde não pudesse haver chuva, aparentaria não ter qualquer dignidade sem o seu telhado. **181.** Do mesmo modo, ocorre, em todas as partes do discurso, que a utilidade e quase a necessidade sejam acompanhadas por certo encanto e graça. De fato, o bloqueio da respiração e a brevidade do fôlego trouxeram consigo as cláusulas e as separações entre as palavras. Essa invenção é tão encantadora que, ainda que a alguém fosse concedido um fôlego infinito, não iríamos querer que falasse sem fazer pausas. De fato, essa invenção agradável para os nossos ouvidos

foi tal que pudesse não apenas ser tolerável a nossos pulmões, mas também fácil. 182. É longuíssima, então, a série de palavras que pode ser pronunciada de um único fôlego. Aqui, porém, a medida da natureza é uma, a da arte, outra. De fato, embora haja diversos pés, vosso querido Aristóteles, Cátulo, dissocia o uso freqüente do jambo e do troqueu do orador, embora eles ocorram naturalmente em nosso discurso e nossa fala. Mas a cadência de tais ritmos é bem marcada e seus pés são bastante breves. É por isso que, primeiramente, ele nos exorta a empregar o ritmo heróico. É possível avançar neste ritmo impunemente contanto que por dois pés ou pouco mais do que isso, a fim de que não incidamos inteiramente num verso ou na semelhança de um verso. “*Altae sunt geminae, quibus*”: Esses três pés heróicos caem bastante decorosamente nos princípios das seqüências de palavras. 183. É aprovado pelo mesmo Aristóteles sobretudo o peônio, que é de dois tipos. De fato, ou começa por uma longa, que é seguida por três breves, como as palavras “*desinite, incipite, comprimite*”, ou então por três breves, com uma quarta alongada ou longa, tal como “*domuerant, sonupedes*”. E parece bem, a esse filósofo, começar pelo primeiro peã, concluir com o terceiro. Esse segundo peã, não pelo número de sílabas, mas pela medida dos ouvidos, que é o julgamento mais aguçado e exato, é quase igual ao crético, que é composto de uma longa, uma breve e uma longa, como:

Quid petam praesidi aut exequar? quove nunc...

Com esse ritmo começou Fânio: “*Si, Quirites, minas illius*”. Aristóteles considera que este é mais adequado para as cláusulas, que deseja que terminem, em sua maioria, por uma sílaba longa.

184. Porém, essas questões não carecem de um cuidado e de uma atenção tão precisos quanto os dos poetas, que a necessidade e os próprios pés e ritmos obrigaram a encerrar as palavras de tal forma, no verso, que não haja nada, nem mesmo por uma única respiração, mais breve ou mais longo do que o necessário. A prosa é mais livre e claramente, como se diz, e verdadeiramente solta, não, porém, de forma a fugir e vagar, mas a que ela própria, sem grilhões, controle a si mesma. Na verdade, concordo com Teofrasto pelo fato de considerar que o discurso, a fim de ser polido e feito com algum ritmo, deve ser ritmado, não de maneira rigorosa, mas mais relaxada. 185. E de fato, tal como ele suspeita, também desse ritmo, com que faz este verso usual, resultou, depois, um pé anapéstico mais grave, de onde derivou aquele ditirambo mais licencioso e rico, cujos membros e pés, como ele mesmo diz, estão espalhados por todo discurso rico; e se ritmado, em todos os sons e vozes, é aquilo que tem determinadas impressões e que podemos medir por intervalos regulares, é correto colocar este gênero ritmado, contanto que não sejam contínuos, entre os méritos do discurso. De fato, se uma loquacidade perene e fluente, sem intervalos, deve ser considerada grosseira e descuidada, que outra causa há para que seja repudiado senão que os próprios ouvidos dos homens

modulam a voz de acordo com a natureza? Isso não pode acontecer se não houver um ritmo na voz.

186. Não existe nenhum ritmo numa seqüência ininterrupta: a distinção e a marcação de intervalos uniformes ou, muitas vezes, variados, é que produz o ritmo. Podemos notá-lo em gotas em queda porque são distinguidas por intervalos, mas não num curso d'água que se precipita. É que se essa seqüência de palavras é muito mais adequada e prazerosa se é distinta por articulações e membros do que se é contínua e alongada, esses membros devem ser modificados: se o que está no fim é mais breve, quebra-se aquele período, por assim dizer, das palavras. Por isso, ou os membros posteriores devem ser iguais ao anteriores e os últimos aos primeiros, ou, o que é ainda melhor e mais prazeroso, mais longos. **187.** E isso, na verdade, foi dito por esses filósofos que particularmente admiras, Cátulo. Invoco muitas vezes esse fato por testemunha a fim de, pela citação de autoridades, evitar a acusação de frivolidade.

- Mas que frivolidade, perguntou Cátulo, ou o que pode ser relatado com mais elegância ou simplesmente dito com mais precisão do que essa tua discussão?

188. - É que, na verdade, receio que essas questões pareçam a esses difíceis de se atingir, ou que, por não serem ensinadas nessa disciplina comum, possamos dar a impressão de querer que elas pareçam mais importantes e difíceis.

- Erras, Crasso, observou Cátulo, se julgas que eu ou qualquer destes aqui presentes esperamos de ti essa obra rotineira e banal. Queremos que fales disso, disso mesmo que estás falando, e que não tanto fales quanto fales dessa maneira. E respondo-te isso não apenas de minha parte, mas também, sem dúvida alguma, da parte desses que estão aqui presentes.

189. - Quanto a mim, observou Antônio, já encontrei o eloqüente que afirmara não haver encontrado naquele pequeno livro que escrevi. Porém, não te interrompi nem mesmo para te elogiar, a fim de que nem uma palavra minha sequer diminuísse a curta duração dessa tua fala.

190. - É preciso, então, de acordo com essa lei, <disse Crasso>, conceber nosso discurso com a prática de exercícios e da escrita, que orna e lima outras coisas e, sobretudo, esta. Contudo, isso não demanda tanto trabalho quanto parece, nem deve ser regulado pela norma rigorosíssima dos técnicos do ritmo e dos músicos; e devemos fazer que nosso discurso não nos escape, não vagueie, que não acabe antes do tempo, que não corra para muito longe, que se distinga pelos membros, que tenha períodos completos de palavras. E nem sempre devemos fazer uso da continuidade e como que dos períodos de palavras, mas muitas vezes o discurso deve ser dividido por membros mais diminutos. Contudo, os próprios membros devem estar unidos por pés. **191.** E o peã ou o verso heróico não vos devem perturbar: eles ocorrerão por si mesmos ao discurso; eles próprios, repito, se oferecerão e responderão mesmo que não sejam chamados, contanto que haja aquela prática da escrita e do discurso, de modo que os pensamentos sejam delimitados pelas palavras e que nasça uma junção

dessas palavras dos pés mais elevados e livres, sobretudo o heróico, o peã primeiro ou o crético, mas que termine de maneira variada e distinta, pois a monotonia é notada sobretudo nas pausas. E se os primeiros e os últimos pés são mantidos por esse método, os intermediários podem ficar ocultos, contanto que o próprio período das palavras não seja mais breve do que esperam os ouvidos, ou mais longo do que as forças e a respiração podem suportar. **192.** Já no que diz respeito às cláusulas, penso que elas devem ser observadas com mais cuidado ainda do que as partes anteriores, porque é sobretudo nelas que se julga a perfeição e a exatidão. De fato, observa-se igualmente a primeira parte, a intermediária e a última de um verso, que fica enfraquecido se há um tropeço em qualquer de suas partes. Já na prosa, poucos percebem os inícios, a maior parte, o fim, o qual, uma vez que fica aparente e é notado, deve ser variado, a fim de não serem repudiados pelos julgamentos dos ânimos ou pela saciedade dos ouvidos. **193.** De fato, deve-se preservar e notar dois ou quase três pés no fim do período, contanto que os membros anteriores não sejam mais breves e precisos, que deverão ser corais, heróicos ou alternados, ou no peã posterior, que Aristóteles aprova, ou no crético, seu semelhante. As variações deles fazem que os ouvintes não se cansem pelo fastio da monotonia, e que não pareçamos fazer com esforço o que estamos fazendo. **194.** É que se o famoso Antípatro de Sídon, que citaste corretamente, Cátulo, costumava compor de improviso versos hexâmetros e outros de ritmos e pés variados, e se a prática de um homem engenhoso e de boa memória teve tamanha força que, quando se lançava a um verso com atenção e vontade, as palavras seguiam, quanto mais fácil será para nós consegui-lo num discurso, com o emprego de exercícios e da prática!

195. E para que ninguém se pergunte, admirado, de que maneira a turba dos ignorantes percebe tais coisas quando está ouvindo, não apenas em qualquer gênero, mas também neste propriamente dito, é grande e incrível o poder da natureza. De fatos, todos discernem, com um sentido tácito, sem qualquer arte ou método, o que é correto e o que é errado nas artes e nos métodos; e eles não apenas o fazem em relação às pinturas, às estátuas e a outras obras para cujo entendimento receberam menos instrumento da natureza, mas também mostram muito mais, ao julgarem palavras, pés e sons, que eles estão fixados em sentidos comuns a todos e que a natureza não quis que ninguém ficasse totalmente privado de tais coisas. **196.** Assim, todos são movidos não apenas pelas palavras colocadas com arte, mas também pelos pés e pelos sons. De fato, quão poucos há que dominem a arte dos pés e dos ritmos? Mas se de algum modo se comete algum erro em relação a eles, de modo que uma sílaba se torne mais breve por contração ou mais longa por alongamento, os espectadores todos protestam. Ora, o mesmo não acontece nos sons, de modo que não apenas os grupos corais, mas também cada um dos que discrepam entre si sejam expulsos pela multidão e pelo povo? **197.** É admirável, quando existe uma enorme diferença entre o douto e o grosseiro no fazer, quão pouco difiram no julgar. De fato, uma vez que a arte provém da natureza, se não mover e

deleitar por natureza, não parece ter feito absolutamente nada. Não há nada tão afim a nossas mentes do que os pés e os sons, que nos excitam, incendiam, acalmam, enfraquecem e muitas vezes nos levam à alegria e à tristeza. O seu extremo poder é bastante adequado aos carmes e aos cantos, algo que não passou despercebido, ao que me parece, a Numa, o cultíssimo rei, e a nossos antepassados, como indicam a lira e a flauta dos banquetes solenes e os versos dos sális, celebrada sobretudo pela Grécia antiga. Oxalá preferísseis discutir a respeito de questões semelhantes a essas metáforas pueris.

198. Na verdade, tal como o vulgo nota se há um erro num verso, igualmente percebe se algum elemento de nosso discurso claudica. Mas não perdoa o poeta, embora o conceda a nós. Contudo, todos percebem, em silêncio, que aquilo que falamos não é apto ou perfeito. Assim, os antigos - tal como vemos alguns fazerem ainda hoje -, não sendo capazes de fazer um período ou, por assim dizer, um circuito de palavras (pois há pouco tempo começamos a ter tal capacidade ou ousadia), discursavam de três em três palavras, de duas em duas, ou, em alguns casos, de palavra em palavra; apesar daquela incapacidade de expressão, retinham o que os ouvidos dos homens solicitavam, de modo que o que dissessem fosse semelhante e que empregassem pausas uniformes.

199. Expus, tal como pude, quase tudo que considerava particularmente pertinente ao ornato do discurso: tratei da excelência das palavras tomadas isoladamente, tratei de sua ligação, tratei de seu ritmo e equilíbrio. Mas, se buscais também um caráter geral e como que um tom do discurso, há um que é intenso, ainda que elegante, um simples, mas não sem nervos e forças, e aquele que, participando de ambos os gêneros, é louvado por uma espécie de meio-termo. Sobre essas três espécies deve se colocar uma cor de beleza não impregnada de fuco, mas espalhada pelo sangue.

200. Então, por fim, devemos fazer que este orador se adapte tanto às palavras quanto aos pensamentos, tal como aqueles que fazem uso das armas e do ginásio julgam que devem levar em conta não apenas evitar os ferimentos ou provocá-los, mas também que se movam com graciosidade, como aquele [...] que se ocupam do trato das armas.

201. E formam-se tanto palavras quanto pensamentos praticamente inumeráveis, como sei que sabeis bem, mas entre o arranjo das palavras e o dos pensamentos há a seguinte diferença: o das palavras se perde se se mudarem as palavras, enquanto o dos pensamentos permanece quaisquer que sejam as palavras que se queira empregar. Embora o façais, julgo que deveis ser advertidos, a fim de que não julgueis haver outra coisa própria do orador (pelo menos que seja egrégia e admirável) do que levar em conta três princípios para as palavras tomadas isoladamente: empregarmos metáforas com freqüência e, por vezes, neologismos, mas também arcaísmos raramente. Já no discurso contínuo, quando levamos em conta a leveza da conjunção e dos ritmos, a que fiz menção, então é preciso que todo o discurso seja distinguido e freqüentado pelas luzes, por assim dizer, dos pensamentos e das palavras.

202. De fato, tanto o demorar-se num único assunto, quanto uma exposição clara e a colocação dos fatos praticamente diante dos olhos, como se estivessem acontecendo, impressionam muitíssimo. Esses fatores têm enorme serventia, na exposição do caso, tanto para tornar claro o que se expõe quanto para amplificá-lo, de modo que, aos ouvintes, aquilo que aumentamos pareça ser tão grande quanto o discurso for capaz de torná-lo; e muitas vezes o oposto disso é a narração rápida e, para que se compreenda mais o que disseres, a alusão; e a brevidade concisa com distinção; e a atenuação e, ligada a esta, a zombaria, não distante dos preceitos de César; 203. e a digressão do assunto, na qual, quando houver deleite, o retorno ao assunto deverá ser adequado e apropriado; e a proposição do que se irá falar e a separação do que já se falou; e o retorno ao assunto proposto; e a repetição; e a conclusão adequada do raciocínio; então, para aumentar ou diminuir a verdade, o exagero e a hipérbole; então o questionamento e, como que vizinha deste, a interrogação e a exposição de seu próprio pensamento; então aquela que sobretudo penetra, por assim dizer, nas mentes dos homens, a ironia daquele diz uma coisa e quer dizer outra, a qual é extremamente prazerosa quando decorre, não da contenda do discurso, mas da fala; em seguida, a hesitação; então, a divisão; então, a correção, seja antes, seja depois de se discursar, quando se rejeita algo de si mesmo; 204. também há a premunicação para aquilo que começarás a falar e a passagem da responsabilidade para outro; a interpelação, que é como que uma deliberação com aqueles mesmos perante quem se discursa; a imitação de caracteres e da vida, seja com personagens, seja sem elas, é um grande ornamento do discurso, adequado sobretudo a cativar os ânimos e, muitas vezes, também a influenciá-los; 205. a representação fictícia de personagens, uma importantíssima luz da amplificação; a descrição; a representação de um erro; a instigação à alegria; a antecipação; então, aqueles dois que sobretudo impressionam, a comparação e o exemplo; a divisão; a interrupção; a antítese; a reticência, a recomendação; uma voz livre e mesmo bastante desenfreada, para a amplificação; a cólera; a repreensão; a promessa; a imprecação; a obsecração; um breve desvio do tema, diferente da digressão anterior; a justificação; a cativação; o ataque; a opção e a execração. É com praticamente essas luzes que os pensamentos conferem brilho ao discurso. 206. E do discurso propriamente dito, tal como de armas, há a ameaça e como que a investida para a utilidade, ou o trato para a graça. De fato, também a repetição de palavras tem, por vezes, veemência, em outras ocasiões, graça; e uma palavra levemente mudada e modificada; e a repetição freqüente de uma mesma palavra desde o princípio, então a conversão em sua terminação e o choque e o encontro entre as mesmas palavras; e a união; e a gradação; e uma espécie de pontuação da mesma palavra proferida com muita freqüência; e a repetição de uma palavra; e aquelas com desinências semelhantes ou que terminam semelhantemente ou que se referem a palavras iguais ou que são semelhantes umas às outras. 207. Há também uma espécie de gradação; e a repetição da mesma palavra no fim de cada período; e o hipérbato

harmonioso das palavras; e o contrário; e o assindeto; e o desvio; e a refutação; e a exclamação; e a diminuição; e o que se coloca em muitos casos; e o que é tirado de cada um dos temas propostos e relacionado a cada um; e o raciocínio subordinado ao tema principal; e, do mesmo modo, um raciocínio subordinado às divisões; a licença; e mais uma hesitação; e uma espécie de improvisado; e a enumeração; e uma segunda correção; e a dispersão; e a continuação; e a interrupção; e a imagem; e a resposta para si mesmo; e a metonímia; e a disjunção; e a ordem; e o relato; e a digressão; e o período. **208.** Estes e semelhantes são praticamente (embora pudessem ser mais numerosos) os elementos que conferem luz ao discurso por meio dos pensamentos e das conformações das palavras.

- Percebo, Crasso, observou Cota, que, pelo fato de considerares que as conhecemos, expuseste essas questões sem definições ou exemplos.

- Na verdade, respondeu Crasso, considerava que nem mesmo o que disse anteriormente vos era novo, mas obedeci à vontade de todos vós. **209.** O sol me aconselhou a tratar dessas questões com bastante brevidade, porque, precipitando-se já, obrigou-me a desenvolvê-las quase precipitadamente. Contudo, a demonstração desse gênero e a própria doutrina são vulgares, enquanto a prática é extremamente importante e, em todo esse estudo do discurso, difícilíssima. **210.** Por isso, uma vez que todos os tópicos a respeito de todo o ornato do discurso foram, se não desvendados, pelo menos apontados, vejamos agora o que é adequado, ou seja, o que é sobretudo conveniente num discurso. Embora isso seja algo evidente, nem todo tipo de discurso é adequado a toda causa, ou ouvinte, ou personagem, ou circunstância. **211.** De fato, não apenas as causas capitais requerem um tom de palavras diferente do das questões privadas e de pouca monta, mas também os louvores, os julgamentos, a conversa, a consolação, a repreensão, a discussão e a história carecem de tons diferentes. Importa também quem são os ouvintes, se o senado, o povo ou juízes, se em grande número, pequeno ou sozinhos, e qual sua natureza; os próprios oradores devem parecer ter idade, honra, autoridade; se é tempo de paz ou de guerra, de prontidão ou ócio. **212.** Sendo assim, neste tópico não há nada que pareça poder ser preceituado, senão que escolhamos uma figura do discurso mais pleno, mais tênue e, do mesmo modo, a intermediária, adequada ao que defenderemos. Quase sempre será possível fazer uso dos mesmos argumentos, mais ardentemente em algumas ocasiões, mais calmamente em outras; ser capaz de fazer o que convém em todos os casos diz respeito à arte e à natureza, saber o que e quando é conveniente, da prudência.

213. Mas tudo isso depende da atuação do orador. A atuação, ênfase, reina sozinha no discurso. Sem ela, o orador mais perfeito pode não ter importância, um orador mediano, instruído nela, muitas vezes supera os mais perfeitos. Conta-se que Demóstenes, quando lhe perguntaram qual o elemento mais importante na oratória, deu a ela o primeiro, o segundo e o terceiro lugares. A mim costuma parecer que o que Ésquines disse é ainda melhor do que isso. Conta-se que, depois que ele,

devido à ignomínia de um processo, deixara Atenas e se dirigira a Rodes, os rodienses lhe pediram que lesse aquele célebre discurso que pronunciara contra Ctesifonte tendo Demóstenes por adversário; depois de terminada sua leitura, pediram-lhe, no dia seguinte, que lesse também o discurso em defesa de Ctesifonte que Demóstenes publicara. Como ele o leu com uma voz extremamente agradável e poderosa, disse a todos, que o admiravam: “admiraríeis mais ainda se o tivésseis ouvido em pessoa!” Com isso mostrou suficientemente quanto valor há na atuação, ao considerar que o mesmo discurso seria outro com a mudança do orador. **214.** O que havia em Graco, de quem te lembras mais bem do que eu, que, quando eu era menino, era tão elogiado? “Para onde eu, um desgraçado, me dirigirei? Para onde me voltarei? Para o Capitólio? Mas está inundado pelo sangue de meu irmão. Ou para casa? Para ver minha mãe se lamentando, mísera e desanimada?” Constava que atuara de tal forma com os olhos, com a voz, com os gestos, que seus inimigos não conseguiam conter as lágrimas. Digo isso em muitas palavras porque os oradores, que são os atores da própria realidade, abandonaram inteiramente esse gênero, enquanto os atores, imitadores da realidade, se apossaram dele. **215.** Ora, sem dúvida, em tudo a realidade supera a imitação; porém, se ela valesse o bastante por si mesma, claramente não precisaríamos de arte. Porém, como a paixão é sobretudo manifestada ou imitada pela atuação, muitas vezes ela é tão confusa que chega a ficar obscurecida e quase eclipsada, é preciso afastar os elementos que a tornam obscura e tomar para si o que são manifestos e visíveis. **216.** De fato, toda paixão apresenta, por natureza, uma expressão, um som, uma gesticulação que lhe são próprios, e todo o corpo do homem, bem como toda a sua expressão e todas as sons da voz ressoam de tal forma, como as cordas nas cítaras, que sofrem a vibração também da paixão. De fato, os sons da voz visam a corresponder a cada toque: aguda, grave, rápida, lenta, grande, pequena. Contudo, entre cada uma delas há um meio-termo em seu gênero. E há ainda numerosos gêneros que derivam destes: leve, áspero, contrato, difuso, contendo a respiração, interrompendo-a, entrecortado, quebrado pelo som dobrado, extenuado, inflado. **217.** Não há nenhum desses gêneros que não seja tratado com arte e domínio. Essas cores estão disponíveis para o orador, como para o pintor, para promover a variedade. De fato, um é o tom de voz que a cólera pode assumir, agudo, acelerado, entrecortado repetidas vezes:

Meu próprio irmão exorta a mim, um infeliz,
A devorar meus filhos com minha queixada.

e aquele verso que acabas de citar, Antônio:

Ousaste separar de ti...

e

Acaso alguém perceberá isso? Prendei...

e quase todo o *Atreu*. Outro é o tom da comiseração e da tristeza, inconstante, pleno, interrompido, com a voz entrecortada pelas lágrimas:

Para onde me voltarei agora? Que caminho começarei a trilhar?
Para a casa de meu pai? Ou para a das filhas de Pélia?
e aquele:

Ó pai, ó pátria, ó morada de Príamo!

e os seguintes:

Vi tudo isso em chamas,
Vi a vida ser tirada violentamente de Príamo.

218. Outro é o tom do medo, baixo, hesitante e humilde:

Estou cercado de muitas maneiras: pela doença, pelo exílio e pela pobreza,
então o pavor arranca-me do peito ofegante toda a sabedoria;
minha mãe ameaça minha vida com terrível suplício e com a morte,
e ninguém é dotado de natureza tão segura e de tamanha confiança
que não fuja do sangue por receio e que não fique pálido de medo.

219. Outro o da violência, tenso, veemente, iminente pela impetuosidade da gravidade:

Novamente Tiestes aproxima-se para por as mãos em *Atreu*,
Novamente ataca-me agora e desperta-me de meu sono.
Cabe a mim misturar um perigo maior, um mal maior,
Para esmagar e oprimir seu coração acerbo.

Outro o do prazer, afetuoso e terno, alegre e relaxado:

Mas quando trouxe para si a coroa, devido à união das núpcias,
Trazia-a para ti, quando simulava que já estava entregando as tochas,
Então, por brincadeira, de maneira doura e delicada, as entregou.

Outro o do aborrecimento, grave, de certa forma, mas sem comiseração, e encerrado numa única articulação e num único som:

Na época em que Páris se uniu a Helena em núpcias inuptas,
Eu estava grávida, completados quase todos os meses para o parto;
Por aquele tempo Hécuba deu à luz Polidoro em seu parto derradeiro.

220. Todas essas paixões devem ser acompanhadas por gestos, mas não os do teatro, que representam as palavras, mas que manifestem todo assunto e todo o pensamento por um sinal, não por uma demonstração, com esta inflexão forte e viril dos pulmões, proveniente, não do teatro e dos atores, mas do exército ou mesmo do ginásio. A mão menos evidente, que siga, não represente, as palavras com os dedos; a batida do pé no começo ou no fim dos embates. 221. Mas tudo está no rosto: é exatamente nele que se encontra todo o poder dos olhos. Por isso agiram com mais acerto aqueles nossos velhos, que não elogiavam fortemente nem mesmo Róscio com a máscara. De fato, toda a atuação diz respeito ao ânimo, e a imagem do ânimo é a expressão, seus indícios, os olhos. É que esta é a única parte do corpo que é capaz de realizar as demonstrações e mudanças de todas as paixões que existem e, na verdade, não há ninguém que possa fazer o mesmo de olhos fechados. Teofrasto afirma que certo Taurisco, um orador, costumava discursar de costas, porque, enquanto discursava, exprimia-se observando algum objeto. Por isso é importante o controle dos olhos. 222. De fato, não se deve mudar excessivamente o aspecto do rosto, para que não sejamos rebaixados a impertinências ou a alguma deformidade. Há os olhos: manifestemos as paixões ora com sua tensão, ora abaixando-os, ora dirigindo-os, ora com sua alegria, de maneira adequada ao próprio gênero do discurso. De fato, a atuação é como que a linguagem do corpo, de modo que deve ser mais congruente com a mente. A natureza nos deu os olhos para demonstrar nossas paixões, tal como deu as crinas, a cauda e as orelhas para o cavalo ou o leão. 223. Por isso, nesta nossa atuação, depois da voz, tem força a expressão; ela, por sua vez, é governada pelos olhos. E em tudo o que concerne à atuação existe uma espécie de poder conferido pela natureza. É por isso que mesmo os ignorantes, o vulgo, os bárbaros, em suma, comovem-se com ela. De fato, as palavras não movem senão aquele que

está ligado pela união da mesma língua, e muitas vezes os pensamentos agudos passam despercebidos aos sentidos de homens não agudos. A atuação, que expressa a paixão, move a todos, pois os ânimos de todos são incitados pelas mesmas paixões, reconhecendo-as pelas mesmas marcas também nos outros e indicando-as em si mesmos.

224. Mas, para a prática e a excelência da atuação, sem dúvida a voz ocupa a parte mais importante. Devemos, em primeiro lugar, escolhê-la; depois, qualquer que ela seja, preservá-la. A esse respeito, já nada tem que ver com este tipo de preceituação a maneira de nos dedicarmos à voz; eu, contudo, de minha parte, considero que devemos nos dedicar fortemente a ela. Ora, não parece estar muito distante da função desta conversa o fato de, como disse há pouco, aquilo que é mais útil na maior parte dos casos ser também, não sei por que motivo, também o mais decoroso. De fato, para preservar a voz, nada é mais útil do que uma variação constante, nada mais danoso do que sua elevação pronunciada sem interrupção. 225. E então? O que é mais adequado a nossos ouvidos e ao encanto da atuação do que a alternância, a variedade e a mudança? Assim, o mesmo Graco - como que podes ouvir, Cátulo, de Licínio, teu cliente, homem culto, um escravo que ele teve como secretário - costumava manter um perito com uma flauta de marfim que ficava oculto atrás de si quando discursava diante do povo, soprando aquele som para estimulá-lo, quando falava baixo, ou controlá-lo, quando falava alto.

- Ouvi, sim, por Hércules, respondeu Cátulo, e muitas vezes admirei não apenas a diligência desse homem, mas também sua formação e seu conhecimento.

226. - Na verdade, observou Crasso, eu chego a lamentar que aqueles homens tenham caído naquela cilada política; embora se teça uma tal intriga, promova-se e mostre-se à posteridade tal modo de vida, nesta cidade, que já começamos a desejar ter concidadãos semelhantes àqueles que nossos antepassados não toleraram.

- Deixa esse assunto de lado, Crasso, disse Júlio, e torna à flauta de Graco, cuja motivação ainda não compreendo claramente.

227. - Em qualquer voz, respondeu Crasso, há uma espécie de meio-termo, mas cada uma tem o seu. Daí que elevar a voz gradualmente seja útil e agradável - pois bradar desde o princípio é algo grosseiro - e, ao mesmo tempo, salutar para dar firmeza à voz. Em seguida há uma espécie de ponto máximo de elevação, ainda que mais baixo do que um grito extremamente agudo, a que a flauta não te deixará chegar, te afastando, contudo, da própria elevação. Do mesmo modo, em contrapartida, há um extremo mais grave na voz baixa, e com ele como que se desce por graus de sons. Essa variedade e essa passagem por todos os sons da voz não só defenderão a si mesmas, como também conferirão encanto à atuação. E deixareis o flautista em casa, levando convosco para o fórum o sentido dessa prática.

228. Apresentei o que pude, não de acordo com minha vontade, mas conforme me obrigaram as limitações de tempo. É elegante atribuir a causa ao tempo quando não se é capaz de acrescentar mais nada, ainda que se queira.

- Na verdade, observou Cátulo, até onde posso julgar, reuniste todos os elementos de uma maneira tão divina, que pareces, não tê-los tomado aos gregos, mas seres capaz de ensiná-los a eles próprios. Alegro-me de ter sido aceito para participar desta conversa, e gostaria que meu genro, Hortênsio, teu camarada, tivesse estado presente: confio que ele se sobressairá em todos esses méritos que abarcaste em teu discurso.

229. E Crasso disse: - Dizes “se sobressairá”? Na verdade, julgo que já se sobressai, e já o julgava quando defendeu a causa da África no senado, em meu consulado, e mais ainda há pouco tempo, quando defendeu o rei da Bitínia. Por isso, tua percepção é correta, Cátulo: penso que nada falta a esse jovem no que concerne à natureza ou à formação teórica. Eis por que tu, Cota, e tu, Sulpício, deveis atentar e trabalhar mais. 230. De fato, ele não vem depois de vossa geração como um orador mediano, mas dotado de engenho extremamente penetrante, uma dedicação ardente, exímia formação teórica e uma memória singular. Embora o queira bem, desejo que ele seja superior a sua própria geração, mas é quase desonroso que, sendo tão mais jovem, leve vantagem sobre vós. Mas agora levantemo-nos, disse, reconfortemo-nos e, enfim, aliviemos nossos ânimos e nossa atenção da tensão desta discussão.